

HISTÓRIA

Questões
& Debates



Reitor

Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora

Graciela Inês Bolzón de Muniz

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Leandro Franklin Gorsdorf

História: Questões & Debates, ano 34, volume 65, n. 1, jan./jun. 2017
Publicação semestral da Associação Paranaense de História (APAH)
e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

Editoras

Ana Paula Vosne Martins e Renata Senna Garraffoni.

Conselho Editorial

Renato Augusto Carneiro Jr. (Presidente da APAH-Associação Paranaense de História);
Ana Paula Vosne Martins, Departamento de História, UFPR; André Macedo Duarte, Departamento de
Filosofia, UFPR; Euclides Marchi, Departamento de História, UFPR; Luiz Geraldo Santos da Silva,
Departamento de História, UFPR; Márcio B. S. de Oliveira, Departamento de Ciências Sociais,
UFPR; Marilene Weinhardt, Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas, UFPR;
Renan Frighetto, Departamento de História, UFPR; Renata Senna Garraffoni,
Departamento de História, UFPR; Sergio Odilon Nadalin, Departamento de História, UFPR

Conselho Consultivo

Angelo Priori (Universidade Estadual de Londrina), Celso Fonseca (Universidade de Brasília),
Claudine Haroche (Universidade Sorbonne, França), José Guilherme Cantor Magnani (Universidade
Estadual de São Paulo), Marcos Napolitano (Universidade Estadual de São Paulo), Pablo de la Cruz
Díaz Martínez (Universidade de Salamanca, Espanha), Pedro Paulo Funari (Universidade Estadual de
Campinas), Rodrigo Sá Mota (Universidade Federal de Minas Gerais), Ronald Raminelli (Universidade
Federal Fluminense), Sidney Munhoz (Universidade Estadual de Maringá), Stefan Rink (Universidade
Livre de Berlim), Wolfgang Heuer (Universidade Livre de Berlim, Alemanha)

Indexada por Ulrich's, Latindex, Periódicos CAPES, IBICT, RCAAP,
PubMed e Medline (artigos relacionados com a história da saúde)



Sistema Eletrônico de Revistas - SER
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
www.prppg.ufpr.br

O Sistema Eletrônico de Revistas (SER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

HISTÓRIA

Questões & Debates

VOLUME 65 – N. 01 – JANEIRO A JUNHO DE 2017

Endereço para correspondência

História: Questões & Debates

Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar

80060-150, Curitiba/PR

Tel.: +55 (41) 3360 5105

E-mail: hqd.ufpr@gmail.com

<http://revistas.ufpr.br/historia>

Editoração eletrônica: Willian Funke

Capa: Willian Funke

Imagem da Capa

Pablo Picasso

Ciencia y Caridad – Barcelona, mar-abr de 1897 – Óleo sobre tela (197 x 249,5 cm)

Museu Picasso, Barcelona. Donación Pablo Picasso, 1970 (MPB 110.046)

Fotografia: Museu Picasso, Barcelona. Gasull Fotografia

A revista *História: Questões & Debates* v. 65, n. 1, jan./jun. 2017

poderá ser obtida, em permuta, junto à Biblioteca Central

Caixa Postal 19.051 – 81531-980 – Curitiba – Paraná – Brasil

inter@ufpr.br

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba, PR: Ed. UFPR, — ano 1, n. 1,

1980.

Volume 65, n. 1, jan./jun. 2017

ISSN 0100-6932

e-ISSN 2447-8261

1. História – Periódicos

Samira Elías Simões CRB-9/755

PRINTED IN BRAZIL

Curitiba, 2017

PEDE-SE PERMUTA

WE ASK FOR EXCHANGE

APRESENTAÇÃO

Este dossiê reúne pesquisadores do Brasil, da Argentina, de Portugal e da Espanha. Coloca em pauta um assunto relevante, que carece de maior discussão na historiografia brasileira, ainda que muito se tenha produzido sobre isso nas Ciências Humanas e Sociais – a História da Assistência. Entende-se por assistência o ato de apoiar, socorrer, ajudar, auxiliar os necessitados. Desde tempos remotos, as adversidades e vicissitudes da vida mobilizaram indivíduos e grupos sociais a prestar assistência aos que se encontravam em situação de risco e vulnerabilidade.

No Ocidente, a assistência aos desvalidos, fruto da caridade, passou a ser uma questão central do cristianismo. As novas formas de espiritualidade e devoção estimulavam os cristãos a imitarem a pobreza e humildade de Cristo e a vivenciarem a sua fé através da prática da caridade. Segundo Maria Antónia Lopes, entende-se por *caridade* o bem que se faz aos filhos de Deus por amor ao Seu nome – “é, pois, porque se ama Deus que se faz o bem àqueles que Ele ama”.¹ O pobre era então o pobre de Deus, revestido de um manto santificado, e atribuíam-se às ações benemerentes o mesmo caráter sacro.

Na Europa medieval a Igreja pregava o desapego aos bens terrenos como via de salvação da alma, condenando a usura, o lucro e o comércio. A pobreza voluntária era então uma condição desejável, mas na impossibilidade de se contrapor e condenar totalmente os ricos, a Igreja lhes oferecia um caminho para a salvação após a morte: a prática da caridade para com os pobres. A caridade poderia ser praticada em espaços públicos, através da distribuição de esmolas, da visitação aos pobres em seus domicílios ou em espaços institucionais, em grande parte, multifuncionais.² Além da promessa de salvação, os favores e o cuidado prestados aos pobres conferiam prestígio social aos mais abastados. Conforme destaca Castel, a economia da salvação

1 LOPES, Maria Antónia. *Protecção social em Portugal na idade moderna*. Coimbra, PT: Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 1 de dez de 2010, p.29-33.

2 Os hospitais, por exemplo, tanto serviam de refúgio para peregrinos e viajantes e de asilo para os incapazes e indesejados como espaço para tratar os doentes. cf. WOOLF, Stuart. Ideologias e práticas de caridade na Europa ocidental do Antigo Regime (Prefácio) In: SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*. Lisboa: CNCDP, 1997, p. 07-13.

estabelecia situação vantajosa tanto para os pobres quanto para os ricos.³

Entre os séculos XIII e XV, todavia, observou-se uma crescente pauperização da população europeia, decorrente de guerras, epidemias, crises econômicas e migrações internas. A pobreza tornou-se então ameaçadora e incômoda. O pobre passou a ser visto como uma ameaça à ordem e à higiene urbana, à integridade dos ricos e da propriedade privada. A partir de então a caridade deixou de ser indiscriminada, passando a ser dispensada apenas aos que fossem considerados merecedores.

Com a expansão do capitalismo, aprofundou-se o debate sobre os pobres merecedores e não merecedores de auxílio. A pobreza passou a ser encarada como uma condição daqueles que nada faziam para superá-la. Havia mecanismos de repressão para os que viviam no ócio, na vadiagem, cujo comportamento afrontava a lei e os bons costumes. Eram tolerados, todavia, os que por alguma incapacidade física ou de saúde não podiam trabalhar, os que estavam temporariamente desempregados ou que, mesmo trabalhando, careciam de recursos pecuniários suficientes para prover a própria subsistência.

Como bem assinala Geremek, “em épocas diferentes, muda a função principal da imagem do pobre, altera-se a ordem dos valores em que ele está inscrito, modifica-se a avaliação ética e estética dessa personagem”.⁴ As divergentes percepções do pobre e da pobreza informaram as distintas atitudes em relação a estes. Ao traçar o perfil do “pobre merecedor” em contraste com aqueles que não são dignos da caridade ou assistência, no Portugal moderno, Laurinda Abreu argumenta que a delimitação do conceito foi “um elemento estruturante das políticas sociais da Europa moderna”.⁵ Durante o século das Luzes, no entanto, buscou-se compreender as causas da pobreza estabelecendo-se uma relação desta com a organização socioeconômica, atribuindo-se ao Estado o dever público de prover a assistência na perspectiva da beneficência, não da caridade. Conforme

3 CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

4 GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim*: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 07.

5 ABREU, Laurinda. *O poder e os pobres*. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII). Lisboa, PT: Gradiva Publicações, 2014, p. 22.

explica Lopes, “beneficência que procedia da filantropia”, ou seja, do “amor aos homens, e não da caridade, o amor a Deus”.⁶

Historicamente, os pobres, os peregrinos, os enfermos, os prisioneiros, as viúvas, as mães e recém-nascidos, os enjeitados, os órfãos, os velhos, os loucos, dentre outros considerados incapazes, foram os alvos preferenciais das ações assistencialistas. Contudo, assim como os conceitos de pobre e pobreza são complexos e dinâmicos, os alvos da assistência assumiram maior ou menor importância, conforme o contexto em que estavam inseridos os sujeitos ou grupos envolvidos no processo de prestar e receber assistência. Idealizadas e dirigidas por indivíduos, grupos ou entidades, as ações e instituições benemerentes ou filantrópicas surgiam e/ou se extinguíam conforme a conjuntura política, econômica e sociocultural e os valores vigentes em diferentes espaços e temporalidades.

O texto de escrito por Cristina de Cássia Pereira Moraes, Lara Alexandra Tavares e Rildo Bento de Souza, intitulado *Três tempos de caridade, assistência e filantropia em Goiás (séculos XVIII ao XX)*, apresenta uma discussão sobre pobreza, caridade, assistencialismo e filantropia calcada nas distintas realidades da antiga capital Vila Boa e da moderna e atual Goiânia. Para o período colonial, os autores destacam o papel assistencialista exercido pelas confrarias e irmandades, na medida em que seus membros se associavam para fazer alguma obra de piedade ou caridade e/ou assumiam o dever de oferecer algum tipo de amparo e auxílio mútuo aos seus integrantes e familiares. Já no período que se estende do Império à República, os autores se dedicam a analisar o papel caritativo exercido pela Sociedade São Vicente de Paulo. Os Vicentinos chegaram à Goiás em 29 de abril de 1885. Em contexto de romanização da Igreja Católica no Brasil, a Sociedade constituiu dezenas de conferências, que cuidavam, cada uma, de certo número de pobres, mendigos e indigentes, desde que fossem católicos. Para conseguir doações dos mais abastados, lançavam mão da economia da salvação ao afirmarem que “o pobre é nossa riqueza”, lembrando também que a prática da caridade para com os pobres era uma garantia de bom lugar no céu, visto que “quem dá aos pobres, empresta a Deus”. Para caracterizar a ação da filantropia em Goiás,

6 LOPES, op. cit., p.36-37.

em contraste com a ação caritativa exercida pelos Vicentinos, os autores trazem à luz o médico José Netto de Campos Carneiro, conhecido como o “pai dos pobres” na antiga capital goiana. Único cirurgião em exercício, na época, na cidade de Goiás, a visibilidade adquirida no exercício da medicina e da filantropia conferiu prestígio à personagem, que assumiu cargos administrativos e políticos importantes como os de inspetor de higiene e intendente municipal. A morte do benemérito em 1921 não encerra o seu protagonismo na filantropia vilaboense e revela, segundo os autores, uma preocupação com a sua memória. O médico deixa em testamento bens destinados à fundação de um orfanato para acolher meninas pobres. Os autores demonstram que o Orfanato São José, ao acolher e educar meninas pobres, órfãs e saudáveis, se tornou mais que uma instituição beneficente, mas também um fornecedor de empregadas domésticas disciplinadas para os lares das elites de Goiás.

Já no artigo *Entre a caridade e a assistência: a criação e o funcionamento do hospital da caridade em Viana do Castelo (séculos XVIII-XIX)*, Alexandra Esteves debruça-se sobre a assistência a velhice em Portugal, campo pouco debatido no âmbito historiográfico. Ao discorrer sobre os estudos da pobreza e da velhice a autora demonstra como este recorte geracional vai gradativamente tornar-se uma problemática assistencial/caritativa para os mais bem aquinhoados que viam no auxílio a este pobre merecedor um dos possíveis caminhos para salvação de sua alma. Centrada na experiência do Hospital de Viana do Castelo e sua irmandade mantenedora, a autora demonstra como este aparato assistencial torna-se um dos *locus* privilegiado dos cuidados com a velhice, que ao longo do século vai se transformando e expandindo suas atribuições com o intuito de se adaptar as novas demandas socioeconômicas e políticas urgidas do período analisado. Esteves ainda destaca a importância desta instituição hospitalar na economia da salvação local, pois financiar e manter as atividades da entidade encurtava o caminho para o céu e capitalizava em prestígio social, tornando sua irmandade uma importante ferramenta de poder e alvo de disputas. Calcada em um rigoroso trabalho empírico a autora demonstra o alargamento das funções hospitalares por meio do atendimento a um conjunto multifacetado de indivíduos, deixando de preparar para a boa morte para centrar-se no prolongamento da vida.

De outro lado, o texto de Alcileide Cabral do Nascimento, intitulado *Entre a caridade e o saber médico: os embates em torno da assistência às crianças abandonadas no Recife (1840-1860)*, traz uma acurada análise acerca da assistência à infância considerada desvalida na cidade de Recife em meados do século XIX. Entendida como um espaço urbano caótico e de difícil controle salutar, no qual os problemas sociais se avolumavam ano após ano, a cidade materializava em sua estrutura social e edificada os contrastes da modernidade, medo das epidemias, dos amontoados, dos esgotos, do ar nauseabundo e dos indivíduos considerados desviantes, que por sua vez, poderiam colocar em xeque a ordem social vigente. Dentre os personagens lóbregos presentes no imaginário burguês, a autora centra suas análises no problema das crianças abandonadas e sua relação com a roda dos expostos. Erigida para salvaguardar a vida das crianças – bem como a moral familiar – impedindo-as de se transformarem em futuros transgressores, a roda dos expostos foi paulatinamente se transformando em um problema de salubridade que exigia a intervenção médica. O embate entre caridade e ciência, representada pela medicina-higienista, se deu não sem percalços, como bem analisa a autora, culminando no Regulamento dos Estabelecimentos de Caridade de 1847 que instituiu a regulação dos mesmos pela corporação médica que vigiava, ordenava e purgava sua esfera de atuação. Controlando e normatizando a vida das crianças, das mulheres, das amas de leites e das famílias pobres, que faziam usos da Roda dos Expostos, o saber médico tornou-se hegemônico, responsabilizando-se pelo porvir da população pueril. Como relata a autora, este processo, contudo, não foi automático e tampouco passivo, mas sim, permeado por disputas e resistências que movimentam as relações sociais.

Em “*Por un beso de tu boca*”: assistência à saúde bucal infantil na revista *Salud y Sanidad* da Colômbia (década de 1930) Iranilson Buriti analisa os discursos médico-higienistas de profissionais dentistas veiculados em um periódico especializado intitulado *Salud y Sanidad* pertencente ao Departamento Nacional de Higiene de Bogotá. Tendo como alvo principal a família e a infância estes profissionais da saúde buscaram cercar a população de discursos normatizadores que visavam criar um corpo social hígido capaz de contribuir com o desenvolvimento nacional. Criar indivíduos saudáveis, disciplinados e produtivos era indispensável para uma

nação que se queria construir como moderna, por isso cada parte do corpo, desde a mais tenra idade, deveria ser escrutinada com a finalidade de impor sobre ele um saber/poder que promoveria a ordem e afastaria todas as possibilidades de fragilização da vida, do biológico. Neste contexto, de acordo com as análises do autor, a saúde bucal das crianças fazia parte de um projeto civilizador do qual a mãe e a escola eram peças fundamentais, pois presentes em diferentes momentos da infância, ambas construiriam um ambiente bucal saudável envolvendo a língua, os lábios, o hálito, a mastigação e o prazer em consonância com os modelos emergentes de civilidade.

Em *Infância e morte na Região Carbonífera: os discursos médicos sanitários sobre a mortalidade infantil no sul de Santa Catarina*, Ismael Gonçalves Alves apresenta os discursos sobre a mortalidade infantil, produzidos pela corporação médica da Região Carbonífera Catarinense. Partindo do crescimento populacional gerado pelas atividades mineradoras e das problemáticas ocasionadas pela falta de salubridade das vilas operárias, que geravam baixas do trabalho e uma série de problemas sanitários, o autor analisa a atuação dos médicos locais no processo de higienização da região. Escolhendo como alvo principal de suas ações a criança – futuros trabalhadores – os médicos locais instituíram uma série de práticas normativas e racionais que deveriam ser aplicadas no ambiente familiar. Condenando as tradicionais práticas de cuidados infantis executadas pelas mulheres, e não a pauperização provocada pelo processo de industrialização, os médicos instituíram uma série de discursos que culpabilizavam as mães pelos altos índices de mortalidade infantil, requerendo, desta forma, uma drástica mudança de hábitos pautada nos mais modernos comezinhos da medicina. Para o autor, consideradas ignorantes e apegadas na tradição, as mães foram alvo de um indicioso processo de aculturação que visava medicalizar a maternidade, transformando as mulheres em aliadas dos médicos e únicas responsáveis pelo bem estar de sua prole.

Já o artigo dedicado a atuação associações femininas da província de Buenos Aires *La organización normativa de la Comisión Central de Señoras Cooperadoras Salesianas: género y sociabilidad. Argentina, 1900-1926*, de Lucía Bracamonte, analisa as relações e atividades institucionais das cooperadoras Salesianas na assistência aos necessitados na Capital Federal. Por meio de um atencioso trabalho empírico com a documentação produzida pela Pia União,

Bracamonte desvela os limites de gênero impostos às práticas assistências desenvolvidas pelas mulheres. Através das relações instituídas entre sacerdotes e cooperadoras o artigo desvela as tensões, conflitos e consensos estabelecidos em torno da construção de seus regulamentos e sua efetivação no campo prático, estabelecido por um processo contínuo de negociação entre associadas e representantes eclesiásticos. Ademais, as normas e os regulamentos analisados descortinam, em partes, as práticas e sociabilidades desenvolvidas entre mulheres de classe média, que no âmbito associativo reproduziam normas e valores burgueses que deveriam reger sua atuação na esfera pública. Centrada nessas relações, a autora demonstra como a participação destas mulheres no âmbito assistencial deu-se por meio de um recorte de classe e gênero, mas que apesar das restrições e das fortes amarras que delimitavam seu espaço de atuação dentro da estrutura caritativa, utilizaram-se das normas e regulamentos para expandir sua ação social. Assim, manuseando elementos jurídicos, contábeis e políticos, atinentes a agremiação, estas mulheres extrapolaram os limites estabelecidos transformando a prática assistencial num gatilho de protagonismo social.

Segue por caminhos semelhantes o artigo proposto por Amalia Morales Villena e Soledad Vieitez Cerdeño intitulado *Intervención femenina en el mundo rural franquista (España, 1939-1975). Las cátedras ambulantes de la Sección Femenina de la Falange Española y su labor de divulgación sanitaria y social*. Em seu texto, as autoras analisam a participação das mulheres no trabalho assistencial durante o período ditatorial espanhol. Para isso, elencaram como foco principal de sua investigação a *Sección Femenina de la Falange* (SF), agremiação política de extrema direita que buscava reunir em torno de ideais nacionalistas e conservadores o maior número mulheres possível na construção de uma nova Espanha – moldada pelo discurso franquista. Enredada por um discurso de gênero conservador a SF foi responsável por difundir a ideologia nacional-sindicalista junto às mulheres e suas famílias e, para tal utilizou-se do trabalho assistencial como instrumento de persuasão. Levando a assistência aos mais recônditos cantões da Espanha a SF tornou-se responsável por reordenar e moralizar as relações familiares, adequando-as as necessidades do novo regime vigente. Por meio de cursos populares, noções de puericultura, dietética, trabalhos

manuais, entre outros, as falangistas criaram um espaço propício e legítimo de intervenção, alinhando, formando e instrumentalizando outras mulheres a cumprir a função de anjo do lar e responsável unidade moral de seu grupo familiar. No entanto, como ressaltam as autoras, apesar de ser um espaço de gênero controlado a SF possibilitou a suas afiliadas participar da esfera pública, utilizando-se do trabalho assistencial como uma ferramenta de inserção social, que por sua vez, criava um espaço autorizado de poder.

Como se pode perceber, tanto na América Latina como nos países ibéricos a assistência era ofertada por diversas entidades caritativas e/ou filantrópicas, como as confrarias e irmandades, as sociedades civis e religiosas, associações de classe ou étnicas, as fundações assistenciais e outros grupos comunitários. No Brasil, as instituições privadas, especialmente no campo da assistência à saúde, tinham uma função pública, mesmo porque recebiam subvenção do Estado para prestar assistência gratuita às camadas mais pobres da população. No Estado liberal, tanto no Império quanto na Primeira República, a ação dos poderes públicos era muito pontual – se incumbiam de prestar assistência aos indigentes em épocas de calamidades como as de epidemias, em casos de acidentes, encarregando-se também assistência psiquiátrica. A crise do capitalismo em 1929, entretanto, colocará em pauta a questão social, demandando maior intervenção do Estado, que passará a incorporar e desenvolver políticas sociais e de assistência, a fim de minimizar os danos e tensões próprios do processo de acumulação de capital.

No artigo *A província do Espírito Santo versus “epidemias reinantes”: ações de Estado e mobilização popular na passagem da febre amarela e do cólera (1850-1856)* escrito por Sebastião Pimentel Franco e André Nogueira busca discutir as práticas de assistência e contenção – públicas e privadas – erigidas em torno das epidemias de febre amarela e cólera que assolaram a província do Espírito Santo em meados do século XIX, mobilizando diversos segmentos sociais em ações que visavam minorar e extirpar seus impactos sobre o conjunto da população. O artigo ainda demonstra como a passagem de um evento epidêmico pode mudar as relações, práticas e sociabilidades, tornando-se, em muitos casos, uma espécie “lição” que exige reflexões e respostas múltiplas para interromper seu ciclo de dor e mortes. Baseados nestas premissas, os autores analisam as diversas iniciativas públicas – arquitetadas pelo Estado – e privadas,

fruto da mobilização popular – que de diferentes formas buscaram interpor os reflexos negativos da febre amarela e do cólera sobre o cotidiano e a vida das pessoas. Franco e Nogueira buscam também desvelar as práticas sociais e os laços de solidariedade que movimentaram as populações locais no combate as epidemias, pois frente à ineficiência ou total ausência do Estado restavam-lhes construir alternativas assistências com vistas a interromper o rastro de morte deixado pelas doenças, desvelando a importância das iniciativas populares na complementariedade ou suplantação dos empreendimentos estatais.

O artigo *A quem recorrer? – o serviço de pronto socorro do hospital das clínicas de São Paulo, 1930-1950*, proposto por André Mota, nos apresenta outra faceta da assistência médico-hospitalar. A partir do crescimento populacional da cidade de São Paulo – inflada pelos movimentos migratórios da década de 1930 – o autor adentra nos problemas da gerência da população em seus detalhes: ocupações desordenadas, aglomerados populacionais, falta de infraestrutura e problemas endêmicos, que exigiam por parte da administração pública um posicionamento com relação à assistência às camadas populares urbanas. É neste turbilhão de precariedades ocasionado pela inobservância dos administradores públicos das necessidades populacionais que sistema hospitalar da cidade, representando especialmente pela Santa Casa de Misericórdia, é repensado a fim de minimizar os impactos da pobreza sobre o conjunto da população. Assim, em 1944, foi instituído Serviço de Pronto Socorro do Hospital das Clínicas de São Paulo ligado à Faculdade de Medicina da USP, que ofereceria um leque considerável de serviços médico-hospitalares destinados aos paulistanos, desafogando assim a já colapsada Santa Casa. Imbuído dos mais modernos procedimentos médicos o pronto socorro buscava unir a assistência à população ao treinamento de seus alunos que a partir daquele momento teriam um *locus* privilegiado para unir teoria e prática. No entanto, como demonstra o autor, o funcionamento do Hospital de Clínicas (HC) enfrentou frequentes problemas que dificultavam seu pleno funcionamento impossibilitando a execução de inúmeras demandas para as quais foi pensado. De acordo com a narrativa do autor, fosse pela complexidade de sua gestão, inoperância burocrática ou pela falta de articulação entre diversos os setores da administração pública, o Pronto Socorro do HC foi levado rapidamente à exaustão afastando-se

de seus objetivos iniciais que eram os cuidados emergenciais, esta situação, por sua vez, desvelou toda a complexidade que existe na gestão hospitalar de uma grande cidade como São Paulo.

No texto intitulado *Sociedade, política e saúde na Bahia (1930-1950)* Christiane Maria Cruz de Souza discute o projeto de ampliação dos serviços de assistência e previdência social desenvolvido durante os governos de Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas. A autora pretende demonstrar que a política social implantada nesse período tinha por objetivo amenizar as tensões entre governo, empresários e trabalhadores em uma Bahia abalada por dissensões políticas e conflitos motivados pelo desemprego, pela carestia e pela crise habitacional. Em período em que a saúde se tornava um “bem público”, a escassez de recursos e a necessidade de construir equipamentos de saúde favoreceram arranjos entre instâncias da administração pública e entidades privadas, dentre estas os Institutos de Aposentadoria e Pensões. Para discutir o processo de conformação do sistema previdenciário no país e na Bahia e a constituição de uma rede de assistência médico-hospitalar voltada para assistência do trabalhador urbano, a autora toma como caso exemplar a construção do Hospital do IAPETC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas), atual Hospital Ana Nery, em Salvador, Bahia. A trajetória desta instituição de saúde é representativa das vitórias e derrotas, das fragilidades, tensões, conflitos e negociações no âmbito de diferentes projetos políticos e de modelos de assistência à saúde no Brasil e na Bahia no período estudado.

Trabalhando com o patrimônio da assistência e lugares de memória Viviane Trindade Borges em *Patrimônio carcerário: a patrimonialização de espaços prisionais no Brasil* debruça-se sobre um tema que é pouco discutido nos estudos sobre a assistência: as prisões. Ao elencar como objeto de análise o espaço prisional, a autora demonstra que devido suas múltiplas dinâmicas sociais, estes lugares tornam-se de difícil interpretação e aceitação pelo tecido social. Por se tratarem de espaços marginais e altamente estigmatizados, as prisões, enquanto patrimônio cultural, foram e são deixadas a margem das políticas públicas patrimonialização, contudo, de acordo com a autora, este cenário vem se reconfigurando nos últimos anos devido as mobilizações sociais relacionadas às políticas de memória concernentes ao regime militar, que pressionam pela

preservação destas memórias marginais. Neste escopo, Borges centra sua discussão na ausência de tombamentos em nível federal e o rápido processo de destruição de edificações carcerárias que datam do século XX, fruto da forte pressão imobiliária presente nos centros urbanos. Por outro lado, a autora chama atenção para a amplitude da categoria patrimônio carcerário, que não se restringe apenas à sua dimensão edificada, mas que também engloba aspectos imateriais e materiais dos sujeitos envolvidos no cotidiano prisional. Debruçada sobre estas questões, a autora aponta para toda a complexidade que envolve este campo desvelando embates e desafios que emergem das relações de patrimonialização entre a sociedade e a administração pública.

Ao reunir diferentes temáticas e pesquisadores de diversos lugares do país, assim como da América Latina e da Península Ibérica, esse dossiê pretende contribuir para ampliar a reflexão sobre as diferentes vertentes da assistência – a caridade, a filantropia, bem como o processo formação e instituição do Estado de Bem-estar. Busca, igualmente, fomentar o debate em torno do discurso subjacente às práticas caritativas e assistenciais, relacionando-o ao contexto político, sociocultural e econômico, bem como do papel representado e interesses dos protagonistas das ações assistencialistas. Espera-se que o leitor possa usá-los como referência para identificar e comparar os modelos, conhecer e analisar a organização e o funcionamento de associações benemerentes e filantrópicas, refletir sobre a ‘questão social’, o papel e a intervenção do Estado na oferta de assistência aos desvalidos e trabalhadores.

Acompanhado este conjunto de textos temos o artigo de Thiago Tremonte de Lemos intitulado *Mémoire oublieuse: possível contribuição “involuntária” de Patrick Modiano à narrativa do passado* que disserta sobre as potencialidades da memória como fonte de construção do passado. No artigo *Os ícones e seus signos: a aplicabilidade das imagens nas pesquisas e estudo da História do Império Bizantino* de Paulo Augusto Tamanini aborda os ícones bizantinos em sua historicidade, em sua feitura estética e diálogo com a Teologia da Igreja Ortodoxa Oriental, afastando-se das interpretações exclusivamente teológicas. Na continuidade apresenta-se o texto *Mulheres e a pintura paranaense: relação entre arte e gênero (Fim do século XIX e começo do século XX)* de autoria de Claudia Priori que aborda a presença e atuação de mulheres no campo da arte paranaense, entre os séculos XIX e XX, debruçando-se sobre

os espaços ocupados por elas no cenário artístico e suas trajetórias, analisando como eram vistas e representadas pela sociedade. Em *O livreiro que prefaciava (e os livros roubados); os prefácios de Francisco Rolland e a circulação de livros no Império Português ao fim do século XVIII* de Claudio Denipoti apresenta a trajetória do livreiro e impressor francês radicado em Lisboa, Francisco Rolland, que bem inserido nos círculos de letrados escrevia paratextos para suas edições, nos quais elabora padrões discursivos relativos às questões fundamentais do mercado de livros português do fim do século XVIII, como a utilidade, a necessidade, a instrução e o serviço ao império. De Amílcar Torrão Filho o artigo *Melancolia e alteridade nos Tristes Trópicos brasileiros: Claude Lévi-Strauss leitor de Jean de Léry*, aborda a influência de Léry sobre Lévi-Strauss, de quem este último herda a visão melancólica do encontro entre culturas, sendo considerado pelo antropólogo como o primeiro, senão também o último etnógrafo, que viu a um Paraíso em seus últimos momentos antes da destruição.

Boa leitura!

Christiane Maria Cruz de Souza

Ismael Gonçalves Alves

SUMÁRIO

DOSSIÊ – História da Assistência

- 23** Três tempos de caridade, assistência e filantropia em Goiás (séculos XVIII ao XX)
Three times of charity, assistance and philanthropy in Goiás (Centuries XVIII to XX)
Cristina de Cássia Pereira Moraes; Lara Alexandra Tavares e Rildo Bento de Souza
- 55** Entre a caridade e a assistência: a criação e o funcionamento do Hospital da Caridade em Viana do Castelo (séculos XVIII-XIX)
Between charity and assistance: the creation and functioning of the Hospital of Charity in Viana do Castelo (18th-19th centuries)
Alexandra Esteves
- 75** Entre a caridade e o saber médico: Os embates em torno da assistência às crianças abandonadas no Recife (1840-1860)
Between charity and medical knowledge: The clashes surrounding the care of abandoned children in Recife (1840-1860)
Alcileide Cabral do Nascimento
- 97** “Por un beso de tu boca”: Assistência à saúde bucal infantil na revista *Salud y Sanidad* da Colômbia (Década de 1930)
“For a kiss from your mouth”: Assistance to infant health in the magazine Salud y Sanidad of Colombia (Decade of 1930)
Iranilson Buriti de Oliveira e Lais Vasconcelos Santos
- 119** Infância e morte na região carbonífera: os discursos médicos sanitários sobre a mortalidade infantil no sul de Santa Catarina
Infancy and death in the coal-mining region: medical-sanitary discourses about infant mortality rate in southern Santa Catarina
Ismael Gonçalves Alves

- 145** La organización normativa de la Comisión Central de Señoras Cooperadoras Salesianas: género y sociabilidad. Argentina, 1900-1926
The normative organization of the Central Commission of Salesian Women Cooperators: gender and sociability. Argentina, 1900-1926
Lucía Bracamonte
- 175** Intervención femenina en el mundo rural franquista (España, 1939-1975). Las Cátedras Ambulantes de la Sección Femenina de la Falange Española y su labor de divulgación sanitaria y social
Femele Intervention in the Francoist's rural world (Spain 1939-1975). The ambulant chairs of the Women Section of the Spanish Falange and its work of sanitary and social disclosure
Amalia Morales Villena e Soledad Vieitez Cerdeño
- 207** A província do Espírito Santo *versus* “epidemias reinantes”: ações de estado e mobilização popular na passagem da febre amarela e do cólera (1850-1856)
The province of Espirito Santo versus “reigning epidemics”: state actions and popular mobilization in the passage of yellow fever and cholera (1850-1856)
Sebastião Pimentel Franco e André Nogueira
- 235** A quem recorrer? – O Serviço de Pronto Socorro do Hospital das Clínicas de São Paulo, 1930-1950
Where to look for help? – The Emergency Medicine Service at the São Paulo Hospital of Clinics, 1930-1950
André Mota
- 263** Sociedade, política e saúde na Bahia (1930-1950)
Society, politics and health in Bahia (1930-1950)
Christiane Maria Cruz de Souza
- 285** O patrimônio cultural e as prisões: apagamentos e silenciamentos
Cultural heritage and prisons: erasures and silences
Viviane Trindade Borges

Artigos

- 307** *Mémoire oublieuse*: possível contribuição “involuntária” de Patrick Modiano à narrativa do passado
Mémoire oublieuse: possible “unintentional” contribution to past story by Patrick Modiano
Thiago Tremonte de Lemos
- 337** Os ícones e seus signos: a aplicabilidade das imagens nas pesquisas e estudo da história do Império Bizantino
The icons and their signs: the applicability of the images in the research and study of the History of the Byzantine Empire
Paulo Augusto Tamanini
- 359** Mulheres e a pintura paranaense: relação entre arte e gênero (Fim do século XIX e começo do século XX)
Women and paranaense painting: the relationship between art and gender (end of the nineteenth century and early twentieth century)
Claudia Priori
- 385** O livreiro que prefaciava (e os livros roubados); os prefácios de Francisco Rolland e a circulação de livros no Império Português ao fim do século XVIII
The bookseller who wrote prefaces (and the stolen books); the prefaces of Francisco Rolland and book circulation in the Portuguese Empire at the end of the 18th Century
Claudio DeNipoti
- 413** Melancolia e alteridade nos Tristes Trópicos brasileiros: Claude Lévi-Strauss leitor de Jean de Léry
Melancholy and alterity in brazilian Tristes Tropiques: Claude Lévi-Strauss reader of Jean de Léry
Amilcar Torrão Filho

Resenha

- 441** Gerwarth, Robert. *O Carrasco de Hitler. A vida de Reinhard Heydrich*. São Paulo: Cultrix, 2015, 456 p.
João Fábio Bertonha

Dossiê

História da Assistência

Organizadores: Christiane Maria Cruz de Souza
e Ismael Gonçalves Alves

TRÊS TEMPOS DE CARIDADE, ASSISTÊNCIA E FILANTROPIA EM GOIÁS (SÉCULOS XVIII AO XX)

Three times of charity, assistance and philanthropy in Goiás (Centuries XVIII to XX)

*Cristina de Cássia Pereira Moraes**

*Lara Alexandra Tavares***

*Rildo Bento de Souza****

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar a produção historiográfica classificada, como História da Assistência em Goiás e, de forma sucinta e exploratória; expor os pressupostos e interpretações conceituais sobre o medo como o gerador impulsionador da caridade e o assistencialismo a pobreza, a caridade e a filantropia segundo as pesquisas realizadas desde a antiga capital Vila Boa à moderna e atual Goiânia. Em um primeiro momento, apresentaremos o significado dos termos caridade e associações interligados às irmandades no século XVIII e XIX. Por último, buscaremos entender a Sociedade São Vicente de Paula e o Orfanato São José como instituições de caridade e filantropia em fins do dezenove até meados do século XX.

Palabras-clave: caridade; filantropia; assistencialismo

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the classified historiographic production, as History of Assistance in Goiás and, in a succinct and exploratory way; to expose the presuppositions and conceptual interpretations about poverty, charity,

* Professora Associada da Faculdade de Historia da Universidade Federal de Goiás.

** Mestre em Historia pela Universidade Federal de Goiás.

*** Doutor em História. Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

philanthropy and welfarism according to research carried out from the old capital of Vila Boa to modern and modern Goiânia. In a first moment, we will present the meaning of the terms charity and associations interrelated to the brotherhoods in the eighteenth and nineteenth centuries. Finally, we will try to understand from the religiosity a whole new world at the end of the nineteenth until the middle of the XX century. the one of the philanthropy and the one of the charity.

Keywords: charity; philanthropy; welfarism

Introdução

O milenarismo influencia a sociedade cristã desde o ano IV antes de nossa era e do atual calendário gregoriano. A escatologia que assolou a população mundial no primeiro milênio impera desde o século XVIII entre os miseráveis, os pobres e a elite letrada ou não. Muitos ainda acreditam – principalmente após o fim do segundo milênio – que os sinais bíblicos apontados no Apocalipse de João estão presentes na miséria reinante, nas doenças recalcitrantes, na nova ordem econômica, na eminência de uma terceira guerra mundial, na destruição da camada de ozônio, na extinção de inúmeras espécies de animais, no imigrante, no refugiado, na intolerância religiosa, na homossexualidade, no diferente, dentre outros. É “quase” um *dèja vu* ao fim do primeiro milênio quando “a besta seria libertada de suas correntes e o Anticristo estaria a viver entre nós”. O termo anticristo ocorre apenas quatro vezes na Bíblia, todas elas nas cartas do apóstolo João. As passagens são 1º João 2:18, 2:22, 4:3 e 2º João 1:7, onde o termo anticristo é definido como um “espírito de oposição” aos ensinamentos de Cristo¹. O medo passou a imperar, e uma esperança por dias melhores, para além de uma procura por seitas e crenças mais convincentes no período pós-apocalíptico e em céus e

¹ Existe ampla discussão sobre a temática do milenarismo, sugerimos: DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000*. Na pista de nossos medos. São Paulo: Ed. Unesp, 1999;

purgatórios mais acessíveis, com deuses e santos brandos e menos exigentes é o que tem feito mais sucesso na mídia e em redes sociais.

As Irmandades

Por conseguinte, este trabalho abordará o assistencialismo e a filantropia, porém, vistos sob a perspectiva da caridade desencadeada pelo medo. O medo abordado desde meados do século XVIII será principalmente o medo de morrer e de não se ter preparado para a mesma; ou seja, o de ter tido uma boa morte. Para isso, bastava contar com uma irmandade, confraria, ordem terceira ou uma pia-união. À partida, há que se ter presente, que o Código do Direito Canônico divide as associações em Ordens Terceiras, irmandades, confrarias e pias uniões. As primeiras, sob a inspiração e a orientação duma determinada Ordem ou Congregação religiosa, cuja Regra tem aprovação eclesiástica e como preocupação fundamental a perfeição da vida cristã de seus associados, os quais são genericamente chamados de terceiros e, igualmente, vivenciam mais intensamente as *Obras de Misericórdia*.

Quando os fiéis se associam para fazer alguma obra de piedade ou caridade, essa associação recebe o nome de pia união. Se essa associação, por sua vez, tem ainda uma hierarquia, é designada por irmandade. Seus membros, irmãos ou confrades, segundo o *Compromisso*, também assumem o dever de se auxiliar reciprocamente, tendo, pois, sob esse aspecto, uma identificação de ideais e interesses comuns entre os membros e os candidatos a ingressarem na mesma e uma seleção prévia e restrita dos mesmos, com vista a agregá-los mais facilmente, bem como ainda a evitar fissuras em seu interior. Ambas as modalidades de associação, portanto, têm um perfil assistencialista. Se as irmandades são eretas para incrementar o culto público de um santo, recebem o nome de

confrarias². Do que afirmamos, e, sobretudo da prática, as Irmandades e as Confrarias acabam por exercer uma função cumulativa. Isto é, Irmandades com fins, também, devocionais e Confrarias, também, com fins assistenciais. Portanto, resulta daqui, a dificuldade em definir, não legalisticamente, mas efetivamente, Irmandades e Confrarias.

Do exposto, podemos definir irmandades como associações cujo objetivo era o de congregar as pessoas, que escolhendo um santo protetor comum, passariam a contar com sua proteção especial em meio às lutas terrenas. O compromisso mútuo era o de promover e manter a devoção ao orago dentro de um determinado espaço, não apenas formal ou concreto como capelas e igrejas, mas também como espaço mental que se constituiria quase como um espelho da sua auto-imagem, de sua identidade como grupo. Pode-se resumir as principais finalidades ou objetivos das associações religiosas, associações beneficentes e conferências afirmando que, a par das atividades assistenciais aos seus membros, por exemplo, a criação e manutenção de hospitais, hospícios, asilos e orfanatos, e até mesmo, o auxílio financeiro para os funerais e para casamento, elas também os assistiam no âmbito de vida espiritual ou religiosa, *verbi gratia*, estimulando-os a participar das missas e festas de guarda da Igreja Romana, determinando cuidados das celebrações em louvor do seu orago, a participarem das reuniões da mesma associação, quando fosse o caso, a cumprirem as suas demais normas estatutárias e, até mesmo, prepará-los, quando possível, para morrer bem.

Morrer bem significa não ter tido medo, porque foi um homem de fé e caridoso. Após ter cumprido com seus deveres de um dizimeiro e vassalo fiel, um devoto filho e irmão de algum santo em uma irmandade eis que, após a confissão e o testamento, pode descansar em paz com a ajuda de outros irmãos.

A respeito do medo da punição devemos observar três aspectos: quem são os purgados, por quem são purgados, onde são purgados. Os que são purgados dividem-se em três categorias. Os primeiros são os que morrem sem ter feito a penitência que lhes cabia.

² *Código de Direito Canônico*. Cânon 707, parágrafo 1.º e 2.º. Edição de Lorenzo Miguez Dominguez et al. Madri: La Editorial Católica, 1947, p.281.

Se por ventura, tivesse no coração a contrição para apagar seus pecados, passariam livremente para a vida eterna mesmo não tendo realizado nenhuma reparação. Mas, aos que morreram sem se arrependem, ou antes, de completar alguma penitência, são severamente punidos no fogo do purgatório, a menos que os vivos fiquem encarregados de sua reparação. Para que tal reparação tenha valor, são necessárias quatro condições.

A primeira é que deve ser autorizada pelos padres; a segunda diz respeito quando o beneficiário não pode estar em condições de reparação; a terceira é quando o reparador tem caridade meritória suficiente; a quarta é quando existe a proporção entre a reparação e a pena, de maneira que uma menor seja comutada por uma maior; pois satisfaz mais a Deus a pena sofrida pessoalmente do que por outrem. Há três tipos de penas; a pessoal e voluntária – tem maior poder de reparação – a pessoal e não voluntária – é sofrida no Purgatório – a voluntária, mas não pessoal – é objeto de reparação, mas, satisfaz menos por não ser pessoal como a primeira e mais que a segunda por ser voluntária. Portanto, para se livrar das penas, o fiel necessita dos sufrágios feitos pelos amigos e familiares. Há quatro tipos de sufrágios deveras vantajosos para os mortos: a prece dos fieis, a prática da esmola, a celebração da missa e a observação do jejum. Os mais utilizados foram as missas com variações na quantidade dependendo da época.³

O importante é contar com a caridade dos irmãos que irão rezar para os que se foram. Não interessa saber se você conhecia o mesmo, mas a missa em intenção do defunto ou para as almas do purgatório era para ser rezada por quem lá estava ou não! Como saber? “Fazer o bem sem olhar a quem! Gálatas cap.6 vers. 10.

3 VARAZZI, Jacop.o de. *Legenda Áurea. Vidas de Santos*. Trad. Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia da Letra, 2003, p. 912-924.

A Sociedade São Vicente de Paulo

A Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás, nos seus pedidos de contribuição para a população vilaboense, sempre colocava algumas frases de efeito para sensibilizar as pessoas a fazerem suas doações, tais como: “o pobre é nossa riqueza”, ou “quem dá aos pobres, empresta a Deus”. Essa relação evidencia a forma como a caridade era entendida: a caridade como meio para se obter algo de Deus, a quem é devedor de indulgências aos que ajudam os pobres, que, por sua vez, é a “riqueza” dos que os ajudam, já que com isso podem exercitar a caridade.

Nos jornais e até mesmo no cemitério, os doadores queriam ver “estampada” as suas ações, como forma de publicidade para, além do reconhecimento pessoal, incentivar tais iniciativas. Em 19 de agosto de 1909, o jornal *O Lidador*, que pertencia a Diocese, anunciava a doação para uma das obras da Sociedade São Vicente de Paulo, o asilo, “a esmola de 100\$000 rs. Nossos parabens ao generoso vicentino pela bellaacção que vem de praticar, almejando que ella encontre imitadores”⁴. Em outro caso, 02 de novembro de 1909, encontramos noticiário similar: “Para o Asylo S. Vicente de Paulo, desta Capital, deu o sr. [...], a esmola de 20\$000. Nossos parabens ao generoso doador”⁵. No cemitério da cidade, em uma lápide de 1902 ainda resiste o epitáfio: “Restos mortaes do caridozo capitão (...)”⁶. A caridade ganhava um viés exibicionista, contrariando a própria lógica Cristã, detalhado no Evangelho de Mateus, capítulo 06, versículos de 1 a 4:

4 Gabinete Literário: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI - n°. 32. Cidade de Goiás, 1909, p. 02.

5 Gabinete Literário: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI - n°. 34. Cidade de Goiás 1909, p. 02.

6 Cemitério da Cidade de Goiás. “*Restos Mortaes do Caridozo Capitão Antonio Manoel Gomes da Neiva. Fallecido a 15 de Agosto de 1902 com 63 Annos de Idade*”. Cidade de Goiás, 1902.

Guardai-vos de fazer a vossa esmola diante dos homens, para serdes vistos por eles; aliás, não tereis galardão junto de vosso Pai, que está nos céus.

Quando, pois, deres esmola, não faças tocar trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem glorificados pelos homens. Em verdade vos digo que já receberam o seu galardão.

Mas, quando tu deres esmola, não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua direita;

Para que a tua esmola seja dada em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, ele mesmo te recompensará publicamente.⁷

Diante do exposto, podemos chamar os vicentinos de filantropos, ao invés de caridosos? A linha entre esses dois conceitos, vistos na sociedade vilaboense no decorrer da Primeira República, é muito tênue. De acordo com o estudo de Gisele Sanglard, enquanto a caridade seria visto como algo cristão, a filantropia, por outro lado, “(...) seria uma virtude social e seu desenvolvimento estaria ligado ao papel desempenhado pelos filósofos das Luzes no final do Antigo Regime”. Nesse sentido, os filantropos “(...) buscaram esvaziar o caráter caritativo da filantropia reforçando seu lado de utilidade social, e o termo passou a ser percebido mais como prevenção à miséria do que uma forma de suavizá-la”⁸.

A intenção da Sociedade São Vicente de Paulo, desde a sua criação na França, era a de *suavizar* a pobreza, contribuir com donativos materiais, seja comida, roupa, aluguel de casas, dentre outros. Os filantropos, por sua vez, não doavam simplesmente, ofereciam trabalho, e encorajavam a população para a produção. A grande diferença entre caridade e filantropia é que a primeira se baseava na piedade, ou seja, pressupunha “(...) a abdicação de toda a vaidade de seu autor e propugna o anonimato, ao passo que a segunda é marcada por um gesto de utilidade, e neste caso a publicidade se

7 Bíblia Sagrada. Mateus, capítulo 6, versículo de 1 a 4.

8 SANGULARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas*. Rio de Janeiro, 1920-1940. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2005, p. 29.

torna uma arma importante nas mãos dos filantropos, além de acirrar-lhes a rivalidade”⁹.

O fato de que a caridade pressupõe o anonimato e a filantropia seria, por sua vez, aberto a manifestações publicitárias em torno do ato de doar, torna os Vicentinos e todos aqueles que doavam para a Sociedade São Vicente de Paulo, e que ostentavam o seu feito pela imprensa, filantropos. Entretanto, o objetivo dos Vicentinos não era erradicar a pobreza a longo prazo por instrumentos que ensajassem isso, como o incentivo ao trabalho, por exemplo; era apenas o de angariar recursos para prover os pobres em tudo que necessitassem. Essa rede de assistência, ora ou outra, teria que contar com o apoio da sociedade, pois somente os seus membros não conseguiriam sustentar todos os pobres. Por isso que nos seus pedidos de doação, frases de efeito, como a que citamos no início desse tópico, e um texto emotivo sensibilizavam a comunidade e eram sempre utilizados.

Deste modo, embora, a primeira vista, as atitudes dos vicentinos, principalmente em relação à publicidade e exaltação de seus atos de doação, os coloquem mais como filantropos, iremos usar o conceito que eles se usavam para se referirem a si próprios e os outros, e que levavam até mesmo para perpetuar numa lápide de mármore: caridosos.

Desde a Idade Média, o interesse em ajudar os pobres sob o discurso cristão, era “não era apenas moral – também era espiritual”. Por que ter “seus pobres, tal como se tinha seus mansos e seus criados, também significava ter seus intercessores, com o objetivo de redimir seus pecados e ter sua salvação garantida”¹⁰. Para além da publicidade e do reconhecimento, a caridade da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás visava intermediar uma relação com Deus.

Fundada em Paris em 23 de abril de 1833, por um jovem estudante chamado Frederico de Ozanam (1813-1853), batizou com o nome do santo francês, a sua sociedade de leigos que se organizavam

⁹ Idem, p. 30.

¹⁰ MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campos, 1989, p.

em conferências, com número determinado de participantes que se reuniam sob a proteção de um orago, com o objetivo de ajudar os pobres¹¹. Ao comparar a biografia de Ozanam com a hagiografia de São Vicente de Paulo (1581-1660) o estudo de Souza observou “ênfases diferentes na operacionalização prática do que vem a ser a caridade”. Para o “primeiro a ênfase era o conforto espiritual, tendo o auxílio material somente em períodos de muita carência; a ênfase do segundo, por sua vez, centrava-se na prática da caridade por meio de auxílio material”¹².

Atualmente, a Sociedade São Vicente de Paulo está presente em 135 países, com um número aproximado de 500 mil membros. O Brasil é o maior país vicentino do mundo: são 20 mil Conferências, 1754 Conselhos Particulares, 272 Conselhos Centrais, 30 Conselhos Metropolitanos e 2 mil Obras Unidas, coordenados pelo Conselho Nacional do Brasil. A Conferência de São José foi a primeira fundada no Brasil, no Rio de Janeiro, em 1872. Em Goiás, a “Sociedade de S. Vicente de Paulo enunciou-se em nossa Província pela fundação da 1ª Conferencia que foi installada no dia 29 de Abril de 85 com desesete sócios”¹³.

A criação das Conferências da Sociedade São Vicente de Paulo fazia parte de um grande projeto de retomada do catolicismo em terras brasileiras, chamado romanização¹⁴. Ademais, uma das primeiras medidas impostas pela Reforma Ultramontana, como também era conhecida, foi a substituição do leigo, que perde, deste modo, a sua autonomia religiosa, que passaria a ter validade com a aprovação do clero. Assim, as Irmandades religiosas fundadas e

11 A Sociedade São Vicente de Paulo estrutura-se da seguinte forma: as Conferências de determinada cidade estão unidas entre si pelos Conselhos Particulares. Estes, por sua vez, estão vinculados aos Conselhos Centrais, de caráter executivo, que responde por determinada circunscrição. Na sequência hierárquica há os Conselhos Metropolitanos, de âmbito regional. Em nível nacional, existe o Conselho Nacional do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, RJ. Coordenando o trabalho em todo mundo está o Conselho Geral Internacional, em Paris, na França.

12 SOUZA, Rildo Bento de. *Pobreza, doenças e caridade em Goiás: uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1935)*. Jundiá-SP: Paco Editorial, 2014, p. 32.

13 Asilo São Vicente de Paulo, doravante denominado ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

14 Sobre esse assunto ver: PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

dirigidas por leigos sob a proteção de um orago tradicional, como Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, São Benedito, dentre outros, foram substituídas por associações leigas voltadas para os demais santos então em voga na Europa, como, por exemplo, São Vicente de Paulo e Nossa Senhora das Graças¹⁵. É neste período de transformações intensas no *modus operandi* do catolicismo que a Sociedade São Vicente de Paulo ganha espaço, não somente em Goiás, mas em todo o país.

Na Cidade de Goiás, os vicentinos formaram quase uma dezena de conferências nas primeiras décadas de funcionamento. Cada Conferência cuidava de certo número de pobres. Os Vicentinos forneciam os vales em dinheiro, ou gêneros alimentícios, roupas, dentre outros, e depois recebiam o respectivo valor do tesoureiro da Conferência¹⁶. A relação dos Vicentinos com os pobres era muito próxima. Na Conferência da Imaculada Conceição, por exemplo, no dia 28 de novembro de 1888, um confrade requereu do tesoureiro treze mil e quinhentos réis proveniente da compra de roupa para “*meu pobre*”¹⁷. Ou seja, cada confrade vicentino era responsável por determinado número de pobres. Para ser ajudado pela Sociedade São Vicente de Paulo os únicos requisitos eram ser pobres e católicos.

O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação de meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica,

15 SANTOS, Edivaldo Antônio dos. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins. 1881-1930*. Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1996, p. 70.

16 No livro de recibos os confrades escreviam a quantia recebida do tesoureiro e onde haviam gasto o dinheiro, seguindo o modelo: “Recebi do Snr. Josino do Nascimento Marques Fogaça, thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição, a quantia de doze mil e quinhentos importancia de 15 vales q forneci a tres pobres da mesma Conferencia e por ser verdade passa o presente em que firmo. Goyaz 1º de Setembro de 1888. Lourenço Alves Costa” (ASVP: Documentos Avulsos. *1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*. Cidade de Goiás, 1888-1889).

17 ASVP: Documentos Avulsos. *1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*. Cidade de Goiás, 1888-1889.

honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. Uma tal definição pode incluir todos os frustrados, todos os enfeitados, todos os associiais, todos os marginais; ela não é específica de época alguma, de região alguma, de meio algum¹⁸.

Na hierarquia da pobreza, temos os mendigos, que estavam abaixo dos pobres, pois eram “reduzidos à mendicância por força do aprofundamento da situação de pobreza”¹⁹. E também, por último, o *indigente*, aquele “que até do necessário tem falta”, que dependiam em tudo da ajuda alheia²⁰. Tanto pobres, mendigos e indigentes, desde que católicos, eram ajudados pela Sociedade São Vicente de Paulo. Eles recebiam o conforto material por meio de dinheiro, comida, roupas, aluguel de casas, e patrocínio de casamentos (principalmente entre os amancebados), até noções de higiene para combater as doenças e evitar as epidemias, como a de varíola em 1904 e a de Gripe Espanhola, em 1918.

A partir de 1888, além do trabalho de cada Conferência, a Sociedade São Vicente de Paulo passou a centrar-se em quatro obras principais: a Escola Noturna, a Obra dos Enterros, a Doutrina Cristã e as Visitas à prisão e ao hospital. A primeira, a Escola Noturna, era a que mais se assemelhava a uma obra digna de um filantropo, já que tinha o objetivo de “produzir bons cidadãos” por meio da “instrução dos pobres”; “foi mantida pelo Conselho Particular por espaço de um ano, vencendo a Sociedade grandes obstáculos para poder manter uma obra com que não fazia pequena despesa”. Devido aos insistentes pedidos dos Vicentinos, o Governo Provincial fundou uma escola noturna no “mesmo prédio em que funcionava a nossa, as mesmas horas e com os mesmos regulamentos, o que foi para nós de grande

18 MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campos, 1989, p. 05.

19 FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, SP/Salvador, BA: Editora Hucitec/EDUFBA, 1996, p. 41.

20 PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. 1832. Edição Fac-Similar. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana, 1996.

contentamento, pois vemos assim a obra de Deus com mais força e mais estabilidade”²¹. Entretanto, como a instrução não era vista no período como forma de ascensão social, o projeto foi abortado pouco tempo depois por falta de alunos²². Há que se ressaltar que a escola criada pelo governo funcionava no mesmo prédio, no mesmo período e mantendo o mesmo regulamento, que acreditamos seja pautada nos princípios católicos. Outrossim, nos relatórios dos presidentes de província, só encontramos uma menção à escola noturna²³.

A obra dos enterros era uma das mais significativas da Sociedade São Vicente de Paulo. Consistia em uma carroça fechada, chamado de carro fúnebre, puxada por um cavalo, que transportava o esquife até o cemitério. Como os pobres não tinham condições de possuir um caixão, havia apenas um, que era utilizado pelo defunto durante o velório e o cortejo até o cemitério. O defunto era colocado na sepultura apenas com uma mortalha, e carro e o caixão eram recolhidos até a próxima utilização²⁴. Até então a função de enterrar gratuitamente os indigentes era desempenhada pelo Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, “(...) instituição que abarcava funções e princípios caritativos cristãos”²⁵.

A Doutrina Cristã²⁶, por sua vez, inicialmente era de responsabilidade dos vicentinos, depois passou a cargo dos padres Dominicanos “que a elles declinamos de muito bom gosto, pois, infelizmente, podemos com franqueza dizer que mais servíamos para

21 ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

22 Foi somente com a Escola de Aprendizes e Artífices, criada na Cidade de Goiás em 1909 é que houve uma tentativa de criação de curso noturno para profissionalização dos pobres, mas que não foi avante, porque os próprios pobres não viam nelas nenhum significado prático. Para serviços braçais não precisavam ser alfabetizados.

23 A única alusão sobre a mesma foi localizada no relatório do Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, datado de 1888, quando se aborda a questão da nomeação de professores: “para a noturna da capital o cidadão José Gomes dos Santos (...)”. In: Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, Presidente desta Província, entregou a administração da mesmo ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo em 20 de Fevereiro de 1888. In: *Memórias Goianas* nº 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 184.

24 ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

25 MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no Século XIX*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, 2004, 19.

26 Doutrina Cristã era sinônimo de catequese.

discípulos que para mestres de doutrina”²⁷. É interessante destacar que a ideia inicial foi dos Vicentinos, mas que depois foi encampada pela Igreja. A catequese era um dos principais objetivos da Reforma Ultramontana, e que os padres estrangeiros deveriam se dedicar com afinco, com o objetivo de romanizar o catolicismo afastando-o do seu caráter popular.

Por fim, a visita às prisões e aos hospitais trazia, de acordo com os Vicentinos, “grandes resultados e muitas consolações”. Em relação a cadeia²⁸ encontravam “os presos entregues a um meio horrível onde só encontram meios de maior perdição que verdadeira correção”. No hospital o quadro não era melhor, com os “enfermos illudidos a uma triste esperança de viver sempre enganados por levianas animações, nunca se lembrão do verdadeiro caminho á seguir”:

(...) é assim que vimos duas classes de desgraçados, bem pobres e que não encontram quem lhes leve uma esmola para alimentar o seu espirito, por aqui vemos bem claramente que nem sempre é grande esmola atirarmos simplesmente a sacola do pobre um punhado de ouro, ao passo que seria de grande virtude aquelle que não tendo ouro e que desejando ser util a nossa cara Sociedade se dirigisse a casa do pobre e alli lhe consolasse em sua dôr, que se dirigisse ao cárcere e mostrasse ao criminoso o caminho do arrependimento que se dirigisse finalmente ao hospital e ahi de leito em leito consolasse esses pobres enfermos mostrando-lhes Deus, o medico do corpo e da alma²⁹.

Em relação a cadeia e ao hospital, o relato dos Vicentinos encontram paralelo com os relatórios dos Presidentes de Província,

27 ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

28 O prédio da cadeia, foi construído em 1761, está localizado no largo do Chafariz e desde a década de 1950 transformou-se em Museu das Bandeiras.

29 ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

que eram feitos ao final de cada ano. Em 1881, o então Presidente da Província, por exemplo, pretendia transformar a cadeia num local de trabalho a fim de tirar o preso da ociosidade, diminuindo os gastos da sua manutenção, uma vez que é “pessimo em geral, o estado das cadêas da provincia. (...) O trabalho é também necessário para a hygienne da prizão. Muito conviria crearse tambem na cadêa uma escola nocturna para a instrucção dos sentenciados e dar-lhes igualmente o ensino religioso”³⁰. Neste mesmo sentido, o relatório de 1887, revela o estado desses dois estabelecimentos: “Não são boas as condições da cadêa desta capital, sendo para lamentar que o estado da provincia não permita que decreteis qualquer medida no sentido de melhoral-a, augmentando-a de maneira que possa comportar o numero de presos, que ali se achão actualmente muito acumulados”³¹; no que tange ao Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, fundado em 1825, “trouxe uma impressão desagradavel. (...) funciona em um edificio a todos os respeitos inconveniente (...) mudasse as condições precárias de seu hospital, tornando-o capaz de o ser e procurando satisfazer o seu fim, (...) praticando a mais sublime das virtudes – a Charidade”³².

Embora citando as péssimas condições sanitárias tanto no hospital quanto na cadeia, os Vicentinos não tinham o objetivo de tentar mudar fisicamente esses locais, e sim mostrar “ao criminoso o caminho do arrependimento”, e consolar o doente “mostrando-lhes Deus, o medico do corpo e da alma”, como expressam no relatório citado acima.

Quatro anos após a Sociedade São Vicente de Paulo chegar em Goiás, seus confrades idealizaram o que seria a sua maior obra até então, a construção de um asilo para abrigar os pobres, nesse caso, principalmente os indigentes e loucos mansos, que se aglomeravam

30 Relatório apresentado pelo Illm. eExm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Ex-Presidente da Província, no acto de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes em 27 de Dezembro de 1881. In: *Memórias Goianas* nº. 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 129-130.

31 Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, em 20 de Fevereiro de 1887. In: *Memórias Goianas* nº 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 170.

32 Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, em 20 de Fevereiro de 1887. In: *Memórias Goianas* nº 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 169.

pelas ruas, becos e vielas da terra do Anhanguera, “afim de melhor tratá-los em conjunto”³³. Embora com o trabalho amplamente reconhecido pela sociedade vilaboense, somente em 1899 a ideia começou a sair do papel, com a aquisição do terreno doado pelo então Intendente Municipal e Vicentino, o médico José Netto de Campos Carneiro³⁴, numa região afastada do centro da cidade. A Pedra Fundamental do futuro asilo foi lançada em agosto de 1900, em uma solenidade que contou com a presença da sociedade, dos confrades Vicentinos, de clérigos e do Bispo Diocesano. Durante os dez anos de construção do asilo, foram gastos “39 contos, assim discriminada: esmolas, 14 contos; auxílio da União por meio de loterias, 12 contos de réis; auxílio do governo estadual, 8 contos de réis; auxílio municipal, 5 contos de réis”³⁵. Por fim, Asilo São Vicente de Paulo foi inaugurado no dia 25 de Julho de 1909 no subúrbio da Cidade de Goiás, e é o único prédio fora do centro histórico, tombado pelo IPHAN.

Para além do objetivo principal da instituição que era o de “(...) recolher os indigentes e mantel-os; dando-lhes o necessario abrigo, juntamente com o consolo que proporciona a Religião Catholica”³⁶, a construção do asilo, camuflaria, outrossim, sob o discurso da caridade cristã, o saneamento da cidade. Os pobres, mendigos, doentes, velhos, e alienados mentais, que punham em risco a salubridade da então capital, foram colocados numa instituição longe o suficiente da zona urbana. O discurso da caridade que embalou a construção do asilo resolveu, inicialmente, um problema que se arrastava há mais de um século, desde o período da tão

33 ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, s/d, p. 02.

34 José Netto de Campos Carneiro (1857 – 1921). Médico formado na Faculdade de Medicina da Bahia. Foi Deputado Estadual (1892-1894); Secretário de Estado de Instrução e Obras Públicas de Maio a Julho de 1895; Intendente Municipal da Capital por dois mandatos (1899 e 1909); e Secretário de Estado do Interior e Justiça (1913-1914). Foi Diretor do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara. Além do mais foi um Vicentino muito querido pela população vilaboense. Não constituiu família, nem deixou filhos. Em seu testamento doou sua casa e sua fortuna para a instituição de um orfanato, denominado de Orfanato São José.

35 AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910*. Brasília, SPHAN/8ª DR, 1987, p. 112.

36 ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurilio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 02.

propalada decadência aurífera, na segunda metade do século XVIII. Digo, “inicialmente”, porque o Asilo somente não resolveu o problema, as Conferências Vicentinas continuaram com o seu trabalho de prover os pobres que não eram atendidos pelo asilo. Com a construção da instituição aumentou as despesas da Sociedade, que necessitava sempre de mais donativos.

A elite vilaboense, com a construção do asilo, permitiu que a cidade se tornasse mais salubre. Nesse ínterim, até o final do século XIX as teorias miasmáticas dominavam o debate médico; segundo esse princípio, o surto de epidemias de doenças contagiosas era causado em decorrência do estado do ambiente, ou seja, o estado atmosférico envolto pelas más condições sanitárias contribuía para o aparecimento de doenças³⁷.

A construção do asilo visto por essa perspectiva representou o empenho de uma elite, que sob o discurso da caridade cristã, empreendeu grandes esforços para higienizar as ruas, becos e vielas de uma cidade insalubre. Localizada num fundo de vale, entrecortada por um rio, cercada por um serra, o que impedia a livre circulação do ar, e, conseqüentemente uma sensação de bem estar.

Pois bem, o asilo foi construído e o edifício era imponente para a época, possuindo oitenta metros cada lado, em formato de U. Na frente localizava-se a Capela e o Salão da Junta Administrativa do Asilo. No lado esquerdo localizavam-se os dormitórios das Irmãs Dominicanas, vindas diretamente da França para trabalharem na instituição, a cozinha e a rouparia. O lado direito, por sua vez, era dedicado aos alojamentos dos internos.

De acordo com o Regulamento do Asilo São Vicente de Paulo, a Junta Administrativa tinha o objetivo de administrar e angariar recursos para prover a instituição³⁸. Era subjugada ao Conselho Particular da Sociedade, que elegia anualmente uma nova Junta, sempre no dia 25 de Julho, data da inauguração do asilo. A Junta Administrativa era composta de um Presidente, um Secretário e

37 ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1994, p. 211.

38 ASVP: Documentos Avulsos. “Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurilio M. Curado Fleury”. Cidade de Goiás, 1909, p. 03.

um Tesoureiro, que embora pudessem se reeleger, tal fato nunca ocorreu³⁹. Há que se ressaltar que os membros não recebiam salários. Às Irmãs Dominicanas, vindas diretamente da França para trabalhar na instituição, cabia a administração interna. Pela documentação arrolada, até a década de 1960 as Irmãs recebiam salários pelo trabalho realizado na instituição⁴⁰.

Como afirmamos anteriormente, a manutenção do asilo, uma instituição de grande porte no Estado de Goiás, onerava e muito a Sociedade São Vicente de Paulo. À parte do trabalho de cada Conferência, havia a coleta entre os confrades, a contribuição da sociedade, e a promoção de eventos, como quermesses, leilões, espetáculos teatrais, além de outros. Anna Joaquina da Silva Marques, autora de um memorial entre 1881 até 1930, presenciou o esforço da Sociedade São Vicente de Paulo em angariar recursos⁴¹. Na noite de 1º fevereiro de 1886 “(...) houve Theatro em benefício de S. Vicente de Paula. (Vingança de 1 escravo, e a comedia o morto embargado) esteve m^{to} concorrido nós não fomos”⁴². No dia 23 de julho de 1886, “eu Nhola e Lili fomos a novena de S. Vicente de Paula. Houve Leilão”⁴³. Mais adiante, no dia 21 de julho de 1889 “houve leilão de S. Vicente de Paula houve m^{tas} prendas q’ forão arrematadas”⁴⁴. Por fim, em 8 de dezembro de 1889 “teve bailão de S. Vincente de Paula

39 ASVP: Documentos Avulsos. *Nomes dos confrades da Sociedade de S. Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Asilo*. Cidade de Goiás, 1966.

40 ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurilio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 03 Em 2015 o nome da instituição foi alterado, de asilo para “lar”. Atualmente conta com sessenta e cinco internos, sob os cuidados das Irmãs Dominicanas, que administram a instituição sozinhas, sem a divisão com os vicentinos. Assim como no início, a maioria dos asilados constituem em idosos com problemas mentais.

41 Sobre Anna Joaquina da Silva Marques ver o interessante estudo de: CARVALHO, Euzébio Fernandes de. *O Rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques. Cidade de Goiás, 1881-1930*. Dissertação (Mestrado em História – Universidade Federal de Goiás). Goiânia, 2008.

42 Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. (mimeo). Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 79.

43 Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. (mimeo). Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 86.

44 Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. (mimeo). Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p.120.

p.^a q' o resultado fosse o din.^o distribuído com os pobres. Nhola Lili e Eu offerecem os objectos, p.^a esse fim”⁴⁵.

O General Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo (1884-1958), por exemplo, um vilaboense radicado no Rio de Janeiro, escreveu na obra *Terra distante* suas impressões de Goiás quando por aqui voltou a passeio, no início da década de 1920, ao observar os esforços da Sociedade São Vicente de Paulo observou a respeito dos recursos gastos pela instituição “a energia, tenacidade e abnegação de que só são capazes as almas puras e devotadas ao sacrifício”⁴⁶.

Por outro lado, a Sociedade São Vicente de Paulo modificou a relação entre o indivíduo e os pobres em Goiás, principalmente por meio das esmolos. Entendemos por *esmola*, de acordo com um dicionário de 1832, como aquilo “que se dá ao necessitado”⁴⁷. Por meio do ato de distribuir esmolos, a piedade para com os pobres demonstrava “uma forma de expressar devoção para com Deus”⁴⁸, uma vez que elas respeitavam a dignidade pessoal do pobre⁴⁹. Entretanto, com o surgimento da Sociedade São Vicente de Paulo, o significado do ato de distribuir esmolos mudou. Por meio da referida Sociedade, o indivíduo não precisava mais dar ao necessitado o dinheiro para conseguir as benesses dos céus; a esmola passou a ser doada à própria Sociedade, a quem caberia a missão de geri-la.

O discurso de que a Sociedade São Vicente de Paulo era embasada por fortes laços caritativos cristãos, que envolvia o amor ao próximo e de abnegação, perpassou o tempo, embora haja várias camadas subjetivas de interpretação a respeito dessa caridade tipicamente goiana, um misto de assistencialismo, filantropia e caridade cristã.

45 Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. (mimeo). Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 125.

46 AZEVEDO, Cordolino de. *Terra Distante (Impressões de Goyaz)*. Rio de Janeiro: s/e, 1925, p. 95.

47 PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. 1832. Edição Fac-Similar. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana, 1996.

48 FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, SP/Salvador, BA: Editora Hucitec/EDUFBA, 1996, 35.

49 MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campos, 1989, p. 151.

O que exemplifica a filantropia em Goiás foi o Orfanato criado pelo Dr. Netto considerado pela antiga capital de Goiás como o “pai dos pobres”.

O Orfanato São José

José Netto de Campos Carneiro, filho do major João Netto Cerqueira Leão e Maria Francisca Cerqueira Leão, católico, nunca foi casado ou teve filhos. Formou-se em medicina em 1855 na Bahia, retornando para Goiás onde exerceu por toda vida sua profissão. O que o diferenciou de outros médicos foi sua dedicação no atendimento para ricos e pobres. Facilmente encontramos na literatura goiana ou nos jornais, elogios perante sua atuação como médico e a sua benevolência, sendo chamado popularmente como o “pai dos pobres”. Quando faleceu, deixou escrito em seu testamento, o desejo para construção de um orfanato para meninas mantido por seus bens, rendas de alugueis dos inúmeros imóveis espalhados pela cidade de Goiás. Faz-se importante analisar sua trajetória como médico e homem prestigiado na cidade. Indagando a imagem construída de pai dos pobres, compreendendo assim, seu real sentido de dedicação aos mais necessitados: a filantropia.

Consideramos a filantropia como virtude social de uma prevenção à miséria e que se distância da caridade ligada à religião. Por vezes a filantropia influenciou ações individualizadas de médicos que seguiam um princípio nacional “Partilhavam igualmente a consciência, herdada dos iluministas, de que os principais problemas de saúde advinham da precariedade, quando não mesmo da miséria da maioria da população”⁵⁰ Sendo assim, observamos na obra “Das febres em Goyaz”, escrita pelo médico José Netto, a influência do designo da filantropia em seu discurso,

⁵⁰ABREU, Laurinda. ‘Prefácio’. IN: SANGIARD, Gizele [et al] *Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 7 – 12.

“(…) procurarei entreter com o benévolo leitor que não teme-se embrenhar-se nas ingratas regiões das moléstias, uma palestra sobre o *impaludismo* em suas diversas manifestações clínicas, e se adopto o termo *febres* de preferência ao de paludismo ou impaludismo é por ser aquelle o mais vulgarmente conhecido, e não tendo eu a veleidade de escrever para os mestres, mas dirigindo-me simplismente áquelles que longe dos recursos da sciencia soffrem as conseqüências d’esse *protêo*, ao qual pagam annualmente um pesado tributo, encararei o assumpto sob um ponto de vista todo pratico, baseado ás mais das vezes nos pequenos conhecimentos que adquiri no exercício clinico por de 10 annos.”⁵¹

O texto “Das Febres em Goyaz” escrito por José Netto, publicado em 1897 em Porto, no formato de folhetos, dedicado a seus amigos, tem como objetivo segundo o médico, contribuir para o combate do impaludismo⁵² em Goiás, doença considerada endemia na capital goiana. Embora trate de uma doença, ou seja, de um assunto científico, José Netto diz estar escrevendo para aqueles que sofrem as conseqüências do que ele denomina de “protêo”. Observamos dois sentidos em seu discurso: o primeiro refere-se que o conhecimento e a

51 CARNEIRO, José Netto de Campos. *Das Febres em Goyaz*. Porto: Tip. A vapor de Arthur José de Sousa & Irmão, 1897, introdução.

52 A malária ou impaludismo é uma doença infecciosa, não contagiosa e de evolução crônica, com manifestações episódicas de caráter agudo. Provavelmente é a doença parasitária mais antiga, conhecida na Antigüidade como febre intermitente. Devido ao seu caráter endêmico, foi responsável por tantas mortes quanto foram as próprias guerras em vários períodos da história. Existem quatro formas de malária humana, identificadas através de exames de laboratório, conforme os seguintes agentes infecciosos encontrados no sangue do paciente: *Plasmodium falciparum*, causador da forma mais grave da doença, *Plasmodium vivax*, *Plasmodium malariae* e *Plasmodium ovale*. Estes três últimos normalmente não provocam morte. Os sintomas da malária na sua forma aguda em geral no indivíduo não imune são: calafrios fortes, acompanhados de dor de cabeça, náusea e sudorese profunda. Estes sintomas se repetem em ciclos diários, em dias alternados ou a cada três dias e podem durar de uma semana a um mês ou mais. As recaídas podem acontecer a intervalos regulares no caso do *P. vivax*, podendo persistir por até 50 anos no caso do *plasmódio malariae*. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/bibmang/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=104&sid=106>. Mais sobre o tema: BENENSON, A. S. El control de las enfermedades transmisibles en el hombre. 14 ed. Washington : Ed. Organización Panamericana de la Salud, 1987. (Publicación Científica; 507); SCHREIBER, W. & MATHYS, F. K. Infectio. São Paulo: Roche, 1991. VERONESI, Ricardo. *Doenças infecciosas e parasitárias*. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991, Disponível em http://www.cpqrr.fiocruz.br/informacao_em_saude/CICT/malaria/malaria.htm

prevenção desta doença deve ser dirigida para a população, sendo seu propósito educá-la; no entanto, o outro sentido nos inquieta. Escrevendo para pessoas comuns, ou que não tem o conhecimento adequado para interpretar um texto com linguagem carregada de termos científicos, seu objetivo não poderia ser apenas instruir, mas também divulgar seu exercício como médico no meio acadêmico. Em outro momento diz,

Se fora meu intento fazer uma dissertação completa do conjuncto dos phenomenos mórbidos que phatologia consigna sob o nome de impaludismo, e não escrever modestas linhas sobre febres, indubitavelmente o meu dever conduzir-me-ia a tratar de uma parte importante do assumpto a *anatomia pathologica*; em tal caso teria de recorrer aos indispensáveis subsídios trazidos pelo escalpello de mãos dadas com o microscópio, e inverter com o tolerante leitor por uma região interessantíssima, sem duvida para o homem da sciencia, porém que longe de auxiliar-nos, traz-no-ia a confusão e quiçá o tédio⁵³.

Neste outro trecho, o médico reforça o intuito da sua escrita e porque deixa de fazer certas abordagens. É interessante perceber a construção e uma intencionalidade do autor, em reforçar sua preocupação com a população, tecendo uma sutil crítica “ao homem da sciencia” e o uso de aparelhos como o microscópio.

Durante sua permanência na capital goiana, Dr. Netto assumiu a responsabilidade de direção no Hospital São Pedro de Alcântara e ocupou por diversas vezes cargos públicos como intendente municipal e inspetor do posto de higiene. Conciliando a medicina e política, esteve sempre associado às obras de assistência na cidade como abordado anteriormente. Na fundação do Asilo São Vicente de Paulo, por exemplo, contribuiu com a doação do terreno em 1889 e posteriormente em 1909 assinou a lei que autorizava seu

53 CARNEIRO, José Netto de Campos. *Das Febres em Goyaz*. Porto: Tip. A vapor de Arthur José de Sousa & Irmão, 1897, p.13.

funcionamento. Sobre o Asilo São Vicente é importante destacar que nas duas ocasiões, de doação do terreno e inauguração, Dr. Netto ocupava o cargo de intendente municipal, corroborando com o pressuposto de que o mesmo esteve à frente para a existência estabelecimento na cidade e das questões assistencialistas.

Diante de tantos feitos do médico, apontamos outras obras realizadas enquanto intendente municipal na cidade de Goiás: construção de um cais às margens do rio vermelho, pela lei municipal nº 226 e um chafariz na rua quinze de novembro⁵⁴. Como médico, segundo Moraes⁵⁵, Dr. Netto possuía autorização do governo para realizar procedimentos cirúrgicos, considerado pela autora o primeiro cirurgião de Goiás no período da primeira república. Sendo o único cirurgião na cidade do seu tempo, seu prestígio perante a sociedade se elevava. Pessoas que por vezes se encontravam a mercê de tão poucos profissionais qualificados.

Reconhecemos José Netto de Campos Carneiro, como um homem da ciência, por sua profissão e dedicação à cura das diferentes doenças que assolavam a população vilaboense. Embora parte importante para o campo científico de Goiás, afirmava que a ciência pouco contribuía para a qualidade de vida das pessoas. Seu nome era ligado facilmente aos mais necessitados. Para Ofélia Sócrates que viveu em Goiás no mesmo tempo do médico afirma,

Era adorado geralmente, apesar de seus modos um tanto bruscos, que, no entanto, não encobriam a bondade excessiva de seu coração. (...) Todos os anos, por ocasião de seu aniversário, recebia manifestações de todas as classes sociais, sendo tradicionais os bailes do dia 27 de fevereiro. Gostava imensamente de flores, trazendo

54 BUENO, Jerônimo Carvalho. *História da medicina em Goiás*. Goiânia: edição do autor, 1979, p.49.

55 MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *Dos primeiros tempos da saúde pública em Goiás à Faculdade de Medicina*. Goiânia: Canône Editoria. 2012, p.137.

sempre uma à lapela. Foi Dr. Netto um grande apóstolo da caridade e amor ao próximo⁵⁶

Estar sempre associado a atos de caridade não excluiu a revelação sobre sua personalidade, colocada pela autora como “modos um tanto bruscos”. Sendo assim fica uma dúvida, visto como uma pessoa rude como poderia ainda sim ter “bondade excessiva”? Rosarita Fleury também coloca a questão do temperamento do médico José Netto, “foi um abnegado médico goiano, de temperamento áspero, por sua franqueza muitas vezes rude, mas solidário”⁵⁷. É interessante observar que as duas autoras colocam a questão da personalidade do médico primeiro e posteriormente suas ações benevolentes. Como que seus atos como médicos compensassem sua personalidade difícil. Seu aniversário era comemorado por toda cidade, uma festa que perdurava por todo o dia, recebendo homenagens de todos os vilaboenses, um grande acontecimento como Ondina Albernaz escreveu “O acontecimento social mais importante ocorria a 27 de fevereiro. Grande data, grandes comemorações, a cidade em festa, aniversariava o grande escapulário, discípulo de Hipócrates, Jose Netto de Campos Carneiro”⁵⁸. Ser um dos poucos médicos da Cidade de Goiás coloca Dr. Netto em uma posição de prestígio. Embora não se tratava apenas de assumir um papel – o de médico –, mas de estar constantemente ligado as questões públicas da população local, elevando assim sua relação com a sociedade. Refletindo sobre sua trajetória e da sua atuação não apenas no exercício do seu ofício, notamos que o médico exercia uma importante influência sobre a população da cidade. Sua posição social, todavia, poderia contribuir para estabelecer comportamentos e mudanças na sociedade.

56 MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Goiáz. Coração do Brasil*. Brasília. Senado Federal, 1983, p.186-187.

57 TEIXEIRA, Maria Elizabeth Fleury. *Rosarita Fleury. Minha mãe*. Goiânia: editora Kelps, 2014, p.43.

58 ALBERNAZ, Ondina de Bastos. *Reminiscências*. Goiânia: editora Kelps, 1992, p.21.

José Netto de Campos Carneiro faleceu no ano de 1921, em decorrência de úlcera estomacal descoberta há vários anos. Viajou diversas vezes para Europa em busca de novos tratamentos para sua doença. Sabendo da gravidade de seu estado, preparou-se para morte. Escreveu seu testamento de próprio punho e recolheu-se em sua fazenda Conceição para passar seus últimos dias.

Faleceu, porém, antes da chegar às proximidades da fazenda da 'Quinta', conduzido em bangüê"⁵⁹. "E por moças de sua terra foi conduzido, da porta do cemitério ao túmulo".⁶⁰

Tal acontecimento expressa certa romantização por parte dos memorialistas, como se a população atendida por ele o conduzisse até seu leito de morte em forma de agradecimento por sua dedicação. Contudo não fora encontrado nos jornais notas sobre seu falecimento, apenas sobre sua doença e seu recolhimento na Fazenda Conceição. Tal fato pode demonstrar que o filantropo Dr. Netto não conquistara admiração de todos, pois outras notas de falecimento foram encontradas nos dias próximos à sua morte, de pessoas com menor posição social. Os proprietários dos jornais locais foram pessoas de prestígio na cidade, médicos, políticos e bacharéis em direito. A não divulgação da sua morte e seu enterro nos acirra a acreditar que havia para além de problemas pessoais, como aventa a historiadora Sanglard, ao discorrer sobre a disputa entre filantropos.

O testamento do Dr. Jose Netto, escrito um ano antes do seu falecimento, descreve suas principais preocupações à frente sua morte. Diante de uma divisão prática dos bens, entre irmãos, sobrinhos e afilhados, houve também um equivalente patrimônio designado para caridade. Os instrumentos cirúrgicos, doados ao Hospital São Pedro, apólices de dívida pública para Seminário

59 BUENO, Jerônimo Carvalho. *História da medicina em Goiás*. Goiânia: edição do autor, 1979, p.50.

60 ALBERNAZ, Ondina de Bastos. *Reminiscência*. Goiânia: editora Kelps, 1992, p.187.

Diocesano “para ser mantido e educado um ou mais meninos pobres”⁶¹, estabelecimento onde o José Netto realizou seus estudos iniciais, antes de decidir cursar medicina. Não localizamos no testamento uma descrição do seu velório, que ficou a critério do seu sobrinho. O único momento no documento que houve uma preocupação com sua crença encontra-se no último ponto do testamento, quando solicita “Todos os anos no aniversário da minha morte será celebrado pelo Asylo uma missa por minha alma e distribuir aos pobres asylados quantia nunca inferior a cem mil reis”⁶². Mesmo sendo considerado um homem de fé e caridoso, houve uma preocupação considerável a respeito da sua alma, que foi velada por missas anuais e distribuição de esmolas aos pobres, conforme prescritos no testamento. Uma atitude pouco comum para o período, mas muito presente no século XVIII, o que nos remete a supor que seu pedido não possuiu apenas sentido religioso, mas juntamente com o projetar da figura de homem bom e benevolente.

A doação de bens para a fundação do asilo para meninas desvalidas, conforme desejo do Dr. Netto, foi um fator de importante relevância após sua morte, significando posteriormente como seu maior ato de caridade. Todo remanescente, ou seja, os bens ainda não declarados no testamento,

“(...) será aplicado na manutenção de um modesto Asylo para órfãs desvalidas nesta Cidade de Goiás, na casa que resido, à Rua da Penha, que será para esse fim adaptada, conservando-se as suas formas gerais, tirando o necessário para essa instalação tudo mais será convertido em renda para o custeio do mesmo.”⁶³,

Não havia em Goiás, nesse período, um orfanato ou asilo que atendesse meninas órfãs. Essa foi uma questão discutida entre

61 Arquivo Lar São José. Certidão de testamento, José Netto de Campos Carneiro, 1920, Cidade de Goiás.

62 idem

63 idem

algumas autoridades, incluindo o próprio Dr. Netto antes de seu falecimento. Observamos em ata da junta administrativa do Asilo São Vicente de Paulo, a relevante importância de criar na cidade um estabelecimento para crianças,

(...) a criação de um orphanato, oxalá que a última vontade do grande amigo desta casa, de amigo e pai dos pobres, o distinctíssimo medico Jose Netto Campos Carneiro, se converta em realidade, a fim de que, em breve, possamos ver na nossa Capital um abrigo seguro para a infância desvalida. Precisamos, nós vicentinos, tomar isto a peito, trabalhar e pedir a Deus que tão grandiosa obra se torne uma certeza, precisamos olhar pela infância desamparada, que sem arrimo anda por essas ruas e...é custoso dezel-o, nas doentias cellas da nossa cadeia. Trabalhemos que o nosso trabalho não será sem fructo. Todos os estabelecimentos de caridade são fundados a custa de sacrificios, sem outro capital que não seja esperança em Deus e nas almas grandes e generosas. Todos virão no encontro desta grandiosa e generosa. Todos virão no encontro desta grandiosa e patriótica empresa⁶⁴

Sendo assim, por essa proximidade com o asilo, o médico compreendia os problemas dos quais a instituição passava, pois era até o ano de 1921 o local onde eram recolhidas ou enviadas pelo Juiz de Orphãs da capital as crianças. Crianças órfãs, doentes, em situação de abandono ou desamparadas, dividiam espaços com adultos e idosos. Em número, as crianças desvalidas chegaram a representar 25% da população do Asilo São Vicente de Paulo, representando um elevado custo para a instituição⁶⁵.

64 ASVP. Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo, 23 de julho de 1922.

65 SOUZA, Rildo Bento de. *Pobreza, doenças e caridade em Goiás: uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1935)*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2014, p. 102.

Havia uma necessidade emergente para a criação de um abrigo para a infância desvalida na capital, porém foi inaugurado um orfanato, apenas para crianças do sexo feminino, saudáveis. “O fim do Orfanato é a manutenção e educação moral, religiosa e doméstica de órfãs pobres, especialmente dessa capital, que se acharem nas condições previstas nesse estatuto”⁶⁶ A escolha por meninas, órfãs e saudáveis, não foi aleatória e possuía dois motivos. O primeiro era o da assistência, com bases científicas, ou seja, um atendimento que propiciasse a disciplinarização dessas meninas para o trabalho doméstico. Outro motivo estava mais ligado as questões de uma norma existente “Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize”⁶⁷. Amparar uma menina, e educá-la, tinha significado que estava além do sentido de acolher, mas também de “salvá-la” dos perigos e vicissitudes da prostituição. Assim, a grande preocupação era com as crianças femininas saudáveis e não as doentes (essas continuaram no Asilo), mas as saudáveis estariam aptas para exercer a função de doméstica e do lar, isto é, preparando-as nos preceitos moralistas cristão.

Os meninos pobres eram encaminhados para a Escola de Aprendizes e Artífices de Goiás, criado por ordem federal, desde o início da república no Brasil, teve como objetivo “moldar” aqueles que eram chamados de desfavorecidos, diante de um novo olhar sobre o trabalho infantil. Uniu-se a educação e a força de trabalho com o objetivo de formar futuros cidadãos civilizados e aptos para o trabalho. Havia um interesse por parte das autoridades no combate a prática de vadiagem. Segundo Rizzini “(...) o combate ao estilo “vida vagabunda” deve ficar bem entendido como um gesto de contenção a um ato identificado como de insubordinação, ou seja, o indivíduo, embora apto, recusava-se a trabalhar, o que, em outras palavras, significava uma recusa em servir sua pátria”⁶⁸

66 Arquivo Lar São José. Estatuto do Orphanato de São José, 22 de novembro de 1922, Cidade de Goiás.

67 RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930*. 4ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2014, p.89.

68 RIZZINI, Irene. *O século perdido*. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011, p.56

O destino que se manifestou para o Orfanato São José, atendeu primeiramente ao pedido feito no testamento por José Netto, referência para a construção do estatuto que estabeleceu as regras e organização do estabelecimento. Chama-nos atenção para uma exigência: que o asilo funcionasse na sua casa, sendo adaptado, mantendo suas formas gerais. Deixar grande parte da sua herança para um propósito e exigir que a instituição funcionasse na sua residência, demonstra uma preocupação do médico com sua imagem mesmo após sua morte.

Em ata da reunião da junta administrativa, em 1944 ficou decidido que “(...) no dia 27 de fevereiro as órfãs deveriam levar flores ao mausoléu do Dr. Netto”⁶⁹. Já no mês de março consta que foram realizadas comemorações do aniversário Dr. Netto. E essas comemorações ocorrem ano após anos sempre no mês do seu aniversário, conforme constatamos nas atas de reunião da junta administrativa. Em 1956, quase trinta anos após sua morte, uma reportagem enaltece a imagem do médico o denominando de “Goiano Ilustre”⁷⁰. O texto traz uma breve biografia do médico e destaca “Com o coração sempre voltado para os humildes”, sobre seus feitos e ainda completa sobre o orfanato, “Dono de considerável fortuna, legou esse monte a uma instituição que viesse cuidar das órfãs abandonadas de Goiás. Essa instituição é hoje o ‘Orfanato de São José’, estabelecimento de bases filantrópicas que eleva Goiás no conceito das cidades civilizadas”.

É interessante notar na fala do estudante o reconhecimento do orfanato como uma instituição filantrópica. O que percebemos nos documentos, é que o orfanato ofertava para as meninas além do acolhimento, educação primária, atendimento médico e dentário, além de aulas de bordado e costura. A oferta na instituição de todos esses serviços foi constantemente encontrada nos pedidos de subvenção enviados aos representantes do município, estado e governo federal. A apresentação da instituição situava-se como um estabelecimento privado, que atendia ao um bem público e por isso requeria verbas que

⁶⁹ Arquivo Lar São José. Reunião da Junta administrativa do Orfanato São José. Ata do dia 20 de fevereiro de 1944.

⁷⁰ Fundação Frei Simão Dorvi. Jornal “O Univresitário”, maio de 1955.

auxiliassem seu funcionamento. Todavia, encontramos com frequência nos pedidos, a identificação do orfanato como uma instituição de ordem caritativa, ou até mesmo, como “Casa de caridade”. No entanto, compreendemos o Orfanato São José como uma instituição filantrópica, por conta dos indícios apresentados nos documentos.

Um desses indícios seria o próprio *Estatuto do Orfanato de São José*, no qual localizamos objetivos claramente definidos. No artigo terceiro está escrito “(...) o fim do Orfanato é a manutenção e a educação moral, religiosa e doméstica de órfãos pobres”⁷¹. A mendicidade, a oferta da esmola em dinheiro agora condenada, proferiu uma forma de caridade muito próxima a filantropia, pois reconhece a importância de auxílio que modifica a condição social da pessoa. Essa tentativa feita por meio dos discursos, de constituir um padrão comportamental a ser seguido é denominada pela autora Mestriner, de uma filantropia disciplinadora, “(...) o interesse colocado nas práticas assistencialistas nesse momento é a recuperação de meninos e meninas com vista a prepará-los para sua futura incorporação à força de trabalho”⁷².

Em síntese o objetivo do Orfanato São José, foi uma instituição com fins filantrópicos, que abrigava meninas órfãs com boa saúde e que recebeu da instituição uma formação (doméstica e educação primária), sempre aliadas a princípios religiosos e científicos atendendo ao desejo do seu fundador. Apesar de ser a única instituição na cidade que atendia a meninas desvalidas, seu reconhecimento por parte das autoridades políticas só ocorreu após os anos de 1950 com elevação da subvenção anual concedida pelo município prevista em lei.

71 Arquivo Lar São José. Estatuto do Orphanato de São José, 22 de novembro de 1922, Cidade de Goiás.

72 MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e assistência social*. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2008, p.94.

Considerações Finais

No sertão dos Guayazes, diante de tantas dificuldades desde sua ocupação por reinóis excluídos pelo morgadio, degredados não somente por “Eva”, mas em todo o Antigo Regime, paulistas falidos, africanos e ladinos escravizados instalou-se desde o início a família franciscana para cuidar do protagonismo espiritual dos habitantes.

A insegurança provocada pelos indígenas, o clima adverso, com seca e chuvas abundantes e a extensão territorial e, nessa mesma medida, o fervor piedoso da contrição e o desejo de salvação; ora, nos ataques dos “gentio”, em período de carestia e alta de preço, epidemias, em tempos de crises por falta de esperança sobretudo até o oitocentos, as populações deambulavam em busca de tranquilidade em autênticos cortejos penitenciais. A mentalidade popular nesses momentos apareciam como aviso ou castigo das forças sobrenaturais, face aos desvarios e corrupção dos homens. Urgia, por isso, apaziguar a ira de Deus e esconjurar as forças maléficas. Espontaneamente, ou lideradas por padres franciscanos e/ou dominicanos que “eram sempre nestas ocasiões os primeiros, os quaes fizeram huma solemne procissão, para a qual concorreram todos os habitantes desta cidade com muita devoção; e foi a N. Senhora da Boa Morte, e se recolheu com mais de duas horas de noute, e depois de recolhida houve *huma pratica espiritual, com açoitamento muito comprido...* Houve mais em toda a cidade varias *procissões, e pregações e disciplinas.*”⁷³

Poderíamos sempre pensar que desde o início dos tempos sempre foi a caridade e não o verbo. Não a esperança no céu tão inaccessível e sim, o medo em não atingir o purgatório. A verdadeira caridade não esta na esmola que damos e sim no amor e na assistência fraterna que temos uns com os outros. Os portões do paraíso abrir-se-ã com a máxima: “Amar ao próximo como a si mesmo, fazei para os

73 No relato: “Fizeram-se muitas procissões com vários gêneros de penitencias, para que Deus apleque sua ira” Biblioteca de Évora, Códice CIV / 1-14. Ou como diz o relato da Biblioteca da Ajuda, *Papéis ultramarinos*, mç. 1. Cf.: Cf. ENES, Maria Fernanda, “A vida conventual nos Açores: regalismo e secularização” in *Lusitana Sacra*, Revista do CEHR / Univ. Católica Portuguesa, 2ª série, (ii), 1999, pp. 323-351.

outros o que queríamos que os outros fizessemos por nós”. (São Mateus, cap. XVIII, ver. de 23 a 35)

Faz-se oportuno destacar que das irmandades setecentistas às irmandades ou conferências vicentinas, a caridade praticada em fins do século XIX, era “*o que se dá ao necessitado*”⁷⁴. Por meio do ato de distribuir esmolas, a piedade para com os pobres se demonstrava como “*uma forma de expressar devoção para com Deus*” (FRAGA FILHO, 1996, p.35). Por conseguinte, MOLLAT apontou que a doação de esmolas em dinheiro respeitava a dignidade pessoal do pobre (1989, p. 150-151). Entretanto, defendemos que com o surgimento da Sociedade São Vicente de Paulo, a significação do ato de distribuir esmolas mudou. Por meio da referida sociedade o indivíduo não precisava mais dar ao necessitado o dinheiro para conseguir as benesses dos céus; a esmola passou a ser revertida para a própria Sociedade, a quem caberia a missão de geri-la. A caridade ganha um sentido puramente exibicionista o que em meados do século XX, será amplamente divulgada e aceita por todos e pelo Estado. A filantropia e os filantropos responsabilizar-se-ão em preparar o calçamento para a estrada que poderá não levar ao “Pai” que está nos Céus...mas indicará o caminho ao poder...ao sucesso e ao reconhecimento dos homens imbuídos de boa vontade!

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

74 PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. 1832. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana, 1996.

ENTRE A CARIDADE E A ASSISTÊNCIA: A CRIAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL DA CARIDADE EM VIANA DO CASTELO (SÉCULOS XVIII-XIX)

*Between charity and assistance: the creation and
functioning of the Hospital of Charity in Viana do
Castelo (18th-19th centuries)*

Alexandra Esteves*

RESUMO

O trabalho que nos propomos apresentar resulta da investigação que realizámos sobre o Hospital da Caridade de Viana do Castelo, cidade do norte de Portugal. Trata-se de uma instituição vocacionada para prestar assistência aos idosos que, sendo pobres, já não tinham capacidade física nem anímica para esmolar e, desse modo, angariar o seu sustento. A sua criação está estreitamente associada à iniciativa de um “brasileiro” e à sua preocupação com a condição dos entrevados.

Tendo como base a documentação existente sobre a matéria, o nosso artigo, além de referências à temática da velhice, matéria que tem merecido pouca atenção por parte da historiografia portuguesa, ocupar-se-á da fundação e dos primeiros anos do funcionamento do Hospital da Caridade, bem como dos seus beneficiários.

Palavras-chave: asilo; velhice; hospital; assistência; Viana do Castelo.

* Doutorada em História Contemporânea. Atualmente, exerce funções docentes na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa e é investigadora integrada do Laboratório de Paisagens, Património e Território (LabPT), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

ABSTRACT

The work that we propose to present results from the investigation that we carried out on the *Hospital da Caridade* of Viana do Castelo, city of the north of Portugal. It is an institution designed to provide assistance to the elderly who, being poor, no longer had the physical or mental ability to beg for alms and thus raise their livelihood. Its creation is closely associated with the initiative of a "Brazilian" and his concern with the condition of the inmates.

Based on existing documentation on this subject, our article, in addition to references to the subject of the elderly, a subject that has received little attention from Portuguese historiography, will focus on the foundation and the first years of the Hospital of Charity, as well as its beneficiaries.

Keywords: asylum; elderly; hospital; assistance; Viana do Castelo.

O homem do Antigo Regime encarava a morte com naturalidade e, pelo menos aparentemente, não a temia, dado o seu carácter rotineiro, e aceitava-a em nome de crenças religiosas¹. Durante muito tempo, não sentiu necessidade de dividir a sua existência em etapas, em ciclos de vida, porque o inesperado era quase certo e, por isso, seria utópico definir objetivos para uma determinada faixa etária. Por conseguinte, o conceito de idoso é mais uma construção social e uma realidade cultural do que um fenómeno biológico, dado que o velho do passado não corresponde certamente ao de hoje². No século XVIII, em Portugal, ser velho era definido como “o que está na idade que se segue à de varão. Na idade de sessenta anos, o homem he velho, o cavallo nos vinte”³. Deste modo, em setecentos, quando falamos de idosos, referimo-nos a indivíduos com 60 ou pouco mais anos.

1 Veja-se ARIÉS, Philippe. *História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Teorema, 1988

2 Sobrado CORREA, Hortensio, “Vellos e “mozos vellos”. El papel socioeconómico y cultural de la vejez en la Galicia de la Edad Moderna”. *SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades*, 2006, vol. 18, p. 274.

3 BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, p. 387.

O passado histórico é, assim, determinante na variabilidade da conceção da velhice, na forma como esta vai sofrendo mutações ao longo dos tempos, determinadas por condicionantes económicas, sociais e políticas. Homens e mulheres não entravam na velhice em simultâneo nem apenas em resultado da idade, mas antes em função de outros fatores: uma mulher velha era uma mulher que se esgotava na procriação; o homem era considerado velho quando já não tinha forças para pegar em armas ou quando estava incapaz de trabalhar a terra ou na oficina.

Apesar do elevado número de fontes ao dispor, que vão desde tratados médicos, passando por documentos legislativos até aos textos literários, pouco se tem escrito sobre os idosos e, em particular, sobre as condições em que viviam o ocaso da vida⁴. Para esse esquecimento concorre o facto de, até à época da industrialização e do crescimento urbano, prevalecer o que muitos designam de “velhice invisível”, que nalgumas sociedades se manteve até ao século XX⁵. Era uma velhice ancorada em estratégias familiares, que homens e mulheres procuravam acautelar na fase adulta, com base num património passível de transmissão mediante o cumprimento de certas condições.

Neste trabalho, não cabe a análise das transformações que, a partir do século XIX, se verificaram nesse relacionamento, na sequência da revolução industrial e da deslocação das populações para o espaço urbano, que acabaram por comprometer a continuidade da família alargada e do elemento patrimonial como garante do amparo na velhice. Aliás, essas mudanças ditarão o reconhecimento de uma nova etapa da vida - a terceira idade -, na qual, pela perda da força anímica e física, o indivíduo, enquanto ser produtivo, deixa de ser considerado útil⁶. No sentido de proteger os idosos, em particular

4 Confira-se THANE, Pat. *La vejez en la historia inglesa. SEMATA, Ciencias Sociales e Humanidades*, 2006, vol. 18, p. 13.

5 Isidro Dubert fala de uma velhice visível e reconhecida na Galiza do século XVIII, fruto do quadro demográfico existente. Também salienta a existência de um contexto marcado por desigualdades sociais e até de género, destacando a situação das mulheres idosas. DUBERT, Isidro. *Vejez, familia y reproducción social en la España de los siglos XVIII-XIX. Revista de Demografía Histórica*, 2, 2008, pp. 87-122

6 Sobre este assunto leia-se P. Gutton. *Naissance du vieillard: essai sur l'histoire des rapports entre vieillards et la société en France*, Paris, 1988. SOBRADO CORREA, Hortensio. *Vellos e “mozos vellos”*. El papel socioeconómico y cultural de la vejez en la Galicia de la Edad Moderna. *SEMATA, Ciencias Sociales e Humanidades*, 2006, vol. 18: 271-306.

os desprovidos dos apoios familiares e informais de outrora e, consequentemente, caídos numa situação de abandono, muitos países europeus lançaram medidas sociais e respostas assistencialistas, materializadas, no século XIX, na fundação de asilos para os desvalidos⁷.

A noção de desamparo parece quase adstrita ao século XIX, como resultado das transformações que nele tiveram lugar. No entanto, ela também se inscreve no Antigo Regime, agravada pela ausência de medidas de proteção social por parte do Estado. Por outro lado, esta tendência para a demarcação de diferentes etapas que marcam a vida humana é uma construção moderna. Tal como não se reconhecia, até ao século XVIII, a noção de infância, também não se considerava a existência de uma “terceira idade”, o que conduz a limitações na existência de fontes sobre esta fase da vida⁸.

Dada a escassez de estudos sobre a velhice em Portugal e a ausência de conclusões sustentadas por trabalhos de natureza histórica, somos levadas a abdicar da pretensão de traçar um retrato mais completo e objetivo sobre a assistência prestada nesta fase da vida⁹. Todavia, os trabalhos sobre as misericórdias, para o período moderno e contemporâneo, mostram o importante papel que estas instituições têm desempenhado na assistência aos idosos, não apenas no plano material, mas também espiritual¹⁰. Nesta ajuda inclui-se a

7 Leia-se FERNÁNDEZ, Fernández, Carlos M.; SÁNCHEZ GARCIA, Jesús Ángel. Espacios para el refugio. La asistencia a la vejez y los asilos en Galicia. *SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades*, 2006, vol. 18, p. 169.

8 Sobre este assunto leia-se MINOIS, Georges. *História da velhice no ocidente: da antiguidade ao renascimento*. Lisboa: Teorema, 1999.

9 A nível europeu, a temática começou a ser tratada no âmbito da demografia histórica, da história das mentalidades e da história da família, nos anos 80 do século XX. Sobre este assunto veja-se FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo. Mujer, vejez y grupo doméstico en la Galicia rural meridional a finales del Antiguo Régimen. *Nuevo Mundo. Mundos Nuevos* [Online], consultado o 12 Fevereiro 2016. URL: <http://nuevomundo.revues.org/29553>; DOI: 10.4000/nuevomundo.29553. Em Espanha, os trabalhos sobre esta temática são em grande número. Consulte-se ainda BOURDELAIS, Patrice; GOURDON, Patrice; VIRET, Jérôme-Luther. La vejez en Francia, siglos XVII-XX. Entre las regulaciones familiares, las representaciones sociales y los intereses científico-políticos. *SEMATA, Ciencias Sociais e Humanidades*, vol. 18, p. 32.

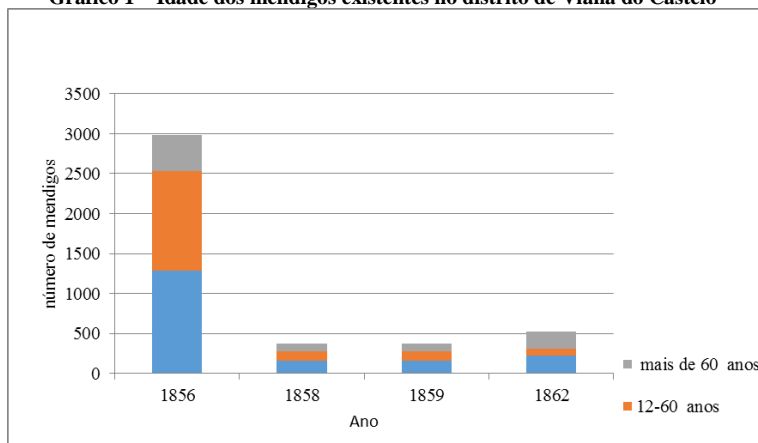
10 Segundo Maria Marta Lobo de Araújo, a Misericórdia de Vila Viçosa prestava auxílio aos mais idosos desde o século XVII. Confira-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A proteção aos velhos na Misericórdia de Vila Viçosa (século XIX). In SANTOS, Carlota (coord.). *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011, pp. 201-222.

gestão de asilos para entrevados, como sucedia na Santa Casa da cidade do Porto, e na presença em róis de pobres¹¹.

Num tempo em que a intervenção do Estado na área assistencial era diminuta, as ações individuais, ditadas pela prática da caridade, assumiam particular relevância. O catolicismo considerava as boas ações um elemento abonatório a favor da salvação da alma e da abreviação das provações do Purgatório. Por isso, homens e mulheres, dentro das suas possibilidades, tornavam-se benfeitores e deixavam donativos a instituições que se dedicavam a obras assistenciais, nomeadamente a misericórdias e hospitais, que, deste modo, contavam com uma importante fonte de financiamento para a sua atividade benemerente.

O maior risco de enfermidades, o abandono a que estavam sujeitos, a debilidade física e anímica para trabalhar, entre outros fatores, colocavam os idosos entre os grupos mais suscetíveis de cair na miséria. Todavia, como se pode constatar no gráfico 1, não constituíam o grosso da população indigente do distrito de Viana do Castelo, pelo menos nos anos de 1856, 1858, 1859 e 1862, para os quais existem dados e que podemos analisar.

11 Confira-se LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra 1750-1850*, vol. II. Viseu: Palimage Editores, 2000, pp. 67-76.

Gráfico 1 – Idade dos mendigos existentes no distrito de Viana do Castelo

Fonte: AHGCVC, Assistência Social e Saúde Pública, *Correspondência recebida relativa a mendigos e vadios, mapas estatísticos dos mendigos existentes nos vários concelhos*, n.º 1.16.6.9-6, não paginado. *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes em 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

Foi por um ato de altruísmo que José da Costa Pimenta Jarro, natural da freguesia de Cabaços, do concelho de Ponte de Lima, idealizou e fundou, em janeiro de 1780, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade, tendo contado para o efeito com a colaboração de algumas das mais ilustres figuras da sociedade vianense¹². O objetivo principal era recolher donativos para o sustento de velhos e entevados, sem meios para garantir o seu sustento, de Viana da Foz do Lima¹³. Pimenta Jarro era um “brasileiro de torna-viagem”, que tinha conseguido granjear fortuna no Brasil como oficial de ourives.

12 Arquivo da Congregação e Hospital dos Velhos Entevados da Nossa Senhora da Caridade (doravante ACHVENSC), *Livro de termos de Admissão de irmãos desde a função em 1780*, fl. 4-6v.

13 ABREU, Alberto Antunes. José da Costa Pimenta Jarro. In d'ABREU, João Gomes (coord.). *Figuras Limianas*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2008, p. 136.

À semelhança de outros emigrantes que regressaram ao torrão natal, investiu parte do dinheiro amealhado numa obra filantrópica. Aliás, esta prática assumirá contornos mais evidentes no século seguinte, na região do Alto Minho. Vários equipamentos destinados a doentes, crianças e idosos foram então criados com legados de “brasileiros”¹⁴. Muitos beneméritos procuravam, por essa via, o reconhecimento social ou até a concretização de ambições políticas. Todavia, não parece ter sido esse o caso de Pimenta Jarro, dado que, após o regresso definitivo do Brasil, recolheu-se no convento franciscano da Arrábida.

No século XVIII, verifica-se a proliferação de agremiações que incluem a “caridade” na sua designação, embora com práticas e destinatários diversos. Se umas estavam vocacionadas para auxiliar os doentes ou os idosos, outras estavam mais voltadas para o apoio aos presos ou para o combate à ociosidade. Aliás, não havia sequer uniformização na nomenclatura, inclusive na cidade de Lisboa, como refere Laurinda Abreu¹⁵.

São também muitas as questões que se colocam sobre estas congregações de inspiração religiosa e para as quais não encontramos respostas. No caso da Congregação de Nossa Senhora da Caridade, não conseguimos apurar o papel da Igreja na sua criação. Reconhece-se, no entanto, o seu apoio, a presença e inspiração. Faltam, portanto, os estudos e a informação sobre a localização dessas instituições que marcaram a sociedade setecentista em diversas localidades. É de assinalar o seu aparecimento em terras onde já existiam misericórdias, às quais, de certo modo, faziam concorrência¹⁶. Todavia, aquando da

14 Aquando da construção de estruturas assistenciais, mandava-se a notícia aos emigrantes da terra para que também eles contribuíssem para a sua concretização. Consulte-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A presença dos brasileiros no santuário de Nossa Senhora de Porto de Ave (séculos XVIII a XX). In PEREIRA, Conceição Meireles; SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima. *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Parte II. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Edições Afrontamento, 2007, p. 189. Sobre as causas da emigração rumo ao Brasil consulte-se RUSSELL-WOOD, A. J. R. A emigração: fluxos e destinos. In BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997, pp. 158-168.

15 ABREU, Laurinda. Pina Manique. *Um reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013, pp. 48-58.

16 Sobre os fatores distintivos para a hierarquização das confrarias, veja-se PENTEADO, Pedro. Confrarias. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *Dicionário de História Religiosa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 459-470.

fundação da Congregação da Caridade de Viana da Foz do Lima, não se descortinam quaisquer sinais de rivalidade, até porque o seu primeiro momento celebrativo teve lugar na igreja da Santa Casa, nem se verifica qualquer situação de crise ou de conflito com a Igreja ou com a Coroa¹⁷. Todavia, no compromisso da Confraria da Caridade do Senhor Jesus dos Desamparados e Senhora das Dores, da vila de Oeiras, por exemplo, é possível encontrar, entre os argumentos que justificam a criação desta irmandade, a inexistência de uma instituição que pudesse acudir aos mais necessitados¹⁸.

A atividade assistencial da Congregação da Caridade não se limitou à distribuição de esmolas pelos mais pobres, dado que também havia a pretensão de conseguir um espaço destinado ao seu acolhimento. Com esse objetivo, Pimenta Jarro adquiriu uma casa com quintal, situada junto ao Campo de Santo António, que doou à Congregação, para que nela fosse instalado um hospital, onde pudessem ser recolhidos os idosos entevados e desamparados. Todavia, a concretização desse propósito aconteceu apenas em 1784, depois de efetuados alguns melhoramentos. Posteriormente, foram adquiridos outros espaços contíguos para responder à crescente procura de apoio.

Desconhecemos muitos dos acontecimentos mais marcantes da vida de Pimenta Jarro, sendo muitas as perguntas sem resposta. O que o levou a investir nesta obra? Por que razão optou por Viana da Foz do Lima, sendo natural de Ponte de Lima? Conjetura-se que o facto de não ter família neste concelho terá pesado na sua opção¹⁹. Por que motivo, já no fim da sua vida, se recolheu no convento de Franciscanos Observantes da Arrábida?

A saída de cena de Pimenta Jarro não significou o fim do seu projeto assistencial. Bernardo de Araújo de Barros, natural de Viana

17 Sobre a Misericórdia de Viana da Foz do Lima, no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, veja-se MAGALHÃES, António. *Práticas de Caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*. Viana do Castelo: Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2012.

18 *Compromisso ou regras para o bom governo da nova confraria da charidade que debaixo da invocação do Senhor Jesus dos Dezamparados e Senhora das Dorews se estabeleceu nest Paroquial Igreja de Nossa Nossa Senhor da Purificação da Viçç 'Oeyras, Oeiras, (s.n.), 1806, fl. IV.*

19 ABREU, Alberto A. *A Congregação de Nossa Senhora da Caridade*. Viana do Castelo: Nossa Senhora da Caridade, 2005, p. 29.

da Foz do Lima, procurou solidificar e dar seguimento à obra do instituidor. Os estatutos da Congregação datam de 17 de novembro de 1790, sendo aprovados por alvará régio e confirmados pela autoridade eclesiástica em 1805. Segundo o disposto nesse documento, o Hospital devia acolher homens e mulheres que nada tinham de seu e que, devido à idade avançada ou à incapacidade resultante da velhice ou dalguma limitação física, já não podiam esmolar²⁰. Por conseguinte, esta instituição não se destinava a pedintes, uma vez que nela apenas podia ingressar quem não estava em condições de mendigar. Mais uma vez, convoca-se aqui a comparação com a confraria congénere de Oeiras, para demonstrar a inexistência de um padrão. Esta irmandade socorria os pobres que mendigavam, e não apenas os entrevados, e estava vocacionada para assistir os doentes da paróquia onde foi construída. Caso a gravidade da enfermidade o justificasse, comprometia-se a transportar os pacientes para o hospital de São José, em Lisboa²¹. Obrigava-se ainda a acompanhar os pobres e doentes da paróquia no seu funeral e a fornecer o seu esquife para o efeito. No caso da instituição de Viana da Foz do Lima, esses acompanhamentos eram reservados aos irmãos e aos inválidos que se encontravam no seu Hospital²².

O entrevado não deve ser entendido apenas como o velho. De acordo o vocabulário da época, “entrevar” significa “ficar tolhido; e baldado dos membros, és e braços”²³. Assim, será limitativo considerar que o Hospital da Caridade era destinado apenas a idosos. Na realidade, a sua ação abrangia um público mais vasto, que, com entrada no século XIX, se diversificará ainda mais com a presença de

20 Sobre o aparecimento de asilos para velhos na vizinha província espanhola da Galiza leia-se FERNÁNDEZ, Fernández, Carlos M.; SÁNCHEZ GARCÍA, Jesús Ángel. *Espacios para el refugio. La asistencia a la vejez y los asilos en Galicia*... *op. cit.*, p. 103.

21 *Compromisso ou regras para o bom governo da nova confraria da charidade que debaixo da invocação do Senhor Jesus dos Dezamparados e Senhora das Dorews se estabeleceu nest Paroquial Igreja de Nossa Nossa Senhor da Purificação da Viçã 'Oeyras, Oeiras, (s.n.), 1806, fl. 1v.*

22 Sobre os acompanhamentos na morte leia-se FERRAZ, Tiago. *Acompanhar ao outro mundo: A morte nas confrarias de Braga no século XVIII. Estudo Preliminar. CEM. Cultura, Espaço e Memória*, 3, 2012, pp. 163-177.

23 Bluteau, Rafael, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*..., *op. cit.*, p. 515.

cegos, como se pode observar no gráfico 1. A inexistência de estabelecimentos para acolher invisuais, surdos e mudos, fez com que, nesse século, estes fossem acolhidos em instituições destinadas a idosos, entrevados ou até a leprosos, como sucedia no hospital para lázaros, na cidade do Porto, que também passou a acolher surdos e mudos.

Decorridos catorze anos sobre a admissão dos primeiros entrevados, que aconteceu em 1784, o Hospital da Caridade albergava apenas oito idosos, até porque não tinha capacidade para mais. Em 1825, a instituição adquiriu outra casa e o quintal contíguo. À medida que se avança na centúria de oitocentos, a população idosa, cega e entrevada, tende a aumentar, conforme se pode constatar no gráfico 1.

À medida que cresce a procura, o Hospital vai respondendo com a ampliação das instalações. Mesmo assim, em meados da centúria oitocentista, era considerado de pequena dimensão. Saliente-se, no entanto, que, com exceção de Viana do Castelo²⁴ e de Ponte de Lima, as restantes localidades do distrito dispunham de pequenas estruturas hospitalares ou nem sequer tinham hospital geral²⁵.

A irmandade da Caridade era gerida por uma Mesa, eleita anualmente. A votação tinha lugar no dia 26 de abril de cada ano²⁶. Este órgão tinha como figura maior o superior. Era o detentor da chave do cofre e competia-lhe presidir a todas as Mesas, superintender os ingressos e cuidar do sufrágio da alma dos falecidos, zelar pelo funcionamento do Hospital, que devia visitar com regularidade, se possível de dois em dois meses. Seguiu-se, na linha hierárquica, o vice superior, que substituíu o superior na sua ausência ou impedimento. Por conseguinte, devia reunir as qualidades que eram exigidas a este. O andador tinha a missão de participar o falecimento de algum irmão ou entrevado, bem como de informar os

24 Em 1848, a rainha D. Maria II elevou Viana da Foz do Lima à categoria de cidade, passando então a designar-se Viana do Castelo.

25 Sobre este assunto veja-se ESTEVES, Alexandra. *Comer, sarar e descansar: o quotidiano do hospital de Monção no século XIX. (no prelo)*. A existência de hospitais de reduzidas dimensões verificava-se noutras zonas de Portugal. Segundo Maria Antónia Lopes, o hospital de Bragança, em 1823, acolhia entre quatro e cinco doentes. Confirme-se LOPES, Maria Antónia, PAIVA, José Pedro (dir. científica). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Sob o signo da mudança: do reinado de D. José a 1834*, volume 7, Lisboa, União das Misericórdias, 2007, p. 27.

26 ACHVENS, *Estatutos para a boa orientação da caridade a favor dos entrevados, pobres, destituídos de meios para se poderem alimentar*, fls. 3-4.

membros da Mesa e da Junta das respectivas reuniões, deslocando-se às suas casas, munido de campanha ²⁷. Na categoria abaixo, constavam os definidores, que deviam ser dois, exigindo-se aos pretendentes a este cargo que tivessem desempenhado outras funções na Congregação. Entre outras obrigações, deviam acompanhar os atos processionais organizados pela instituição. Para o exercício do cargo de secretário, também estavam previstos alguns requisitos. Como não poderia deixar de ser, tinha que saber ler, escrever e contar. Competia-lhe guardar todos os livros da Irmandade e registrar as entradas e os óbitos dos irmãos. A função de tesoureiro teria de ser desempenhada por uma pessoa com a reputação de confiável, dado que também teria uma chave do cofre e seria responsável pelas alfaías e pelo recebimento das esmolas de entrada dadas pelos irmãos. Não podia efetuar qualquer despesa sem consentimento do superior ²⁸. No caso do falecimento de qualquer membro, o tesoureiro devia avisar o andador desta ocorrência, para que este, por sua vez, informasse os restantes membros. Os procuradores tinham uma missão muito específica: conseguir esmolas para os entrevados pobres. Para isso, deviam assumir o compromisso de fazer um peditório no primeiro domingo de cada mês e nos dias santos ²⁹. Teria lugar durante a noite e os participantes cantavam ave-marias, recitavam algumas passagens das Sagradas Escrituras e iam munidos de campanhas para avisar as pessoas da sua passagem ³⁰.

Nas ocasiões de celebração pública, os irmãos da Congregação da Caridade deviam exibir a insígnia que lhes tinha sido entregue. Tinham diversas obrigações. Uma delas consistia no pagamento de um anual, no valor de três vinténs, que teria de ser liquidado no mês antes da eleição. De certo modo, este encargo funcionava como um mecanismo de seleção dos candidatos ao ingresso na irmandade. No rol dos deveres, instituídos com base em

27 ACHVENSNC, *Estatutos para a boa orientação da caridade a favor dos entrevados, pobres, destituídos de meyo para se poderem alimentar*, fls. 6v.-7.

28 ACHVENSNC, *Estatutos para a boa orientação da caridade a favor dos entrevados, pobres, destituídos de meyo para se poderem alimentar*, fls. 6-6v.

29 ACHVENSNC, *Estatutos para a boa orientação da caridade a favor dos entrevados, pobres, destituídos de meyo para se poderem alimentar*, fls.7v-8.

30 ACHVENSNC, *Estatutos para a boa orientação da caridade a favor dos entrevados, pobres, destituídos de meyo para se poderem alimentar*, fl. 8v.

preocupações salvíficas, constavam o acompanhamento dos irmãos defuntos e os sufrágios pela sua alma.

O homem moderno tinha consciência da transitoriedade da vida e da imortalidade da alma. Apesar do carácter secundário do corpo, o momento de despedida devia ser acompanhado. Aliás, a morte, neste período, era perspectivada deste modo: assistida por familiares, amigos e confrades, e pública, sentida pela comunidade³¹. Assim se entende o ingresso nas associações confraternais. O poder económico e o reconhecimento social manifestavam-se na capacidade de participação em confrarias e o momento fúnebre devia materializar os valores e as práticas que norteavam o ingresso de homens e mulheres nessas irmandades. Daí a organização dos cerimoniais aquando da morte dos irmãos, promovidos pela Congregação da Caridade: o andador, munido de uma campainha, anunciava o seu falecimento pelas ruas; os confrades acompanhavam o corpo até à sepultura; duas tochas iluminavam o momento de passagem do defunto; por cada irmão defunto eram rezadas cinco missas³².

Os irmãos tinham várias prerrogativas, como, por exemplo, indulgências e, se fossem pobres, entrada facilitada no Hospital da Caridade³³. Em 1791, com o propósito de alargar os serviços prestados aos entrevados e velhos, foi decidido que a instituição recebesse irmãos das freguesias de Viana Foz do Lima, mais precisamente dois por cada uma, com a obrigação de organizarem um peditório de trigo e milho, por altura de São Miguel, ou seja, na época das colheitas³⁴. O objetivo era aumentar os rendimentos da Congregação e, desse modo, melhorar a assistência hospitalar.

As instalações eram geridas por um hospitaleiro. Competia-lhe zelar pela sua limpeza e asseio, bem como pela roupa de cama e de vestir dos entrevados. Devia tratar os utentes com afeto e dedicação e participar a sua morte. No período em análise, ou seja, entre 1790 e 1834, o cargo foi sempre desempenhado por elementos

31 A morte solitária, durante este período, era temida. Perrot, Michelle, *História dos Quartos*, Lisboa, Teodolito, 2012.

32 ACHVENS, *Estatutos para a boa orientação da caridade a favor dos entrevados, pobres, destituídos de meios para se poderem alimentar*, p. 6.

33 ACHVENS, *Estatutos para a boa orientação da caridade a favor dos entrevados, pobres, destituídos de meios para se poderem alimentar*, p. 15.

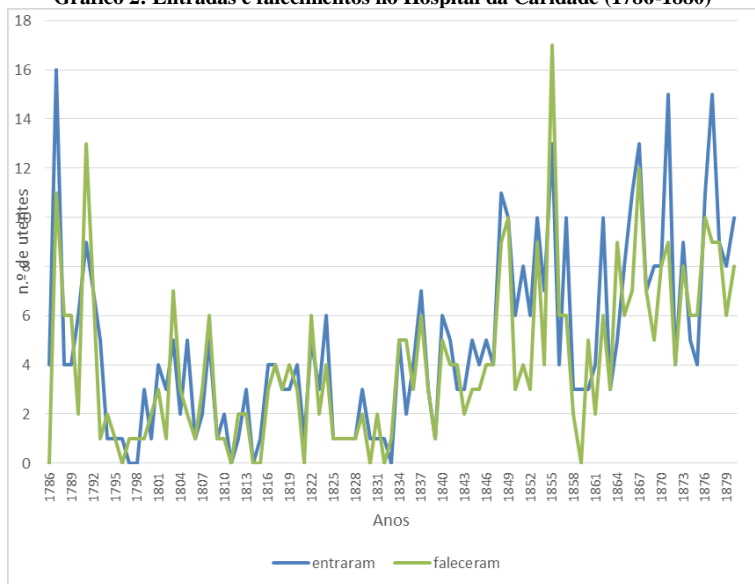
34 ACHVENS, *Livro de Actas* 1, fl. 11 v.

do sexo feminino, que também desempenhavam funções na área da enfermagem. Todavia, em 1829, surgiu a figura da regente, também mulher, que era coadjuvada pelos criados nas tarefas de limpeza e na assistência aos doentes.

Sendo lugar de manifestação de poderes e de existência de hierarquias, na Congregação da Caridade também ocorriam conflitos e querelas. Em caso de incumprimento das obrigações estatuídas, os irmãos eram avisados e podiam, inclusive, ser riscados³⁵. Se tal se justificasse, a instituição não se inibia de tomar esta decisão radical, apesar das dificuldades financeiras por que passava. Os seus rendimentos dependiam dos anuais dos irmãos, dos valores angariados nos peditórios, dos legados em dinheiro, das propriedades que lhe eram doadas em testamento e dos poucos haveres que os internados deixavam.

No período compreendido entre 1786 e 1880, verifica-se um equilíbrio entre as entradas e os falecimentos de homens e mulheres no Hospital da Caridade. A exceção encontra-se nos anos de 1787, quando ingressaram dezasseis entrevados e morreram onze, e em 1791, quando o número de falecimentos superou o dos ingressos, tendo entrado nove e morrido treze entrevados. Dada a idade avançada dos seus utentes, não é de estranhar a presença assídua do espectro da morte na instituição.

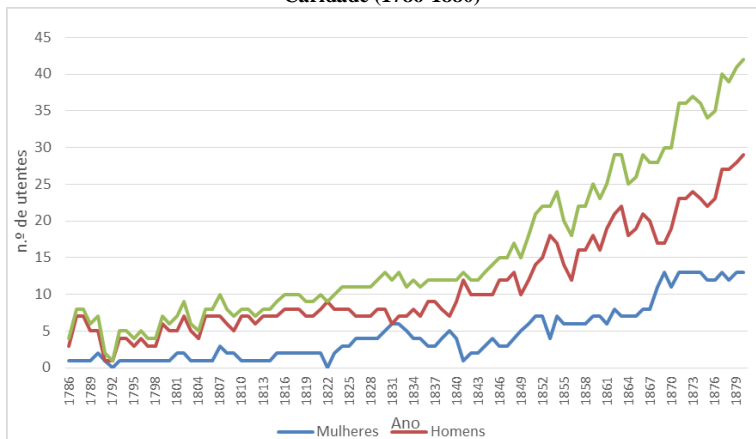
35 ACHVENS, *Livro de Actas* 1, fl. 11 v.

Gráfico 2: Entradas e falecimentos no Hospital da Caridade (1786-1880)

Fonte: ACHVENSC, *Livros de admissão de irmãos*

No século XIX, as instalações continuavam a ser insuficientes para responder à procura. Dispunha apenas de um salão térreo, onde se alinhavam as alcovas dos utentes. Destes conhecemos o número e o sexo, dado que o Hospital acolhia homens e mulheres, e, como podemos verificar no gráfico 3, registou-se um aumento do número de doentes ao longo daquele século.

Gráfico 3: Número de homens e mulheres que ingressaram no Hospital da Caridade (1786-1880)



Fonte: ACHVENS, *Livros de admissão de irmãos*.

À medida que se caminha para a centúria oitocentista, tende a crescer o número de utentes, sendo que o número de mulheres foi sempre superior ao de homens, exceto no ano de 1831, no qual se verificou um número idêntico de homens e mulheres. Refira-se que, em ocasiões de instabilidade, como as que resultaram das invasões francesas ou da guerra civil de 1832-1834, aumentou o ingresso de entrevistados, como se pode observar no gráfico 3.

O aumento da população asilada acontece sobretudo a partir de 1850. No ano anterior, tinha assumido a direção da instituição, cargo que exerceu durante vários anos, um homem que marcou a sua missão: Mateus José Barbosa Silva. Não só conseguiu a necessária estabilidade financeira, como levou a cabo importantes obras na estrutura existente para albergar os asilados. Até então, desde o tempo de Pimenta Jarro, estavam enfiados em cubículos, apesar da realização dalgumas intervenções. A tendência de subida do número de beneficiários manteve-se nos anos subseqüentes.

Outra evidência, possível de constatar através da análise do gráfico 3, tem a ver com a predominância de utentes do sexo feminino no Hospital da Caridade. Como já referimos, em Portugal não abundam os estudos sobre instituições vocacionadas para idosos, mas

os trabalhos publicados, quer em território nacional, quer além-fronteiras, evidenciam o carácter eminentemente feminino deste tipo de assistência. São vários os fatores que concorrem para esta realidade, em particular na região do Alto Minho. Em resultado da emigração, que levava muitos homens a procurar melhorar a sua sorte noutras paragens, a população feminina superava a masculina, que se traduzia em elevadas taxas de feminilidade e no elevado número de mulheres sós, que, no seu quotidiano, se viam confrontadas com dificuldades de toda a ordem³⁶.

Nos séculos XVIII e XIX, a solidão feminina, sobretudo em idades avançadas, quando falta já força física e anímica para garantir a subsistência, significava, geralmente, o caminho para a pobreza. Daí a importância que o casamento tinha para a mulher deste período e a preocupação que existia de facilitar o matrimónio de raparigas órfãs e pobres, que tinham mais dificuldades em aceder ao mercado matrimonial, através da concessão de dotes por particulares, misericórdias e confrarias. A sociedade de então considerava que uma rapariga solteira estava mais sujeita a cair na desonra e na indigência³⁷. A situação das mulheres viúvas também podia ser bem difícil, pois ficavam com uma casa para sustentar, um património para cuidar e filhos para educar. Muitas, incapazes de suportar esses encargos, não tinham outra alternativa que não fosse recorrer à caridade.

36 No estudo que realizou para o Alto Minho, Henrique Rodrigues verificou que, entre 1835 e 1860, 96% dos indivíduos que emigraram eram do sexo masculino. Esta emigração intensificava-se nos períodos de maior instabilidade política e económica, sobretudo com as crises que se fizeram sentir no setor agrícola, de que são exemplo a do oídio, a partir de 1852, a do azeite e a cerealífera, que levavam muita gente a partir em busca de melhores condições de vida. RODRIGUES, Henrique. *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo, 1995, pp. 47-58.

37 Sobre a participação das misericórdias na dotação de raparigas órfãs leia-se Veja-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Casadas com trigo e cevada. Os dotes das órfãs da Misericórdia de Portel no século XVIII. *Faces de Eva: Estudos sobre a mulher*, 20, 2008, p. 63. Veja-se igualmente RIBEIRO, António Magalhães da Silva. *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*. Braga: Universidade do Minho, 2009, p. 907. Tese de doutoramento policopiada. Confirme-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Dotar para casar: dotes e órfãs do padre Francisco Correia da Cunha 1750-1890. *Ler História*, 44, 2003, pp. 62-63. Sobre os dotes instituídos para casar parentes leia-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Retalhos de vidas: a assistência às mulheres pobres na Misericórdia de Ponte de Lima (sécs. XVII e XVIII). *Mínia*, 8-9, 2000-2001, pp. 170-172.

Importa referir a ausência de estudos sobre as respostas sociais destinadas a idosos e a entrevados desamparados do Alto Minho, que, noutras regiões da Europa, eram assistidos por grémios e confrarias. Todavia, reconhecemos que, se esta solução escasseava no século XVIII, pelo menos em termos institucionais, já na centúria seguinte houve melhorias nesse domínio, graças a iniciativas particulares, em particular à filantropia de “brasileiros”, como José da Costa Pimenta Jarro, que deixaram importantes legados para a criação de instituições sociais, muitas delas destinadas a idosos³⁸.

Em 1804, consciente do aumento da procura, a Mesa da Congregação resolveu adquirir as casas contíguas ao Hospital, com o objetivo de proceder à sua ampliação³⁹. Já em 1826, foi decidido alargar as enfermarias, obra que seria financiada com as esmolas obtidas através dos peditórios gerais⁴⁰.

Nos finais do século XVIII, os princípios higienistas começam a impor-se na Europa, como forma de evitar a propagação de doenças, e a água volta a ser considerada um elemento essencial na divulgação e inculcação dos hábitos de higiene⁴¹. Estudos recentes realizados em Portugal mostram que, na Idade Moderna, havia preocupação com a limpeza dos espaços hospitalares e com a higiene dos enfermos⁴². Todavia, tratava-se de tarefas de difícil execução, devido à falta de meios e, muitas vezes, à resistência dos próprios utentes⁴³. Um dos problemas do Hospital da Congregação da Caridade tinha a ver com a inexistência de um sistema de

38 Caso de José Manuel Taveira no concelho vizinho de Ponte de Lima. ESTEVES, Alexandra. A intervenção dos “brasileiros” nas instituições de assistência à saúde no norte de Portugal (século XIX). In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra; COELHO, José Abílio; FRANCO, Renato (Coords.). *Os Brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*. Braga: CITCEM, Fundação Getúlio Vargas, 2013.

39 ACHVENS. *Livro de Actas* 1, fl. 23.

40 ACHVENS. *Livro de Actas* 1, fl. 5v.

41 Confirme-se WEAR, Andrew. The History of Personal Hygiene. In BYNUM, W.F.; PORTER, Roy (Eds.). *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*. vol. 2. London and New York: Routledge, 2001, pp. 1300-1301.

42 ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Memórias e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014. Sobre a associação da falta de água e higiene à doença leia-se VIGARELLO, George. *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Fragmentos, 1988, pp. 141-143.

43 Sobre a falta de higiene que continuava a verificar-se na população portuguesa no século XIX veja-se VICENTE, Ana. *As Mulheres Portuguesas vistas por viajantes estrangeiros*. Lisboa: Gótica, 2001, p. 134.

abastecimento de água, tendo, por isso, que recorrer aos fontanários. Em 1807, foi aberto um poço no quintal. No entanto, o consumo da água recolhida em poços e fontes, por não ser devidamente tratada, constituía um perigo para as populações⁴⁴. Ao contrário do que sucedia com outros estabelecimentos hospitalares do distrito de Viana do Castelo, que eram considerados um risco para a saúde pública, o Hospital da Caridade estava localizado fora da malha urbana e destacava-se pela ordem e pela limpeza que imperavam nas suas instalações⁴⁵.

A partir dos anos 60 do século XIX, os asilados passaram a estar todos reunidos numa só camarata. Procedeu-se, igualmente, à edificação de um refeitório e a cozinha foi melhorada. Por outro lado, procurou-se tornar o quotidiano dos asilados mais confortável, através da doação de roupa, louça, móveis e outros utensílios. Para que tal fosse alcançado, procedeu-se à angariação de recursos financeiros, recorrendo não só a donativos e legados, mas também à realização de bailes de máscaras e ao aluguer do teatro. Entre os legados, são de destacar os dos “brasileiros”, que, do outro lado do Atlântico, deram o seu contributo: o Comendador João Pereira da Rocha Viana, que vivia no Rio de Janeiro e, na passagem por Viana do Castelo, entregou 200\$000 réis; Manuel José Fiúza da Costa ofertou 237\$372 réis; António Baptista Camacho e Joaquim Baptista Camacho, irmãos, através de uma subscrição pública realizada no Brasil, conseguiram 162\$255; José Joaquim de Amorim, no regresso a Viana do Castelo, proveniente do Rio de Janeiro, concedeu 80\$000 réis. Em 1869, José de Miranda Carvalho deixou uma elevada soma em dinheiro ao Hospital, o que permitiu o alargamento da sua função assistencial a um maior número de necessitados.

No dealbar da década seguinte, a Congregação decidiu avançar com a edificação de um novo espaço que permitisse albergar um total de 70 entrevados. A proposta previa a criação de um novo hospital na cerca do convento de Santo António, cedida à instituição. Para o efeito foi aberto um concurso, que só foi encerrado em 1873.

44 ACHVENS. *Livro de Actas* 1, fl. 26.

45 Arquivo Histórico do Governo Civil de Viana do Castelo (doravante AHGCVC), Assistência e saúde pública, assistência social e saúde pública - Estabelecimentos de saúde, não paginado.

Os projetos apresentados foram avaliados, depois, por um júri presidido pelo Marquês de Sá da Bandeira. Todavia, a deliberação da Congregação foi cancelada por causa do traçado do caminho-de-ferro.

Em 1882, morreu Mateus José Barbosa e Silva, o homem que esteve à frente dos destinos da instituição durante 33 anos, sem ter cumprido o seu desejo de edificar um novo hospital para acolher os entrevados. Em sua substituição, assumiu a liderança António Alberto da Rocha Páris.

As tentativas para obtenção de um novo espaço persistiram, agora com êxito. A 20 de agosto de 1887, o governo concedeu à Congregação o convento de Santa Ana. Contudo, esta doação só poderia ser consumada após o falecimento da última freira que ali se encontrava. O que sucedeu em 1895. Esta solução inscrevia-se na política de reaproveitamento das antigas estruturas monacais e conventuais, que, em Portugal, não constituíram uma solução estruturada, dado que vários esforços para a reutilização dos bens da Igreja, nacionalizados após a imposição da ordem liberal, não passaram de meras hipóteses que nunca saíram do papel.

Em 1894, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade já tinha elaborados novos estatutos, que foram aprovados por alvará de 4 de novembro de 1897. Estes apresentam ligeiras alterações em relação aos primeiros. No respeitante à administração, para além das funções anteriormente previstas, previam a existência de quinze zeladores ou irmãos do mês, que ficavam responsáveis pela gestão interna do hospital. Estes zeladores, juntamente com os nove mesários, constituíam o definitório, que poderia ser convocado para consulta sobre qualquer assunto de maior gravidade e que não deveria ser tratado em assembleia geral. Nesta teriam assento todo os irmãos do sexo masculino. À medida que a organização da instituição se vai complexificando, torna-se mais explícita a função de cada um dos membros dos diferentes órgãos e as competências associadas aos cargos que hierarquizavam a instituição. No atinente aos critérios de admissão de asilados, a ênfase não era colocada na idade avançada, associada à decrepitude, mas em todos os elementos que pudessem concorrer para que o indivíduo ficasse impossibilitado não só de granjear a sua subsistência, mas também de ser esmolado. Assim, além da idade outros fatores foram considerados, designadamente a

doença e as dificuldades de locomoção. A pobreza continuava também a ser uma condição *sine qua non* para ingressar no Hospital da Caridade.

Uma vez admitidos, os asilados deviam respeitar as regras da instituição e colaborar na realização de algumas tarefas do seu cotidiano, como, por exemplo, na limpeza das instalações e na feitura das camas. No entanto, como facilmente se prevê, não seria fácil a prestação destes serviços, por se tratar de pessoas muito debilitadas ou incapacitadas.

O novo regulamento previa a existência de pensionistas e, desde que a capacidade de acolhimento o permitisse, os quartos particulares deviam ser atribuídos, mediante o pagamento de uma quota diária, a doentes crónicos ou incapacitados. Admitia ainda a assistência domiciliária, à semelhança do que já sucedia com outras instituições da cidade, como a Santa Casa da Misericórdia. Deste modo, podemos considerar que os impedimentos espaciais não constituíam um obstáculo de maior à prática da assistência.

Nos tempos que se seguiram, houve diversas alterações na vida da Congregação. A igreja do convento passou para as suas mãos e, em 1905, abriu um novo espaço no terreno que pertencia ao antigo convento, para acolher os 80 asilados que havia na altura. Na inauguração das novas instalações, as portas do asilo abriram-se à comunidade e as forças vivas da cidade de Viana do Castelo marcaram presença, o que constituiu uma demonstração da importância da instituição na sociedade vianense.

No século XX, assiste-se à proliferação de instituições vocacionadas para os idosos. A sua criação resultou, sobretudo, de iniciativas particulares, com destaque para os “brasileiros” bem-sucedidos. Movidos pelo altruísmo, mas também, em muitos casos, pela busca de prestígio social e até de protagonismo político, destinaram parte da riqueza conseguida no Brasil a obras de cariz social, tendo como principais destinatários os mais carenciados e os desprotegidos.

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

ENTRE A CARIDADE E O SABER MÉDICO: OS EMBATES EM TORNO DA ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS ABANDONADAS NO RECIFE (1840-1860)¹

Between charity and medical knowledge: The clashes surrounding the care of abandoned children in Recife (1840-1860)

Alcileide Cabral do Nascimento*

RESUMO

Entre os anos de 1840 e 1860, a assistência social no Recife foi duramente criticada, em particular a que era destinada às crianças expostas e à instituição responsável por elas: a Casa dos Expostos. Neste artigo procuro historicizar as tentativas do discurso médico de construir uma noção de salubridade, de organização e gestão das crianças abandonadas e pobres asiladas na Casa dos Expostos que se confronta com os costumes e as práticas caritativas arraigadas profundamente na cultura. A força do discurso médico-higienista ganha concretude com a aprovação do Regulamento dos Estabelecimentos de Caridade de 1847. Mas a tentativa de regular, ordenar, limpar, vigiar e instituir um meio salubre e higiênico se confronta com formas variadas de vida e respostas emanadas das crianças, mulheres, amas de leite e famílias pobres, que não apenas resistiam às tentativas de controle e regulamentação de sua vida, mas também faziam usos diversos da Instituição. O saber médico precisou de mais tempo e de muitos embates, com diferentes formas de vida e de reinventar no mundo, para galgar hegemonia sobre a população e a cidade, bem como para estabelecer um discurso homogêneo dentro de

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq em 2007-2009.

* Professora de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero (NUPEGE); Integrante do GT de História da Infância e da Juventude ANPUH-PE.

suas próprias fronteiras. Mas sua vitória não se deu sem conflitos, além de ter sofrido algumas derrotas.

Palavras-chave: Assistência à Infância no Recife; Caridade; Saber Médico.

ABSTRACT

Between the 1840s and 1860s, social assistance in Recife was heavily criticized, particularly because the children exposed and the institution responsible for them: Casa dos Expostos (House of the Exposed). In this article I seek to historicize the attempts of the medical discourse to construct a notion of healthiness, organization and management of abandoned and poor children asylum in the House of the Exposed that is confronted with customs and charitable practices deeply rooted in culture. The strength of the medical-hygienist discourse comes to fruition with the approval of the 1847 Charitable Institutions Regulation. But the attempt to regulate, order, clean, monitor and institute a wholesome and hygienic environment is confronted with varying forms of life and responses emanating from Children, women, daughters and poor families, who not only resisted attempts to control and regulate their lives, but also made various uses of the institution. Medical knowledge needed more time and many battles, with different forms of life and reinventing in the world, to gain hegemony over the population and the city, as well as to establish a homogenous discourse within its own borders. But his victory did not happen without conflicts, besides having suffered some defeats.

Keywords: Assistance to Childhood in Recife; Charity; Medical knowledge.

É, porém, digna de lástima a sorte destas crianças, que se recebem na roda para depois a falecer à míngua; e para se fazer ideia basta notar que o ano passado morreram 53 de 76 que entrara, e 108 que existiam.²

A situação das crianças abandonadas, ou expostas, em Pernambuco, entre os anos de 1840 e 1860, era mesmo muito grave,

² Relatório que o Excelentíssimo Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, apresentou à Assembleia Legislativa de Pernambuco, na Sessão Ordinária de 1841. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1842. p.13.

como reconhecia o então presidente da província, Francisco Rego Barros, mais conhecido como Barão da Boa Vista, em 1842, citado acima. Neste período, a Casa dos Expostos estava sob a égide da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade³, instituição criada por decreto de 13 de outubro de 1831, cumprindo a resolução da Assembleia Geral Legislativa e do Governo Regencial, que mandou reunir as casas de caridade do Recife e de Olinda, em Pernambuco, em uma só administração, reorganizando os serviços assistenciais voltados à infância abandonada e órfã. O governo, ao centralizar o atendimento caritativo à criança sem família em uma única instituição, enfrentou um embate entre o saber médico e as práticas caritativas que moldava o perfil dos administradores daquele órgão, bem como resistências difusas à racionalização e à prevenção em curso na gestão da população.

Essa peleja, nem sempre aberta, urdida muitas vezes à surdina, ganha visibilidade na imprensa e se imiscui na rede do poder que fiscalizava os estabelecimentos de caridade, com a crescente influência dos médicos higienistas. Essa medida não é isolada, mas faz parte de um conjunto mais amplo que assinala uma importante transformação da percepção dos problemas sociais que afetava o espaço urbano e envolvia diferentes dimensões da vida na cidade⁴: a sujeira, as epidemias, o lixo, os cemitérios, o abastecimento e a qualidade da água, a iluminação, a circulação do ar, os transportes. Enfim, descortinavam-se no olhar dos médicos uma urbe insalubre e segmentos da população considerados perigosos — seja para a ordem pública, seja como portadores de doenças incuráveis — ou em perigo, como os recém-nascidos abandonados nas urbes ou crianças potencialmente perigosas, se não fossem educadas e inseridas no mercado de trabalho ao crescerem.

Mas o saber médico era um campo de disputas internas. A verdade sobre o meio social e os elementos constitutivos da sua insalubridade eram motivo de muitas tensões e conflitos entre os

3 COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil desde a Independência. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1831, v. III, p. 454-456.

4 SANTOS, Manuela Arruda dos. *Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura, 1831-1845*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2009.

médicos, e não lugar de consenso hegemônico e homogêneo sobre a cidade e sua população, como demonstram as pesquisas de Manuela Santos e Keyla Guimarães⁵ sobre Pernambuco. Meu trabalho se situa ao lado dos/as autores/as que entendem que a corporação médica e o saber médico não estavam consolidados no século XIX e o diálogo com outras tradições e formas de ver o mundo, a saúde, a doença e o doente eram bastante complexas, como assinala Beatriz Teixeira Weber para o caso do Rio Grande do Sul⁶.

Apesar dos embates internos, vemos surgir em Pernambuco o Conselho Geral de Salubridade em 1845⁷, que funcionou por 10 anos, e, em 1855, a Comissão de Higiene Pública, que durou até 1872, quando foi criada a Inspetoria de Higiene Pública. Até a noção de salubridade ganhar concretude e a medicina ampliar seu raio de ação e influência, foi preciso esperar a década de 20 do século XX, naquilo que Michel Foucault definiu como salubridade para o caso francês:

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e, sim, o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde⁸.

Neste sentido, procuro historicizar as tentativas do discurso médico de construir uma noção de salubridade, de organização e

5 SANTOS, op. cit.; GUIMARÃES, KEILA Danielle Souza. *Conselho de Salubridade Pública de Pernambuco: um olhar médico sobre a cidade do Recife entre os anos de 1845-1850*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2010.

6 WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar*. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889-1928. Santa Maria: UFSM; Baurio: Edusc – Universidade do Sagrado Coração, 1999.

7 GUIMARÃES, op. cit.

8 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p.93.

gestão das crianças abandonadas e pobres asiladas na Casa dos Expostos que se confronta com os costumes e as práticas caritativas arraigadas profundamente na cultura, na administração das instituições asilares, no cotidiano e na forma de viver de grupos étnicos diversificados ao longo dos séculos.

As searas abertas pelos médicos higienistas eram amplas⁹. Mas, a cada flanco aberto, teriam que enfrentar os costumes, profundamente arraigados em práticas religiosas de cunho católico-cristãs, sobretudo, de caridade. O dispositivo da caridade, gestado e colocado em funcionamento através do discurso da Igreja Católica, se consolidou como uma prática de poder, de dominação e de controle. Se, por um lado, estimulava o acolhimento e a criação das crianças enjeitadas por parte dos fiéis, por outro, virava moeda de troca, à medida que abria para o católico mais uma possibilidade de dar visibilidade à sua fé, ampliando seu campo de exercício da misericórdia e da piedade e, com a prática de mais essa boa ação, adiantava seus passos em direção à salvação eterna¹⁰.

Mas o discurso caritativo não estava incólume às investidas higienistas, ganhava novos tons, flertava com os novos tempos, ao atualizar-se absorvendo alguns novos conceitos. É assim que o administrador dos Estabelecimentos de Caridade, Manoel do Nascimento Costa Monteiro, pleiteava a contratação de um capelão para a Casa dos Expostos, que não teria apenas a missão de encaminhar a alma dos anjinhos, como nos tempos coloniais, ou ainda celebrar missa nos domingos e dias santos, mas precipuamente integrar a “[...] educação da mocidade e instruí-la nos deveres religiosos”¹¹, inculcar valores, arraigar sentimentos e produzir novas

9 Ver sobre a atuação dos médicos no Recife o trabalho de SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das Igrejas ao Cemitério*: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo/Campinas, 2005.

10 NASCIMENTO, Alcileide Cabral. *A Sorte dos Enjeitados*. O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). São Paulo: Annablume, 2008. p. 54.

11 Ofício da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província de Pernambuco. Recife, 13 de janeiro de 1843. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), Série SC, Cód.1, fl. 226. Ms.

subjetividades entre os/as enjeitados/as no lastro da tradição católica¹².

A sorte das crianças abandonadas no Recife, em meados do século XIX, era mesmo “digna de lástima”, como afirmava o presidente da província de Pernambuco. O desafio que se colocava era como melhorar o destino dos que sobreviviam ao sistema de criação, sem família, sem padrinho importante, sem eira nem beira. A alta mortalidade, a precária estrutura física do edifício que acolhia os/as enjeitados/as, a falta de recursos, os baixos salários pagos às amas de leite e de criação, o aumento de garotas e garotos crescidos na Casa dos Expostos, sem ter para onde ir, eram alguns dos graves problemas da Instituição.

Como se sabe, a Casa dos Expostos, com sua respectiva roda, foi instituída em 1789, no Recife, com o objetivo precípuo de interditar as práticas infanticidas, tão comuns na cidade, onde bebês eram abandonados nas ruas, becos, monturos e portas de casas e igrejas e devorados por animais como cães e porcos, num “espetáculo de barbárie”, como denominou o governador da época. O esforço era combater o abandono “selvagem” de crianças por outra forma, mais civilizada. Não era a vida dos infantes que se queria e se desejava preservar, mas “[...] a promoção de uma nova sensibilidade para com a criação e adoção de práticas de civilidade que se distanciassem do descaso, da insensibilidade para com a morte espetacularizada de recém-nascidos nas ruas”¹³.

Passados quase 50 anos de criação da Instituição, que recebia bebês de cidades vizinhas, o que se observa é a retomada das práticas de abandono de crianças em portas de particulares e na porta do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Olinda. Embora não configure uma ação deliberada de eliminação de bebês, eram esses/as miúdos/as “[...] devorados por porcos e cães, ou mortos pelo frio”¹⁴, motivando os administradores a solicitar ao então presidente

12 Em 1858 chega um padre europeu para levar adiante essa missão. Cf. Ofício da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província de Pernambuco. Recife, 28 de outubro de 1858. Apeje, Série Diversos II, Cód.14, fl.83. Ms.

13 NASCIMENTO, op. cit., p. 96-97.

14 Ofício da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província de Pernambuco. Recife, 13 de janeiro de 1843. Apeje, Série SC, Cód.1, fl.227. Ms

da província, Francisco do Rego Barros, permissão para instalar uma roda filial na entrada do referido hospital para receber essas crianças de pais anônimos, evitando a morte selvagem desses bebês. Essas crianças deveriam ser remetidas à Casa dos Expostos no Recife; também deveria ser solicitada autorização para contratar uma rodeira com o fito de receber e providenciar os primeiros cuidados aos/às enjeitadinhos/as, com um módico ordenado de 4\$ réis mensais (quatro mil réis), pleito que foi atendido imediatamente¹⁵.

O que se vê em Olinda, como ocorrera no Recife, na esteira de um processo civilizador, é um investimento na sensibilidade em relação à morte e, neste caso, a morte bárbara de crianças. Procurou-se construir um estranhamento, uma repulsa, menos à prática de expor, mais à morte selvagem desses pequenos corpos nas ruas e ladeiras da cidade alta, devorados por animais famintos ou sucumbidos pelo frio. E, de pronto, o governador, famoso pelas mudanças que imprimiu à cidade do Recife¹⁶, sem delongas e considerações, aprovou imediatamente a iniciativa. O saber médico foi arregimentando adeptos. Novas normas alcançaram o aparato assistencial aos pobres e os hospitais públicos, num amplo processo conflituoso de ordenar e higienizar o Recife e sua população.

O saber médico e o Regulamento de 1847

O que de mais significativo aconteceu neste período, no que tange à assistência social e, em particular, às crianças expostas, foi, sem dúvida, a aprovação do Regulamento de 1847¹⁷. Esse documento,

15 Idem, fl. 227.

16 Sobre o governo do Conde da Boa Vista, ver REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002; ANDRADE, Manoel Correia de. *Pernambuco Imortal*. Recife: Cepe, 1997; CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Recife do Corpo Santo*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife/Secretaria de Educação e Cultura/ Conselho Municipal de Cultura, 1977.

17 COLEÇÃO de Leis e Decretos da Província de Pernambuco de 1847. *Regulamento para os Estabelecimentos de Caridade da Cidade do Recife e sua Administração Geral*. Recife, 1847, p. 1-31.

finalmente posto em execução na administração do governador Antônio Pinto Chichorro da Gama, normatizou o funcionamento burocrático e administrativo das instituições sociais, com regras e interdições a serem seguidas e cumpridas. Por esse regulamento, pode-se dimensionar a força do discurso médico-higienista, numa estratégia de governo voltada à população, ao administrar, inspecionar, classificar, separar, corrigir, avaliar, zelar, anotar, diagnosticar, gerir, fiscalizar, vigiar, reivindicar, propor, por pleitos legais, tudo o que seria necessário ao projeto de centralização dos três estabelecimentos de caridade existentes na capital: o Grande Hospital, o Hospital dos Lázaros e a Casa dos Expostos.

No que tange à administração da Casa dos Expostos, o documento estabelecia “[...] um regente e uma regenta, casada com este; um capelão; uma cozinheira e as serventes indispensáveis” (Art. 23)¹⁸. Chama atenção a amplitude das funções dos regentes. Além de toda a administração da Casa — com a manutenção dos serviços, o controle das amas internas e externas, o cuidado dos bebês lactantes e das crianças maiores, a manutenção da disciplina —, teriam ainda que ensinar “[...] aos meninos, de um e outro sexo, a ler, escrever e contar, e, às meninas, a cozer e bordar” (Art. 26)¹⁹. Essa obrigação demonstra o quanto a educação desses garotos e garotas era de pouca importância, realizada sem critérios de idade, de programa, de avaliação, como já se podia observar na estruturação do ensino que ganhava corpo no Brasil e em Pernambuco depois da Independência²⁰. Ademais, essa parca instrução ratifica a exclusão social dos garotos expostos, cuja formação habilitaria apenas para o mercado de trabalho manual. Ao mesmo tempo, reafirmava as hierarquias de gênero, porque só aos meninos era dado acesso a uma aprendizagem que os conectava com o espaço público, restando às meninas o domínio das prendas domésticas, reforçando sua pertinência no âmbito privado.

18 COLEÇÃO, op. cit., p. 5.

19 Ibidem, p. 5.

20 SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de Construção das Práticas de Escolarização em Pernambuco, em Fins do Século XVIII e a Primeira Metade do Século XIX*. Recife: UFPE, 2007; CUNHA, Luiz Antônio. *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*. São Paulo: Unesp, Brasília, DF: Flacso, 2000.

Se a educação não era prioridade nos idos dos anos que seguem, ao menos para esses infantes de pais anônimos o acompanhamento das crianças enfermas o era. Ao facultativo da Casa dos Expostos, caberia “[...] remeter no fim de cada ano um mapa estatístico de sua clínica, e o relatório circunstanciando do Hospital, indicando os meios adotáveis, para que se consiga o seu melhoramento” (Art. 40, § 5)²¹, além de poder indicar algumas “raparigas (moças enjeitadas) para atuarem como enfermeiras” (Art. 64)²².

Por essa legislação, observa-se que uma nova racionalidade se entranhava no espaço e nas práticas a inventariar as circunstâncias negativas e positivas da Instituição, dos espaços internos, do asseio e alimentação das crianças, a recomendar a anotação das mezinhas indicadas, a visita aos pequenos enfermos, separar as crianças a partir dos males que portavam, olhar, observar, anotar, diagnosticar, curar, um poder médico que produz saber e, ao mesmo tempo, que intervém higienizando e medicalizando a Casa dos Expostos. Um conjunto de ações burocráticas foi acionado: livros, tabelas e mapas deveriam falar do cotidiano, espedaçá-lo minuciosamente, dar visibilidade aos/as internos/as e a cada um em particular, ao movimento de entrada e saída dos/as enjeitados/as, aos índices de mortalidade e suas causas, bem como revelar a rebeldia dos/as que não se adequavam às decisões sobre sua vida.

A Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade parece ser uma Instituição que, se de um lado, garantiu o ideário cristão-católico, o quinhão de um poder de inspiração cristã frente a uma crescente autonomia de um estado de feições modernizantes, por outro, foi um laboratório do saber médico-higienista, na sua ânsia de controle, disciplina e higienização das instituições e da sociedade. Esse poder que se corporifica com a criação, em 1845, do Conselho de Salubridade de Pernambuco segue a passos curtos as inovações dos países europeus, sobretudo, a França, que, no início do século XIX, havia instituído o *Conseil de Salubrité*, órgão consultivo cujos membros possuíam a incumbência de analisar os problemas de saúde

21 COLEÇÃO, op. cit., p. 9.

22 Idem, p. 14.

pública das cidades, propondo as soluções cabíveis aos poderes competentes²³.

A forte influência francesa se materializava na formação de parte dos médicos brasileiros e pernambucanos. Os aglomerados urbanos eram um grande desafio ao avanço da civilização, em virtude dos problemas sanitários que apresentavam. Era preciso elaborar normas e mecanismos para controlar e limpar o espaço urbano e higienizar a população, prevenindo doenças, ao combater práticas insalubres e antigos costumes coloniais, vistos como primitivos. É sob essa influência e esse ideário que o Barão da Boa Vista insiste, em 1840, junto à Assembleia Legislativa, na criação do Conselho de Salubridade Pública, que acontecerá 5 anos depois e será presidido pelo Dr. Joaquim Aquino Fonseca²⁴. Segundo Keila Guimarães, o Dr. Aquino Fonseca, de forma soberba, “[...] fazia publicidade de seu doutorado, fazendo questão de excluir do seu meio todos aqueles que procediam das Faculdades de Medicina da Bahia ou do Rio de Janeiro”, sendo alvo inclusive, de muitas piadas jocosas, chegando a receber dos seus oponentes de profissão a alcunha de ‘goela de prata’²⁵. Enfrentando divergências e oposições no campo do saber médico e sem conseguir o convencimento e a adesão da população, o Conselho foi substituído, em 1853, pela Comissão de Higiene Pública²⁶.

É sob a gestão da Comissão que vemos a penetração do saber e da intervenção médica na Casa dos Expostos. A insalubridade, a falta de controle e fiscalização das amas, a alta mortalidade das crianças e a preocupação com a saúde dos infantes são questões prementes desse olhar higiênico na preservação e conservação dos corpos dos infantes. A Administração Geral dos Estabelecimentos será monitorada por este novo olhar, que exigirá relatórios, aumentará a fiscalização e dirigirá novas medidas de salubridade a todas as

23 GUIMARÃES, op. cit., p. 47; FOUCAULT, op. cit.

24 Relatório que o Excelentíssimo Presidente da Província, Francisco do Rego Barros, apresentou à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, na Sessão Ordinária do dia 1º de março de 1840. fl. 8. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/655/000008.html>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

25 GUIMARÃES, op. cit., p.47.

26 MIRANDA, Carlos A. Cunha. Os Curandeiros e a Ofensiva Médica em Pernambuco na Primeira Metade do Século XIX. *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*, v. 1, n.19, 2001. p. 95-110.

instituições assistenciais. Nosso enfoque, neste momento, é analisar duas questões que matizaram a interferência e fiscalização da Comissão sobre a administração da Casa: a problemática das amas, internas e externas, nos cuidados dos/as enjeitadinhos/as e o espaço insalubre onde estavam as crianças.

As amas de leite sob o fogo cruzado dos médicos-higienistas

Um dos sérios problemas que os regentes dos expostos tinham que enfrentar dizia respeito à contratação de amas de leite e de criação para cuidar dos bebês em lactação e em crescimento. Ademais, com os princípios higiênicos e eugenistas em voga²⁷, a antiga prática de utilizar mulheres de cor e pobres era cada vez mais criticada pelo discurso eugenista que ganhava força²⁸. Essas mulheres, tão essenciais antanho, passavam a representar um perigo para a degeneração da raça, pelos “males ocultos” que poderiam se infiltrar no corpo da criança por meio do leite e pela imoralidade e permissividade do contato, como expressavam alguns médicos e presidentes de província da época²⁹. A prática costumeira de se contratar amas passa a ser intensamente combatida, e a Casa dos Expostos torna-se um espelho pedagógico “aos males” decorrentes desse costume tão comum que alcança as famílias ricas e pobres e que chega até os anos 30 do século XX, apesar das contundentes críticas³⁰.

27 Ver, a propósito, SCHWARCZ, Lília M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

28 Ver a crítica médica à utilização de amas de leite. Cf. FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem Pariu e Bateu que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza em Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB, 2003, p.56-58 e MACHADO, Roberto et al. *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.355-358.

29 MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. *Amas-de-leite e Mercado de Trabalho Feminino: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

30 RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.74-84.

Em abril de 1854, a Comissão de Higiene abre uma “guerra” contra a Administração dos Estabelecimentos de Caridade, apontando as irregularidades administrativas na Casa dos Expostos³¹. Uma grave acusação era figurarem, no livro de entrada, expostos cuja existência era duvidosa. Segundo os diretores, era possível que constassem nomes de crianças inexistentes porque os livros de entrada e saída desses/as enjeitados/as haviam sido perdidos no incêndio que ocorrera na casa do mordomo Joaquim José Mendes em 1824. Somente nos anos de 1840, foram reorganizados os livros com base em antigos cadernos de lançamento feitos pelos regentes “sem a precisa regularidade”. Os diretores efetivamente realizaram um exame nos referidos cadernos e identificaram a existência indevida de 42 expostos que deveriam ter sido eliminados por terem falecido, ou saído definitivamente da Casa; diziam ainda ter dúvidas sobre 36 crianças “[...] por se ignorar onde residem as pessoas a quem eles foram entregues”, visto que a data de entrega mais recente era de 13 anos! Enfim, concluíram que existiam 274 expostos, sendo 115 do sexo masculino e 159 do feminino³².

A Comissão também imputava os diretores a “[...] confiarem os expostos à caridade de pessoas desconhecidas”³³. Em resposta a essa acusação específica, a Administração da Casa primeiro afirma a legalidade do ato, ao citar os artigos 123 e 126 do Regulamento. Esses artigos tratavam especificamente da contratação de amas internas e externas para a Instituição. Contudo, o artigo 123 dizia textualmente que as amas externas deveriam morar na cidade. Ademais, o artigo 124 estabelecia os critérios de contratação das amas, que deveriam: “1. Estar no gozo de sua perfeita saúde; 2. Ter menos de oito meses de parida; 3. Não ter mais de 40 anos de idade”³⁴. Já o artigo 125 tratava das exigências em relação às amas no momento da contratação: “1. Atestado de boa conduta, passado por uma das autoridades policiais do seu Distrito, ou pelo Pároco

31 Ofício Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 27 de abril de 1854. Apeje, Série: SC- 02, fls. 25-27.

32 Ofício Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 10 de maio de 1854. Apeje, Série: SC- 02, fl. 39.

33 Idem, fl.39.

34 COLEÇÃO, op. cit., p. 22.

respectivo; 2. Carta de fiança de pessoa conhecida, declarando, que por ela responde [...]”³⁵.

Se efetivamente os administradores cumpriam essas exigências e as amas portavam a documentação que lhes daria credibilidade, não é possível saber, porque até agora não foram encontradas as cartas de fiança. Todavia, os administradores diziam que seguiram fielmente o que mandava o Regulamento; e alegavam que foi a impossibilidade de se contratar mulheres que se dispusessem a um trabalho tão mal remunerado, como era o de criação dos/as enjeitados/as na cidade do Recife, o motivo pelo qual se viram obrigados a recorrer às que moravam nos arrabaldes da capital, com o intuito primeiro de não deixar perecerem essas crianças. Esses são argumentos razoáveis em virtude da efetiva dificuldade de se contratar amas de leite diante da baixa remuneração e da disputa com o mercado, onde famílias de posses pagavam mais. Portanto, o argumento de que só a necessidade os obrigou a contratar mulheres que residiam em Igarassu e Goiana — arrabaldes distantes 39 e 63 quilômetros, respectivamente, da cidade — “[...] ainda que em pequeno número”, como deixavam claro, mas com a garantia de conduta ilibada e que se sujeitavam às condições impostas pela lei, parece ser legítimo³⁶. Também alegavam que não podiam impedir as amas de mudarem de domicílio e levarem consigo os/as enjeitados/as, uma vez que costumavam comparecer às revistas de pagamento. Ademais, não havia no Regulamento nenhum impeditivo à mudança de endereço das mulheres contratadas³⁷.

Sem dúvida, parte dessas dificuldades em se contratar amas, de leite ou de criação, se devia aos baixos salários pagos a essas mulheres, em geral pobres, que se submetiam a um árduo trabalho por valores aviltantes. Essa situação tendia a se agravar com o passar dos anos, como revela o pedido que a direção dos Estabelecimentos de

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ Ofício Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 27 de abril de 1854. Ms. Apeje, Série: SC- 02, fl. 24-25.

³⁷ Ofício Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 27 de abril de 1854. Ms. Apeje, Série: SC- 02, fls.56-57.

Caridade fez ao presidente de província, o então Dr. Benevuto Augusto de Magalhães Taques:

Não havendo quem queria sujeitar-se a ser ama interna da Casa dos Expostos pela diminuta quantia de dez mil réis mensais, pedimos a V. Exa. a necessária autorização as referidas amas pagas na razão de 15\$000 mensais.³⁸

Os administradores da Instituição se referiam às amas internas, mulheres que deveriam cuidar e amamentar os bebês recém-chegados à Casa. O mesmo acontecia com as amas externas, de leite e secas, que eram mal remuneradas. O diminuto valor motivou a iniciativa das amas de devolver algumas crianças, inclusive lactantes, à Casa, como se pode constatar neste ofício:

Não havendo quem se queira sujeitar à criação de expostos, pela diminuta paga de 4\$000 os de amamentação e 1\$600 dos desamamentados, a ponto de terem sido recolhidos alguns; e não tendo a Casa os necessários cômodos, nem amas suficientes para amamentar o crescido número de expostos, que atualmente existe nela; [...].

Pedia, a direção, que o presidente da província: “[...] digne-se a elevar a mensalidade das amas externas em amamentação a 8\$000 réis mensais, e os em desamamentação a 3\$200 réis.”³⁹

Não era pouco o que os Administradores pediam: dobrar os salários das amas, temendo o desfecho funesto do aumento da quantidade de crianças dentro de uma Instituição que não tinha como atendê-las. O espectro da morte parecia acenar para a vida errante e

38 Ofício da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. Benevuto Augusto de Magalhães Taques. Recife, 26 de agosto de 1858. Apeje, Série: SC- 02, fl.67.

39 Idem, fl.67.

indefesa desses/as enjeitadinhos/as, daí os administradores buscarem convencer e estimular mulheres, em geral pobres, à maternidade social. Nessas circunstâncias, valia a defesa da direção em contratar mulheres que moravam distante da Instituição, nos bairros longínquos da cidade ou até mesmo em outra cidade. Tudo leva a crer que não tinham mesmo opção, com a premente falta de recursos e os baixos salários atestados.

Como foi visto, o discurso médico-higienista alcança a Casa dos Expostos, penetra a organização, se imiscui no cotidiano, indicando ações. A questão é saber até que ponto esse enunciado tão amplo e diversificado captura a vida, a contingência, os problemas comezinhos do dia a dia. Daí outras questões emergem: como a Instituição lida com a superlotação? Como administra o abandono de crianças crescidas em sua porta? Quais as estratégias de inserção social de garotos e garotas que sobreviveram ao precário sistema de criação? Como a Instituição age diante dos diferentes usos que a população pobre passa a fazer da Casa dos Expostos? Quais as resistências dos/as enjeitados/as ao processo de reordenamento, controle e normatização de sua vida?

A Casa dos Expostos: um abrigo de crianças?

A década de 1850 irrompe com uma nova e crescente demanda da população mais pobre para as poucas instituições de caráter social que atendiam minimamente as crianças pobres, órfãs e abandonadas. O que fazer com as crianças órfãs pobres? Para onde enviá-las? Como resolver o problema dos/as meninos/as que perambulavam pelas ruas, sem rumo e sem família? Como dar destino aos que cresciam na Casa dos Expostos e lá não podiam continuar? Neste sentido, a Casa vai ganhando outros usos pelas mulheres e famílias pobres. Não era mais o lócus da exposição de bebês, do abandono civilizado, de se evitar o infanticídio ou de se preservar a honra da família, mas onde se deixavam crianças crescidas por diferentes razões.

Em países como a França, a Espanha e Portugal, as Casas dos Expostos passaram a ser cada vez mais utilizadas por amplo segmento da população pobre, como as mães solteiras, os casais em petição de miséria, as viúvas e viúvos das epidemias que grassavam nas cidades e as prostitutas. Desafortunados de toda ordem, com diferentes motivos, passaram a deixar seus filhos, não mais em tenra idade nas rodas, e sim garotos e garotas crescidos/as na porta das instituições assistenciais⁴⁰. Às vezes, se deixava a criança provisoriamente; outras, os menores eram entregues aos cuidados desses estabelecimentos sem horizonte para resgate, como relatam os/as historiadores/as. Essas Casas iam paulatinamente se convertendo em abrigos e orfanatos para os filhos das camadas pobres e dos desclassificados sociais.

No Recife não foi diferente. O crescimento populacional verificado no século XIX⁴¹, o aumento do custo de vida⁴², as epidemias, como a febre amarela, que grassou no verão de 1849-1852⁴³, o cólera em 1856⁴⁴. Sem dúvida, “[...] esse constante assédio de epidemias denunciava uma insalubridade no ambiente urbano que se tornou alvo do olhar dos higienistas e das autoridades provinciais ao longo do século XIX”, como assinala Rosilene Farias⁴⁵. Os enfermos, a mortalidade, as condições de moradia — com uma parcela significativa da população vivendo em mocambos —, o desemprego, a vadiagem nas ruas⁴⁶ fizeram aumentar a pressão sobre a Casa dos Expostos.

40 LAMFUS, Lola Valverde. *Entre el Deshonor y la Myseria*. Infancia abandonada en Guipúzcoa y Navarra, siglos XVIII y XIX. Bilbao: Univ. Del Paiz Vasco, 1994; MOREDA, Vicente Pérez. *La infancia Abandonada en España (siglos XVI-XX)*. Madrid, Imprenta Taravilla, 2005; Marcílio, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

41 CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850)*. Recife: Universitária, 2002.

42 ZANCHETI, Silvio Mendes. *O Estado e a Cidade do Recife (1836 -1889)*. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1989;

43 SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das Igrejas ao Cemitério*. Dissert. cit. especialmente cap.3.

44 FARIAS, op. cit., p. 159-182.

45 Idem, p.161.

46 MAIA, Clarissa Nunes. *Sambas, Batuques, Vozeries e Farsas Públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no séc. XIX (1850-1888)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: CFCH-UFPE, 1995.

Os documentos falam do desespero, da última alternativa, apelo à misericórdia de Deus e dos homens, por parte de algumas pobres mães e viúvas ao entregarem as/os filhas/os à Instituição; da perplexidade dos dirigentes dos estabelecimentos de caridade diante da quantidade de garotos e garotas com mais de 12 anos deixados na porta da Casa; das incertezas que pairavam sobre o destino de tantas vidas abandonadas.

A instabilidade da vida dessas crianças andava *pari passu* com a delicada situação financeira da Instituição que as acolhia. Em agosto de 1855, o procurador do Visconde de Laures solicitou a casa onde se encontrava o Estabelecimento dos Expostos e o Colégio de Órfãos (este criado em 1847), ambos situados à Rua da Aurora. Informava o ofício que o Visconde estava prestes a chegar da Europa e pretendia estabelecer residência na cidade, solicitando a devolução do seu imóvel com a maior brevidade possível.⁴⁷ O problema estava colocado: para onde deslocar as crianças?

Para isso, foi solicitado ao Facultativo que examinasse as condições de salubridade da antiga Casa dos Expostos, fundada pelo então governador D. Tomás José de Melo, em 1789. Em sua opinião, o edifício, apesar de ser “um pouco baixo”, não satisfazendo, portanto, todas as condições higiênicas recomendáveis (altura, ventilação, circulação de ar), era, todavia, “incontestável[mente]” melhor, já que esta antiga Casa preenchia as condições higiênicas “com muito mais escala” do que o edifício onde se encontravam as crianças⁴⁸. Concordava com essa opinião o Dr. Aquino da Fonseca, presidente da Comissão de Higiene Pública, que havia examinado a referida casa⁴⁹.

Com base no entendimento dos médicos sanitaristas, o Governo autorizou a transferência da Instituição para o antigo endereço e informou à direção dos Estabelecimentos de Caridade que a transferência seria efetuada, notícia da qual se dizia ciente a referida

47 Ofício de José João de Amorim, por procuração do Visconde de Laures, aos membros da Comissão Administrativa dos Estabelecimentos de Caridade. Recife, 5 de agosto de 1855. Apeje, série: SC- 02, fl. 178.

48 Ofício de Francisco José da Silva, cirurgião da Casa dos Expostos, ao tesoureiro da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade. Recife, 21 de maio de 1855. Apeje, série: SC- 02, fl. 125.

49 Idem.

direção⁵⁰. Neste sentido, a Comissão seguia seu ímpeto de auxiliar o Governo em tudo o que dissesse respeito à saúde de vasto segmento da população, na perspectiva de um enunciado sobre a vida, o corpo, sobre as instituições asilares e a cidade. Aos poucos, o discurso médico-higienista ganhava concretude ao se colocar a serviço da prevenção, do controle e da normatização como ações estratégicas de um governo que buscava paulatinamente ordenar, higienizar e civilizar a urbe e os segmentos da população perigosos ou em perigo.

Em 1854, os administradores dos Estabelecimentos de Caridade, em um ofício ao presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, falavam da gravidade da situação:

A Administração dos Estabelecimentos de Caridade, tendo reconhecido, que de contínuo se reproduzia o trigésimo abuso de se exporem à porta da roda meninas até da idade de 12 anos, e indecisa sobre o que deveria resolver a este respeito, visto que os Estatutos não previram um tal caso, teve a honra de dirigir-se a V. Exa., que se dignasse autorizá-la a entregar a pessoas de reconhecida probidade aquelas meninas que estavam gravando o estado das despesas já assaz crescida⁵¹.

Trinta garotas deixadas na porta da Casa dos Expostos com idade de até 12 anos! Apesar de taxar de “abuso”, os administradores não sabiam o que fazer com essas meninas. Todavia, ao solicitarem autorização para enviá-las ao trabalho doméstico, a direção da Casa sabia o quanto essa prática era rechaçada pelas expostas, que, muitas vezes, se recusavam a sair da Instituição para trabalhar em casas de família, como recomendava o Regulamento. Considerava-se, portanto, a alternativa de enviá-las para o trabalho doméstico, um

50 Ofício do Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, presidente da província, à direção da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade. Recife, 20 de setembro de 1855. Apeje, série: SC- 02, fl.177.

51 Ofício da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 2 de agosto de 1854. Apeje, série SC-02, fl. 78.

“[...] recurso idôneo tanto para o benefício das mencionadas expostas quanto para por talvez um dique à imoralidade, que cada vez mais se desenvolve[ia]”⁵². A prática demonstrava o quanto esse recurso era uma medida exemplar, pedagógica e impopular na tentativa de conter a elasticidade dos usos que segmentos da população pobre passavam a fazer da Instituição em seu benefício. Havia um jogo de poder em que os pobres pareciam manipular o profundo sentimento de caridade e misericórdia que ainda lastreava parte do ideário dos estabelecimentos assistenciais, como admitiam os administradores, ao afirmarem que a caridade cristã não permitia “[...] que se lhes deixassem em abandono”⁵³, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro I Os pedidos de envio de crianças para a Casa dos Expostos (1855-1860)

Data	Nome	Idade	Cor	Procedência	Pedido	Despacho
18.01.1855	-	-	-	Órfã	Recolher na CE	Indeferido
12.07.1855	Serafim Lindolfo do Nascimento	4	Preto	Órfão – enviado pelo tutor	Recolher na CE até completar a instrução	Suplicante deverá pagar os custos
23.05.1856	Joaquim Moreira Dias e Clara Amélia de Azevedo			Órfãos	Recolher na CE	Deferido
23.10.1856	Anna			Órfã – pais vítimas da cólera	Recolher na CE	Indeferido Não está previsto no Regulamento
01.07.1857	Isabel e Constança			Órfã de pai –	Recolher na CE	Indeferido Remetido ao

⁵² Ofício da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 2 de agosto de 1854. Apeje, série SC-02, fl. 78.

⁵³ Ofício da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 2 de agosto de 1854. Apeje, série SC-02, fl. 78.

				enviada pela mãe		Patrimônio dos Órfãos
25.07.1 857	Manoel			Órfão – enviado pelo Juiz de Órfão	Recolher na CE	Indeferido Remetido ao Patrimônio dos Órfãos
25.07.1 857	Tertuliana e Marcelino			Órfãos de pai e mãe – remetidos pelo Chefe de Polícia	Recolher na CE	Deferido Remetida a menina ao Col. das Órfãs
15.04.1 858	Alexandrina e Rozalina	7	Branças	Órfãs de pai Mãe pobre	Recolher na CE	Indeferido Remetido ao Col. das Órfãs
12.01.1 860		7		Pai pobre	Recolher na CE	Indeferido Remetido ao Col. das Órfãs

Fonte: Ofícios da Santa Casa, cód.2 (SC-2), anos 1855-57; Ofícios Diversos II, cód. 14 (DII-14) anos 1858-60. Apeje.

Na amostragem acima, nota-se como os pedidos de envio de crianças para a Casa dos Expostos apontam para o limite das instituições de assistência à infância abandonada, pobre e órfã. Embora a documentação informe apenas a idade de quatro crianças das treze citadas, sabe-se que não se referia a bebês em tenra idade. Majoritariamente eram crianças órfãs da pobreza, da miséria e vítimas das epidemias que ceifaram a vida dos pais. Há exemplos como o de Alexandrina e Rozalina, brancas, com 7 anos de idade, cuja mãe dizia não ter condições de criá-las pela extrema pobreza em que se encontrava, agravada possivelmente pela morte do seu marido, e pedia a “proteção do Governo”⁵⁴. O único caso que parece escapar dessa miserabilidade é o do pretinho Serafim Rodolfo do Nascimento,

⁵⁴ Ofício da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. Benevuto Augusto de Magalhães Taques. Recife, 15 de abril de 1858. Apeje, série DII - 14, fl.27-28.

de 4 anos, cujo tutor estava disposto a pagar a quantia de seis contos e quarenta réis até a idade em que estivesse pronto para receber instrução, o que seria por volta dos 7 a 8 anos de idade⁵⁵. Se os administradores entendiam como abuso, parece saltarem aos olhos as histórias de infortúnios que marcam indelevelmente a vida dos mais pobres e dos seus rebentos.

Considerações finais

O poder médico sobre a cidade do Recife se intensifica nessas duas décadas e ganha concretude com a aprovação do Regulamento dos Estabelecimentos de Caridade de 1847. Mas a peleja por regular, ordenar, limpar, vigiar e instituir um meio salubre e higiênico se confronta com formas variadas de vida e respostas emanadas de grupos sociais diversos que não apenas resistiam às tentativas de controle e regulamentação de sua vida, mas “[...] interagem socialmente com criatividade e participaram ativamente das definições do mundo em que viveram”, como aponta Beatriz Teixeira para o Rio Grande do Sul, e como se pode aquilatar nas procissões que foram realizadas em 1856 no Recife, cuja população acreditava que a epidemia do cólera era mesmo castigo divino, apesar das críticas de intelectuais e médicos⁵⁶.

A superlotação da Casa, o aumento do abandono de crianças crescidas, a alta mortalidade infantil, os baixos salários pagos às amas de leite, as dificuldades na identificação do parentesco da criança, a indisponibilidade de recursos para dotar as moças casadoiras, foram problemas cotidianos que a prédica higienista tangenciou, mas não deu solução desejada. Paulatinamente as famílias pobres, mestiços e mestiças livres, negros e negras libertos/as, escravos e escravas que

55 Ofício da Junta da Administração dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. Recife, 12 de julho de 1855. Apeje, série SC - 02, fl.148.

56 FARIAS, op. cit., p.176-177.

viviam por conta própria, as viúvas, os viúvos, as prostitutas, os miseráveis do toda ordem, vão fazendo outros usos da Casa dos Expostos, por vezes, deixando crianças como se fora um abrigo temporário, até que as condições econômicas permitissem retomar a criação.

Ao final dos anos de 1850, as instituições de caridade voltam para a alçada da Santa Casa de Misericórdia, que é recriada. Mas do que higienizar espaços, a Casa dos Expostos precisava educar e profissionalizar esses garotos e garotas, que nem sempre aceitam o destino que lhes é dado. As garotas e garotos enviadas/os para casa de famílias como empregadas ou para o trabalho urbano como mão de obra quase escrava, fogem e reinventam sua vida nas ruas da cidade. O poder médico precisará de mais tempo e de muitos embates, com diferentes formas de vida e de reinventar no mundo, para galgar hegemonia sobre a população e a cidade, bem como para estabelecer um discurso homogêneo dentro de suas próprias fronteiras. Mas sua vitória não se deu sem conflitos, além de ter sofrido algumas derrotas, como foi a entrega da Casa dos Expostos para ser administrada pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo⁵⁷ e os Estabelecimentos de Caridade, 2 anos depois, que voltaram para a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia do Recife⁵⁸.

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

⁵⁷ Um ofício da Administração Geral dos Estabelecimentos de Caridade ao Presidente da Província, Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, informa a chegada das Irmãs de Caridade destinadas ao serviço da Casa dos Expostos e pede providências para o seu desembarque no porto do Recife. Recife, 7 de julho de 1858. Apeje, série: SC- 02, fl.397. Ms.

⁵⁸ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1983., v. 4, p. 96.

“POR UN BESO DE TU BOCA”: ASSISTÊNCIA À SAÚDE BUCAL INFANTIL NA REVISTA *SALUD Y SANIDAD* DA COLÔMBIA (DÉCADA DE 1930)

“For a kiss from your mouth”: Assistance to infant health in the magazine Salud y Sanidad of Colombia (Decade of 1930)

Iranilson Buriti de Oliveira*
Lais Vasconcelos Santos**

RESUMO

O presente artigo realiza uma análise dos discursos médico-higienista de profissionais dentistas sobre as crianças colombianas na década de 1930 veiculadas na *Revista Salud y Sanidad*. Para tanto, uma pesquisa documental de abordagem bibliográfica e exploratória foi desenvolvida. Na análise, dialogamos com a teoria que repensa os conceitos de leitura e de apropriação de discursos construídos pela Nova História Cultural, o que nos possibilitou problematizar as formas de ler e os modos de prescrever o corpo higienizado, civilizado, moderno e educado na ótica da assistência à saúde bucal infantil. Considera-se que a compreensão da saúde bucal como uma estratégia adotada pelo Estado colombiano em prol da modernidade de seus cidadãos, desdobra-se no entendimento de que as crianças foram alvos de práticas assistencialistas e de métodos normativos. Estes métodos são encontrados: 1) em atividades familiares; 2) em atividades escolares e 3) em atividades profissionais, nas quais se situam os dentistas, inseridos nos espaços escolares para assistir, cuidar e prevenir doenças, promovendo regulamentos sobre corpos

*Pós-Doutor em História das Ciências e da Saúde. Professor da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG; bolsista de Produtividade do CNPq. Condomínio Nações Residence Privê. BR 104, Km 119, 58117-000 - Lagoa Seca - PB – Brasil. E-mail: iburiti@yahoo.com.br

** Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. Bacharela em Enfermagem pela UFCG. E-mail: lais_lvs@hotmail.com

saudáveis por meio de avaliações clínicas e de incentivo a práticas como a escovação.

Palavras-chave: Saúde Bucal; Crianças; Práticas Assistencialistas

ABSTRACT

This article analyzes the medical-hygienist discourses of dental professionals on Colombian children in the decade of 1930, published in the magazine *Salud y Sanidad*. For that, a documentary research of bibliographical and exploratory approach was developed. In the analysis, we dialogued with the theory that rethinks the concepts of reading and appropriation of discourses constructed by the New Cultural History, which enabled us to problematize the ways of reading and the ways of prescribing the sanitized, civilized, modern and educated body in the optics assistance to children's oral health. It is considered that the understanding of oral health as a strategy adopted by the Colombian State in favor of the modernity of its citizens, unfolds in the understanding that the children were targets of assistentialists practices and normative methods. These methods are found: 1) in family activities; 2) in school activities; 3) in professional activities, in which the dentists are located, inserted in the school spaces to watch, care and prevent diseases, promoting regulations on healthy bodies through clinical evaluations and to encourage practices such as brushing.

Keywords: Oral Health; Children; Assistentialists practices

Introdução – Caminhadas pelo contexto histórico-social

Este artigo pretende dar visibilidade às conexões entre saúde da criança e práticas educativas na Colômbia, tendo como fonte a Revista *Salud y Sanidad*, periódico de circulação nacional colombiana da década de 1930, dando especial atenção aos cuidados de assistência à infância com a saúde bucal. Desde o final do século XIX, a América Latina e o Caribe experimentavam um processo de aumento populacional, resultante tanto do crescimento vegetativo da população quanto de migrações (endógenas e exógenas). Com essa mudança na estrutura da população, vislumbrou-se o crescimento

urbano que passou a ser alvo de preocupação do estado no sentido de buscar a modernização, a melhoria na infraestrutura urbana principalmente nas cidades principais de cada nação, o controle social e a divulgação de novas práticas educativas para controlar o corpo social. Para tanto, a adoção de estratégias políticas (públicas e privadas), educativas, higienistas e morais foram aplicadas para modelar, orientar cidadãos, trabalhadores e controlar as enfermidades sociais visando o progresso nacional.¹

Nesse contexto histórico-social, uma nova realidade emerge para assustar a população: a proliferação crescente de enfermidades². Percebe-se nesse cenário a impossibilidade dos profissionais da saúde em estabelecer limites e distinguir o conhecimento científico dos preconceitos e preceitos morais de sua época. Esta situação histórico-social contribui para nortear suas práticas profissionais diante dos hábitos e comportamentos arraigados da população, e a tentativa de implantar um conjunto de novos hábitos e atitudes baseados nas tônicas do moderno e do progresso.³ Mudar os costumes prejudiciais à saúde era urgente e necessário. Assim, um conjunto de saberes emerge para educar, domesticar e habituar os sujeitos na busca de corpos disciplinados.

EDUCAR. Percebe-se nas intervenções médicas a vertente política aliada ao poder estatal, para controlar e intervir na sociedade. Intervir para mudar, eis a tônica de profissionais da saúde preocupados com o mal-estar e a vulnerabilidade da população. Intervir para educar, para inculcar na população, desde a mais tenra idade, os hábitos saudáveis. Tendo a higiene, a civilização e o progresso presença marcante nos discursos de médicos, de dentistas e de sanitaristas que objetivavam regular os comportamentos sanitários,

1 ARAMÉNDIZ, Miguel Antonio Suárez; MENDONZA, Edwin Andrés Monsalvo. La higiene y el progreso. La institucionalización de la burocracia sanitaria en Manizales. 1920-1940". *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, v. 18, n.1, p.99-125, 2013.

2 O termo 'enfermidades sociais' foi utilizado por médicos até início do século XX para referir-se tanto a doenças contagiosas como a sífilis e tuberculose quanto aos males sociais que afetavam amplos setores da população.

3 NOGUERA, Carlos Ernesto. Luta Antialcólica e Higiene Social na Colômbia, 1886-1948. In: Gilberto Hochman; Diego Armus (Org.). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p.99-124.

a tônica era educar a população e aplicar normas sanitárias que regulassem os sujeitos.³

DOMESTICAR. Entre os séculos XIX e XX se fundamentou o ideal da nação colombiana tendo como parâmetros os discursos da educação, da higiene e do progresso. Esse discurso circulava não somente na cartografia colombiana, mas em toda a América Latina, a exemplo do Brasil, Argentina e México, apenas para citar alguns países. A construção da imagem de uma nova nação passou a ser divulgada em revistas e periódicos, circulando em manuais pedagógicos e sendo apropriados, em maior ou menor grau, por médicos, odontólogos, professores, políticos e autoridades em geral. Para tanto, necessitava-se fortalecer a escola e a família, pois através destas instituições se podiam divulgar e formar indivíduos preocupados com o progresso.⁴ E um alvo fundamental para ações destacadas nos discursos políticos e de higienistas eram as crianças, necessitando, assim, de um corpo domesticado pelos discursos dessas autoridades. Portanto, intervenções ortopédicas deveriam ser pensadas e aplicadas, sendo a família e a escola os espaços ideais para formar e educar os novos cidadãos.⁵ Nessas intervenções, ocorre paulatinamente uma “alteração da relação do homem com sua própria boca”. Kovalesski, Freitas e Botazzo colocam que:

Como certo tipo de *localização* (ou atributo de materialidade corpórea), a boca é disciplinada, *vigiada*, como o restante do corpo, por alguém que está no alto do panóptico bemthamiano ou pode não estar. É da boca disciplinada que tratamos. A boca no corpo ⁶vigiado, como se a norma social fosse natural e imanente.

4 BARBOSA, Alejandra María Valverde. La educación en Colombia: un proyecto de nación moderna entre la higiene, la moral y la pedagogía. *Intertextos: cuadernos del programa de comunicación social.*, n.2, p.99-106, 2007.

5 GONZALES, Ángela Lucia Agudelo. Regenerar e higienizar. El papel desempeñado por la mujer y la niñez en Barranquilla 1900 – 1945. *Memorias*, Año 5, n. 9, p.94-109, 2008.

6 KOVALESKI, Douglas Francisco; FREITAS, Sérgio Fernando Torres de; BOTAZZO, Carlos. Disciplinarização da boca, a autonomia do indivíduo na sociedade do trabalho. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 11, n. 1, p. 97-103, Mar. 2006. P.101.

HABITUAR. Frente a essas ações voltadas para as crianças, encontramos prescrições e diagnósticos sobre a infância presentes em discursos de médicos, dentistas e professores, dentre outros profissionais, com o propósito de intervenções pedagógico-sanitárias em meninos e meninas. O objetivo era criar hábitos ditos saudáveis, “habitando-os” a uma vida regrada pelas normas de uma sociedade culta e letrada. A esse respeito, Nunes aborda que:

O desejo era atuar sobre o indivíduo mesmo antes do seu nascimento até sua juventude, no sentido de formar, seja por meio da saúde e higiene, da escolarização e educação, ou por meio da assistência um determinado tipo de futuro cidadão, caracterizado como laborioso, civilizado, biologicamente saudável, apto para a vida moderna como trabalhador- no caso dos setores populares- o como condutor dos destinos sociais- no caso dos setores da elite.⁷

Nesta direção, ao estudarmos acerca das práticas higienistas e assistencialistas em espaços escolares⁸, eis que surgiu a indagação de como aconteceram as ações de profissionais dentistas para intervir na saúde bucal dos escolares, já que possuir um sorriso e uma boca perfeitos era condição de progresso e de modernidade. Assim, este trabalho se propõe a analisar a circulação do discurso higienista de profissionais dentistas sobre as crianças colombianas na década de 1930. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental de abordagem bibliográfica que adotou como fonte a *Revista Salud y Sanidad*, publicação colombiana que circulou na década de 1930 nos diversos departamentos da Colômbia. Essa revista constitui uma

7 NETTO NUNES, Eduardo Silveira. “La infancia latinoamericana y el Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia (1916-1940)”. In: SOSENSKI, Susana; ALBARRAN, Elena Jackson (org.). *Nuevas miradas a la historia de la infancia en América Latina: entre prácticas y representaciones*. Ciudad de México, D.F., México: UNAM, Instituto de Investigaciones Históricas, 2012, p. 293-325.

8 Esta discussão foi possibilitada a partir das atividades do projeto de pesquisa “Mamíferos Desdentados⁸”: educação, sensibilidades e produção de corpos saudáveis no Brasil e ‘na Colômbia (1918-1946), vinculado ao CNPq/UFCG.

publicação mensal do Departamento Nacional de Higiene, de Bogotá, organizada pela “Seção de Ancilostomose”, e foi dirigida por Ricardo Bonilla. Sob o slogan “MELHOR É PREVENIR QUE CURAR”, nesse periódico circulavam matérias relacionadas à propagação da higiene pública e privada, escritos falando de enfermidades, sanitarismo e temáticas de interesse à saúde da população em geral. Publicava pequenas novelas voltadas para o cuidado da criança, a exemplo da novelinha “Por um Beijo”, a ser discutida posteriormente, e que dá título a este artigo.

O recorte temporal adotado justifica-se por ser nesse período onde percebemos a emergência de medidas assistencialistas referentes à saúde pública que se desdobram em cuidados com a saúde bucal. Na análise do periódico, iremos dialogar com a teoria que repensa os conceitos de leitura e de circulação de discursos construídos pela Nova História Cultural, para isso, nos apropriamos do conceito de leitura como um modo de busca, pois o ato de ler, como aponta Chartier é “uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros”.⁹ É, dessa forma, uma operação, uma maneira de ler a escrita médico-odontológica sobre a educação como uma “prática cultural controlada por outras práticas, que ao mesmo tempo diagnostica e prescreve”.¹⁰

Para dar conta da circulação de ideias sobre saúde bucal, lançamos mão do que Chartier denominou de apropriação¹¹ dos discursos, no sentido hermenêutico. Nessa perspectiva, a apropriação consiste no que os leitores

[...] fazem com o que recebem, e que é uma forma de invenção, de criação e de produção desde o momento em que se apoderam dos textos ou dos objetos recebidos. Desta maneira, o conceito de apropriação pode misturar o

9 CHARTIER, Roger. “Textos, impressão, leitura”. In: HUNT, LYNN (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

10 GONDRA José Gonçalves. “*Artes de civilizar*”. Tese - (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, 2000.

11 Roger Chartier tomou de empréstimo o conceito de apropriação de Michel de Certeau.

controle e a invenção, pode articular a imposição de um sentido e a produção de novos sentidos”.¹²

Logo, a construção de sentidos das modalidades do ato de ler e de escrever é resultante do encontro de dois mundos: o “mundo” do texto e o “mundo” do leitor. Portanto, o conceito de apropriação possibilita ao leitor, em grande medida, interpretar a multiplicidade de sentidos que ocorrem na recepção de um discurso médico-odontológico, representando o intervalo entre o objeto “original” e as suas reescritas. Chartier define o conceito de apropriação a partir do objetivo de elaborar

[...] uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder deste modo atenções às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer [...] que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.¹³

Portanto, a adoção desses conceitos nos possibilitou problematizar as formas de ler e os modos de prescrever a boca higienizada, “civilizada” e educada na *Revista Salud y Sanidad*, periódico no qual as imagens sobre os dentes e a boca apareciam como órgãos funcionais e naturalmente dispostos, escondendo as tramas de desejos e de sentimentos dos sujeitos. No periódico, deparamo-nos, também, com uma forte influência sobre a infância enquanto uma “instância” que pode ser disciplinada. Para

12 CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos A. Anaya, Jesús A. R., Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre, Artmed Editora, 2001.

13 CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

compreender as imagens apresentadas, consideramos os conceitos de “biopolítica”, “biopoder”, “poder disciplinar” do filósofo Michel Foucault e o conceito de “civilidade” de Norbert Elias.

“Melhor prevenir que curar”: Higienismo e saúde bucal na Revista Salud y Sanidad, Colômbia (década de 1930)

Em prol da modernização e urbanização de cidades colombianas, a exemplo de sua capital Bogotá, as agendas dos governantes da nação¹⁴ adotaram o tema de higiene social na busca de modelar os cidadãos. Os médicos lideraram esse processo, aliando as ações de saúde pública à criação de instituições que ganharam mais autonomia a partir da década de 1930, a exemplo do Conselho Nacional de Higiene, Conselho Superior de Sanidade da Colômbia e inspetorias de higiene. Estes possuíam como propósito regular os comportamentos sanitários, educar a população em matéria de higiene e castigar os infratores das normas sanitárias.¹⁵ A casa e a mãe também se tornaram responsáveis pelo cuidado da pátria a partir do cuidado com a infância. Maquinarias discursivas em prol da articulação mãe-filho tornaram-se recorrentes na literatura médica e pedagógica desse período, a exemplo da *Revista Salud y Sanidad*. Justificando o exercício de controle ortopédico sobre as crianças, através de novos métodos pedagógicos, o discurso sobre o amor materno pregava a domesticidade como um dos variados requisitos para a boa mãe, favorecendo a elaboração de um corpo materno sujeito às novas verdades, nomeado e posto num “lugar civilizado”: a casa.

14 Alguns presidentes da Colômbia da década de 1930: Enrique Olaya Herrera (1930-1934); Alfonso Lopez Pumarejo (1934-1938)

15 ARAMÉNDIZ, Miguel Antonio Suárez; MENDONZA, Edwin Andrés Monsalvo. La higiene y el progreso. La institucionalización de la burocracia sanitaria en Manizales. 1920-1940”. *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, v. 18, n.1, 2013, 99-125.

Nesta direção, matérias veiculadas da *Revista Salud y Sanidad* abordaram a adoção dos princípios da higiene e do sanitarismo para transformarem o povo colombiano. Para tanto, mães e professores necessitavam estar conectados com os novos princípios de saúde para livrarem o povo colombiano do obscurantismo:

Verdadeiramente é sentida em nosso país a necessidade de difundir sem descanso os novos princípios da higiene, no qual o povo vive em absoluta ignorância. As mães ignoram o que devem fazer e o que devem evitar para que cresça saudável e feliz seu filho o qual depositam amor e ambições. Os mestres de escola pouco sabem de higiene porque nunca os ensinaram e, no entanto, devem transmitir a seus alunos seus conhecimentos e inculcar hábitos que eles devem praticar sempre e que decidirá a vida das futuras gerações escolares¹⁶

Na produção de uma “família ideal” para a Colômbia, uma série de espaços e de micropolíticas foram acionadas: a escola, a saúde, a vida doméstica, o gabinete dentário, o aprendizado através das redes de informação, enfim, todo um ambiente maquínico¹⁷ foi utilizado na fabricação do homem e da mulher necessários à República colombiana. A família adquiria uma nova “identidade”, deixando aos poucos a vida sexual e as relações domésticas baseadas no interesse socioeconômico, passando a constituir um lar supostamente balizado na reciprocidade e no amor. Nascia um novo conceito de família - a burguesa - e emergia outro conceito para pensá-la: o de lar, dito como um espaço honrado e distante da desordem das ruas. Nesse ambiente, a ideia de ordem e de disciplina passa a ser evocada, como necessária para a manutenção do ambiente doméstico e da sua convivialidade com a rua.

16 “Nosso Propósito”. *Revista Salud y Sanidad*, Bogotá-CO, n.1, março de 193, p. 3.

17 GUATARRI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 27.

Diante desse e de outros discursos que circularam na Revista, identificamos a biopolítica governamental na busca de corpos saudáveis para a labuta, voltada a adotar um processo de higienização para agir sobre o povo, que era tido como incivilizado/ignorante/sujo. E para alcançar esse processo, algumas estratégias foram tomadas, dentre as quais destacamos o enlace entre a família e a escola, como importantes instituições que deveriam focar nas crianças para modificar o “futuro da nação”. O discurso médico disciplinou os casais a cercar a vida do bebê com um cenário de paz para o seu bem-estar físico e emocional. E nesse discurso, a domesticidade foi reforçada pelo mito do amor materno, constituindo uma “barreira de proteção” ao corpo dos rebentos. O amor materno circunscrevia mãe e filhos num ninho sentimental e a domesticidade tornava os membros da família mais solidários entre si, envoltos num casulo denominado de lar, investindo em padrões novos de comportamento como a ternura paternal, o respeito filial e a intimidade entre os cônjuges. Esse discurso visava garantir a obediência aos padrões de normalidade que afastassem a família dos estados patológicos, cristalizando um modelo de família muito próximo dos códigos cristãos.

Nesta direção, vamos ao encontro de estratégias exercidas para o controle da sociedade em prol do capitalismo, buscando força de trabalho e produção, tornando-se visível as marcas das relações de poder. Logo, deparamo-nos nesse momento retratado com o que Foucault denomina de “dominação política do corpo”, que permite o controle das operações do corpo por meio da disciplina, fazendo com que os sujeitos sejam economicamente mais lucrativos, diminuindo sua capacidade política, tornando-os úteis e dóceis.¹⁸

Assim, os corpos infantis transformaram-se em alvo para implementação de práticas civilizatórias, que deveriam ser ensinadas por seus familiares e tutores, ressaltando a figura materna tida como responsável pela educação das(os) filhas(os). Novas estéticas de existência, do cuidado e do equilíbrio corporal são tecidas para a infância. Lições de civilidade e saúde deveriam ser ensinadas nas

18 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 38ªed., 2010.

instituições escolares, com conteúdos, normas e adoção de práticas higienistas para civilizar as(os) escolares e o espaço escolar. Nessa biopolítica, cuidar da infância era contribuir para a prosperidade e felicidade da escola, da família e da pátria.

E em busca dessa nação “civilizada”¹⁹, as crianças colombianas foram induzidas a reproduzirem os hábitos propagados por médicos, dentistas profissionais e pedagogos. Era o governo das multidões, preocupado em sanitizar as bocas e os dentes das crianças. Nesta perspectiva, a escola foi vista e dita como um espaço importante para incorporar no seu cotidiano métodos para instruir e moldar suas/seus alunas(os), bem como estreitar relações com professoras(es), alunas(os) e família. A escola precisava alfabetizar com o alfabeto da saúde.²⁰ Informa a Revista:

Na realidade, cremos que a educação sobre higiene deve ser realizada pelas autoridades educativas ao invés das autoridades de higiene e que tal educação deve começar na escola. Na verdade, é tão importante para uma criança aprender no colégio a maneira de cuidar do seu corpo como é o desenvolvimento da inteligência ou da moral. Porque para uma mente muito brilhante um corpo débil ou enfermo é, para não dizer o pior, um grandíssimo obstáculo. “Mente sã em corpo saudável”.²¹

19 Para Norbert Elias, civilizar faz referência a uma grande variedade de acontecimentos relacionados ao nível da tecnologia; à maneira como as pessoas se portam e se comportam socialmente; à forma de falarem e de alimentarem; ao desenvolvimento de conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes ditos civilizados. Refere-se aos tipos de habitações ou as maneiras como os homens e mulheres vivem juntos, às formas de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. “Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, volume 1: uma história dos costumes. 2ªed, Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

20 LUCENA, Meryglauca Silva Azevedo. “Formar uma raça forte, capaz e digna da nossa estremecida pátria”: a saúde do corpo infantil veiculada na revista do ensino da Paraíba (1932-1934). In: Anais II CONEDU, Campina Grande/PB, 2015.

21 BEVIER, George. “La higiene y la Asistencia Públicas”. *Revista Salud y Sanidad*, Bogotá n.13 e 14, fevereiro de 1933: p. 8.

Relacionada à pedagogia da higiene, percebe-se que os currículos escolares tornaram-se instrumentos para fazer efetiva a lei, para tanto, passaram a fazer parte do cotidiano escolar: atividades relacionadas com o cuidado do corpo (duchas, banhos e ginástica), normas de comportamento social e moral, maneiras de prevenir as enfermidades que eram o perigo para as crianças e inserção de temas de higiene nos edifícios, mobiliários, materiais escolares, nos horários, nas distribuições de tarefas, nas leituras, na escrita, nos exames escolares e na educação física²². Sobre a higiene escolar, a Revista deixa explícito que

O primeiro dever do mestre é cercar as crianças de um meio ambiente em que as coisas inanimadas ensinem tanto como os exemplos e mais que palavras. Por isso, não deve resignar-se ao estéril sacrifício de trabalhar em uma casa anti-higiênica. O único luxo de uma escola deve ser a limpeza e esta não se consegue sem pisos e paredes laváveis e água abundante. A luz do sol deve entrar em todas as partes, porque ela é o primeiro desinfetante e a melhor aliada da alegria. O ar puro deve ter as portas e janelas abertas para entrar e o ar gastado não deve ter obstáculos para sair.²³

Para civilizar, higienizando e medicalizando os escolares, intervenções de saúde nas escolas foram implementadas e novas estruturas profissionais começaram a agir nesses espaços.²⁴ Nesta direção, profissionais dentistas, médicos, políticos e pedagogos traziam em seus textos orientações/prescrições que receitavam formas e modos de viver para os sujeitos e colocavam em circulação discursos que formarão novas paisagens, novos espaços para os

22 GONZALES, Ángela Lucia Agudelo. Regenerar e higienizar. El papel desempeñado por la mujer y la niñez en Barranquilla 1900 – 1945. *Memorias*, Ano 5, n.9, p.94-109, 2008.

23 "A Escola Higiênica". *Revista Salud y Sanidad*, Bogotá, Colômbia, n.1, abril de 1932: p. 15.

24 CORTÉS, Martha Cecilia Herrera. *Modernización y Escuela Nueva em Colombia: 1914-1951*. Santafé de Bogotá: Plaaza e Janes Editores Colombia, 1999.

indivíduos. Referente à saúde bucal, percebe-se menção de profissionais dentistas nas escolas como parte integrante desse processo transformador na busca preventiva de males da saúde, ao mesmo tempo em que a Odontologia era posta como uma prática social e sanitária e submetida a regras de funcionamento, conforme afirma Botazzo.²⁵

Portanto, podemos entender o corpo infantil como uma realidade biopolítica, a partir do qual foi foco de controle das políticas públicas do estado (visando ações econômicas, lucrativas), sendo a sua boca, também, objeto de medicalização. Considerando as figuras de médicos e dentistas atuando nas escolas, retratamos outra força de poder abordada por Foucault, o biopoder, que “só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”.²⁶

“Salve você os dentes de sua criança”: A Assistência bucal na infância

Frente às ações preventivo-sanitaristas adotadas na década de 1930 por políticas e estratégias estatais para agirem nas crianças colombianas, destacaremos aqui as relacionadas à assistência bucal. As propagandas e discursos investigados na Revista são as classificadas como “populares”, pois estas se dirigiam diretamente ao público consumidor e eram divulgadas com o objetivo de contribuir para o que Temporão chama de *medicalização da vida cotidiana*,

25 BOTAZZO, Carlos. *Diálogos sobre a Boca*. São Paulo: Hucitec, 2013, p.21.

26 FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 38ªed., 2010.

estratégia que compreende a divulgação de conhecimentos sobre saúde e doença.²⁷

A saúde bucal, compreendida como um conceito complexo, não pode se restringir à 'saúde dos dentes', pois a mesma está relacionada tanto às condições biológicas quanto às subjetivas e culturais, que proporcionam aos indivíduos exercerem funções tais como: mastigação, deglutição, fonação, bem como pela dimensão estética, relacionada à autoestima e às condições que dizem respeito ao campo social, das relações humanas.²⁸ A saúde bucal coletiva se estende para além do que a odontologia "pode pensar ou falar sobre a cavidade bucal dos homens, pois saúde bucal coletiva significa 'ver' o objeto odontológico de uma vertente não odontológica".²⁹

Os profissionais dentistas desenvolviam a assistência bucal por meio de práticas relacionadas desde os tratamentos de enfermidades dentárias às ações de ensino e de autocuidado, sendo estas de suma importância para formação e realização de atividades que colaboram com o bom desenvolvimento da saúde bucal das crianças. Assim, identificamos nas fontes deste estudo, as prescrições de profissionais dentistas para a infância desde o pré-natal, passando pelos primeiros dias de vida e pela fase escolar, tendo a mãe a responsabilidade sobre esses. O amor materno, como uma construção histórica do século XIX³⁰ se instalava na família colombiana modificando o entrelaçamento entre mãe e filhos, e mudando a posição que a criança ocupava na hierarquia de valores da família. Em nome do amor materno, era pregada, por médicos, pedagogos e juristas, a permanência da mãe no ambiente doméstico, circunscrevendo-a a uma série de tarefas pedagógicas e nutricionais. Além do ambiente familiar, esse discurso também circulou fortemente

27 ROLIM, Marlon Silva. *Se é Bayer é Bom*: divulgação comercial e científica alemã na Revista Terapêutica e em o Farmacêutico Brasileiro (1921-1945). Dissertação- (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz, 2011, p. 46.

28 NARVAI, Paulo Capel; FRAZÃO, Paulo. *Saúde Bucal no Brasil*: Muito além do Céu da boca. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

29 BOTAZZO, C. op. Cit. p. 22

30 BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado*: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

no espaço escolar, com práticas supervisionadas pelos dentistas e também professores.

Visualizamos nos conteúdos da *Revista Salud y Sanidad* a presença da responsabilização materna, onde a mãe tida como responsável familiar deveria ser um guia para cuidar e reproduzir prescrições que lhes são impostas na busca de filhos fortes, bonitos, hábeis e com boa dentição. O discurso do dentista atacava o mal pela raiz, conclamando as mães a cuidarem do sorriso dos filhos, evitando, portanto, sequelas futuras, a exemplo de uma boca desdentada. Desejava descartar as enfermidades da idade adulta, protegendo a criança e, por sua vez, educando os pais nesse sentido.

Os serviços de assistência eram poucos e, muitas vezes, restritos ao ambiente escolar e aos dispensários, razão pela qual há um regulamento discursivo em torno da mãe e de seus cuidados com a saúde bucal de seus filhos. Em um dos artigos publicados, deparamo-nos no título com a seguinte chamada: “Salve você os dentes de sua criança”³¹, descrevendo em seu conteúdo a atenção que as mães deveriam ter com seus filhos e a responsabilidade de os levarem aos dentistas para não perderem seus dentes. Há uma regulamentação discursiva em torno da escovação e do cuidado com a ingestão da sacarose, conforme adverte o artigo “Dentes Normais”, no qual a escovação deve fazer parte do diário do bebê desde que surge o primeiro dentinho: “Escovando os dentes cuidadosamente duas vezes ao dia com um bom creme dental suaviza a pasta de alimentos em decomposição que se amontoa com tanta rapidez e cai facilmente com a escova”³².

O filho, seus dentes e o seu corpo, assim como a sua educação, passaram a ser prioridades, pois o amor materno encarregar-se-á de colocar os interesses da criança acima de outros projetos pessoais da mãe, que se abnega pela família, cuidando-a como uma tarefa especificamente sacerdotal. Como “guardiã” do lar, era capaz de renunciar a ornamentação do seu próprio corpo, como o uso de roupas da moda ou de distrações consideradas “fúteis” (como

31 WISAN, J. M. Salve você os dentes de sua criança. *Revista Salud y Sanidad*, Bogotá-Colômbia, ano VI, n. 54, fevereiro de 1937, p. 4.

32 Dentes Normais. *Revista Salud y Sanidad*, Bogotá-Colômbia, ano III, n. 25 e 26, janeiro e fevereiro de 1934, p. 31.

o cinema e o teatro que poderiam dar “maus exemplos” aos filhos), para se dedicar ao serviço do lar.

Em *Salud y Sanidad*, a figura materna era tida como responsável desde a composição embrionária fetal, onde a mesma deveria ter cuidados alimentares e nutritivos para que seu filho tivesse um desenvolvimento vigoroso, como podemos verificar no seguinte trecho:

Como é sabido, para a completa nutrição do embrião é preciso uma alimentação saudável e nutritiva, de parte da mãe, rica em sais de cálcio e de ferro, cuja resultante será um sangue vigoroso, que é o que desenvolverá o folículo dentário, que começa a consolidar-se na oitava semana da vida intrauterina.³³

Antes mesmo de a criança nascer, as mães deveriam atentar-se com a alimentação. O embrião emergia como um sujeito que precisava ser constantemente visto, cuidado e vigiado para ter ossos fortes (incluindo os dentes)³⁴. Ao nascer, os cuidados eram redobrados. Esta tônica é o que observamos em uma advertência expressa para as mães: “A precaução mais necessária deve ser uma dieta apropriada à idade e ao estado de saúde da criança. O mesmo que uma limpeza rigorosa da boca e dos dentes praticada pela mãe”³⁵. Como parte de um programa mais amplo, políticos, médicos e educadores procuravam dar visibilidade a novos sentimentos voltados para o lar. Docilidade, carinho e cuidado são prescrições médicas que deviam ser subjetivadas pela família, particularmente pela mulher. A maternidade e a domesticidade são vistas como sentimentos ou práticas afetivas que reforçam as relações entre os seus membros. Nessa época histórica, as famílias passaram a ser alimentadas por uma

33 “Puericultura e Higiene dentales”, *Revista Salud y Sanidad*. Bogotá-Colômbia, n.55, março de 1937, p. 16-22.

34 Dentes Normais. *Revista Salud y Sanidad*, Bogotá-Colômbia, ano III, n. 25 e 26, janeiro e fevereiro de 1934, p. 31.

35 Dentes Normais. *Revista Salud y Sanidad*, Bogotá-Colômbia, ano III, n. 25 e 26, janeiro e fevereiro de 1934, p. 31.

indústria de consumo e de mídia (dentrífícios, escovas de dentes, próteses, dentes revestidos de ouro, produtos para combater a halitose) nunca vista antes na história da Colômbia e da América Latina, buscando criar um “tipo ideal” de família para cuidar da saúde e do bem-estar dos seus filhos.

No discurso da Revista *Salud y Sanidad*, percebe-se que houve a substituição de uma economia baseada apenas na “moral” e nos costumes para uma economia de mercado, da irrupção de simulacros que provocaram a mudança de valores e de comportamentos. A domesticidade, entendida como a imagem que a família tem de si mesma enquanto unidade emocional, deveria ser preservada e protegida dos “elementos intrusos”, isolada do exterior. A mãe deveria cuidar da “completa nutrição” do feto para que o mesmo se desenvolvesse bem. A base emocional do casamento burguês ligava muito mais que o casal: envolvia os filhos neste ambiente sentimental, legitimando o discurso político-pedagógico e a construção de cidadãos amantes à pátria.

Supervisionar e colocar as crianças para escovarem sua dentadura era uma prática de higiene que buscava evitar nas crianças futuros problemas mais graves com a dentição. A cárie emergia como um problema social e, para tanto, os olhares atentos dos pais são acionados constantemente. “A escova de dentes deve passar pelo interior e pelo exterior da dentadura: para cima e para baixo, recorrendo toda a superfície dentaria”³⁶. Essa prática era uma ação imprescindível para uma boa saúde familiar, não apenas do filho. A escova, como uma biotecnologia voltada à saúde bucal, era um instrumento “político” de cuidar da nação, uma parte do processo civilizatório.

Governo e maternidade unem-se para “civilizar” a infância. A boca e a escova deveriam ter uma anatomia própria e, para tanto, a mãe, o dentista e os professores são acionados para a eleição da melhor escova, aquela “que permita alcançar as regiões mais

36 WISAN, J. M. “Salve Usted los dientes de su niños”. *Revista Salud y Sanidad*, Bogotá-Colômbia, ano VI, n.54, fevereiro de 1937, p. 7.

inacessíveis da dentadura e manter as gengivas perfeitamente saudáveis”³⁷.

O mito do amor materno determinava valores sociais e sedimentava determinados paradigmas culturais, fechando a mulher em casa com a chave da domesticidade, da mãe-amor, já mitificada pelo estatuto naturalizante do discurso burguês. A família era construída pelo discurso romântico-burguês como um território de afeição entre os cônjuges e entre pais e filhos. Casa e escola estão, agora, cercadas por regras sanitárias, por regimes de ocupação do tempo (recreio, sala de aula, biblioteca, dever de casa) e pela criação de modelos ideais de sujeito baseados na desenvoltura física (ginástica, esportes, educação física, dentição), nos preceitos morais e religiosos.³⁸ Aos poucos, a escola primária se convertia num instituto de ortopedia física e psíquica, em que colaboravam quatro agentes: a família, o professor, o médico e o dentista.³⁹

Nessa atmosfera, a infância adquiriu um valor e uma importância singulares, pois os pais passaram a se preocupar com a sua educação, com a valorização do caráter dos filhos, com as “coisas menores” do seu corpo, a exemplo do dente e do regime alimentar que pudesse prejudicar sua dentadura. É uma estratégia de poder do Estado que vê na criança um “soldado” em potencial, militarizando o seu corpo através de exercícios corporais, inserindo disciplinas como Ginástica e Exercícios Físicos nos currículos das escolas públicas. A criança foi “amarrada” a uma teia de discursos e presa psicológica, financeira e emocionalmente à “célula-mãe” da sociedade: a família.⁴⁰

Nos espaços escolares, as práticas de escovação constituíam a rotina de escolares, cenário no qual os professores eram responsáveis por supervisionar o asseio dos alunos e a escovação, que se tornaram uma prática demonstrada passo a passo para ser aprendida e adotada na higiene das crianças. Nesses cenários, também se encontravam

37 WISAN, J. M. “Salve Usted los dientes de su niños”. *Revista Salud y Sanidad*, Bogotá- Colômbia, n.54, fevereiro de 1937, p.8.

38 ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p.31

39 COUTO, Miguel. In: OLIVEIRA, Antônio Campos de. Assistência dentária à infância. *Anais do I Congresso Brasileiro de Odontopediatria*. Recife, p. 22.

40 SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1994, p. 28

dentistas escolares que eram responsáveis por ações de prevenção e também tratamentos dos dentes dos escolares.

Deve se ensinar as crianças a maneira adequada de usar a escova de dentes. Os dentistas e os mestres estão assumindo esta tarefa. Aconselha-se o emprego de uma escova pequena com espaços entre as cerdas, escova que permita alcançar as regiões mais inacessíveis da dentadura e manter as gengivas perfeitamente saudáveis.⁴¹

Alcançar as regiões mais inacessíveis da dentadura. Era este o objetivo de uma boa escova e de uma perfeita escovação. Mas, também, o discurso queria atingir as regiões mais inacessíveis dos mestres, das mães e dos pais. Atingir suas sensibilidades de autoridade em relação à criança, levando-os a introjetarem os dispositivos pedagógicos do discurso higienista. Regiões inacessíveis dos pais, mestres, dentistas, do governo dos outros. A assistência bucal não estava restrita, apenas, à higiene dos dentes. A boca compreendia uma geografia muito mais ampla que incluía a língua, os lábios, o hálito e, inclusive, a fala. A geografia da boca passou a ser censurada pelo olhar e pelo sentir do outro que pode perceber sinais de sujeira, cáries, mau hálito e feridas linguais. Falar palavrões, impropérios, não era uma característica de uma criança bem-educada. Aos poucos, ações proibitivas são acionadas e construídas como antissocial, tais como “comer de boca aberta, comer rápido, comer demasiado devagar, cuspir, arrotar, falar alto, falar errado, xingar, o beijo apaixonado ou em público”⁴². Ver essas coisas passou a ser descrito como feio, animalesco. A boca foi reinventada como objeto da visão e reprimida pelas normas sociais. Assim, coisas simples passaram a ser “tolhidas, limitadas, condicionadas, reprimidas, e a

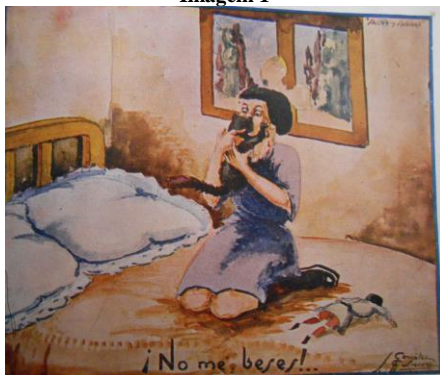
41 WISAN, J. M., “Salve Usted los dientes de su niños”. *Revista Salud y Sanidad*, Bogotá- Colômbia, n.54, fevereiro de 1937, p.6.

42 KOVALESKI, Douglas Francisco; FREITAS, Sérgio Fernando Torres de; BOTAZZO, Carlos. Disciplinarização da boca, a autonomia do indivíduo na sociedade do trabalho. *Ciências e saúde coletiva*. v. 11, n. 1, 2006, p. 97-103.

boca tornou-se alvo especial de repressão. Um centro de prazer e repressão”.⁴³

A aparência conta e denuncia as práticas de higiene do sujeito e da família. Sob essa perspectiva, a Revista Salud y Sanidad publica em março de 1933 uma novelinha chamada “*Por un beso de tu boca*”, mostrando os perigos do beijo nas crianças e como esse ato, às vezes materno e ingênuo, pode provocar doenças várias na população. A novela conta que Rosa teve um menino rosado, gracioso, bondoso e primoroso. Porém, certa vez o garotinho ficou sozinho e uma física, talvez mal intencionada, veio e aplicou-lhe um beijo. Não demorou para que o garotinho se tornasse pálido, triste, chorão, raquítico e esquelético. Estava tuberculoso! Moribundo, o antes gracioso garoto se tornava cada dia mais triste, até que morreu. A boca que beija tornou-se a boca que mata, a boca que suja e leva o homem à cova! No túmulo do garoto, um médico prescreveu uma bula para as mães, alertando-as sobre os perigos do beijo. Para proteger seus meninos, as mães que tinham contato com essa história começaram a fazer roupas e cartazes para os seus filhinhos com a seguinte frase: “no me beses”.⁴⁴

Imagem 1



Capa da Revista Salud y Sanidad, março e abril de 1934.

⁴³ Idem, ibidem, p. 101.

⁴⁴ “Por un beso de tu boca”. Revista *Salud y Sanidad*, Bogotá-Colômbia, n.15, março de 1933, p. 41.

Na Colômbia, como também em outras nações, a exemplo do Brasil, as crianças são constantemente alertadas dos reais perigos do beijo, propagador da tuberculose e de outros males. Para evitar o contágio, as pessoas, incluindo mães e filhos, tinham que portar bons hábitos higiênicos, “como lavar as mãos com frequência, não comer alimentos estragados, não beber água contaminada e, claro, não beijar pessoas enfermas. Pelo beijo, a doença passava de uma pessoa para outra com enorme facilidade”⁴⁵.

Uma crítica tecida aos dentistas e, muitas vezes, repetida pelos professores nas salas de aula, é que os mesmos tendiam a reduzir o corpo do sujeito ao dente, à boca. O corpo do sujeito aparecia fragmentado, reduzido a um conjunto de membros (olhos, vísceras, bocas, mãos, pés, orelhas, narinas) cirurgicamente dissociados de seus contextos, simplificados, divorciados dos organismos ao qual pertencem.⁴⁶ O dente era tratado, escovado, cirurgiado, mas quase sempre essa prática da dentística está dissociada do corpo do sujeito como uma máquina, não apenas como uma boca.

Considerações Finais

Compreender a saúde bucal como uma estratégia adotada pelo Estado colombiano em prol da modernidade de seus cidadãos, desdobra-se no entendimento de que as crianças foram alvos de ações assistencialistas dos cirurgiões dentistas e de métodos normativos. Estes métodos são encontrados: 1) em atividades familiares, sendo a mãe a principal responsável por modelar seus filhos; 2) em atividades escolares, cartografia na qual as professoras e professores eram

45 SANTOS, Alexandre dos. “Um corpo são, em uma mente sã”: O ensino de Higiene e Educação Física no Instituto Pedagógico – Campina Grande – PB (Décadas de 1920 e 1940). 2016. 80f. Monografia. (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB.

46ORTEGA, Francisco. *O corpo incerto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. p. 111.

responsáveis por ensinar e educar os futuros cidadãos; 3) em atividades profissionais, nas quais se situavam os dentistas, inseridos nos espaços escolares para assistir, cuidar e prevenir doenças, promovendo regulamentos sobre corpos saudáveis por meio de avaliações clínicas e de incentivo a práticas como a escovação.

Verificamos a divulgação da escovação como uma prática de limpeza bucal como uma parte do caminho civilizatório. Portanto, nota-se nessas atividades implementadas por dentistas a ênfase do poder Estatal, das instituições políticas e dos saberes científicos da área da saúde, que acabam se constituindo como instrumento de controle social e construtores de uma identidade nacional. Assim, encontramos um processo de medicalização da sociedade que resultou em relações intrinsecamente hierárquicas e disciplinadoras.

A saúde bucal emergia como um tipo de assinatura de si. A boca, como um lugar onde vários saberes se cruzam, compreendia uma topografia muito mais ampla que incluía a língua, os lábios, o hálito, a manducação, o prazer e perpassava o corpo biológico e as construções culturais. Era preciso mostrar-se saudável, uma atitude que funcionava como sinalizador social em resposta aos modelos emergentes de civilidade. Portanto, ensinar os escolares como higienizar e cuidar dos seus dentes constituía uma das estratégias de governo para formar cidadãos civilizados e uma sociedade dita moderna. Assim, a participação da mãe, das professoras e dos dentistas como instrumentos regularizadores e de vigília compunha atividades caracterizadas pelo poder disciplinar, pelo biopoder, marcado por ações pautadas por regras higiênicas, preceitos morais e religiosos para criar modelos ideais de sujeito na Colômbia. Dessa forma, "era melhor prevenir que curar", evitando, assim, *los besos de su boca*.

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

INFÂNCIA E MORTE NA REGIÃO CARBONÍFERA: OS DISCURSOS MÉDICOS SANITÁRIOS SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO SUL DE SANTA CATARINA

*Infancy and death in the coal-mining region:
medical-sanitary discourses about infant mortality
rate in southern Santa Catarina*

*Ismael Gonçalves Alves**

RESUMO

O artigo proposto tem por objetivo analisar os discursos médico-sanitários sobre a mortalidade infantil na Região Carbonífera Catarinense. Desde o início do período republicano a infância e a maternidade paulatinamente vinham ocupando destacado espaço entre os discursos de burocratas, médicos, filantropos e empresários, que viam na infância saudável a possibilidade de transformar a nação em uma potência industrial e militar. Não diferente do restante do país, na Região Carbonífera Catarinense em pleno processo de modernização econômica, entre as décadas de 1940 e 1960, a saúde das crianças foi alvo de um importante processo de intervenção que visava inventariar a causa dos elevados números da mortalidade infantil na região, transformando a família trabalhadora e pobre no alvo de inúmeros discursos normativos que os responsabilizava por tal situação médico-sanitária, transformando as mães em principais culpadas pelas mortes que assolavam a população pueril.

Palavras-chave: Infância; Mortalidade; Medicina

* Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. e-mail de contato: iga@unesc.net.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze medical-sanitary discourses about infant mortality in the coal-mining region of Santa Catarina. Since the beginning of the republican period infancy and motherhood gradually occupied a highlighted space among the discourses of bureaucrats, physicians, philanthropists and businessmen, who saw in a healthy childhood the possibility to transform the nation into an industrial and military potency. Similar to the rest of the country, in the coal-mining region of Santa Catarina, in its full process of economic modernization between the decades of 1940 and 1960, children's health was the target to an important intervention process which aimed at cataloging the causes of the high rates of infant mortality in the region, thus making the working and poor families subjects to countless normative discourses that held them accountable for the medical-sanitary situation, turning the mothers in to the main culprits for the deaths that ravaged the puerile population.

Key-words: Infancy; Childhood; Mortality; Medicine

O problema da infância no Brasil: notas introdutórias

A criança como problema de Estado emerge no Brasil com maior envergadura entre os anos de 1930 e 1960, quando alinhado ao contexto internacional o país paulatinamente propôs uma agenda positiva em favor da infância. Alvo do discurso médico, pedagógico, assistencial e jurídico, a criança e suas inúmeras representações sociais, como a delinquente, a abandonada, a ociosa e a desvalida, foi pouco a pouco se transformando em alvo preferencial de sistemas de proteção social, públicos e privados, que buscavam a todo custo salvaguardar este grupo etário.

Pressionado por homens e mulheres engajados, o poder público em seus diversos níveis administrativos foi obrigado a se posicionar de maneira clara sobre quais seriam as políticas sociais destinadas à proteção à infância e à maternidade em todo país, em uma tentativa de equiparar o Brasil às grandes nações desenvolvidas do Ocidente.

Se num primeiro momento os cuidados com a infância e com a maternidade eram entendidos como problemas individuais a serem sanados no âmbito familiar, a partir dos anos de 1930 eles passam a ser indiscutivelmente uma atribuição do Estado. Solapada pelos efeitos da Crise de 1929 e pelo clima bélico do período entre guerra, as décadas seguintes obrigaram diversos países a assegurarem ou reelaborarem suas legislações de proteção às mães e às crianças, implantando mecanismos institucionais que regulassem o trabalho infantil, que garantissem o repouso à operária gestante e que instaurassem sistemas sanitário-assistenciais que atendessem, principalmente, as camadas mais pobres da população. Este modelo assistencial estava ancorado na ideia de nacionalidade e de criação do novo homem brasileiro, ou seja, proteger as mães e as crianças significava resguardar a própria nação, modelando o futuro cidadão para mudar os rumos do país.

Se no Brasil, durante os anos que antecederam a década de 1930, os serviços voltados à maternidade e infância eram quase todos administrados e financiados por instituições filantrópicas surgidas pela iniciativa de médicos como Moncorvo Filho, Fernandes Figueira, Olinto de Oliveira e Martagão Gesteira, nas décadas posteriores tais serviços passam a ser institucionalizados por órgãos públicos. Críticos do Estado negligente e desinteressado, responsável pela situação de abandono material e moral das crianças e suas mães pobres, médicos, filantropos e o movimento de mulheres exigiam que o governo garantisse o mínimo de assistência necessária para salvaguardar esta parcela da população. Conforme advertia Olinto de Oliveira sobre as responsabilidades do ente público:

Compete ao Estado [...] fazer a política da criança atenuando ou eliminando a desigualdade das suas condições sociais protegendo-as diretamente por medidas

adequadas e indiretamente amparando a família e a maternidade, e promovendo a assistência social.¹

O reposicionamento do governo brasileiro em defesa da maternidade e da infância foi impulsionado principalmente pela abertura da burocracia estatal a um corpo especializado de médicos e puericultores que assumiram o comando dos serviços assistenciais, bem como pelo movimento de mulheres, que organizado estimulou e racionalizou o atendimento aos necessitados. No entanto, tal burocracia, extremamente masculinizada, possuía pouca simpatia pelas reivindicações feministas de emancipação e reconhecimento social que pudessem ser pleiteados por meio da valorização da maternidade.

Este discurso em defesa da criança e da mãe, próprio do maternalismo, foi ressignificado pela burocracia estatal encarregada de formular as políticas públicas assistenciais e por meio de um discurso de gênero pouco equitativo que naturalizou a maternidade, transformando-a em uma obrigação biológica e moral da mulher com a Pátria e o Estado nacional.

Ao naturalizar a maternidade e torná-la uma das funções exclusivas das mulheres para com o país, a legislação específica não reconhecia a cidadania *per se*, que só era reconhecida em sua plenitude quando as mães estavam inseridas no mercado de trabalho ou estivessem vinculadas a um homem trabalhador pelo casamento, excluindo dos sistemas de ajuda estatal mães solteiras, separadas, pobres e desempregadas, que por sua vez estavam a cargo da filantropia.

Parte da ideia de ampliar o amparo à maternidade e à infância, além de seu inegável cunho humanitário, estava associada a uma tentativa de regulação dos grupos familiares, definindo a partir das políticas assistenciais as identidades de gênero de seus membros: o homem provedor, o maior beneficiário da assistência; a mulher

1 OLIVEIRA, Olinto. A Proteção a infância no Brasil. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 08 de Novembro de 1935. p. 10.

esposa e mãe que recebia assistência indireta e as crianças, indiscutivelmente assistidas por seu vir a ser.

Esta regulação, principalmente para as mães e as crianças, estendia-se por uma ampla rede de benefícios, que além de fornecer o amparo social contribuía para a manutenção dos papéis de gênero. Por meio da assistência especializada de médicos, de visitadoras sanitárias, do atendimento em postos de puericultura e maternidades, além das campanhas nacionais de saúde, a administração pública passou a regular as condutas de cada um destes indivíduos.

Transformar o Estado em um dos maiores provedores de benefícios sociais era uma clara tentativa de sobrepor e complementar o conjunto assistencial proposto pela filantropia. Sendo os sistemas de ajuda uma eficiente ferramenta de regulação das condutas, nada mais vantajoso ao Estado do que ser um de seus maiores provedores. Assim, em discurso publicado no *Jornal do Brasil* de 08 de novembro de 1935, o médico Olinto de Oliveira, chefe da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, exemplificava a importância da estatização dos sistemas de assistência social para a maternidade e a infância:

Um equívoco e certamente muito comum, é o que atribui a proteção oficial a infância deveres de simples caridade e beneficência. O Estado deve socorrer a criança pobre, a criança desvalida, o órfão abandonado, eis a opinião geralmente enunciada. É a ampla transferência para o Estado das obrigações da lei moral até então assumidas pelos indivíduos ou por agrupamentos apropriados, quer por virtude de prescrições religiosas quer por simples comiseração e solidariedade humana. [...] Daí essa atenção especial com que governos civilizados competem encarar a criança, fazendo dela objeto de um conjunto de leis, de organizações capazes de promover seu bem estar, preservar-lhe a vida e a saúde, assegurar-lhe o

desenvolvimento normal e prestar-lhe assistência e proteção (sic).²

A preocupação com a criança e a mãe, particularmente com a mortalidade infantil, o menor abandonado, a delinquência, a desnutrição, a mortalidade materna e a gestação saudável, foi o principal tema que pautou o sistema assistencial brasileiro organizado entre os anos de 1930 e 1940. No entanto, foi com a Era Vargas, empenhada em forjar um novo homem nacional, que a tarefa de proteger as mães e as crianças tornou-se realmente uma preocupação estatal articulada desde os níveis federais até os locais.

Salvaguardar a infância, defender seus direitos, significava por consequência resguardar o próprio desenvolvimento da nação, pois a imagem que se divulgava da criança estava intimamente ligada à noção de progresso e de cidadania e por isso, conforme assinala o jurista Alfredo Tranjan, “[...] afirmou a Constituição que a infância [deve] ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas necessárias destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã [...]”.³

Ao estabelecer que a criança fosse um indivíduo a ser assistido, amparado e protegido, indiretamente o Estado Vargasista elencava a mãe como sua principal guardiã e responsável. Instrumentalizada, a mulher como sujeito autônomo foi quase anulada na Constituição de 1937, pois suas expectativas e anseios particulares foram condicionados à maternidade. A cidadania plena, que abarcava direitos sociais, políticos e econômicos, somente era exercida se as mães estivessem inseridas no contexto familiar estável, sendo tais benefícios ampliados com o nascimento de uma criança no interior de um casamento.

Desta forma, podemos aferir que a condição das mulheres durante a Era Vargas, bem como no período posterior, estava indubitavelmente atrelada a sua condição de boa mãe e esposa,

2 OLIVEIRA, Olinto. A Proteção a infância no Brasil. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 08 de Novembro de 1935. p. 10.

3 TRANJAN, Alfredo. Getúlio Vargas e a família. In: *Revista Ciência Política*. Fascículo 03, Volume 02. Rio de Janeiro. Outubro de 1941. p. 46.

criando um determinismo que quase sempre as excluía da esfera pública e do pleno exercício da cidadania.

A preocupação com o bem-estar infantil e as condições de vida das mulheres que educariam e zelariam pela saúde e vida dos futuros brasileiros estendeu-se por todo o país. Ora promovida por iniciativas públicas, ora por instituições privadas, de norte a sul do país, levantaram-se inúmeras bandeiras em favor da maternidade e da infância saudável, pavimentando o caminho para que a vida das mães e das crianças pobres fosse esmiuçada em busca de desvios que contribuíssem para a depauperação da família brasileira.

Dirigidas basicamente por homens, as instituições assistenciais, públicas ou privadas, apesar de suas preocupações maternalistas ancoraram-se sobre os pressupostos do paternalismo, que por sua vez definia a mulher e a criança como indivíduos passíveis de tutela devido a sua suposta fragilidade física e moral. Apesar de criarem políticas que focavam especificamente nas mulheres mães, tais instituições não se preocuparam em ouvir as reais necessidades femininas relativas à gestação e cuidados infantis, impondo de maneira vertical e hierarquicamente calcada em pressupostos tradicionais de gênero um modelo de maternidade que naturalizava a relação mãe e filho e a colocava sobre a tutela do Estado.

Dentre os discursos sobre a maternidade e a infância que dominavam a cena médica brasileira, nenhum teve tanto poder simbólico quanto aqueles relacionados à mortalidade infantil. O medo de perder as crianças em tão tenra idade autorizou a corporação médica a esmiuçar o cotidiano das populações pobres em busca das causas relacionadas à mortalidade e estabelecer na relação mãe e filhos o principal foco de sua ação. Para esta “nova” medicina, desenvolvida no Brasil na primeira metade do século passado, não importava apenas saber quais doenças levavam a um número maior de óbitos, lesionando a nação.

O que realmente importava era saber que estas pessoas não morreriam mais de doenças que podiam ser prevenidas e curadas através da construção de um saber sobre o homem saudável, do homem não doente, idealizando os indivíduos através de uma espécie modelo. Neste contexto de apreensão do indivíduo pela medicina, a mulher passou por um ininterrupto processo de aculturação sanitária,

o seu papel deixava de ser apenas o de transmitir bens materiais e fortunas pessoais, sua função a partir desse momento passava a ser essencialmente instrumental, instância primeira e imediata da medicalização das crianças, garantindo o pleno desenvolvimento de sua prole em benefício do Estado.

A Região Carbonífera Catarinense: a mortalidade infantil e os discursos médicos

Não muito diferente do que ocorria em outras regiões do país, fosse nos paupérrimos grotões do Nordeste ou nas desenvolvidas áreas urbanas do Sudeste, o problema da mortalidade também era um grave problema do Complexo Carbonífero Catarinense, principalmente no período que compreendeu os anos 1940 a 1960, quando a região chegou ao seu ápice exploratório. Os discursos sobre a situação da infância na região eram diversificados e abarcavam inúmeros aspectos da vida pueril, no entanto, devido a seu forte impacto sobre o sistema econômico, nenhum chamou tanto atenção dos médicos e das autoridades públicas como os elevados índices de mortalidade infantil existentes na cidade e seu entorno.

Em 1944, ao chegar ao complexo carbonífero e se instalar na cidade de Criciúma como funcionário do Departamento Nacional de Produção Mineral, o médico sanitário Francisco de Paula Boa Nova Junior afirmava que a “[...] mortalidade infantil foi um grave problema que despertou nossa atenção em 1944, [...] pelo elevado número de enterros de crianças que eram vistos diariamente pelas ruas da cidade (8 a 10, em média)”.⁴

Este discurso alarmista, que denunciava o número excessivo de mortes entre a população infantil local, alastrou-se por outros estratos da sociedade envolvendo autoridades políticas, médicos e

4 BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. *Problemas médico-sanitários da indústria carvoeira*. Ministério da Agricultura: DNPM, 1953. p. 22.

filantropos, que numa espécie de cruzada pela salvação infantil buscavam alertar os governantes para tão degradante situação que envergonhava a Região Carbonífera Catarinense e especialmente a cidade de Criciúma. Alinhado ao tom denunciante que Boa Nova Junior utilizava em seu relatório, o deputado Jorge Lacerda também explorava tais cifras como uma forma de convencer o Governo Federal e seus pares sobre a importância de promover medidas salutaras que protegessem a maternidade e consecutivamente a população infantil.

É com profunda tristeza que trago ao conhecimento da Câmara dos Deputados uma revelação amarga. Em Guatá, grande produtor de carvão, nasceram em 1948, exatamente duzentas crianças. E dessas duzentas crianças, Srs. Deputados, já morreram 170.⁵

Ao apresentar estes dados que foram recolhidos no ano de 1948, quando o deputado Jorge Lacerda esteve na região para investigar a questão social, o Relator da CPI do Carvão tinha a intenção de estabelecer um paralelo entre os investimentos recebidos nas áreas exploratórias e a falta de sensibilidade destas mesmas autoridades públicas e dos mineradores locais em investir na proteção social das famílias operárias, que inevitavelmente refletia-se diretamente sobre a vida das crianças. Mesmo com a existência de uma enraizada retórica que exortava a criação de um aparelho estatal de proteção às crianças e às mães pobres, tais medidas com muita dificuldade se aplicavam nos grandes centros urbanos e nas periferias, e no interior do país, como em Criciúma, esta aplicação era ainda mais precária.

Elemento tão comum à região carbonífera, a mortalidade infantil demonstrava sua pior face na cidade de Criciúma. Concentrando a maioria das minas de carvão, bem como a maior

5 BRASIL. CPI do Carvão. In: *Diários do Congresso Nacional*. 31 de Janeiro de 1959. p. 946.

parte das famílias operárias, o médico Manif Zacharias⁶ afirmava que a cidade era sempre lembrada em diversas partes do país pela existência de dois elementos comuns: “a terra, por suas particularidades: uma, o carvão, expressão de sua riqueza no sub-solo; outra a elevada mortalidade infantil, traduzindo a miséria de seu povo”.

Impulsionados pela ideia de modernização e progresso, que por sua vez acreditavam serem incompatíveis com a miséria e o descaso com a infância, os médicos da cidade como Manif Zacharias e Francisco de Paula Boa Nova Junior realizaram uma série de estudos empíricos para identificar a origem dos problemas que afetavam as crianças contribuindo para a sua expressiva mortalidade.

Formados em grandes centros urbanos, ambos tinham uma ideia ampla de qual era o papel da medicina no processo civilizador brasileiro, principalmente a função da puericultura, que entre as ciências médicas estava encarregada de moldar a maternidade e talhar a criança em seus mínimos detalhes contribuindo para a “geração dos normais, dos sadios e dos fortes [empenhando-se] a fundo para corrigir as múltiplas causas e fatores que concorrem para a decadência da raça [...]”. (sic).⁷

Ou seja, semente das populações futuras, a criança e sua infância passaram a ser os principais alvos de uma intensa campanha médico-sanitária que visava prolongar essa etapa da vida. Para alcançar tal objetivo, as sociedades modernas criaram regras que se impunham tanto para os pais quanto para os filhos, referentes a cuidados com higiene, limpeza, alimentação e amamentação, ou seja, uma série de investimentos necessários ao bom desenvolvimento físico desses pequenos indivíduos até a fase adulta.

Fosse realizada em grandes centros urbanos ou em cidades pequenas do interior como Criciúma, a puericultura brasileira estava intimamente atrelada às escolas carioca e baiana de pediatria, que eram responsáveis por formar um grande número de profissionais desta área. Para o destacado pediatra baiano Martagão Gesteira, a

6 ZACHARIAS, Manif. Mortalidade infantil em Criciúma. In: *Tribuna Criciumense*. Criciúma, 20 de maio de 1957, p. 01. [a]

7 BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. *Op. Cit.* p. 24.

puericultura era uma arte médica de máxima relevância para o aperfeiçoamento da população e concorria lado a lado com a eugenia na construção de uma raça aperfeiçoada.

De acordo com este autor, em seu tratado de puericultura amplamente difundido entre os pediatras nacionais, esta ciência médica possuía o objetivo de “proteger a criatura humana contra os múltiplos perigos que a ameaçam, desde os primórdios de sua formação e desenvolvimento, até o término da infância”, zelando por seu desenvolvimento morfológico e principalmente psíquico.⁸

Imbuídos do sentimento de responsabilidade sobre as populações pobres, principalmente sobre o bem-estar das mães e das crianças, os sanitaristas e puericultores de Criciúma desempenharam um importante papel no estudo e no atendimento à infância exposta aos impactos negativos do processo exploratório do carvão. Autorizados pelo Estado, estes profissionais da saúde passaram a fazer parte do espaço social em que circulavam os pobres urbanos. Ocupando postos de destaque na administração das cidades industrializadas, os médicos analisaram meticulosamente o cotidiano das populações operárias, em especial o estado de saúde das crianças, suas condições de vida e habitação, seus hábitos e costumes, com a finalidade de propor normativas que revertersem os efeitos negativos das doenças sobre a vida infantil.⁹

Seguindo esta lógica, Francisco de Paula Boa Nova Junior foi o primeiro médico na cidade de Criciúma a tentar elaborar um panorama geral das principais moléstias que acometiam a população infantil local, com a finalidade de informar as autoridades sobre a gravidade do problema e apontar para as medidas que poderiam contribuir para a reversão de tal quadro. Em seu relatório o sanitarista descrevia quais eram os fatores que desencadearam as inúmeras mortes relatadas por ele em 1944:

8 GESTEIRA, Martagão. *Puericultura: higiene física e social da criança*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1957.

9 ALVES, Ismael Gonçalves. Da soberania às biopolíticas: a medicina como instrumento de governo e a inserção da vida biológica na contemporaneidade. In: *Revista Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*. v. 09. Santo André: UFABC, 2011.

Buscamos inicialmente as principais causas deste elevado índice de mortalidade infantil e encontrámo-las, vitimando na maior parte as crianças de 0 a 1 ano de idade, nas doenças gastro-intestinais (salmonelose e disenterias amebiana e bacilar, entre as mais frequentes), doenças do aparelho respiratório (pneumonia e broncopneumonia, bronquite capilar, crupe, coqueluche e gripe), doenças infecto-contagiosas em geral, e, principalmente, sub-nutrição. (sic).¹⁰

Ora relacionada à degradação do ambiente, ora apontada como resultante da falta de preparo das mães em zelar pelo bem-estar dos pequenos, a mortalidade infantil local foi também vinculada à pré-existência de uma série de fatores que unidos criavam a atmosfera perfeita para seu recrudescimento. As doenças gastrointestinais destacadas por Boa Nova Junior estavam atreladas à inexistência de água encanada ou de boa qualidade que pudesse ser oferecida às populações periféricas.

Afetando principalmente o núcleo operário, esta falta de um sistema básico de saneamento e distribuição de água potável era apontada como um dos principais vetores para a disseminação de doenças infectocontagiosas entre a população pueril. De extrema preocupação para médicos e puericultores, a conservação e potabilidade das águas de uso doméstico, principalmente aquelas destinadas para alimentação e asseio infantil, sempre figuraram nos manuais de economia doméstica, higiene e puericultura como um elemento de especial atenção, devido à facilidade com que certas doenças eram propagadas por este meio.

No manual elaborado pelos médicos Henrique Grenchi e Helena Rossi Penna, as mães são alertadas sobre a importância de zelar pela pureza das águas em locais não servidos por uma rede regular de abastecimento conseguindo-as “por meio de poços, que

10 BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. *Op. Cit.* p. 22.

devem ser perfurados em lugares limpos, longe de habitações, sem perigo de contaminação por água usada ou por fossas”.¹¹

No entanto, conseguir água potável nas vilas operárias de Criciúma não era uma tarefa fácil. Rodeadas de rejeito de carvão por todos os lados e servidas por pequenos lagos e açudes que estavam contaminados por enxofre, a única alternativa encontrada pelos moradores dos bairros operários era perfurar poços artesanais e construir pequenas cisternas neste ambiente degradado.

Utilizadas por todos os moradores da casa e consequentemente pelas próprias crianças, a água disponível por este meio de captação, em sua grande maioria, estava contaminada e contribuía para a propagação de doenças. De acordo com Boa Nova Junior, a água destinada à população infantil, fosse ela utilizada no preparo de alimentos ou servida *in natura*, era de péssima qualidade e só contribuía para o acirramento dos casos de morte e infecções:

[...] esta água empregada na alimentação das criancinhas [...] provinha, quase sempre, de poços e cisternas enlameadas, cheios de sapos, a maioria deles situada nas vizinhanças de tóscas “patentes” de madeira, com fossas rudimentaríssimas, poluídos, portanto por uma abundante flora microbiana, altamente nociva ao delicado organismo das criancinhas sub-nutridas. (sic).¹²

Além da água de péssima qualidade, outro fator que também chamava a atenção dos médicos sobre o cotidiano infantil nas vilas operárias da cidade era o convívio rotineiro entre crianças e animais domésticos de pequeno porte, que também serviam como vetores para doenças gastrointestinais. Porcos, cabras, galinhas e até mesmo gado leiteiro eram comumente criados entre as famílias operárias como uma alternativa de prover sua subsistência devido aos baixos salários e os elevados preços dos alimentos praticados na região.

11 GRECHI, Henrique; PENNA, Helena B. Rossi. *Economia doméstica e puericultura*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954. p. 35.

12 BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. *Op. Cit.* p. 22.

De acordo com Martine Segalen, a prática de criar animais de pequeno porte para o consumo doméstico foi muito comum entre os grupos familiares que se deslocavam do campo e se instalavam em aglomerados urbanos em busca de emprego. Sem familiaridade com as regras do mundo urbano-industrial, estes novos operários levaram consigo fragmentos de seu modo de vida anterior, criando em seu novo local de habitação um ambiente híbrido entre o urbano e o rural.

No entanto, esta prática tão comum no mundo rural e que faz parte da identidade campesina representava sérios riscos para a saúde coletiva no mundo urbano, pois sem o espaço necessário para o trato dos animais, sem as condições sanitárias requeridas para o descarte dos excrementos e o convívio próximo de seres humanos, transformavam-nos em importantes vetores de doenças com rápidos mecanismos de contaminação.

Assim, ao buscar no contexto das vilas operárias de Criciúma outros fatores que contribuíam para a mortalidade das crianças o médico Manif Zacharias chamou atenção para o convívio “promíscuo” entre crianças e animais domésticos que somados a fatores de ordem ambiental criavam o habitat perfeito para que a morte ceifasse centenas de vidas infantis. Para o médico, “a ignorância e a miséria, de mãos dadas, gerando promiscuidade entre crianças e adultos doentes ou animais, o uso quotidiano de água poluída, e alimentos de baixo valor nutritivo tanto pela qualidade, como pela quantidade” contribuíam para a sustentação de tão desoladora paisagem.¹³

Fomentado em grande parte pelos problemas apontados anteriormente, em 1945 o médico sanitário Boa Nova Junior afirmava terem morrido na cidade de Criciúma cerca de 200 crianças de até um ano a cada mil nascimentos, o que para uma cidade de pequeno porte era considerado algo assustador e inaceitável. Concordando em inúmeros pontos sobre as causas da mortalidade da cidade e da região carbonífera, Manif Zacharias discordava dos números apresentados por Boa Nova Junior, aventando inclusive a

13 ZACHARIAS, Manif. Mortalidade infantil em Criciúma. In: *Tribuna Criciunense*. Criciúma, 27 de maio de 1957. p. 07. [b]

possibilidade de tais discursos alarmistas serem fruto de folclore local.

Com a intenção de verificar a veracidade de tais discursos, o médico iniciou um estudo empírico, publicado em um jornal local, para identificar o quanto “de realidade havia na afirmação generalizada de que apresentamos um dos maiores índices de mortalidade infantil de todo o país, é cousa que, nos parece, que ninguém ainda, entre nós, procurou averiguar”.¹⁴

A intenção de realizar tal tarefa era impor a autoridade médica como legitimadora de condutas e fonte de verdades, pois “causos” difundidos por moradores e lembranças de tempos passados não serviam de base empírica para a ação médica, que dependia da racionalidade científica para construir seu espaço de atuação. Dessa forma, a racionalidade médica aceitava apenas como evidências dados científicos relacionados ao estudo de estatísticas, de crescimento vegetativo (nascimentos e mortes), epidemias, estudos demográficos e a reorganização do espaço urbano, que por sua vez seriam capazes de apresentar diagnósticos precisos sobre determinado assunto.

Baseado nesta premissa, o médico Manif Zacharias, que exerceu a medicina em Criciúma entre os anos de 1944 e 1966, decidiu verificar se os discursos que afirmavam que a cidade seria a capital brasileira da mortalidade infantil eram realmente verídicos. Percorrendo os três cartórios distritais existentes, Manif Zacharias analisou os registros de nascimentos e óbitos comunicados entre os anos de 1946-1956, e para sua surpresa os discursos sobre os elevados índices de mortalidade entre a população pueril não se confirmaram, assim como

[...] a referência 10 a 12 enterros de crianças por dia não passava de exagero (e dos bem exagerados) provindo de

14 ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.* p. 01. [a]

generalizações de ocorrências acidentais e esporádicas, verificada, quiçá, por ocasião” de surtos epidêmicos.¹⁵

Das 4.264 mortes contabilizadas no período estudado, referentes à cidade de Criciúma e os distritos de Nova Veneza e Içara, foram atribuídos 1.992 às crianças de até um ano de idade. Para entender melhor os índices de mortalidade¹⁶ locais, Manif Zacharias apresentou dois conjuntos de dados distintos, o primeiro abrangendo a cidade de Criciúma e seus respectivos distritos, enquanto o segundo contemplava apenas Criciúma e seus arredores:

Tabela 1 – Mortalidade Infantil em Criciúma e Região (1946 - 1956)

Ano	Mortalidade Infantil	Mortalidade Infantil
	Criciúma/Distritos	Criciúma
1946	106,7	133,0
1947	101,2	131,6
1948	101,8	124,7
1949	88,5	108,0
1950	65,7	80,3
1951	82,7	98,0
1952	77,7	94,3
1953	89,9	101,7
1954	80,9	97,0
1955	81,7	92,8
1956	88,8	97,9

Fonte: ZACHARIAS, Manif. Mortalidade infantil em Criciúma. **Tribuna Criciumense**. Criciúma, 27 de maio/03 de Abril de 1957.

Apesar de não contemplar temporalmente o período que Boa Nova Junior relatou os inúmeros enterros de crianças diários, os números apresentados por Manif Zacharias revelaram uma paisagem

¹⁵ Idem.

¹⁶ A mortalidade infantil avalia-se pelo chamado *coeficiente*, isto é, pela relação do número de nascimentos vivos e óbitos de crianças entre 0 e 1 ano de idade, durante o período de um ano civil, calculando-se o número de óbitos a cada 1000 nascimentos. A mortalidade infantil é considerada *baixa* ou *fraca* quando o coeficiente é inferior a 40; *média* ou *moderada* quando entre 40 e 70; *alta* ou *forte* entre 70 e 100, *muito elevada* ou *muito forte* acima de 100.

divergente.¹⁷ De acordo com o autor, os índices de Criciúma não estavam muito acima da média nacional, apesar de considerada alta na maioria dos anos pesquisados, os números identificados alinhavam-se a outros índices nacionais e até mesmo estaduais.

Ao fazer um comparativo da mortalidade infantil com outras regiões do Brasil como, por exemplo, Florianópolis, o médico advertia que entre os anos 1945 e 1954 os valores variavam entre 211,6 e 99,9 sendo o coeficiente *muito elevado* em 09 anos e *elevado* em 01. Neste mesmo período, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o coeficiente de mortalidade no Distrito Federal era de 106; em Porto Alegre 107; em Belém 110 e em Salvador 162.¹⁸

Ao apresentarem gráficos sobre a mortalidade e estabelecerem comparações entre diferentes cidades e até mesmo países, os médicos buscavam sensibilizar as autoridades públicas e a sociedade local sobre o descaso e a letargia com que a infância e consequentemente a maternidade eram tratadas. Dessa forma, a constatação de tão elevados índices envolvendo a população infantil respaldava o discurso médico-sanitário a adentrar nos mais recônditos espaços da vida cotidiana das famílias pobres em busca das causas e possíveis motivos para que criaturas em tão tenra idade fossem ceifadas pela morte.¹⁹

Apesar de ambos os médicos discordarem com relação aos números da mortalidade infantil na cidade, tanto um como outro compartilhavam da mesma opinião no que se referia ao papel das mães e da família sobre a vida infantil. Segundo Manif, além das causas já apresentadas anteriormente os óbitos entre as crianças das famílias mineiras de Criciúma também estavam relacionados aos fatores de classe, “ignorância e miséria, eis a resposta formal,

17 Cabe ressaltar que os números encontrados por Manif Zacharias são referentes apenas aos nascimentos e óbitos legalmente registrados em cartórios oficiais. No entanto, uma característica comum no período e que ainda hoje persiste entre muitas famílias pobres urbanas e rurais é a falta do costume de impetrar junto às autoridades competentes o registro nascimento e óbitos, o que distancia muitas estatísticas elaboradas no século passado da realidade local.

18 ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.* p. 07. [b]

19 LIS, Irene Palacio. *Mujeres ignorantes: madres culpables, adoctrinamiento y divulgación materno-infantil en la primera mitad del siglo XX*. Valencia: Universidad de Valencia, 2003.

categórica e imperativa e que deve ser dada corajosamente”, pois a mortalidade infantil é “fortemente influenciada pelas questões higiênicas de habitação e alimentação, e pelos fatores econômicos e sociais, que quando desfavoráveis carregam pobreza e atraso cultural”.²⁰

Corroborando com estas mesmas ideias, Boa Nova Junior, apoiado no discurso classista de demonização das camadas populares urbanas, também afirmava: “É sumamente desagradável e doloroso relatarmos aqui que muitas criancinhas, em Criciúma, pereciam em grande número [...] em virtude do descaso de seus próprios pais, da ignorância de suas mães”.²¹

Discurso muito comum entre os profissionais da medicina no século passado a suposta ignorância das mães, aliada à falta de assistência pública, criava o ambiente propício para que a morte fosse uma presença constante entre as crianças das famílias pobres urbanas. Assim como ocorria nos grandes centros urbanos do país, em Criciúma as mulheres também foram alvo de um discurso pediátrico que as apontavam como incultas e preguiçosas, reafirmando a necessidade de educá-las e controlá-las através de normas higiênicas.

Frente a impossibilidade de acabar em um curto espaço de tempo com a mortalidade entre as crianças da cidade, a prioridade dos médicos era diminuir dramaticamente os números de mortes por meio de um intenso processo de reeducação das mulheres. Mesmo a maternidade sendo considerada pela medicina como algo natural e intrínseco a todas as mulheres, a educação sanitária e a puericultura se apresentavam como complemento racionalizado a esta suposta natureza feminina. Segundo estas premissas, por meio da correta educação médica oferecida às mães e às famílias os serviços estatais seriam complementados por uma perfeita simbiose entre os profissionais da medicina, as mães e os serviços estatais de assistência, conforme expõe o *Credo da Criança*, elaborado pelo DNCr e publicado pela Tribuna Criciumense de 09 de maio de 1955:

20 ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.* p. 07. [b]

21 BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. *Op. Cit.* p. 22.

Cremos no futuro do Brasil, pela proteção integral a criança. [...] Cremos que a base do bem estar e do futuro da criança no lar e na família bem organizados. [...] Cremos que na proteção à infância é muito mais importante a influência de pessoal habilitado, experiente e dedicado, que a das condições materiais. [...] Cremos que, para o bem futuro da humanidade, como para o do Estado, da família e do indivíduo, a proteção bem entendida à criança é mais importante e essencial que qualquer outra das atividades dos governos.²²

Intimamente ligada ao discurso de salvaguarda das crianças, a tutela e culpabilização das mães foi fruto de uma concepção paternalista, patriarcal e conservadora elaborada pela classe médica com a finalidade de atribuir uma causa para a mortalidade na infância. Apesar de dirigirem suas críticas às autoridades políticas e aos sistemas de proteção social, ineficazes e pouco abrangentes, foi sobre as mulheres que recaiu boa parte das premissas tutelares que passaram a demonizar as tradicionais formas de cuidado com as crianças. Sem enfatizar com maior clareza o impacto das péssimas condições de vida sobre os infantes, os médicos e os puericultores voltaram sua atenção às mães, que por instinto e natureza deveriam sobrepor todos os obstáculos da pobreza e da miséria cotidiana em favor de seus filhos.

Partindo das classes dominantes, o discurso médico condenava autoritariamente as tradicionais práticas de cuidados com a infância, transmitidas oralmente de geração para geração e que expressavam o saber autônomo das mulheres, como por exemplo o uso de farinhas alimentícias em substituição ao leite materno, de xaropadas para a cura de moléstias, utilização de chupeta, entre outros. Percebidas como ignorantes, as mães deveriam ser tuteladas pelos preceitos regeneradores da ciência, que forneceriam novos modelos para antigas práticas consideradas anti-higiênicas, baseadas em superstições e crendices. Por serem consideradas as responsáveis

22 CREDO da Criança. In: *Tribuna Criciúmensis*. Criciúma, 09 de Maio de 1955. p. 10.

diretas pelo bem-estar e/ou pelo mal-estar das crianças, as mães eram sempre culpadas pelas doenças e morte que atingiam seus filhos.

Em Criciúma, este discurso de culpabilização das mães e a intromissão no mundo dos tradicionais cuidados infantis estavam, principalmente, atrelados à alimentação e dietética das crianças. Para os médicos Boa Nova Junior e Manif Zacharias, o primeiro problema a resolver no âmbito familiar era modificar costumes maternos relativos à alimentação na primeira infância. Para ambos, imersas no mundo da ignorância, as mães das camadas populares eram pouco atentas às questões básicas de higiene no preparo dos alimentos e transformavam o tão precioso leite materno em alimento secundário na vida do infante. Em seu relatório, Boa Nova Junior chamava a atenção para um dos motivos alegados pelas mulheres para substituir o leite materno por uma alimentação considerada artificial e deficitária em nutrientes:

[...] sob a infundada alegação de que seu leite era fraco, desmamavam-nas [as crianças] logo às primeiras semanas de vida, substituindo o preciosíssimo leite materno por pirão de farinha de mandioca, feito simplesmente com água.²³

Nos anos de 1950 já estava estabelecido um sólido discurso sobre as benesses oriundas da amamentação materna nos primeiros meses de vida da criança, sustentado pelos discursos da nutrição infantil que solidificava-se como um campo específico da puericultura. As justificativas em defesa do aleitamento materno evocavam de maneira geral seu caráter natural e nutritivo; uma composição quase mística que criava um elo indissolúvel entre a mãe e a criança.

Além das propriedades nutritivas amplamente apregoadas, havia um forte discurso de gênero que considerava uma mãe completa somente aquelas que nutriam seus filhos com o alimento

23 BOA NOVA JUNIOR. Francisco de Paula. *Op. Cit.* p. 22.

disponibilizado pelo seu próprio corpo.²⁴ Conforme afirma o pediatra Martagão Gesteira, esta é a “obrigação que tem tôda mãe, digna dêsse nome, tôda mãe que queira ser, no conceito de Marco Aurélio, “mãe inteira”, de continuar a assegurar por algum tempo, com o leite que lhe flue dos seios [...]”. (sic).²⁵

Apesar de no pensamento maternalista a amamentação figurar como um ato que cria elos naturais entre mãe e filho, símbolo da verdadeira feminilidade (Weiner, 1994), para os médicos o aleitamento não poderia continuar no mundo da natureza, como algo instintivo, pois dessa maneira ele em nada contribuiria para o desenvolvimento da criança. Uma vez mais, se apropriando de uma prática ensinada pela oralidade entre as mulheres, a medicina em nome do bem-estar das crianças submeteu a amamentação ao mundo das ciências e a racionalizou de acordo com uma metodologia. Dessa forma, o aleitamento passou a ser regrado de acordo com normas higiênicas, explicado segundo os cânones da puericultura e transformado em um processo pedagógico, com uma infinidade de regras e normas que deveriam ser observadas à risca.

Um exemplo disso foi a divulgação do *Livro das Mães*, publicado pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr) em 1955 que fazia uma ávida defesa do aleitamento materno salientando as propriedades específicas existentes no leite humano, de fácil ingestão “pois coagula no estômago em grumos muito pequenos e porque possui fermentos digestivos que auxiliam na digestão”.²⁶

Este livro estava dedicado às diversas etapas da vida da criança, no entanto trazia um capítulo específico sobre a amamentação com regras, horários, posições, higiene dos seios, regulação da vida alimentícia da nutriz, que transformavam o ato de amamentar em algo quase científico e difícil de ser cumprido em todos os seus ditames. Além disso, o livro afirmava categoricamente a inexistência de “leite fraco”, suspeita que “costuma-se instalar na mente das nutrízes estimuladas pelas vizinhas e amigas ‘entendidas’

24 GARRIGÓS, Lucía Provencio. *La trampa discursiva del elogio a la maternidad cubana del siglo XIX*. In: Americania. N 1. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2011.

25 GESTEIRA, Martagão. *Op. Cit.* p. 74.

26 DNCr. *Livro das mães*. 3ª edição. N. 143. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Criança, 1955. p. 116.

em crianças”²⁷, reforçando a ideia de que a amamentação só poderia ser abandonada com a expressa autorização médica depois de exames detalhados na criança, e só após este procedimento o puericultor indicaria então um substituto para o leite da mãe.

No caso de Criciúma a reclamação médica sobre a substituição autorizada do leite materno estava relacionada à dificuldade das mães pobres em adquirir o leite de origem bovina ou caprina. Nas palavras de Manif Zacharias esta situação de miséria “priva a criança pobre, o lactente (a expressão significa - que ainda mama) de seu alimento essencial, o leite, substituído em inúmeros casos constatados na clínica diária, pelo pirão ou pelo mingau de farinha e água”.²⁸ Da mesma forma relatava Boa Nova Junior:

Indagamos de muitas mães porque, então, ao suprirem o aleitamento materno não ministravam o leite de vaca, de mistura com água, ou o leite de cabra ou o leite em pó. Porque, – nos respondiam (e nisto lhes dávamos razão), – o leite de vaca dificilmente se obtém em Criciúma e, nas épocas que existe, o seu preço é inacessível para a bolsa do operário (3,80 o litro); o leite de cabra também é caro e alguns poucos mineiros, que as criam em suas próprias residências, têm-nas para obtenção de leite para seu próprio consumo [...].²⁹

No entanto, mesmo com a precariedade do modo de vida operário e os diversos fatores de ordem econômica e social que contribuía para a mortalidade das crianças, os médicos da cidade continuavam centrando sua atenção sobre as mães. De acordo com os preceitos da puericultura difundidos por Martagão Gesteira,³⁰ em nada adiantava os governos estabelecerem grandes redes assistenciais se as mulheres mães não estivessem convencidas de seu papel como

27 Idem, p. 125-126.

28 ZACHARIAS, Manif. Mortalidade infantil em Criciúma. In: *Tribuna Criciunense*. Criciúma, 03 de abril de 1957. p. 07. [c]

29 BOA NOVA JUNIOR. Francisco de Paula. *Op. Cit.* p. 23.

30 GESTEIRA, Martagão. *Op. Cit.*

protetoras da infância e não fossem educadas de acordo com os preceitos da medicina, pois boa parte do desenvolvimento infantil se dava em casa sob a supervisão da família. Orientar, aconselhar e formar as mães de acordo com os princípios da puericultura era a maneira mais eficaz de combater a mortalidade na ausência de um Estado protetor.

Assim, a autoridade médica, patriarcal e conservadora apresentava-se como a única capaz de guiar e educar as mães pobres, que devido a sua origem social e a suposta falta de uma cultura letrada denotava a necessidade de ação tutelar que as afastaria da ignorância. Para Francisco de Paula Boa Nova Junior, fazia-se necessário criar entre as mulheres das camadas populares urbanas de Criciúma uma cultura da boa maternidade, na qual as mães por meio de aconselhamentos e imposições médicas se adaptariam às necessidades dos novos tempos e abandonariam as formas tradicionais de cuidados infantis:

Por estas razões, empreendemos uma árdua tarefa de educar as mães, de orientá-las, de aconselhá-las no sentido de mostrar o caminho certo que deveriam seguir para bem alimentar seus filhinhos, para bem criá-los e para preservar-lhes a saúde, e portanto a vida [...].³¹

Apresentando-se como o guia capaz de indicar o bom caminho, o médico sanitaria alocava as mulheres em um papel secundário, imputando-lhes a responsabilidade de cuidar seus filhos por meio dos métodos tradicionais passados de mãe para filhas. Sob a alegação de salvaguardar a infância, a corporação médica adentrou na vida das mulheres pobres com a intenção de mudar antigos hábitos e valores, considerados rudes e infundados, por novos, mais higiênicos, modernos e amparados pelos preceitos da medicina.

Baseado nesta premissa, assim afirmava o médico Martagão Gesteira em seu livro de puericultura: “A luta contra a miséria, o

31 BOA NOVA JUNIOR. Francisco de Paula. *Op. Cit.* p. 23.

amparo econômico, a assistência a maternidade, moral e sanitária” que as medidas legislativas e outras obras assistenciais procuram assegurar “à infância e à maternidade não bastam [...] se não se atende outro grande fator responsável por todos esses males [...]: a ignorância.³²

Recorrendo à autoridade de Martagão Gesteira, o médico Manif Zacharias³³ escrevia em seu artigo que o referido autor estava correto em afirmar que quanto maior a ignorância “e mais baixas as condições de uma coletividade, maior é a incidência de mortalidade infantil”, daí a necessidade de amparar moral, econômica e socialmente as mães de Criciúma e seus arredores. Tanto para Boa Nova Junior quanto para Manif Zacharias, entre outros, a Região Carbonífera estava completamente despreparada para enfrentar os problemas da maternidade e a infância, recebendo apenas medidas sanitário-sociais paliativas e esporádicas que,

[...] vez por outra obedecendo a determinação de Departamentos e Secretarias, em comemorações festivas da Semana da Criança, ou do Dia da Raça, em que, na série interminável de discursos e palestras são exaltados os pequenos entes, radiosa esperança da Pátria estremecida. Pobre Pátria, em que os monumentos aos maiores feitos de seus filhos se originem nos cemitérios.³⁴

Sendo o grande problema da Região Carbonífera Catarinense, a mortalidade infantil foi por anos alvo de um enérgico discurso moral que responsabilizava as famílias e principalmente as mulheres pobres pelo elevado número de mortes entre a população infantil. Colocando a assistência que deveria ser prestada pelo Estado em um plano secundário, a pobreza e a ignorância foram elencadas como fatores preponderantes para tão elevados índices.

32 GESTEIRA, Martagão. *Op. Cit.* p. 401.

33 ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.* p. 07. [b]

34 ZACHARIAS, Manif. *Op. Cit.* p. 07. [c]

Em nome da nacionalidade e da construção de um país de homens hígidos, as mulheres mães tiveram suas vidas esmiuçadas pelo poder médico que transformou toda e qualquer prática de cuidados não avalizadas pela medicina em um ato de transgressão e descaso com o futuro do país. Inseridas em um contexto de miséria, as mulheres das vilas operárias foram alvo de um forte discurso moral e de gênero que lhes impunha um modelo normativo de maternidade que quando não observado e praticado em seus mínimos detalhes justificava a ação impositiva da corporação médica sobre as tradicionais formas de vida, transformando-as em únicas culpadas do atraso pela depauperação física e moral do país.

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

LA ORGANIZACIÓN NORMATIVA DE LA COMISIÓN CENTRAL DE SEÑORAS COOPERADORAS SALESIANAS: GÉNERO Y SOCIABILIDAD. ARGENTINA, 1900-1926

The normative organization of the Central Commission of Salesian Women Cooperators: gender and sociability. Argentina, 1900-1926

*Lucía Bracamonte**

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la organización normativa de la Comisión Central de Señoras Cooperadoras Salesianas entre 1900 y 1926 desde un punto de vista de género, a fin de observar los conflictos y los consensos que construyeron sacerdotes y cooperadoras en torno a su formulación y puesta en práctica. Se estudiarán diversos documentos reglamentarios relativos a la mencionada comisión, localizados en el Archivo Central Salesiano de Buenos Aires y en el Archivo Histórico Salesiano Patagónico de Bahía Blanca. Las cooperadoras actuaban colectivamente bajo la tutela sacerdotal que intentaba canalizar las iniciativas individuales e impedir las transgresiones reglamentando por escrito su accionar. Sin embargo, tuvieron la posibilidad, a través de las Presidentas de la Comisión, de hacer conocer a los sacerdotes sus opiniones sobre la normativa y de influir en su diseño.

Palabras clave: salesianos; comisiones; reglamentación

* Doctora en Historia. Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Centro de Estudios Regionales "Prof. Félix Weinberg", Departamento de Humanidades, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, Argentina. La investigación fue financiada por el CONICET a través del proyecto: "Cultura política y sociabilidad en Bahía Blanca durante el siglo XX", dirigido por la Dra. Mabel N. Cernadas. E-mail: luciab@criba.edu.ar

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the normative organization of the Central Commission of Salesian Women Cooperators between 1900 and 1926 from a gender viewpoint to observe the conflicts and consensus built by priests and cooperators around its definition and start up. Several normative documents related to the commission and located in the Central Salesian Archive in Buenos Aires and the Historic Patagonic Salesian Archive in Bahía Blanca are studied. Women cooperators worked in collaboration under the supervision of the priests that tried to channel the individual initiatives and avoid the transgressions ruling with documents their actions. However, the women cooperators were able to make their opinion known to the priests and to influence in the final design of the rules.

Key-words: salesian; commissions; rules

Introducción

Entre fines del siglo XIX y principios del siglo XX, los sacerdotes salesianos fundaron en la Argentina oratorios festivos, colegios y asilos dirigidos a formar buenos cristianos y honrados ciudadanos. Además de ello, realizaron labores pastorales, acompañaron a las familias inmigrantes italianas, misionaron en la zona patagónica, fundaron círculos de obreros y pusieron en circulación distintas publicaciones. El proyecto que desplegaron se articuló parcialmente, aunque no sin tensiones, con las intenciones de civilizar, moralizar y controlar a los sectores populares ostentadas por los núcleos dirigentes de impronta liberal. Aunaba a estos actores la preocupación por la denominada “cuestión social”¹, especialmente por la situación de los niños y jóvenes considerados en riesgo debido a su pobreza, abandono, vagancia y analfabetismo. A sus ojos, esos

¹ La “cuestión social” era el conjunto de problemáticas sociales que emergieron como consecuencia de la industrialización, la urbanización y la inmigración, entre las que se encontraban los conflictos obreros, el pauperismo, la marginalidad, la delincuencia, la prostitución, el hacinamiento y las enfermedades.

menores podían alterar el orden, convertirse en criminales y recibir influencias perniciosas como las del socialismo y el anarquismo.

Desde el arribo de los primeros clérigos de la congregación en 1875, se registró en diversos lugares la participación de mujeres en favor de la Obra de Don Bosco. Las cooperadoras salesianas formaban parte de la Pía Unión de Cooperadores Salesianos, entidad subordinada al Rector Mayor de la Sociedad de San Francisco de Sales². Esta presencia femenina fue advertida por quienes se dedicaron a reconstruir la historia de los salesianos en la Argentina.³ Sin embargo, aún no se han estudiado en profundidad algunos aspectos, como la emergencia y el desenvolvimiento de los grupos formalizados de benefactoras de la Capital Federal, ni se ha abordado el tema desde la línea de la historia de mujeres. Dentro de este último campo, los estudios sobre la asistencia social y el protagonismo colectivo de las mujeres en relación a la misma se intensificaron en los últimos años. Varios de ellos tuvieron en cuenta a las asociaciones confesionales y laicas integradas por católicas en la etapa de modernización, ya fuera entendiéndolas como expresiones de un maternalismo “sentimental” o “conservador” o como manifestaciones de un “feminismo católico”⁴. El presente trabajo se enmarca en el

2 La Sociedad de San Francisco de Sales fue fundada en Turín en 1859 por Juan Melchior Bosco. Luego de su muerte, la conducción de la congregación quedó en manos del Rector Mayor. Existían también Inspectores radicados en las diferentes zonas hacia las cuales se había expandido la Obra.

3 Gran parte de la producción se ha concentrado en la labor salesiana en la región patagónica. Véase el siguiente libro de publicación reciente: FRESIA, Ariel, PICCA, Juan V. y NICOLETTI, María Andrea (comps.). *Estado e Iglesia en Patagonia: Repensando las misiones salesianas (1880-1916)*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2016. Con respecto a otros lugares: FRESIA, Ariel. *Religión, educación y vida cotidiana en Rodeo del Medio, siglo XX: Contribución a una historia social de los Salesianos de Don Bosco en la campaña mendocina*. Buenos Aires: Dunker, 2005; LANDABURU, Alejandra. *Niñez, juventud y educación: El proyecto salesiano en Tucumán, 1916-1931*. Tucumán: Edunt, 2012; MORETTI, Nicolás D. *Buenos cristianos y honrados ciudadanos: La obra salesiana y la cuestión social. Córdoba, 1905-1930*. Córdoba: CEH, 2014. El único trabajo de las últimas décadas que reconstruye algunos aspectos sobre esta comisión es una ponencia referida al Territorio Nacional de Santa Cruz: PIERINI, María de los Milagros. Con la ayuda de Dios... y de los hombres: la obra de los Cooperadores Salesianos en el Territorio Nacional de Santa Cruz. En: *X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Rosario: Universidad Nacional del Litoral, 2005. Disponible en: <http://cdsa.academica.org/000-006/313.pdf>

4 ERASO, Yolanda. Maternalismo, religión y asistencia: La Sociedad de Señoras de San Vicente de Paul en Córdoba, Argentina. En: ERASO, Yolanda (comp.) *Mujeres y Asistencia Social en Latinoamérica, siglos XIX y XX: Argentina, Colombia, México, Perú y Uruguay*. Córdoba: Alción, 2009, pp. 199-239; VIDAL, Gardenia. *El Feminismo Católico de*

propósito general de ese conjunto de producciones tendiente a rastrear la presencia activa de las militantes en la acción social católica. En este sentido, buscamos abonar la mirada del catolicismo como heterogéneo y plural y enfocar a quienes no pertenecieron a la cúpula eclesiástica, al orden sacerdotal ni al conjunto de fieles que se limitaban a la práctica ordinaria y privada de la religión.

En este contexto, nos situamos en la problemática amplia del grado de univocidad y eficiencia de los dispositivos normalizadores del catolicismo, los cuales estaban dirigidos a modelar subjetividades y prácticas sociales a partir de las concepciones sobre la femineidad y la masculinidad construidas y difundidas por la Iglesia. Las experiencias colectivas en el campo de la asistencia conformaron formas de acción pública de las mujeres, legitimadas por sus fines benéficos, que matizaron la concepción predominante de lo femenino centrada en la primacía del ámbito doméstico. El objetivo específico del presente artículo es analizar la organización normativa de la Comisión Central de Señoras Cooperadoras Salesianas a principios del siglo XX desde un punto de vista de género, a fin de observar los conflictos y los consensos que construyeron sacerdotes y cooperadoras en torno a su formulación y puesta en práctica. El lapso seleccionado se extiende desde 1900, año en que se constituyeron las primeras comisiones centrales de cooperadores/as salesianos/as, hasta 1926, fecha en que la regulación y el campo de acción de la comisión que nucleaba a las mujeres sufrieron importantes cambios.

Córdoba: Congregación de Ntra. Sra. de Lourdes y San José, 1944-1955. *Delaware Review of Latin American Studies*, vol. 17, núm. 2, 2016. Disponible en: <http://udspace.udel.edu/handle/19716/19837>. Otras investigaciones recientes en este campo son las siguientes: GUY, Donna J. *Las mujeres y la construcción del Estado de Bienestar: Caridad y creación de derechos en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2011; VACA, Rosana. *Las reglas de la caridad: Las Damas de Caridad de San Vicente de Paúl, Buenos Aires (1866-1910)*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2013; DALLA-CORTE CABALLERO, Gabriela. *El Archivo de Señales del Hogar del Huérfano de Rosario: Niñez, identidad y migración (1879-1914)*, e-book, Rosario: Prohistoria Ediciones, 2013; DALLA-CORTE CABALLERO, Gabriela, ULLOQUE, Marcelo y VACA, Rosana. *La mano que da. 160 años de la Sociedad de beneficencia de Rosario*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2014; GONÇALVES ALVES y otros (coords.) *Dossier Historia de la asistencia en Brasil y Argentina: saberes, experiencias y prácticas*. *Delaware Review of Latin American Studies*, vol. 17, num. 2, 2016. Disponible en: <http://udspace.udel.edu/handle/19716/19840>

El corpus de la investigación está compuesto por diversas fuentes relativas a la Comisión Central, localizadas en el Archivo Central Salesiano de Buenos Aires y en el Archivo Histórico Salesiano Patagónico de Bahía Blanca. Examinaremos en particular el *Programa de la Comisión Auxiliar de Señoras Cooperadoras* y el *Reglamento General de la Comisión Central de Señoras Cooperadoras Salesianas de Buenos Aires*, por tratarse de normativas emitidas en la Argentina. También tomaremos en cuenta diversos textos que delineaban el marco general de actuación de los/as cooperadores/as a nivel mundial. Además de este tipo de documentos que refleja la postura oficial de los sacerdotes sobre la naturaleza de los agrupamientos femeninos, analizaremos las cartas de las Presidentas de la Comisión que hacen referencia a cuestiones normativas. Estas últimas remiten a la experiencia de mujeres situadas en roles dirigentes y permiten acceder, aunque de manera parcial, a las preocupaciones, conflictos y deseos de sus productoras. En conjunto, estos materiales permiten realizar un análisis de carácter morfológico y funcional y, además, ofrecen la posibilidad de adentrarse en las relaciones y representaciones de género.

A los fines de esta indagación, consideramos al género como conjunto de funciones sociales sexuadas y representaciones referidas a la masculinidad y la femineidad. Esta última categoría es entendida como una construcción sociocultural que prescribe cómo deben ser, sentir, pensar y comportarse las mujeres. Es un concepto definido de manera relacional, en oposición al de masculinidad, y varía de acuerdo a la época, el lugar, el estrato social, la etnia, la generación y la etapa del ciclo de vida en que se encuentren las personas. Se internaliza a través de la socialización de género, que asigna valores, normas, costumbres, estereotipos y roles, teniendo lugar de manera primaria en la familia y de manera secundaria en los demás escenarios de interacción que transitan los sujetos durante sus vidas, en los cuales actúan otros agentes socializadores como la escuela, los medios de comunicación y la Iglesia.⁵ De manera subsidiaria,

5 COBO BEDIA, Rosa. Género. En: AMORÓS, Celia. (dir.). *Diez palabras clave sobre mujer*. Navarra: Verbo Divino, 1995, pp. 55-83; COBO BEDIA, Rosa. El género en las ciencias sociales. *Cuadernos de Trabajo Social*, vol. 18, 2005, pp. 249-258; COBO BEDIA, Rosa. Otro recorrido por las ciencias sociales: género y teoría crítica. En: APARICIO GARCÍA, Marta y otras

emplearemos la noción de sociabilidad, definida por Pilar González Bernaldo de Quirós como una herramienta que “remite a prácticas sociales que ponen en relación un grupo de individuos que efectivamente participan de ellas y apunta a analizar el papel que pueden jugar esos vínculos”.⁶ En este caso, focalizaremos un ámbito de tipo asociativo, es decir, un territorio de sociabilidad mayormente formal expresada en normas. En tal sentido, consideramos que la sociabilidad supone la existencia de reglas y valores compartidos, y que si bien la norma no determina la conducta, ya que los individuos pueden transgredirla, reformularla y rechazarla, no deja de ser un elemento que incide en la toma de decisiones.

En este contexto, identificaremos en los documentos las definiciones sexuales, que se ocupan de señalar naturalezas o esencias específicas para cada sexo y de proyectar esa distinción a la sociedad en forma de ámbitos divididos dualmente y jerarquizados con predominio masculino. Al mismo tiempo, procuraremos observar cómo influyeron las nociones sobre la femineidad en el diseño normativo de prácticas de sociabilidad asociativa. Paralelamente, examinaremos la incidencia que tuvieron los lazos generados entre las cooperadoras y los sacerdotes en la toma de decisiones acerca de la regulación del accionar de la Comisión.

Como punto de partida, planteamos que las normativas estudiadas, enraizadas en las concepciones de femineidad de la Iglesia y destinadas a encauzar la acción social colectiva de estas “damas” y “señoritas” de la elite de Buenos Aires, acompañaron y posibilitaron prácticas novedosas de sociabilidad e intervención pública. A través de ellas, del mismo modo que otras benefactoras de su época, no solamente podían obtener fondos y proveer asistencia material sino también erigirse en agentes de control e integración de niños de los sectores populares y en sujetos incluidos políticamente. A modo de hipótesis, sostenemos que las cooperadoras actuaban colectivamente bajo la tutela sacerdotal que intentaba canalizar las iniciativas

(eds.). *Cuadernos de género: Políticas y acciones de género*. Madrid: Universidad Complutense, 2009.

6 GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. La “sociabilidad” y la historia política. *Nuevo Mundo. Mundos Nuevos*, 17 de febrero de 2008. Disponible en: <https://nuevomundo.revues.org/24082>

individuales e impedir las transgresiones reglamentando por escrito su accionar. Sin embargo, tuvieron la posibilidad, a través de las Presidentas de la Comisión, de hacer conocer a los sacerdotes sus opiniones sobre la normativa y de influir en su diseño.

Surgimiento y organización normativa de la Comisión Central

Entre 1880 y 1930 la Argentina atravesó un proceso de modernización en materia económica debido a su inserción en el modelo agroexportador, que conllevó el crecimiento de las ciudades y regiones directamente involucradas en el mismo como productoras de materias primas y/o nodos ferroporuarios. Además, se produjo una complejización de la estructura social por la conformación de una elite nacional y de las clases medias y obreras ligadas a la inmigración masiva. Sin embargo, el progreso no tuvo correlato en otras áreas menos materiales y más subjetivas de la vida social, por lo cual no puede hablarse propiamente de modernidad. Como señala Dora Barrancos, aunque avanzaron los propósitos civilistas y laicos motorizados por los sectores dirigentes liberales, subsistieron sensibilidades conservadoras y sentimientos reactivos a los cambios de conducta, sobre todo tratándose de las mujeres que padecían inferioridad jurídica debido al ordenamiento civil de 1869.⁷

El modelo benéfico asistencial, dirigido a paliar problemas como la pobreza, la mendicidad, el abandono de niños/as y las enfermedades, entre otros, se caracterizó durante esa etapa por la privatización del espacio público y la hegemonía del sistema mixto de

⁷ BARRANCOS, Dora. Sentidos, sentimientos y sensibilidades (1880-1930). *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, núm. 15, noviembre de 2014, pp. 27-39, pp. 28, 37.

protección⁸. Pese a su posición ciudadana desventajosa desde el punto de vista formal, muchas mujeres tuvieron un rol destacado como agentes no estatales en la provisión de asistencia, al colaborar con un Estado liberal que no contaba con recursos burocráticos y presupuestarios suficientes para hacer frente a los crecientes requerimientos de la población. Como indica Yolanda de Paz Trueba, dicho Estado reconoció la relevancia que adquiriría para su sustentabilidad política la atención de las demandas originadas en los desajustes del proceso de modernización. Sin embargo, en razón de que su intervención conllevaría una intromisión en deberes morales que le correspondían a la sociedad, dejó gran parte de las mismas en manos de diversas entidades y contribuyó mediante el otorgamiento de subsidios.⁹

Si bien el ejercicio de la caridad no era privativo de las mujeres de la elite, sí es cierto que las integrantes de ese sector ocupaban las franjas dirigentes de muchas sociedades benéficas de la Capital Federal. Formaban parte de una elite nacional conformada, como describe Leandro Losada, por tres grandes grupos de familias: uno de orígenes coloniales y bonaerenses; otro de extranjeros llegados después de la Revolución de Mayo de 1810; y un tercero de familias de las provincias del Interior afincadas en la ciudad en la segunda mitad del siglo XIX e integrantes de la elite política que controló el gobierno nacional a partir de 1880 (momento en que culminó la integración política y territorial de la Argentina). Entre 1880 y 1910 estas familias dejaron atrás un pasado conflictivo y se integraron en un grupo de gran cohesión interna, que se erigió en el de mayor status y prestigio. Este proceso fue posibilitado por un universo social cerrado, cuya mejor expresión fue un mercado matrimonial endogámico, y por un cambio cultural profundo originado por condiciones materiales excepcionales y por un afán de sofisticación que se tradujo en un estilo de vida de tonos aristocráticos (en sintonía

8 MOREYRA, Beatriz. *Cuestión social y políticas sociales en la Argentina: La modernidad periférica. Córdoba, 1900-1930*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2009, p. 22.

9 DE PAZ TRUEBA, Yolanda. Acción social y nuevo Estado liberal en Argentina: La participación de las mujeres en las instituciones del modelo mixto de atención de necesidades en el centro y sur bonaerenses. *Secuencia*, núm. 80, 2011, pp. 85-107, p. 88.

con el eurocentrismo de la época), ritmado por los códigos de etiqueta y definido por el consumo suntuario y el refinamiento de usos y costumbres. Ese momento de máximo esplendor comenzó a eclipsarse desde mediados de la década de 1910, lo cual se profundizó en las dos siguientes por diversos factores, como la crisis del “régimen oligárquico”, la reforma electoral de 1912 que estableció el sufragio secreto, obligatorio y universal, el triunfo de la Unión Cívica Radical en 1916, la ralentización de la economía y el errático desempeño del sector rural a partir de la década de 1920, la formación de sectores medios y el aumento del acceso a la educación y a consumos culturales y materiales de amplias franjas de la población.¹⁰

Algunas asociaciones benéficas de la época conducidas e integradas por mujeres de la elite eran de filiación católica explícita, pero incluso en otras que no lo eran militaban fieles de esta confesión, como sucedía en la Sociedad de Beneficencia de la Capital Federal, que era una agencia pública. A medida que avanzó el siglo XX, las mujeres católicas cobraron cada vez mayor protagonismo en las celebraciones religiosas, las comisiones parroquiales, las colectas, las peregrinaciones, la enseñanza del catecismo, la prensa, los centros de estudio y las entidades caritativas. Las “damas” tuvieron un trato fluido – aunque no exento de conflictos – con médicos, funcionarios, sacerdotes y miembros de la jerarquía eclesiástica, emitieron discursos permeados por la moral cristiana y, en ocasiones, confiaron a congregaciones de religiosas la administración de las instituciones que fundaron.

En este contexto, las mujeres allegadas a las actividades salesianas no constituyeron una excepción. Al igual que en otros países, se inscribieron individualmente en la Pía Unión de Cooperadores Salesianos, que había sido aprobada por las autoridades de la Iglesia como una tercera orden de la familia salesiana. Los/as integrantes de esa asociación eran nombrados/as por el Rector Mayor y debían acatar las disposiciones contenidas en un Reglamento

10 LOSADA, Leandro. *La alta sociedad en la Buenos Aires de la Belle Epoque*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

redactado por Don Bosco en 1876¹¹. De acuerdo con ese texto, podía enrolarse en ella cualquier persona que hubiera cumplido los dieciséis años y gozara de buena reputación civil y religiosa. El Director de cada Casa estaba autorizado para apuntar a los/as socios/as, cuyos nombres, apellidos y domicilios debía transmitir al Superior a fin de que fueran incorporados en el registro general.

Como señala Nicolás Moretti, el fundador de la congregación no pretendía hacer de los cooperadores simplemente el sostén de las obras de los salesianos, sino cristianos ejemplares y activos que ayudaran a propagar el espíritu católico.¹² Los cooperadores y cooperadoras participaban en conferencias y recibían el *Boletín Salesiano*. Se les sugería modestia en el vestir, frugalidad en las comidas, sencillez en las habitaciones y moderación en las palabras. Además, debían hacer todos los años unas jornadas de retiro espiritual, llevar a cabo el ejercicio de la buena muerte y confesarse y comulgar en forma frecuente. Podían colaborar de manera práctica con la Obra salesiana mediante la difusión de los ejercicios espirituales, la promoción de las vocaciones religiosas, el fomento de la buena prensa, el ejercicio de la caridad con los niños y niñas propensos/as a extraviarse, la oración y la limosna. Asimismo, eran acreedores/as a significativos beneficios espirituales por sus labores piadosas y humanitarias.

De lo anterior se desprende que las condiciones de ingreso a la asociación eran idénticas para varones y mujeres, así como los requerimientos relativos al estilo de vida, las obligaciones, los modos de cooperación y las gracias espirituales. Lo mismo puede decirse sobre la lógica y común sujeción a las autoridades congregacionales y eclesiásticas en general. Sin embargo, otras disposiciones que se referían al accionar colectivo estaban construidas en función del dicotomismo sexual, trasuntando una división del trabajo que colocaba a las cooperadoras en una posición diferente a la de los cooperadores. Ese era el caso de las pautas que separaban a los grupos de acuerdo al sexo, contenidas en el *Manual teórico-práctico de los*

11 ARCHIVO HISTÓRICO SALESIANO PATAGÓNICO (AHSP), San Juan Bosco, *La Pía Unión de los Cooperadores Salesianos*, Dirección General de las Obras de Don Bosco, I diciembre de 1937.

12 MORETTI, Nicolás D., op. cit., p. 46.

decuriones y directores de la Pía Asociación de los Cooperadores Salesianos redactado en 1893 por Don Miguel Rúa (sucesor de Don Bosco). De acuerdo a ellas, los nucleamientos de mujeres adquirían algunas particularidades, como el hecho de denominarse “subjuntas” y no “juntas” como los de varones. Del mismo modo que las juntas masculinas, las femeninas contaban con una Secretaria y una Tesorera pero, a diferencia de ellas, no tenían un Publicista sino, solamente si era necesario, una Escritora que debía someter sus iniciativas a la consideración de ese escritor.¹³

En suma, los roles de las mujeres fueron contemplados expresamente desde fines del siglo XIX en las regulaciones referidas a las personas que se inscribían individualmente como cooperadoras y también a aquellas que colaboraban de manera colectiva. Mediante la constitución de los grupos de mujeres, los salesianos favorecieron la acción social femenina basada en un propósito espiritual y vinculada con la situación de crisis que, a sus ojos, vivía la sociedad de su tiempo, en especial la infancia. Buscaron ampliar la base social que respaldaba su proyecto y preservar al mismo tiempo a las fieles al ofrecerles oportunidades de actuación pública de signo religioso.

En consonancia con el espíritu de esas resoluciones generales, las cooperadoras argentinas se reunieron para actuar de manera conjunta. En 1900 se conformó en Buenos Aires la Junta o Comisión Auxiliar de Señoras Cooperadoras, que contaba con una Comisión Auxiliar de Fiestas, cuyo objetivo era ayudar a quienes estaban realizando las tareas preparatorias del Segundo Congreso Internacional de Cooperadores Salesianos.¹⁴ Esta entidad actuaba en el ámbito de la Inspectoría San Francisco de Sales, cuya cabeza en la

13 ARCHIVO CENTRAL SALESIANO (ACS), *Manual teórico-práctico para uso de los decuriones y directores de la Pía Asociación de los cooperadores salesianos*, Turín, Tipografía Salesiana, 1897.

14 Las integrantes de la primera Comisión Central fueron: Presidenta Honoraria: Teodolina Fernández de Alvear, Presidenta efectiva: Enriqueta Alais de Vivot, Vice-Presidentas: Isabel de Anchorena y Justa Elortondo de García Fernández, Secretaria: Dolores Anchorena de Elortondo, Pro-Secretaria: Elena Tarragona de Sagasta, Tesorera: Ernestina Bullrich de Mosquera, Pro-Tesorera: Mercedes Terrero de Méndez, Socias o vocales: Mercedes B. de Casares, María Petit de Maglioni, Elisa A. de Bosch, Manuela Suárez de Figueroa, Cirila Suárez de Perdiel, Tomasa P. de Estrada, Josefa V. de Arrotea, Mercedes Elortondo de Alvear, Ana B. De Maglioni, Mercedes Uriarte de Terrero, María Cristina Sagasta de Eguía, Josefa S. de Pacheco, Magdalena V. de Martínez, Antonia B. de Fraboschi y Emilia Fraboschi.

etapa abordada era el Padre José María Vespignani, quien se ocupó de fomentar la cooperación salesiana en todas sus formas. La continuidad en el tiempo de este agrupamiento, a diferencia del comité de señores cooperadores creado en el mismo año, justificaría la confección e impresión del *Programa de la Comisión Auxiliar de Señoras Cooperadoras*. Este documento podría haber sido redactado por el mencionado sacerdote entre 1904 y 1911, aproximadamente, de acuerdo con los indicios indirectos provistos por su contenido y por otras fuentes.¹⁵

El *Programa* se refería de manera central a la experiencia femenina, por lo cual adquiría una especificidad que permite apreciar con claridad los componentes genéricos de la normativa. Este documento, que constaba de veinte artículos, regulaba aspectos vinculados con la conformación y el plan de acción de la Comisión, enmarcándose en el Reglamento elaborado por Don Bosco. Al respecto, se indicaba que sus integrantes debían estar inscriptas a título individual como cooperadoras y se hacía especial hincapié en la importancia de que conocieran a fondo ese texto fundacional, que debía ser materia de estudio en las reuniones y que se encontraba impreso como anexo. Además, se estipulaba que la Comisión estaba bajo la órbita del “Superior Salesiano”, o sea, el Inspector actuante en Buenos Aires. Se consideraba importante que las cooperadoras asociadas conocieran e internalizaran las normas escritas, por lo cual se explicitaba que la Presidenta debía procurar que las socias potenciales leyeran el documento y que el Director sería el encargado de repasar e interpretar su articulado en el transcurso de las reuniones.

En cuanto a la composición de la Comisión, en el *Programa* se indicaba que debía estar conformada por un mínimo de veinticinco integrantes y contar con autoridades como Presidenta, Vicepresidenta, Secretaria, Tesorera y Protesorera. Se le fijaba como objetivo general el de prestar cooperación a todas las áreas de la Obra salesiana en la Argentina, como los oratorios festivos, asilos y colegios, mediante la

15 En el texto hay una cita referida al año 1904, y en una carta de 1911 se hace referencia a una cláusula de un “reglamento” preparado por Vespignani que, debido a que se encuentra en el Programa, hace presumir que se podría estar haciendo referencia a ese documento. ACS, *Programa de la Comisión Auxiliar de Señoras Cooperadoras*, p. 22 y ACS, Carta dirigida por Enriqueta Alais de Vivot a José M. Vespignani, Buenos Aires, 29 de mayo de 1911.

solicitud de subvenciones, becas y limosnas. También se les sugería efectuar donaciones personales de ropa y dinero. El Director guiaba la acción social femenina en las áreas detalladas, pues entre sus funciones se encontraban las de presidir las reuniones o delegar ese rol en otro sacerdote, preparar el orden del día junto con la Presidenta, aprobar las elecciones de autoridades, identificar las áreas prioritarias de cooperación y decidir sobre el destino de lo recolectado.

La reglamentación conllevaba mecanismos de control y tutela de estos sujetos femeninos considerados formalmente en condición de minoridad. Pese a ello, también les ofrecía una serie de oportunidades de socialización al interior de la comisión, así como de intervención y participación en la esfera pública, que prefiguraban nuevas modalidades de ejercicio de la ciudadanía.¹⁶ Esta normativa implicaba que las cooperadoras trascendieran los roles domésticos y desarrollaran habilidades en torno a aspectos legales, contables y políticos entre los que podemos listar los siguientes: recaudar dinero, llevar libros de caja, cobrar suscripciones, otorgar recibos, estudiar presupuestos, dar cuenta del estado del tesoro en las reuniones, contar con representantes con mandatos periódicos, ejercitar el voto secreto, tomar decisiones por mayoría, dar publicidad a sus actos, confeccionar órdenes del día, deliberar, tomar decisiones en conjunto, participar en asambleas, respetar el quorum, computar votos, confeccionar actas, memorias y balances, recorrer la ciudad buscando colaboraciones, visitar asilos y oratorios y representar a la Comisión ante las autoridades eclesiásticas y civiles. Esta modalidad de funcionamiento replicaba la de numerosas asociaciones de la época

16 El Código Civil, en vigencia desde 1871, sancionó la inferioridad jurídica de las mujeres: las casadas no podían administrar ni siquiera sus bienes propios y debían tener autorización de su marido para educarse, profesionalizarse, ejercer cualquier actividad económica y testimoniar ante la ley. Luego de la reforma de 1926 las casadas ya no necesitaron autorización para estudiar, profesionalizarse, comerciar, testimoniar o pleitear y el marido ya no administraba los bienes adquiridos por la esposa antes del matrimonio (aunque seguía al frente de la administración conyugal). Sin embargo, comprar, vender o cualquier forma de contrato requería autorización del marido; la patria potestad siguió siendo una facultad de los padres varones y el domicilio conyugal era fijado por el marido. Entendemos la ciudadanía de manera amplia, como una forma de pertenecer a una comunidad e involucrarse activamente en la resolución de sus problemas. La vía electoral no fue la única manera de intervenir en los asuntos de interés público y los grupos excluidos de la ciudadanía política encontraron otras estrategias de actuación en el contexto de la conformación del Estado nacional. Véase: DE PAZ TRUEBA, Yolanda. *Mujeres y esfera pública. La campaña bonaerense entre 1880 y 1910*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2010.

integradas por varones, en un contexto en el cual se evaluaba de manera positiva la sociabilidad formal de carácter moderno, entendida como forma de intervención de la sociedad civil en la esfera de lo público basada en valores civilizatorios y republicanos.

Deben realizarse algunas precisiones para poder comprender con mayor profundidad las experiencias que estas normativas posibilitaron a unas cooperadoras a las cuales definían no solamente por su sexo, por profesar el catolicismo y por su militancia asociada a la congregación sino también por el hecho de que, del mismo modo que otras benefactoras asociadas de la época, eran integrantes de la elite. Las normativas recogían un repertorio de expresiones de la sociabilidad que eran propias de mujeres de ese sector encumbrado desde el punto de vista político, económico y social que buscaba construir un estilo de vida distinguido, civilizado, definido por la moderación y el autocontrol. Además, la colaboración con una causa considerada noble y justa como era la atención de los sectores más desposeídos, sobre todo de niños/as y jóvenes pobres, legitimaba a esa misma elite ante la sociedad. La adscripción a esta entidad no resumía el universo relacional de estas mujeres, varias de las cuales estaban unidas por lazos de parentesco y amistad y compartían esferas de sociabilidad menos formales.

El *Programa* muestra, además, que pese a la existencia de una normativa general de la Pía Unión que incluía artículos referidos al accionar individual y colectivo de las cooperadoras, la especificación de la constitución y los fines de los grupos femeninos conformados en la Argentina era sentida como una necesidad. Esto es confirmado también por la existencia de al menos otros siete documentos referidos a normas de organización de dicha Comisión. Se trata de borradores incompletos, sin fecha, manuscritos o mecanografiados que, a diferencia del *Programa* y del *Reglamento* que analizaremos en el próximo apartado, aparentemente no fueron terminados ni impresos. Si bien esto testimonia una evidente preocupación regulatoria de los sacerdotes que actuaban en el país, probablemente no fuera algo infrecuente entre los salesianos desperdigados por el mundo. El hallazgo en la caja de archivo en la que se encontraba el *Programa* de un documento casi idéntico al

mismo, referido a la Asociación de Señoras Protectoras de las Obras Salesianas de Sevilla, es esclarecedor en este sentido.¹⁷

Sin embargo, es preciso reconocer que esos esfuerzos por sistematizar la acción social femenina no eran privativos de los salesianos, sino que se replicaban en otras asociaciones benéficas católicas de la época, pues tenían su raíz en las concepciones de la Iglesia en torno a la femineidad. En general, los sectores católicos consideraban que ciertas cualidades naturales, como la compasión y el espíritu de sacrificio, hacían a las mujeres especialmente aptas para las tareas caritativas. Legitimaban y valoraban sus contribuciones en el campo asistencial pero creían que sus iniciativas no podían dejarse libradas a su propio arbitrio. Afirmaban que el carácter pasional de las féminas, debido a que se guiaban más por los sentimientos y emociones que por la razón, imponía la necesidad de una conducción permanente. La importancia de contar con reglamentos específicos para los grupos de mujeres constituía una derivación de dichos valores y pautas generales que, del mismo modo que los textos regulatorios, sustentaban los intercambios en esas esferas de sociabilidad femenina.

Si bien la confección del *Programa* corrió a cargo del Inspector, Alais, quien fuera la Presidenta efectiva de la Comisión entre 1900 y 1919, tuvo cierta influencia en la organización normativa de la misma, tal como puede observarse en la correspondencia.¹⁸ En

17 Si bien podemos conjeturar que podría haber servido de inspiración al redactor del Programa, no podemos aseverarlo debido a que tampoco se consignan su fecha de emisión ni su autor. Sobre una base común, en el caso del Programa se agregaban algunos detalles referidos al funcionamiento que lo convertían en un documento más extenso que su supuesto modelo. Entre las principales adiciones, estaban las siguientes: el Superior y la Presidenta prepararían un apunte de los asuntos a tratarse en las reuniones; las cooperadoras podían confirmar en sus cargos a la Presidenta y la Vicepresidenta una vez concluidos sus mandatos, con aprobación del Superior; la Comisión contaba con Prosecretarías y Tesoreras 1º y 2º; la Tesorera podía contar con un cobrador (en el documento sevillano la propia Tesorera debía efectuar la colecta); debía leerse el Reglamento de Don Bosco en las reuniones; se especificaba la forma de admisión de nuevas socias y se establecía el uso de una insignia. ACS, Asociación de Señoras Protectoras de las Obras Salesianas de Sevilla, *Programa*.

18 En el momento de asumir esa función, Alais, que había nacido en la Argentina en 1852, tenía cuarenta y ocho años y era viuda. Había estado casada durante veintitrés años con Narciso Vivot, un terrateniente pampeano con el cual había tenido nueve hijos. Su compromiso con la congregación no se reducía al ejercicio del puesto mencionado, ya que también se desempeñaba como Presidenta Honoraria de la Asociación de Ex Alumnas de María Auxiliadora. Para profundizar los aspectos que se expondrán aquí en relación a su correspondencia véase:

razón de sus funciones directivas, se encontraba habilitada para tratar directamente con Vespignani, ya fuera en forma personal o epistolar. La mayor parte de sus misivas estaba destinada a mantenerlo informado y a consultar su parecer sobre diversos temas. Sus escritos dejan entrever que, aunque en líneas generales acataba las reglamentaciones y las indicaciones de su superior, en ocasiones contaba con libertad de acción y, sin dudas, de opinión. Muestran, además, que si bien Vespignani se preocupaba por guiarla y encauzar su accionar dentro de los marcos normativos y jerárquicos de la congregación, era receptivo a sus iniciativas, inquietudes y sugerencias.

Alais contribuyó a la aplicación práctica tanto del *Programa* como de la reglamentación general de la Pía Unión en la vida cotidiana de la Comisión. Bajo su dirección y con la supervisión del Inspector, se cumplían ciertas formalidades como la convocatoria a reuniones, la toma de decisiones colectivas, la redacción de órdenes del día, la elaboración de actas y la confección de balances. Asimismo, sus integrantes asistían a las misas y las conferencias reglamentarias. Alais también recurrió argumentativamente a la normativa para dirimir cuestiones extraordinarias. Por ejemplo, en 1911 le manifestó al Inspector su deseo de renunciar al cargo que detentaba. En ese momento, Vespignani le propuso permanecer en el puesto y le ofreció designar una “Vice”. Ella le respondió que la manera correcta de hacerlo sería reunir a sus compañeras para tratar el asunto y para que ellas procedieran a elegirla: “Su Rcia no piensa que no se puede hacer así sin que las compañeras reunidas lo acepten y la nombren. Yo insisto en que deben aceptar mi renuncia y hacer una votación seria y nombrar los principales cargos de nuevo...”¹⁹

En el caso anterior, puede interpretarse que el apego a la normativa operaba como una estrategia para garantizar la participación de las cooperadoras en la toma de decisiones. En la misma línea pueden situarse las quejas que emitía la Presidenta

BRACAMONTE, Lucía. La cooperación salesiana a través de la correspondencia entre Enriqueta Alais de Vivot y José M. Vespignani. Argentina, 1900-1919. En: GONÇALVES ALVES y otros (coords.), op. cit.

¹⁹ ACS, Carta dirigida por Enriqueta Alais de Vivot a José M. Vespignani, Buenos Aires, 29 de mayo de 1911.

cuando la inasistencia de los sacerdotes a las reuniones les impedía sesionar, ya que de acuerdo con lo indicado en el *Programa*, no podían hacerlo sin la presencia del Inspector o de un clérigo delegado por éste.²⁰

Otro aspecto a destacar es que Alais se atrevió a emitir opiniones puntuales acerca del contenido de la reglamentación redactada por Vespignani para regular el accionar de la Comisión Central. Sus observaciones se referían a los principales cargos de autoridad dentro de la misma. Al respecto, manifestaba la necesidad de contar con dos Vicepresidentes y no con una como estipulaba el *Programa* que las regía: “[...] yo creo y hace mucho pienso que se debía nombrar una Vice 2ª pero su Rcia cuando preparo el reglamento dejo solo una Vice [...]”²¹ Al parecer, las frecuentes y a veces extensas ausencias de la Capital Federal de quienes ocupaban estas posiciones dificultaban el normal funcionamiento del agrupamiento. Poder sesionar y tomar decisiones con cierta frecuencia era, a los ojos de esta cooperadora, algo crucial para poder garantizar el cumplimiento de sus objetivos y compromisos. Es evidente que la experiencia acumulada por ella en el ejercicio de sus funciones la conducía a reflexionar sobre cuestiones ubicadas en la intersección entre las prácticas – personales y colectivas – y el diseño normativo.

Cambios en el campo de acción y la normativa de la Comisión Central en la década de 1920

Durante el decenio de 1920, los sacerdotes efectuaron un recorte normativo y práctico de las funciones de la Comisión Central – que contribuía a sostener los proyectos de los salesianos y de las

²⁰ Loc cit.

²¹ ACS, Carta dirigida por Enriqueta Alais de Vivot a José M. Vespignani, Buenos Aires, 29 de mayo de 1911; ACS, Carta dirigida por Enriqueta Alais de Vivot a José M. Vespignani, El Retiro, 29 de marzo de 1917; ACS, Carta dirigida por Enriqueta Alais de Vivot a José M. Vespignani, Buenos Aires, 25 de junio de 1917.

Hijas de María Auxiliadora en todo el país – debido a la existencia de otras inspectorías y de nuevas comisiones. En cuanto al primer aspecto, en 1911 se había creado la Inspectoría San Francisco Javier, lo cual, sin embargo, no redundó inmediatamente en una reorganización de la cooperación salesiana.²² Más adelante, en 1926, la Inspectoría San Francisco Solano o Norte, con sede en Córdoba, se desmembró de la Inspectoría San Francisco de Sales, como consecuencia de lo cual se circunscribió finalmente el radio geográfico sobre el cual actuaba la Comisión Central.

En cuanto a las cooperadoras, en un contexto de incremento de la participación de mujeres en el movimiento católico y de necesidad creciente de obtener recursos para sostener los distintos emprendimientos salesianos, durante toda la década de 1920 se fueron configurando grupos femeninos que se sumaron a la primera comisión capitalina, que contaba con 123 integrantes.²³ En efecto, se formalizaron agrupaciones de ese tenor en lugares como la Capital Federal, Bahía Blanca, Viedma, Eduardo Castex, Córdoba, Tucumán y Comodoro Rivadavia, que se regían por la normativa general de la Pía Unión. El *Programa* estipulaba que si bien su destinataria era la comisión radicada en Buenos Aires, sus prescripciones podían hacerse extensivas a las asociaciones del mismo carácter que se constituyeran en otras Casas bajo la autoridad de sus respectivos Directores. Sin embargo, pese a que en su articulado se preveía un alcance mayor, desconocemos si tuvo eco práctico en otros grupos además de los capitalinos.

Del Octavo Congreso Internacional de Cooperadores Salesianos, que se celebró en Turín en 1920, emanaron mayores precisiones acerca del accionar colectivo de las cooperadoras a nivel internacional que tuvieron eco en la comunidad salesiana argentina.²⁴

22 En 1911 se crearon dos Inspectorías o Provincias Salesianas, la de San Francisco de Sales, con jurisdicción en la parte norte y territorio de La Pampa y la de San Francisco Javier, con jurisdicción en la parte sur de la provincia de Buenos Aires y los territorios nacionales de Río Negro, Neuquén, Chubut, Santa Cruz y Tierra del Fuego.

23 En 1900, la Comisión tenía 45 integrantes. Incluimos a quienes conformaban la Comisión Auxiliar de Fiestas. ACS, *Actas del II Congreso Internacional de Cooperadores Salesianos*, Buenos Aires, 1900, pp. 24-26 y ACS, Comisión Central de Sras. Cooperadoras Salesianas, Invitación, 15 de junio de 1920.

24 AHSP, San Juan Bosco, op. cit., p. 38-46.

De acuerdo a lo manifestado por el Inspector Luis Pedemonte, en esa ocasión los Superiores decidieron que la Inspectoría San Francisco de Sales y la Inspectoría San Francisco Javier – que se encontraba bajo su supervisión –, tuvieran comisiones autónomas. En apariencia, esto dio lugar a la creación en ese mismo año de una subcomisión protectora de las misiones pampeanas y patagónicas que, pese a lo expresado y deseado por dicho sacerdote, en sus comienzos no fue independiente de la Comisión Central.²⁵ Este nuevo grupo, presidido por Isabel Casares de Nevares²⁶, también estaba radicado en la Capital Federal, debido a que la administración oficial de los Territorios Nacionales se realizaba desde esa ciudad y a que allí residía la mayor parte de los terratenientes y hacendados. Posteriormente, iniciando un proceso de paulatina autonomización, esa subcomisión se transformó en una comisión paralela a la Central.

Si bien los destinatarios de la asistencia de ambos grupos de cooperadoras se deslindaron desde un inicio, los mismos enfrentaron problemas de competencia debido a que actuaban en idéntico lugar geográfico y a que sus métodos de recaudación y redes de relaciones eran similares. Se generó un conflicto de tales proporciones entre las cooperadoras que el Inspector Valentín Bonetti y las Presidentas solicitaron la intervención de los Superiores de Turín para encontrar una solución.²⁷ Finalmente, en 1926, la segunda comisión cambió su nombre por el de Junta Cooperadora de Señoras Misiones Salesianas de la Patagonia, se independizó definitivamente de la Comisión Central y pasó a estar bajo la órbita directa del Inspector actuante en la Inspectoría San Francisco Javier.

El *Reglamento General de la Comisión Central de Señoras Cooperadoras Salesianas de Buenos Aires* confeccionado por Vespignani, que en ese entonces se desempeñaba como Visitador Extraordinario, reflejaba los cambios en el escenario de actuación de la Comisión Central producto de la aparición de esas comisiones y de

25 AHSP, Carta dirigida por Luis Pedemonte a Ernestina Bullrich de Mosquera, Patagones, 25 de septiembre de 1921. Luis Pedemonte fue Inspector de la Inspectoría San Francisco Javier entre 1911 y 1924. Lo sucedió el sacerdote Gaudencio Manachino.

26 Isabel Casares nació en París el 28 de octubre de 1884. Contrajo matrimonio con Jaime Francisco de Nevares, que se desempeñaba como abogado. Enviudó en 1920.

27 Valentín Bonetti se hizo cargo de la Inspectoría San Francisco de Sales entre 1922 y 1928.

la creación de las nuevas inspectorías²⁸. Pese a que, de hecho, su antigüedad, nombre y lugar de radicación otorgaban a ese núcleo una posición de preeminencia, este documento lo colocaba solamente como cabeza de las comisiones subsidiarias, auxiliares y locales creadas en el radio de acción de la Inspectoría San Francisco de Sales.

El *Reglamento* mantenía los objetivos, medios de acción, número mínimo de integrantes, principales autoridades y dirección sacerdotal presentes en el *Programa*. También eran similares las representaciones de género subyacentes. La siguiente cita de una obra de Monseñor Charles Gibier, incluida por Vespignani en el mismo, ilustra definiciones sexuales en torno a la femineidad análogas las que identificamos anteriormente:

A la mujer toca el ministerio del dolor; el ejercicio de la caridad es su campo de batalla. No espera más que una señal para marchar, una ocasión para sacrificarse. Señalándoles una tarea precisa, guiándolas discretamente se obtienen magníficos frutos de abnegación. Las señoras seriamente cristianas no faltan. La élite femenina existe más o menos por doquiera. Basta trazarles un reglamento y enrolarlas en una organización. La mujer le da al pobre algo de lo suyo y más aún le da algo de su corazón que vale mucho más. Pero [...] no lo olvidemos para que una asociación de caridad compuesta por señoras, funcione normalmente y eficazmente debe trazársele un reglamento suave, si se quiere bastante elástico, pero claro y preciso y suficientemente estricto como para reprimir ardores imprudentes e iniciativas que puedan comprometer. La caridad femenina puede llegar a hacer

28 El hecho de que en el *Reglamento* se mencionaran “otras inspectorías”, sumado a la referencia a la obra de Ramos Mejía cuyos planos se aprobaron en 1927 y a una mención en una memoria, entre otros indicios, inducen a fecharlo en 1926. ACS, José M. Vespignani, *Reglamento General de la Comisión Central de Señoras Cooperadoras Salesianas de Buenos Aires*; ACS, Memoria del itinerario, 7 de mayo de 1927.

prodigios a condición de que se deje conducir y acepte una organización.²⁹

En relación con esta visión de la condición femenina, seguía destacándose como algo fundamental que las cooperadoras conocieran e interiorizaran las normas escritas como guías de conducta y como marco para la toma de decisiones colectivas. El sacerdote era el productor y el único intérprete autorizado de los reglamentos que las cooperadoras debían acatar y cuya observancia tenían “derecho” a reclamar. Por su parte, la Presidenta debía hacerle conocer a cada nueva socia el Reglamento de Don Bosco y estaba obligada a hacer cumplir el documento dictado por Vespignani.

La estructura armada por el mencionado sacerdote para contextualizar la actividad de la Comisión, muestra que los salesianos continuaban fomentando la beneficencia como forma de sociabilidad e intervención de las mujeres de la elite en la arena pública. La misma seguía estando legitimada en cualidades enraizadas en la diferencia sexual – en especial la sensibilidad hacia los que sufrían y la capacidad de cuidado – que eran proyectadas en la misión asistencial entendida como un ejercicio social de la maternidad. En algunos puntos del *Reglamento* esto se reforzaba en comparación con el *Programa*, ya que se ponía énfasis en la importancia de la presencia efectiva de las integrantes de la Comisión en todos los emprendimientos, robusteciendo su carácter de esfera de sociabilidad presencial. Incluso, se indicaba que aquellas que se apartaran de las normas o del espíritu del documento, o dejaran de asistir sin aviso por tiempo notable a las reuniones, quedarían excluidas de hecho de la Comisión, mientras que en el *Programa* se aclaraba que la asistencia a todas las sesiones no era obligatoria. En suma, se les ofrecía la oportunidad de reunirse por un interés común, multiplicar las relaciones sociales fuera del ámbito doméstico y establecer nuevos vínculos relacionales con distintos actores del mundo político, religioso y económico.

29 ACS, José M. Vespignani, op. cit., p. 19.

Pese a las similitudes apuntadas, el *Reglamento* era un documento mucho más extenso que el *Programa*, pues constaba de tres partes referidas al origen y fin de la asociación, organización de la Comisión y relación de la misma con los institutos de la Obra, e incluía también unos Estatutos de nueve puntos subdivididos a su vez en varios artículos. Además de la creencia en la necesidad de guiar la acción femenina, la minuciosidad con la cual se normaba cada uno de los aspectos podría responder al afianzamiento de la Comisión Central y al crecimiento numérico de sus integrantes. Creada en 1900 como “Auxiliar”, se había ganado el derecho a eliminar de su nombre ese adjetivo al permanecer en el tiempo, triplicar sus miembros y dar muestras de su poder de convocatoria y eficacia. Después de dos décadas y media, sus labores se habían diversificado y se habían acrecentado los recursos monetarios y no monetarios que recaudaba, acompañando la extraordinaria expansión del proyecto salesiano que coadyuvaba a sostener. Todo esto podría explicar los cambios en el diseño normativo relacionados con cuestiones organizativas.

Entre las ampliaciones y especificaciones introducidas se encontraba el agregado de subcomisiones. Como señalamos anteriormente, la primera Comisión Central fue acompañada por una Comisión Auxiliar de Fiestas. El *Reglamento* sumaba una Comisión Honoraria, de carácter consultivo, constituida por Señoras Cooperadoras que, por su posición y estado, gozaban de prestigio social y habían adquirido especiales “benemerencias” con la Obra de Don Bosco pero que no participaban directamente en la acción social de las cooperadoras. De esta manera, se mantenía ligadas a la Comisión a aquellas “damas” que eran grandes benefactoras. Por su parte, la nueva Comisión Revisora de Cuentas tenía a su cargo el estudio de los presupuestos y la fiscalización de los balances y registros tanto de la Comisión Central como de las Auxiliares, evidenciando la envergadura que habían adquirido las cuestiones financieras. En conexión con esto, se enumeraron de la siguiente manera los procedimientos aconsejados para obtener fondos: organización de exposiciones, certámenes, concursos, obras teatrales, festivales, desfiles, rifas, bazares, colectas y becas; venta de productos de los talleres o las librerías salesianas y recepción de herencias, legados o donaciones.

Otra de las innovaciones introducidas fue la descripción minuciosa de diferentes categorías de socias, que respondía a las diferentes formas de contribución de quienes, cada vez en mayor número, adherían al trabajo de este grupo institucionalizado de cooperadoras. Se dividían en activas, que formaban parte de la Comisión como vocales, abonaban una cuota mensual no inferior a \$ 1 m/n, tenían voz y voto y eran elegibles para los cargos directivos; adherentes o contribuyentes, que no pudiendo aportar su trabajo en forma directa contribuían con una suma periódica, voluntaria, al sostenimiento de las obras; y honorarias, que habiendo contribuido con su labor “abnegada” y con “ofertas notables” a la obra, por razones especiales se veían privadas de prestar su concurso personal y habían merecido esta distinción de parte de los Rvmos. Superiores Mayores.³⁰

En cuanto a la constitución y autoridades de la Comisión, en el articulado del *Reglamento* se introdujo la explicación exhaustiva del mecanismo asambleario y electoral y se creó un Comité Ejecutivo o Consejo Directivo compuesto por el Inspector, la Presidenta, las tres Vicepresidentas, la Secretaria y la Tesorera. Cabe destacar que parte de este diseño de los cargos de autoridad coincidía con las sugerencias que Alais había realizado años antes, acerca de la conveniencia de contar con dos Vicepresidentas.

En relación con la anterior, puede afirmarse que el documento recogió también, al menos parcialmente, la experiencia que las cooperadoras, representadas por sus dirigentes, habían acumulado en el ejercicio de sus funciones. De hecho, así como había sucedido con Alais, las Presidentas de la década de 1920 – Ernestina Bullrich de Mosquera (1920-1922) y María Delia Malbrán de Vedoya

30 Se agregaban, además, las siguientes figuras: “Se consideran Beneméritas y Protectoras aquellas personas que por su autoridad, servicios profesionales o considerables auxilios morales o materiales han favorecido o favorecen a la Obra de Don Bosco y se han hecho acreedores al Diploma de Benemerencia. Celadoras colectoras son aquellas personas que con debida autorización del Revmo. Sr. Inspector y provistas del talonario de recibos, recogen limosnas, libres o periódicas de las cooperadoras o de otras personas caritativas. Suscriptoras son aquellas personas o cooperadoras, o no, que se han comprometido a dar periódicamente una suma determinada en favor de las obras y cuyos nombres están inscritos en el Álbum de Oro de la Comisión; y reciben el Boletín Salesiano y son invitados especiales a los actos públicos de la Obra.” Ibid., pp. 30 y 31.

(1922-1926)³¹ – tuvieron incidencia sobre la organización normativa que analizamos. Esta influencia se desplegó por dos vías paralelas: la de las prácticas, signada por tensiones provocadas por la creación de la Subcomisión del Sud y su proceso de autonomización; y la discursiva, plasmada en las cartas y los proyectos de reglamentación dirigidos a los Inspectores y a Vespignani.

Puede afirmarse que el *Reglamento* constituyó una respuesta a las demandas de las cooperadoras y una forma de solucionar los conflictos que las aquejaban. Las disposiciones de su articulado que, como las siguientes, conminaban a las integrantes de la Comisión a establecer relaciones armoniosas entre sí y con los núcleos análogos de otras Inspectorías, evocaban los problemas suscitados al producirse la escisión de la Subcomisión dedicada a proteger a las misiones de la Patagonia:

19. Con el favor de Dios y bajo el manto de María Auxiliadora, las beneméritas Cooperadoras conservarán las relaciones más cordiales entre sí y colectivamente con las comisiones similares.

20. La Comisión Central que tiene superintendencia sobre las Comisiones Auxiliares o Locales, se esforzará en mantener amistosas relaciones con las juntas o comisiones dependientes de otras Inspectorías o Instituciones, evitando desinteligencias, promoviendo actos de acercamiento, e invitando o aceptando gustosas las invitaciones remitidas por esas entidades.³²

Pese a que, como ya explicamos, finalmente los deseos de Pedemonte y las disposiciones de los Superiores se impusieron y condujeron a la separación de las dos comisiones, durante los años que duró el proceso las Presidentas Bullrich y Malbrán no se privaron

31 Ernestina Bullrich nació en Buenos Aires el 4 de junio de 1866. Se casó con Enrique G. Mosquera. Participó en la Liga Argentina de Damas Católicas y en las Conferencias Vicentinas. Falleció el 4 de septiembre de 1922. María Delia Malbrán nació en 1867 y contrajo matrimonio con Enrique Vedoya.

32 ACS, José M. Vespignani, op. cit., p. 28.

de emitir opiniones acerca de la inconveniencia de dicha decisión, en contraposición con lo expresado por el mencionado sacerdote y por Casares de Nevares, la Presidenta de la Subcomisión. De acuerdo a sus argumentos, independientemente de cuál fuese la solución al problema a la que se arribara, el componente reglamentario era algo central a considerar. En 1923, Malbrán le expresó a Vespignani que el conflicto organizativo no se había solucionado por falta de un reglamento que indicara las normas a seguir.³³ Ella y sus colaboradoras le realizaron el mismo reclamo a Bonetti, tanto en persona como por carta, como lo evidencian las siguientes palabras contenidas en una epístola de la Presidenta:

Conversando con la señora María Josefa [...] de Padilla hemos constatado una vez más la imperiosa necesidad de organizar un reglamento para la Comisión de Señoras Cooperadoras Salesianas, como lo insinuamos a V. R. en nuestra primera entrevista, después de haberse elegido la nueva Comisión. La creación de un reglamento con artículos precisos y terminantes sería beneficioso en todo sentido y constituiría para la Comisión una guía de valor inapreciable.³⁴

Incluso, en ese mismo año Malbrán redactó un proyecto de reglamentación previendo dos escenarios posibles: la unión o la separación de las dos comisiones. En este manuscrito detallaba el estado de situación y presentaba los “Puntos sobre los cuales convendrá llegar a un acuerdo si las comisiones se separan” y los “Puntos sobre los cuales convendrá llegar a un acuerdo si las Comisiones Central y del Sud marchan unidas”³⁵. Sus disquisiciones versaban sobre los principales tópicos en disputa: las denominaciones de las comisiones, las modalidades de realización de las colectas y los

33 ACS, Carta dirigida por María Delia Malbrán de Vedoya a José M. Vespignani, Buenos Aires, 6 de octubre de 1923.

34 ACS, Carta dirigida por María Delia Malbrán de Vedoya a Valentín Bonetti, Buenos Aires, 30 de mayo de 1923.

35 ACS, Escrito de María Delia Malbrán de Vedoya, septiembre de 1923.

criterios para la distribución de los fondos. Estas cuestiones encerraban un problema de ejercicio del poder intra género ya que, en definitiva, lo que debía dirimirse era si el grupo que atendía las necesidades de la Obra en el sur del país era dependiente de la Comisión Central y, en consecuencia, debía rendirle cuentas, o si podía actuar de manera autónoma.

Estos manuscritos confeccionados por Malbrán dan cuenta de sus cuotas de poder e iniciativa, así como de la seguridad de que sus sugerencias serían tomadas en consideración por los sacerdotes, a los cuales ya había presentado opiniones y recomendaciones detalladas sobre otros asuntos, como los mecanismos electorales³⁶. Su actitud marca, además, una línea de continuidad con etapas precedentes en cuanto al tipo de relaciones establecidas entre la máxima autoridad efectiva de la Comisión y sus superiores. Si bien no debe sobredimensionarse el poder de las cooperadoras, tampoco puede desconocerse que las autoridades de la Comisión Central se resistieron al desmembramiento de la misma, apelaron a los sacerdotes para que actuaran como árbitros, contribuyeron a la dilación durante seis años la solución al conflicto e influyeron, al menos parcialmente, sobre la organización normativa que dio marco a su propio accionar colectivo. El dictado del *Reglamento*, más allá de los cambios y conflictos puntuales que pudieron darle origen, tuvo el valor de haber constituido definitivamente a esta figura colectiva pionera en la organización de las cooperadoras argentinas.

Consideraciones finales

Los salesianos compartían el concepto de diferencia sexual extendido en la cosmovisión de la época, que atribuía a las mujeres características específicas enraizadas en la naturaleza y conllevaba una división de las esferas públicas y privadas en función del sexo. Si

36 ACS, Carta dirigida por María Delia Malbrán de Vedoya a Valentín Bonetti, Buenos Aires, 7 de noviembre de 1922.

bien las disposiciones estudiadas no tuvieron en sí mismas la intención de subvertir las relaciones de género, pues promovieron las tareas benéficas de las mujeres enfatizando sus aristas sociales sin intenciones emancipatorias al estilo, por ejemplo, de los feminismos liberal y de izquierda, es innegable que avalaron mutaciones relevantes en la condición femenina. De acuerdo con las cláusulas de las normativas escritas analizadas, las comisiones eran dirigidas y controladas por los sacerdotes y mantenían el propósito tradicional de ocuparse de los necesitados – en especial de los niños y niñas – propio de los antiguos grupos conservadores y piadosos. Sin embargo, las prácticas de sociabilidad diseñadas en las normativas implicaban una inserción en la esfera pública y un ejercicio ciudadano pese a las restricciones formales en las prerrogativas políticas y las capacidades civiles de las mujeres.

Otras agrupaciones benéficas de la época, católicas y no católicas, contaban con reglamentos que posibilitaban algunas prácticas similares, lo cual induce a explicar también la razón de ser y las características de estas regulaciones en otros dos aspectos además de los ya señalados. El primero es el hecho de que abrevaban en construcciones de género basadas en el concepto de diferencia sexual natural que estaban extendidas en la época más allá del universo católico y que asignaban a las mujeres determinados roles y esferas de actuación legítimos. En segundo término, esas similitudes nos hablan también de la necesidad de distinguir analíticamente, aunque no desagregar, ciertas formas de sociabilidad del contenido ideológico que se deseaba transmitir a través de ellas para comprenderlas en el marco más general de una sociabilidad propia de la elite. En parte, esas experiencias eran singulares por su carácter católico y salesiano, pero también mostraban la extensión de ciertas definiciones de la femineidad extendidas en la época y de formas de sociabilidad propias de los estratos altos de la sociedad de Buenos Aires.

Fue Vespignani quien, con aprobación de otros sacerdotes, diseñó el *Programa* y el *Reglamento*, fijando las modalidades de constitución y funcionamiento de la Comisión Central y poniendo en evidencia que el proyecto salesiano se desplegaba a nivel internacional con un mismo espíritu pero que eso no impedía una adaptación a las particularidades locales. Sin embargo, las cooperadoras, representadas por las Presidentas del agrupamiento que

eran interlocutoras privilegiadas de los Inspectores, también tuvieron la posibilidad de expresar sus ideas y preocupaciones en relación al diseño normativo, adoptando un papel activo en la configuración de su propio campo de acción. Esta faceta aparece al dejar de lado el análisis del contenido de estos dos documentos para contrastarlos con otro tipo de fuentes. La letra de la norma, si bien contiene elementos contextuales, no da cuenta necesariamente del papel que juegan las relaciones de género. Por su parte, las epístolas analizadas permiten observar procesos de carácter interno que se desenvolvían al mismo tiempo que se desplegaba una unidad de acción en el espacio público y una labor propagandística que ensalzaba sin fisuras la imagen y la tarea de las integrantes de la Comisión.

Las cartas escritas por las Presidentas revelan que la necesidad de contar con un reglamento no constituía solamente una preocupación o una imposición de los sacerdotes salesianos en consonancia con el pensamiento católico acerca de la naturaleza femenina, sino que también fue sentida, expresada y promovida por las mismas cooperadoras. En síntesis, las propias involucradas tuvieron la posibilidad de influir en la generación, evolución y puesta en práctica de las normas, mostrando su capacidad para hacerse oír y la receptividad de los sacerdotes implicados – en especial de Vespignani – para adaptar las reglas trazadas a circunstancias cambiantes.

Las normas escritas analizadas reconocen su origen en dispositivos normalizadores de tipo religioso pero no aparecen como construcciones impuestas sino como productos de procesos de interacción en los cuales los roles y las relaciones de género – entre sacerdotes y Presidentas, y entre las propias cooperadoras – tuvieron un rol fundamental. En el tránsito por este espacio de sociabilidad relacionado con actividades asistenciales, a partir de la interacción con otros/as, las Presidentas establecieron nexos que definieron las estrategias futuras de las cooperadoras asociadas, debido a que les brindaron e instrumentos como los de tipo normativo que acataban pero que también ponían en cuestión. En su puesta en práctica, la reglamentación, además de ser una estructura condicionante y de control, era también una herramienta a la cual estas benefactoras podían apelar para defender sus derechos y de la cual podían hacer uso para desenvolverse en las diferentes situaciones. Sin embargo, el

análisis realizado alerta sobre la necesidad de no reducir de manera simplista la mirada a los procesos de imposición-transgresión, adoptando un enfoque más complejo que permita atisbar también los consensos. En este sentido, se observa que existía un acuerdo básico entre las personas involucradas acerca de la forma en que se concebía el rol benéfico de las mujeres, así como sobre la importancia del componente reglamentario para ordenar la sociabilidad.

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

INTERVENCIÓN FEMENINA EN EL MUNDO
RURAL FRANQUISTA (ESPAÑA, 1939-1975).
LAS CÁTEDRAS AMBULANTES DE LA
SECCIÓN FEMENINA DE LA FALANGE
ESPAÑOLA Y SU LABOR DE DIVULGACIÓN
SANITARIA Y SOCIAL

*Femele Intervention in the Francoist's rural world
(Spain 1939-1975). The ambulant chairs of the
Women Section of the Spanish Falange and its work
of sanitary and social disclosure*

Amalia Morales Villena*
Soledad Vieitez Cerdeño**

RESUMEN

Las Cátedras Ambulantes fue un servicio creado por la Sección Femenina en 1946 destinado a realizar una labor de divulgación sanitaria y social cubriendo en el ámbito rural “un espacio [...] no solo culturalmente sino en el aspecto ideológico”¹. Integraban los equipos un grupo de mujeres formadas como instructoras rurales,

* Dra. Amalia Morales Villena es profesora titular del departamento de Trabajo Social y Servicios Sociales de la Universidad de Granada. Miembro del Instituto Universitario de Investigación de Estudios de las Mujeres y de Género. Sus líneas de investigación y docencia son: Historia del Trabajo Social, profesiones feminizadas, Problemas sociales y Género.

** Dra. Soledad Vieitez Cerdeño es profesora titular del departamento de Antropología Social de la Universidad de Granada. Miembro del Instituto Universitario de Investigación de Estudios de las Mujeres y de Género. Sus líneas de investigación y docencia son: Antropología Económica y del Desarrollo, Estudios africanistas, entre otros.

¹ SANCHEZ LLAMAS, Francisco Javier. *Las Cátedras Ambulantes de la Sección Femenina de F.E.T. y de las JONS en Málaga (1955-1977)*. Universidad de Málaga [Tesis doctoral], 1997. p. 421

de educación física, de hogar, de juventudes y divulgación sanitario-social. Llegaban a lugares recónditos del país como agentes de la política de justicia social falangista con su particular discurso higienista combinado con los ideales de *religión, patria y cultura*. Las Cátedras ponían en contacto a estas agentes sociales con la población —a su juicio— pobre, ignorante y necesitada de ser instruida en cuestiones básicas del cuidado de los hijos y el hogar. Las profesionales eran formadas y seleccionadas para tal fin y se les exigía convencimiento con la labor que hacían pues eran las mensajeras salvadoras del nuevo Régimen y correa de transmisión entre la población y el Estado. Estas escuelas de formación intensiva montadas sobre ruedas pretendían fomentar alternativas de desarrollo para evitar el éxodo rural, recuperar la cultura y tradiciones locales y la promoción social y económica, funciones que conectan con el Trabajo Social.

Palabras clave: Sección Femenina; políticas feminizadoras; Franquismo; Cátedras Ambulantes; Trabajo Social

ABSTRACT

The Ambulant Chairs (Cátedras) were a service founded by Female Section of Falange in 1946. This service was intended to carry out health and social outreach work covering rural areas “not only culturally but also in the ideological aspect”. The teams were composed of women trained as rural instructors, physical education, home, youth and health and social disclosure. They were the agents of Falangist social justice politics in rural areas. They combined their hygienist discourse with the ideals of religion, country and culture. The Ambulant Chairs put the social agents in contact with the population —in their opinion— poor, ignorant and needed to be instructed in basic issues of childcare and home. The professionals were trained and selected to fulfill this function. They had to stay convinced with their work because they were the saving messengers of the new Regime and a transmission belt between the population and the State. These schools on wheels intended to promote alternative development to avoid the rural exodus, to recover local culture and traditions, socially and economically promote the peoples, functions that connect with Social Work.

Keywords: Women Section, feminize politics, Francoism, Ambulant Chairs, Social Work

Así para las mujeres, el Estado ha sido a la vez opresivo (en su ideología machista) y liberador (en las oportunidades que ofrece para mitigar el control individual de los hombres).

Mary Evans³

Historia de la organización falangista Sección Femenina

La Sección Femenina de Falange Española de las JONS fue, como su propio nombre indica, una sección de mujeres dentro de la organización política creada por José Antonio Primo de Rivera, que logró insertarse en el régimen de Franco desde el inicio de la guerra civil española. La Sección Femenina se inició en la actividad política en 1934 y logró mantenerse, muerto el Caudillo, hasta el 1 de abril de 1977. En sus cuarenta y tres años de existencia tuvo como única delegada nacional a Pilar Primo de Rivera, hermana de José Antonio, ambos hijos del general Miguel Primo de Rivera, artífice y presidente de la dictadura militar entre 1923 y 1930. Pilar Primo de Rivera asumió y aplicó la visión falangista de su hermano a un proyecto propio.

De la nada y en poco tiempo creó una organización dentro de la Falange con el fin de contribuir a configurar un nuevo modelo de Estado para el cual las mujeres debían retornar a las funciones tradicionales tanto en el hogar como en la sociedad pues, a su entender, las libertades ganadas *para y por* las mujeres durante la II República amenazaban los valores religiosos, morales y políticos que tanto preocupan a los regímenes totalitarios y fascistas. Para Rosario Sánchez⁴ la sublevación “militar fue una solución ante el desafío que

3 EVANS, Mary. *Introducción al pensamiento feminista contemporáneo*. Madrid: Minerva Ediciones, 1998. p. 46.

4 SÁNCHEZ LÓPEZ, Rosario (1990) *Mujer española, una sombra de destino en lo universal: trayectoria histórica de la Sección Femenina de Falange (1934-1977)*. Murcia: Secretariado de Publicaciones Universidad de Murcia, 1990. p.27

suponían las transformaciones en las relaciones de género” una forma, contundente y violenta, de acabar con un nuevo modelo de mujer republicana y moderna de la que claramente la Sección Femenina se diferenció en todo momento a pesar de la gran decisión y dominio con que la institución femenina falangista acometió algunos asuntos que le permitieron manejar con habilidad la aparente “contradicción” entre el discurso de sumisión y las prácticas resueltas y decididas, cargadas de estrategias y resistencias.

En el proyecto político inicial, ni la Falange ni José Antonio Primo de Rivera contaban con incorporar a las mujeres al partido pues la mujer no les interesó como persona sino por su cometido dentro de la familia, como reproductora de la especie y como transmisora de valores sociales. Como dice Maite Gallego⁵ “el fascismo es el más patriarcal de todos los sistemas capitalistas [...] que comparten el autoritarismo y la sumisión exacerbada de las mujeres [...] aunque [sean a la vez] un instrumento de suma utilidad” para los intereses del propio sistema. Esta negativa se mantuvo solo unos meses, pues “en aquellas circunstancias en que los hombres se mataban entre sí en las calles, y en que el nuevo movimiento fluctuaba a un lado y otro de la legalidad, la ayuda entusiasta de las mujeres no podía por menos ser tenida en cuenta y hasta bien recibida”⁶ pues ellas pasaban desapercibidas en espacios donde los hombres eran más controlados y porque la participación de las mujeres no era entendida como política sino para desempeñar tareas propiamente femeninas.

Para poder cumplir esa misión, especialmente durante la Guerra Civil, Pilar Primo de Rivera organizó una estructura, independiente pero similar a la sección masculina, que fue creciendo entre 1934 y 1939. Establecieron delegaciones en la casi totalidad de provincias españolas, al frente de las cuales unas afiliadas de elite o *mandos* se encargaban de extender la red y captar para la causa a nuevas afiliadas y colaboradoras.

El papel de la Sección Femenina durante la contienda consistió inicialmente en trabajos voluntarios de apoyo al frente de

5 GALLEGO MENDEZ, M^a Teresa. *Mujer, Falange y Franquismo*. Madrid: Taurus, 1983. p. 13

6 Idem, p. 26.

batalla pero a medida que avanzaban los meses fueron asumiendo y controlando nuevos servicios como el de Frentes y Hospitales, Auxilio de Invierno, Auxilio Social, en ese momento coordinados por mujeres de otros sectores de la Falange y las JONS, quienes a pesar de sus resistencias vieron como Pilar Primo de Rivera se entrometía y les usurpaba su proyecto y su ámbito de gestión.

En 1937 Franco, consciente de que todas las fuerzas eran necesarias si quería ganar la guerra que había iniciado, superó su resistencia inicial y aceptó integrar a la Falange en el bloque de las derechas, en lo que denominaría Movimiento Nacional. La propia Falange se mostró reticente a esta unificación en una primera etapa, sobre todo las mayores resistencia vinieron del sector *jonseantoniano* o legitimista -Pilar entre ellos- al considerar que se daba así relevo al *Ausente*⁷. Pero el objetivo común de ganar la guerra que habían emprendido, les hizo aceptar la Unificación.

El Movimiento Nacional se convirtió en el partido oficial y único del Estado que según Cárdenas, de no ser por la Unificación, la Falange “se hubiera disuelto como azucarillo en un vaso de agua”⁸. A raíz del Decreto de Unificación⁹, el 30 de abril de 1937, Pilar Primo de Rivera fue nombrada Delegada Nacional de la Sección Femenina, cargo que aceptó convencida de que “bastaba con esperar y las cosas volverían a su cauce”¹⁰.

El estilo de la Falange y sus masas juveniles eran componentes necesarios para la instauración del franquismo, sobre todo para tener el apoyo de la población siendo sus mujeres uno de los mayores soportes y Franco se sirvió de ellas. Así, la Sección

7 José Antonio Primo de Rivera fue ejecutado en la cárcel de Alicante el 20 de octubre de 1937 pero no se reconoció su muerte hasta el final de la contienda, por ello era nombrado como el *Ausente*.

8 Citado por Gallego Méndez, op. cit., p. 50.

9 Decreto de Unificación, Artículo 1º. Falange Española y Requetés, con sus actuales servicios y elementos, se integran, bajo Mi Jefatura, en una sola entidad política de carácter nacional, que de momento se denominará Falange Española Tradicionalista y de las J.O.N.S. Esta organización, intermedia entre la sociedad y el Estado, tiene la misión principal de comunicar al Estado el aliento del pueblo y de llevar a éste el pensamiento de aquél a través de las virtudes político-morales, de servicio, jerarquía y hermandad (...). Quedan disueltas las demás organizaciones y partidos políticos. Dado en Salamanca a diecinueve de abril de mil novecientos treinta y siete.- FRANCISCO FRANCO, Boletín Oficial del Estado (Burgos), 20 de Abril de 1937.

10 Palabras de Carmen Werner, regidora central de organizaciones juveniles, en Suárez (1993: 65)

Femenina fue el sector de la organización falangista que recibió más pronto el encargo de participación activa en la guerra, lo que le ofrecía la oportunidad de fortalecer su posición en los centros de poder e impregnar su gestión del proyecto nacionalsindicalista de José Antonio mediante la imposición de sus doctrinas políticas y sociales, compatible con la ampliada labor asistencial que en definitiva, retomaba la labor femenina de cuidado.

El proceso seguido por la Sección Femenina durante los años de guerra culminó en la concentración de las competencias repartidas entre -y a costa- de los tres sectores femeninos integradas en el Movimiento Nacional. Pilar Primo de Rivera mantuvo con firmeza su propósito de conquistar la parcela de poder que creía *propia de las mujeres* ejerciendo un férreo control tanto de la organización que le había sido asignada como de aquellas otras secciones de mujeres creadas durante la Guerra Civil y que ella entendía debía estar bajo el mando único de la organización que presidía. Las estrategias de resistencia de las mujeres ante estas formas de control y dominación tienen que ver, entre otras, con la defensa de los espacios que consideraban propiamente femeninos. La conquista de esas parcelas competenciales significó la puesta en práctica de todo tipo de estrategias de negociación, delante y detrás, hasta lograr que en diciembre de 1939 le fuesen entregadas en exclusividad “la educación de la mujer española”.

Pilar Primo de Rivera no practicó o fomentó la disputa pública, pero su constancia y la hábil gestión de sus influencias dieron resultados y le reportaron grandes beneficios, el más importante lograr que Franco la ratificara en su cargo de Jefe Nacional de la Sección Femenina del Movimiento y le encargara la gestión exclusiva de la mujer española en todos sus aspectos. No dio cabida en su organización a aquellas que pudieran generarle nuevos conflictos; se trataba de controlar la organización y eliminar toda competencia y resistencia, por lo que situó a mujeres de confianza, reputadas *camisas viejas*, en los puestos clave. Pilar Primo de Rivera consideraba que en el nuevo Estado solo habría sitio para una mujer,

aquella que como señalara Cenarro¹¹ “a cambio de poner rostro femenino al fascismo español” asumiría el protagonismo en la gestión de la formación política y social de todas las españolas.

El celo con que Pilar Primo de Rivera gestionó desde el principio esas competencias le permitió situarse dentro del aparato del Estado franquista y permanecer en él durante cuarenta años ampliando servicios con casi idéntico presupuesto. Redefinieron para sí mismas y para los demás conceptos como Patria, Estado, Individuo, Libertad, Economía, Educación, Religión y Revolución Nacional que tanto y tanto utilizarían en sus discursos y escritos.

Para alcanzar su objetivo, comenzaron a formarse y a formar a las mujeres que asumirían las delegaciones provinciales; uniformadas con camisetas azules “se inculcaba en las jóvenes la idea de que se las llamaba a “servir” y no a mandar”¹² aunque el tiempo y la práctica demostraría que no se lo tomaron al pie de la letra.

La Sección Femenina acometió una reorganización interna inmediatamente después de la aprobación del decreto del nuevo estado, cuya estructura giraría en torno a la formación de la mujer española en el espíritu cristiano y nacionalsindicalista para capacitarlas en el cumplimiento de su “misión” en el hogar. En lo que respecta a la estructura interna de la Sección Femenina la reordenación subrayó la verticalidad de la jerarquía y el sometimiento de todos los niveles de la organización femenina a la orden superior del mando único, es decir, a los varones del Movimiento Nacional y del Régimen. Esa estructura, además de la delegación y secretaría general, contempla la recién creada sección de personal central, así como las regidurías de Enfermeras, Intendencia, Cultura, Exterior, Educación física, Prensa y Propaganda, Hermandad de la Ciudad y del Campo y Organización Juvenil y los nuevos servicios de Educación, Asistencia a los caballeros mutilados de guerra y familiares de los caídos por España, y Administración e intervención.

11 CENARRO LAGUNAS, Ángela. *La sonrisa de falange*. Auxilio Social en la guerra civil y en la posguerra. Barcelona: Crítica, 2005. p. 74

12 SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Crónica de la Sección Femenina y su tiempo*. Madrid: Asociación Nueva Andadura, 1993. p 36

La Sección Femenina y su vínculo con el estado franquista. La conquista de un espacio propiamente femenino al servicio de los hombres, pero sin hombres

Las similitudes, al menos estéticas, entre las secciones femeninas de los partidos fascistas europeos, alemán, italiano, español y portugués han sido señaladas en los trabajos de M^a Teresa Gallego (1981), Rosario Sánchez (1990), Rosa M^a Ballesteros (2001) y María Antonia Macciocchi (1978) coincidiendo en señalar que todas las secciones femeninas fascistas ocuparon papeles secundarios y complementarios dentro de los respectivos partidos. Inmaculada Blasco señala por su parte que la Sección Femenina contenía a su vez lo “rancio” aportado por el catolicismo y lo “moderno” de los fascismos. En esa dualidad se movieron y mostraron ante la sociedad.

Identificadas plenamente con el falangismo, como “modo de ser” más que de pensar, la Sección Femenina que tomaban su inspiración en las figuras resucitadas de Isabel la Católica y Santa Teresa manifestó su “voluntad de servicio” a una España entendida como “unidad de destino en lo universal”. Se trataba de una labor relegada teóricamente a un segundo plano en el que los hombres ni entraban ni se sentían amenazados por lo que las dejaron hacer, más aun el Caudillo, a quien tantas alabanzas dispensaron. Franco era consciente, en la misma medida que lo fueron Hitler y Mussolini, de las enormes ventajas que reportaba el apoyo de las mujeres y el control ideológico que éstas ejercían sobre otras mujeres quienes a su vez tenían en sus manos la formación de las futuras generaciones.

La Sección Femenina, mucho más que la Falange, sin duda alguna, contribuyeron con eficacia al logro de los objetivos del dictador haciendo de bisagra entre el partido y el Estado. A cambio gestionarían un ámbito cada vez mayor de servicios consiguiendo el acceso y control de un espacio relevante de poder así como la consecución de sus objetivos políticos y femeninos.

La experiencia adquirida durante la guerra en cuanto al uso de los medios de comunicación reportó a la Sección Femenina grandes beneficios dentro del Régimen y les permitió proyectarse a la

sociedad y a sus mujeres. La amplia filmografía del NO-DO da sobradas muestras de la amplia cobertura dada a sus actividades ya fueran congresos nacionales, homenajes, cursos, exhibiciones deportivas, festivales, etcétera. Tranche y Sánchez-Biosca¹³ en su trabajo sobre el *Noticiario Español* distinguen diferentes tipos de noticias en especial relacionadas con cursillos sobre puericultura, economía doméstica, costura en escuelas de hogar, escuelas de verano, granjas-escuela... Otros reflejan los encuentros deportivos y folklóricos que contribuían a “que las mujeres españolas se desarrollen fuertes, pero sin merma de su feminidad”. Ocupaban un destacado espacio los Coros y Danzas en sus viajes por el mundo haciendo de mensajeras del régimen a través de la difusión cultural.

Para la Sección Femenina la mujer adquiere su razón de ser en la familia como reproductora de la especie y del sistema, por eso será tan importante para el Estado franquista, ya que entre sus sumisiones está hacer extensiva esta idea a los demás. Para alcanzar el objetivo se construyó un discurso más religioso que político sirviéndose de personajes como el religioso Vicente Jiménez¹⁴ quien con su obra de 1938 *Engrandecimiento de la Patria por las madres españolas* dirigía a las mujeres el mensaje de “La juventud masculina, robusta y sana, de la España nueva [...] te pide y exige por la sangre sagrada de miles de sus mejores hijos, doncellitas juiciosas y laboriosas, chapadas a la antigua, que sepan cocinar, coser y rezar”.

En aquellos momentos en que las mujeres compartirán elementos de clase y género, la variable estado civil hará que casadas, solteras y viudas tengan un tratamiento diferenciado en el nuevo estado. En el discurso religioso se configurará un subgrupo dentro de la categoría de soltera denominado “la soltería por virtud”, situación de algunas mujeres destinadas a cumplir la misión de ángel, no ya del hogar, sino de la sociedad, dedicada al apostolado, a obras patrióticas, sociales y benéficas. La soltera por egoísmo será duramente criticada,

13 Para más información consultar el trabajo de TRACHE, Rafael R. y SÁNCHEZ-BIOSCA, Vicente. *NO-DO El tiempo y la memoria*. Madrid: Cátedra-Filmoteca Española, Serie mayor, 2001.

14 JIMÉNEZ, Vicente. *Engrandecimiento de la Patria por las madres españolas*: Algunas normas prácticas para la educación moral de los hijos. Cádiz: Imprenta Salvador Repeto, 1938.

“porque teniendo medios de vida, es más cómoda la soltería [...] es una desequilibrada, exaltada, extravagante y no requiere ninguna atención porque no se lo merece”¹⁵

Las mujeres de Sección Femenina, la mayoría solteras, se libraron de esta calificación contradiciendo así el estereotipo de la mujer no casada como objeto de rechazo y lástima; ellas sabían que no serían consideradas “ángeles del hogar” pero trabajaron para ser “ángeles de la sociedad”. Pilar Primo de Rivera a pesar de su soltería consiguió un estatus digno para ella y para quienes pertenecían a su organización pues consideraba que “las solteras son libres” al trabajar para el engrandecimiento de la Patria. Nos preguntamos, llegado este punto, qué papel jugaron las mujeres de Sección Femenina en esta alianza aunque no ha lugar a dudas que captaron e integraron el mensaje y trabajaron por alcanzar los objetivos morales y políticos del Régimen.

El peso ideológico del catolicismo fue sin duda en las afiliadas a la Sección Femenina más determinante que la doctrina política de la Falange pues en su mayoría pasaron de puntillas por una ideología que apenas comprendían pero que llevaron a través del deporte, del trabajo de las Cátedras Ambulantes, de los Coros y Danzas y de las Universidades, al grado de “libertad” más alto que hasta entonces hubiera conseguido ningún otro colectivo, pero lo hicieron para ellas, no para el resto de la ciudadanía femenina española. La Sección femenina sabía que no podía actuar al margen del catolicismo ni a espaldas de la Iglesia y, aunque hicieron sus particulares ajustes, no hubieran renunciado ni por convicción ni por estrategia a situarse enfrente.

Como hemos señalado, la ayuda voluntaria prestada durante la guerra por un creciente número de mujeres exigió el desarrollo de una estructura organizativa concretada en la creación de una red territorial de mandos. Se crearon dos jerarquías gemelas que se mantendrían sin grandes cambios hasta el final de su existencia, una estructura política y otra de servicios que reproducía el sistema de la rama masculina.

15 GALLEGU MENDEZ, M^a Teresa. *Mujer, Falange y Franquismo*. Madrid: Taurus, 1983. p. 141

Cuadro 1.- Jerarquías gemelas de Sección Femenina.

Regiduría de Asesoría Jurídica--JEFE NACIONAL--Equipo de Asesoría Religiosa				
Nivel	Jerarquía política	Jerarquía de servicio		
Nacional	Delegada Nacional	<i>Especialistas nacionales en:</i>		
		Administración	Cultura	Servicio Social
		Formación	Educación Física	Prensa y Propaganda
		Personal	Asistencia Sanitario-Social	Servicio Exterior
		Juventudes	Ciudad y el Campo	Sindicato Universitario
Provincial	Delegada Provincial	<i>Especialistas provinciales en:</i>		
		Administración	Cultura	Servicio Social
		Formación	Educación Física	Prensa y Propaganda
		Personal	Asistencia Sanitario-Social	Sindicato Universitario (donde existiera Universidad)
		Juventudes	Ciudad y el Campo	
Local	Delegada Local	<i>Especialistas locales en:</i>		<i>Instructoras para escuelas de:</i>
		Juventudes		Enseñanza de Hogar
				Formación Política
		Divulgadoras sanitario-sociales		Educación Física
		Cultura		Música
				Instructoras rurales

Fuente: Elaboración propia a partir de diferentes fuentes. Predominan los datos de la estructura en 1952

La consolidación en solitario de la Sección Femenina dentro de la estructura del Estado les llevó a acometer en 1940 la segunda de las reorganizaciones experimentadas a lo largo de su historia, como adecuación a los “tiempos de paz”. Entre las actividades a las que se dedicaron en esos momentos destacan la formación de delegadas provinciales, jefes de departamento provincial de personal, maestras

afiliadas, jefes de escuela de hogar, regidoras provinciales de sanidad, jefes de centros sericícolas, jefes de granjas rurales, instructoras generales de educación física y mandos de campamentos de Organización Juvenil¹⁶.

En 1949 la Sección Femenina manifestaba que eran horas adversas y por ello muchas de las que se acercaran por interés y no por ideal salían de la organización lo que llevó a intensificar la labor de captación y formación de nuevas mujeres como mandos intermedios y mandos menores. A nivel de especialidades ocurrió algo similar por la necesidad de personal para las Regidurías tales como instructoras generales, divulgadoras rurales sanitario-sociales, ya que cada Regiduría¹⁷ asumía un campo competencial propio de los ámbitos que centraban su actividad en ese momento.

Los objetivos de estas materias se relacionan con la capacitación de la mujer en el cumplimiento de su rol de género tradicional: higiene, economía, cuidado de los niños, costura..., es decir, hacer tan útil y provechosa a la mujer en el hogar que la desanimara de buscar trabajo fuera de la casa. Se pretendía que la mujer contribuyera a la reconstrucción del país desde el espacio que el fascismo, el más patriarcal de todos los sistemas, asigna a las mujeres. Un lugar privilegiado desde el que, de la mano del Estado, pudieran ayudar a paliar la deficitaria situación económica y sanitaria en la que se encontraba el país. Como dice Gallego Méndez¹⁸ “capacitarla para infundir valor al marido, disciplina a los hijos, para los rezos, e incluso para practicar gimnasia sueca en el camino de la cocina al dormitorio” es decir, convertirla en el “ángel del hogar” y en la “perfecta casada”.

16 Según Gallego Méndez (Opus cit., p. 78) salieron formadas y con título de esos cursos 426 de un total de 527 mujeres.

17 Las Regidurías en funcionamiento desde 1937 a 1950 serían las siguientes: Enfermeras, Intendencia, Cultura, Exterior, Educación física, Prensa y Propaganda, Hermandad de la Ciudad y del Campo, Organización Juvenil, los servicios de Formación y Educación, Asistencia a los caballeros mutilados de guerra y familiares de los caídos por España, y Administración e intervención

18 Gallego Méndez, (ibidem)

Cuadro 2.- Plan de Formación, Sección Femenina

Destinataria	Medio	Formación común
Niña	Frente de Juventudes	Religiosa Política Hogar Física
Estudiante	S.E.U	
Mujer	Servicio Social	
Madre	Servicio de Divulgación	
Campesina	Hermanidad de la Ciudad-Campo	
Obrera	C.N.S.	
Maestra	S.E.M de SF	

Fuente: Elaboración propia a partir de diversas fuentes

La Divulgación Sanitario-Social

Entre los diversos servicios creados por la Sección Femenina nos centramos en dos de ellos. El primero, la regiduría de Divulgación Sanitario-Social creada en 1940 con la misión de “vencer la mortalidad infantil”¹⁹ y asumiendo en paralelo la labor de adoctrinamiento ideológico y la socialización de niñas y mujeres cumpliendo así con el mandato de Franco de “salvar la vida de los hijos por la educación de las madres”.

El cuerpo de Divulgadoras Sanitario-Rurales fue creado por ley del 12 de julio de 1941 aunque, como hemos dicho, desde 1940 la Sección Femenina inició la formación de mujeres en diferentes especialidades y niveles con el fin de crear expertas suficientes, afiliadas todas ellas y residentes en el medio rural, aspecto que les permitía un fácil el acceso a los hogares, tras ganarse la confianza de sus vecinas. Estas “agentes de la política de justicia social falangista” combinaban el discurso higienista con los ideales de religión, patria y cultura para hacerlo llegar a la población – a su juicio- pobre,

¹⁹ LÓPEZ PADIAL, Juana de Dios. *Historia de la Sección Femenina del Movimiento, Granada*. (Archivo privado, sin publicar), (sf). p. 35

ignorante y necesitada de las enseñanzas más básicas para el cuidado de los hijos y el hogar.

La retórica de la limpieza caló hondo en la Sección Femenina al querer hacer de los hogares españoles un espacio pequeño burgués, confortable, limpio desde el que ejercer el control moral de los que lo habitaban. Pero esta limpieza era más que una metáfora pues las divulgadoras sanitario-sociales limpiaban los barrios, las casas, despiojaban niños, enseñaba a las madres a alimentar a sus hijos, a cocinar... reduciendo considerablemente la mortalidad infantil. Las divulgadoras se encargaban de la formación de las madres en especial mediante los premios de “Madres ejemplares” que pretendían fomentar la implicación de éstas en las campañas realizadas.

El discurso higiénico se convirtió en tema central en los programas educativos, en las revistas, en los cursos de formación... Para cumplir esta función de limpieza social, no necesitaban a grandes especialistas varones pues, las mejores y más preparadas en esa tarea eran las propias mujeres, de ahí que desde 1946 la asignatura de Hogar se convirtiera en materia obligatoria en las enseñanzas regladas (primaria y bachiller) por lo que se garantizaba que la recibieran todas las niñas escolarizadas. La importancia de la limpieza para la salud pública, el denominado “discurso higiénico” o “higienista” fue definido y puesto en práctica en épocas anteriores a la Sección Femenina²⁰ pero en esta etapa cobra especial importancia y características propias.

La labor de las divulgadoras era quijotesca pues, con escasísimos medios de transportes (una bicicleta en algunos casos en la que transportaban los capazos para los niños)²¹ pulcramente vestidas con sus delantales blancos, eran mensajeras salvadoras del

20 Para más información sobre el discurso higiénico ver EHRENREICH, Barbara y ENGLISH, Deidre. *Por su propio bien: 150 años de consejos expertos a las mujeres*. Madrid: Taurus, (1990) [1979]; BORDERIES-GUERENA, Jossette. El discurso higiénico como conformador de la mentalidad femenina (1865-1915). In: Maqueira D'Angelo, Virginia y otras (editoras). *Actas de las Jornadas de investigación interdisciplinar: Mujeres y hombres en la formación del pensamiento occidental*, vol. II. Madrid, 1989. p. 29-310; SIMON PALMER, Mª del Carmen. La Higiene y la Medicina de la mujer española a través de los libros. La mujer en la historia de España (s. XVI a XIX)”. *Actas de las segundas jornadas de investigación interdisciplinar*. Seminario de Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma de Madrid, 1990.

21 Así aparece en el documental realizado por la Sección Femenina con motivo del XXV aniversario (1964) editado por la Delegación Nacional de la Sección Femenina.

nuevo régimen y correa de transmisión entre la población y el Estado, un papel que debían desempeñar con espíritu y convencimiento:

No queremos que la divulgadora sea un instrumento mecánico que se limite a rellenar un papel, queremos que crean en ella, que inspire fe y que sepan que en ella encontrarán siempre una palabra de cariño, un consuelo, un apoyo moral [...] no les gustará que se entre en sus hogares a fiscalizar sus vidas, pero hay que hacerles comprender que el afán que nos guía es de mejoramiento y que para esto no debemos regatear ningún sacrificio.²²

Con un espíritu entre maternal y profesional las divulgadoras rurales se encargaron de la asistencia social en los pueblos, convirtiéndose en figuras claves para dignificar la imagen del régimen y ganar adeptos a la dictadura o al menos conseguir su aceptación pasiva y en muchos casos, al tratarse de pueblos pequeños, hacer de embajadoras o corresponsales del Movimiento. Por ello no se podía dejar tan alta tarea en manos de quienes no tuviesen una adecuada conciencia del nuevo Estado; por ello se buscaban mujeres afines al Movimiento y que hubiesen estado implicadas activamente en el transcurso de la guerra. A pesar de estas exigencias, su adhesión no siempre se produjo por conciencia ideológica sino porque a muchas mujeres les posibilitó un empleo en su lugar de residencia.

Su labor de las divulgadoras estuvo muy reglamentada y dirigida desde la Nacional aunque eran los ayuntamientos quienes debían, si lo creían oportuno y valoraban sus servicios, abonar la escasa retribución económica que recibían. Durante algún tiempo esto funcionó, pero las nuevas generaciones no estaban dispuestas o no se podían permitir mantener el espíritu de sacrificio exigido a las militantes originales, sin retribución o compensación alguna, por lo que muchas divulgadoras dejaron sus puestos ante la imposibilidad de mantenerse a sí mismas.

22 RAH, Fondos de la Asociación Nueva Andadura (ANA), serie azul, carpeta nº 27, doc. nº 2

A partir de la década de los cincuenta la entrada en la escena de lo social de instituciones religiosas y del propio Estado asumiendo parte de las competencias sanitarias y sociales tuvo como consecuencia un retroceso en la labor de las divulgadoras, pero encontraron otro ámbito de gestión tales como los subsidios de beneficencia, subsidio familiar, seguros de enfermedad y vejez, las ayudas a la nupcialidad, tramitación de ayudas sociales, becas, ingresos de niños en orfanatos, subvenciones... También entraban en sus funciones “recoger información sociológica acerca de la situación de la vivienda, necesidades de cualquier índole, composición de la familia, estado sanitario”²³, que tiempo más tarde sería registrada en un modelo de ficha social-familiar que les permitía controlar la evolución de las familias²⁴. Las divulgadoras antes que las asistentes sociales asumieron la labor de beneficencia en los ayuntamientos, realizando informes, visitas domiciliarias e intervenciones sociales en los hogares pero “Al crearse el Cuerpo de Asistentes Sociales, fueron sustituidas por éstos técnicos más cualificados, que realizaban una labor social dentro de este organismo”²⁵.

La labor abnegada de las divulgadoras a lo largo y ancho del territorio nacional permitió que muchas familias consiguieran un suplemento económico fundamental para su mantenimiento y de paso contribuir a la autarquía nacional. Realizaron una importante labor sanitaria coordinando campañas sanitarias de vacunaciones (antidiftéricas, antituberculosa, antipoliomielítica, antitífica, antivariolítica, antitracomatosa) en colaboración con la Jefatura de Sanidad, de asistentes sociales, maestras y cumplidoras del Servicio Social y con las delegadas y divulgadoras locales de la provincia. Además de algunas Campañas de Prevención del Cáncer, contra el Alcoholismo y la Toxicomanía.

Las Campañas de alimentación infantil, otro de los frentes principales, se iniciaron en 1942 con la finalidad de fomentar la vigilancia médica sobre los niños de primera edad, facilitar alimentos

23 GALLEGU, Opus cit., p. 125

24 En el trabajo de M^a Ángeles Durán, *La mujer en la sociedad rural* la autora destaca la labor documental de estos informes especialmente a través de la Regiduría central de Cátedras Ambulantes y su utilidad para cualquier investigación de la época sobre sociología y cultura.

25 RAH, Fondos de la ANA, serie azul, carpeta n^o 27, doc. n^o 2

en los hogares necesitados y hacer labor de divulgación con las madres mediante a las que se les facilitaba alimentos. En colaboración con *Caritas Nacional* se distribuía desde 1956 la famosa leche en polvo y queso americano que tanta hambre quitó a los escolares de la postguerra. Las cartillas de racionamiento, en uso hasta 1951, se convirtieron en un salvoconducto que les abría las puertas en los hogares; atenuaban el hambre de los pobres y de paso, mostraban a la población el proyecto de “justicia social” del Régimen.

Para evitar posibles malentendidos las propuestas que la Sección Femenina llevaba al medio rural no hablaban de empleo o trabajo sino de complemento al hogar o de inventiva para garantizar el cuidado de la familia, evitando así generar conflictos de poder y de género.

El Cuerpo de Divulgadoras Sanitario-Rurales llegó a contar con tres mil mujeres en activo a las que se requería una exclusividad no pagada que generó continuas dimisiones y “bajas especialmente por matrimonio” a pesar de que para la década de los 50 podían seguir ejerciendo después de casadas. Este cambio de postura en la organización se justifica por la falta de mujeres preparadas para realizar la labor de divulgación, la pérdida de inversión del personal que había formado la institución y en especial porque “una Divulgadora cesada era un pueblo perdido”²⁶.

Con el fin de evitar esta cadena de dimisiones se iniciaron gestiones para implicar a los ayuntamientos en la bonificación de la labor de las profesionales, un compromiso que no siempre cumplían debido a la falta de regulación de competencias en la Ley de Régimen Local, “la retribución de estos servicios no constituirá subvención propiamente dicha, sino pago parcial por parte del Ayuntamiento, del servicio de que son beneficiarios sus vecinos”²⁷.

La Sección Femenina adoptó esta recomendación como carta de negociación con las corporaciones locales e indicaba a las divulgadoras que “Basándote en estos documentos y enseñándolos con discreción puedes obtener mayor gratificación”. Se logró así una

26 SUÁREZ, Luí, *Opus cit.*, p. 281

27 RAH, Fondos ANA, Serie Roja “Carta de José Luis Morís, Director General de Administración local (18 de enero de 1961)

solución parcial al problema, que no el cese de dimisiones pues, la Regidora Central se preguntaba en un escrito “¿la causa de esta constante baja de personal que formamos? [...] no es falta de espíritu ni de vocación, sino la falta de dotación económica frente a una oferta de trabajo muy remunerado en el campo, comercio o servicio doméstico”²⁸. Las dimisiones continuaron a lo largo de las décadas siguientes, aun así “se encontraban en activo 2.749 Divulgadoras, con un numero progresivamente decreciente por las bajas que año tras año se iban produciendo [...] que perciben como gratificación voluntaria de los Ayuntamiento por el trabajo realizado un total de 2.000.000 de pesetas que oscilan de 75 pesetas a 1.000 para cada una”²⁹. Las divulgadoras contribuyeron y cumplieron un papel fundamental como trasmisoras ideológicas de los valores del Régimen, pero también contribuyeron a la socialización de la población rural y en especial de las mujeres.

Las Cátedras Ambulantes de Sección Femenina

Otro de los servicios que la Sección Femenina impulsó para intervenir en el medio rural fueron las Cátedras Ambulantes, la primera fue bautizada como *Cátedra Nacional nº 1 Francisco Franco* y comenzó en 1946. Las cátedras se desplazaban, como cómicos ambulantes, en una caravana de cuatro vehículos adaptables para diversos usos haciendo las veces de “escuela de formación intensiva montada sobre ruedas”³⁰ lo que daba una imagen moderna en tierras añejas. “Las cátedras recorren sin cesar las más diversas regiones de la geografía patria. Lejos de sus hogares las instructoras, soportando el frío o el calor se ponen en contacto con el pueblo y se adaptan a

28 RAH, Fondos ANA, Serie Roja “Carta de la Regiduría Central de Divulgación a las delegaciones provinciales de Sección Femenina” (noviembre de 1960)

29 RAH, Fondos ANA, Serie Azul, doc. 163 “Divulgación y asistencia sanitario-social. Circulares y planes de acción” (1959-73)

30 SUAREZ, Luís, Opus cit. 1993, 191

cada región”³¹. Así, fueron creándose según necesidades en las distintas provincias si bien cumplían principalmente funciones asistenciales y formativas, convencidas de que si la población rural encontraba alternativas locales, evitarían la emigración a las ciudades. Las variables higienista, cultural, social y económica iban estrechamente unidas a la labor de divulgación, teniendo a la mujer como destinataria principal de sus enseñanzas de las que luego se esperaba realizaran un trabajo más comunitario acorde con las características de cada pueblo, en palabras de Pilar Primo de Rivera:

Cuando vuestras casas sean más limpias, vuestros hijos más sanos y vuestros campos más fértiles; cuando vuestras hijas no estén ociosas alrededor de la lumbre, sino, que, afanosas, las veáis tejiendo y bordando... cuando vuestros hijos no sientan el ansia de la ciudad, porque en su huerto y en su casa encuentren todo lo que necesitan, nos diréis entonces: La Falange nos trajo la verdad”³².

Las cátedras ambulantes “vinieron a cubrir un espacio, que dentro de la formación de la población estaba desatendido, no solo culturalmente, sino en el aspecto ideológico”³³ que si bien animaban a muchas y muchos, generaban resistencias entre algunos agentes vivos de los pueblos, entre otras cuestiones porque parte de su labor fue de índole moral e ideológica como indican algunos informes:

En las clases de Nacional Sindicalismo es en donde se les despierta una inquietud y las siguen con entusiasmo e interés [...] Otro problema del pueblo bastante fuerte es

31 Noticia proyectada en el NODO y recogida en el documental *XXV Aniversario de la Sección Femenina*. En el que se recoge en detalle la labor realizada por la Cátedra Francisco Franco en el municipio toledano de Tembleque, anunciado por el pregonero con la trompetilla.

32 Gallego, opus cit., p.131

33 SANCHEZ LLAMAS Francisco Javier (1997) *Las Cátedras Ambulantes de la Sección Femenina de F.E.T. y de las JONS en Málaga (1955-1977)*. Universidad de Málaga [Tesis doctoral]

el desconocimiento de Dios hasta en lo más elemental. Niños mayores de 18 o 20 años sin hacer la comunión, se bautizan los niños bastante después del nacimiento hasta encontrar un padrino con dinero y [...] la mayoría de la gente no considera necesario casarse por la iglesia, por lo que en este aspecto se ha hecho una buena labor³⁴.

Por eso dieron prioridad a los bautizos de niños y niñas “que recibieron los nombres de Pilar y José Antonio”, celebraron primeras comuniones y bodas, “dada la cantidad de amancebados con que nos encontramos en este pueblo iniciamos una campaña matrimonial que al principio nos costó un poco de trabajo y se negaban a darnos el nombre para arreglarle los papeles”³⁵.

Esta labor evangelizadora no siempre contó con la aprobación y colaboración de las instituciones religiosas locales. Las quejas de las jefes de cátedra respecto a este asunto continuó en las décadas de los sesenta y setenta “el párroco se negó rotundamente a colaborar con nosotras y nos ha ignorado en todo el tiempo de cátedra de aquí que nuestra labor en el aspecto religioso ha sido muy corta”³⁶. “Al final tuvimos dificultad para dialogar la Misa pues llegaron unos seminaristas y nos dijeron que esa Misa no era para pueblos [...] [les dijeron una] con muchos cantos que es lo que a ellos les gusta [...] la misa no podía salir peor pero ellos estaban muy contentos”³⁷.

Las destinatarias iniciales de la labor de la cátedra era las mujeres y los niños pero con los años se fue ampliando su radio de acción con algunas actividades formativas dirigidas a los hombres y en los últimos años, a toda la comunidad como reflejan los informes consultados y las entrevistas realizadas. “No teníamos horarios ya que

34 AHPG, 5432, legajo 2, sobre 1. “Informe de la Cátedra Ambulante de Montefrío, Granada”, 1955

35 AHPG, 5432, legajo 2, sobre 1. “Informe de la Cátedra Ambulante de Illora, Granada”, 1956

36 AHPG, 5432, legajo 2, sobre 6 “Informe de la Cátedra Ambulante de Dehesas Viejas, Granada”, 1973

37 AHPG, 5432, legajo 2, sobre 1. “Informe de la Cátedra Ambulante de Pulianas” Granada, 1958

los hombres recibían las clases cuando venían del campo”; “Con las mujeres daba clase hasta las once de la noche”

El trabajo de las cátedras en cuanto a la formación de las mujeres rurales para el fomento de industrias y producciones familiares que mejoraran la economía doméstica llevó a organizar cursos que complementaban la labor antes descrita de las divulgadoras. Las Granjas Escuela³⁸ ofrecían cursos de avicultura, jardinería, industrias lácteas, sericultura, horticultura facilitando en algunos casos la materia prima que permitiría el despegue de la actividad.

El programa en general de las cátedras era alfabetización, cursos de higiene, salud, alimentación, recuperación de actividades culturales, charlas de diversa índole... y aunque en el paquete se encontraban las clases de política, casi todas las entrevistadas manifiestan su escaso interés tanto por darlas como por recibirlas. Dieron en cambio gran importancia a la alfabetización y promoción educativa

En el pueblo de El Salar nos encontramos que casi nadie tenía el certificado de estudios primarios y logramos que muchos jóvenes lo lograran por el trabajo de la cátedra [...] se detectaban las cosas y se buscaban los recursos para solucionarlos³⁹.

Desde mediados de los sesenta la labor experimentó cierta transformación bien sea por un cambio de estrategia política y social de la Sección Femenina, o bien porque se incorporaron asistentes sociales a las jefaturas de cátedra. Así, de la misión evangelizadora⁴⁰, educativa y cultural inicial, se pasó a un trabajo más social y comunitario como referían las jefes de cátedra entrevistadas. La

³⁸ Llegaron a crear cincuenta Granjas en todo el país, siendo la de Valencia la primera en funcionar.

³⁹ AHPG 5.432, Relación nº 2, Legajo 2, sobre 6 Informe de la Cátedra de El Salar, Granada, 1970

⁴⁰ No podemos obviar que para esas fechas el país estaba “saneado” moralmente, siendo pocos los que no se sometían al deber religioso de ser bautizados o casados por la Iglesia

promoción comunitaria de los pueblos pequeños, alejados de la capital, que seguían sobreviviendo gracias a la emigración de su gente joven va a marcar el trabajo desde finales de los sesenta como refleja el informe del municipio alpujarreño de Cadiar “Casas habitadas por madres, viejos y niños ya que los hombres están en Barcelona. Problema de eliminación residuos de las casas, estiércol. En este pueblo hay muchas diferencias sociales”⁴¹.

Los informes de cátedra de esa época muestran el atraso en el que se encontraba en mundo rural español. La carencia de infraestructuras, servicios, empleo y una economía basada en la agricultura quedan reflejadas en los informes lo que les dota de un valor etnográfico innegable para conocer nuestra historia inmediata y comprender la situación de la que son herederas en el presente algunas zonas rurales del país.

El desarrollo rural como objetivo de las cátedras fue una utopía si tenemos en cuenta la corta estancia de los equipos en cada zona, no más de tres meses, la falta de planificación global de la actuación, la implicación de las instituciones y la respuesta de la población para la que cualquier innovación comportaba riesgos y dudas.

Los equipos buscaron, para hacer más efectiva su labor, la colaboración de profesionales del Instituto de Colonización, Desarrollo Agrícola, Sindicatos que acudían a dar charlas sobre cooperativismo, explotaciones agrícolas, ganadería... pero no siempre encontraban interés en la población “una vez tuve que ir al bar a sacar a la gente para la charla porque había venido una maquina de cine que nos hacia la competencia”⁴².

La cátedra realizaba la labor en los pueblos a demanda de las autoridades locales, principalmente el alcalde, párroco⁴³ o delegada local de existir, quienes solicitaban a la Delegación Provincial de la Sección Femenina sus servicios comprometiéndose a garantizar el alojamiento y las infraestructuras para las actividades, compromiso

41 AHP 5.432, Relación 2, Legajo 2, sobre 9, “Informe de los Cursos de las Cátedras Ambulantes celebrados en la Provincia de Granada. 1960-63” (Cadiar, mayo-junio 1962)

42 Entrevista a jefe de cátedra (P. D., 2008)

43 AHPG 5.432, Relación nº 2, Legajo 2, sobre 9 “Solicitud de la cátedra realizada por el cura párroco de Tocón, Granada, 1956

que no siempre se cumplía. Realizada la solicitud y asignada la cátedra por parte del alcalde, jefe local del Movimiento o cura párroco, varios miembros de la Sección Femenina se desplazaban al municipio para realizar un trabajo de investigación que les permitía adecuar la planificación a la realidad de cada municipio para los dos o tres meses que permanecían en el pueblo.

En general las cátedras encontraban colaboración pero también era frecuente la falta de respuesta de la población o las resistencias y negativas de parte de las “fuerzas vivas del pueblo”

El alcalde, que es uno de los más ricos del pueblo (el clásico señorito). A él le da lo mismo que la gente sepa leer y escribir, las escuelas están casi todo el curso sin maestro y cuando los hay no hace que la gente envíe a sus hijos a la escuela, ni les pone multas por la falta de asistencia [...] los niños están como verdaderos salvajes. Las madres por su cuenta, como pasan el día en el campo, no mandan a la escuela a las niñas para que medio les hagan las faenas de casa.⁴⁴

Los maestros y maestras también ejercieron su particular resistencia o negativa a colaborar con las cátedras pues su ideología se enfrentaba a la falangista “Con la maestra no conseguimos nada [...] Su actitud hacia nosotras fue de franca antipatía. Al no vivir en el pueblo la mayoría de los días no la veíamos siquiera”⁴⁵.

Las cátedras realizaban desde 1959 un “informe previo”⁴⁶ con datos políticos, religiosos, sanitarios, educativos, asociativo y de infraestructuras. Esta información, completada y mejorada con los

44 AHP 5.432, Relación nº 2, Legajo 2, sobre 9 *Informe de los Cursos de las Cátedras Ambulantes celebrados en la Provincia de Granada. 1960-63* (Picina, junio-julio 1962)

45 AHP 5.432, Relación nº 2, Legajo 2, sobre 1 *Informe de la Cátedra Ambulante de Narila*, Granada, 1963

46 Datos del Ayuntamiento, comunicaciones, censo, autoridades, profesionales, ambiente moral, religioso, social, industrias así como del alojamiento ofertado para las profesoras de la Cátedra.

años constituye una primera radiografía social de los pueblos españoles, cuyo valor sociológico es indiscutible:

Las Cátedras ambulantes hicieron las veces de observatorios de las condiciones económicas, asociativas, culturales y religiosas de los pueblos lo que permitió mantener cierto control y vigilancia sobre los pueblos. De la misma manera sirvieron para la recuperación y promoción de actividades, en todos los aspectos señalados, con miras a realizar un desarrollo comunitario controlado y promovido desde arriba. La información obtenida podría ser utilizada por ellas y por otras instancias como autoridades locales, gobernador civil o jefatura provincial del Movimiento⁴⁷.

Desde la Delegación Provincial se planificaba la actuación del año de manera que los equipos y los pueblos conocieran cuándo llegaría la cátedra

Llegaba al pueblo un camión con nuestras cosas que iban en cajas de frutas [...] nosotras llegábamos al día siguiente en un coche de la SF que ponía el servicio oficial [...] el conductor a veces nos decía preocupado que dónde nos íbamos a meter, cuando veía las condiciones de algunas casas, sin luz o baño [...]. A los dos días de llegar se convocaba al pueblo a una reunión; si había en el pueblo voceador, se encargaba él; en otros sitios por el altavoz de la iglesia o de otro [...] la respuesta del pueblo era muy variada, en algunos asistía poca gente, en otros muchísima. Yo explicaba lo que íbamos a hacer e invitaba a la participación [...] después visitaba a las fuerzas vivas del pueblo: el cura, el alcalde, el médico, la cámara agraria a los que explicaba también en qué consistía nuestro trabajo [...] En todos los pueblos

47 NASH, Mary. "Las mujeres en el mundo contemporáneo". Aula de Historia Social nº 9. Valencia: UNED, 2002. p. 14

se hacía en principio lo mismo pero se adaptaba [...] mediante los niños llegábamos a los padres y se atraía a los jóvenes por los bailes ya que no había otra cosa en los pueblos⁴⁸.

Los informes de las cátedras que realizaban al finalizar su estancia, describen la actuación de la cátedra, la percepción por parte de la población, las costumbres locales más particulares o las dinámicas en las relaciones sociales, políticas o religiosas, que proporcionaban una información privilegiada a la institución falangista. Describen las actividades realizadas en materia de alfabetización, divulgación, vacunas, puericultura, regulación de matrimonios, bautizos o clases de religión; la dimensión social apenas está presente.

Uno de los objetivos más importantes consistía en establecer delegaciones locales de la Sección Femenina pues eso significaba tener una presencia y control de la vida del municipio para lo que eran formadas en diferentes cursos, debiendo superar las resistencias paternas de que sus hijas salieran del pueblo.

A partir de 1970 se produce como hemos indicado cierta transformación en las actuaciones con la incorporación de asistentes sociales como jefes de cátedra. Los informes son más completos y detallados añadiendo variables económicos, sociales, sanitarias y educativas.

El último día y ante la presencia de “todo el pueblo, las autoridades locales y provinciales [...] venía el Gobernador Civil, la Delegada Provincial, periodistas, la jefe de cátedra leía un informe⁴⁹ en el que se denunciaban en muchos casos la situación del pueblo y la falta de infraestructuras o servicios, cuestión que no siempre gustaba, pero lo hacíamos”⁵⁰. Acto seguido se hacía una fiesta final con

48 Entrevista a Jefe de Cátedra de Granada, (A. M., 2005)

49 El informe era archivado en la Delegación Provincial quien a su vez remitía una copia a la Nacional lo que le permitía tener un conocimiento de todo el país. Todos los informes eran revisados y calificados por la Regiduría Central recomendando medidas para nuevas intervenciones. Llama la atención que en esos dos años no se realizaron cátedras en Baleares, San Sebastián, Soria, Tenerife, Vitoria y Vizcaya.

50 Entrevista a Jefe de Cátedra de Granada, (A. M., 2005)

representaciones de baile de los grupos de coros locales, una tabla de gimnasia, teatro, exposición de trabajos manuales o actividades artesanales “y al final una copa que a veces pagábamos y hacíamos nosotras si el ayuntamiento no lo ponía y variaba según la generosidad del ayuntamiento”. Había palabras de elogio para la labor de las muchachas de Sección Femenina:

Sois vosotras, muchachas infatigables de la S.F. como bandada de palomas bellas, que os alzáis a las azules lejanías, viajeras siempre para llevar a los pueblos la oliva de la paz, mensajeras de cultura y todo cuanto significa elevación y enamoramiento de una causa noble, cual es el amor a Dios y a una Patria eminentemente católica [...] ¡Oh! jóvenes maravillosas de la España Imperial: tened conciencia de vuestra dignidad, de vuestro poder, de vuestro corazón, de vuestra apostólica tarea⁵¹.

Al preguntar sobre la efectividad de esta denuncia o el peso de las gestiones realizadas por la cátedra responden que sí “porque era crítica e íntegra en su labor, era difícil que no se resolvieran porque se fundamentaban las gestiones y porque los casos eran así de reales”⁵².

En Turón “dieron con un alcalde cacique, antiguo legionario, que tenía atemorizado a los vecinos [...] y la cátedra encontró malversación de fondos municipales por lo que se le hizo un informe al Gobernador Civil que visitó el pueblo inmediatamente [...] a raíz de la Cátedra se consiguió que el Ayuntamiento aclarara cuentas,

51 AHP 5.432, Relación nº 2, Legajo 2, sobre 9 *Informe de los Cursos de las Cátedras Ambulantes celebrados en la Provincia de Granada*.1960-63 (Algarinejo, 1960)

52 Entrevista a Regidora Provincial, (J.G., 2009)

solucionara problemas sociales y la destitución posterior del Alcalde”⁵³

La clausura era un acontecimiento para el pueblo, un día de fiesta que la Sección Femenina se encargaba de magnificar resaltando la labor realizada pues las cátedras se convirtieron en un espacio de proyección institucional que en ocasiones tenía eco en los medios de comunicación, prensa local, radio y excepcionalmente televisión.

En los primeros años la clausura se finalizaba con el juramento de las nuevas afiliadas, el Cara al Sol e izada de bandera. Con el tiempo se buscó la participación de las autoridades provinciales: delegada provincial y jefatura del Movimiento, Gobernador Civil y autoridades locales sumándose la intervención de la jefe de cátedra a quien correspondía la lectura del informe elaborado por el equipo. Cada profesional del equipo “tenía que hacer una parte del informe, aunque era lo que más nos costaba y no querían; yo al ser la jefe de cátedra lo tenía que hacer porque luego lo leía en el acto de clausura [...] Se leía en público el informe y la reacción de los poderes del pueblo ante la denuncia que hacíamos era curiosa. Denunciamos abusos de la gente de la Cámara Agraria como el caso antes mencionado que sucedió en Castril por eso no éramos bien vistas [...] la gente sí te quería, como no te iba a querer”⁵⁴.

La labor de las Cátedras Ambulantes no acabó con la disolución de la Sección Femenina. Los equipos profesionales fueron asimilados por la Comisión de Transferencias y el Ministerio de Cultura desde donde prolongaron su labor social en los pueblos. Las

53 AHP 5.432, Relación nº 2, Legajo 2, sobre 9 *Informe de los Cursos de las Cátedras Ambulantes celebrados en la Provincia de Granada.1960-63* (Turón abril-mayo 1963)

54 Entrevista a Jefe de Cátedra de Granada, (A. M., 2005)

cátedras estuvieron funcionando hasta la 1977 y coexistieron con los primeros mítines políticos de la Transición hacia la democracia.

Para dar cabida a este personal sin competencias crearon en 1978 los *Centros Sociales Itinerantes* que llevaron a cabo programas e intervenciones similares a las cátedras durante la Transición. La idea era la misma, lo pedían los alcaldes. Esto pone de manifiesto la continuidad de muchos servicios y profesionales que, en algunos casos siguen activas actualmente en centros de enseñanza, centros sociales o delegaciones de cultura.

Metodología y Conclusiones

Este trabajo se ha nutrido principalmente de fuentes primarias: material de archivos nacionales y locales de la organización falangista femenina. En segundo lugar y, de especial valor, los testimonios personales, historias y experiencias de vida de mandos locales, afiliadas y profesionales vinculadas a la Sección Femenina conceden a esta investigación un valor añadido por la recuperación de las voces de algunas de sus protagonistas, activas en unos casos, pasivas en otros, en relación con la Sección Femenina de Falange Española y con las labores que las miembros de esta organización acometieron. Así hemos podido recoger de primera mano una información que nos ha permitido reconstruir de manera diacrónica su larga historia dentro del estado franquista y contrastar y obtener una inferencia de lo micro a lo macro y de abajo-arriba.

Los datos de investigación han dialogado con los trabajos de historiadoras/es del franquismo, de los estudios feministas y de género, tanto a nivel nacional como internacional, lo que ha permitido profundizar en aspectos novedosos desde enfoques y metodologías también novedosas.

Llegados a este punto podemos decir, a modo de conclusiones, que la particular conciencia de género de las afiliadas falangistas les permitió encontrar y gestionar un espacio propio desde el que contribuir a configurar la política de género franquista *para las*

mujeres pero sin las mujeres. La organización liderada por Pilar Primo de Rivera no perdió en ningún momento el ideario falangista que reforzaba sus tradicionales ideas sobre la mujer, menos aún en estos primeros momentos pues ¿qué habría sido de la organización si en algo se asemejara al discurso de sus rivales republicanas?

La Sección Femenina nunca cuestionó oficialmente la sumisión de la mujer y, si tomó conciencia de la situación de dependencia e inferioridad de género, no acometió la denuncia ni emprendió acción colectiva alguna a fin de modificar la desigualdad existente pues este asunto chocaba frontalmente con la ideología falangista de jerarquía propia de toda propuesta autoritaria y totalitaria. El franquismo negó tanto la equidad de género como la de clase a la que incorporó la equidad ideológica. De esta manera muchas mujeres se convirtieron en “marginadas” por no identificarse ni con el régimen ni con la Sección Femenina.

Las afiliadas a Sección Femenina asumieron y acataron la obediencia y subordinación hasta finales de los cincuenta cuando se produjo la creación dentro del Estado de un “estado propio de mujeres” logrando quedar al margen de los mandos masculinos. A pesar de ello, ejercieron su particular discrepancia entre el decir y el hacer, entre el modelo moral de mujer (madre y esposa) que propugnaban con el modelo que representaban en sí mismas que les permitió mantener un estilo de vida diferente al resto de la ciudadanía femenina española. La Sección Femenina les abrió un sinfín de posibilidades de las que no hubieran disfrutado de no estar en la organización; les otorgaba un salvoconducto para viajar, salir o entrar sin generar sospechas sobre su feminidad.

El modelo de feminidad antifeminista de la Sección Femenina no impidió la incursión de sus afiliadas en el ámbito público para contribuir – según ellas – al engrandecimiento de la Patria mediante las madres, las mujeres, las niñas. Su actitud respecto al trabajo de éstas es uno de los puntos de contradicción mayores pues justificaron su apoyo a la mujer trabajadora como “un mal necesario y, en cualquier caso, una opción menos valiosa que el matrimonio y la vida familiar”⁵⁵. A nuestro juicio y a pesar de todas sus

55 RICHMOND, K, opus cit., p. 35.

contradicciones, la institución ofreció un potencial de promoción social y laboral que pudo suponer, con sus limitaciones ideológicas, una vía de participación pública, de promoción profesional y empoderamiento para ciertas jóvenes de la época.

Los intentos de renovación que acometió la Sección Femenina en la recta final del franquismo fueron infructuosos. De nada le sirvieron las estrategias de acercamiento a las bases femeninas, de mostrarse ante la sociedad y las mujeres como una institución renovada; de nada sus intentos tardíos de adaptación a los tiempos. No pudieron cambiar la imagen que la ciudadanía femenina tenía de ellas ni desvincularse del régimen que las sostuvo durante cuarenta años.

Para finalizar decir que a través del Servicio de Divulgación y de las Cátedras Ambulantes hemos podido conocer la política social y de género del Régimen, una política “por la mujer” y “por medio de mujeres”, la cual confería marcados elementos de control y estabilidad social a las mandos y las divulgadoras, con una clara jerarquización y división de clase existente entre ellas.

Con un espíritu entre maternal y profesional las divulgadoras rurales se encargaron de la asistencia social en los pueblos, convirtiéndose en figuras claves para dignificar la imagen del régimen y ganar adeptos a la dictadura o al menos conseguir su aceptación pasiva y en muchos casos, al tratarse de pueblos pequeños, hacer de embajadoras o corresponsales del Movimiento. La labor abnegada de las divulgadoras a lo largo y ancho del territorio nacional permitió que muchas familias consiguieran un suplemento económico fundamental para su mantenimiento y de paso contribuir a la autarquía nacional, mejorar la situación alimenticia, sanitaria y educativa de la gente.

Pero además su trabajo permitió conocer la situación concreta del mundo rural ya que tenían entre sus funciones “recoger información sociológica acerca de la situación de la vivienda, necesidades de cualquier índole, composición de la familia, estado sanitario”⁵⁶, lo que les dota de un valor etnográfico innegable para

⁵⁶ GALLEGU, Opus cit., p. 125

conocer nuestra historia inmediata y comprender la situación de la que son herederas en el presente algunas zonas rurales del país.

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO *VERSUS* “EPIDEMIAS REINANTES”: AÇÕES DE ESTADO E MOBILIZAÇÃO POPULAR NA PASSAGEM DA FEBRE AMARELA E DO CÓLERA (1850-1856)

The province of Espírito Santo versus “reigning epidemics”: state actions and popular mobilization in the passage of yellow fever and cholera (1850-1856)

Sebastião Pimentel Franco*

André Nogueira**

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir as práticas de assistência e controle da Província do Espírito Santo no contexto das vagas epidêmicas da febre amarela e do cólera. Em consonância com as argumentações de Rosemberg (1992), a passagem de uma epidemia é uma experiência extrema e desconcertante, forçando uma modificação de hábitos sociais e das formas mais elementares de funcionamento daquela coletividade, além, obviamente, da dor e das mortes que provoca. Da mesma forma, uma epidemia também suscita ações e reflexões – “lições” nos termos do autor – multifacetadas para responder e “se livrar” dela. Assim, nos interessa analisar as ações do governo provincial para enfrentar a visita inconveniente das epidemias de febre

* Doutor em História pela USP; Professor Titular e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Autor, entre outros livros, de O Terribilíssimo Mal do Oriente: o cólera da província do Espírito Santo (1855-1856) (EDUFES, 2015) e da organização, com a colaboração de outros pesquisadores, da coletânea Uma História Brasileira das Doenças, vols. 4, 5, 6 e 7 (no prelo). sp.franco@uol.com.br

** Doutor em História das Ciências e da Saúde pela COC/FIOCRUZ; Professor Visitante na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); autor de Entre Cirurgiões, Tambores e Ervas: calundzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII) (Garamond, 2016), além de artigos e capítulos em livros. Email: guazo08@gmail.com

amarela e cólera e as formas – igualmente várias e, em nada passivas – de manifestações da população da Província diante dessas doenças. Nossa interpretação está calcada na análise de documentação administrativa (correspondências, relatórios, etc) e nas notícias veiculadas pelo Correio da Victória, único jornal a circular na Província no período em tela.

Palavras chave: Epidemias (Febre Amarela e Cólera); Assistência; Políticas Públicas de Saúde; Espírito Santo, Século XIX

ABSTRACT

The present article aims to discuss the control and assistance practices of the Province of Espírito Santo in the context of the epidemic surges of yellow fever and cholera. In line with the argumentation of Rosemberg (1992), facing an epidemics is an extreme and disconcerting experience, which forces a change in social habits and in the most elementary forms of arrangement of a certain collectivity, and which obviously causes pain and death as well. In the same manner, an epidemics also occasions multifaceted actions and reflections – “lessons”, to use the author’s term, that aim to respond and to “get rid” of it. Thus, we are interested in analyzing the actions of the provincial government so as to tackle the inconvenient visitations of the epidemics of yellow fever and cholera as well as the equally varied and resistant forms through which the population of the province protested in the face of such illnesses. Our interpretation is based in the analysis of administrative documents (mail, reports, etc.) as well as in the news broadcasted by the Correio da Victória, the only newspaper that circulated in the Province during the period in question.

Keywords: Epidemics (Yellow Fever and Cholera); Assistance; Public Health Policies; Espírito Santo, 19th Century.

Configura-se praticamente lugar comum em diversos estudos que a passagem de uma epidemia é um momento grave e extremo para a sociedade assolada por essa infausta experiência¹. Horror, medo, mortes, além de multifacetadas iniciativas – públicas e privadas – para responder ao acontecimento; cuidar dos vivos e dos mortos; traçar estratégias e ações são, igualmente, características subjacentes ao contexto, realidade que levou Rosemberg a metaforizar a ocorrência de uma epidemia como “atos” de uma espécie de espetáculo/tragédia social, com “lições” a serem aprendidas pelos homens e governos que a viveram².

Em consonância com esse tipo de olhar, nosso artigo objetiva analisar a passagem do cólera e da febre amarela na província do Espírito Santo na segunda metade do século XIX, dando especial ênfase às seguintes facetas: as ações no âmbito da Saúde Pública por parte do estado imperial e provincial; o assistencialismo e a caridade – nem sempre desprovida de interesses – por parte de indivíduos que detinham prestígio social e/ou econômico nas localidades em que viviam e a mobilização e reivindicação de certos segmentos da sociedade cobrando soluções para debelar os impactos dessas doenças.

Século XIX, tempo de epidemias.

A despeito das inúmeras e pertinentes discussões existentes acerca da “origem” e “antiguidade” de certas doenças (endêmicas ou epidêmicas), e/ou em torno de suas nomenclaturas e descrições de

1 WITTER, Nikelen Acosta. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil* (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007, p.30-31. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal; ROSEMBERG, Charles. “Framing disease: Illness, society and history”. In: ROSEMBERG, Charles. *Explaining epidemics and others studies in the history of medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 112 e segs; DELEMEAU, Jean. *História do medo no ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. DINIZ, Ariosvaldo. *As artes de curar em tempos do cólera*, Recife, 1856. In: CHALHOUN, Sidney et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2002, p.355.

2 ROSEMBERG. *Op. Cit.*

sinais/sintomas³, o fato é que o século XIX foi marcadamente um século de epidemias, que em diversos continentes acabaram ceifando a vida de milhares de pessoas.

Uma explicação pacífica para esta realidade seria a “diminuição” do tamanho do mundo com a expansão e afirmação do capitalismo europeu. Nesse contexto, os vapores e linhas férreas cruzaram terras e mares, carregando mais e mais rapidamente, pessoas, culturas, mercadorias e agentes patogênicos. Além disso, o crescimento desordenado de várias áreas, em especial determinados centros urbanos, acarretou ou potencializou precárias condições de existência, onde o saneamento, o consumo de alimentos e água seguros, entre outros fatores, seria um luxo quase inacessível⁴.

O Brasil imperial não ficaria alheio a esta experiência. A febre amarela fora uma das primeiras e mais graves epidemias a grassar sobre nosso território. A doença manifestara-se por volta de 1849, e se espalhou rapidamente, atingindo áreas como a Bahia, Pernambuco, Pará, Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Sul... Enfim, se alastrou por quase todas as províncias, além da capital do Império, onde, segundo as contas oficiais, teria matado no verão de 1849-1850 aproximadas 4.160 pessoas, número que fora subestimado na percepção de Sidney Chalhoub, argumento corroborado igualmente na abordagem de Sebastião Franco⁵. O “vômito negro”, como era conhecido, assustava autoridades e os indivíduos por onde passara em função do número de vítimas fatais, suscitando ainda questões urgentes como a imigração, sob a alegação de que a epidemia matara sobremaneira os imigrantes de origem europeia “não aclimatados” ao Brasil e o tráfico de escravos, apontado por certos médicos e

3 ROSEMBERG. *Op. Cit.* p. 305 e segs; CARVALHO, Diana M. CARVALHO, Diana M. Doenças dos escravos, doenças africanas? In: PORTO, Ângela. (Org.). *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Fiocruz - Casa de Oswaldo Cruz, 2007 p. 8.

4 PORTER, Roy. *Das Tripas Coração*. Uma breve história da medicina. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 62.

5 CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 61; A presença da Febre amarela na Província do Espírito Santo no século XIX. In: SILVEIRA, Anny Jackeline Torres, NASCIMENTO, Dilene Raimundo do, FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org.). *Uma História Brasileira das Doenças* v. 5. 1ªed.Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2015, v. 5, p. 78.

periódicos, como um dos responsáveis pela presença e disseminação da enfermidade⁶.

Conforme argumenta Tânia Pimenta, com a chegada dos surtos epidêmicos do século XIX, especialmente em função do impacto causado pela febre amarela, há por parte do Estado imperial maior mobilização no sentido de arquitetar e realizar ações no âmbito da Saúde Pública, destacadamente a criação dos seus dois órgãos principais: Junta Central de Higiene do Império (sediado na Corte) e as Comissões de Higiene Pública, que atuavam ao nível das províncias⁷. Gabriela Sampaio igualmente chama atenção que o momento da passagem de uma epidemia seria igualmente e estrategicamente explorado pelos representantes da medicina oficial que buscavam a legitimação de seu discurso e práticas, engendrando o que a autora nomeia “ideologia do higienismo”⁸. Não parece demais lembrarmos que a medicina douta – que também era vária e possuía diferentes vertentes/paradigmas que, não raro, se rivalizavam –, nesse momento encontrava-se em árdua via de institucionalização e afirmação de seu saber, uma vez que só em 1832 as “escolas de cirurgia” do Rio de Janeiro e Bahia se transformariam em faculdades de medicina, contexto também em que fora criada a Academia Imperial de Medicina (1835) – a partir da transformação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829) – e aumentou a existência e circulação dos periódicos médicos, principalmente na corte. Saber este, aliás, nem sempre validado pela população em geral e, mesmo, por seguimentos mais abastados da sociedade imperial⁹.

Por volta de 1855 seria a vez do cólera rondar as terras de D. Pedro II. Já devidamente conhecido e temido em função dos diversos

6 KODAMA, Kaori. Antiescravidão e epidemia: o tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela de Mathieu François Maxime Audouard e o Rio de Janeiro em 1850. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, 2009, p. 515-522.

7 PIMENTA, Tânia S. La asistencia sanitaria en tiempos de epidemia en Río de Janeiro en el siglo XIX. In: *Dynamis*. Granada, v.31, n.1, 2011.

8 SAMPAIO, Gabriela. *Nas Trincheiras da Cura*. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. SP: Ed.Unicamp, 2001. p. 42 e segs.

9 FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos. In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; GALVÃO Sobrinho, Carlos R. (Org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil*: capítulos de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2003; SAMPAIO. Op. Cit. Cap. 2.

surtos anteriores que assolaram o continente europeu, o “mal do Ganges” (dentre seus muitos nomes) teria chegado ao Brasil pelo Pará por conta da tribulação infectada de uma embarcação portuguesa ironicamente chamada “Defensor”¹⁰, se espalhando para diversas províncias, a exemplo do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia, dentre outras. O cólera era especialmente temido pelos estragos que causava em seus doentes, em seus estados mais graves provocava aguda diarreia e vômitos, desidratando os indivíduos de modo a ficarem, segundo os relatos mais frequentes, com a pele enrugada e com certa tonalidade azul, principalmente nos lábios (daí também ser conhecida como “medo/peste” azul), podendo levar a óbito em pouquíssimos dias. Aliás, essa faceta da doença e o impacto no imaginário causado por um tipo de morte tão sofrida e aviltante é recorrentemente lembrado pela literatura acerca do tema¹¹. Assim, a alimentar o medo em torno da epidemia, quanto o cólera grassava no Espírito Santo, o *Correio da Victoria* em edição de janeiro de 1856 publica um pormenorizado (e impactante) rol de sintomas sofridos por aqueles que adquiriam o “Mal do Ganges”:

Os primeiros sinais precursores do cólera são ordinariamente: moleza, palidez, da face e dos lábios, contração e pressão no estomago, mãos frias, sensação de enfraquecimento e topor [sic.] dos dedos, pés frios e pesados disposição à diarreia, com defecções líquidas esverdeadas. Caída rápida de todas as forças vitais, impossibilidade de conservar-se em pé, ar perturbado, olhos encovados, língua fria, frio glacial e cor azulada das mãos, da face e mesmo de todo o corpo, desanimo e desespero (...). Insensibilidade geral, suspensão da respiração, pulso lento, fraco, pequeno, intermitente, ou ausência dele, face descomposta, cadaverosa, lábios

10 BELTRÃO, Jane F. A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, Vol.VI (suplemento), 2000. p. 834.

11 ROSEMBERG. *Op. Cit.* p. 112 e segs; WITTER. *Op. cit.* p. 30-31; DINIZ. *Op. Cit.* p. 355; EVANS, Richard. *Death in Hamburg. Society and Politics in Cholera Years, 1830-1910*. Londres: Penguin Books, 1987. p. 88; FRANCO, Sebastião. *O Terribilíssimo mal do Oriente. A cólera na provincial do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 2015. Cp. 5.

azulados, olhos encovados, vista fixa, frio de mármore, suor viscoso e frio de todo o corpo, voz rouca e fraquíssima, e em fim a morte sobrevém ao meio de tremores convulsivos¹².

Além da febre amarela e do cólera, embora não seja objeto de nosso artigo, merece especial menção as epidemias de varíola, que igualmente no curso do oitocentos assolou a população do Brasil e mobilizou ações no âmbito da Saúde Pública e discussões candentes envolvendo burocratas, médicos e população em geral, em torno de facetas como a vacinação, as formas de aquisição da doença.¹³

Nesse cenário de mortes, medos e ações que a Província do Espírito Santo seria igualmente visitada pelas nada bem-vindas epidemias de febre amarela e cólera.

Saúde Pública, “caridade”, “assistência” e mobilização popular no Espírito Santo em tempos de epidemias

Como ocorrido em outras partes do Império, na província do Espírito Santo antes mesmo das epidemias de febre amarela e cólera se fazerem efetivamente presentes, seu rastro e o medo que elas engendravam, pelo mundo e pelo Brasil, já se tornava conhecido de seus habitantes. Assim, os leitores do *Correio da Victoria* (e aqueles que tinham conhecimento das notícias dos jornais por outros meios, como as conversas, leituras públicas em voz alta, etc), único veículo a

12 *Apud*: FRANCO, Sebastião. Cólera e surtos epidêmicos no oitocentos, na provincial do Espírito Santo. In: NASCIMENTO, Dilene (et al.). *Uma História Brasileira das Doenças*: volume 4. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 70-71. Optamos por atualizar a grafia para garantir maior fluidez à leitura.

13 Entre outros autores, conferir: CHALHOUB. *Op. Cit.*; MARQUES, Rita de Cássia et al. (Org.). *História da saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri/SP: Minha Editora, 2011.

circular pela Província à época, tomavam conhecimento do horror do “vômito negro”. Na edição de Em 4 de setembro de 1850, podia-se ler que na cidade do Recife, no mês de agosto, “[...] 255 pessoas tinham sido acometidas de febre amarela, destas 250 foram tratadas e 5 faleceram [...]”¹⁴. A presença da febre amarela também foi registrada, quando, na coluna *Noticias Diversas*, o jornal local anuncia que o presidente da Província da Bahia, tendo em vista ter crescido o número de enfermos vítimas da doença, “[...] mandou alugar a casa do Sr. Balduino, próximo ao hospital de Mont-Serrat [sic.], a qual consta-nos tem aposentos espaçosos e arejados, que são destinados para receberem os convalescentes”¹⁵.

Por ocasião da epidemia de cólera, entre outubro/novembro de 1855 e março de 1856, percebemos realidade análoga. No primeiro ano da edição do *Correio da Victoria*, 1849 (ou seja, aproximados seis anos antes do cólera chegar, de fato, à Província), o veículo informava com significativa frequência seus leitores sobre os lugares pelo mundo em que o “Mal de Ganges” passava, além dos estragos que provocara. Na edição de vinte sete de outubro, temos conhecimento dos efeitos da “epidemia reinante na América”, sendo replicadas as notícias extraídas das gazetas de Nova Iorque, que sublinhavam a iniciativa do presidente norte-americano em conclamar a população para que o dia 3 de agosto fosse “consagrado ao jejum e a oração para chamar sobre a União Americana a misericórdia celeste” em consequência “dos estragos da cólera”¹⁶. Ao informar sobre o que ocorrera na França, se lê notícias ainda mais dramáticas dos efeitos da epidemia em Paris, que chegara com “extraordinária intensidade, e fizera muitas vítimas”, acrescentando que o número de mortes por dia “chegou ao algarismo assustador de 672”¹⁷.

Não se pode perder de vista que o *Correio da Victoria* era dono de um perfil editorial conservador e, em todo comprometido com o governo provincial (recebendo, inclusive, subsídios da Lei Orçamentária para sua publicação), estando o periódico “a serviço”

14 CORREIO DA VICTORIA, 11 de setembro de 1850, f. 6.

15 CORREIO DA VICTORIA, 18 de junho de 1850, f. 3.

16 CORREIO DA VICTORIA, 27 de out. de 1849, fl. 4.

17 CORREIO DA VICTORIA, 18 de ago. de 1855, fl. 3.

das elites e do *status quo* da Província¹⁸, realidade que, decerto, refletirá certos olhares e escolhas, também, na divulgação de notícias acerca da ocorrência das epidemias de cólera e febre amarela¹⁹. Por outro lado, há que se destacar o papel da imprensa não especializada na divulgação e difusão dos conhecimentos médicos oficiais (como das ciências em geral)²⁰, a exemplo da descrição dos sinais/sintomas das enfermidades; possibilidades de prevenir e remediar as doenças (com um sem número de receitas de “ilustres” facultativos e médicos, como aparece comumente estampado em suas páginas); da divulgação das “Medidas Sanitárias” impostas pelo governo central e/ou provincial.

Embora não haja dados sistematizados e, mesmo seguros, para quantificar o número de acometidos e vitimados pelas epidemias de febre amarela e cólera as notícias dos jornais e as fontes administrativas, a exemplo dos relatórios dos presidentes da província, nos dão preciosas indicações acerca da quantidade e perfil dos doentes e, principalmente, do “caminho” das epidemias e a forma com que as mesmas afetaram o cotidiano dessas populações. Tomemos, em função das dimensões desse artigo, o caso da febre amarela em terras capixabas.

Marinheiros, imigrantes e moradores de áreas litorâneas, na sua maioria pertencente às camadas populares, foram os principais alvos dos surtos de febre amarela. As informações contidas no relatório do presidente de província nos mostra que a epidemia teria atingido os municípios de Itapemirim, Guarapari, Vitória, Santa Cruz a cidade de São Mateus e Barra de São Mateus, todos situados em

18 MATTEDI, José Carlos. *História da imprensa oficial no Espírito Santo*. Vitória: GSA, 2005. p. 24 e segs.

19 Para uma investigação acerca das variações das notícias (em nada descompromissadas) sobre a epidemia de cólera no Espírito Santo e do perfil editorial do Correio da Victoria, conferir NOGUEIRA, André. O cólera no Espírito Santo pela lente do Correio da Vitória (1855-1856) ou quando as epidemias viram notícia. In: FRANCO, Sebastião P. (et all). *Uma História Brasileira das Doenças* Vol. VI. BH: Fino Traço, 2016. p. 223-245.

20 ALMEIDA, Maria A. P. A epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, Vol.18 N. 8, 2011. p. 834p. 1057-1071.

faixa litorânea²¹. Em 1854 e em 1873, respectivamente, temos informações dos governantes provinciais que nos evidenciam que os imigrantes foram vítimas dos surtos epidêmicos de febre amarela em 1854²². Os habitantes de Santa Isabel, colônia com predominância de imigrantes de origem germânica, conheceram um grave surto dessa doença, no qual morreram 15 colonos muito jovens. Em 1873, teria ocorrido um surto de febre amarela entre imigrantes italianos recém-chegados à Vila de Benevente (atual Anchieta) e que iriam se dirigir para a colônia de Rio Novo²³.

As notícias coligidas do *Correio da Victoria* igualmente corroboram o caráter litorâneo da epidemia e sua “predileção” por imigrantes e pela população mais pobre. Em notícia de 1859, em Santa Cruz, sabemos que a febre amarela fizera “inúmeras vítimas”, acometendo, sobretudo os indígenas da região que viviam do corte de madeira para subsistir²⁴. O mesmo jornal, em 1871, publicava que tinha sido aprovada, pelo Ministério dos Negócios do Império, verba para socorros públicos, no valor de 500\$000rs (quinhentos réis), enviada à presidência da província para pagamento de despesas que se fizessem necessárias, como o tratamento dos indigentes acometidos de febre amarela na cidade litorânea de Guarapari²⁵. Ainda é o veículo que nos informa que no ano de 1850, quando surgira um surto mais intenso da doença teriam morrido mais de 300 habitantes na Província²⁶.

Como se vê, o perfil das vítimas de febre amarela no Espírito Santo coadunava com a crença – bastante difundida entre os médicos da Corte – de que o “vômito negro” acometia em especial os

21 *Relatório que o Exmo presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifácio Nascentes d’Azambuja, dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852*. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A d’Azeredo, 1852.

22 *Relatório com que Sebastião Machado Nunes, presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia 25 de maio de 1854*. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A d’Azeredo, 1854.

23 *Fala com que Domingos Monteiro Peixoto, instalou a Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo, na sessão de 16 de setembro de 1875*. Victoria: Typographia do Espírito-Santense, 1875.

24 CORREIO DA VICTORIA, 13 de abril de 1859 fl.1

25 CORREIO DA VICTORIA, 31 de maio de 1873, f. 2.

26 Para uma análise sobre o “caminho” do cólera no Espírito Santo e o número das vítimas da epidemia, conferir Franco (2015, cap. II e V).

imigrantes “não aclimatados” ao Brasil, opinião comungada pelo destacado dr. José Pereira Rêgo, membro da Academia Imperial de Medicina (sendo presidente da casa em duas ocasiões), lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membro da Comissão Central de Saúde Pública, quando do início da epidemia de febre amarela na Corte, conforme escreveu em seu *Historia e descripção da febre amarella epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*²⁷.

Mas, afinal, que ações foram tomadas para conter as epidemias de febre amarela e cólera no Espírito Santo? Como os diferentes atores envolvidos (médicos, burocratas, camadas subalternas) responderam às epidemias?

Uma primeira pista nos é dada na transcrição da supracitada notícia da febre amarela em Guarapari, na qual o veículo menciona a concessão de ajuda financeira por parte do governo imperial para os “socorros públicos”. Aliás, como é possível acompanhar nas correspondências oficiais e nos relatórios, os presidentes da Província foram hábeis em reclamar ajuda à Corte, tanto em forma de recursos financeiros como no envio de “facultativos” e médicos, remédios e demais provimentos.

O então presidente da província Felipe José Pereira Leal, em seu relatório narra, em tom interessadamente apologético, suas ações contra a investida da febre amarela e de que maneira fora socorrido pelo Imperador, não deixando em seu texto, igualmente, de sublinhar a força da epidemia:

O governo sempre solícito pelo bem da humanidade, e em desempenho de seus deveres, tomou aquelas medidas, que estavam ao seu alcance, e que aqui podiam ser executadas: nomeou o médico, que existia nessa capital, para encarregar-se do curativo dos doentes pobres, a quem igualmente prestou remédio e dieta; solicitou e obteve do governo Imperial mais um facultativo, que pudesse salvar o grande número de enfermos, que de dia

27 REGO, José Pereira. *Historia e descripção da febre amarella epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1851. p. 54.

em dia apareciam [...] A ciência e habilidade do Dr. João José Vieira, comissionado pelo governo de S.M. Imperial, e do Dr. José Joaquim Rodrigues, que da Bahia veio estabelecer-se, não puderam impedir o flagelo ainda por mais de dois meses se conservasse nessa capital, onde não se observou, que a febre amarela se desenvolvesse, como em outros lugares, a bordo dos navios ancorados em seu porto²⁸.

É preciso lembrar que a maior parte das ações no âmbito da saúde pública se dava no calor dos acontecimentos, depois que uma epidemia já estivesse instalada e começando a vitimar as pessoas. Além disso, a assistência à saúde no Brasil imperial ficava, em grande medida, a cargo das autoridades (Câmaras Municipais) e da população locais (beneméritos), como bem aponta Rita Cássia Marques²⁹.

Esse tipo de confluência entre os órgãos de Estado, especialmente os de poderes locais, e a ação privada seria bastante visível na organização das comissões sanitárias, das enfermarias e do provimento de remédios e tratamentos nas ambulâncias (normalmente carroças que portavam remédios), em âmbito geral, ações volantes que cobriam as diversas áreas que se tinha notícia da ocorrência das epidemias. As enfermarias eram tipicamente instaladas em alguma casa da localidade atingida, sendo esta cedida “por caridade” ou alugada para receber os enfermos que a ela recorriam. O governo provincial repassava diretamente para as comissões sanitárias as cifras necessárias para os aluguéis, compra de remédios, pagamentos de profissionais (cirurgiões, boticários, médicos, enfermeiros, como eram conhecidos aqueles que cuidavam dos doentes), além de despesas com alimentação, lençóis e cobertores, vestimentas e toda sorte de objetos (panelas, gamelas, tesouras, pratos, copos...) necessários para fazer funcionar as enfermarias. Ao final de suas

28 *Relatório com que o Exmo. Senhor Felippe José Pereira Leal, presidente da província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia vinte e três de maio do corrente ano.* Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1851. p 14-15.

29 MARQUES. *Op. Cit.* p. 120.

atividades, as comissões sanitárias precisavam prestar contas dos gastos de seu período de vigência³⁰.

Assim, para angariar os recursos necessários para o financiamento dos “socorros” em tempos de epidemias para além dos gastos aportados pelo governo provincial e a ajuda da Corte, uma das formas mais recorrentes era a organização de subscrições, prática igualmente usual na Província do Espírito Santo, onde se conclamam pessoas para, “por caridade”, contribuírem financeira e materialmente para garantir a instalação de enfermarias, aquisição de remédios e distribuição de alimento aos “indigentes”, lembrando que boa parte de tais “indigentes” labutavam diariamente pela sua parca sobrevivência material e, uma vez parando de trabalhar em função de seu acometimento, passaria a enfrentar outro revés: a fome. Além das subscrições propriamente ditas, são noticiadas iniciativas pessoais de doação alimentos, remédios e distribuição de dinheiro pelos indivíduos mais abastados e socialmente reconhecidos dessas comunidades.

As páginas do *Correio da Victória* nos dão pistas da recorrência desse tipo de ação “filantrópica” para o combate às epidemias. Na edição de cinco de dezembro de 1855, são louvados os feitos do coronel João Nepomoceno Gomes Bettencourt e do major Francisco Paula Gomes Bettencourt, que em Itabapoama mandaram “por sua conta” uma lancha carregada de arroz, carne seca e farinha para alimentar “os pobres daquele lugar”. O sr. dr. Manoel Gomes Bettencourt, igualmente seria lembrado pela distribuição de dinheiro (112\$rs) para a população pobre, arrematando o veículo que “estes cidadãos são dignos de todo o louvor e gratidão de seus patrícios”³¹. Aproximados trinta dias depois, o jornal publica a iniciativa particular e a doação de recursos para o funcionamento da enfermaria de S. Francisco em Vitória, novamente, embora dessa vez sem mencionar diretamente seus nomes, louvando a iniciativa generosa dos “beneméritos”:

30 FRANCO, 2015, p.83-87.

31 CORREIO DA VICTORIA, 5 de dezembro de 1855. fl. 2.

[...] No meio dos horrores da peste, quando todos evitam contato com o infeliz afetado do mal, lá aparece um apóstolo da caridade, um destes homens, que não recuam ante consideração de qualidade alguma, quando se trata de salvar a vida do seu semelhante, ao estender a mão ao mísero que às vezes já se estorce nas agonias do passamento, e o livra de uma morte certa, e quase infalível!...

Desde que epidemia estendeu seu manto de horrores por sobre esta cidade, um pensamento nobre e generoso apareceu entre alguns concidadãos nossos e foi o de fundar-se uma enfermaria, onde os indigentes pudessem encontrar algum alívio para seus padecimentos. Surgiram a princípio algumas dificuldades e embaraços, porem a vontade de alguns espíritos resolutos venceu estes entraves, e a enfermaria está fundada.

São então conhecidos os serviços relevantes que os fundadores daquela casa de caridade têm prestado, são elles tão notórios e importantes, que achamos necessário repeti-los aqui.

Porem não podemos deixar de apresentar à gratidão publica os nossos dois principais sustentáculos daquela casa, e principalmente do que se tem prestado ao possível trabalho dos enfermeiros [...].³²

Como não parece difícil de imaginar, para além dos valores de “caridade cristã” e da “filantropia” – fundamentais para a boa prova da conduta reta do fiel católico e garantia do paraíso celeste –, ter seu nome estampado nas páginas dos jornais com as respectivas quantias doadas, decerto, era um importante elemento de afirmação de poder e aquisição de (mais) prestígio entre as figuras notáveis daquelas comunidades. Realidade, aliás, não muito diferente da ocorrida em outras partes do Império, como nos mostra, por exemplo, Jocieldo Alexandre para o caso do cólera no Ceará³³.

32 CORREIO DA VICTORIA, 9 de janeiro de 1856, fl. 3

33 ALEXANDRE, Jocieldo Ferreira. *Quando o “anjo do exterminio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no Semanário Cratense o Araripe (1855-1864)*. 2010 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de

Por conta da desestruturação das relações interpessoais e do medo da doença e da morte, a passagem de uma epidemia igualmente desarticulava os hábitos sociais mais arraigados e triviais como o dobrar dos sinos por ocasião de um falecimento (para não “inculcar” o medo da morte e a “melancolia” que produzia uma “propensão” à doença); o longo preparo, velório e as orações fúnebres; os cortejos que deslocava o cadáver de sua casa até o local de sepultamento e, mesmo, a recusa de sacerdotes em “encomendar” o morto e efetuar os sacramentos e cuidados que os preceitos católicos definiam para seus fiéis. Assim, entraria também no rol das ações de caridade a coragem de determinados indivíduos de romper o temor e se solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos. Na edição do *Correio da Victoria* de cinco de janeiro de 1856, na seção “Anúncios” deparamo-nos com o seguinte texto:

Luiza Pinto Rangel dos Santos e seus filhos, transidos de dor agradecem a todas as pessoas que se dignaram visitar socorrer e acompanhar seu falecido marido Francisco Rodrigues dos Santos, atacado da epidemia reinante [cólera] no dia 2 do corrente, e falecido nesse mesmo dia: com especialidade aos Srs. Tenente José Joaquim Carlos de Oliveira. Sebastião Fernandes de Oliveira, e Cezario Pinto de Almeida e Marceliano da Silva Lima³⁴.

Entretanto, em alguns momentos contar com a “filantropia” e a “caridade cristã” não seria empreitada das mais fáceis, entre outras razões pela resistência que parte das pessoas tinha de terem “coléricos” e outros doentes em suas casas ou nas cercanias dela. O médico Azambuja Meireles, membro da comissão sanitária de Serra, relatou ao governo provincial que encontrava dificuldade em conseguir uma casa que pudesse comportar a enfermaria que objetivava edificar para o combate do cólera na região, resolvendo,

Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. p. 133 e segs.

34 CORREIO DA VICTORIA, 5 de janeiro de 1856, fl.4.

por falta opção, aceitar “uma casa em mal estado de conservação”, que foi oferecida pelo morador Ignacio de Loiola Pereira³⁵.

Novamente, a edição do dia 5 de dezembro de 1855 do único veículo capixaba à época seria emblemática no noticiar as diferentes formas com que as pessoas de relevo em suas comunidades se comportaram diante do assalto do cólera. Definindo como “as mais tristes notícias”, narra, em Itapemerim, a fuga da vila do delegado e juiz municipal e dos órgãos, o dr. Lapa, destilando em tom de ironia e crítica: “admira que o dr. Lapa que é tão valente com os fracos, e pobres, hoje se mostre tão fraco e medroso!”³⁶. Adiante, o leitor se depara com uma inversão de conteúdo e sentido das ações, ao ler, em tom o mais elogioso, os feitos do “vigário daquela freguesia” que se mostrava “incansável em prestar todos os socorros aos doentes, pelo que tem se tornado digno da gratidão daquele povo”³⁷.

Outra interessante faceta nas ações do “cuidar” na passagem de uma epidemia é que as enfermarias e ambulâncias acabavam servindo como meio de afirmação dos tratamentos e intervenções sobre as doenças e os corpos doentes da medicina oficial – em vias de busca de institucionalização e legitimidade junto à sociedade imperial – em suas diferentes vertentes e “sistemas” (como se dizia à época), deixando-nos entrever disputas e litígios entre os próprios doutos³⁸. Assim, o *Correio da Victoria* em uma de suas edições se posiciona ao lado dos médicos homeopatas ao denunciar uma tentativa de sabotagem da enfermaria de S. Francisco, que segundo o jornal tratava os “coléricos” com significativo sucesso, ao que parece, angariando a ira de partidários da alopatia:

35 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1 de fevereiro de 1856.

36 CORREIO DA VICTORIA, 5 de dezembro de 1855, fl.2

37 Idem.

38 Aqui nosso olhar se alinha ao de outros autores na perspectiva de que havia “várias/diferentes medicinas” – tanto legais como ilegais – à disposição dos enfermos em busca de cura no período imperial. Conferir entre outros, XAVIER, Regina. “Dos males e suas curas. Práticas médicas na Campinas oitocentista”. In: CHALHOUB, Sidney; MARQUES, Vera Regina Beltrão; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; GALVÃO Sobrinho, Carlos R. (Org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 331-354; SAMPAIO. *Op. Cit.*

[...] Parece-nos impossível que haja quem assim proceda; tanto que não podemos acreditar em um fato que por aí corre de alguém que foi a enfermaria lançar almíscar e outras essências, para nulificar a ação dos medicamentos homeopáticos (pois e pelo sistema de Hahnemann que se trata na enfermaria de S. Francisco) e dest’arte desacreditar-se no estabelecimento! Somente satanás seria capaz dessa ação infernal, que revela instintos ferozes e uma alma daninha e inteiramente despida de sentimentos elevados; não acreditamos por tanto em semelhante fato, ao menos por honra dos nossos concidadãos.³⁹.

Para além da montagem de enfermarias e ambulâncias, outra forma bastante recorrente de afirmação dos conhecimentos da medicina oficial eram as crenças e intervenções das vertentes higienistas⁴⁰. Como a maioria dos médicos da época acreditava que a “corrupção do ar” e a exalação dos “miasmas pútridos”⁴¹ seriam uma das principais causas para o aparecimento das doenças (endêmicas e epidêmicas), ações que resultassem em limpeza do ambiente e intervenções nas instalações urbanas e, consequentemente, do ar eram sempre incentivadas, conforme noticiado pela imprensa da época em Vitória :

As fomigações [sic.] de cloro são quanto basta para preservar das febres, e nada mais fácil do que preparal-as por si mesmo: disso tenho prova prática por já ter o ter

39 CORREIO DA VICTORIA, 9 de fevereiro de 1856, f. 2.

40 Para uma discussão mais adensada acerca do tema, conferir, entre outros autores, SAMPAIO. *Op. Cit*; CHALHOUB. *Op. Cit*; GONDRA, José. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004; ABREU, Jean Luis. Higiene e conservação da saúde no pensamento luso-brasileiro do século XVIII. In: *Asclepio*, 2010, vol.LXII, jan-jun 2010, p. 225-250.

41 KURY, Lorelai B. *O império dos miasmas: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1990. p. 88 e segs; CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; HANNAWAY, Caroline. Environment and miasmata. In: BYNUN, William F.; PORTER, Roy. *Companion encyclopedia of the history of medicine*. Londres: Routledge, 1997 p. 292-308

observado em 1810, 1822, e 1828, e emigrando para os Estados Unidos, tive bem cuidado de perguntar à meus colegas americanos em Philadelphia como extinguirão a febre amarela [...], disseram que atulhando [sic.] os pântanos com cal, e que para purificar o ar das habitações, tinham de todos os repartimentos das casas bandejas com cal, e continuamente as fomigações que agora vou ensinar. Deitem em pires, ou pratos de louça fundos, sal comum, na porção de mão cheia e sobre este lancem acido sulfúrico concentrado; quando começar à desenvolver-se o gás, peguem na vasilha, e a fação correr o aposento. Também se fomigão as roupas que se vestem, tendo cuidado de pendurar em guitas e debaixo delas aplicar as fomigações. Advirto que essas fomigações se fazem, e todos os dias são renovadas, e quem puder ter 3 ou 4 vasilhas destas constantemente em sua casa muito utilizará no caso que aqui apareça o flagelo. Em minha terra preveniu-se esse contágio cm as fomigações que aconselho, pois ali vi nas ephocas que aponto fomigar com cloro tudo até as malas, e cartas vindas de lugares pestíferos, e não se comunicou o mal apesar de ali apontarem muitas dúzias de enfermo. Sentirei que algum sábio me censure, mas não me ofendo, pois antes quero a reprovação dele, do que deixar de empregar esforços para poupar algumas vidas ⁴².

No *Conselhos ao povo sobre os preceitos higiênicos...*, publicado pela Comissão Central de Saúde Pública do Rio de Janeiro e assinado por dez doutores, dentre eles o destacado Francisco de Paula Candido, o cuidado com os “miasmas” e a “umidade” das habitações seria lembrado em primeiro lugar, seguindo ao final da publicação uma receita para a “desinfecção” das casas. Assim, de acordo com a Comissão:

A primeira regra de higiene recomendada pela Comissão refere-se aos cuidados que cumpre adotar acerca da

salubridade das habitações, mormente das que estão situadas em ruas estreitas, úmidas, em proximidade das praças e mangues, e bem assim das mal arejadas, pouco espaçosas e habitadas por um grande número de pessoas⁴³

A literatura acerca do cólera e demais doenças no Brasil da segunda metade do século XIX, para além da percepção de que a epidemia vitimava mais gravemente a população “preta” e “pessoas de cor” – expressões recorrentes na documentação – igualmente enfatiza que para as autoridades imperiais e os representantes da medicina douta tais achaques seriam atribuídos diretamente ao ambiente, à dieta⁴⁴ e aos costumes desses estratos populares, para além recusa de procurar o médico nos primeiros momentos da manifestação da enfermidade que, nesta perspectiva, tornar-se-iam os grandes responsáveis pela sua sorte. Neste contexto, médicos, burocratas, redatores e colaboradores de periódicos, associavam os estratos populares ao “vício”, à “marginalidade” e à propagação de doenças, daí o binômio “camadas populares”/“camadas perigosas” pautar de modo cada vez mais presente o discurso da medicina douta e as ações vinculadas à saúde pública, realidade, aliás, em nada diferente da encontrada na província do Espírito Santo⁴⁵.

Assim, quando a Província estava prestes a se encontrar com uma epidemia de cólera, o *Correio da Victória* fazia questão de associar organicamente a “epidemia que reina na Bahia e no Rio de

43 BRASIL. *Conselhos ao povo sobre os preceitos hygienicos que deve aguardar no curso da epidemia de cholera-morbus, e os meios de remediar as primeiros soffrimentos, pela Comissão Central de Saude Publica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1855. Fl. 3.

44 Em sentido hipocrático: incluindo não apenas os hábitos alimentares em sentido estrito, mas abarcando também o regime de trabalho (e demais “exercícios” do corpo), as práticas sexuais, as “paixões da alma”, entre outros vetores. Conferir, CAIRUS, Henrique. *Textos Hipocráticos*. O doente, o médico e a doença. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 93.

45 DINIZ. *Op. Cit.*, p. 383; DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: Ufba, 1996, p. 53; KODAMA, Kaori et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 19, 2012, p. 62-63; CHALHOUB. *Op. Cit.* cap. 1; BELTRÃO. *Op. Cit.* p. 846 e segs; WITTER. *Op. Cit.* 93; FRANCO, 2013, p.72; NOGUEIRA. *Op. Cit.*, p. 238 e segs.

Janeiro” e que se “alimentava de miasmas e podridões” às vielas habitadas pela população mais pobre da capital, e seus hábitos considerados “incivilizados” e “promíscuos”:

O asseio foi sempre uma condição essencial para a vida; porém hoje deve-se ter maior cuidado em as casas, as roupas, tudo enfim muito limpo, muito asseado. – A epidemia que reina na Bahia e no Rio de Janeiro alimenta-se de miasmas e de podridões; procura habitar nos meios dos lugares fétidos, lodosos e imundos – É preciso então tirar no meio de nós esses elementos que existem tão próprios a alimentá-la. É preciso visitar-se essas vielas asquerosas, que se chamam rua da Banca Velha, do Estanque, da Lapa e do Piolho, &: aí nessas hediondas moradas da miséria e da prostituição respira-se um ar mephitico [sic], vive-se na mais completa porcaria...⁴⁶

Menos de um mês depois, o veículo conservador novamente denuncia as condições higiênicas da Capital e as possibilidades da aquisição de enfermidades por culpa da falta de “asseio” e emenda da população, ainda que não deixasse de salientar, mesmo sem querer “censurar ninguém”, a falta de iniciativa do poder público em determinadas ações. Assim podemos ler:

A poucos vimos um edital proibindo que andem cães soltos pela rua, e eles continuam a desmoralizar a população com cenas bem expressivas; recomendou-se o asseio em toda a cidade, e agora é que se seca mais peixe quase podre pelas ruas, e cais mais frequentado desta pobre Vitoria – que as ruas andam mais cheias de lixo! Apenas andaram aí 4 míseros forçados neste serviço e talvez não se gastasse com ele 10\$000. Falou-se em visitas domiciliares, e ainda nenhuma se fez, falou em

46 CORREIO DA VICTORIA, 06 de outubro de 1855, fl. 2

lasaretos, em quarentenas, em enfermaria, em cemitério, em médicos, em medicamentos, em cinquenta mil coisas, e apesar de termos dois olhos, nada descobrimos, nada vemos. Não queremos censurar a ninguém, somente queremos registrar estes e outros fatos.⁴⁷

Não obstante, na ocorrência dramática da visita de uma epidemia, percebemos igualmente que essa população que, em âmbito geral, era responsabilizada por sua sorte e doenças, desqualificada e perseguida em seus valores e práticas, igualmente se mobilizava e cobrava das autoridades municipais, provinciais, religiosas, exigindo mais medicamentos, médicos, enfermarias, controle sobre os alimentos que eram comercializados, faltavam ou encareciam propositalmente e demais ações. Em tais momentos, mesmo que os indivíduos mais diretamente ligados aos extratos populares não tivessem acesso direto às redações dos jornais, há uma série de notícias e notas nas diversas seções do *Correio da Victoria* que nos dão mostras das críticas, insatisfações e atos que nos fazem chegar perto do burburinho das ruas, das vielas sujas e das habitações e reivindicações populares.

Uma queixa recorrente era que em momentos de epidemias os alimentos aumentavam drasticamente de valor, por conta do desabastecimento e do ágio cobrado de modo abusivo por comerciantes aproveitadores. Além disso, era recorrente a falta de fiscalização e o descaso com o estado dos alimentos que eram comercializados. Tomados por “adulterados” em seu tamanho e peso, além de mal conservados e passíveis de agravar o estado de saúde de quem os consumia, deixando a população mais “propensa” ao assalto das doenças (endêmicas ou epidêmicas). Na capital a secagem e comercialização do “pescado” era ponto constante de reclamação por fazer exalar “miasmas” que carregavam seus ares.

Um exemplo das pressões por ações de fiscalização das autoridades em relação á qualidade dos alimentos pode ser lido na edição de 29 de dezembro de 1855 (em meio à epidemia de cólera),

47 CORREIO DA VICTORIA, 30 de outubro de 1855, fl.3

na qual seu autor não dispensa uma ironia flagrante na composição do texto:

Acuda-nos Sr. fiscal, se não morremos de fome! O pão está de um tamanho tão pequeno, tão ruim que não presta para nada! Abra os olhos, e veja o que padecemos, nos querem vender hóstias em lugar de pão! Que falta de caridade! Que falta de polícia! Que desleixo! Que miséria! Pois o leite é água pura! E a câmara com os olhos fechados, e o Sr. fiscal anda tendo considerações com certos capadócios, que por aí vivem a custo do suor do povo [...] ⁴⁸.

Aproximados vinte anos depois, por ocasião da volta da febre amarela à Província, a falta de controle sobre os alimentos vendidos nas praças públicas em Vitória voltaria a ser alvo de críticas, mostrando que a despeito de certas “lições” legadas pelas epidemias determinadas realidades pareciam inalteradas. O dr. Goulart de Sousa, que se apresentava aos leitores como “higienista” disposto a dividir alguns “princípios aconselhados pela ciência do Velho de Cós” [Hipócrates], continuava a reclamar da qualidade das frutas que eram vendidas “que não tem chegado ao estado de madureza” e de como este tipo de alimentação poderia afetar a saúde das pessoas ⁴⁹.

Acerca da escassez e do aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, situação que, juntamente com a constatação da péssima qualidade dos alimentos, acalorava os ânimos, tomamos contato com a seguinte denúncia extraída do *Correio da Victoria*:

Não basta a epidemia [cólera] para nos flagelar, a falta de gêneros de primeira necessidade é tão bem [sic] um flagelo. A carne verde só se vende aos amigos, e aos grandes da terra! As galinhas são atravessadas logo na pedra do Lásaro, e se milagrosamente escapam d’ahi, são

48 CORREIO DA VICTORIA, 29 de dezembro de 1855 fl.2

49 CORREIO DA VICTORIA, 17 de maior de 1871, fl.3.

todas compradas por algum do Porto dos Padres [importante área comercial], para as revenderem por 4 e 5 patacas! Acuda-nos, por amor de Deus, Sr. fiscal; valha-nos por quem é, pois assim morremos à fome, se escaparmos da bicha⁵⁰.

Assim, como o texto supracitado nos faz crer, não bastasse a falta de fiscalização e os alimentos “passados”, em tempos de cólera a população parecia ser atingida em cheio pela carestia e pelo aumento dos preços, fazendo com que determinados alimentos, como sublinha a notícia em tom acusatório, estivesse disponível apenas para os “grandes da terra”.

Outra ordem recorrente de críticas e cobranças aos representantes do poder público dizia respeito à falta de atendimento aos doentes e à carência de remédios e tratamentos. A negligência das autoridades era criticada e ridicularizada constantemente também nas páginas dos periódicos, exigindo-se que estas fossem zelosas no trato de suas ocupações. Os acontecimentos ensejados em Itapemirim quando o cólera visitou a vila são bastante elucidativos nesse sentido. Depois de um conjunto de pedidos e esperas pelo governo provincial para atender os clamores da população e em vista da infame fuga do dr. Lapa (acima referida), os moradores da vila resolveram tomar a dianteira das ações e se organizarem por conta própria para conter a epidemia, não sem antes criticar o governo por não conseguir atender as suas necessidades. Como aparece no texto do *Correio da Victoria*, alguns “cidadãos” de Itapemirim que, “[...] incrédulos a respeito das providências do governo” recorreram à caridade pública e conseguiram montar uma enfermaria na cidade para atender aos indigentes atacados pela cólera⁵¹.

Cerca de um mês depois, e em vista da permanência da epidemia na localidade, seus moradores de mobilizaram novamente: fizeram um abaixo-assinado no qual, mais uma vez, criticavam o

50 CORREIO DA VICTORIA, 29 de novembro de 1855.

51 CORREIO DA VICTORIA, 22 de dezembro de 1855, fl.3.

governo pela inoperância em relação aos socorros à população. Declaram:

Que a única enfermaria existente nesta Vila [...] e a mesma criada por esmolas dos habitantes deste município, a qual acha-se funcionando desde 17 de novembro do ano p. p sem que até hoje nela se tenha recebido o mínimo socorro do governo provincial.

Por falta de cômodos foi transferida esta enfermaria do sobrado emprestado generosamente pelo Rvm. Vigário da freguesia o padre João Felipe Pinheiro, para o que lhe foi concedida pelo Exm. Sr. Barão de Itapemirim.

Por tanto o fato desta mudança não pode autorizar a pessoa alguma entender pela leitura do expediente da secretaria do governo da província de 16 de dezembro findo, transcrito no Correio da Victoria nº 102 de 29 do mesmo mês, que nesta Vila acha-se montada outra enfermaria para indigentes atacados da epidemia reinante⁵².

Resumindo, como o governo não conseguia atender a população da forma necessária, em face da dimensão que a epidemia tomou naquele município, os moradores se organizaram e buscaram resolver seus problemas de forma autônoma e não abriram mão de criticar a inoperância das autoridades e impedir que às mesmas fossem creditadas ações que efetivamente não tomaram.

Realidade análoga pode ser observada na capital da Província, de onde partiram diversas críticas às ações do governo estampadas igualmente nas páginas do único periódico que informava os capixabas. Dessa forma, a Comissão Sanitária nomeada pelo Governo Provincial é acusada de estar distribuindo os medicamentos a quem não precisava, ou que tinha condições de adquiri-los, esquecendo-se de cumprir sua missão, que era olhar pelos “indigentes”, pois os medicamentos deveriam ser distribuídos “[...]”

somente pelos indigentes ou pôr todas as pessoas de qualquer condição ou hierarquia, que deles precisarem? Estas comissões devem receber pagas pelos remédios que distribuem ou dá-los gratuitamente?”⁵³.

Além disso, havia na província um sentimento de que a presença do cólera poderia ter sido evitada se o Governo Provincial tivesse atentado para as recomendações que foram feitas, quando a epidemia ainda não havia aportado no Espírito Santo. Utilizando-se da imprensa, foi veiculada uma queixa dizendo que, quando já se sabia da existência do cólera no Pará e no Rio de Janeiro, “em sua peregrinação fatal”, foi recomendado que se tomassem algumas providências para que, se a epidemia chegasse, eles não fossem tomados de surpresa e “[...] até hoje nada, nada absolutamente se tem feito. Ignoramos a razão, não sabemos mesmo quem terá sido o culpado deste inqualificável desleixo, deste crime de lesa humanidade”⁵⁴.

Em contrapartida, o que cremos poder interpretar como mais uma das repostas do governo provincial acerca das queixas e mobilizações autônomas de seus habitantes, em especial, aqueles que ocupavam as “hediondas moradas da miséria e da prostituição” (como os qualificam os editores do *Correio da Victoria*), havia a constante acusação dos representantes da medicina douta e burocratas de não lançarem mão dos hospitais e enfermarias, além dos tratamentos oferecidos pelos doutores. Em muitos casos, como era constantemente afirmado pelas autoridades, o “populacho” só resolvia expor a sua doença a um dos representantes da medicina oficial quando seu estado já era tão precário que tornaria – segundo o mesmo discurso – qualquer possibilidade de tratamento e recuperação impraticável.

Por outro lado, não se pode perder de vista que, diferentemente da “ignorância” e da “teimosia” tantas vezes mencionada pelas elites médicas e administrativas, estava em jogo na escolha de quem um enfermo confiaria seu corpo variantes bem mais complexas, como as concepções das doenças e suas possibilidades de

53 CORREIO DA VICTORIA, 26 de janeiro de 1856, fl.2

54 CORREIO DA VICTORIA, 21 de dezembro de 1855, fl.3.

cura dos estratos populares (muitas delas oriundas de cosmovisões e crenças africanas); a crença e prestígio de determinados curadores não licenciados (em geral desqualificados como “feiticeiros” ou “charlatães”); o tipo de tratamento a ser administrado, dentre outro fatores.⁵⁵ Essa realidade tornaria a passagem de uma epidemia um momento privilegiado para a análise das muitas disputas travadas pela medicina oficial pelo controle dos corpos doentes e suas intervenções, faceta aqui menos explorada em razão dos interesses específicos desse texto⁵⁶.

Considerações Finais

Como buscamos mostrar nas páginas acima, houve na província do Espírito Santo uma série de iniciativas, ações e disputas em torno das concepções multifacetadas de “assistência” e “caridade” (com fronteiras borradas entre o laico e o religioso; as ações de estado e a iniciativa da população; a caridade e o interesse de projeção social...), como as pensavam os homens que viveram o oitocentos.

Assim, a Província como palco da febre amarela e do cólera vivenciou a ação de diferentes atores sociais: redatores e colaboradores de jornal; médicos; curandeiros; indivíduos qualificados laconicamente de “povo”/“população” e que agiram ativamente no combate dessas inoportunas visitas.

As faces que aqui analisamos mais amiúde desse colorido mosaico foram as iniciativas governamentais no âmbito da Saúde Pública – que em muito convergiam com os discursos e práticas da medicina douda, especialmente em suas vertentes higienistas – e as

55 CHALHOUB. *Op. Cit.* ; SAMPAIO, Gabriela. Gabriela. Juca Rosa: um pai de santo no Rio de Janeiro Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

56 Para uma discussão das práticas de cura na província do Espírito Santo em tempos de epidemias, conferir FRANCO, 2015; FRANCO, Sebastião Pimentel e NOGUEIRA, André. Entre práticas e curas: as polivalentes formas de se enfrentar a epidemia de cóler no Espírito Santo (c.1855) (no prelo).

iniciativas autônomas da “população” em determinadas áreas assaltadas por essas duas epidemias.

Em vistas das mortes e pessoas acometidas, o Estado se viu obrigado a tomar uma série de medidas no intuito de aliviar o sofrimento da população: ambulâncias, enfermarias e medicamentos foram enviados às diversas localidades onde a epidemia se fez presente; médicos, cirurgiões, boticários, “facultativos” foram contratados e solicitados à Corte para socorrer os enfermos; víveres e dinheiro foram distribuídos, principalmente entre a população mais pobre economicamente.

Atônita e apavorada com esse estado de coisas, a população não se deixou abater, buscou alternativas para minorar os seus males, mostrando-se agente de sua própria história, ao recorrerem aos curandeiros, se solidarizando entre si, questionando o Poder Público por aquilo que considerava sua inoperância. Também se uniram para arrecadar fundos que possibilitassem, inclusive, o funcionamento de enfermarias.

Essa variedade de discursos e ações – por vezes entremeados por forte antagonismo – que acompanhamos nas páginas do Correio da Victoria e nos papéis da administração da Província, aproxima o olhar aqui defendido de uma literatura mais atual da história da medicina e das doenças que ressalta as diferentes formas de curar e conceber as enfermidades, dando mostras do protagonismo e polifonia de crenças e indivíduos para muito além de uma irresistível “medicalização da sociedade”, conforme concebido por Foucault (e seus seguidores).

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

A QUEM RECORRER? – O SERVIÇO DE PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE SÃO PAULO, 1930-1950

Where to look for help? – The Emergency Medicine Service at the São Paulo Hospital of Clinics, 1930-1950

*André Mota**

RESUMO

O artigo em pauta estuda a constituição do Serviço de Pronto Socorro do Hospital das Clínicas de São Paulo. Criado em 1944 como resposta às demandas vividas pela cidade, a partir da explosão populacional advinda do processo migratório entre os anos de 1930-1950, o Serviço teve que lidar com os contratempos trazidos, tanto pela administração municipal e seu gerenciamento no campo hospitalar, como as próprias contradições de uma cidade em franca expansão populacional e sem controle. Nesse sentido, busca-se apresentar o projeto arquitetado e formulado pelos professores da Faculdade de Medicina USP, bem como a indicação de tais contratempos em seus primeiros anos, formulada pelo Hospital das Clínicas como também pelas notícias da imprensa local, envolvendo a complexidade da assistência hospitalar da capital paulistana.

Palavras chave: Assistência médica, Pronto Socorro, Instituição hospitalar, Imprensa local paulistana

ABSTRACT

This paper studies the constitution of the Emergency Medicine Service at the São Paulo Hospital of Clinics. The Service was created in 1944 in response to the city's needs arising from the population explosion caused by the migratory process between

* Historiador, Professor do Departamento de Medicina Preventiva – FMUSP e Coordenador do Museu Histórico – FMUSP E-mail para contato: a.mota@fm.usp.br

the 1930s and 1950s, and it had to deal not only with the adversities caused by the municipal administration and its hospital management, but also with the contradictions of a rapidly and uncontrollably expanding city. With this in view, we aim to present (1) the project formulated by professors of the USP School of Medicine, and (2) the inventory of the aforesaid adversities, in their early years, as reported by both the Hospital of Clinics and the local press, showing the complexity of hospital care in the city of São Paulo.

Keywords: Medical care, Emergency medicine, Hospital institution, São Paulo's local press

A historiografia brasileira preocupada com a saúde pública em seu vínculo com os serviços de assistência vem ganhando espaço dos estudos atuais.¹ No caso paulista da primeira metade do século XX, tanto as instituições governamentais quanto as sociedades civis passaram a ganhar destaque dos pesquisadores², assinalando uma rede de interesses e temas que se cruzavam no sentido de responder às intempéries que avançavam nas áreas urbanas e rurais do Estado, explicitando tantos as doenças que abatiam a sua população, das consideradas mais antigas às inéditas, como as estratégias que fossem consideradas capazes de barrar o impedimento do desenvolvimento do Estado. Assim, acompanhar suas localidades se tornou obrigatório no sentido de reconhecer questões específicas, já que as balizas capitalistas, ao passar ou não por uma determinada localidade, delimitariam os impactos ou não da chegada dessas instituições e seus representantes.³

Nesse estudo, faremos uma incursão bastante precisa, ou seja, as preocupações se darão sobre a capital paulista, ao se voltar para o tema da assistência hospitalar em torno do pronto atendimento nos

1 SANGLARD, Gisele [et.all] *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, FGV Editora/Faperj, 2015.

2 MOTT, Maria Lucia e SANGLARD, Gisele (orgs) *História da Saúde em São Paulo*, Rio de Janeiro/São Paulo, Fiocruz/Manole, 2011.

3 Acompanhar discussão sobre as especificidades municipais paulistas em sua relação com as instituições médicas e de saúde pública em: MOTA, André e MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. *Práticas médicas e de saúde nos municípios paulistas: a história e suas interfaces*. Coleção Medicina, Saúde & Historia, vol.1, São Paulo, EDUFABC/CD.G Casa de Soluções e Editora, 2011.

casos de urgência. A intenção será a de apresentar esse serviço criado em 1944 pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em seus primeiros anos. Isso porque, a assistência hospitalar na cidade de São Paulo mostraria o hiato entre a complexidade da assistência demandada e o serviço oferecido, que se complexificou com o processo migratório que havia sido estimulado pelo governo paulista, a partir dos anos de 1930, quando milhares de homens e mulheres foram atraídos à cidade, tendo sua chegada se dado sem estrutura urbana compatível, nem de seus serviços de saúde preparados para recebê-los.

A cidade de São Paulo e o processo migratório dos anos de 1930-1950

Na virada do século XIX para o XX, a vinda de novos povos implicou uma explosão demográfica paulistana e, aos poucos, logrou-se uma confusa acomodação entre imigrantes e nacionais. Os anos 1930 aprofundaram essa perspectiva, quando a população estabelecida assistiu a um novo e súbito aumento populacional, em função do processo migratório, agora essencialmente interno e notadamente de grupos vindos da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas, do Sergipe e da porção setentrional de Minas Gerais. Para compreender esse deslocamento, é preciso sublinhar, particularmente, dois momentos do processo.⁴ O primeiro ainda é relativo à crise de

4 No caso da cidade de São Paulo, foi do estilhaçamento das relações passadicas e de sua remontagem em novos contextos com suas representações e imagens do progresso sem limites que se configurará a chegada de novas gentes, a tomada de terras e formas de viver de uma “outra” cidade, com muita marcação a partir da década de 1930, ganhando dimensões metropolitanas. Com uma racionalidade cada vez mais complexa, vivendo mudanças que acabam por construí-la e degradá-la, a capital paulista segue com sua estruturação administrativa fundada em limites orçamentários, ineficácia administrativa e paralisia diante da intransigência das manobras especulativas. Acompanhar o estudo desse processo de urbanização paulistano em: SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec, 1994.

1929 e às necessidades da produção cafeeira no estado de São Paulo, quando:

ao adquirir os estoques excedentes, construir uma infraestrutura de armazenamento do produto e elaborar uma política de desvalorização da moeda nacional, o Estado tornava-se sócio dos cafeicultores, socializando, assim, as perdas do setor por meio do encarecimento das importações e do endividamento externo. Entretanto, depois da grande crise, o governo teve que tomar medidas adicionais para manter a viabilidade econômica do setor. Essas políticas foram, basicamente, a queima de parte do estoque de café adquirido pelo Estado e o subsídio para contratar trabalhadores (desta vez, migrantes nacionais) com o fito de sanar o problema da “falta de braços” nos cafezais paulistas.⁵

O governo estadual subsidiou o processo migratório, o que acabou, por um lado, concorrendo para a recuperação da cafeicultura e, por outro, promoveu uma acumulação de força de trabalho industrial das grandes cidades, sobretudo, na de São Paulo. Paulatinamente houve a diminuição da produção cafeeira e uma crescente diversificação de culturas no oeste paulista como o plantio de laranja, cana-de-açúcar, feijão, milho e algodão, o que permitiria o deslocamento de parte dessa população para as grandes cidades, iniciando a formação de uma reserva de trabalho para as indústrias e setor de serviços:

o então governador do estado de São Paulo, Armando de Salles de Oliveira, por meio da Secretaria da Agricultura, reeditou, em 1935, uma política de estímulo à migração de trabalhadores nacionais, baianos e mineiros em sua

5 SILVA, Uvanderson Vitor. *Velhos caminhos, novos destinos: migrantes nordestinos na Região Metropolitana de São Paulo*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia-FFLCH-USP, 2008. p. 19.

maioria, em direção às lavouras do interior. Os deslocamentos desses trabalhadores eram realizados com subvenção oficial por meio de contrato com empresas particulares de imigração e colonização, e ficava a cargo do Estado o pagamento das passagens e do transporte de bagagens dos migrantes [...]. Em 1939, ocorre uma mudança significativa na política migratória do estado que desarticulou os interesses das companhias privadas: a criação da Inspetoria de Trabalhadores Migrantes (ITM). Essa Inspetoria possuía uma estrutura própria de agentes contratantes, com escritórios nas cidades de maiores influxos de migrantes interessados em entrar no estado de São Paulo.⁶

Entre 1935 e 1939, dos 285.304 trabalhadores e trabalhadoras que entraram na Hospedaria dos Imigrantes, 96,3% eram brasileiros. Um segundo movimento, que de alguma forma deu sequência ao processo, posto que não cessou a vinda de migrantes, mas a intensificou a partir do pós-guerra, ocorreu com o projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, aprofundando-se na planificação de Juscelino Kubitschek, nos anos 1950, com alto investimento no parque industrial brasileiro. Essa nova configuração de atividades produtivas industriais aumentou as oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos e no setor industrial paulista, região que abrangia a capital e cidades vizinhas, como o chamado ABC paulista⁷, criando essa nova demanda:

diferentemente do período anterior, o Estado não mais subvencionaria o recrutamento e o deslocamento da força de trabalho que se dirigia à metrópole paulista e carioca. Tratava-se de uma “migração espontânea”, em que os próprios migrantes arcariam com as despesas da empreitada [...] realidade marcada pela desapropriação,

⁶ Idem.

⁷ Cidades industriais localizadas na região metropolitana de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

pela seca, pela desestruturação do campesinato; enfim, não se tratava apenas de uma alocação ótima dos fatores de produção do espaço, mas sim de um processo social cuja base estaria marcada por contradições próprias de um novo modelo de desenvolvimento econômico cujo eixo estruturador era a indústria moderna.⁸

Com o impacto desse contexto, a atração de trabalhadores recrudesceu, tomando a dimensão de um verdadeiro êxodo rural, estimulada, sobretudo, pelas secas da região nordestina de 1951-53 e a de 1958. Entre 1951 e 1955, o Departamento de Imigração e Colonização registrou a entrada de 762.707 migrantes na cidade, representando um crescimento de aproximadamente 60%. Com isso, o tamanho do município triplicou, enquanto, no mesmo período, a população nordestina cresceu dez vezes, empregando-se em massa nos vários ramos da indústria e de serviços, em franca expansão na Região Metropolitana de São Paulo.⁹

Nessa conjuntura, o governo paulista parecia indiferente ao que ocorria, inclusive à infraestrutura necessária para recebê-los institucionalmente, como foi o caso da Hospedaria dos Imigrantes, oficialmente responsável por acolher e distribuir as famílias entre as regiões do estado onde houvesse necessidade de mão de obra. Em 1952, o jornal *O Estado de S.Paulo* voltou a falar das levas de nordestinos que entravam na capital sem nenhum controle. Chegariam doentes e subnutridos, com conjuntivite, diarreia e tuberculose, resultado da longa viagem realizada e a Hospedaria, dizia-se, quase não prestava os serviços adequados:

o serviço médico da Hospedaria de Imigrantes é o mais precário possível. Não dispõe de nada, absolutamente nada, a não ser da boa vontade e dedicação de seus profissionais, que se encontram na dura contingência de

8 FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista 1945-1966*, Rio de Janeiro, EdFGV, 2008.p. 26.

9 Idem

limitar o exercício de suas funções à verificação perfuntória do aspecto geral dos trabalhadores nordestinos que para lá caminham, na alarmante média diária de 1.500 pessoas.¹⁰

O cenário narrado pela imprensa local emoldurava a realidade da miséria provocada, sobretudo, pela falta de moradia que se ampliava dia a dia por toda a cidade:

é a miséria numa casinha tosca do Ipiranga. É a miséria em plena Praça Ramos de Azevedo, onde um sofredor anônimo das ruas dorme no cimento frio. É a miséria a exigir que crianças esqueléticas procurem resto nos monturos. É a miséria na favela, miséria num banco da Praça da República porque a infeliz criatura não conseguiu vaga no albergue superlotado. É a miséria na Vila Maria, onde uma sexagenária anda à cata de qualquer lixo para poder comer! É assim a vida na capital dos tubarões e das filas. Esperam-se dias melhores. A esperança alimenta a população pobre de São Paulo.¹¹

Segundo o levantamento da moradia operária em 1946, havia na capital 1.916 famílias, 47,02% das quais nas chamadas habitações coletivas – os cortiços –, o que agravava a situação e obstava os resultados das ações das instituições assistenciais de saúde. Segundo levantamento realizado no período sobre as condições de habitação e medidas de saneamento (água potável, rede de esgoto e destinação do lixo), a situação era de precariedade:

quanto a rede de esgotos, até 1953, cobria apenas 2% da área total do município, e menos de 50% dos prédios da zona urbana estão ligados à Rede. A situação de esgotos

10 *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18/03/1952. p.8.

11 *A Gazeta*, São Paulo, 08/05/1947. p.5.

sanitários não satisfaz e tem caído face ao crescimento da população e extensão da área a atender.¹²

Dessa forma, ampliava-se a área da cidade, atingindo proporções incomuns, acrescentando-se a ideia da “influência exterior da cidade” sobre o semideserto que havia em torno dela, com a multiplicação das indústrias agrárias e do carvão de lenha e dos locais para diversão e recreio, como os bairros de Santo Amaro e da Cantareira. A esse desenvolvimento considerável não podia deixar de corresponder uma extrema intensificação da existência urbana, que marcaria sua fisionomia.¹³ A formação de novos bairros ganha o interesse das elites, por manter isolada e invisível uma população indesejada, e significa lucro fácil para os especuladores por meio de lotes clandestinos. Foi uma fase de expansão dos loteamentos das zonas periféricas destinados à autoconstrução e com regulamentação precária:

um gigantesco universo de clandestinidade, superando largamente os espaços da legalidade: bairros sem registro, ruas sem nome, casas sem número, moradores sem documentos. As únicas entidades legalizadas eram as chamadas sociedades amigos de bairro, que negociavam com políticos a lenta conquista de melhorias, do calçamento à escola, da iluminação pública às linhas de ônibus ou à coleta de lixo.¹⁴

Indo além, se até então as favelas eram em número suficientemente baixo para passar quase despercebidas na urbe, entre

12 CASTRO, Paulo de Carvalho. *Contribuição para o estudo da administração dos serviços locais de higiene infantil na Capital do Estado de São Paulo*, São Paulo, Tese de Livre Docência, Faculdade de Saúde Pública-USP, 1958. p.14.

13 BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 4. edição, vol.3, São Paulo, Hucitec, 1991. p.183.

14 REIS, Nestor Goulart. *Dois séculos de projetos no Estado de São Paulo*, vol.III (1930-2000), São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2004. p.27.

1930-70, sua presença ganha a atenção das autoridades municipais, exigindo intervenções e herdando, desde suas origens, os estigmas que cercavam os cortiços, mesmo que seu surgimento não estivesse relacionado a nenhum movimento organizado de invasões. Muito pelo contrário, é bom lembrar que as primeiras favelas paulistanas eram ocupações consentidas ou ainda estimuladas pela prefeitura. A sua proliferação diria da transição que a cidade viveria, sem preparação lenta ou adaptativa, mas, ao contrário, de forma veloz e violenta, absorvendo muitos desses grupos que chegavam sem alternativas de vida ou de trabalho.

Em seu instigante trabalho sobre a “invenção” das favelas cariocas, Valladares atentou não apenas a seu surgimento, mas a toda uma série de definições que nasceriam das relações estabelecidas entre a população e as políticas urbanas e imobiliárias, ganhando e perdendo elementos explicadores do lugar e também de seus moradores. Entre elas, algumas parecem ganhar sentido menos local e mais nacional, e seriam:

as respectivas representações que aparecem fortemente estruturadas pelas preocupações políticas relativas à consolidação da jovem República, saúde da sociedade e entrada na modernidade. A favela pertence ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização (...) um ‘outro mundo’, muito mais próximo da roça, do sertão, ‘longe da cidade’...¹⁵

No entanto havia um problema adicional diretamente ligado aos serviços de saúde em São Paulo, que além de seguir ainda o Código Sanitário de 1918, formulado pelo médico Arthur Neiva, e depois reformado por Geraldo de Paula Souza em 1925, também refletia as mudanças políticas trazidas pelo populismo getulista:

15 VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. 6ª. reimpressão, Rio de Janeiro, EdFGV, 2015.p.36.

depois de 1930, não se estabeleceu uma orientação planejada de saúde pública para a cidade e nem para o Estado. A falta de continuidade manifestou-se no próprio período de permanência dos secretários responsáveis pela pasta e dos diretores do Serviço Sanitário, depois, Departamento de Saúde Pública. Em média, os secretários permaneceram no cargo 203, 81 dias e os diretores de saúde pública 312, 21 dias entre 1930-1947 (...) um processo de descentralização e pulverização de serviços marcou a estrutura de organização de saúde pública que acabou por confundir e inviabilizar a coordenação das práticas sanitárias. Esse processo refletia não somente o crescimento urbano e populacional, mas também as demandas e pressões políticas por cargos e empregos públicos.¹⁶

Seria desse contexto complexo vivido pela cidade de São Paulo, que seus serviços de médicos e de saúde começaram a ressentir, cada vez mais, os limites de suas ações. Se as medidas executadas na virada do século XIX já demonstravam as contradições de fazer de seu território a civilidade esperada e espelhada sanitariamente, haveria uma crise maior, aguçada por novos contextos e demandas, exigindo esforços adicionais. Esse foi o caso da chegada do Hospital das Clínicas ao apresentar um grande projeto de pronto socorro à população desassistida. Caberia acompanhar o plano desejado e sua implementação, bem como, se a tecnologia colocada em marcha daria conta dessas contradições.

O surgimento de um novo Pronto Socorro: vozes da instituição

¹⁶ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. A cidade de São Paulo e a saúde pública, 1554-1954. In PORTA, Paula (org.) *História da cidade de São Paulo*, São Paulo, Paz e Terra, (307-350), 2004.p.344.

Para a apreensão desse processo, cabe dar aqui uma breve história do serviço de pronto-socorro paulistano, pois, diferentemente dos serviços criados no Rio de Janeiro (1893) e em Porto Alegre (1898), que se faziam inicialmente em instituições privadas de saúde e, em 1922, passaram à responsabilidade do Hospital do Pronto-Socorro do Departamento Nacional de Saúde Pública, em São Paulo, de forma inédita, o serviço ficou sob a responsabilidade da Polícia Civil do Estado:

em 1893, à Segunda Seção da Repartição Central de Polícia estavam subordinados os médicos do serviço-legal, enquanto a Terceira Seção controlava o movimento de indivíduos remetidos ao hospício, asilo e para a Santa Casa de Misericórdia. No mesmo ano, o Decreto 395, de 7 de outubro, deu maior atribuição à Seção Médica, que passou a contar com quatro facultativos, cabendo a cada um deles a incumbência da cadeia da Capital.¹⁷

Assim, a Assistência Pública dividia-se entre socorros médicos e os que envolviam assuntos de polícia, confluindo numa complexa rede assistencial, envolvendo de atropelamentos a envenenamentos, de picadas de animais a ferimentos por arma de fogo. Exemplarmente, segundo levantamento da Assistência Pública da Capital entre os anos de 1943 e 1944 (de janeiro a novembro), 51.659 socorros foram atendidos,¹⁸ não necessariamente com a devida resposta ao problema que se apresentava.

Mesmo para as doenças consideradas “apadrinhadas” por políticos, a situação não seria diferente. Conforme indicou Bertolli Filho no caso da tuberculose nos anos 1930-40, se o prestígio de Adhemar de Barros e de sua esposa, Leonor Mendes de Barros, em propagandas garantia apoio popular e político nas eleições, a

17 SPOSATI, Aldaiza de Oliveira (coord.) *A Secretaria de Higiene e Saúde da cidade de São Paulo: história e memória*. São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1985. p.130.

18 *Boletim do Departamento estadual de Estatística*, no. 12, São Paulo, Tipografia Brasil, 1944. p.137

tendência de crescimento da doença punha tais propagandas *sub judice*:

o descompasso entre o número de tísicos e as oportunidades de internamento faziam multiplicar as cenas chocantes que feriam o cotidiano da cidade de São Paulo. Nos prontuários médicos, é relativamente comum o registro de casos como o protagonizado pelo carroceiro Henrique Barreiros (P.1875), que, vindo de Iguape, esperou uma vaga hospitalar durante vários meses, sendo que nesse período permaneceu hospedado no Albergue Noturno do município. A data de internamento parecia algo incerto e distante até que, no primeiro dia de dezembro de 1943, o enfermo foi acometido por forte hemoptise quando perambulava nas proximidades da Praça da Sé, momento em que foi socorrido por uma ambulância da Assistência Pública. Em estado pré-agônico, o tuberculoso finalmente ganhou um leito no pavilhão reservado aos indigentes no Sanatório do Jaçanã. Mas pouco pôde usufruir do tratamento especializado, pois, uma semana após ser recebido no Hospital, Henrique Barreiros chegou a óbito, extenuado pela continuidade de vômitos sanguíneos.¹⁹

A superlotação da Santa Casa de Misericórdia era a maior expressão dessas limitações, já que quase todos os casos acorriam para lá. Foi nesse quadro que se pensou no hospital que estava sendo construído desde 1938, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HC-FMUSP), como um novo centro de pronto atendimento. Sua inauguração se deu no dia 19 de abril de 1944, data escolhida por ser também a do aniversário do presidente Getúlio Vargas, dois fatos considerados vultosos e imponentes pela *Revista Médico-Social*. Entre os presentes, estavam Ademar de Barros,

¹⁹ BERTOLLI FILHO, Claudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso 1900-1950*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2001.p.136.

interventor que pôs a pedra fundamental da construção do hospital em 1938, e Fernando Costa, o interventor do momento da inauguração:

Os jornais foram pródigos em noticiar a instalação de diversas clínicas, registrando que o hospital ganharia rapidamente capilaridade na assistência e no atendimento, por meio de suas especialidades e laboratórios. Assim, diziam, sucederiam diversas instalações como a Clínica Neurológica, sob comando de Adherbal Tolosa, a Clínica de Urologia, dirigida por Luciano Gualberto, a Clínica Médica de Almeida Prado, somando, em pouco tempo, mais de dez clínicas em funcionamento no hospital, com verba anual de 30 milhões de cruzeiros.²⁰

O discurso do diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e professor envolvido no projeto do hospital, Benedito Montenegro, foi devidamente publicado. Entre os temas tratados, destacava-se a organização do Pronto-Socorro, inaugurado na mesma ocasião. Mesmo não sendo considerada uma situação definitiva, dizia o Prof. Montenegro que talvez fosse a única aceitável, diante da grave lacuna existente nos serviços de assistência da capital paulista. Esta seção do hospital possuiria 126 leitos destinados aos serviços de pronto-socorro, imediatamente auxiliados pelos clínicos especializados do Hospital. Disse ainda que tal serviço colaboraria principalmente com a Santa Casa de Misericórdia, que via suas atividades nesse serviço sempre improvisadas diante da superlotação: “basta destacar o número oficial de 7.018 pacientes doentes cujo tratamento foi aí prestado, a requisição da Polícia e da Assistência Pública, durante o ano passado.”²¹ Além de contribuir

20 MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. O discurso da excelência em solo paulista – marchas e contramarchas na criação e instalação do Hospital das Clínicas 1916-1950. In MOTT, Maria Lucia e SANGULARD, Gisele (orgs) *História da Saúde em São Paulo*, Op.cit, (133-170). p.154.

21 MONTENEGRO, Benedito. Discurso pronunciado na inauguração do Hospital das Clínicas em 19 de abril de 1944 In *Revista Médico-social*, ano II, vol.17, São Paulo. 1944. p.33.

com a divisão do atendimento dos paciente, as vantagens trazidas pelo Hospital das Clínicas seriam de diversas ordens:

(1) Em primeiro lugar, o Hospital das Clínicas atenderá, em seção própria, aos acidentados da cidade, ministrando-lhes tratamento rápido e adequado, por um corpo de médicos especializados que farão plantão nas respectivas especialidades, ficando cada uma delas a cargo do respectivo catedrático; (2) Evitar-se-á o longo percurso, transitando feridos por seções médicas, antes de chegar ao hospital; este era um dos graves inconvenientes, tantas vezes apontado pelos que discutiram o problema pelas folhas da imprensa; (3) Os doentes serão entregues a um posto especializado, funcionando regularmente, dia e noite, com a única função de atender os acidentados, de que até agora a cidade não dispunha; (4) As autoridades policiais terão um posto de plantão no Hospital das Clínicas, de modo a facilitar a ação da polícia sem retardar o socorro médico de urgência. Essa é uma das características que a nova fase do socorro de urgência da cidade representa, sem dúvida benefícios incalculáveis; (5) Os nossos acadêmicos de medicina, que aqui não tinham oportunidade de ver casos de urgência e que na vida prática iam ser chamados a resolvê-los, com tanta frequência, terão sua aprendizagem agora completada com esse importante setor da vida profissional.²²

O plano era ambicioso. Por isso, foi apresentado, durante a solenidade de inauguração do hospital, o projeto do Serviço de Pronto-Socorro a ser submetido à aprovação do governo do estado. Com tal intento, o Prof. Godói Moreira, catedrático de Ortopedia e um dos idealizadores do serviço, tratou de alguns temas considerados fundamentais para o bom andamento do Serviço de Pronto-Socorro, a partir da organização de uma clínica especializada dispondo de

22 Idem

serviços de transfusão de sangue, banco de plasma, serviços de raio X, serviço de clínica médica e cirurgia, serviço de especialidades cirúrgicas, como obstetrícia, oftalmologia e outras, assim como instalações adequadas para o tratamento de fraturas, e tudo isso funcionando em permanência.

Idealizado em todos os pormenores, o HC seria o centro das atividades, onde estariam presentes o serviço hospitalar, o serviço policial e o serviço cartorial. Ambulâncias de prontidão e equipadas responderiam aos chamados por um número de telefone especial:

a cidade vai ser dividida em grandes setores, cada um com seu posto médico e ambulâncias próprias localizadas em pontos estratégicos. Recebido o pedido de socorro no Hospital das Clínicas, duas eventualidades se apresentam: na primeira, o acidente se deu no setor ou nas proximidades do Hospital e, nesse caso, dali mesmo partirá a ambulância com médico da assistência de plantão que recolherá o paciente. Na segunda eventualidade, o chamado é feito de um bairro distante, o Braz, por exemplo. Do Hospital das Clínicas, o chamado é retransmitido por linhas especiais, reservadas a esse serviço, ao posto mais próximo do local onde se encontra o doente. Desse posto, parte a ambulância com o médico da Assistência, que faz o mais necessário no momento e transporta e confia o caso ao Hospital das Clínicas.²³

Logo se percebe o quanto o projeto foi inconcluso, desaguando nos mais diversos problemas. O primeiro deles era o plano de haver um posto policial em áreas determinadas para que o socorro se pudesse dar conforme a organização esperada. Como publicou o jornal *A noite*:

Não faz muito tempo que *A noite* focalizou em ampla reportagem o problema da assistência policial nos bairros

23 Idem, ibidem. p.38.

além da linha da São Paulo Railway, isto é, Belém, Penha, Braz, Casa Verde e outras grandes concentrações humanas, que representam uma parcela considerável da população da capital. Esse problema que há muito poderia ter sido resolvido com o funcionamento do Pronto-Socorro do Braz, à rua do Hipódromo, em edifício próprio e devidamente equipado, continua na dolorosa categoria dos problemas insolúveis, pois até agora não atende ao público, abrigando-se na sede daquele posto de assistência, inexplicavelmente, uma divisão da Guarda Civil.²⁴

Contudo, parece que um dos motivos de tal ineficiência é a oposição que se firmou ao se retirar do posto policial o serviço de pronto-socorro, o que negava os planos objetivados pelo Hospital das Clínicas:

Um dos setores mais eficientes da grande máquina hospitalar e que vem prestando relevantes serviços à coletividade é sem dúvida o Pronto-Socorro do Hospital das Clínicas, que dispõe dos mais eficientes elementos para atingir a sua finalidade, que é prestar assistência a mais variada a casos de urgência, notadamente os acidentados. Essa organização modelar, entretanto, está sendo vítima de uma incúria para qual chamamos a atenção do sr. Secretário da Educação. As pessoas que necessitam de socorro urgente até agora, inexplicavelmente, são transportadas para a Assistência Policial que, como é notório, não dispõe dos recursos exigidos por uma assistência perfeita. E em casos raros pratica-se uma grave irregularidade: leva-se, por conselhos dos funcionários, o enfermo para consultório ou hospital particular, quando o que seria lógico era

24 *A noite*, São Paulo, 29/08/1945. p.1.

removê-lo imediatamente para o Hospital das Clínicas, onde seria medicado ou operado imediatamente.²⁵

Segundo o contrato firmado, viria da prefeitura a quantia de vinte milhões de cruzeiros para custear os serviços prestados, compreendendo serviços ambulatoriais, cirúrgicos, vítimas de acidentes e crimes, contudo, o não repasse do dinheiro redundou na falta de leitos para 70% dos doentes em 1951. Em reportagem do jornal *O esporte*, esse foi argumento seguido da seguinte matéria:

O Hospital das Clínicas foi criado para servir de escola médica para os estudantes da Faculdade de Medicina. Hoje, com a falta de hospitais, excede os limites de sua finalidade, a capacidade servindo de estabelecimento de assistência médico-hospitalar – dispõe de 1.100 leitos, quando já necessita de pelo menos 3.000. Mais de 500 doentes que procuram todos os dias, vindos da capital e do interior, deixam de ser internados por falta de leitos... não há lugar para eles! Qual a causa? A resposta é imediata: falta de verba. E a verba não chega porque cerca de 2 BILHÕES DE CRUZEIROS são desviados anualmente dos cofres públicos por sonegação de impostos. Desse total, quase 250 milhões seriam destinados aos serviços de assistência médico-dentária e hospitalar. Daí o déficit de 300 hospitais, 1.200 maternidades, centenas de creches e ambulatórios em todo o Estado.²⁶

As consequências desse processo podem ser acompanhadas na documentação emitida pela Superintendência do Hospital das Clínicas: o problema se avolumava dia a dia, exigindo que o hospital, na figura do superintendente produzisse diariamente dezenas de

25 *A noite*, São Paulo, 12/07/1945. p.3.

26 *O esporte*, São Paulo, 27/11/1951. p.4.

remissivas para dar seguimento à entrada e saída dos pacientes. Vejamos alguns desses documentos:

Meritíssimo Juiz,

Encaminho a Vossa senhoria o menor “desconhecido” do sexo masculino, branco. Foi encontrado pela ambulância central de polícia à rua da Consolação, tendo sido trazido ao pronto-socorro deste hospital por se tratar de recém-nascido prematuro. Solicito de Vossa Senhoria as providências que o caso requer, pois o paciente está em alta hospitalar há vários dias, não podendo permanecer neste hospital.²⁷

Meritíssimo Juiz,

Em resposta ao ofício n. 961, de 30/06/1950, transcrevo abaixo informação prestada ao mesmo Serviço de Arquivo Médico e Estatística deste hospital: o sr. Manoel da Silva Andrade, registro 187857, deu entrada no Pronto-Socorro deste hospital em 02/06/1950, em virtude de agressão por arma de fogo, onde constatou-se: ferimento perfurante do tórax. Ferimento lacerante na região lateral do pescoço. Ferimento lacerante na região mentoniana. Teve alta, curado, em 05/06/1950.²⁸

Meritíssimo Juiz de Menores,

Encaminho a Vossa Excelência a menor Maria de Souza, com 17 anos de idade, cor preta, brasileira, filha de Hipólito José de Souza e Maria do Espírito Santo, residente em Xiririca – estado de São Paulo, e já encaminhada a esse Juizado, onde seu número de processo é 1.988. Estando a referida menor em alta hospitalar há vários dias e informando estar só nesta capital, sem residência fixa, solicito de Vossa Excelência as providências no sentido de que a mesma seja entregue na Seção de Vigilância e Capturas do Departamento de

27 AGUIAR, Enéas de Carvalho Aguiar, Superintendente do Hospital das Clínicas ao Juiz de Menores da Comarca da Capital, Edmond Acar, São Paulo, 06/06/1950. p.543.(remissiva)

28 _____, Superintendente do Hospital das Clínicas ao Juiz de Direito da 6ª. Vara Criminal Eugenio Fortes Coelho 07/07/1950. p.551.(remissiva)

Investigações, que se encarregará de levá-la para a cidade onde residem seus pais.”²⁹

A crise vivida pelo Pronto-Socorro foi logo narrada com indignação por Enéas Aguiar, o superintendente, numa carta endereçada ao presidente do Conselho da Administração do HC. Sem poupar palavras ou esconder a situação, escreveu, em forma de desabafo, a leitura que tinha sobre todo o processo, suas causas e consequências:

Como no momento procura-se resolver o grave problema do pronto-Socorro nesta capital, com a devida vênha, vimos expor nosso ponto de vista sobre o assunto, objetivando contribuir para a sua solução. De acordo com o Decreto n. 13.899, de 17 de março de 1944, o Hospital das Clínicas a Universidade de São Paulo tem por finalidade, como Hospital de Pronto-Socorro, prestar assistência médica às pessoas portadoras de males súbitos e às acidentadas, necessitando de tratamento de urgência. Este decreto foi cumprido somente na parte que se refere aos tratamentos dos pacientes que necessitam de socorros urgentes. Nunca se conseguiu fazer com que outros dispositivos desse decreto fossem cumpridos: criação do Conselho de Assistência Pública, plantões dos médicos da Assistência Policial, presença de autoridade policial no Hospital, criação de cartório etc. A assistência aos pacientes também deixa sempre a desejar, não obstante a competência dos médicos que trabalham nesse serviço e a dedicação dos servidores do nosocômio. Qual a razão de não ter conseguido que todos os itens do decreto 13.899 fossem cumpridos? A razão é simples: má vontade dos funcionários da Secretaria de Segurança Pública, que se sentiram injustificadamente diminuídos com o mesmo. Qual a razão da falta de assistência eficiente aos pacientes encaminhados ao Pronto-Socorro

²⁹ _____, Superintendente do Hospital das Clínicas ao Juiz de Menores da Comarca da Capital, Dr. Edmond Acar, São Paulo 18/07/1950. p.565.(remissiva)

do Hospital? A razão principal é a falta de médico-chefe responsável pelo funcionamento de todas as seções do serviço de Pronto-Socorro [...]. Salvo melhor juízo, podemos afirmar que, sem as medidas que propomos, o P.S. será sempre um serviço onde reinam a anarquia e a pouca eficiência. Como poderá o H.C. pleitear a direção do Pronto-Socorro de toda a capital se até agora não conseguiu tornar eficiente o serviço que funciona há seis anos no seu prédio principal?³⁰

Notícias que chegam entre o socorro e o abandono

Os problemas se acumulavam diante em vários polos: o desmantelamento da máquina administrativa de saúde do município e o descumprimento de acordos sobre a assistência médica e o crescimento vertiginoso do número de pacientes, com diversos graus de complexidade. Também vale lembrar que o descumprimento de acordos ao não se criar um Pronto-Socorro Municipal, matéria que não conseguia ser aprovada na Câmara, desaguou num quadro particular: as pessoas que antes chamavam os médicos em caso de doença passaram a acionar o Pronto-Socorro, canalizando milhares de enfermos e acidentados para o HC. Como o projeto original do hospital não previa esse tipo de serviço, passou-se a usar as enfermarias das especialidades, excedendo sua capacidade de acolher a todos os que procuravam o serviço, como foi o caso do serviço de Neurologia, que atendia ao mesmo tempo 39 casos em outubro de 1951, envolvendo pacientes internados com níveis de gravidade que iam de fratura de crânio a derrame cerebral.³¹ A urgência desse novo pronto-socorro foi largamente tratada pela imprensa, conforme a reportagem a seguir:

30 _____. Superintendente do Hospital das Clínicas ao Professor Jayme A. de A. Cavalcanti, (Presidente do Conselho de Administração do HC) 20/11/1950. p.943.(remissiva)

31 *O tempo*, São Paulo, 19/10/1951. p.2.

Muito já temos escrito nesta seção sobre os problemas dos socorros de urgência nesta capital; a princípio, em face da extraordinária falta de recursos; depois, ventilando aspectos do plano de criação de postos de emergência, descentralização do primeiro socorro, concentração de serviços hospitalares do Hospital das Clínicas; agora, procuramos chamar atenção para a necessidade da aprovação rápida da lei municipal que cria o Pronto-Socorro Municipal. É do conhecimento de todos a situação antiga, com um único posto de emergência, situado no Pátio do Colégio, que não era mais condizente com o crescimento e a extensão da cidade de São Paulo. Um chamado em Osasco deveria ser atendido por uma ambulância saída do centro da cidade; o mesmo se esse chamado viesse da Penha. Graças aos esforços da Secretaria de Higiene da Municipalidade, foram criados três postos de emergência, com médicos trabalhando gratuitamente em dois, e no outro dando serviços extras, a fim de minorar a situação aflitiva existente. Entretanto, não será possível manter por muito tempo essa situação anômala; os médicos que, demonstrando raro espírito de cooperação, estão trabalhando sem remuneração, não poderão fazer isso por muito tempo. Por outro lado, brevemente, extinguir-se-á o prazo de 90 dias fixado pelo executivo estadual para a transferência dos serviços médicos de urgência para a Municipalidade. O ante-projeto de lei que está na Câmara dos Vereadores consubstancia a opinião média das principais instituições médicas de São Paulo. É preciso que ele seja aprovado dentro do prazo estipulado, para que esta cidade não volte à situação antiga de um único posto central de emergência, no Pátio do Colégio.³²

Se tal quadro criou uma situação de caos para o hospital, era a população que mais sentia seus reflexos. Cabe destacar um entre os fatos ocorridos: o abandono de pacientes pela cidade por ambulâncias do Hospital das Clínicas, narrada pela reportagem ‘Morrer na rua’:

32 *Diário da noite*, São Paulo, 10/06/1951. p.6.

O Hospital das Clínicas tem enviado constantemente os seus doentes para a Central de Polícia. Quando isso sucede, os infelizes passam a arrastar-se pelos corredores do velho prédio sem quaisquer socorros médicos, uma vez que o Posto de Assistência Pública está desorganizado. Ali há escassez de medicamentos e aparelhos apropriados para a assistência aos enfermos. Assim desprotegidos, não só os seus males se agravam como também vão morrendo lentamente, como tem acontecido algumas vezes. Na tarde de ontem, parou junto à Central a ambulância de chapa 9-80-97, do Hospital das Clínicas, delas saltando o enfermeiro Rivas Estevan. No momento em que fazia descer do veículo duas enfermas procedentes daquela casa hospitalar, a fim de deixá-las junto à repartição, os médicos Armando Marcondes Machado e Antonio Lanaro, pertencentes ao Abrigo da Central, levaram o caso ao conhecimento do Sr. João Cataldi Junior, primeiro delegado auxiliar. O Sr. João Cataldi Junior determinou que tomassem por termo as declarações do enfermeiro Rivas Estevan e não recebessem as duas senhoras doentes, que são Benedita Teixeira Leite, 23 anos, casada e moradora de Ubatuba, e Francisca de Jesus, 25 anos, solteira, de residência ignorada. A primeira atacada de câncer num dos seios e a outra sofreu recentemente gravíssimos ferimentos num acidente de automóvel. Essas duas mulheres passaram há pouco pelo posto médico da Assistência, de onde foram enviadas ao Hospital das Clínicas, que delas passou a cuidar. Por motivos ignorados, a direção do Hospital deu-lhes alta, determinando fossem recolhidas à Central de Polícia, que não as pode receber, por falta de materiais adequados ao tratamento das pacientes. O enfermeiro declarou que, se não pudesse cumprir as ordens emanadas da casa hospitalar, abandonaria as doentes em qualquer ponto da cidade.³³

Outros casos dessa mesma natureza e respondidos igualmente revelavam o drama da população mais vulnerável, vazando pela

33 *Diário da noite*, São Paulo, 07/03/1951. p.2.

imprensa local outro assunto: o abandono de pacientes pelo Serviço no espaço público. Eram pacientes que, por diversos motivos, eram despejados em ruas e terrenos da cidade:

Não foi atendido no Hospital das Clínicas – Sábado último, às 21 horas, na rua Silva Bueno, no Sacomã, foi atropelado por um *jeep* o sr. Irineu Nascimento. Transportado para a Assistência, foi a vítima medicada e mandada para casa, com a recomendação de que, se piorasse, voltasse à Assistência, para ser encaminhado ao Hospital das Clínicas. Hoje, segunda-feira, o operário compareceu de novo à Assistência, que o mandou ao Hospital das Clínicas. No grande hospital, entretanto, a vítima não foi atendida, sob a alegação de que o acidente ocorrera havia mais de 24 horas. Sem recursos para um tratamento custeado, necessita da assistência mantida pelo Estado, e não se justifica o verdadeiro jogo de empurra estabelecido entre o plantão, a Assistência e o Hospital das Clínicas.³⁴

Agravando esse processo, a falta de assistência social também ensejou narrativas sobre as necessidades de quem procura o hospital e os desdobramentos dessas necessidades. Um desses casos foi publicado sob o título de “Monstruosidade”:

um caso doloroso foi comunicado à reportagem de *A noite*, que imediatamente se dirigiu ao local indicado para apurar a sua procedência. Na rua Conselheiro Nébias, esquina com a rua Helvétia, um moço com a perna quebrada tinha sido despejado de uma ambulância. Contou ele que teve uma perna esmagada por um bonde e, socorrido por uma ambulância da Assistência Policial, foi removido ao Hospital das Clínicas, onde ficou internado, recebendo tratamento adequado. Oito dias

34 *Folha da noite*, São Paulo, 11/09/1947. p.7.

depois, porém, disseram-lhe que ele teria alta e iriam levá-lo para casa. Hermínio respondeu que não poderia ir para casa pelo simples fato de não ter residência e nem família em São Paulo. E anteontem, quando menos esperava, foi colocado numa ambulância e levado até a rua Conselheiro Nébias, esquina com Helvétia. Ali, a ambulância parou e despejou o pobre moço junto aos tapumes da construção. Lá está ele, sem ter para onde ir e sem poder andar.³⁵

Outro caso de abandono de paciente, que mereceu atenção da imprensa, indicaria um misto de problemas que envolviam parte da população, onde a falta de moradia servia como ingrediente para as dificuldades de solução de casos de adoecimento grave e urgente:

Falta de humanidade – Maria Barbosa da Silva tem agora 61 anos. Vive num barracão nas proximidades do Jaçanã. Por duas vezes, esteve internada no Hospital das Clínicas, sendo a última em 1945. Sofre de perturbação gastro-intestinal e das faculdades mentais. Agora encontrava-se mal novamente. Waldomiro Atamanzuk, no dia 22 passado, conseguiu que ela fosse internada nas Clínicas. Mais tarde, telefonou ao hospital, procurando saber do estado de Maria Barbosa, tendo ciência então de que ela recebeu alta. Como achasse isso impossível, começou a procurá-la pelas proximidades do barraco, indo encontrá-la abandonada no meio do mato, tendo como única companhia o seu cãozinho Gibi. Waldomiro regressou ao Hospital das Clínicas procurando saber quem fora o responsável por tamanha desumanidade. Quase chegaram a escarnecer de seu gesto. Revoltado, procurou nossa Redação, levando-nos até o local, onde, protegida dos raios ardentes do sol por folhas de jornal e vegetais, jazia a infeliz, cuja doença consome lentamente.

35 *A noite*, São Paulo, 15/08/1947. p.2.

A doente, com auxílio da reportagem, foi internada no Hospital da Santa Casa de Misericórdia.³⁶

Contudo, se a documentação apresentada já mostrava os limites de um projeto quase malgrado diante de sua proposta original, por outro lado, ganhava novo relevo quando de fato os pacientes passaram a registrar o dia a dia vivido dentro do Serviço de Pronto Socorro. Foi assim que, em 1956, foi aberto um livro de queixas, onde pacientes, que sabiam escrever, registrariam suas experiências. O objetivo da instituição era de captar na ponta do sistema questões que poderiam ser, de alguma forma, equacionadas como, por exemplo, o que diz Geraldo Idalino Moreira, morador da Chácara Glete:

Trouxe minha filha Alaide Gomes Moreira, que passou a noite toda com febre. Cheguei ao Pronto-Socorro às 5:50 da manhã, sendo atendido pelo Registrante, que fez a ficha da minha filha imediatamente, dizendo-me, após preencher a ficha, que eu deveria esperar até às 7:00hs, pois os médicos estavam dormindo, só vindo atender casos muito graves. Declarei que o caso de minha filha era grave. Esperei até 7:00hs como determinou o funcionário e como nessa hora minha filha não foi, falei com o funcionário que estava pelo saguão (por volta das 7:30hs) o professor me respondeu: “– o senhor tem pressa? É melhor ir para a Santa Casa, pois lá também tem Pronto-Socorro”. Foi-me também informado por funcionários de plantão no Registro que eu teria de esperar até 8:00hs, quando entrassem os outros médicos de plantão. Vim então fazer essa reclamação porque não

36 *A hora*, São Paulo, 31/12/1951. p.5.

acho justo o que fizeram com minha filha. Geraldo Idalino Moreira.³⁷

A resposta do Hospital, nesse caso, mais uma vez, se somava a situação que vinha sendo narrada, quer pela Superintendência, quer pela imprensa. Falaria, pelas entrelinhas do discurso oficial, das dificuldades que abarcaram a questão e prometia-se as averiguações necessárias para o caso, porém, como pode se acompanhar esse não seria um fato isolado, mas apenas mais um a ser computado dentre tantos outros vivos pela população em busca de assistência:

– Resposta do Hospital: Imediatamente após tomar conhecimento da reclamação, dei ciência da mesma ao senhor Superintendente, o qual mandou-me até o Pronto-Socorro para tomar as devidas providências. No Pronto-Socorro, verifiquei que a mesma Alaide estava sendo atendida naquele momento (8:00hs) pelo Sr. Dr. Paulo Eiró, médico pediatra. Tomei informações com funcionários do Registro de Pronto-Socorro, os quais informaram que havia certa dificuldade nesse período da manhã (5:30-8:00hs) devido à troca de plantão dos médicos. À ordem do senhor Superintendente, convoquei o sr. Laurici Melotti, funcionário do Registro do Pronto-Socorro, para prestar informações.”

Uma história inacabada...

A situação desenhada pelo Serviço de Pronto Socorro do Hospital das Clínicas em seus primeiros anos aprofundou-se nos próximos anos. De fato, havia um descompasso entre a formulação

³⁷ *Serviço de Recebimento de Queixas e Sugestões do Hospital das Clínicas (1956-1982)*, São Paulo, 09/03/1956. p.2.(manuscrito)

original e a própria gestão da cidade de São Paulo, que se moveu pouco no sentido da descentralização de suas unidades voltadas para esse tipo de ação médica, trazendo pacientes acima do suportado pelo hospital, não apenas da cidade de São Paulo, mas de toda a área metropolitana, colocando suas atividades muitas vezes sob colapso.

Indo além, as conjunturas futuras que viriam se somar à situação, exemplarmente do período militar, colaboraram para colocar tal serviço em suspeição por outra ordem. Segundo relato de expressos políticos, houve uso frequente do Serviço de Pronto Socorro para recebê-los após sessões de tortura. Para alguns, haveria médicos e funcionários que buscaram no pronto atendimento e, dentro das possibilidades possíveis, formas de sua proteção, mas há também outros que relatam a participação daqueles e daquelas que seriam responsáveis em deixá-los ‘nas condições ideais’ para o prolongamento dos interrogatórios e das mesmas sessões. Os anos de 1980, com o processo de redemocratização do país e de suas instituições, inclusive as hospitalares, o Complexo Hospitalar HC sofreu em 1983 uma reforma de seus serviços como resposta à situação que vigia, entre eles, o de seu Serviço de Pronto Socorro, que se não equacionou de forma definitiva seus problemas de demanda, trouxe, sem dúvida, concepções alternativas de acolhimento e gerenciamento de suas atividades. Enfim, uma história que ainda não acabou.

Ao fim e ao cabo, o estudo aqui apresentado indica os caminhos da institucionalização médica e de saúde na cidade de São Paulo, cheio de rupturas e solavancos, mas também para um fato fundamental: que as formas de adoecimento têm história. Nessa perspectiva, Marc Ferro falará dos ‘sintomas’ sociais das doenças produzidas pela ideologia do progresso, justamente, pela combinação de um estado considerado clínico de desvio frente ao sistema político e socioeconômico infligido, conflito que, aparentemente, havia sido transposto há tempos atrás:

Ontem, esses conflitos situavam-se na relação de exploração do homem pelo homem, e exprimiam-se antes de tudo nos movimentos coletivos; hoje, a doença parece ter tomado o lugar da greve, ou conjuga-se com ela (em

alternância ou não) como forma de recusa social. A doença tão depressa se manifesta como uma forma de resistência passiva à organização do trabalho, à injustiça e à desigualdade; tão depressa, pelo contrário, como um efeito da desorganização do trabalho, da insegurança, da pressão que a situação atual exerce.³⁸

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

38 FERRO, Marc. *As sociedades doentes do progresso*, Lisboa, Piaget Editora, 1999. p.18.

SOCIEDADE, POLÍTICA E SAÚDE NA BAHIA (1930-1950)

Society, politics and health in Bahia (1930-1950)

*Christiane Maria Cruz de Souza**

RESUMO

Através deste artigo pretende-se problematizar a progressiva presença do Estado no campo da saúde na Bahia entre as décadas de 1930 e 1950. Neste período, a saúde do trabalhador ganha relevância, mesmo em uma sociedade ainda distante do desenvolvimento urbano e industrial verificado em São Paulo e no Rio de Janeiro. As tensões, conflitos e interesses políticos em jogo, os modelos de saúde e o modo como se conformava o sistema previdenciário na Bahia, ainda embrionário no período estudado, serão pontos abordados neste texto. Para tanto, examinou-se a documentação oficial, como também os jornais em circulação na época.

Palavras chave: saúde, trabalhador, IAPETC

ABSTRACT

This article intends to problematize the progressive presence of the State in the field of health in Bahia between the 1930s and 1950s. In this period, worker health gains relevance, even in a society still distant from the urban and industrial development verified in São Paulo and in Rio de Janeiro. The tensions, conflicts and political interests at stake, health models and the way in which the social security system was formed in Bahia will be discussed in this text. For that, the official documentation was examined, as were the newspapers in circulation at the time.

Keywords: health, worker, IAPETC

* Doutora em História das Ciências, pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ-RJ (2007). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, onde atua como pesquisadora do Núcleo de Tecnologia em Saúde- NTS. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UESF/UFBA.

Considerações iniciais

Neste artigo, pretende-se refletir a respeito dos modelos de saúde e do modo como se conformava o sistema previdenciário na Bahia, ainda embrionário no período entre as décadas de 1930 e 1950, trazendo à luz as tensões, os conflitos e interesses políticos em jogo. Elege-se como representativo dos pontos elencados, o processo de construção do Hospital do IAPETC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas), atual Hospital Ana Nery – HAN, hospital geral, da esfera federal, situado em Salvador, Bahia. Trata-se de uma instituição que conheceu sucessos e reveses resultantes das transformações ocorridas na previdência, no sistema de saúde brasileiro, no cenário político e econômico do país e do estado.

A construção deste hospital, iniciada ao final da década de 1940, fez parte do projeto de ampliação dos serviços de assistência e previdência social desenvolvido na denominada Era Vargas. Escolheu-se este marco cronológico, porque foi o período de constituição de um aparato especialmente voltado para a assistência ao trabalhador no país e no estado.

Apesar do atraso e estagnação econômica da Bahia no período subsequente à quebra da Bolsa de Nova York, à Revolução de 1930 e à Segunda Guerra Mundial, foi nessa época que foram construídos importantes equipamentos médico-hospitalares, centros educacionais e conjuntos residenciais em Salvador.¹ Alguns dentre estes, foram erguidos na mesma região onde seria instalado o hospital do IAPETC: a Escola-Parque e as quatro Escolas-Classe, que formavam o Centro Educacional Carneiro Ribeiro idealizado por Anísio Teixeira, como também o Parque Sanatorial Santa Teresinha, voltado para o controle da tuberculose, mal que flagelava a Bahia,

¹ Para saber mais, consulte o livro *História da Saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*, organizado por Souza e Barreto (2011). Além dos capítulos analíticos, um CD encartado na obra traz a história das instituições de saúde de Salvador, Bahia, existentes ou fundadas entre 1808 e 1958. Cf. SOUZA; Christiane Maria Cruz de Maria; BARRETO, Renilda Nery. (Org.). *História da Saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. Manole; Ed. Fiocruz, 2011.

alvo de campanhas do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho.² Construía-se também naquelas imediações o Conjunto Residencial Salvador, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), que seria inaugurado em 1952.³ Além disso, foi neste período que finalmente foram inaugurados o Hospital das Clínicas⁴ e o Hospital Aristides Maltez⁵.

Esta discussão se apoia em informações obtidas em fontes primárias, tais como a legislação do país ou do estado, os diários oficiais do estado, da União e da Assembleia Legislativa Estadual, os relatórios expedidos pelos ministros que ocuparam a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, os jornais da época. A pesquisa foi desenvolvida por iniciativa da diretoria do Hospital Ana Nery, entre 2013 e 2014, e financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPEX) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A literatura especializada corroborou para enriquecer a análise das fontes permitindo um olhar mais acurado.

1. Saúde como bem público e instrumento de controle social

O dia 2 de julho de 1947, dia emblemático para os baianos⁶, foi, igualmente, uma data marcante para os segurados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas

2 O QUE se vem fazendo na Bahia, na administração e na política. *A Tarde*, 08/04/1948, p. 6.

3 Mais tarde, seria erguido, na mesma região, o Loteamento Jardim Bela Vista, do Banco Hipotecário Lar Brasileiro a partir de 1953.

4 Hospital-escola da Faculdade de Medicina da Bahia, idealizado na década de 1930, o primeiro pavilhão do hospital só foi inaugurado em 1952, depois de ultrapassadas dissensões internas, crises políticas e financeiras e consequentes períodos de inatividade. Cf. SOUZA; BARRETO (Org.). op. cit., 2011, CD ROOM.

5 Hospital da Liga Baiana Contra o Câncer (LBCC), voltado para a prevenção, controle e tratamento da doença, idealizado na década de 1930, inaugurado, parcialmente, em 2 de fevereiro de 1952, após injeções de recursos dos governos estadual e federal. Cf. SOUZA; BARRETO (Org.). op. cit., 2011, CD ROOM.

6 O 2 de julho é a data em que se festeja a Independência da Bahia.

(IAPETC) da Bahia. A data foi escolhida para a realização da cerimônia de assentamento da pedra inaugural do edifício que abrigaria o hospital da autarquia, na qual se fizeram presentes políticos como o governador Otávio Mangabeira, o prefeito da cidade, Wanderley de Pinho, autoridades ligadas ao Instituto como o Delegado Regional do Trabalho, Machado Vieira, o presidente do IAPETC, Hilton Santos, o Delegado Regional do IAPETC, Carlos Augusto Drumond e o chefe do serviço médico, Dr. Fernando Luz Filho, sindicalistas e o povo em geral.⁷

Em reportagem sobre o evento publicada no jornal *A Tarde* no dia seguinte ao lançamento da pedra fundamental do hospital, o articulista enfatizou a importância da intervenção dos poderes públicos para que o projeto de construção do hospital do IAPETC, finalmente, se materializasse. Para o autor da matéria jornalística, apesar da condição de autarquias, todos os presidentes dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) acabavam por optar pela “unidade de ação junto aos governos”. A cooperação entre o Instituto e os poderes públicos, segundo ele, era indispensável não só para o êxito dos empreendimentos, como também para reduzir a “complexidade da administração pública”.⁸

Isto não era novidade na Bahia. O processo de constituição e oferta de serviços médicos e equipamentos médico-hospitalares sempre demandou grande esforço por parte dos médicos, das elites, dos políticos e gestores públicos locais e sempre dependeu de recursos liberados pelo governo federal ou estadual.⁹ Naquela altura, as unidades de saúde criadas e geridas pela iniciativa privada eram quase o dobro das criadas e geridas pela União, estado ou municípios. Até a década de 1940, pelo menos, os serviços públicos de saúde na Bahia continuavam voltados ao controle e tratamento das doenças infecciosas e mentais e as ações da iniciativa privada eram de

7 INSTITUTO de Aposentadorias dos Empregados em Transportes e Cargas. Visita do seu digno presidente a¹ Bahia. Grandes empreendimentos homenagens tributadas. *A Tarde*, 3 de Julho de 1947, p.9.

8 Idem.

9 Grande parte destas instituições dependia dos subsídios públicos e, como contrapartida, atendia gratuitamente às camadas mais pobres da população.

fundamental importância para ampliar a oferta de equipamentos médico-hospitais no estado.¹⁰

Com a criação da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (DNSAMS), em 1934, com a atribuição de “uniformizar, articular e ampliar” os serviços da saúde pública e assistência médica, dentre estes a Assistência Hospitalar, observou-se uma maior atuação do Estado, que, além de apoiar financeiramente algumas instituições privadas, incorporou algumas.¹¹ Todavia, a intervenção da União na Bahia ainda era muito tímida e a oferta de equipamentos de saúde continuava sob a dependência da iniciativa privada e providência dos poderes locais.¹²

Não à toa, naquele festivo 2 de julho de 1947, o presidente da autarquia, Hilton Santos, fez questão de destacar o papel representado por Otávio Mangabeira no processo de aquisição do terreno onde seria edificado o hospital – o governador expediu uma Lei que autorizava a Prefeitura Municipal de Salvador a doar à autarquia um lote de 11.221m², situado à Rua Saldanha Marinho, no atual bairro da Caixa D'Água.¹³ A necessidade de ampliar a oferta de serviços de saúde favoreciam arranjos entre as diferentes instâncias da administração pública e as entidades autárquicas do sistema previdenciário. A parceria entre o Estado e os IAPs era, dentre outras coisas, uma estratégia utilizada para driblar a escassez de recursos e suprir a necessidade de ampliar a oferta de serviços de saúde no país.

O IAPETC era um órgão executor da previdência social, que possuía personalidade jurídica de forma autárquica, do tipo paraestatal, contando com patrimônio, administração e receita próprios, essa última formada pela contribuição dos trabalhadores, dos patrões e também da União. Resultou da reorganização da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e

10 Cf. SOUZA; BARRETO (Org.). op. cit., 2011.

11 BRASIL. Decreto nº 24.438, de 21 de Junho de 1934. Dispõe sobre a reorganização, sem aumento de despesa, da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública e das repartições dependentes e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/6/1934, Página 12277 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24438-21-junho-1934-515609-norma-pe.html> Acesso em: 25/04/2017.

12 ANNUARIO estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

13 BAHIA. Casa Civil. Lei nº 19 de 06 de dezembro de 1947. Autoriza a Prefeitura Municipal do Salvador a doar um terreno destinado à construção de um hospital nesta cidade. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/> Acesso: 22/04/2014.

Armazéns e da incorporação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores.¹⁴

Estudiosos do tema consideram o regime de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) um marco da política previdenciária no Brasil. O sistema, entretanto, mostrou-se inviável economicamente para empresas de pequeno porte, com reduzido número de funcionários, havendo também diferenças nas normas, assim como na oferta de serviços e benefícios entre as CAPs, visto que estes eram relativos à capacidade de receita de cada Caixa. Outro ponto que gerava insatisfação era o fato de que os benefícios cessavam caso o empregado mudasse de empresa ou se houvesse, por algum motivo, interrupção do pagamento.¹⁵ As críticas ao modelo resultaram em ampliações, aglutinações, incorporações e fusões das CAPs, constituindo-se vários institutos, organizados por categoria profissional.¹⁶

Os Institutos estavam submetidos ao controle direto do Estado, que escolhia o presidente ou diretor, ainda que este fosse assistido por um Conselho Administrativo, formado por igual representação de empregados e empregadores indicados pelo sindicato. A adesão era compulsória e por categoria profissional, envolvendo, por vezes, todo um setor econômico.¹⁷

Na Bahia, o IAPETC era formado por categorias de extrato socioeconômico menos elevado. Eram beneficiários os profissionais

14 BRASIL. Decreto-Lei nº 651, de 26 de agosto de 1938. Altera a organização da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10651.htm Acesso: 22/04/2014; BRASIL. Decreto-Lei nº 7.720, de 9 de julho de 1945. Determina a incorporação do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7720-9-julho-1945-378581-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 22/04/2014.

15 MERCADANTE, Otávio Azevedo *et al.* Evolução das Políticas e do Sistema de Saúde no Brasil. In: Finkelman J (Org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p. 237.

16 HOCHMAN, G.; FONSECA, C. M. O... O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 79; OLIVEIRA, Ana Lúcia. IAPB e sindicato: duas estruturas interligadas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº. 13, p. 141-151, nov. 1999.

17 OLIVEIRA, op.cit., p. 142.

cujas atividades eram relativas aos transportes¹⁸, às cargas terrestres¹⁹ e à estiva²⁰. Com essa conformação, os benefícios da seguridade e assistência se estendiam a um vasto espectro de trabalhadores com carteira assinada, que exerciam atividades relativas ao agrocomércio de exportação, ao comércio atacadista e varejista, que eram o eixo da economia baiana naquele período.

Implantada no primeiro governo de Getúlio Vargas, a política previdenciária estatuída pelo artigo 137 da Constituição de 10 de novembro de 1937, previa a instituição dos seguros em casos de acidente de trabalho, invalidez, velhice e morte, bem como a prestação de assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta, sem prejuízo do salário, um período de licença antes e depois do parto.²¹ Os sindicatos mais atuantes recebiam maior cobertura por parte da previdência e, assim, esta passou a ser um fator de mobilização política entre estes, ao tempo em que a política previdenciária se convertia em poderoso instrumento do governo de cooptação e controle da classe trabalhadora.²²

A saúde começava então a ser vista como um “bem público”, firmando-se como atribuição do Estado.²³ Contudo, somente os pobres e indigentes estavam na esfera de ação do Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP). As restrições orçamentárias do MESP que este incorporasse também a assistência à saúde dos trabalhadores. Havia, no entanto, uma estrutura montada para gerir o

18 Os condutores profissionais de veículos terrestres de qualquer espécie de propulsão de mecânica ou tração animada e os que prestavam outros serviços na área de transportes; motoristas de praça, carroceiros, carreiros, carreteiros, cocheiros e até os carregadores de carrinho de mão; os empregados das empresas de transporte terrestre de natureza privada, empresas de mudanças, guarda-móveis, de expressos e de mensageiros; os empregados de garagens e cocheiras e os empregados das empresas de ônibus também estavam associados ao IAPETC. Ver também: BRASIL. Decreto-Lei nº 651/1938.

19 Incluíam-se, aí, os que prestavam serviços a trapiches, armazéns, frigoríficos e entrepostos comerciais; os avulsos que trabalhavam no serviço de carga, descarga, arrumação e serviços conexos e os conferentes, consertadores e separadores de carga; os empregados em serviços de mineração e perfuração de poços; os empregados de empresas de combustíveis.

20 Trabalhadores portuários, encarregados da carga e descarga de embarcações.

21 FALCÃO, Ministro Waldemar. *O Ministério do Trabalho no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p.162.

22 COHN, A. *Previdência social e processo político no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1980, p.19; MALLOY, J. *A política de previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 121.

23 FONSECA, Cristina M. O. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p. 36.

grande volume de recursos pecuniários movimentado pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Essa condição do setor previdenciário motivou o governo a considerar a possibilidade de utilizar a estrutura e fundos da previdência para atender a demanda por serviços médico-hospitalares.²⁴

Coube, então, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) supervisionar e subsidiar os serviços de saúde oferecidos pelas caixas e pelos institutos previdenciários aos que estavam inseridos no mercado formal de trabalho, enquanto o MESP se encarregava da prestação de serviços de saúde aos pobres, desempregados e aos que integravam o mercado informal de trabalho.²⁵ Inaugurava-se, assim, um período marcado pela coexistência de dois modelos antagônicos de assistência à saúde – o privatista e o de saúde pública, como direito de todos e dever do Estado.

Com o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945), os trabalhadores passaram a reivindicar melhorias no modelo de assistência à saúde, oferecido pelo Estado. Pressionados, os dirigentes dos IAPs buscaram atender algumas reivindicações dos trabalhadores, na tentativa de minimizar as tensões sociais.²⁶ Não à toa, a assistência médica previdenciária — individualizada, curativa, ambulatorial e hospitalar e urbana — foi uma das bandeiras empunhadas pelo governo de Eurico Gaspar Dutra, presidente eleito para o período de 1946 a 1951, após restauração do processo democrático no país.

Durante a campanha para concorrer à presidência, Dutra comprometeu-se a reconhecer e aperfeiçoar as leis trabalhistas e de amparo social, implantadas durante o governo de Vargas, a fim de contar com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja base política era formada principalmente por trabalhadores urbanos

24 FALCÃO, Ministro Waldemar. *O Ministério do Trabalho no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 160.

25 FONSECA, Cristina M. O. Política e Saúde: diretrizes nacionais e assistência médica no Distrito Federal no pós-1930. In: Porto, Ângela, et al. (Eds.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, p.94.

26 OLIVEIRA, Jaime e FLEURY Teixeira, Sonia. (IM) Previdência Social – 60 anos de história da Previdência no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

filiados a sindicatos.²⁷ Ao assumir a presidência em 1946, em período de inflação e arrocho salarial, Dutra empreendeu uma política de intervenção nos sindicatos e nos IAPs. Tal política previa a prerrogativa da Presidência da República de nomear os presidentes dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e a ampliação dos benefícios ofertados pelos Institutos, com foco na assistência médica previdenciária.

A ampliação e regulação dos serviços de assistência e previdência social, assim como a legislação que regulamentou as relações trabalhistas, tinham a pretensão de amenizar as tensões entre os sindicatos, empresários e governo em contexto de instabilidade política e econômica.²⁸ O papel da medicina previdenciária consistia em preservar, recuperar e aumentar a capacidade de produzir do trabalhador. O Estado procurava amparar o trabalhador e sua família quando este perdia a capacidade de trabalho e ganho, buscando restituir sua saúde, para que pudesse retornar à vida produtiva. Esse ideário foi explicitado em uma reportagem do jornal *A Tarde*, segundo a qual a garantia de “braços fortes, corpo sadio” e “mente arejada” repercutiria positivamente sobre a qualidade dos serviços prestados pelo trabalhador à sociedade. “Estado organizado” – acrescentava o articulista – “servidor eficiente e sociedade equilibrada são valores similares e interdependentes”.²⁹ Para o Ministro do Trabalho à época, Morvan Dias de Figueiredo, era preferível empregar recursos para a conservação da saúde e/ou promoção do bem-estar dos segurados dos institutos de previdência, “ampliando consideravelmente seus benefícios”, do que “onerar-se com aposentadorias e pensões, peso morto na economia do país”.³⁰

Durante sua estadia na Bahia, Hilton Santos pretendia inspecionar a Delegacia Regional do IAPETC e formar comissão para

27 D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.34.

28 Para saber mais, consultar: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007, p. 34-36.

29 INSTITUTO de Aposentadorias dos Empregados em Transportes e Cargas. Visita do seu digno presidente a' Bahia. Grandes empreendimentos homenagens tributadas. *A Tarde*, 3 de Julho de 1947, p.9.

30 FIGUEREDO, Morvan Dias de. Relatório referente ao ano de 1947. Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Ministro Morvan Dias de Figueiredo. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1948, p.29.

realizar o censo dos segurados na região. Buscava-se, assim, conhecer o número real de segurados, as potencialidades de arrecadação, a dimensão dos encargos do instituto e a adoção de melhor plano de benefícios.³¹

Além da assistência médico-hospitalar, o Ministério do Trabalho, através da Previdência Social, começara a construir e financiar casas para os segurados.³² Conforme articulista do jornal *A Tarde*, o investimento em saúde e habitação do trabalhador coadunava-se com a ideia de saúde como “um estado de completo bem estar físico, mental e social, e não apenas, a ausência de doença ou enfermidade”.³³ Assim, ao vir à Bahia para dar início à construção do hospital, Hilton Santos pretendia também retomar a construção da Vila Operária, suspensa por quatro anos, devido às dificuldades derivadas da Segunda Guerra Mundial. A medida era bem vinda, já que a população de Salvador enfrentava uma crise de habitação e alta nos preços dos aluguéis, em contraste com o fluxo migratório contínuo migração do campo para a capital do estado. Essa conjuntura motivou a ocupação de áreas periféricas da cidade, desencadeando conflitos fundiários.³⁴

A carestia e a escassez de produtos destinados ao consumo diário eram, igualmente, motivo de tensão, manifestações espontâneas ou greves organizadas por sindicatos e partidos políticos, que resultavam em pancadaria, prisões e mortes. Tal quadro, associado à ameaça do comunismo difundida pela imprensa governista, ligada a setores conservadores da sociedade, certamente, levaram um jornalista a declarar que a assistência médico-hospitalar seria “uma providência, de ordem imperativa”, para acalmar os ânimos naquele “momento de reivindicações sociais”.³⁵

31 REALIZAÇÕES do IAPETEC na Bahia, Recife São Paulo e Rio. Ouvindo o presidente Hilton Santos. *A Noite*, 17 de julho de 1947, p. 2.

32 FIGUEREDO, op. cit., p.29.

33 INSTITUTO de Aposentadorias dos Empregados em Transportes e Cargas. Visita do seu digno presidente a' Bahia. Grandes empreendimentos homenagens tributadas. *A Tarde*, 3 de Julho de 1947, p.9.

34 BAHIA. *Diário da Assembléia Legislativa*, 17/04/1947, p. 39.

35 INSTITUTO de Aposentadorias dos Empregados em Transportes e Cargas. Visita do seu digno presidente a' Bahia. Grandes empreendimentos homenagens tributadas. Op. cit., p.9.

Além das questões relativas às precárias condições de sobrevivência, as estatísticas sanitárias revelavam que o número de óbitos decorrentes de doenças infecciosas, venéreas e parasitárias continuava elevado, assim como a mortalidade infantil. Aumentava, também, naquela quadra, o número de registros de doenças crônico-degenerativas, como o câncer e doenças cardiovasculares, bem como as doenças por causas externas³⁶. Os óbitos por tuberculose, todavia, superava todos esses registros de morte. A doença era o maior flagelo da Bahia.³⁷

Em contraste com esse quadro nosológico preocupante, mudanças importantes no campo da biomedicina – descobertas científicas, avanços da indústria química, farmacológica, sofisticação dos equipamentos de diagnose e tratamento – em processo acelerado desde a II Guerra, demandavam estruturas espaciais específicas e maior investimento financeiro na área, fazendo com que o modelo “hospitalocêntrico” assumisse, progressivamente, posição central no sistema de assistência à saúde no Brasil.

Para suprir esta demanda, projetou-se uma rede de assistência médico-hospitalar em âmbito nacional sob a coordenação do Ministério do Trabalho. Para administrar um projeto dessa magnitude, constituiu-se uma comissão formada pelo Ministro Morvan Dias de Figueiredo, por um representante do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e pelos representantes de cada IAP. Segundo o programa elaborado por essa comissão, cada instituto ficaria responsável pela construção de um hospital, ou pela manutenção de um já existente em estados predeterminados, que estaria habilitado a atender os segurados de qualquer uma das instituições congêneres.³⁸ Esse projeto deveria ser executado no prazo de seis a sete anos.³⁹

36 Acidentes e violências auto ou heteroinfligidas.

37 Cf. SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. Cidade física: a tuberculose em Salvador nas primeiras décadas do século XX. In: Alexandre Galvão Carvalho e Iracema Oliveira Lima (orgs.). Anais do V Encontro Estadual de História ANPUH-BA. [online] 2010. Disponível em: http://vencontro.anpuhba.org/anaisvencontro/M/Maria_Elisa_Lemos_Nunes_da_Silva.pdf Acesso em: 09/06/2015.

38 RÊDE de hospitais. *A Noite*, 11 de março de 1947, p. 7.

39 Idem.

O IAPM⁴⁰ foi responsabilizado pela manutenção e/ou construção de hospitais nos estados do Pará, Ceará, Bahia e Rio de Janeiro; o IAPI⁴¹, pela construção e manutenção de hospitais nos estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo; o IAPC⁴² pela construção e manutenção de hospitais nos estados da Paraíba, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e na cidade paulista de Santos; o IAPSE⁴³ deveria manter e/ou construir hospitais no Maranhão e no Piauí; e o IAPB⁴⁴ se responsabilizaria pela construção de sanatórios para tuberculosos na Capital Federal, São Paulo, Recife e Belo Horizonte. O IAPETC ficou responsável pela construção de hospitais na Bahia, Pernambuco, Distrito Federal (Rio de Janeiro), São Paulo e Rio Grande do Sul.⁴⁵

Hilton Santos, nomeado presidente da autarquia por Dutra, assumiu o ambicioso programa de constituição da rede de hospitais, que seria iniciada no Rio de Janeiro, Capital Federal e se estenderia aos estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.⁴⁶

40 Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos, criado em 1933. Cf. BRASIL. Decreto nº 22.872, de 29 de junho de 1933. *Crêa o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, regula o seu funcionamento e dá outras providências*. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/1933/22872.htm> Acesso: 09/06/2015.

41 Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, criado em 1936. Cf. BRASIL. Decreto-Lei nº 367, de 31 de dezembro de 1936. *Crêa o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários Subordinados ao Ministerio do Trabalho, Industria e Comércio, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-367-31-dezembro-1936-555119-publicacaooriginal-74230-pl.html> Acesso em: 22/04/2017.

42 Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes, criado em 1934. Cf. BRASIL. Decreto nº 24.273, de 22 de maio de 1934. *Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, dispõe sobre o seu, funcionamento e dá outras providências*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24273-22-maio-1934-526828-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 09/06/2015.

43 Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado, criado em 1938. Cf. BRASIL. Decreto-Lei nº 288, de 23 de fevereiro de 1938. *Cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1930-1939/decreto-lei-288-23-fevereiro-1938-350732-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 22/04/2017.

44 Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, criado em 1934. Cf. BRASIL. Decreto nº 24.615, de 9 de julho de 1934. *Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários*. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1935/.%5C.%5C23%5C1934%5C24615.htm> Acesso: 09/06/2015.

45 RÉDE de hospitais. *A Noite*, op. cit., p. 7.

46 Hilton Santos foi funcionário do Ministério da Fazenda, onde assumiu diversos cargos. Foi nomeado presidente do IAPETC na gestão de Octacílio Negrão de Lima, Ministro do Trabalho de 31 de janeiro a 30 de outubro de 1946. Tomou posse no Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1946. O projeto de constituição da rede de hospitais do IAPETC começou a ser implantado na gestão seguinte, do Ministro Morvan Dias de Figueiredo (1946-1948). Cf. TOMOU

A assistência médica, cirúrgica e hospitalar era um direito assegurado por lei aos segurados do IAPETC ainda que, para tal, tivessem que despendar uma contribuição complementar.⁴⁷ Para garantir o acesso dos segurados aos serviços de assistência médico-hospitalar enquanto o projeto do hospital não se concretizava, o IAPETC da Bahia estabeleceu um convênio com o Hospital Português e outros estabelecimentos especializados. Além disso, contava-se com a assistência prestada nos ambulatórios do IAPETC, existentes na capital e no interior do estado.⁴⁸

No ambulatório situado no bairro do Comércio, na Cidade Baixa, oferecia-se atendimento às vítimas de acidentes de trabalho. No ambulatório situado na Rua Chile, ponto nevralgico da Cidade Alta, o segurado tinha acesso às especialidades de Clínica Médica, Cirurgia Geral, Traumatologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Ginecologia, Obstetrícia, Neurocirurgia, Psiquiatria, Pediatria, Laboratório de Análises Clínicas e Anatomopatológicas, Serviço de Radiologia, de Fisioterapia e Gabinete Dentário. Ali também havia uma farmácia onde eram aviadas as fórmulas e distribuídos os remédios.⁴⁹

O leque de especialidades colocado à disposição do segurado demonstra o grau de especialização alcançado pela medicina no período subsequente à Segunda Guerra Mundial. Além disso, corroborava a ideologia vigente a respeito do trabalho e do trabalhador, como também com os preceitos da medicina social cuja

posse o novo presidente do I.A.P.T.E.C. Presentes ao ato o ministro Negrão de Lima e altos funcionários do Ministério do Trabalho – Como falou o Sr. Hilton Santos. *A Noite*, 25 de fevereiro de 1946, p. 2; RÊDE de hospitais, op. cit., p.7.

47 BRASIL. Decreto-Lei nº 651, de 26 de agosto de 1938. Altera a organização da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10651.htm Acesso: 22/04/2014

48 Feira de Santana, Nazaré, Alagoinhas, Santo Amaro, São Felix, Santo Antônio de Jesus, Valença, Jequié, Alagoinhas, Caravelas, Ilhéus, Itabuna, Canavieiras e Belmonte. Cf. O I.A.P.E.T.C. na Bahia e o Governo do Gal. Gaspar Dutra. *A Tarde*, 20/11/1948, p. 15; DUTRA, Eurico G. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949 pelo General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, p. 156-157. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1327/contents.html> Acesso em: 25/04/2014.

49 O I.A.P.E.T.C. na Bahia e o Governo do Gal. Gaspar Dutra. *A Tarde*, 20 de novembro 1948, p.15.

“dimensão sanitária [...] buscava a proteção do corpo e da mente do trabalhador”.⁵⁰

2. *O sonho adiado – “No Brasil tudo anda devagar”*

Quando foi assentada a pedra angular do hospital do IAPETC naquele auspicioso 2 de julho de 1947, acreditava-se que o edifício estaria pronto e inaugurado no ano seguinte. Este seria o quarto a ser construído no Brasil; seguiria os do Distrito Federal (Rio de Janeiro), São Paulo e Pernambuco, hospitais que se encontravam em fase de conclusão, e seria precedido pelo do Rio Grande do Sul, ainda em planejamento, no período. Reportagem publicada em *A Tarde* vaticinava que o empreendimento estava fadado ao sucesso, já que se apoiava em “fundamentos basilares: o princípio de utilidade pública e a garantia segura de financiamento”.⁵¹

Em 1948, uma reportagem publicada em *A Tarde*⁵² sobre as realizações do Instituto na Bahia, estampava fotografia da construção com os cinco pavimentos já estruturados.⁵³ O presidente Dutra fez questão de supervisionar a obra, quando veio à Bahia para conhecer o campo petrolífero de Mataripe⁵⁴ e inaugurar o Hospital das Clínicas.⁵⁵ Todavia, passaram-se os anos de 1949 e 1950 sem que o edifício fosse concluído.

50 GOMES, Ângela de Castro (Coord.). *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007, p. 60.

51 A MENSAGEM e os hospitais. *A Tarde*, 13 de Abril de 1948, p.2; INSTITUTO de Aposentadorias dos Empregados em Transportes e Cargas. Visita do seu digno presidente a Bahia. Grandes empreendimentos homenagens tributadas. *A Tarde*, 3 de Julho de 1947, p.9.

52 O I.A.P.E.T.C. na Bahia e o Governo do Gal. Gaspar Dutra, op. cit., p. 15.

53 Projetos e plantas do hospital não foram preservados. Não se obteve qualquer documentação relativa ao assunto.

54 Dutra viera conhecer o campo onde seriam construídas as instalações para a extração e refino de petróleo.

55 O PRESIDENTE Dutra viu o petróleo jorrando em Candeias. *A Tarde*, 22 de novembro de 1948, p.1.

Em 1951, a imprensa anunciou a vinda de Hilton Santos para inaugurar o prédio do hospital e as novas instalações da delegacia do IAPETC. O edifício em fase de conclusão foi descrito pelo articulista como uma obra imponente, com duas alas, onde poderiam funcionar todos os serviços médico-hospitalares do instituto, inclusive a maternidade.⁵⁶ A reportagem deixava evidente que todos aqueles benefícios haviam sido proporcionados durante a administração de Carlos Drumond, Delegado Regional do IAPETC. Tal ênfase sugere o desejo de marcar os feitos da gestão em período de transição de governo. Dutra deixaria a presidência em 31 de janeiro daquele ano (1951). Era de se esperar que houvesse mudanças na presidência do IAPETC e na Delegacia Regional. Urgia concluir e inaugurar o hospital para que outros não viessem a assumir a autoria e roubar os louros pelo empreendimento. Ademais, obras como aquela eram a prova concreta da ação dos poderes públicos, portanto, capitalizavam votos, especialmente, entre os trabalhadores filiados aos institutos.

Mudanças decorrentes do pleito de 1950, contudo, adiaram a inauguração do hospital. Após a eleição de Getúlio Vargas, Danton Coelho assumiu a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, nomeando para a presidência do IAPETC o jurista e professor Oscar Stevenson. Reportagem veiculada no jornal governista *A Noite* informava que Stevenson encontrara um déficit de 120 milhões, o que determinou uma “compressão de despesas” e “rigorosa fiscalização da arrecadação”.⁵⁷

A tal contenção de despesas, certamente, contribuiu para a paralisação das obras do hospital da Bahia. O exame da documentação, contudo, revela que o governo tinha outras prioridades. O presidente Vargas queria que os recursos do IAPETC fossem utilizados para a compra de automóveis para os segurados, como também para a construção de mais unidades habitacionais, de baixo custo, para amenizar o déficit das grandes cidades.⁵⁸

56 INAUGURAÇÕES no I.A.P.E.T.E.C. – O novo hospital e as instalações da delegacia. *A Tarde*, 17 de janeiro de 1951, p.3.

57 O IAPETC vai financiar a importação de carros para profissionais. *A Noite*, 04 de julho de 1951, p.13.

58 I.A.P.E.T.E.C. – célula viva da política social do presidente Vargas. *A Noite*, 31 de janeiro de 52, p.6.

Obras do porte do hospital, contudo, não poderiam ser totalmente ignoradas sem que isso provocasse a reação negativa da opinião pública, em especial da classe trabalhadora. Assim, depois de colocar ordem no Instituto, o presidente do IAPETC planejava dar prosseguimento e concluir os trabalhos em andamento: inaugurar o prédio da Maternidade, do Hospital General Vargas⁵⁹, no Distrito Federal, colocar em funcionamento o hospital do IAPETC em Recife, inaugurar o hospital de São Paulo, o de Salvador e, por fim, o de Porto Alegre, cuja obra já estava concluída e o hospital encontrava-se em funcionamento parcial.⁶⁰

Antes, porém, que estes planos se concretizassem, Stevenson foi destituído do cargo pelo novo Ministro do Trabalho, José Segadas Viana. O presidente do IAPETC havia sido nomeado por Danton Coelho, que havia renunciado à pasta do Trabalho em setembro de 1951, período em que também foi afastado da presidência do PTB.⁶¹ Ambos haviam sido indicados por Ademar de Barros, cujo Partido Social Progressista (PSP) se aliou ao PTB para eleger Vargas. As mudanças no cenário político e a adoção de outras estratégias, certamente, influenciaram a destituição do presidente da autarquia.⁶²

Ao tomar posse, Segadas Viana determinou uma intervenção no IAPETC e a abertura de inquérito administrativo, para avaliar a situação do IAPETC desde 1946. A medida recomendada pelo presidente Vargas, se apoiava na resolução do Tribunal de Contas que, ao examinar a contabilidade da autarquia referente ao ano de 1946, baixou o processo em diligência em face das irregularidades detectadas.⁶³

Em conformidade com o anunciado no dia 1º de maio de 1952, “Dia do Trabalhador”, Getúlio Vargas nomeou para a presidência do IAPETC o motorista José Cecílio Pereira Marques.⁶⁴

59 Atual Hospital Geral de Bonsucesso.

60 I.A.P.E.T.E.C. – célula viva da política social do presidente Vargas, op. cit., p.6.

61 Danton Coelho renuncia do MTIC por não concordar com a política de conciliação com as forças oposicionistas, em especial a UDN.

62 DANTON Coelho. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

63 BRASIL. Resguardo dos bens públicos. *Diário Oficial da União*, 01/10/1951, p. 7.

64 NOTICIÁRIO. Aplausos pela entrega dos órgãos de previdência aos próprios segurados. *Diário Oficial* (Seção I), 09/05/1952, p. 7790.

Marques fez questão de sublinhar que, por ser um “homem da classe” e conhecer de perto as suas necessidades, teria mais condições de atender as reivindicações dos segurados. Agradecido, Marques se propôs, contudo, a colaborar estreitamente com o governo na promoção de benefícios aos segurados e apresentar os principais pontos do seu programa de administração.⁶⁵

Logo que assumiu a presidência, Cecílio Marques fez veicular na imprensa a notícia de que a contabilidade do IAPETC acusava um déficit mensal de 13 milhões de cruzeiros e as reservas do instituto no Banco do Brasil não iam além de 120 milhões.⁶⁶ Segundo ele, dívidas não saldadas, assumidas na administração anterior, no valor de 100 milhões de cruzeiros, inviabilizavam o crédito com os fornecedores.⁶⁷

De acordo com o que foi noticiado na imprensa governista, no curto tempo da sua administração, Marques conseguiu melhorar a arrecadação e restaurar e quase dobrar o valor das reservas da autarquia no Banco do Brasil.⁶⁸ Na expectativa de recuperar o investimento na aquisição e construção dos hospitais de Porto Alegre e Recife, determinou a recuperação e imediato funcionamento destes. Apesar de pouco faltar para a completa conclusão destas obras, estes hospitais estavam sem funcionar, o que resultava em elevados custos de manutenção.

Em 24 de janeiro de 1953, finalmente, inaugurou-se, o hospital de Porto Alegre e, em 19 de março de 1953, foi inaugurado o hospital do Recife⁶⁹. Enquanto isso, os trabalhos de construção do hospital da Bahia seguiam paralisados. Em 1954, a situação de inércia incomodou o senador oposicionista, Aloysio Lopes de Carvalho Filho⁷⁰, que solicitou, via requerimento, informações ao Ministro do

65 NOTICIÁRIO. Com o chefe do governo o novo presidente do IAPETC. *Diário Oficial* (Seção I), 08/05/1952, p. 7710.

66 REALIZA o IAPETC o programa social do presidente Getúlio Vargas. *A Noite*, 02 de fevereiro de 1953, p.6.

67 BRASIL. *Noticiário*. Benefícios aos trabalhadores gaúchos. *Diário Oficial da União* (Seção I), 31 de janeiro de 1953, p. 1648.

68 REALIZA o IAPETC o programa social do presidente Getúlio Vargas. op. cit., p.6.

69 BRASIL. *Noticiário*. Benefícios aos trabalhadores gaúchos. *Diário Oficial da União* (Seção I), 31 de janeiro de 1953, p. 1648.

70 Aloysio de Carvalho havia sido eleito senador pela Bahia para o período de 1946 a 1955, na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Fazia, portanto, oposição a Vargas.

Trabalho sobre a paralisação das obras. A resposta ao requerimento foi enviada naquele mesmo ano, mas nada foi feito de concreto para resolver a questão.⁷¹

As dificuldades para a conclusão do hospital da Bahia podem ser atribuídas à grave crise política que culminou com o suicídio de Vargas em agosto de 1954. O fato, obviamente, afetou a vida pública brasileira, repercutindo, como era de se esperar, no quadro administrativo dos IAPs e, por consequência, no comando da Delegacia Regional. Outros fatores, contudo, concorreram para a grave crise financeira enfrentada pelos IAPs na década de 1950. Havia uma demanda contínua de recursos pecuniários e, principalmente, de reformulação da gestão financeira, depois que os institutos passaram a abranger a área de alimentação, habitação e saúde do trabalhador.⁷² Além disso, o inchaço do quadro de pessoal do IAPETC em contraponto a permanente dívida da União e dos empregadores para com a previdência social, bem como o uso dos recursos da previdência para a realização de outros projetos e empreendimentos governamentais.

Ao escrever ao Ministério do Trabalho em fevereiro de 1957, o presidente do IAPETC, Arlindo Maciel, informava que a obra estava paralisada desde 1952, devido a “fatores de origens as mais diversas”, sobretudo, as dificuldades financeiras por que vinha passando a instituição, o que resultara, segundo ele, em prejuízos materiais “em virtude da elevação das despesas com a construção” como também “sob o aspecto moral em face do retardamento da instalação de serviços da mais alta significação para as finalidades deste Instituto”.⁷³

Um convênio celebrado entre o IAPETC, IAPC, IAPB e IAPM foi a alternativa encontrada por Arlindo Maciel para concluir as obras do hospital em Salvador – os IAPs investiriam, conforme

71 BRASIL. Senado Federal. Requerimento n.º 173, de 27 de abril de 1954.

72 Desde 1945.

73 BRASIL. Interessados, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas. Nº 112.480-57 (D.132). Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Departamento de Administração. Serviço de Comunicações. Expediente do Gabinete do Ministro. *Diário Oficial da União* (Seção 1) de 14 de fevereiro de 1957, p. 3471. Disponível em: [http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2552314/pg-31-secao-1-diario-oficial-da-uniao-Diário Oficial Da União-de-14-02-1957/pdfView](http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2552314/pg-31-secao-1-diario-oficial-da-uniao-Diário%20Oficial%20da%20União-de-14-02-1957/pdfView) Acesso: 25/05/2014.

suas possibilidades, na construção do hospital do IAPETC em troca de serviços médico-hospitalares a serem prestados aos seus segurados assim que o hospital entrasse em funcionamento. O IAPC contribuiria com a quantia de Cr\$15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), enquanto os IAPB e o IAPM contribuiriam cada um com a quantia de Cr\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), perfazendo um total de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros). O convênio que previa a criação de uma comunidade de serviços entre os referidos IAPs foi homologado em 8 de fevereiro de 1957, pelo Ministro do Trabalho, José Parsifal Barroso, e publicado no *Diário Oficial da União*.⁷⁴ Apesar dos esforços de Arlindo Maciel para angariar recursos, as obras não avançaram no ritmo esperado.

A estagnação não era problema exclusivo do IAPETC da Bahia. O hospital de São Paulo possuía excelentes instalações e estrutura física, havia quatro anos que estava todo equipado com a mais moderna e sofisticada aparelhagem, parte dela já enferrujando, estragada pela falta de uso e manutenção, mas até aquela data continuava com as portas cerradas aos segurados. O diretor do hospital não conseguia nomear o quadro de funcionários. Estimava-se que o hospital necessitava de 1.200 servidores, entre médicos, enfermeiros e técnicos para entrar em funcionamento.⁷⁵

Instaurou-se, em 1958, uma Comissão de Inquérito na Câmara dos Deputados para apurar as denúncias de irregularidades, mas a questão era política: o diretor do hospital, o médico angiologista Ludovico Evaristo Munglioli, fora nomeado diretamente pelo presidente Juscelino Kubthichek por indicação do Cardeal Mota, o que desagradou os políticos locais. Suspeitava-se que Domingos Tedeschi, médico que estava à frente da Delegacia do IAPETC de São Paulo, candidato a deputado pelo PTB, aspirava assumir a direção do hospital. Ademais, a nomeação destes funcionários era motivo de disputa entre políticos interessados em demonstrar prestígio e em ampliar ou fidelizar o eleitorado. Não à toa, Ludovico Munglioli não conseguia assumir a direção do hospital nem nomear o

74BRASIL. Interessados, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas. Nº 112.480-57 (D.132), op. cit., p. 3471.

75 BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, 20/03/1958, p. 757-769.

quadro de funcionários. Quando recorria à presidência do Instituto, era sempre barrado pelo Diretor do Departamento Médico do IAPETC, Diran Makarian, que lhe recomendava paciência, diante da lentidão costumeira dos trâmites burocráticos no Brasil.⁷⁶

A paciência também era um requisito necessário para os segurados do IAPETC na Bahia. Paralisadas, mais que devagar, andavam as obras do hospital de Salvador. De um lado, a conjuntura nacional, agitada pelas transformações sociais, econômicas e políticas em curso na década de 1950, impediu a conclusão das obras e a inauguração do hospital naquele período. De outro, a autonomia financeira da autarquia era prejudicada pela falta de pagamento da contribuição da União e a sonegação por parte dos empregadores do setor privado.

As dificuldades financeiras do IAPETC, entretanto, não eram resultantes apenas do débito da União e dos empregadores. O uso indevido da máquina da entidade contribuía para a sangria de recursos. A utilização dessas instituições como instrumentos de política partidária implicou em aumento excessivo de suas despesas administrativas. A autarquia empregava mais pessoas que o necessário, muitas das quais eram remuneradas para realizar pouco ou nenhum trabalho. Geralmente, eram apadrinhadas por políticos desejosos de ampliar ou garantir seu eleitorado. Havia também a concessão de benefícios gratuitos em decorrência de gestões corruptas e/ou incompetentes. Suspeitou-se também, de irregularidades na execução da obra.

Essas e outras questões concorreram para dificultar o andamento da construção e postergar a inauguração do hospital. Tratava-se de um equipamento importante, que poderia estar prestando serviços aos trabalhadores baianos desde a década de 1950, como vaticinaram, à época, o então governador Otávio Mangabeira e a imprensa local. Esqueceram-se, todavia de considerar o que Diran Makarian, Diretor do Departamento Médico do IAPETC de São Paulo, fazia questão de lembrar ao médico Ludovico Mungoli: "No

76 Idem.

Brasil tudo anda devagar. Não há tanta pressa assim. É preciso saber esperar”.⁷⁷

Considerações finais

A progressiva urbanização e industrialização do país e o consequente aumento da massa trabalhadora colocaram a questão social em pauta no Brasil. Essa nova configuração sociopolítica e econômica moldou novas formas de intervenção social, na expectativa de atender às demandas dos trabalhadores urbanos, minimizando os conflitos e tensões do processo de acumulação de capital.

Entre os anos de 1930 e 1940 foi criada, no Brasil, uma legislação inovadora que ambicionava valorizar e proteger o trabalho e o trabalhador. O governo tomou para si, igualmente, a responsabilidade de construção do Estado do Bem Estar, em reação ao modelo liberal da Primeira República. Nesse processo, a saúde passou a ser um direito do cidadão e a coletivização dos bens de saúde passou a ser uma atribuição do Estado.

A assistência social concorria para minimizar as tensões entre empregados e empregadores e cooptar os trabalhadores. Além disso, a legislação previdenciária buscava garantir a manutenção do trabalhador como consumidor, mesmo quando este já não exercia nenhuma função no mercado de trabalho. Era uma medida importante tanto para o equilíbrio socioeconômico, quanto para o político, em período conturbado pela crise do setor agroexportador, pelas greves de trabalhadores, pelos conflitos de interesses entre as oligarquias, pelas dissidências regionais, resultantes da heterogeneidade das forças aliadas que apoiaram o governo revolucionário.

Área estratégica para o governo varguista, a política previdenciária foi encampada e ampliada por Dutra, que concebeu um

77 BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, 20/03/1958, p. 757-769.

ambicioso plano de ampliação da rede hospitalar em que cada autarquia ficaria responsável pela manutenção ou construção em vários estados brasileiros. Contudo, na conturbada década de 1950, o IAPETC não conseguiu levar a bom termo algumas das unidades planejadas, dentre essas a da Bahia.

Além da instabilidade política, social e econômica observada no período, a má gestão, o desperdício e o uso indevido dos recursos das autarquias, a expansão das despesas dos institutos sem a devida fonte de custeio, as correções dos valores das aposentadorias e seguros em face aos reajustes salariais, a sonegação das contribuições das empresas, a supressão dos repasses da União, o clientelismo político foram fatores que contribuíram para fragilizar o sistema previdenciário, minar seus recursos, paralisar obras, inviabilizar ou postergar o funcionamento dos equipamentos médico-hospitalares projetados, em contexto em que o hospital havia assumido papel central nos cuidados com a saúde.

A história do Hospital Ana Nery é um capítulo importante da história da previdência e da saúde na Bahia e no Brasil. Ao longo dos 70 anos de existência, considerando-se como marco inicial o assentamento da pedra angular do edifício, em 2 de julho de 1947, e como final o ano em curso, 2017, o hospital recebeu diferentes denominações – Hospital do IAPETC, Hospital João Goulart, Hospital Ana Nery. As mudanças de nome são consideradas indícios das transformações ocorridas tanto no sistema previdenciário e de saúde pública, como do contexto político, social e econômico em que estas foram gestadas.

Inaugurado em 1964, em conjuntura adversa, sem estar devidamente equipado e sem ter sido completamente concluída a construção do edifício, o hospital levou décadas para entrar em pleno funcionamento, havendo período em que reduziu, drasticamente, a qualidade e os serviços prestados à sociedade, para, finalmente, se reerguer e se tornar uma instituição referenciada na Bahia. Esta, porém, é uma história que será contada em outra ocasião...

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

O PATRIMÔNIO CULTURAL E AS PRISÕES: APAGAMENTOS E SILENCIAMENTOS¹

Cultural heritage and prisons: erasures and silences

Viviane Trindade Borges*

RESUMO

O presente artigo analisa a patrimonialização de memórias, acervos e edifícios ligados a história das prisões brasileiras. Tratarei da ausência de tombamentos em nível Federal e da destruição de edificações carcerárias que datam do século XX, período em que o Brasil viveu um verdadeiro *boom* na construção de presídios e penitenciárias. Paralelo ao descaso em relação aos edifícios, é possível observar iniciativas que visam a preservação do patrimônio carcerário em sua dupla dimensão: material e imaterial. Nesta perspectiva, serão analisados alguns casos emblemáticos, como o Presídio de Tiradentes, em São Paulo e a Penitenciária de Florianópolis, em Santa Catarina.

Palavras chave: patrimônio carcerário, prisões, lugares de memória, preservação, Brasil.

ABSTRACT

This article analyzes the preservation of memories, collections and buildings related to the history of Brazilian prisons. I will deal with the absence of policies for the preservation of these assets at the Federal level and the destruction of prison buildings dating back to the twentieth century, a period in which Brazil experienced a real boom in the construction of prisons and penitentiaries. Parallel to the neglect of buildings, it is possible to observe initiatives aimed at preserving the prison heritage in its double dimension: material and immaterial. In this perspective, we will analyze some emblematic cases, such as the Tiradentes Prison in São Paulo and the Florianópolis Penitentiary in Santa Catarina.

Keywords: prison heritage, prisons, places of memory, preservation, Brazil.

¹ Esta pesquisa teve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Edital Universal 14/2014.

* Doutora em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Em 2014 o Museu Penitenciário Paulista passou a funcionar em nova sede, localizada nas dependências do antigo Complexo do Carandiru, na cidade de São Paulo, incorporando também um novo acervo: “o acervo mostra um pouco da criatividade dos presos que participavam de oficinas nas penitenciárias. As pinturas impressionam pelos detalhes e pelo capricho. Várias são da década de 1930 e precisaram ser restauradas. Tem também micro-ondas improvisados com lâmpada e papel alumínio, móveis cheios de detalhes, e até uma motocicleta em miniatura. Tudo construído atrás das grades, desde 1920. [...] As criações proibidas dos presos nas celas também estão no meio das 21 mil peças do acervo do museu. No acervo há armas construídas com diversos tipos de materiais. Os improvisados aparelhos de tatuagens também. Tem até uma engenhoca para fazer cachaça com restos de comida. O visitante pode conhecer ainda as celas escuras, extintas na década de 1970, que serviam como uma espécie de punição pra alguns presos. (28/07/2104)².

O trecho citado divulga um espaço museológico e um vasto acervo ligado a história do sistema prisional brasileiro, referente a uma tragédia prisional, o massacre do Carandiru³. Pensar o espaço prisional enquanto patrimônio cultural é uma novidade ainda pouco discutida no Brasil. A ausência de políticas públicas voltadas especificamente a preservação do patrimônio carcerário é quebrada por iniciativas de alguns grupos sociais interessados na preservação destas memórias marginais, e instigada por políticas de memória que nos últimos anos possibilitaram a patrimonialização de lugares relacionados ao período militar.

Tratarei aqui de patrimônios marginais, bens estigmatizados por aquilo que representam, espaços de difícil interpretação e aceitação no meio urbano, devido ao medo e repulsa que instigam. Como pensar o valor histórico e patrimonial de memórias, acervos e edifícios ligados a história das prisões brasileiras? O presente artigo

2 <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/07/museu-penitenciario-paulista-comeca-funcionar-nesta-terca-feira.html>. Acesso em 22/04/2015.

3 A respeito dos usos da memória ligados ao massacre do Carandiru e suas intersecções com a história pública: BORGES, Viviane. Carandiru: os usos da memória de um massacre. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 3. 2016.

analisa a ausência de tombamentos em nível Federal e a destruição de edificações carcerárias que datam do século XX, período em que o Brasil viveu um verdadeiro *boom* na construção de presídios e penitenciárias. Paralelo ao descaso em relação aos edifícios é possível observar iniciativas que visam a preservação da memória carcerária em sua dupla dimensão: material e imaterial.

Patrimônio Carcerário no Brasil: uma ausência

A expressão “patrimônio carcerário” ainda é pouco conhecida entre os pesquisadores brasileiros. Ela ganhou força recentemente na França, através de iniciativas como a realização do Colloque L’architecture carcérale, des mots et des murs” organizado em 2010 pela Ecole Nationale d’Administration Pénitentiaire, e de publicações como a obra intitulada “Prisons : Patrimoine de France” (2013), que traz 2500 fotos de prisões francesas, destacando as marcas deixadas pelos presos como desenhos, pinturas e escritas em paredes e edificações. A abertura para visitação da Prison de La Santé, em Paris, durante as Jornadas do Patrimônio francês de 2014, marcou definitivamente a emergência do tema dentro das discussões ligadas ao patrimônio cultural na França.

No Brasil os debates a respeito da importância patrimonial dos espaços prisionais ainda são incipientes. Nesse sentido, cabe citar o pioneirismo da criação do Ecomuseu da Ilha Grande, que buscou “preservar a memória de práticas de violência e de arbitrariedade ética e moral, que são ou estereotipadas ou totalmente ignoradas pela sociedade⁴”. Myriam Sepúlveda dos Santos salienta o embate trabalho entre a vontade de preservar e um movimento de reiterado apagamento da memória da instituição e da sua história.⁵ Essa

4 BORGES, Viviane. Carandiru: os usos da memória de um massacre. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 3, 2016, p. 15.

5 SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online], v.12, suppl., p.381-382, 2005. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702005000400020>>. Acesso:

vontade de apagamento perpassa o debate a respeito do patrimônio carcerário, apagamento de edificações, memórias e acervos. No que tange aos edifícios, a preocupação com o futuro de edificações já desativadas em virtude da necessidade de adaptação às exigências impostas pela legislação⁶ e dos efeitos da forte pressão imobiliária, que acaba expulsando tais locais dos centros urbanos, corroboram a necessidade urgente de se refletir sobre o tema.

A categoria patrimônio carcerário envolve não apenas a dimensão edificada desses bens, mas sob uma perspectiva mais ampla e disseminada, englobando aspectos imateriais e materiais. Envolve a preservação da memória dos sujeitos envolvidos no cotidiano prisional: « os sentenciados, seus familiares e os funcionários das instituições », problematizando a dimensão imaterial da experiência prisional, suas rotinas e suas práticas cotidianas. « Envolve ainda a preservação dos acervos prisionais, documentais e/ou objetos tridimensionais: prontuários de presos, livros de registro, fotografias, cadeiras de identificação, uniformes, móveis e utensílios, incluindo aqui as « criações proibidas dos presos », vestígios por estes deixados durante o período de reclusão ». A preservação destes acervos por parte das instituições nem sempre atende às condições mínimas de conservação, o que implica na perda de documentos fundamentais para pensar a história das prisões no Brasil e suas especificidades nos diferentes estados brasileiros⁷.

Na “Lista de bens tombados e Processos em andamento” do órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre 1938 e 2015, encontram-se apenas 27 bens relacionados ao patrimônio carcerário. A listagem mostra que a preservação dos locais destinados à punição no Brasil perpassa edificações do Período Colonial e parte do Imperial, referindo-se principalmente às antigas Casas de Câmara e Cadeia.

02/07/2015, 2009. ISSN 0104-5970, p. 394.

6 Conforme o Projeto de Lei 3.506-A, de 2004, é proibida a « construção de penitenciárias, presídios ou similares dentro do perímetro urbano dos Municípios Brasileiros ».

7 BORGES, Viviane. Carandiru: os usos da memória de um massacre. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 3. 2016, p. 16.

No Brasil, a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN, instituiu a prática do tombamento como principal mecanismo legal de proteção dos bens culturais, criado através do Decreto-Lei número 25, de 1937. O tombamento é um dispositivo legal que pode ser usado pelo poder público federal, estadual e municipal para preservar a memória nacional, detentora de valores universais ou compartilhados pela comunidade, no qual se reconhece o valor cultural de determinado bem e determina a preservação de seus elementos, garantindo sua preservação física. Constitui uma ação do poder executivo através de abertura de processo que pode ser implementado por qualquer cidadão (pessoa física ou jurídica), insituição pública ou privada. Tombar não é o único instrumento legal de preservação dos bens culturais brasileiros, cabendo também aos Estados e Municípios impletar leis e mecanismos de preservação. Os planos diretores das cidades, por exemplo, estabelecem formas de preservação do seu patrimônio através do planejamento urbano, ficando livres para criar leis específicas para a preservação deste.⁸

Por um período que se estende da criação do IPHAN em 1937 até a década de 1970, o entendimento a respeito do que era patrimônio cultural no Brasil esteve restrito a um tipo muito particular de bem, priorizando os chamados bens de pedra e cal, edificações ligadas principalmente ao período colonial e de origem lusa. A visão contemporânea e mais abrangente, de patrimônio como bens selecionados de nossa cultura, ligados às identidade de comunidades e grupos, institui valor patrimonial também ao que foge do monumental e do material⁹. Essa ampliação do campo patrimonial, iniciada no Brasil a partir dos anos de 1970, mas efetivamente consolidada com a Constituição de 1988, permite pensar o patrimônio de uma maneira mais ampla e incluir lugares de memória¹⁰ vinculados a diversas

8 <http://portal.iphan.gov.br>. Acessado em: 29/05/2015.

9 FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 2009.

10 Os caminhos trilhados pela recepção do conceito de lugar de memória no Brasil resultaram em apropriações diversas e por vezes conflitantes. A noção ganhou novos usos, os quais por vezes se afastam da problematização crítica a respeito dos usos do passado e das batalhas de memórias, incitadas por Nora (2012), caminhando para uma banalização elogiosa sobre o passado recordado. Tal noção é aqui utilizada para problematizar os usos do passado que permeiam a

esferas do social. Tal perspectiva coaduna com a compreensão contemporânea de patrimônio em nível internacional, que através de iniciativas como a inclusão do campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, propõe que o “patrimônio não é apenas um relicário de testemunhos estéticos da atividade humana”, mas uma noção que ressoa no social através do dever de memória em relação a vítimas de crimes de Estado¹¹. Frente a estes novos sentidos, podemos pensar questões ligadas a patrimônios marginais, vinculados a instituições e/ou grupos sociais estigmatizados, como o patrimônio carcerário.

Voltando a lista dos bens tombados pelo IPHAN, podemos observar que os bens edificados ligados ao patrimônio carcerário foram preservados em função da singularidade de arquitetura. Cito o exemplo da Casa de Câmara e Cadeia do Município do Brejo da Madre de Deus, em Pernambuco, a qual consta na referida lista. A edificação é apontada como um exemplar da arquitetura “neoclássica brasileira”, harmoniosamente inserida junto aos “casarões típicos” do século XIX. Soma-se a isso o fato ter sido projetada por Louis Legér Vauthier, engenheiro francês reconhecido por suas importantes obras na Pernambuco do século XIX, como o Teatro Santa Isabel (1940) e o Mercado São Jose (1871). A importância atribuída a preservação de exemplares arquitetônicos do século XIX se sobrepõe ao valor histórico e social do espaço enquanto local de punição. As Casas de Câmara e Cadeia eram casarões de dois pisos que cumpriam a função de Cadeia Pública e Câmara Municipal. Com a promulgação código penal de 1890, o espaço destinado ao cumprimento da pena ganha novas formas: instalações em formato de espinha de peixe, pavilhonares, com características panópticas, moldando a arquitetura das penitenciárias contemporâneas brasileiras.

É paradigmático não encontrarmos na referida lista de bens tombados pelo IPHAN nenhuma referência à instituições penais do

preservação de edificações, acervos e memórias vinculadas ao patrimônio carcerário. NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. No 10. São Paulo, PUC-SP, dez. 1993.

11 MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio sombrios, memórias difíceis. In: FLORES, Maria Bernardete Ramos & PETERLE, Patricia [orgs.]. *História e Arte*. Herença, Memória, Patrimônio. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014, p. 54.

século XX. Se pensarmos nas políticas públicas do período republicado, tanto a República Velha (1889 – 1930)¹² quanto a Era Vargas (1930 – 1945)¹³ foram responsáveis pela construção de dezenas de importantes edificações, muitas em estilo moderno e ainda em funcionamento, como hospitais gerais, psiquiátricos, sanatórios para tuberculose, leprosários e penitenciárias, espaços que mediarão as iniciativas governamentais de controle e proteção da sociedade.¹⁴ Essas edificações nem sempre se inserem no consenso construído a respeito do que deve ser preservado: são lugares de difícil inserção e aceitação na teia urbana, deslocados ou abandonados, que provocam repulsa, medo e/ou recordações dolorosas. O patrimônio carcerário é aqui entendido como patrimônio marginal, locais destinados aos desviantes, estigmatizados por representarem aquilo que a sociedade produziu e que deseja isolar e esquecer. A preservação de memórias marginais estimula a criação de espaços de reflexão que instigam mudanças, que provocam a solidariedade em relação ao outro, que exigem humanização.

Durante a Era Vargas e na Ditadura Militar (1964-1985)¹⁵, algumas Penitenciárias, presídios e delegacias abrigaram também os presos políticos indiciados, foi este o caso do Presídio de Tiradentes e do Carandiru, em São Paulo e da Penitenciária de Florianópolis, em Santa Catarina, analisadas no presente artigo. Por Tiradentes passaram nomes como Monteiro Lobato¹⁶, escritor preso durante o Estado Novo (1937-1945)¹⁷ e a ex-presidenta Dilma Rousseff, presa

12 Período que se estende da proclamação da República, em 1889, até a Revolução de 1930.

13 Refere-se ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil.

14 A respeito da patrimonialização de leprosários e hospitais psiquiátricos no Brasil ver: BORGES, Viviane e SERRES, Juliane Conceição Primon. *Leprosários e Hospitais Psiquiátricos: lugares de história, lugares de memória*. In: GONZALEZ, Ana María Sosa et al. *Patrimônio Cultural: Brasil e Uruguai os processos de patrimonialização e suas experiências*. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2013. - 243p.

15 Período em que os militares conduziram o país, marcado por repressão, censura, tortura, mortes, perseguições políticas e suspensão dos direitos constitucionais. A abertura dos arquivos relacionados a Ditadura Militar brasileira vem possibilitando o aprofundamento de pesquisas relacionados ao tema o qual vem sendo amplamente estudado.

16 José Bento Renato Monteiro Lobato (1882-1948), nascido em Taubaté (SP), foi um importante escritor brasileiro, um dos primeiros autores de literatura infantil da América Latina, sua obra mais conhecida é “Sítio do Picapau Amarelo”.

17 O Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas, é caracterizado pela centralização do poder, autoritarismo, nacionalismo e anticomunismo, marcado por medidas como por exemplo, o

durante o período militar, permanecendo três anos na chamada “Torre das donzelas”, edificação em estilo colonial localizada dentro do complexo.¹⁸



Prisão Tiradentes. A Torre das Donzelas é o edifício redondo no centro¹⁹.

O Presídio de Tiradentes foi demolido ao final de 1972 em função das obras do metrô, dele restando apenas o Arco de Pedra do portal de entrada, construído na década de 1930. Em 1985 o Arco foi tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo), considerado patrimônio cultural da cidade. O pedido de tombamento foi feito em 1984 pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, com o apoio de diversas organizações da sociedade civil e de direitos humanos, solicitando “sua transformação em Monumento Público”.²⁰

fechamento do Congresso Nacional e a extinção dos partidos políticos, ocasionando uma série de prisões arbitrárias daqueles que contestavam o governo.

¹⁸ http://www.istoe.com.br/reportagens/83253_A+TORRE+DAS+DONZELAS. Acessado em: 01/08/2015.

¹⁹ Photo: http://www.istoe.com.br/reportagens/83253_A+TORRE+DAS+DONZELAS. Acessado em: 20/08/2015.

²⁰http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/130740251278039152_192_PRESIDIO_TIRADENTES.pdf. Acessado em: 22/05/2015.



Arco de Pedra, restos do Presídio de Tiradentes²¹.

O monumento é aquilo que faz lembrar, evocando o passado em um movimento dever de memória. Choay propõe uma distinção entre monumento e monumento histórico que coteja elementos importantes para etendemos a ressignificação atribuída ao Arco de Pedra. Monumento seria algo universal, comum as diferentes sociedades, concebido intencionalmente com o objetivo de “lembrar, para a memória viva, orgânica e afetiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos de sua identidade”. O monumento histórico não possui intencionalidade, não nasce como monumento, trata-se de algo escolhido deliberadamente por determinada sociedade em razão de seu valor histórico e/ou por seu valor estético e por ela investido de valor patrimonial. “Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido na sua origem um destino memorial”²². A autora aponta a substituição do termo “monumento histórico” pelo termo “patrimônio”, expressão utilizada durante a revolução francesa, ligada a ideia de transmissão, ressurgida na década de 1960. No Brasil, com a Constituição de 1988, o termo Patrimônio Histórico e Artístico, foi substituído pela expressão Patrimônio Cultural, revitalizando e ampliando o conceito²³, referindo-se a bens “de natureza material e

21 Photo: <http://www.sap.sp.gov.br/common/museu/museu.php>. Acesso em: 23/08/2015.

22 CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão*. Antologia para um combate. Belo Horizonte, Fino Traco, 2011, p. 12-22.

23 <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acessado em: 11/05/2015.

imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O Arco de Pedra, vestígio de uma instituição carcerária inaugurada em 1852, cuja história perpassou as funções de casa de correção, depósito de escravos e cárcere político em dois momentos distintos da história do país, tornou-se monumento histórico, foi instituído como patrimônio cultural. Sua preservação faz ressurgir a importância histórica e social do prédio demolido, não deixando apagar suas memórias ligadas a episódios sombrios da história brasileira. Investido de valor patrimonial, o monumento torna-se “símbolo da luta contra o arbítrio e a violência.”²⁴

Na América Latina, casos como Museo de la Memoria, na Argentina, criado junto ao espaço da Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA), onde funcionou (entre 1976 e 1983) Centro Clandestino de Detenção; e do Memorial da Resistência de São Paulo, no Brasil, no local onde funcionava (entre 1940 e 1983), o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), lugares marcados por torturas, desaparecimentos e mortes, desvelam a emergência de políticas de memória que intencionam patrimonializar passados traumáticos, como forma de apaziguar o presente, servindo como exemplos para que isso não mais se repita.

A criação da Rede Global de Sítios de Consciência corrobora o forte interesse contemporâneo em resignificar locais relacionados às memórias da dor em lugares de memória, procurando garantir espaços seguros para preservá-las. A Rede é composta por “pessoas, Sítios e iniciativas que ativam o poder dos lugares de memória para engajar o público na conexão do passado e do presente, a fim de prever e moldar um futuro mais justo e humano.” Com mais de 150 membros espalhados por 47 países, a Rede volta-se à temas específicos e questões de caráter global, como igualdade de gênero, imigração,

24 Parecer de Lúcio Felix Frederico Kowarick, conselheiro do CONDEHAAT em 01 de abril de 1985. Folha 014 do processo de Tombamento no 23345/85, pg. 16, disponível em: <<http://www.arquicultura.fau.usp.br/index.php/encontre-o-bem-tombado/uso-original/administracao-publica/porta-de-pedra-do-antigo-presidio-tiradentes>>, acessado em 19/05/2014.

impunidade, xenofobia e exclusão, ditadura e repressão, tortura e prisão.²⁵

A criação destes espaços e sua preservação contribuem para a expansão com conceito de patrimônio cultural, trazem à tona questões ligadas a preservação de lugares de sofrimento, colocando na ordem do dia o debate a respeito da preservação de prisões, espaços de punição, interrogatório e tortura, transformando-os em locais de conscientização. Esse “trabalho de preservação proporciona a patrimonialização de locais marcados pelo sofrimento, os quais são convertidos em monumentos em toda a polissemia da palavra, como locais de lembrança, advertência, como testemunhos dos tempos passados, como símbolo, como antídoto contra o esquecimento”²⁶. Lançam luz sobre edificações esquecidas, muitas já demolidas ou remodeladas, apagadas, varridas do cenário urbano, cujas histórias ainda reverberam no presente.

No Brasil, a configuração de espaços de memória, como museus e memoriais dentro de instituições prisionais são comumente iniciativas locais, difíceis de serem mapeadas, não havendo estudos que sistematizem a existência destes lugares nos diferentes estados brasileiros. A esse respeito cito um último e recente exemplo, relacionado a Penitenciária de Florianópolis, no estado de Santa Catarina.

Em 2010, quando a instituição completou 80 anos, foi criado o Memorial da Penitenciária, um espaço composto por objetos e fotografias que tratam da história do espaço prisional. A Penitenciária foi inaugurada em 1930, em consonância com o já mencionada política nacional de constituição de uma rede de instituições de controle social. Em 2012 o Projeto Arquivos Marginais, do Laboratório de Patrimônio Cultural da Universidade do Estado de Santa Catarina (LabPac/UDESC), organizou uma nova exposição junto ao Memorial²⁷ e iniciou a higienização do acervo da instituição,

25 <http://www.sitesofconscience.org>. Acessado em 12/06/2015.

26 BORGES, Viviane e SERRES, Juliane Conceição Primon. Leprosários ao sul do Brasil: de locais de sofrimento a lugares de memória. *Acervo*, rio de janeiro, v. 28, n. 2, p. 252-263, jul./dez. 2015, p. 256.

27 A este respeito ver: Borges, Viviane Trindade. «O tempo abre as portas a quem sabe esperar»: usos do passado e embates do presente no percurso da exposição realizada na Penitenciária de Florianópolis (SC). *Esboços* (UFSC), v. 21, p. 236-250, 2014.

composto por fotografias, objetos e prontuários de detentos. Em 2013 os Prontuários e as fotografias²⁸, entre as décadas de 1930 e 1970, foram cedidas ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH) da UDESC, para serem salvaguardadas. Tal iniciativa contribui para a preservação da memória carcerária, preservando um acervo documental importante para pensar a história das prisões no Brasil e suas especificidades.²⁹



Prontuários de presos, documentos salvaguardados pelo Projeto Arquivos Marginais. Foto: Fernanda Biava.

Além do trabalho de preservação do acervo, as edificações Penitenciária foram investidas de valor patrimonial pelo município. O

28 O acervo conta 4.209 prontuários e 80 fotografias.

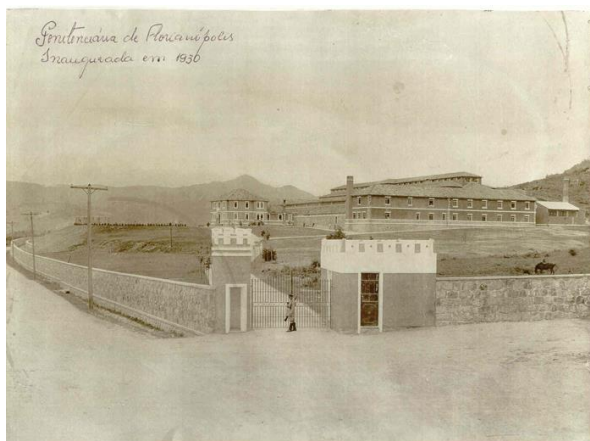
29 Sobre o Projeto Arquivos Marginais ver: BORGES, Viviane. Arquivos Marginais: outras fontes, outros acervos. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1 – 54, dez. 2016.

Complexo encontra-se em uma área urbana de alto valor imobiliário e desde a década de 1980 é possível acompanhar através da imprensa as inúmeras críticas em relação aos problemas em sua estrutura, além de fugas e rebeliões que colocam em risco os moradores vizinhos ao complexo³⁰. A presença desse patrimônio marginal em frente a um dos cartões postais da cidade, a Avenida Beira Mar Norte, tornou-se um problema constante para as autoridades locais e uma demanda social de ampla e controversa discussão. A transferência gera embates quer pela lentidão com que as decisões são tomadas, quer pela resistência dos municípios selecionados em abrigar o novo espaço, quer pelas controvérsias em relação ao destino da área.



Penitenciária de Florianópolis. Foto: Memorial da Penitenciária.

30 Só em 2011 fugiram do Complexo 174 presos. <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/12653-mudanca-da-penitenciaria-de-florianopolis-e-certa-falta-o-local.html>. Acessado em: 20/05/2015.



Penitenciária de Florianópolis, década de 1930. Foto: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APSC)



Casa Velha, 'década de 1930. Atualmente essa edificação está encoberta pelas novas edificações construídas ao longo dos anos no interior do Complexo Penitenciário. Foto : Fundo Penita/ IDCH.

Existem reivindicações ligadas a necessidade de preservação patrimonial do Complexo, ressaltando “o valor histórico do imóvel, inclusive por sua adequação com o passado da região”.³¹ Tal discussão tornou possível que em 2007 o Complexo se tornasse Área de Preservação Cultural (APC1), através do Decreto Lei no 375 de 2010, uma iniciativa do Município de Florianópolis através do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (SEPHAN), órgão vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Esse mecanismo de proteção esta ligado ao Plano Diretor de Florianópolis e prevê áreas de preservação integral ou apenas parte de áreas externas. No caso da Penitenciária foram protegidos em sua integridade o Bloco Penitenciário e o Bloco administrativo, ambos da década de 1930, o Bloco Administrativo da década de 1960, a Lavanderia, caramanchão e o muro frontal³².

Conforme o Superintendente do IPHAN/SC: “Acerca das possibilidades de reutilização da área, sugerimos que deva ser considerada como imprescindível a memória do uso atual dos edifícios”. Tal indicação marca um novo entendimento em relação ao patrimônio carcerário, valorizado em função de seu uso ordinário, enquanto espaço prisional. A Penitenciária é entendida como parte da tessitura da cidade, identificada como marco referencial histórico-cultural, “por tratar-se de elemento que apresenta grande visibilidade, dominância visual e se sobressai na paisagem urbana do Município”³³.

Outros elementos são elencados no documento para justificar a importância de se preservar o conjunto, como a singularidade de sua arquitetura, sua importância histórica no processo de urbanização e seu potencial de reinserção na dinâmica da cidade. A Penitenciária é apontada como um exemplar único de «momentos distintos e representativos dos períodos arquitetônicos, justapondo exemplares historicistas da arquitetura oficial e modernista. Ambas expressões

31 A *Notícia*, Palhoça descarta a Penitenciária, 10/01/2007, s/p.

32 A respeito da preservação do complexo: MISSIO, Lígia. *Um recordar positivo: A criação e a reulamentação de Preservação Cultural do Complexo Penitenciário da Agrônômica*. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Museologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

33 Santa Catarina. Brasil. IPUF. APC-1, *Complexo Penitenciário da Agrônômica*, 2007.

artísticas são estilisticamente únicas no território municipal». A iniciativa do município em preservar uma instituição pertencente ao século XX por sua importância «histórico-cultural», enunciando como fundamental a preservação da memória do uso atual dos edifícios, evidencia uma nova percepção a respeito do patrimônio cultural, permitindo que memórias marginais também sejam valoradas como representativas da sociedade que as criou, instigando a sua resinserção na dinâmica da cidade através de uma reconfiguração de sentidos, compatibilizando «a memória construída, readequada para o uso atual, junto com construções contemporâneas, harmonizadas no contexto»³⁴.

A preocupação em preservar o Complexo e pensar o aprofundamento sobre seu potencial de uso e a revitalização de suas edificações é também uma preocupação de determinados grupos. Em 2009, uma Moção feita pelos Professores de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) propõe a realização de estudos a respeito sobre o potencial de uso, integrando o espaço ao Centro Integrado de Cultura (CIC), local que abriga o Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), Museu de Imagem e Som (MIS), teatro e cinemas. Conforme os professores: “os quase quarenta hectares da Penitenciária poderiam ser mais bem aproveitados se estendêssemos a vocação cultural e cívica desempenhada pelo Centro Integrado de Cultura (CIC) para algo como um Complexo de Lazer e Cultura, junto com outros equipamentos e atividades”³⁵.

A preservação do Complexo mostra um avanço significativo frente a inexistência de políticas de requalificação urbana preocupadas com a preservação do patrimônio carcerário, contudo, a antiga Vila Operária construída ao lado do Complexo e hoje tomada como parte deste, não foi apontada no processo como parte do conjunto a ser preservado. A Vila foi inaugurada concomitantemente a Penitenciária em 1930, a fim de servir de moradia aos funcionários, visto que neste momento o local era tido como distante do centro da cidade. Com a ampliação da Penitenciária em 1935, o aumento do

34 Santa Catarina. Brasil. IPUF. APC-1, *Complexo Penitenciário da Agrônômica*, 2007, p. 2-3.

35 Santa Catarina. Brasil. IPUF. Moção dos Professores de Arquitetura Universidade Federal de Santa Catarina, Ano de 2009.

número de funcionários, os quais em muitos casos acabavam trazendo suas famílias para a região, acabou impulsionando a ocupação do Bairro Agrônômica. A exemplo das outras instituições aqui citadas, algumas das casas da Vila Operária foram utilizadas como prisão para presos políticos durante o Regime Militar, fato este silenciado no processo de patrimonialização do Complexo.



Vila Operária, década de 1940. Foto: Fundo Penita/IDCH

A Vila Operária e a Penitenciária estão interligadas, a salvaguarda de parte do Complexo de forma isolada dificulta a compreensão da história da instituição e do próprio bairro. Resquício do patrimônio industrial, a Vila não é sequer mencionada no documento que regulamenta a preservação do Complexo pelo município. Apesar de ter adquirido maior visibilidade nos últimos anos, o patrimônio industrial é ainda tido como um patrimônio difícil, distante do consenso ordinário.³⁶ De forma semelhante ao patrimônio carcerário, os espaços do passado industrial são marginalizados, tidos

36 MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio Industrial: memórias, acervos e cidade. In : DE PAULA, Zuleide Casagrande el al [orgs.]. *Polifonia do Patrimônio*. Londrina, Eduel – Editora da Universidade de Londrina, 2012.

como empecilhos para o crescimento das cidades. Não garantir a preservação legal da Vila Operária indica a possibilidade de destruí-la quando ocorrer a transferência do Complexo. Contudo, ainda que resguardada por um instrumento de preservação, também o processo de proteção das edificações da Penitenciária corre o risco de ser revogado. Tratando das negociações para a construção de um novo complexo em outro local, distante do centro urbano, conforme aponta a legislação atual, vem sendo aventada a venda do terreno para a iniciativa privada, pensando na construção de prédios residenciais na área, uma das mais valorizadas de Florianópolis, bem como a construção de um hospital público.³⁷ De forma semelhante ao que ocorre em relação ao patrimônio industrial, a preservação deste tipo de bem dificilmente ocorrerá através de políticas públicas ligadas a requalificação e preservação patrimonial, mas sim por meio de grupos específicos interessados na temática carcerária.

O patrimônio cultural define-se pela atribuição de valores instituídos nos embates travados pela sociedade, uma teia tecida por diferentes agentes políticos sociais ligados a determinados momentos e a determinadas preocupações. Não é algo dado, mas algo construído, lapidado, selecionado, que envolve o desejo de memória de determinada sociedade, que institui o que considera importante transmitir através do tempo a outras gerações. Pensar o processo de preservação do patrimônio carcerário remete a preocupações do presente que envolvem a sociedade em geral, especialistas de diferentes áreas e órgãos de preservação em um trabalho de atribuição e renovação de sentidos.

Conforme relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), referente a dezembro de 2014, a população carcerária brasileira chegou a 622.202 pessoas. De acordo com o documento o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (2.217.000), China (1.657.812) e Rússia (644.237)³⁸. Atribuir valor patrimonial a espaços que abrigam uma realidade aterradora, pensá-

37 <http://floripamanha.org/2011/03/comunidade-discute-futuro-do-terreno-da-penitenciaria/>. Acessado em: 31/05/2015.

38 <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acessado em 10/05/2017.

los com base em valores históricos, culturais, memoriais, não é um exercício fácil. Como discutir a importância destas edificações dentro dos espaços das cidades? Como dar sentido patrimonial a estes espaços estigmatizados? São questões a serem pensadas.

RECEBIDO EM: 01/03/2017
APROVADO EM: 01/06/2017

Artigos

MÉMOIRE OUBLIEUSE: POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO “INVOLUNTÁRIA” DE PATRICK MODIANO À NARRATIVA DO PASSADO

*Mémoire oubliuse: possible “unintentional”
contribution to past story by Patrick Modiano*

*Thiago Tremonte de Lemos**

RESUMO

O presente artigo procura oferecer reflexões a partir da noção de *mémoire oubliuse*, do escritor francês Patrick Modiano, tomando-a como instrumento possível de métodos historiográficos que tenham como seu principal mote o diálogo interdisciplinar da história com outras áreas do conhecimento, sobretudo no que se refere às potencialidades da memória como fonte para a construção de narrativas do passado.

Palavras-chave: mémoire oubliuse; narrativa histórica; mémoire involontaire.

ABSTRACT

This article aims providing reflections from French writer Patrick Modiano's concept of *mémoire oubliuse*, taking it as possible instrument of historiographical methods that have the interdisciplinary dialogue of history with other areas of knowledge, especially with respect to the memory potential as source for the construction of past stories its main theme.

Keywords: mémoire oubliuse; historical narrative; mémoire involontaire.

* Professor adjunto de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade de Brasília

Introdução

Patrick Modiano não desejou conscientemente – infere-se – colaborar de forma concreta para os métodos historiográficos (mesmo aqueles que se apoiam na “memória” como fonte para a pesquisa). Contudo, não são ignoradas contribuições aparentemente involuntárias de outros escritores – como as possibilidades encontradas na noção de *mémoire involontaire*, da obra de Marcel Proust, por exemplo – como escrutínio metódico para a investigação de narrativas históricas caracterizadas, às vezes, pela ausência de “documentos formais”, mas evidenciadas por outras formas humanas de vestígio produzidas e recordadas. A essa afirmação, sabe-se, reabrem-se discussões teóricas em razão de uma “revolução documental” que já fez cair por terra, há muito tempo, certas exclusividades em relação à validade da fonte e, imediatamente, todo e qualquer argumento vindouro é tratado ou como impertinente ou como repetido.

Não obstante, pensa-se que, por mais significativa que tenha sido a incorporação de elementos da literatura – particularmente os de Proust – ou do resultado de outros diálogos interdisciplinares, a escrita da narrativa histórica pode absorver ademais diferentes contribuições de segmentos não científicos. Dessa forma, acredita-se haver na obra de Modiano alguma inspiração para o ofício do historiador.

Por certo, o prestígio de Modiano no meio acadêmico, particularmente no âmbito historiográfico, não alcança ainda o de seu antigo conterrâneo. Não significa, entretanto, ser de todo desconhecido. Basta lembrar que foi laureado com o Prêmio Nobel de Literatura em 2014. Sua influência, contudo, ainda é pouco sentida. Quando o é, destacam-se evidentemente as produções nas áreas de estudos literários. No que se refere à história, desde seu primeiro livro, Modiano ambientou os enredos em cenários historicamente verossímeis e, quiçá, na obra mais “realista” de sua lavra, *Dora Bruder* (1997), tenha, de fato, executado procedimentos historiográficos na construção de sua narrativa.

Em 2010, Modiano publicou o romance *O horizonte*.¹ Tal obra alcança, possivelmente, o patamar mais alto que o autor pretendia desde 1968, quando apareceu pela primeira vez. Não apenas por construir histórias enredadas pela transição entre a lembrança e o esquecimento, já experimentada por escritos anteriores na confecção das personagens e dos temas, mas por permitir ao leitor – e talvez ao historiador interessado – a percepção de que a construção de uma narrativa não se projeta exclusivamente para o futuro, todavia, mormente para o passado. Este, por sua vez, nunca se dá integralmente: ora é muito vívido, ora completamente apagado. Como o paradoxo não é uniforme (é possível que mesmo a lembrança mais “concreta” seja repleta de “furos”), o passado, ou melhor, a memória do passado também faz esquecer. Sendo assim, a noção que se toma de empréstimo aqui do artigo de Lourdes Carriedo, da Universidad Complutense de Madri, “Écriture, mémoire et structure d’horizon chez Patrick Modiano” (2012), em sua interpretação da obra *O horizonte*, é a de *mémoire oublieuse*. Tal conceito (ou método, caso se queira ousar) já se insinuara, ainda em 1978, com *Uma rua de Roma*² (pelo qual Modiano recebeu o Prêmio Goncourt e o Prêmio do Romance da Academia Francesa).

O objeto de estudo, no que se refere ao conceito de *mémoire oublieuse*, não é tão familiar, por isso é necessário deter-se um pouco mais em sua apresentação para que se possa, adequadamente, evocá-lo *pari passu* com outras abordagens da memória. Espera-se assim fomentar a reflexão historiográfica acerca das potenciais contribuições da literatura ao tratar dessa noção, as quais são muitas vezes absorvidas e discutidas por diversas áreas do conhecimento, porém, não raro, encontram resistência entre os historiadores. Dessa forma, inicialmente, apoiando-se no artigo supracitado de Carriedo, desenvolver-se-á uma breve descrição do conceito de *mémoire oublieuse*. Depois, tomar-se-ão também outras obras de Modiano, além de *O horizonte*, a fim de ilustrar a análise. Em seguida, será discutido, em algumas linhas, o assunto “memória e esquecimento”.

1 MODIANO, Patrick. *L'Horizon*. Paris: Gallimard, 2010.

2 Em francês, o título do livro é *Rue des boutiques obscures*. MODIANO, Patrick. *Uma rua de Roma*. Tradução de Herbert Daniel e Cláudio Mesquita. Rio de Janeiro: Rocco, 2014b.

Por fim, será traçado um paralelo entre os conceitos de *mémoire oublieuse* e *mémoire involontaire* na tentativa de inserir o de Modiano, assim como é o de Proust, como uma possibilidade do pensamento historiográfico.

*Mémoire oublieuse*³ na obra de Patrick Modiano

Uma característica notável no estilo de Modiano é o caráter ambíguo de seus personagens. A dubiedade se estende, consequentemente, ao cenário, ao tempo, ao enredo... Em suas obras, apesar da clareza da escrita, não há certeza jamais sobre os elementos componentes da narrativa. Há, porém, pistas, assim como as têm as personagens (via de regra, há uma investigação em curso). Caso se queira conhecer a história de Dora Bruder (*Dora Bruder*, 1997), é preciso aceitar resignadamente e, com uma ponta de felicidade, que nem tudo será sabido (trata-se de um tesouro inviolável, escreveu Modiano, ao qual ninguém, nem os nazistas que a eliminaram terão acesso). No caso de Guy Roland, de *Uma rua de Roma*, personagem e leitor se encontram no mesmo estado de ignorância sobre seu passado. A pesquisa não é apenas de Guy sobre quem ele é, através de suas memórias (que não existem em si, mas são encontradas pela própria personagem, também um detetive), é ainda do leitor.

Neste ponto, faz-se interessante uma observação: o trabalho do historiador é comparado com frequência ao de um detetive, contudo, aceita-se para o segundo um grau de intuição maior do que para o primeiro; do historiador espera-se a comprovação (o que praticamente elimina em sua escrita final alguma tolerância a hipóteses pouco documentadas).

Outro elemento a ser destacado a respeito da escrita de Modiano é certa imagem criada no sentido fotográfico a partir do qual a memória exposta nada mais é do que fragmentos aparentemente

3 Há um livro (e um poema) do escritor franco-uruguaio Jules Supervielle, publicado pela primeira vez em 1949 pela editora Gallimard de Paris, intitulado *Oublieuse mémoire*.

desconexos, todavia, ao retomá-los, a mesma memória lhes dá uma dinâmica cinematográfica⁴.

Tomam-se aqui esses dois aspectos mal definidos inicialmente para descrever aquilo que Carriedo entende por *mémoire oublieuse*. No artigo anteriormente mencionado, Carriedo busca – à luz, sobretudo, do conceito de Michel Collot de “estrutura do horizonte” – refletir sobre a noção de memória e suas expressões na obra de Modiano, particularmente em *O horizonte*. Segundo a autora, o conceito de Collot considera o horizonte como uma linha que marca os limites da visão e, igualmente, como uma imagem complexa e um aglutinador que reduz e amplia ao mesmo tempo, determina o registro do espaço e do mundo e a constituição das identidades, finalmente, transformando-se em uma estrutura de conhecimento, de pensamento, de imaginação e de expressão⁵. Assim, o horizonte não é apenas fim da visão, mas lugar que marca o que está fora e dentro de seu alcance. A partir dessa primeira definição, pode-se, com a descrição do protagonista de *O horizonte* feita por Carriedo, encontrar a paradoxal relação que se estabelece entre memória e esquecimento: um sujeito de nome estranho, Bosmans, que busca recompor seu passado juvenil (as pessoas, os lugares, os eventos mais marcantes etc.) como se tentasse formar um quebra-cabeça com peças faltantes.

O ato de recordar perscruta as coisas, aquilo que se manteve na dupla zona obscura da consciência e do esquecimento, aquilo que permanece desconhecido à visão e à memória, aquilo que se esconde além do esquecimento, além do compreensível, do inteligível, do exprimível. Trata-se dessa ‘matéria escura’ que todo o

4 CARRIEDO, Lourdes. “Écriture, mémoire et structure d’horizon chez Patrick Modiano”. *French Cultural Studies*, nov. 2012, p. 342. Disponível em: <<http://frc.sagepub.com/content/23/4/341>> Acesso em: 7 nov. 2014.

5 Ibidem.

processo perceptivo e cognitivo implica e do qual a obra *O horizonte* fala desde o início.⁶

É nesse sentido que Carriedo interpreta, na obra de Modiano, a ação de Bosmans em busca de seu passado opaco como algo a ser descoberto, pois o que se viveu se esconde, é fugaz, todavia, servirá para a compreensão de sua própria vida e dará sentido ao futuro. Desse modo, a noção de memória não convém somente ao resgate do vivido, presta-se a alicerçar um devir igualmente desconhecido.

A *mémoire oublieuse*, portanto, significa mais do que um exercício investigativo rumo ao passado não integral. É também um esforço para dar sentido à vida através daquilo que foi capturado ou perdido seja pela retina dos olhos ou pela lente da câmara fotográfica, seja pelos sons, odores e sabores. Contudo, ao não ser possível restituí-lo completamente, estabelece-se um limite móvel entre o que é lembrado e esquecido.⁷ Em outras palavras, algo que une e separa ao mesmo tempo. A memória do passado vivido não é exatamente isso? Aproximar e afastar ao mesmo tempo? Ora, se assim for aceita a descrição de Carriedo do conceito de Modiano, esse seria identificável na escrita de outros de seus romances, não apenas em *O horizonte*. Sabendo-se do encontro entre o ficcional e o histórico em muitos deles, estabelecer-se-ia também uma possibilidade interpretativa da própria história marginalmente narrada pelo escritor⁸, como no caso de *Uma rua de Roma*.

6 “L’acte de remémoration interroge l’envers des choses, ce qui est resté dans la double zone obscure de la conscience et de l’oubli, ce qui demeure insaisissable au regard et à la mémoire, ce qui se cache au-delà de l’oubli, au-delà du compréhensible, de l’intelligible, de exprimable. Il s’agit... de cette ‘matière sombre’ que tout processus perceptif et cognitif implique, et dont *L’Horizon* parle depuis le début” [tradução nossa]. Ibidem, p. 343.

7 Poder-se-ia, talvez, evocar a noção de hímen de Derrida, como sendo o próprio “entre”. “Não é nem desejo nem prazer, mas algo intermediário. Nem futuro nem presente, mas o intermediário. É o hímen que deseja sonhos de perfuração, de romper em um ato de violência que é (ao mesmo tempo ou em algum ponto intermediário) amor e assassinato. Se um deles *chegasse* a acontecer, não haveria hímen (...). É como uma operação que *tanto* semeia a confusão *entre* opostos *como também* se coloca *entre* os opostos ‘a uma só vez’” (DERRIDA, J. *Dissemination*. Tradução de B. Johnson. Chicago: Chicago University Press, 1981, pp. 212-223 apud BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 182).

8 Com exceção, em parte, de *Dora Bruder*.

Antes, porém, é preciso detalhar a noção de que as imagens evocadas pela memória, em Modiano, aparecem também como fotografias. Recorre-se, destarte, às reflexões de Annelies Schulte Nordholt, da Universiteit Leiden, no artigo “Photographie et image en prose dans *Dora Bruder* de Patrick Modiano” (2011). Desde o início do livro *Dora Bruder*, a (re)construção dos cenários feita por Modiano – que atua, particularmente nessa obra, como um investigador da história real da adolescente Dora Bruder – é quase a de um curador ao buscar conferir ordem à exposição de algum acervo ou a de um arquivista diante de documentos fotográficos. Para tanto, se dispõe a descrever minuciosamente o que vê em suas “fotos”.

Segundo Nordholt, ao apresentar a imagem do bairro onde Dora Bruder passou sua infância, por exemplo, no início do livro, Modiano o faz através da rememoração fotográfica, ainda que as imagens não sejam reproduzidas, mas apenas mencionadas⁹. Concomitantemente à discussão sobre a memória como fotografia, trata-se do conceito de “pós-memória”. Isso significa que a investigação de Modiano não se faz somente na recuperação de documentos oficiais ou a partir de entrevistas ou encontros com personagens que eventualmente pudessem ter ou não alguma pista sobre a história de Dora Bruder. Tampouco com as imagens (fotográficas) dos espaços possíveis frequentados por Dora, a qual também os conheceu. Sua narrativa precisou, ainda, apoiar-se na memória de outrem, tanto na do próprio pai do autor como na de Dora, uma vez que Modiano, em pessoa, não vivenciou qualquer acontecimento antes de 1945, ano de seu nascimento. Dessa forma:

Sua memória é uma ‘pós-memória’, segundo o termo de Marianne Hirsch: uma memória por procuração, tomada de empréstimo por relatos, da vida dos outros, vivida de outra maneira, de um outro tempo (...). Dora Bruder –

9 NORDHOLT, Annelies Schulte. Photographie et image en prose dans *Dora Bruder* de Patrick Modiano. *Neophilologus*, v. 96, n. 4, p. 526. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11061-011-9288-7>> Acesso em: 9 fev. 2015.

seu sobrenome Bruder significa irmão em alemão – é em certo sentido irmã de Modiano.¹⁰

Seguindo o argumento de Nordholt, no que se refere agora à maneira como Modiano lidou com as fotografias encontradas em sua pesquisa sobre Dora Bruder “real”, há de se levar em consideração a noção de Roland Barthes acerca da fotografia: a imagem como índice (seja ela real ou fictícia¹¹), como prova tangível do que foi, também sugere que o que foi não é mais, que desapareceu. Nesse sentido e convenientemente, aproxima-se a dubiedade própria do estilo de Modiano: “a fotografia está entre a vida e a morte”.¹² Ou seja, os eventos do passado são evocados, mas não revelados na câmara escura (assim como se as fotografias estivessem apenas em filme).

Eurídice Figueiredo, da Universidade Federal Fluminense, em estudo comparado de *Uma rua de Roma*, de Modiano, e *Austerlitz* (2001), de W. G. Sebald, discute a noção de “pós-memória” nas duas obras. De acordo com Figueiredo, a “pós-memória” é aquela de eventos vivenciados por outros intimamente ligados aos escritores. Sendo, portanto, uma homenagem. Do mesmo modo que Carriedo, ao descrever rapidamente o enredo do livro e, particularmente o protagonista (nesta obra, também o narrador), Figueiredo encontra a

10 “Sa mémoire est une ‘postmémoire’, selon le terme de Marianne Hirsch: une mémoire par procuration, empruntée aux récits, à la vie des autres, vécue de manière différée, retardée (...). Dora Bruder – comme son nom de Bruder, significant ‘frère’ en allemand, l’indique, aux yeux de certains – est dans un certain sens une soeur de Modiano” [tradução nossa]. Ibidem, p. 529.

11 Nesse caso, entende-se que a posição de Barthes pode ser ampliada exatamente nos encontros diversos entre a história e a imaginação ocorrida nas narrativas romaneçadas. “Outro dia, reli o romance de Thomas Mann *A Montanha Mágica*. Esse livro traz à cena uma doença que conheci bem, a tuberculose; pela leitura, eu tinha reunidos, em minha consciência, três momentos dessa doença: o momento da anedota, que se passa antes de 1914, o momento de minha própria doença, por volta de 1942, e o momento atual em que esse mal, vencido pela quimioterapia, não tem mais o mesmo rosto de outrora. Ora, a tuberculose que eu vivi é, com mínimas diferenças, a tuberculose da *Montanha Mágica*: os dois momentos se confundiam, igualmente afastados de meu próprio presente. Percebi com estupefação (só as evidências podem estupefazer) que meu próprio corpo era histórico”. BARTHES, Roland. *Aula*: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio da França, pronunciada em 7 de janeiro de 1977. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007, pp. 43-44.

12 “la photographie est entre la vie et la mort” [tradução nossa]. NORDHOLT. Op. cit., p. 533.

ideia de montar um quebra-cabeça sem ter todas as peças: “porque ao juntar os elementos desse *puzzle* nem todas as peças são encontradas e montadas”.¹³ Outro elemento de aproximação na reflexão das duas pesquisadoras é a compreensão do caráter “arquivista” dos personagens de Modiano. Não basta encontrar as memórias. É preciso ordená-las. Para Carriedo, “metódico, de espírito arquivista, esse personagem, de estranho nome Bosmans, anota em uma caderneta de moleskine preto as imagens incompletas, as sequências suspensas, os traços de certas experiências e impressões que sobreviveram a destruição do tempo”.¹⁴ Para Figueiredo, por sua vez, a noção “arquivística” do protagonista de *Uma rua de Roma* vai além: algo que pode ser mais do que compreendido, ser reinterpretado.

Guy (...) tem a seu dispor os arquivos do antigo escritório (...), catálogos telefônicos e anuários de todos os tipos dos últimos cinquenta anos, que lhe são de extrema utilidade em sua investigação (...). Jacques Derrida assinala a importância de reelaborar hoje o conceito de arquivo (...), aponta para lógica do arquivo, que estoca várias camadas a serem escavadas pelo arqueólogo (o escritor) em busca de restos ou rastros do passado. Como se trata de uma história rasurada, a recuperação do passado pela escrita (literária ou mesmo historiográfica) vai juntar e rearrumar os dados do passado. Pode-se conceber esta sobreimpressão de elementos como um palimpsesto a ser decifrado, a ser recomposto e ressignificado.¹⁵

13 FIGUEIREDO, Eurídice. A pós-memória em Patrick Modiano e W. G. Sebald. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 15, n. 1, Rio de Janeiro, jan-jun. 2013, p. 3. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1517-106X2013000100009>> Acesso em: 28 abr. 2015.

14 “Méthodique, à l’esprit archiviste, ce personnage, au nom étrange de Bosmans, note sur un carnet de moleskine noire les images incomplètes, les sequences en suspens, les traces de certaines experiences ou impressions qui ont survécu à la destruction du temps” [tradução nossa]. CARRIEDO. Op. cit., p. 342.

15 FIGUEIREDO. Op. cit., pp. 3-4.

Aqui a extensão do argumento à historiografia é conveniente. A memória incompleta “por natureza” preenche as lacunas com os documentos arquivados, levando o investigador não apenas à compreensão do passado, mas ressignificando-o. Além de ressignificação, como paradoxo. Ricoeur, ao tratar da “memória do esquecimento”, a partir de Santo Agostinho, afirma que o esquecimento é, ao mesmo tempo, paradoxo e enigma. Tanto no que se refere à impossibilidade de falar sobre um esquecimento absoluto (pois se se deslembra, sabe-se que há algo esquecido) quanto a um impedimento para resgatar o tempo passado em sua manifestação fenomênica original. Finalmente, pode-se citar Ricoeur, ao se aproximar da “memória” proustiana e perceber que esta também carrega a dubiedade necessária da lembrança e do esquecimento.

Quanto ao par evocação/recordação, a reflexividade está em seu auge no esforço de recordação; ela é enfatizada pelo sentimento de penosidade ligada ao esforço; a evocação simples pode, nesse aspecto, ser considerada como neutra ou não marcada, na medida em que se diz que a lembrança sobrevém como presença do ausente; pode-se dizer que ela é marcada negativamente nos casos de evocação espontânea, involuntária, bem conhecida dos leitores da *Busca* (...) proustiana.¹⁶

Memória e esquecimento

A retomada do passado é ambígua. Não se consegue plenamente rememorar tudo que é vivido, ainda que esquecê-lo por inteiro seja possível. Entretanto, não saber (ou ainda “esquecer”) não é necessariamente uma categoria total de ausência. Ainda que assim

16 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 55.

fosse, o fato de nada existir poderia denunciar claramente que já não o é, pois algo aconteceu.¹⁷

Segundo Paolo Rossi, existem duas tradições filosóficas que, de alguma forma, permanecem no pensamento contemporâneo concernentes à memória (/lembrança) e ao (olvido/) esquecimento: a primeira entende o esquecimento como algo que corresponde à perda de fragmentos – temporária ou permanente – de experiências, sensações, imagens, ideias etc. antes presentes na consciência individual e coletiva. Esta noção “... foi construída e foi ficando mais complexa a partir de contribuições que provinham (e provêm) da psicologia, psicanálise, psicopatologia, neurofisiologia, antropologia, sociologia e narrativa...”. Já a segunda concebe o esquecimento como a perda da totalidade da experiência e da história humanas e “... não tem interesse algum nas contribuições que provêm dos campos específicos da cultura (Freud, Proust ou Edelman)”.¹⁸ Filia-se aqui, evidentemente, à primeira tradição, uma vez que não se admite a totalidade da perda, tampouco da reconstrução plena do acontecido. O que de certo modo leva a uma percepção da memória não apenas ligada ao passado “... mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro”.¹⁹

Ainda conforme pensou Rossi – tomando a afirmação de David Lowenthal como ponto de partida –, a história é mais e menos que o passado²⁰:

17 Ilustra-se esta ideia com um elementar exemplo da colonização da América: em algumas ilhas do Caribe, antes habitadas por civilizações que hoje desapareceram por completo, não há a negação de sua existência. Não há necessidade, muitas vezes, de encontrar seus rastros. A própria ausência deles é a prova contundente do crime que foi a colonização e da existência das mesmas civilizações. Édouard Glissant, por sua vez, entende que tal ausência pode ser concebida como um “rastros/resíduo inconsciente”. “Geralmente, no Caribe, o problema não se apresenta, porque os ameríndios foram todos exterminados, com exceção de um reduzido número que se encontra em uma reserva da ilha de São Domingos. O remanescente atávico do Caribe passa por uma espécie de rastros/resíduo inconsciente”. GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Tradução de Enilce do Carmo Albegaria Rocha. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2005, p. 73.

18 ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*: seis ensaios da história das ideias. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp.18-19.

19 Ibidem, p. 24.

20 LOWENTHAL, David. “Imaged Pasts: Reconstructing History”. In: BIANCHI, M. L. (org.). *Storia delle Idee: Problemi e Prospettive*. Roma: Edizioni dell’Ateneo, 1989, pp. 134-155 apud ROSSI. Op. cit. 2010, p. 28.

... é certamente possível, deste ponto de vista, contrapor a história, que é interpretação e distanciamento crítico do passado, à memória, que implica sempre uma participação emotiva em relação a ele, que é sempre vaga, fragmentária, incompleta, sempre tendenciosa em alguma medida... A história e a memória coletiva podem ser pensadas como as duas pontas de uma antinomia: em que os avanços da historiografia fazem continuamente retroceder o passado imaginário que foi construído pela memória coletiva.²¹

Finalmente, para Rossi, “O entrelaçamento de memória-esquecimento é muito profundo. Mesmo quando se teorizam rupturas totais e irreparáveis e transformações radicais”.²² Implicando não apenas o resgate ou o apagamento do passado em si, mas suas potenciais projeções de futuro, como forma de lembrar/esquecer para superá-lo.

A memória, de natureza dúbia, é também esquecimento. Além do mais, ela sempre é criativa. Nada do que é lembrado é de outra forma senão de certa maneira. O debate acerca do tema não é novo. Há, contudo, reflexões das quais o assunto aqui proposto parece se aproximar mais intimamente. É o caso dos ensaios de Jeanne Marie Gagnebin, reunidos no livro *Lembrar escrever esquecer* (2009), especialmente, “O que significa elaborar o passado?”. O modo como expõe o debate contemporâneo sobre a memória já é uma boa síntese das relações estabelecidas, sobretudo, entre o conhecimento e a memória.

Na história, na educação, na filosofia, na psicologia o cuidado com a memória fez dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o

21 Ibidem, p. 28.

22 Ibidem, p. 25.

desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens.²³

Se se trata de um dever ético, como lidar com aquilo perdido, já desaparecido? O esquecimento, mais do que a memória, não é voluntário (pelo menos, não na maior parte das vezes). A construção do passado, ao lidar objetivamente com suas lacunas, permite uma relação menos mistificadora da memória. Aliás, a memória pela memória poderia produzir uma espécie um tanto saturada e esvaziada do sentido pedagógico e de outras potencialidades na lembrança do passado. O esquecimento ou, ainda, aquilo que não pode ser alcançado também teria valor para o historiador interessado, tanto por indicar que a ausência não é necessariamente casual como para investigar possibilidades de destruição da própria memória: “devemos lembrar o passado, sim; mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto ao passado”.²⁴

As reflexões de Gagnebin (referentes à obra de Walter Benjamin sobre Proust e Kafka) serão retomadas posteriormente. Entretanto, destaca-se aqui uma preciosa passagem do ensaio “Verdade e memória do passado”, acerca da sexta tese de Benjamin sobre o conceito de história.²⁵ Segundo a interpretação de Gagnebin, Benjamin recusaria à história a condição ideal de ciência. Tal posição estaria sustentada por princípios políticos, éticos e epistemológicos.²⁶ Interessam particularmente as razões epistemológicas (ainda que a autora afirme que são inseparáveis das demais). Primeiramente porque a impossibilidade de recuperar a história em sua integralidade não inviabiliza a narrativa da história, pois esta sempre se faz de algum modo. Esse modo é uma articulação²⁷ e não uma descrição.

23 GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 97.

24 Ibidem, p. 103.

25 “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras Escolhidas v. 1), p. 224.

26 GAGNEBIN. Op. cit. 2009, p. 40.

27 “É o caso de se perguntar se a suspeita não é inteiramente forjada a partir de um modelo linguístico inapropriado ao discurso histórico, o qual seria mais bem entendido a partir de

Com alguma liberdade, portanto, relacionam-se a essa opinião dois trechos de outras teses sobre o conceito de história de Benjamin. Da segunda, há algo possivelmente já intuído neste artigo. O passado, por não ser completo, apresenta-se através de vestígios, rastros, ou melhor, como índice. Para Benjamin, citando a referida passagem um pouco modificada, “o passado traz consigo um índice misterioso (...). Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa”.²⁸

A noção de que o trabalho “científico” do historiador não se apoia no paradigma (galileano) de ciência e possui outro estatuto é reforçada por Carlo Ginzburg em seu ensaio “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. Uma vez que o conhecimento do historiador não pode ser ontológica e epistemologicamente construído em termos universais, o saber da história se faz na decifração dos indícios legados pelo passado. “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.²⁹ Ginzburg ainda pergunta se mesmo assim o conhecimento amparado em tal paradigma indiciário correria o risco de não ser considerado rigoroso. Para o autor:

A orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. Só a linguística conseguiu, no decorrer deste século, subtrair-se a esse

modelos alternativos para os quais o referente, qualquer que seja ele, constitui uma dimensão irreduzível de um discurso dirigido por alguém a alguém sobre alguma coisa. Faltaria dar conta da especificidade da referencialidade em regime historiográfico. Minha tese é que ela não pode ser discernida unicamente no plano do funcionamento das figuras que o discurso histórico assume, mas deve transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico”. RICOEUR. Op. cit., p. 263.

28 BENJAMIN. Op. cit. 1994, p. 223.

29 GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 177.

dilema, por isso pondo-se como modelo, mais ou menos atingido, também para as outras disciplinas.³⁰

Na quinta tese sobre o conceito de história de Benjamin, a ideia de que a imagem do passado é fugaz, capturada apenas de relance, como um clarão (ou uma fotografia), permite entender que, do mesmo modo que a lembrança se torna um exercício imprescindível (ético) para o historiador, lidar com aquilo que não será de forma alguma capturado também é. Não conhecer tudo ou aquilo que não está capturado pela imagem não é sempre algo tão lamentável. Se se deve lembrar para não esquecer o horror do extermínio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, igualmente, é vedado ao carrasco conhecer tudo de sua vítima. Assim como escreveu Modiano sobre Dora Bruder – objeto do escritor. Em sua pesquisa de oito anos sobre a história de Dora, há dois períodos – que antecedem a apreensão da jovem e, posteriormente, a de seu pai, seu envio para o leste europeu, em 18 de setembro de 1942, e, conseqüentemente, seu assassinato no campo de extermínio de Auschwitz – sobre os quais Modiano nada descobriu. No entanto, nesse caso, a ausência de informações – ou da memória – é, para o escritor, positiva.

Nunca irei saber como ela passava os dias, qual era seu esconderijo, a quem via durante os meses de inverno de sua primeira fuga, e durante as semanas da primavera, quando novamente fugiu. Aí está o seu segredo. Um simples mas precioso segredo que os algozes, os decretos, as autoridades ditas da Ocupação, a prisão, os quartéis, os campos, a História, o tempo – tudo aquilo

30 Ibidem, p. 178.

que nos empresta e nos destrói – nunca mais lhe poderão roubar.³¹

Se o passado fugidio escorre por entre os dedos das mãos e não se pode agarrá-lo por inteiro, aquilo que se perde para o esquecimento nem sempre prejudica o entendimento do passado. Por vezes, a sensação da ausência, o sentimento de que falta algo é mais forte do que a tímida presença de um dado concreto. Cabe aqui, por conseguinte, outra breve consideração feita por Paul Ricoeur sobre o “esquecimento”. Deixando de lado as significativas reflexões desenvolvidas acerca dos aspectos científicos neurais, bem como a rica discussão filosófica da obra de Henri Bergson, *Matéria e memória*,³² toma-se um pequeno mas inspirador trecho da terceira parte (exatamente sobre o “esquecimento”) da “Nota de orientação”. No que se refere à ambiguidade encontrada entre memória e esquecimento e também em algum nível de positividade, ainda que como dúvida do último, Ricoeur lança mão da fábula de Jorge Luis Borges “*Funes el memorioso*” (1942), sobre o homem que nada esquecia.³³ Supondo haver alguma medida adequada para o uso da memória humana, “o esquecimento não seria, portanto, sob todos os aspectos, o inimigo da memória, e a memória deveria negociar com o esquecimento para achar, às cegas, a medida exata de seu equilíbrio com ele?”³⁴ Ora, até mesmo do ponto de vista hermenêutico, há a necessidade de se evitar a totalidade da memória como última representação da condição histórica. Aliás, encontra-se em outra obra de Bergson, *A evolução criadora*, a ideia que mais se aproxima dessa positividade, ainda que relativa, acerca do esquecimento. Ao tratar do que é exterior e interior do objeto à percepção, como estado da consciência, o autor assim escreve:

31 MODIANO, Patrick. *Dora Bruder*. Tradução de Maria Cavalcanti Ribas Vieira. Rio de Janeiro: Rocco, 2014a, p. 137.

32 BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. Paris: Quadrige: PUF, 1939, 2012.

33 Segundo Paolo Rossi, “Uma patologia da lembrança [grifos do autor], uma monstruosidade ‘por excesso’, não é apenas invenção do gênio literário de Borges. Ele apresentou seu relato como ‘uma longa metáfora da insônia’, mas com frequência a realidade supera até a fantasia dos escritores mais fantasiosos”. ROSSI, Op. cit. 2010, p. 40.

34 RICOEUR. Op. cit., p. 424.

Um ser que não fosse dotado de memória ou de previsão nunca proferiria nesse caso as palavras ‘vazio’ ou ‘nada’; exprimiria simplesmente aquilo que é e aquilo que ele percebe. Ora, aquilo que é e aquilo que se percebe é sempre a *presença* disto ou daquilo, nunca a *ausência* seja do que for. Só existe ausência para um ser capaz de recordar e esperar. Recordava um objeto e esperava talvez voltar a encontrá-lo: encontra outro diferente e exprime a decepção da sua expectativa, nascida da recordação [grifos do autor].³⁵

Memórias: Hugo, Proust e Modiano

O olfato, esse misterioso auxiliar da memória, acabava de fazer reviver-lhe no íntimo um mundo inteiro.

Victor Hugo

As reminiscências provocadas pelos odores são, na busca do passado, as mais singelas. Em Proust, a memória do olfato ganha importância. No entanto, não era de todo desconhecida na literatura francesa. Nas páginas finais d’*Os miseráveis*, Hugo faz referência a ela. O caso que narra, todavia, não é propriamente feliz³⁶, ainda que a

35 BERGSON, Henri. *A evolução criadora*. Tradução de Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: Ed. Unesp, 2010, p. 307.

36 Em relação a esse aspecto, Gagnebin é categórica ao tratar da perspectiva de que, na obra de Proust, a *mémoire involontaire* não manifestaria apenas sensações felizes e, portanto, não se deveria interpretar *Em busca do tempo perdido* como uma procura dos encontros felizes entre as sensações e o passado. Aliás, ao comparar trechos de outros livros de Proust com a da “madeleine” de *Em busca...*, Gagnebin se reporta a uma passagem de *No caminho de Swann* (a visita da mãe do narrador ao seu quarto à noite e a insinuação de um amor incestuoso por parte da criança) e demonstra que, mesmo no primeiro dos livros – o da infância propriamente dita –, encontram-se também, na *mémoire involontaire*, lembranças amargas do passado infantil: “ao redor do núcleo central que descreve a experiência propriamente dita, temos uma introdução muito maior sobre a miséria da memória voluntária, do esforço consciente de lembrar o passado (em oposição à felicidade da memória involuntária que o episódio da ‘madeleine’ ilustra), assim como alguns

lembração do “cheiro do tabaco” se ofereça como uma pista desejada pela personagem Marius Pontmercy. Não cabe aqui recontar o ocorrido, mas quem se lembra das últimas páginas do romance sabe o que esse momento significou antecedendo o desfecho da trama. Também em outras circunstâncias do livro, Hugo se remete à memória – seja a sua própria ou a das personagens – e, igualmente, ao esquecimento (seu ou de suas personagens). Como exercício para reconstruir a cidade de Paris ou a história da França ou a sua própria, sente-se a vontade do escritor de deixar mais do que uma obra-prima da literatura, um ponto de vista sobre a história francesa do século XIX.

O contexto do enredo se desenvolve nas três primeiras décadas dos oitocentos, mas Hugo escreveu boa parte do livro no início da década de 1860. De uma forma ou de outra, não há como abandonar uma história apenas à imaginação; tampouco aos fatos comprovadamente documentados. Misturam-se lembranças, desejos, sonhos, invenções, eventos etc. Enfim, mesmo a memória mais vívida, ainda assim é memória e, se involuntariamente surge, no cheiro do tabaco ou do chá da tia-avó, sensações distintas àquelas premeditadas diante de um acontecimento transformam a própria percepção da realidade. Foi assim com a personagem de Hugo e com as personagens de Proust e Modiano.

Le Goff recorda convenientemente a obra de Bergson, *Matéria e memória*, percebendo a expansão das reflexões acerca da memória no âmbito da literatura e do conhecimento humano.

(...) central a noção de ‘imagem’, na encruzilhada da memória e da percepção. No termo de uma longa análise das deficiências da memória (amnésia da linguagem ou afasia) descobre, sob uma memória superficial, anônima, assimilável ao hábito, uma memória profunda, pessoal,

desenvolvimentos, também muito maiores, a respeito da morte do passado para nós”. GAGNEBIN. Op. cit., 2009, p. 149.

‘pura’, que não é analisável em termos de ‘coisas’, mas de ‘progresso’.³⁷

Dessa forma – e por uma delimitação do escopo – restringem-se aqui os estudos sobre a memória e as diversas áreas de conhecimento que se debruçam sobre o objeto. É evidente que o presente trabalho não lida com outra forma da memória que não esteja no nível concebido como “memória social” (individual ou coletiva) ou, ainda mais precisamente, aquilo que Le Goff percebeu como uma nova memória romanesca que “restabelece a cadeia ‘mito-história-romance’”,³⁸ como a obra *Em busca do tempo perdido*. Também é explícito – contudo convém reforçar – que esta reflexão não busca encontrar as causas biológicas de qualquer modalidade da memória³⁹, mas como esta, em uma dimensão da narrativa – ora real, ora ficcional –, pode servir ao trabalho historiográfico.

Walter Benjamin conhecia bem os escritos de Proust e valorizou sua *mémoire involontaire* para além dos limites do romance. Obviamente, não poderia saber nada acerca da noção de memória utilizada por Modiano em suas obras, mormente o que se salientou aqui sobre a ideia de esquecimento. Contudo, também era admirador e estudioso de Kafka. Nesse ponto, pode-se, inicialmente, sugerir um primeiro encontro entre as duas “memórias”, ainda que a segunda se faça demonstrar através da produção de outro escritor. Com isso, não há a pretensão de afirmar que Modiano é continuador de Kafka ou mesmo asseverar prematuramente a influência kafkiana nos trabalhos de Modiano, mas uma vez que Benjamin foi comentador tanto de Kafka quanto de Proust, julga-se adequada, nesse particular, a aproximação mencionada.

Quanto ao que escreveu sobre e influenciado por Proust, há em seu ensaio “A imagem de Proust”, de 1929, sobre o conceito de

37 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 465

38 Ibidem.

39 “O discurso sobre a memória é muito antigo. Nenhum indivíduo poderia memorizar todos os títulos que, desde a Antiguidade até hoje, fazem referência à memória. Mas é importante sublinhar que esse tema não se identifica e não se esgota nem com o tema das artes da memória nem com os problemas das neurociências”. ROSSI, Op. cit. 2010, p. 23.

mémoire involontaire, uma célebre passagem mais do que pertinente. Benjamin entende que a ferramenta encontrada para reviver o passado em *Em busca do tempo perdido* – a *mémoire involontaire* – serve como condensador do tempo em um aspecto interno (a reminiscência) e outro externo (o envelhecimento). Tal condensação não produz nada mais senão um rejuvenescimento do passado. Ou seja, a partir da manifestação de uma lembrança promovida pela *mémoire involontaire*, a sensação – ou melhor, a percepção – se faz como algo conhecido e ao mesmo tempo novo. “É a obra da *mémoire involontaire*, da força rejuvenescedora capaz de enfrentar o implacável envelhecimento”.⁴⁰

Proust já percebera isso desde o primeiro livro de *Em busca do tempo perdido*: *No caminho de Swann* (Benjamin, em *Infância em Berlim por volta de 1900*,⁴¹ parece seguir alguns procedimentos de Proust). A abordagem do tema no último livro, *Tempo redescoberto*, como solução para reencontrar o tempo perdido, para além de toda a criatividade literária, se dá pelo recurso à imaginação e o escritor, em sua vocação inata para o romance, o faz em razão de seus enredos e, também, a fim de se encontrar com as próprias experiências vividas. Por um lado, há a necessidade de localizar as provas, os fatos, os dados esclarecedores do passado; por outro, a necessidade de senti-lo. E como não é possível fazê-lo em seu grau mais elevado quando efetivamente se experimenta a realidade, o fato, o evento, o acontecimento etc., ele se torna mais “forte” quando lembrado sem intenção.⁴² A empresa de Proust, portanto, não é somente uma boa fórmula para o escritor encontrar uma apropriada fonte de inspiração

40 BENJAMIN. Op. cit. 1994, p. 45

41 BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Obras Escolhidas v. 2).

42 “Como teria qualquer valor a literatura descritiva, se a realidade se oculta sob pequenas coisas que enumera (a grandeza no ruído distante de um aeroplano, na linha do campanário de Saint-Hilaire, o passado de uma *madeleine* etc.) e por si mesmas nada significam, se não souber desentranhar o que encerram? Pouco a pouco conservada pela memória, é a cadeia de todas as impressões inexatas, onde nada resta do que realmente sentimos, que constitui para nós nosso pensamento, nossa vida, a realidade, e é essa falsidade reproduzida pela arte dita ‘vívida’, simples como a vida, sem beleza, duplo emprego do que veem nossos olhos e verifica nossa inteligência, tão fastidioso e vão que indagamos onde encontra quem a cultiva a flama alegre e motora capaz de animá-lo, de fazê-lo prosseguir na tarefa”. PROUST, Marcel. *O tempo redescoberto*. Tradução de Lúcia Miguel Pereira. São Paulo: Globo, 2004 (Em busca do tempo perdido, v. 7), pp.171-172.

para seus romances (também para isso, óbvio); serve de exemplo àqueles que pretendem conhecer e se aproximar sensivelmente dos eventos experimentados, tantos seus como de outros.

De modo similar, nesse aspecto, pode-se entender que Modiano, especialmente em *Dora Bruder*, recorre a lembranças surgidas não por vontade. Contudo, não seria o caso de pensar a *mémoire oublieuse* mais nítida em *O horizonte*, mas um esboço e um encontro possível entre as duas “memórias”. Há aqui duas situações: primeiramente, durante sua investigação sobre a história real de Dora Bruder, encontra momentos de contato com sua própria lembrança. Não do que vivenciou, pois Dora fora assassinada antes de o escritor nascer, mas das histórias rememoradas por seu pai⁴³, as quais o afetaram de tal modo que sua projeção ao período de ocupação da França pelas tropas alemãs é forte (não neste necessariamente, mas em outros romances) a ponto de ser capaz de descrever o sombrio ambiente com grande imaginação. Em segundo lugar, por encontrar, ao longo de sua pesquisa, informações que o remeteram a outras lembranças, como no caso da descoberta de que Dora, apesar de (e talvez exatamente por) ser judia, foi internada em um colégio pensionato católico para meninas, na Rue de Picpus em Paris. A rua era conhecida na cidade por reunir um bom número desse tipo de instituição. Quando Modiano encontrou tal informação, outra recordação involuntariamente se apresentou ao seu pensamento: o bairro do Petit-Picpus d’*Os miseráveis* de Victor Hugo.

Para ser desenvolvido o presente argumento, é preciso um pouco de paciência. Começa-se por Hugo. Em 1848, a obra foi deixada de lado pelo autor; em 1851, Hugo abandonou Paris e a França por razões políticas e se exilou até 1870. Somente em 1861, retomou o romance. Sendo assim, ao descrever a cidade, o fez com o concurso de sua memória, nem sempre certa. No caso que se verifica aqui, trata-se de uma importante passagem do segundo tomo

43 “Talvez eu desejasse que ela e meu pai se tivessem conhecido nesse inverno de 1942. Por mais diferentes que fossem um e outro, ambos tinham sido reprovados naquele inverno. Meu pai não se recenseou em outubro de 1940 e, como Dora Bruder, não usava o número do ‘processo judeu’. Assim, não possuía existência legal nenhuma, e tinha cortado todas as amarras com um mundo onde era preciso que cada um tivesse um trabalho, uma família, uma nacionalidade, uma data de nascimento, um domicílio. De agora em diante, ele estava fora. Um pouco como Dora, depois da fuga”. MODIANO. Op. cit. 2014a, p. 59).

da obra, *Cosette*, do quinto (“Caça tenebrosa, matilha silenciosa”) e do sexto (“Petit-Picpus”) livros. O herói, Jean Valjean, acompanhado da órfã Cosette, tenta escapar da perseguição promovida pelo inspetor Javert. Em determinado momento, Valjean e Cosette entram em um obscuro bairro da cidade de Paris, o Petit-Picpus. Lá conseguem invadir um convento – o das bernardas beneditinas da Adoração Perpétua, também pensionato, localizado na Rue de Picpus, nº 62 –, escondendo-se da polícia.

Como mencionado, Hugo retomou a obra após uma década sem contato com Paris. Particularmente nessa cena (ambientada no início da década de 1820), podem ser identificadas duas características que se apresentam em Modiano e que o remetem também à *mémoire involontaire* de Proust. A primeira é a imaginação de Hugo, pois este inventa uma geografia de Paris. O bairro do Petit-Picpus não existe. Também não existia até 1848 e nem passou a existir com as profundas reformas urbanísticas sofridas pela cidade a partir da segunda metade do século XIX, exatamente no momento em que Hugo se encontrava no exílio. A segunda tem a ver com Modiano ao se lembrar da obra de Hugo no momento em que descobria o lugar onde se achava Dora Bruder, pouco tempo antes de ser capturada e enviada para o campo de Drancy e, posteriormente, a Auschwitz.

Notam-se diferentes formas aqui de se conectar com a memória. Pode-se afirmar, ainda, que o esquecimento, nesse sentido, permite algum grau de preservação das coisas como eram ou ainda como deveriam ser. A obra *Os miseráveis* é conhecida mesmo por quem jamais leu uma única linha do livro, entretanto, quantos foram aqueles que perceberam uma conexão entre a história de uma adolescente judia, a *shoah*, Jean Valjean, Cosette e Javert? Ah, e o pai de Modiano também. Enfim, apenas para reforçar a mistura que se deu entre memória e esquecimento, história e romance: o bairro do Petit-Picpus não existe; a Rue de Picpus existe; Valjean, Cosette e Javert são personagens fictícios; Dora Bruder e o pai de Modiano são (ou eram) reais. Tal entendimento pode ser ilustrado com algumas longas passagens d’*Os miseráveis* e de *Dora Bruder*. Incluir-se-á, igualmente, um trecho de *O caminho de Guermantes*, para se reestabelecer a conexão entre Proust e Modiano.

De Hugo:

Faz muitos anos que o autor (...) está ausente de Paris. Depois de sua saída, Paris se transformou. Levantou-se uma nova cidade que, de algum modo, lhe é completamente desconhecida. Não é necessário dizer que ele gosta de Paris; Paris é a cidade natal de sua alma. Por uma série de demolições e reconstruções, a Paris de sua juventude, aquela Paris que ele guarda religiosamente na memória, é a esta hora uma Paris antiga. Permitam-lhe, portanto, falar de Paris como ele a conheceu. É bem possível que o autor conduza os leitores a alguns lugares dizendo: – Em tal rua há uma casa assim –, e já não exista nem a casa nem a rua. Se quiserem dar-se a esse trabalho, poderão verificar. Quanto ao autor, ele ignora a nova Paris, e escreve com a antiga Paris diante dos olhos, em uma ilusão que lhe é muito cara (...). Para ele, é um consolo pensar que ainda resta alguma coisa do que conheceu quando estava em seu país natal e que nem tudo mudou. Enquanto vivemos na nossa terra, parecem-nos que aquelas ruas nos são indiferentes, que aquelas janelas, telhados e portas nada significam, que aquelas paredes são completamente estranhas, que aquelas árvores nasceram ontem, que aquelas casas, onde nunca entramos, são inúteis, que as ruas por onde andamos não passam de simples pedras. Mais tarde, quando estamos longe, é que percebemos como nos são queridas aquelas ruas, como nos fazem falta aqueles telhados, aquelas janelas e portas, como nos são indispensáveis aquelas paredes, como gostamos daquelas árvores, como aquelas casas, onde nunca entramos, faziam parte da nossa vida, e que deixamos entranhas, sangue e coração nas pedras daquelas ruas. Todos esses lugares, que não vemos mais, que talvez nunca mais tornaremos a ver, e cuja imagem guardamos em nossa mente, tomam um encanto nostálgico, voltam com a melancolia e uma aparição, tornam-nos visível a terra santa e são, podemos dizer, a própria alma da França; então, gostamos de relembra-las tais como as conhecemos, do mesmo modo, obstinadamente, sem querer mudar coisa alguma, porque a imagem da pátria é como o retrato de uma mãe (...).

Seja-nos, portanto, permitido falar do passado no presente.⁴⁴

De Proust:

Entre a cor cinzenta e suave de uma campina matinal e o gosto de uma xícara de chocolate, inseria eu toda a originalidade da vida física, intelectual e moral que levava cerca de um ano antes a Doncières, e que, brasonada com a forma oblonga de uma colina calva – sempre presente ainda quando invisível – formava em mim uma sucessão de prazeres inteiramente diversos de quaisquer outros, indizíveis para os amigos, no sentido que as impressões ricamente entretecidas umas nas outras que os orquestravam muito mais os caracterizavam para mim, e sem que eu soubesse, do que os fatos que eu poderia contar. Desse ponto de vista, o mundo novo em que o nevoeiro daquela manhã me havia mergulhado era um mundo já meu conhecido (o que só lhe dava mais verdade), e esquecido desde algum tempo (o que lhe devolvia todo o seu frescor). E eu pude contemplar alguns dos quadros de bruma que minha memória havia adquirido, notadamente vários ‘Manhã em Doncières’, ou no primeiro dia no quartel, ou de outra vez, num castelo próximo, a que Saint-Loup me levava a passar vinte e quatro horas; da janela cujas cortinas eu havia soerguido pela madrugada, antes de tornar a deitar-me, no primeiro, um cavaleiro, no segundo (na estreita linde de um pântano e de um bosque de que todo o resto se achava mergulhado na suavidade uniforme e líquida da bruma), um cocheiro a lustrar uma correia, me haviam aparecido como essas vagas personagens, mal distinguidas pela

44 HUGO, Victor. *Os miseráveis*. v. 1 e 2. Tradução de Frederico Ozanam Pesooa de Barros. São Paulo: Cosac Naify, 2012, pp. 633-634. De algum modo parecido, Proust projeta sua Combray, sua Balbec e, por que não, sua Paris (ainda que vivesse nela durante a escrita de *Em busca do tempo perdido*). É importante lembrar que, pouco antes de sua morte, Proust se isolou em sua residência a fim de dedicar-se exclusivamente à obra, tendo pouco contato com o mundo exterior.

vista obrigada a adaptar-se ao vago misterioso das penumbras, que emergem de um afresco apagado.⁴⁵

E de Modiano:

Em 9 de maio de 1940, Dora Bruder, com 14 anos, foi internada num estabelecimento religioso, obra do Sagrado Coração de Maria, dirigido pelas irmãs das Escolas Cristãs da Misericórdia, nos números 60 e 62 da rua de Picpus (...). Escrevo estas páginas em novembro de 1996 (...) no meio da agitação, custo a acreditar que estou na mesma cidade de Dora Bruder e seus pais, e também a do meu pai quando ele tinha 20 anos a menos do que eu. Tenho a impressão de que estou inteiramente só, ao fazer este paralelo entre a Paris daquele tempo e a de hoje, única pessoa a lembrar-se de todos esses detalhes. Por instantes, o elo se enfraquece e parece que vai romper, em algumas noites, a cidade de ontem parece em reflexos fortuitos, atrás da de hoje (...). Reli os volumes quinto e sexto de *Os miseráveis* (...), em geral, experimenta-se uma sensação de vertigem, como se Cosette e Jean Valjean, para escapar de Javert e dos policiais, caíssem no vazio: até então eles cruzavam as ruas de uma Paris real, e, de repente, são lançados em um bairro de uma Paris imaginária, que Victor Hugo chama de Petit Picpus. Esta sensação de estranheza é a mesma que sentimos quando caminhamos, distraídos, por um bairro desconhecido. Quando despertamos, percebemos aos poucos que as ruas desse bairro estão como que superpostas às que nos são familiares durante o dia (...). Como muitos outros antes de mim, acredito pessoalmente nas coincidências, e, às vezes, no dom de vidência dos escritores – a palavra ‘dom’ não é o termo exato, já que sugere uma espécie de superioridade. Não, isso faz parte da profissão: os esforços de imaginação, necessários nessa profissão, a necessidade de fixar o espírito em

45 PROUST, Marcel. *O caminho de Guermantes*. Tradução de Mario Quintana. São Paulo: Globo, 2007 (Em busca do tempo perdido, v. 3), pp. 378-379.

pontos, detalhes – de maneira até obsessiva – para não perder o fio da meada, deixando-se ir de forma aleatória – toda essa tensão, essa ginástica cerebral, pode certamente provocar, a longo prazo, breves intuições ‘relativas a acontecimentos passados ou futuros’, como está escrito no dicionário Larousse, no tópico ‘Vidência’.⁴⁶

É bem verdade, entretanto, a falibilidade científica do conhecimento do passado aqui proposto. Não é disso que se trata. O importante é perceber o resultado que o movimento engendrado pela *mémoire involontaire* tem na narrativa do passado e no modo como leitor e autor chegam até ele. Ao se recordar de todas as experiências vividas – das mais singelas da infância às mais tórridas de sua juventude –, Proust não tomou de imediato a dimensão de sua novidade na relação entre memória e história. Somente quando, também involuntariamente, nota sua vocação e sua obrigação ética como escritor, sua ideia de recuperar o passado se torna nítida.⁴⁷

Em relação aos comentários de Benjamin sobre a obra de Franz Kafka, restringir-se-ão àqueles sobre *O processo*, uma vez que entende-se ter, a partir da interpretação de Willy Haas, um lugar especial para a noção de “esquecimento”: “o objeto deste processo, o verdadeiro herói desse livro inacreditável, é o esquecimento (...), cujo principal atributo é o de esquecer-se a si mesmo (...). O esquecimento é o receptáculo a partir do qual emergem à luz do dia os contornos do inesgotável mundo intermediário, nas narrativas de Kafka”.⁴⁸ Sendo assim, da trama que se desenvolve no livro de Kafka acerca do julgamento de Joseph K., Benjamin sugere que há – apesar da angustiante ignorância – alguma possibilidade de redenção no esquecimento, como escreveu Gagnebin.

46 MODIANO. Op. cit 2014a, p. 33, pp. 46-49.

47 PROUST. Op. cit.2004, pp. 166-168.

48 BENJAMIN. Op. cit. 1994, pp. 156-157.

Se o esquecimento é, portanto, a culpa essencial em Kafka, uma culpa que só pode ser expiada sem ser conhecida, estes vestígios do esquecido, como Odradek ou o Corcundinha da ‘Infância Berlinense’ indicam, paradoxalmente, o caminho de uma esperança possível – mesmo se ela não existir para nós (...), mesmo se nem o estudo, nem a oração, nem a escrita conseguem alcançá-la.⁴⁹

Aqui já se faz sentir uma possível aproximação com a ideia de *mémoire oublieuse* proposta por Carriedo na obra de Modiano. Se em Kafka, o esquecimento já apresentara uma dupla carga moral – culpa e esperança –, ele é tomado mais livremente por Modiano. Tal qual o paradoxo kafkiano, as personagens, os cenários, os contextos e os enredos de Modiano trazem, na íntima relação entre memória e esquecimento, as duas possibilidades, sendo que ambas são imiscíveis, todavia capazes de coabitar o mesmo espaço. Além disso, a memória para Modiano não se faz apenas com as experiências dos eventos por si, mas de outrem. A reconstrução do passado, voluntária ou involuntária (mais involuntária, afirma-se), é uma mistura de presenças e ausências rememoradas, não apenas por aqueles que estiveram ali. Aliás, a noção de presente também se altera, uma vez que o contato que se tem com as informações do passado – seja pela memória esquecida, seja pelo acesso a algum vestígio documental ou rastro material – cria, no presente, uma inédita representação desse mesmo passado, indicando novas sensações e entendimentos, acarretando, conseqüentemente, uma nova história. A memória e o esquecimento, duas faces da mesma moeda, servem então como um critério; em outras palavras, não é possível lançar mão de um sem o outro. Nenhum tem em si uma positividade ou negatividade – o que facilmente poderia ser pensado em relação aos dois – ao operarem concomitantemente, ao se aproximarem ao mesmo tempo em que se afastam, o escritor e também o historiador podem perceber de forma transitória, mas ainda destacada, os limites entre o fato e a ausência,

49 GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999, pp. 68-69.

entre o “real” e o “fictício”, entre o vivido e a possibilidade não realizada da experiência, enfim, entre o que é lembrado e o que é olvidado.

Retomando as interpretações de Figueiredo, entende-se que Modiano e Proust estariam próximos. Para a autora, na obra *Uma rua de Roma*, ao trabalhar com a noção de “pós-memória” na busca de Guy Roland (protagonista do romance) por seu passado e, consequentemente, por sua identidade, Modiano não valoriza a “memória voluntária”, mas, sim, a *mémoire involontaire*.

À semelhança de Proust, que no último volume da *Recherche* tem uma sequência de experiências sensoriais que o levam a rememorar acontecimentos antigos, o personagem-narrador de Modiano, ao sair do prédio, sente um segundo estalo, diante da luminosidade produzida por um globo que espalhava uma luz branca, um pouco excessiva (...). O processo de recuperação (parcial) da memória se dá através de elementos sensoriais.⁵⁰

Seria no mínimo pretensioso acreditar que as aproximações apresentadas são inquestionáveis. Sabe-se, sobretudo, do imprescindível reexame das hipóteses e dos argumentos construídos. Entretanto, como exercício de reflexão sobre as possíveis contribuições da “memória” de Modiano para a narrativa histórica, pensa-se como avanço. Não porque se alcançou o fim premeditado (isso não era nítido no início das elucubrações), porém, ao se sugerir a experiência de outras fontes da memória – não exclusivamente aquelas já territorializadas pelo fazer historiográfico – como factíveis ao trabalho do historiador, revelam-se novos horizontes e perspectivas, tanto no que se refere à delimitação das zonas do que é ou não ficção, quanto na impossibilidade humana de realizar qualquer distinção plena entre o acontecimento e a imaginação que o narra (ou recordou). “A escrita da história partilha dessa forma das

50 FIGUEIREDO. Op. cit., p. 6

aventuras da composição em imagens da lembrança sob a égide da função ostensiva da imaginação”.⁵¹

Também seria exagero pensar em algum instrumento conceitual definido. Contudo, em certas análises, falta o termo adequado – ainda que temporário – para especificar a lacuna entre eventos que não foram integralmente rememorados. Para as testemunhas da história, esse termo sempre foi – e com correção – a apresentação de documentos comprobatórios. O mesmo não se faz com aqueles que tiveram a oportunidade de ouvi-las. Quanto aos confidentes que receberam o segredo do passado, espera-se deles exatamente isso: que nada contem. Ora, se a *mémoire involontaire* tem mais força que a recordação voluntária, pois escapa da própria vontade consciente, a *mémoire oublieuse* se transforma em limite entre o recordável e o esquecível, não como barreira, mas como articulador que une e separa ao mesmo tempo. O historiador talvez devesse perceber isso: o esquecimento não é sempre a negação da memória; é a única possibilidade de se notar que aí havia alguma coisa... agora, esquecida.

RECEBIDO EM: 23/03/2016
APROVADO EM: 05/11/2016

51 RICOEUR. Op. cit., p. 70.

OS ÍCONES E SEUS SIGNOS: A APLICABILIDADE DAS IMAGENS NAS PESQUISAS E ESTUDO DA HISTÓRIA DO IMPÉRIO BIZANTINO

The icons and their signs: the applicability of the images in the research and study of the History of the Byzantine Empire

*Paulo Augusto Tamanini**

RESUMO

O estudo das imagens tende a circunstanciar informações que reverbera em um campo de abordagens multifacetado, aberto à estranheza da História. Quando o objeto em análise trata de um conjunto de ícones bizantinos, parece natural reportá-lo aos assuntos de Teologia, negando a possibilidade de a História também sobre ele arguir, discorrer e tecer seus pareceres. Contrariando esta tendência, este artigo aborda os ícones bizantinos em sua historicidade, em sua feitura estética e diálogo com a Teologia da Igreja Ortodoxa Oriental. Por receber influências dessas áreas do saber, a abordagem é pensada transdisciplinarmente, usando como ponto de partida o conceito de signo pensado por Gilles Deleuze. Quer igualmente contribuir em alguns pontos teóricos acerca do uso das imagens bizantinas na construção da narrativa historiográfica.

Palavras-chave: Iconografia Bizantina; História das Imagens; Gilles Deleuze; Iconologia Oriental e Religiosidades.

* Professor Pesquisador Bolsista PNPd-CAPES/PPGH-UFPR (2015-). Doutor em História pela UFSC (2013). Mestre em História pela UDESC (2010). Especialista em Teologia e Bizantina, pela Θεολογική Σχολή Αγίων Κυρίλλου και Μεθοδίου - Grécia (2001). Graduado em Filosofia pela UNIFEBE (1991). Suas pesquisas versam sobre o Império Bizantino; as Igrejas de Rito Bizantino: ortodoxas e católicas; iconografia e o uso das imagens na pesquisa historiográfica.

ABSTRACT

The study of religious image tends to give details information that reverberates in a field of multi-faceted approaches, open to the strangeness of history. When the object in question is a collection of Byzantine icons, it seems natural to report it to Theology issue, denying the possibility of also the story about him argue, discuss and weave their opinions. Contrary to this trend, this article discusses the Byzantine icons in its historicity, in its aesthetic making and dialogue with the theology of the Eastern Orthodox Church. To receive influences of these fields of knowledge, the approach is thought transdisciplinary, using as a starting point the concept of sign designed by Gilles Deleuze. Want to also contribute in some theoretical points about the use of images in the construction of Byzantine historiographical narrative.

Keywords: Byzantine Iconography; History of Images; Gilles Deleuze; Eastern Iconologia and Religiosities.

Introdução

Na perspectiva de Gilles Deleuze, o aprender é mediado pelos signos emitidos pela matéria ou objeto, abertos à decifração, decodificação, interpretação. Para o filósofo, enquanto o emissor de signos ensina, quem aprende é o intérprete, o decifrador (DELEUZE, 2003, p. 4). Isto posto, é possível então inferir que os signos carregam mensagens sob véus, realidades implícitas, unidades subjetivadas de um realismo questionável pela racionalidade; por isso, ensinam, doutrinam, emitem saberes igualmente anuviados.

O ícone bizantino parece ser assim. Para além de ser um objeto material pensado a partir do século III para a projeção de poder e consolidação do pensamento estratégico de Bizâncio através das imagens, foi, desde o século IV, também um artifício que promoveu devoções cristãs e fez despertar práticas religiosas protocolares. Atualmente, os ícones bizantinos são também uma forma de arte que remete a um tempo em que o Império Romano no Oriente vivia seu apogeu. Uma vez captados pelos olhos da fé dos que ainda se crêem legatários desse patrimônio cultural, são capazes de emitir signos que

necessitam ser decifrados por olhos e mentes treinados para poder significar.

No tempo presente, o sentido religioso derivado do ícone bizantino então é traduzido por sistemas de referências de quem percebe as imagens sacras como emittentes de signos, possuidoras de potencialidades de transmissão de conhecimentos de natureza mística. Via de mão dupla, signo e decodificação embrulham o composto imagético em um caminho que tanto oferece quanto retira códigos de intelecção e de crenças. Portadora de signos abertos, a porção figurativa dos ícones bizantinos não fica alheia a transformar ambientes e entendimentos sobre realidades intangíveis unicamente pela razão. Porque imitem signos críveis, produzem deslocamentos de significados entre o receptor e o emittente que resenham fluxos de compreensão. Decorrente disso, as imagens têm tarefa infundável no ato de representar à medida que também são duradouros e intermitentes os critérios de observação. No tocante às imagens bizantinas, sem cair em transgressões e rupturas de limites, o ícone religioso, de modo geral, convida-se sem credenciais a irromper barreiras e se imiscui em oportunidades dedutivas sobre quem a contempla. Uma vez captados e decodificados, os signos emitidos pelos ícones descansam em uma inteligibilidade promotora de outras apreensões cognitivas: as de cunho religioso.

A imagem bizantina como materialidade de um saber testado pelo tempo e pelos pensadores, representa para a História também uma fonte eivada de códigos que esconde dizeres. Ela não é apenas a representação da genialidade de um artista ou a prova incontestada da competência de um monge do Medievo que, com maestria soube roubar do tempo os instantes que eram só dele. O bizantinismo imagético constitui-se então, manancial de aprendizagem, porque os signos emitidos por ele anunciam um modo de pensar a cultura de modo mais circunspecto. Longe de serem lidas e colocadas sob a égide das hermenêuticas de cada um, em um processo de subjetivação cheia de particularismos, as fontes imagéticas do período bizantino garimpadas do deslumbre da arte, explicitam hoje para a Historiografia novos desafios e que abrem perspectivas de investigação múltiplas para a apreensão do Medievo.

As imagens bizantinas de cunho religioso também são fontes das quais a História se interessa para a construção de uma narrativa,

uma vez que os ícones não se restringem apenas a informar, anunciar e dizer uma fé instituída. Os conhecimentos transmitidos a partir deles, se por um lado brotam da introspecção, remetendo ao transcendente, ao místico, do outro, oportuniza o pesquisador ao desafio de esmiuçar modos de vivência, pensamentos que norteavam um grupo social, mentalidades que repercutiam em atitudes coletivas, modos de percepção do mundo, organizações, estruturas e hierarquias na vida da corte imperial. O ícone não diz somente sobre as coisas de Deus, mas sobre as coisas dos homens e suas instituições.

Aos olhos de grupos imigrantes de cristãos orientais que aportaram no Brasil desde o século XVIII e herdeiros do patrimônio bizantino grego e eslavo¹ por exemplo, a imagem iconográfica parecia ser suficiente para justificar uma crença, parecendo não necessitar de intérpretes, de hermeneutas pois gritava a todos um modo de crer gestado por um tempo e cultura específicos. Contudo, as formas, as cores, os vocábulos fantasiados de tinta e misticismos mais do que isso, escreveram o formal modo de percepção, inspiraram relatos, provocaram narrativas, emitiram signos passíveis de deduções que ultrapassaram a natureza religiosa. Transportaram signos que, atualmente podem auxiliar o pesquisador a novos insights, não só acerca de temas familiares às religiosidades como também aos de natureza relacional, orgânicas e de mentalidades.

A Historiografia que trata das imagens do período Bizantino parece ser também devedora de uma compreensão mais alargada acerca dos signos emitidos pelas imagens sacras ou religiosas, já que elas, vez por outra, recorrem a métodos decifratórios alijados da pura razoabilidade. Antes de tudo, o ícone bizantino é fonte materializada que diz muito sobre um tempo da História em que conceitos, valores e mentalidades estavam associados à crença da interferência do divino na vida prática do Império Romano no Oriente. Por isso, sem atrelar alguns conhecimentos da Teologia Bizantina com a História, fica despropositada a decodificação precisa dos signos que as imagens iconográficas possam sugerir. Ainda que os *profissionais do passado*

¹ Grupos de imigrantes ucranianos, russos, antioquinos, poloneses, gregos chegados ao Brasil com a Grande Imigração e que formaram pequenas comunidades étnico-religiosas nas regiões Sul e Sudeste do país.

continuem interconectando dizeres, fazendo apologias, refletindo sobre a interferência da imagem bizantina na escritura de narrativas, sem uma comunhão teórica do período patrístico oriental², sentir-se-ia inábil de apreender os ícones em muitas de suas especificidades. Por ser a imagem iconográfica bizantina um texto -como todas as outras são!- necessita ser lida e passar pelo crivo das acareações, sugestionamentos teóricos e interpretações aceitáveis. Carregada pela mística ou pela razoabilidade é um escrito que cientifica pensamentos e inteira a natureza da escrita e pesquisa da História.

Sendo emitente de signos e ao mesmo tempo receptáculo das emoções, toda imagem para a Historiografia institui-se texto aberto, alternando com o historiador os momentos de criação e de destruição das certezas graças aos efeitos imediatos de leitura. Nessa incompletude, o pesquisador das imagens cristãs bizantinas por mais que se esforce para tirar delas o que acredita ser mera interpretação, fruto de suas subjetividades, terá a sensação de lhe faltar algo, pois o ícone não se deixa revelar em sua inteireza. Parece fazer parte de sua natureza um magnetismo proveniente da sedução do velamento. Logo, o ícone bizantino não se deixa cultuar como fazem a de Vênus (Botticelli, 1486), a de Gioconda (Da Vinci, 1517), a de Dr. Gachet (Van Gogh, 1890), a de As Meninas (Velasquez, 1656), a da Leiteira (Vermeer, 1658) etc., quer apenas ser apreendido por olhos transfigurados. Olhos cujos donos ultrapassem os limites da racionalidade para impor uma transubstanciação dos signos que se entrega à sensibilidade estético-religiosa que a iconografia cristã oriental tenta prezar desde o século IV.

A partir do foco aproximado das experiências e subjetividades humanas e do pensamento *deleuziano* acerca do signo, este artigo busca circunstanciar a aplicabilidade das imagens, mas especificamente as da iconografia bizantina, no campo de estudos e pesquisas da História. Pretende-se então demonstrar algumas possibilidades de se compreender os fenômenos humanos em relação

² Gregório Palamás, Basílio, João Crisóstomo, Inácio de Antioquia, João Damasceno, Gregório de Nissa, Eusébio de Cesaréia são algumas referências sobre o estudo da imagem na construção da fé cristã.

ao sagrado, a partir de reformulações dos postulados teóricos acerca das imagens compreendidas como fontes de pesquisa.

Além desta conformidade, torna-se fundamental lembrar que, ainda que se utilize de autores que tratam em suas pesquisas da análise das imagens, as teorias e métodos usados para compor um saber iconográfico devem estar atentos aos da própria Teologia Cristã. Sem um conhecimento prévio dessa Teologia, o estudo das imagens iconográficas estaria incompleto, uma vez que os ícones nascem do conhecimento teológico do cristianismo oriental. Não se trata de substituir um conhecimento pelo outro, mas se servir, quando possível, de uma abordagem teórico-metodológica para a elaboração de narrativas abertas, multidisciplinares e associativas.

1. A Iconografia cristã Oriental e o século IX: a legitimação da imagem como signo e artefato de fé

A igreja cristã, para além de toda auréola mística que a envolve, é também uma instituição enraizada em espaços, onde se produz historicamente. E, por também ser portadora de capital simbólico e detentora de monopólio religioso, oferta valores produzidos pelo sistema que criou. Assenhorando-se ou produzindo capital imagético sacro, ao longo dos séculos, traçou-lhe contornos de identificação conforme os lugares de sua gênese ou posterior estruturação. Assim, as pequenas comunidades cristãs nascidas no Oriente, ganhando a proteção e o incentivo dos poderes temporais, multiplicavam-se em número e em diversos espaços tanto quanto os pressupostos que justificavam sua existência. Ainda que ideologias e discursos mundanos, força e poder fizessem parte de algumas de suas preocupações ordinárias, o prestígio e a força de representação por possuir algo de transcendente não saíam de seu encaixe, viabilizando novas conquistas, outros territórios e espaços (SAID, 2007).

Motivadas pelo fervor inicial, as Igrejas cristãs, graças às investidas missionárias dos primeiros adeptos e ao incentivo dos reinos levaram sua mensagem e doutrinação dos locais nascentes aos

de língua hebraica e grega. Nos três primeiros séculos, ainda que pesasse as perseguições, o cristianismo se espalhava pelo Oriente e, à medida que foi aceito como religião instituída do Império Romano, estruturava-se e construía uma escala hierárquica, deixando pelo caminho as marcas de um percurso organizativo e de sua relação com o mundo bizantino.

O nome *Oriente* criado, inventado para designar a porção de espaço geográfico, é também fruto de influências culturais, de pensamento e modos de agir. Não sendo ele bloco homogêneo dentro do qual tudo se assemelha, é possível verificar que o Oriente, tido por Hegel como o “lugar onde começa a vida e aonde o sol nasce” (HEGEL, 1995, p. 194), nem sempre significou homogeneidade, ascensão e luz, como o oposto não era tributo exclusivo do Ocidente. Dessa maneira, a diferença, definidora de todo lugar, não é resultante de justaposições, mas de encaixes de realidades (CERTEAU, 2007), amalgamadas, ora por negociações, ora por convenções. No decurso da História do paleocristianismo, a imbricação entre a Igreja nascente e o Império Romano no Oriente legitimou o surgimento da necessidade de estruturas de governo para as pequenas comunidades de fé. Com os Editos de Milão (313 d.C.) e de Tessalônica (380 d.C.) se iniciava uma organização diferente no modo de se pertencer oficialmente à comunidade cristã.

Com erguimento de sedes e templos, financiados pelo Império, a gestão dos agentes religiosos cristãos ganhava uma referência no espaço bizantino, um endereçamento de onde se podia administrar, distribuir e investir os bens simbólicos daquela jurisdição cristã embrionária. Porque os primeiros episcopados cristãos instituíam-se - para além de um núcleo organizativo religioso - um centro administrativo e uma visível estruturação dos dispositivos de autoridade de seus líderes, podiam otimizar os projetos de missão locais, sem se esquecer dos mecanismos formais emitidos pelos chanceleres imperiais, tais como, a catalogação, os despachos e arquivamento de documentos devidamente protocolizados. Então, situadas em seus lugares de empoderamento, as primeiras sedes episcopais cristãs tinham um lugar de deferência de onde centralizavam o poder hierárquico e singularizavam o exercício da autoridade religiosa. As ações de mando e governança ganhavam

legitimidade mapeadas dentro de um organograma hierárquico legitimado pelo império Romano e pelos Concílios Ecumênicos.

Uma vez credenciados a agirem em nome da Igreja e do Império, os primeiros sete Concílios Ecumênicos, convocados sempre pelos Imperadores, quais centros prontos para gestar, instituíam-se nascedouros de um modo de gerenciar o conteúdo de fé da Igreja sob a anuência de pares episcopais. Com a institucionalização conciliar, as comunidades cristãs bizantinas não estavam mais *desendereçadas*. Tinham um lugar formal de representatividade institucional sob o auspício imperial sobre o qual o tempo de perseguição e martírio não tinha mais poder de ressurreição. O escriturístico, decorrente dos documentos assinados e carimbados pelos bispos dos concílios e chancelados pelos imperadores, o representavam, assim como faziam as imagens.

Com a interferência imperial, as igrejas, uma vez construídas, eram decoradas segundo as tradições e pareceres litúrgicos dos costumes Orientais grego. Esse arquétipo organizacional litúrgico fez inaugurar não somente um novo modelo de religião para o Império, como também a forma de se manifestar uma fé ritualizada, compassada e oficiosa que deveria ser disseminada por toda sua jurisdição. Era uma luta contra o tempo. O culto e crenças pagãs deveriam curvar-se à nova religião cristã; o que acarretava estratégia e tino mediático singulares. Era urgente que se buscasse na fé dos cristãos o que tinha de mais característico e de mais fascinante para que novos adeptos se somassem à nova religião sem grandes traumas. A pedra de toque foi explorar o uso das imagens cristãs como emitente de símbolos, signos, mistérios e fazer dessa devoção um marco de piedade aderido e legitimado, por primeiro, pela nobreza imperial e classes dominantes e, posteriormente, pelos demais (RIBICHINI, 2007, p. 43).

A Iconografia bizantina foi um modo de arte que eclodiu no início da Igreja para diferenciar do culto às estátuas dos deuses da mitologia grega e romana. Se as divindades eram representadas por imagens tridimensionais esculpidas em mármore, bronze, ouro ou pedra, as do cristianismo passavam a ser concebidas pela feitura em uma simples tabua rasa de madeira. Contudo a adulação e a veneração exageradas aos ícones, as decorrentes disputas teológicas entre os bispos acerca da possibilidade e legitimidade de representação de um

Deus-Uno-Trino indizível, a reprodução da figura de Jesus Cristo excessivamente humana, ou de Maria como a Mãe de Deus, ou dos Santos que testemunharam a fé, despertaram rixas, contraposições, alterações só resolvidas no decorrer do século IX, quando, finalmente, as resoluções do Concílio de Niceia foram colocadas em práticas.

Os ícones a partir então tinham um lugar de predileção do cenário das igrejas com o beneplácito dos hierarcas e imperadores e com a força de legitimação dada pelo Concílio. Sob a iconoclastia, como ficou conhecido o movimento de deposição das imagens sagradas, orbitavam questões agudas acerca da Teologia e da hermenêutica doutrinal, como também acerca de disputas políticas internas. Uma vez repostas nas igrejas como artefatos de uma fé, as imagens sinalizavam o recomeço de um modo propagador de *verdades* cuja mediação se dava através do intelecto, razão, lógica e também por meio das sensibilidades. A partir do Concílio de Niceia, os ícones passaram também a ser concebidos como artifícios de fronteiras: da ilegalidade à legalidade, da ilicitude à licitude, da desconfiança à legitimidade. Se primeiramente a imagem escrita sobre madeira mais que utilidade ornamental e estética servia para catequização, instrução e doutrinação aos cristãos, após o século IX apresentava-se também como explícito revanchismo sobre aqueles que queriam a defecção das imagens.

Se as imagens no dizer de Deleuze, instituem-se uma ideia em pintura (DELEUZE, 1999), os ícones bizantinos espetacularizavam o convencimento da possibilidade humana de representar as realidades místicas e espirituais através de artefatos materiais. Ademais, a ideia de que todo ser humano está inclinado à transcendência apesar de sua corporeidade – e por isso, torna-se ontologicamente *semelhante* a Deus- é defendido pela Teologia das Igrejas cristãs Orientais e perpetuado pela feitura de ícones (USPENSKI, 2013). A necessidade de solidificar tal conteúdo de fé impulsionava a que a figura dos ícones bizantinos ratificasse o que a letra já dissera. As imagens cristãs bizantinas chancelavam então, os dizeres e as formulações dogmáticas de um sistema de crenças muito bem arquitetado. O que as imagens iconográficas deixavam mostrar não era invenção, mas a sanção do que tinha sido deferido nos Concílios Ecumênicos. Logo, na feitura de um ícone, não estava em

voga somente uma disposição de figuras que primava pela estética; o primordial era veicular pelo conjunto de cenas as verdades anteriormente promulgadas pelos textos escritos.

2. *Iconologia: a historicidade dos ícones bizantinos*

A Teologia Bizantina credenciava os ícones como artefatos prenhes de signos capazes de se chegar a um conhecimento. O ícone demonstrava através de traços, cores, ângulos o teor de resoluções formais acerca da fé instituída; a seu modo, então, anunciava de forma independente da pura escrita, um dizer dogmático, teologizante. Entretanto, em a *Sociedade do espetáculo*, Guy Debord lança um alerta que ainda serve para o historiador das imagens: elas não substituem o mundo real, pois forjam outros (DEBORD, 1997, p. 18). Se a fé cristã imperializada foi demonstrada também pela invenção de imagens e de signos que mexiam com as sensibilidades de crenças, fazia reverberar um modo social de existir e organizar coletivamente. Contudo, como se instituíam também uma forma de arte era emitente de signos de natureza religiosa, mas que repercutia e influenciava na cultura de todo império bizantino. Os ícones expressavam pensamentos e modos sociais da coexistência humana no império que se cria resultante da vontade divina. E a iconografia servindo-se de regras, de formulas, de ordenamentos, de legislação não fugia desse *modus vivendi* coletivo para compor suas figuras.

Na perspectiva do cristianismo bizantino, o iconógrafo por excelência é o monge. Ainda sem ser formalizadas, até o século IV, já estavam estabelecidas pela tradição comunal dos mosteiros e celas monásticas as normas da confecção iconográfica cristã oriental. Aos monges consagrados, ficou normatizado que lhes caberia a tarefa da escritura de um ícone, após dias de intenso jejum, leituras bíblicas, orações distribuídas nas diversas horas do dia, desde que aprovado por seu superior hierárquico. Sem pressa, sem compromissos com o tempo, muitos ícones bizantinos foram confeccionados ao longo de anos. Graças a este particular, muito facilmente os apreciadores da

arte bizantina, por vezes, verificam incongruências de estilos em uma mesma tela iconográfica. Como o ícone não tinha autoria – porque acreditava-se que a inspiração não era humana, mas vinda de Deus – muitas mãos colaboravam na feitura e criação da peça religiosa. Sem compromissos com o tempo e sem reclamar a autoria, a iconografia cristã bizantina era reflexo de temporalidades diferentes, estilos que se entrecruzavam e um caldo de devoções múltiplas, o que para a História torna-se um desafio investigativo.

O monge cristão oriental instituía-se, então, o materializador dos signos, porque emitia através da imagem, no espaço e no tempo, as mensagens teológicas. Empreendia as mãos para conceituar o indizível; reunia tinta e a ajuntava com os dedos os pequenos fragmentos da dedução iconológica para expor *verdades* de cunho teológico. As mãos do monge, como extensão de um modo de dramatizar a divindade, com perícia sabiam reunir pedaços desconexos do instituído em uma só imagem, criando outra composição de inteligibilidades.

Para exemplificar o dito acima, entre tantas as imagens cristãs bizantinas, abaixo segue o ícone da *Dormição da Theotokos* porque pareceu condensar as questões aqui levantadas. A junção de pequenos textos bíblicos, tradição e maneira de se observar a morte em uma certa cultura, tempo e contexto social, formou uma ilustração composta, sem confundir a personagem principal.



Figura 1 *Dormição da Theotokos. Século IX. Grécia. Reprodução.*

O ícone acima, pensado para representar o dogma da *Dormição* de Maria, é um exemplo dessa junção. Na linguagem dos cristãos orientais evitava-se o termo *morte*, substituído pelo verbo *adormecer* ou pelo substantivo *adormecimento* que são vocábulos de origem grega de onde deriva para o português a palavra ‘cemitério’(lugar de dormir): κημίσια. Por certo, é uma maneira abrandada, menos carregada, de pensar a morte. Nestes termos, a morte era compreendida por um merecido descanso de um corpo que teve história, que deixava suas marcas no tempo e nas memórias dos outros.

A tradicional representação iconográfica da *Dormição* de Maria mostra a Virgem estendida em um leito para o último sono, rodeada pelos apóstolos, vindos dos lugares onde pregavam o evangelho, tendo ao centro Jesus Cristo que acolhe a sua alma, representada como uma pequena menina envolta em faixas e por ele sustentada.

Para a composição desse ícone, o monge serviu-se dos textos bíblicos e da tradição apostólica que narravam o apóstolo Tomé, tendo chegado atrasado para o sepultamento da Virgem e querendo rever seu semblante, fez reabrir o túmulo, mas este foi achado vazio. Contudo, a própria Mãe de Deus lhe tinha revelado, numa visão, que havia ressuscitado e subido ao céu junto do seu Filho divino (PASSARELLI, 1997, p. 15). É perceptível que a composição plural das imagens se afunilou em um mosaico iconográfico que abrangia a tradição e os textos bíblicos. Em um só texto visual estavam presentes, o dogma, a tradição oral, o texto bíblico e a inspiração do monge. O iconógrafo não esqueceu de abordar uma menção do Evangelista Mateus que lembrava ninguém ser merecedor de entrar no Reino dos Céus se não fosse uma criança, conforme expressa o capítulo 19. Aqui, o historiador Manzatto (1994, p. 22) faz perceber que, tanto a Teologia quanto a Iconografia trabalham com a metáfora, com linguagens e símbolos, esses resultantes da hermenêutica de signos que a própria historiografia detecta.

História então, com seus teóricos e abordagens múltiplas, auxilia a observar que a junção desses episódios para além de ser decorrente da destreza manual do iconógrafo, é procedente da influência cultural experimentada em um império pungente e atuante no comércio, força militar e organização eclesiástica. Desse modo, os pensamentos que norteavam um certo viver social se faziam par com a sensibilidade estética que, por sua vez, provocava um novo dizer. A montagem comportou uma outra figura, um novo texto que pode incorporar narrativas mais compostas. Ou melhor, a colagem de episódios reverberou em polinômios de signos. As informações ajuntadas pelo monge serviram então de elementos pré-textuais que davam àquele iconógrafo a desafiadora oportunidade de recondução de um modo de fazer e transmitir os signos emitidos pela imagem. O conhecimento magisterial presente nos versos bíblicos compostos e retransmitidos pela Igreja serviu de substrato para novas composições

que não sabia esconder aquele modo de compreensão e apreensão de mundo em movimento.

Contudo, a arte de escrever em imagens um mundo percebido põe desafios e cuidados na feitura de narrativas. Para além das circunstancialidades de tempo e de lugar, devem ser observados os conceitos teológicos, a organização e modos da vida de coorte do Império Bizantino.

3. Os signos, o Tempo e o Espaço dos Ícones.

Santo Agostinho informava que o tempo está ligado à memória. Enfatiza também que o gênero humano é o único capaz de conservar os registros do acontecido já que no passado as coisas já não existem, existindo apenas na alma a memória das coisas passadas (AGOSTINHO, 1990). Assim, na História das Imagens, quando se pensa o tempo, fala-se da impressão ou da percepção que a figura e a arte iconográfica em sua inteireza poderiam ter causado em pessoas, em um grupo ou em uma comunidade. O signo e suas derivações só são possíveis dentro de uma escala de tempo e de memória. Parece que o pensamento de Agostinho, partindo de conceitos objetivos, aclarou a realidade subjetiva acerca do termo, oportunizando enxergar no presente o que a História trata. No ‘tempo’ de Agostinho, os ícones bizantinos atualizam memórias em narrativas imagéticas avivadas por um desejo de fazer reviver as *verdades* instituídas pela Igreja e pelo império Bizantino. Na reatualização de memórias, também são reatualizados signos dentro de um contexto de temporalidades diferentes.

Tal assentimento vem ao encontro do que afirma Henri Bergson: a existência de dois tempos (BERGSON, 1999). O tempo dos físicos e matemáticos é, segundo o autor, aquele esquemático e espacial, por isso fugidio: é o momento do acontecimento ou da narrativa. Contudo, há o tempo real movido pela sucessão, mudança, continuidade, memória e pela criação. Esse é o tempo que tem a capacidade de modificar, de alterar e de criar situações, de alternar as

temporalidades. Verifica-se que este é o tempo da contemplação ao ícone, capaz de obstruir barreiras, pular séculos e fazer parecer que a imagem ainda carrega a frescura e o cheiro das tintas recém pinceladas.

Esse é o tempo que se deixa descobrir em sua duração pela perspectiva da subjetividade e do signo. Por certo, tempo da veneração às imagens religiosas, por exemplo, não é o mensurável; é aquele que encontra acolhimento e tem relação com a memória. Sob este aspecto, a História percebe a memória como instrumento que permite estabelecer uma relação entre o signo iconografado com o momento da veneração, religando dois instantes, conjugando compreensibilidades. Se a duração de cada acontecimento está relacionada ao grau de interesse que a memória estabelece com as correlações da vida do presente, a duração do tempo em uma veneração ao ícone, bem mais que um processo natural e pragmático de conhecimento das coisas, expressa a forma de se posicionar frente a uma mensagem religiosa. É possível inferir que, nessa combinação entre tempo e deferência às imagens religiosas busca-se no passado a inteligibilidade daquilo que os signos remetem e, no presente, a forma e maneiras de sua absorção. Quanto mais o fiel ou o admirador dessa expressão de arte sacra se ater aos detalhes do que foi iconografado, mais perene o signo se torna no presente, até porque, o presente dura enquanto se estiver absorto, embebecido pela contemplação.

O espaço para a iconografia é também elemento de textualidade. De acordo com Heidegger (1996), o ambiente físico e os símbolos que o adornam produzem ou “fazem espaços” de co-pertencimento entre pessoas e o local arquitetônico. Desse modo, a impressão imediata de uma experiência religiosa se dá talvez, por primeiro, no espaço onde se reúnem os fiéis de uma determinada confissão. O autor, comparando a beleza e o estupor provocado por uma obra de arte com o seu lugar de exposição, compreende que tanto ela quanto o lugar ocupado por ela não são duas realidades descompromissadas, mas ligadas por uma necessária co-pertença, que faz e edifica impressões (HEIDEGGER, 1977). Nesse sentido, o lugar de exposição dos ícones bizantinos é também local em que se aliançam impressões e constroem relações capazes de simbolicamente entender e de dar textualidade ao sagrado. Os lugares fazem da textualidade teológica uma beleza a ser admirada porque facilmente

localizada. Essa beleza é certamente aquela que envolve o fiel por um elemento eterno e invariável, capaz de facilitar um contato, um diálogo com a divindade; tem poder de sacudir e mexer com as impressões, ressignificando os tempos e espaços. Isso posto, pode-se afirmar que os ícones para além de objetos de ornamentação e peças de arte religiosa promovem junção de tempos, aproximação de momentos. Nesse sentido, o filósofo e historiador Walter Rahfeld afirma

[...] não existir nenhuma experiência humana genuína, isolada no tempo e no espaço; o que um povo vivenciou será vivenciado por outras nações em outras épocas e em outras terras, apesar de múltiplas diferenças inclusive de função e acentuação. A vida apresenta traços comuns a todos os homens e um desses traços é a experiência humana. (REHFELD, 1988:38)

Sendo assim, estar em lugar eivado por ícones não pode ser dissociado de uma subjetividade capaz de se comprazer a inteireza de um homem e de uma mulher que procuram sua deificação. Parece que a beleza que desperta a deificação é aquela resultante não só da harmonia de formas, cores e traços bem pontuados, mas quando somada a esse conjunto de condições, vem agasalhada pela soma de totalidades entre lugar e tempo, entre estética e teologia, entre deificação e natureza humana.

4. A Iconologia e a Iconografia nos olhos do Historiador das imagens

A Iconologia trata então dos processos e da feitura dos ícones. Estuda os passos e os técnicas manuais de sua escrituração. Isto porque na feitura de toda e qualquer imagem iconográfica gravita

um contexto teológico, uma cronologia em que se encaixam os fatos, um tempo histórico, sentidos e estéticas. O caráter informacional da análise depende, é claro, do conhecimento da área de interesse, sob prismas teórico e metodológicos específicos. Logo, para a historiografia não só pela ótica da Arte religiosa ou da Iconografia ou Iconologia objetiva-se compreender os ícones, outros campos de investigação procuram relacioná-los e analisá-los em seus contextos culturais. Em consequência, ampliam-se as possibilidades de descrever o dogmatismo também através das imagens, da arte cênica, da estética majorando possibilidade de olhá-los pela compreensão dos signos que emitem.

A Iconologia procura os passos da Iconografia. Enquanto a primeira não existe sem a segunda, ocupando-se da técnica em *saber-fazer*, a segunda institui-se fonte para a primeira, já que trata dos fundamentos teológicos para a segunda poder existir. Observa-se aqui uma comunhão de funções: uma fala sobre, descreve sobre, a outra se inspira, recebe e decodifica as mensagens do emitente. A iconologia estuda a iconografia e a iconografia sustenta a iconologia em conceitos para dar inteligibilidade e razoabilidade a suas *verdades*. O iconólogo vê, contempla e fala sobre a obra; o iconógrafo estuda e prepara as imagens, feitas pelas mãos humanas. O ícone acabado inicia o processo de produção de signos. Se o iconólogo fala sobre o ícone, o iconógrafo fala do ícone e impõe o que se pode dele apreender, sentir, observar, compreender.

Ao Historiador cabe observar o conjunto, a arte toda, a imagem em sua inteireza iconologia e iconografia. Fiando-se pelos meandros da iconologia e iconografia, busca por último o que à ciência historiográfica interessa: a representação orgânica da totalidade da imagem e sua apreensão. Analisa suas complementariedades, miudezas, seus pormenores, quais fontes inusitadas que inspiram deduções, refazem inferências e ditam silogismos. A arte de escrever sobre ícones, sobre imagens religiosas ou a respeito das sensibilidades que se depreendem das imagens está dentro de um processo investigativo de historicidade. Por isso, muitos Historiadores se afastam das abordagens estéticas para se dedicarem às condições de feitura e repercussão de uma imagem religiosa em uma sociedade. Para alguns, a imagem é apenas um resíduo do habitual religioso, para outros significa a segmentação de

momentos, de instantes encharcados de acepções que fazem do homem e da mulher da contemporaneidade um expectador daquilo que já foram. Por certo a dimensão religiosa é estudada, vasculhada em várias nuances pela Historiografia.

Conclusão

Durante muito tempo, os historiadores acreditavam que o passado não poderia ser compreendido para fora das fontes escritas oficiais. Tal critério, que perdurou até o século XIX, chegou a determinar que à época em que a escrita não fora dominada, o passado não poderia ser narrado com veracidade e fundamentos lógicos. Contudo, as tendências historiográficas da Escola dos Annales, da História Social inglesa e da Nova História Cultural do século XX influenciaram a produção historiográfica se baseando em formas diversificadas de fontes. Essa renovação colocou em evidência novos temas, novos objetos e novos métodos promovendo uma verdadeira revolução na escrita da História, e, conseqüentemente, do ensino de História. Desde então, fontes de natureza, visual, oral e sonora foram incorporadas ao conjunto de registros fazendo com que a História observasse seu objeto a partir de recortes multifacetados. Quanto às fontes imagéticas, a historiografia contemporânea verificou que a imagem possuía um registro abrangente, baseado em um dos sentidos que caracterizam a condição humana. Igualmente, muitos historiadores conferiram que se a escrita surgia a partir de um domínio especializado, a leitura e interpretação de imagens acompanharam o saber humano, desde o aparecimento racionalidade, porque a visão vinha antes das palavras.

Na atual historiografia, as imagens ajuntadas, as figuras em sintaxes, com seus hiatos, sombras e perfilhações filiam-se ao repertório da curiosa e venatória investigação acerca de objetos marginais que, sob o método indiciário de leitura e interpretação de Carlo Ginzburg, são capazes de produzir conhecimento e de oferecer respostas a algumas indagações (GINZBURG, 1989). O

reconhecimento de novas possibilidades de estudo sobre o uso da imagem na História, por exemplo, coloca a visualidade ou a centralidade do olhar no cerne das interrogações e problemáticas das atuais pesquisas. Logo, na perspectiva da História Cultural é possível fazer pesquisas historiográficas utilizando-se de imagens desde que estas levem a construção de uma leitura dos acontecimentos que valorize o processo contínuo de compreensão do ser humano em um mundo em contínua recomposição cultural. Isto porque as imagens, uma vez sendo suporte de relações sociais, não são apenas efeitos, ou sintomas, mas a própria visualidade como princípio cognitivo de caráter indefectivelmente histórico.

Longe de se narrar curiosidades e mera propagação da arte bizantina, o uso dos ícones na Historiografia busca articular os saberes de uma teologia engendrada por um Império das especificidades do tema, com a crítica de toda e qualquer fonte que se serve as pesquisas. Verifica-se, então, que o uso dos ícones bizantinos na composição de narrativas encerra-se dentro de um contexto da historicidade visual, teológica, filosófica e cultural. Uma vez que as imagens estão sujeitas à polissemia dos sentidos, a História reitera o cuidado de não se cair na armadilha proveniente do estupor ou da mera contemplação de uma arte. É necessário ultrapassar aquilo que esteja aparentemente representado na própria figura e perscrutar os usos e as funções da imagem num contexto plural de conhecimentos. Importante notar que a utilização da imagem no construto de um saber historiográfico não se constitui em oposição às formas outras de narrativas; é uma maneira colaborativa de se construir a História, por outros métodos.

Assim, na perspectiva do estudo da iconografia bizantina interessa à História a interpretação do processo da realidade humana dentro de um contexto de tempo e espaço, pensamentos e organizações, à luz dos teóricos e metodologia que credenciam um saber plausível advindos das imagens. Por isso mesmo, o ícone preenhe de seus signos e abstrações, está sujeito à hermenêutica crítica de cientificidade, não deslocado das lógicas e argumentos fundantes de uma narrativa historiográfica condizente. É necessário então debater a aplicabilidade pictórica na construção da narrativa historiografica, sem deixar-se perder pelos deslumbramentos de

raciocínios confusos e invasivos provenientes de uma imagem solta em um texto sem qualquer justificativa.

Na atual Historiografia, a religião e a religiosidade praticadas no Império Bizantino não perderam seu grau de importância e nem desviaram-se do centro das atenções, já que não se pode entender o Império Bizantino sem o imbricamento do sagrado e profano, sem a junção e comunhão do Império com a Igreja, sem a parceria dos sistemas de pensamentos da Filosofia e da Teologia oriental. Afinado por estes alertas, no ofício de escrever sobre aquele tempo, o Historiador do Bizantinismo conclui que o ícone bizantino é um recurso que leva a conhecimentos transdisciplinares. Ao fazer uso das imagens bizantinas na constituição de uma narrativa historiográfica, o historiador instaura os sinais de uma urgência porque observa possibilidades de *escuta* das imagens e dos gritos do passado, revisita uma organização complexa de grupos sociais separados e subjugados pelo poder humano que se cria divino. E esse hiato não é coberto apenas pelas teorias exclusivas da arte, pela psicologia ou teologia, mas em uma interdisciplinaridade que comunga e colabora pelo surgimento de novas leituras e olhares sobre fontes antigas, já estudadas a exaustão, mas nunca de todo perscrutadas. Por certo, a beleza, a sedução e encantamento da História talvez residam nisso.

O ícone e seus signos remetem a um real já vivido e que, no tempo presente, se prestam à circunspecção e às hermenêuticas de possíveis narrativas. Mesmo sendo realidade iconográfica, signo de *verdades* instituídas e modos de se pôr em sociedade, as imagens religiosas do Oriente bizantino contemplam um tempo que já se esvaiu e que agora pertencem à História. Assim, os ícones são traços escritos em formas delineadas que anunciam uma profusão de signos, um acúmulo de códigos e uma junção de singularidades materialmente cristalizadas sobre madeira e tinta. O ícone bizantino intui, reflete, exterioriza o teor de crença, pontifica princípios religiosos e regras sociais e que se abrem à estranheza da História. Por sua vez, a História com seus métodos e aportes teóricos observa os ícones bizantinos a partir da análise de experiência de vida demonstrado na cultura, na sociedade e na conjuntura de um império legitimado por um tempo. Por serem textos se servem da hermenêutica para serem compreendidos em sua razão.

O ícone bizantino é figura, é imagem e reflexo de um passado, e ao mesmo tempo, discurso de um presente. Se é texto e narrativa, legitimados por concordâncias daqueles que compunham a Igreja cristã até o século IX, no tempo presente institui-se fonte, inspiração e desafio para os pesquisadores. Se foram usados como estandartes de vitória sobre os iconoclastas, hoje, os ícones bizantinos ainda informam a complexidade do ser humano em suas diversas sociabilidades. Através de dogmas estilizados em cores, linhas, abstrações e intuições, comunicam signos e a falta de completude de quem os interpreta. Por isso a fonte imagética para a Historiografia é sempre lida em uma compleição robustecida pela interdisciplinaridade. Uma imagem bizantina nunca está solta, porque com ela comparecem elementos, contextos, circunstâncias, promulgações, dogmas e decretos imperiais, tão caros aos investigadores do Medievo.

Referências

- AGOSTINHO. **Confissões**. Lisboa: Apostolado da Imprensa, 1990.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de fazer. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- DELEUZE, Gilles. **O ato de criação**. São Paulo. Folha de São Paulo, 1999.
- DERRIDA, Jacques. **Pensar em não ver**: escritos sobre as artes do visível. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HEIDEGGER, Martin. **A origem da obra de arte.** Lisboa: Edições 70, 1977.

HEIDEGGER, Martin. L'art et l'espace. In: **Questions III-IV.** Paris: Gallimard, 1996.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

HEGEL, G. W. F. **A razão na história:** introdução à filosofia da história universal. Lisboa: Edições 70, 1995.

MANZATTO, Antônio. **Teologia e literatura.** Reflexão teológica a partir da antropologia contida nos romances de Jorge Amado. São Paulo. Edições Loyola, 1994.

PASSARELLI, Gaetano. **O Ícone da Dormição da Mãe de Deus.** São Paulo: Ave-Maria, 1997.

REHFELD, Walter. **Tempo e religião:** a experiência do homem bíblico. São Paulo: Perspectiva, 1988.

RIBICHINI, Sérgio. Sulle tracce del mito. Dei ed eroi greci, tra archeologia e storia delle religioni. IN.: **Archeo**, n. 226, Abril 2007 . Roma, Itália.

USPENSKI, Leonid. **Teología del ícone.** Salamanca: Ediciones Sígueme, 2013.

RECEBIDO EM: 15/04/2016
APROVADO EM: 29/11/2016

MULHERES E A PINTURA PARANAENSE: RELAÇÃO ENTRE ARTE E GÊNERO (FIM DO SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX)¹

*Women and paranaense painting: the relationship
between art and gender (end of the nineteenth
century and early twentieth century)*

Claudia Priori*

RESUMO

Este artigo aborda a presença e atuação de mulheres no campo da arte paranaense, no fim do século XIX e começo do século XX, analisando os espaços ocupados por elas nesse cenário artístico, suas trajetórias, expressões e ainda, como essas artistas eram vistas e representadas pela sociedade. Para isso, realizamos pesquisas na produção bibliográfica que trata da temática, jornais da época, bem como levantamento de dados junto aos acervos de museus. Nossa abordagem parte da perspectiva dos estudos de gênero, articulada com os estudos da Arte, pois essa temática é ainda carente de atenção por parte da historiografia, motivos que nos estimulam a problematizar os lugares das mulheres nas artes, especialmente na pintura, uma vez que as áreas da educação, da arte e da cultura eram restritas e pouco desenvolvidas na recém-emancipada província. Além disso, os mundos das artes e da ciência eram poucos ocupados por mulheres, devido às imposições sociais, papéis e lugares atribuídos ao gênero feminino. Diante disso, buscamos analisar a relação entre arte e gênero, percebendo as implicações e dificuldades para a inserção feminina no campo artístico.

Palavras chave: Mulheres; História da arte; Gênero.

1 Este artigo é resultante de uma pesquisa em andamento com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Chamada Universal Edital n. 14/2014.

* Doutora pela UFPR e Professora Adjunta no Colegiado de História – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão

ABSTRACT

This article discusses the presence and women acting in the field of art paranaense in the late nineteenth century and early twentieth century, analyzing the spaces occupied by them in this art scene, their trajectories, expressions and also how these artists were seen and represented by society. For this, we conduct research in bibliographic production that deals with the theme, including magazines and newspapers of the time, as well as data collection by the collection of museums. Our part of the prospective approach of gender studies, in conjunction with the Art area, as this issue is still in need of attention from the history, reasons that encourage us to question the places of women in art, especially in painting, since the areas of education, art and culture were restricted and undeveloped in the newly emancipated province. Moreover, the world of arts and science was little occupied by women due to social constraints, roles and places to be occupied by females. Therefore, we analyze the relationship between art and gender, realizing the implications and difficulties in integrating women in the artistic field.

Keywords: Women; Art History; Gender.

A inserção das mulheres nas artes e a profissionalização

A utilização do gênero² enquanto categoria de análise histórica permite decodificar e entender o sentido, o significado das complexas relações sociais de gênero, e ainda abre espaço para encontrar as mulheres nas suas diversas faces da feminilidade e os homens nas suas várias faces da masculinidade. O uso do gênero enquanto categoria analítica possibilita o questionamento e a fuga do dualismo oposicionista e essencialista de que o masculino é forte/viril e o feminino é fraco/frágil, uma hierarquização de gênero que forjou relações desiguais de poder ao criarem estereótipos femininos e masculinos baseados em princípios de submissão e dominação.

² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: vol.16, n. 2, 1990.

Nesse prisma, faz-se necessário superar o aspecto demarcador e descritivo do gênero, e tratá-lo teoricamente, de forma relacional, compreendendo as complexas relações interpessoais e sociais em situações e contextos específicos, e principalmente, em quais espaços, lugares e configurações o gênero se coloca, se constrói e legitima relações de poder, ao delimitar espaços e posições que podem ou não ser ocupados na sociedade.

As mulheres sempre estiveram presentes nas artes, mas na grande maioria das vezes, apenas como inspiração, musas, ícones e modelos. Historicamente, pouquíssimas foram as mulheres que se destacaram como protagonistas, criadoras, artistas. Esse espaço criativo não era permitido a elas.

Assim, partimos das contribuições da abordagem da história cultural, da história das mulheres e dos estudos de gênero, articulados com os estudos da arte, para analisar a inserção feminina no cenário artístico paranaense, especificamente na pintura, bem como a relação entre arte e gênero no fim do século XIX e começo do século XX.

A historiadora Michelle Perrot aponta as dificuldades que as mulheres enfrentaram no século XIX para se inserirem no âmbito das artes,

Escrever foi difícil. Pintar, esculpir, compor música, criar arte foi ainda mais difícil. Isso por questões de princípio: a imagem e a música são formas de criação do mundo. Principalmente a música, linguagem dos deuses. As mulheres eram impróprias para isso. Como poderiam participar dessa colocação em forma, dessa orquestração do universo? As mulheres podem apenas copiar, traduzir, interpretar. Ser cantora lírica, por exemplo³.

As mulheres eram consideradas inaptas para o mundo das artes, da criação e da composição, produzir e criar eram considerados algo impróprio para o gênero feminino. A elas cabiam apenas a cópia, a tradução, a interpretação; cabia apenas ser a musa, objeto de

3 PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008, p.101.

inspiração para as artes feita pelos homens. Para as mulheres, a sociedade impunha a esfera privada e profissões como o magistério que remetiam à educação e cuidado das crianças, similar ao papel de mãe e educadora.

Encontramos no Brasil, nos fins do século XIX e começo do século XX, uma presença muito restrita de mulheres no mundo das artes, entretanto, algumas artistas começaram a ser reconhecidas profissionalmente, dentre elas Maria Martins, que na área da escultura chegou a ter destaque internacional e na pintura temos as modernistas Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, certamente as mais conhecidas nacionalmente.

Mas antes dessas, ainda no século XIX, destaca-se no eixo Rio-São Paulo, a presença de pintoras como Abigail Andrade, Georgina de Albuquerque, Berthe Worms, e escultoras como Julieta de França e Nicolina de Assis Pinto do Couto, entre várias outras⁴.

Tivemos ainda em nível internacional algumas artistas que no decorrer do século XX se destacaram como, por exemplo, a pintora Frida Kahlo, e escultoras como Louise Bourgeois, Celeida Tostes, Niki de Saint Phalle, Judy Chicago e Ana Mendieta. Todavia, a presença delas é numericamente menor no mundo das artes se comparado à presença masculina.

Segundo Flavia Leme de Almeida,

[...] na história da arte, ainda temos um vasto campo para fomentar investigações acerca dessas mulheres que se tornaram artistas e suas respectivas obras. A maioria das nossas fontes de pesquisa sobre arte feminina são advindas de autores, europeus e norte-americanos que, obviamente, falam sobre artistas dessas localidades. Consequentemente, temos poucos registros sobre a produção de artistas mulheres contemporâneas que

4 SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Fapesp, 2008.

abordem a temática do feminino na América Central e do Sul⁵.

Pesquisar e ressaltar a vida e obras das artistas mulheres, segundo Almeida - também artista e escultora - é uma forma de evidenciar “que a mulher pode ser reconhecida integralmente, não apenas em âmbito social, mas também intelectual, artístico ou, até mesmo, ritualístico”⁶.

Quando abordamos o contexto específico do Paraná, percebemos que a realidade de inserção das mulheres nas artes e na profissão de artista não foi muito diferente do que acontecia nacional e internacionalmente. É preciso considerar que estamos nos referindo a um período em que a província⁷ começa a se projetar no cenário nacional e a capital, cidade de Curitiba, passa a se destacar na vida cultural e artística, no entanto, a condição das mulheres e a presença nos espaços artísticos eram quase nulas. Poucas foram as que conseguiram se inserir e se destacar no mundo das artes no fim do século XIX e início do século XX.

Nossa hipótese é que a pouca presença delas no âmbito artístico paranaense, não deve ser compreendida por uma ausência de mulheres talentos, mas por uma exclusão feminina nas carreiras de formação artística. Somente a partir de 1879⁸ foi permitido a elas o ingresso nos cursos superiores e a profissionalização, porém, a legislação nem sempre foi seguida de imediato, pois a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) - antiga Academia Imperial de Belas Artes - do Rio de Janeiro, só passou a aceitar matrículas de

5 ALMEIDA, Flavia Leme de. *Mulheres recipientes: recortes poéticos do universo feminino nas artes visuais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 18.

6 Idem, *Ibidem*, 2010, p. 20.

7 No período do Império, as unidades federativas eram chamadas de províncias. A província do Paraná se emancipou da capitania de São Paulo, em 1853. Com o advento da República em 1889, as antigas províncias recebem a denominação de estados.

8 Apenas em 19 de abril de 1879, D. Pedro II faz aprovar uma lei autorizando a presença feminina nos cursos superiores. A iniciativa do Imperador teria se dado devido ao episódio ocorrido com Augusta Generosa Estrela, que ao se diplomar em Medicina, em 1876, em New York, com uma bolsa de estudos concedida pelo próprio Imperador, foi impedida de exercer a profissão ao retornar ao Brasil. Conforme BLAY, Eva Alterman e CONCEIÇÃO, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. *Cadernos de Pesquisa*, n° 76, fev., p. 50-56, 1991.

mulheres a partir de 1893, portanto, já no período republicano. Isso demonstra como a legislação de 1879 foi tardiamente atendida, dificultando a profissionalização artística de mulheres.

Em relação ao caso francês, Perrot salienta que:

Uma verdadeira aprendizagem lhes era negada. Sob o pretexto de que o nu não devia ser exibido às moças, o acesso à Escola de Belas Artes lhes era vedado, a qual só lhes foi aberta, em Paris, a partir de 1900, e sob as vaías dos estudantes. Antes dessa data, as jovens deviam se conformar com as escolas e academias particulares, sendo que, em Paris, a mais célebre foi a academia Jullian⁹.

A rara presença de mulheres na profissão de artista revela mais uma vez as questões ligadas aos papéis de gênero impostos socialmente, lhes atribuindo a função de esposa, procriadora e mãe dedicada. Os discursos predominantes alegavam que aquelas que rompessem com os parâmetros femininos estariam desequilibrando a “ordem natural” da sociedade, desafiando seu destino e papel de esposa e mãe. Fica evidente assim que “o mundo artístico não estava imune às pressões do gênero, ao contrário, era um campo em que as desigualdades, as posições, as diferenças se afirmavam e se reinventavam”¹⁰, como salienta Simioni. Desse modo, concordando com a autora, nossa perspectiva é de que a ausência ou pouca presença das mulheres no mundo das artes – especificamente no Paraná – pode ser entendida por meio da problemática de gênero, ou seja, resultado das desigualdades sociais de gênero a que as mulheres foram submetidas pelo contexto sociocultural, e não a uma falta de mulheres talentos, gênias, pois inteligência, racionalidade, imaginação, criatividade e inspiração artística as mulheres sempre tiveram, e técnica, conhecimento, saberes, experiência e criação elas sempre produziram.

9 PERROT, Michelle. *Op. Cit.*, 2008, p.101.

10 SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Op. Cit.*, 2008, p.72.

As que conseguiram se inserir no mundo das artes - quando recebiam essa “permissão social” - enfrentaram muitas dificuldades, pois críticos, historiadores, curadores e museólogos tachavam a arte produzida pelas mulheres como amadorismo, uma arte feita para ocupar o tempo ocioso, um passatempo, forma de distração e entretenimento, e que exposto ao público servia apenas para ilustração, objeto decorativo, algo muito distante e incomparável com o profissionalismo masculino. Além disso, a arte feita por elas era muitas vezes chamada de “arte feminina” - considerada em alguns momentos como “arte menor” ou “subarte” - como se isso fosse algo inferior, isto é, como se a arte produzida por mulheres não tivesse a mesma qualidade que aquela feita pelos artistas homens. A arte produzida por mulheres era vista como “marginal”, amadora, mera distração.

É importante mencionar que esse processo de marginalidade da história, do processo criativo, dos espaços públicos, lugares e posições sociais a que as mulheres foram submetidas socialmente, inclusive a profissão de artista, foi delimitada por códigos de uma sociedade patriarcal que renegava às mulheres o exercício da cultura, da criação, da produção e composição do mundo.

A arte produzida pelas mulheres no recorte temporal estudado, principalmente no que tange à pintura, geralmente representava a vida familiar, retratos e autorretratos, os espaços privados, as relações de gênero, as naturezas-mortas, e mais raramente retratavam animais, nus, cenas bíblicas e históricas. Na literatura, seus temas giravam em torno de poesias, assuntos familiares, sentimentos, maternidade. E essa produção artística das mulheres era vista como “arte feminina”, amadora e pouco profissional.

Nesse sentido, Simioni assinala que:

Tal visão acabava por fortalecer a noção de que as obras feitas por artistas do sexo feminino eram pouco profissionais e incapazes de ser ombreadas com as masculinas. Em outras palavras, o fantasma do amadorismo, com tais discursos, tornava-se uma evidência. Os críticos procuravam o que acreditavam ser

a expressão de uma feminilidade natural; fazendo isso, criavam a diferença, de modo a excluir as artistas da possibilidade de serem algo, que não, simplesmente diletantes ou amadoras¹¹.

A profissão artista parecia não ser feita para as mulheres se expressarem livremente, pois, além de suas expressões artísticas não serem consideradas no mesmo patamar de qualidade dos artistas homens, ainda se cobravam delas que representassem em suas obras questões atribuídas ao “feminino”: a domesticidade, os retratos familiares, a maternidade, a infância, a beleza, as naturezas-mortas, delimitando um espaço e temas “adequados” para as mulheres criarem. No entanto, essa criação artística não era aceita para se expor no espaço público, mas simplesmente para decorar a casa, presentear a família, receber as pessoas amigas.

E quando as mulheres fugiam das temáticas ditas femininas, e ousavam representar outros temas, escrever e discutir sobre política, pintar cenas históricas, dançar, representar, compor e cantar, quando se expressavam com liberdade temática, poética e crítica eram rechaçadas pelo âmbito artístico masculino ou não eram reconhecidas socialmente, como aconteceu com muitas delas, ficando invisíveis no mundo das artes e na história da arte.

Historicamente, parece ser coerente que as artistas representassem, fizessem pinturas e escrevessem acerca de suas experiências e vivências no âmbito doméstico e familiar, já que na grande maioria das vezes, era a esses espaços que elas estiveram restritas por muito tempo. Os temas e cenários retratados pelas mulheres artistas não parecem ser motivos para causar espanto social, pois se a elas era reservado o “mundo feminino”, e exigido atributos como a sensibilidade, a delicadeza e a emoção, é compreensível que muitas delas retratassem esse contexto sociocultural a que estavam inseridas, que revelassem um pouco desse mundo ao qual sua vida estava limitada.

11 SIMIONI, Ana Paula. *Op. Cit.*, 2008, p.44.

Os lugares permitidos...

Problematizar os espaços e lugares que as mulheres ocupavam, ou melhor, podiam ocupar na recém-província e na capital paranaense, de fins do século XIX e começo do século XX, é fundamental para termos acesso as suas produções e expressões artísticas. Nessa ótica, cabe questionar: teriam enfrentado dificuldades para expor sua arte? E, ainda, que diferença faz, as mulheres na arte?¹². Essas questões são importantes para refletirmos acerca da presença e atuação das mulheres no campo da arte, especialmente da pintura no cenário curitibano.

As representações do feminino, desde os primórdios da história paranaense, estavam pautadas em um comportamento doméstico, recatado e agrário, onde o ensino e a educação feminina ficavam em segundo plano. As áreas da arte, cultura e educação eram restritas e pouco desenvolvidas na recém-emancipada província do Paraná, no fim do século XIX, como apontam as historiadoras Trindade e Andreazza¹³.

A partir de 1870, no campo da educação, Curitiba recebeu maior incentivo aos cursos de ensino secundário e particular – isso também ocorreu em cidades como Paranaguá, Morretes, Castro e Ponta Grossa - estabelecimentos que acolhiam quase que majoritariamente meninos e jovens da elite que se preparavam para as academias superiores.

Trindade e Andreazza afirmam que, para as meninas a situação era outra:

Para o sexo feminino, foram criados os colégios de Mme. Mariette, Mme. Taulois ou Mrs Brand que, disputando a clientela com o Nossa Senhora da Glória ou o Externato Santa Tereza, já prenunciavam o gosto cosmopolita que

12 Aqui faço alusão ao livro de JUSTINO, Maria José. *Mulheres na Arte. Que diferença isso faz?* 1ª. ed. Curitiba: Museu Oscar Niemeyer, 2013.

13 TRINDADE, Etelvina M. de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e Educação no Paraná*. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

iria predominar na educação das senhoras paranaenses na virada do século. Nesse momento, mais precisamente em 1896, chegava a Curitiba o primeiro bispo da Diocese, D. José de Camargo Barros que logo incentivou a vinda de padres e freiras católicos de diversas nacionalidades a fim de atenderem a população local e também as colônias de imigrantes. Para a educação das *jeune filles* curitibanas chegaram, ao fim do século, as congregações de religiosas francesas dos Santos Anjos e de São José de Chambéry¹⁴.

Desde a segunda metade do século XIX, algumas mulheres, principalmente as da elite tinham acesso ao ensino e recebiam a formação do magistério, estavam em contato com a literatura, a escrita, as correspondências e a imprensa, fatores esses que possibilitaram a entrada delas no mundo das artes, especialmente escrevendo e publicando poesias e literatura, cursando pintura, estudando música, porém, pouquíssimas são as que conseguiram destaque nesse universo ainda tão masculino. Quais seriam os motivos para essas dificuldades? Por que as produções de muitas artistas não chegaram ao público, às exposições, ao reconhecimento?

Teria razão a escritora e poetisa Adélia Maria Woellner? Ao afirmar que,

[...] sendo o paranaense tido como “autofágico”, conservador, reservado, a mulher teria, como consequência, maior dificuldade para manifestar, com maior liberdade e autenticidade, seus sentimentos e emoções, percepções e opiniões¹⁵.

As dificuldades encontradas para a manifestação da escrita feminina, salientadas por Woellner, também se estende à história da

14 Idem, Ibidem, 2001, p. 62.

15 WOELLNER, Adélia Maria. Narrativas da Memória: o Discurso Feminino – A voz da mulher na literatura. *Revista de Literatura, História e Memória*, Vol. 3, nº 3, 2007, p. 14.

arte, devido ao pouco espaço permitido às mulheres, em virtude da ênfase à imagem “do paranaense” como ‘autofágico’, conservador e reservado”, ou seja, que se bastava a si próprio, defensor do *status quo*, dos papéis de gênero impostos e aceitos socialmente. Com base nesses discursos de autofagia, conservadorismo, manutenção da ordem social e moral, as restrições impostas às mulheres agravavam os níveis de dificuldades enfrentados pelas artistas, pois se tornavam alvo de descrédito, uma vez que estariam desequilibrando a “ordem natural” da sociedade ao ocuparem espaços consagrados ao masculino. Com isso, retirava-se o protagonismo social das artistas, deixando-as nas sombras, dificultando a inserção social e o reconhecimento de seus trabalhos e produção artística, o que revela as desigualdades das relações sociais de gênero e os lugares permitidos a cada um no contexto estudado.

A historiografia nos mostra que Curitiba, a capital paranaense, no início do século XX, período da primeira república, estava em busca de uma “identidade” e não foram poucas transformações socioculturais, políticas e econômicas pela quais passou¹⁶, e as artes, de modo geral, foram utilizadas como meio de propagação desses ideais de uma “identidade” paranaense. A capital caminhava ao encalço do progresso, da civilidade, do desenvolvimento urbano e industrial, e se direcionava ao encontro da arte e da cultura em busca de aspectos que reforçassem o projeto de

16 CARNEIRO, Cíntia Braga. *O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná*. Curitiba: SAMP, 2013; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996; SEGA, Rafael Augustos. *A Capital Belle Époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 2001; RIBEIRO, Luiz Carlos. *Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1985; PEREIRA, Magnus R.M. *Semeando Iras ao Progresso*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996; LORENZETTI, Fernanda. O futuro paranaense em seu meio natural: a escrita de Domingos Nascimento e a produção de identidade ao Paraná no início do século XX. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, vol.1, n. 1, Jan.Jul./2010; MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995; PRIORI, Angelo [et al]. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012; DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: Chain/Banco do Estado do Paraná, 1991; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro e MARTINS, Ana Paula Vosne (orgs.). *Mulheres na história: Paraná – século 19 e 20*. Curitiba: UFPR, 1997; KAMINSKI, Rosane. *O belo, efêmero, o gosto brejeiro: imagens da vida fugidia nas revistas curitibanas (1900-1920)*. Disponível em: <http://revistascuritibanas.ufpr.br/artigos.php> Acesso em: 16/04/2015.

modernização e industrialização, o que de fato atraía muitas famílias de migrantes e imigrantes.

Nessa época já era visível o crescimento de espaços públicos voltados ao lazer, como cafés e casas de espetáculos, salões de danças, praças e parques, teatros e cinemas, clubes, associações e grêmios. Constantemente se via nas ruas a presença de mulheres que transitavam desacompanhadas, entrando nas lojas e armazéns. Além disso, houve um crescimento progressivo do trabalho feminino nas fábricas, nos escritórios empresariais, nos balcões comerciais, nas casas da elite curitibana, em trabalhos manuais como floristas, chapeleiras, costureiras, modistas, entre outras. Não podemos nos esquecer das parteiras, e de tantas outras mulheres que se inseriram no ensino – como professoras ou diretoras de escolas - como formas de obter sustento e recursos econômicos.

Nas primeiras décadas do século XX, algumas mulheres adentraram as profissões liberais, como médicas, odontólogas, advogadas e farmacêuticas¹⁷. Temos que destacar, sobretudo, as mulheres artistas, protagonistas presentes nesse cenário: pintoras, literatas, musicistas, poetisas, atrizes de teatro, escultoras, que embora encontrassem dificuldades para alcançar espaço na sociedade - assim como nas demais profissões - elas existiam e cada vez se proliferavam mais.

Analisando a produção bibliográfica que trata da temática - jornais¹⁸ da época, livros e catálogos de exposição do acervo do Museu Paranaense¹⁹ e Museu Alfredo Andersen²⁰ disponíveis online -

17 TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Op. Cit.*, 1996.

18 Jornal Dezenove de Dezembro – 1884 – Edição XXXI; 1885 - Jan. à Jun. - XXXII e Jul. à Dez. - XXXII; 1886 – Jan. à Jun. - XXXIII e Jul. à Dez. - XXXIII; 1887 – XXXIV – Acervo da Biblioteca Romário Martins – Museu Paranaense.

19 Livros disponíveis online na Biblioteca Romário Martins (Museu Paranaense) – *Exposição Arte no Paraná: fases itinerante e infra-estrutura* (11 de maio a 08 de julho de 1990). Curitiba: Biblioteca do Museu Paranaense, 1991; CARNEIRO, Newton. *As artes e o artesanato no Paraná*. Curitiba, 1955; MUSEU PARANAENSE. *A Gênese do Museu Paranaense (1874-1882)*. Auspiciosa experiência de aclimação cultural na Província. Arquivos do Museu Paranaense, Nova Série- História – N.01, 1976; BADEP, *Panorama da Arte no Paraná*. I – Dos precursores à escola Andersen. Curitiba, 1975; BANESTADO, *Pintores e escultores II*. As Escolas de Mariano de Lima e de Alfredo Andersen: ponto de partida. Curitiba, s/d.; CARNEIRO JUNIOR, Renato Augusto (coord.). *Personagens da História do Paraná: acervo do Museu Paranaense*. Curitiba: SAMP, Museu Paranaense, 2014.

20 Museu Alfredo Andersen. Disponível em: <http://www.maa.pr.gov.br/>

buscamos mapear a presença e atuação das mulheres na arte paranaense, especialmente na pintura. Desde meados do século XIX, as mulheres pintoras despontavam no campo do ensino, como é o exemplo de Jéssica e Willie James – mãe e filha - ambas naturais dos Estados Unidos, precursoras do ensino das artes no Paraná. Juntas fundaram em Paranaguá uma escola de desenho e pintura - Colégio Particular Feminino James – onde as moças recebiam aulas de doutrina cristã, leitura, caligrafia, aritmética, línguas portuguesa, francesa e inglesa, geografia, história, música, desenho, dança, pintura e bordados.

Em seguida, chegou a família Taulois que também fundou um colégio para meninas, em Paranaguá, que naquele momento era um importante centro comercial e político da província do Paraná. A cidade portuária era local de chegada de estrangeiros, viajantes e artistas que aportavam naquelas terras, em que havia muitas famílias abastadas e que investiam no sistema educacional pensando na formação de seus filhos e filhas²¹.

À Jéssica James foi atribuída a autoria do retrato do Comendador Joaquim Américo Guimarães²², que segundo o escritor David Carneiro,

É verdade que a Da. Jéssica deixou um retrato a óleo, o único que dela se conhece. É o retrato do Comendador Joaquim Américo Guimarães. A autenticação, além de haver sido feita pelo Sr. José Gonçalves Lôbo, tem cunho mais precioso: Alfredo Andersen que o retocou, colocou num jornal que o retratado traz na mão, a declaração seguinte: Pintado em 1865 por Willie cidadão do Rio de Janeiro.

21 CORRÊA, Amélia Siegel. Alfredo Andersen: um pai norueguês para a pintura paranaense. *19&20*, Rio de Janeiro, v. IV, n.2, abr. 2009. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/andersen_asc.htm

22 Acervo Online do Museu Paranaense. Coleção David Carneiro. Retrato Joaquim Américo Guimarães (Comendador). Óleo sobre tela, 1865, 105X73 cm. Disponível: http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php?id_biblioteca=5.

Por muito tempo acreditou-se ser a obra de autoria masculina, mas, de fato, teria sido pintado por Jessica James, conforme atribuição recebida. Ou Willie James, sua filha, a teria ajudado pintar o retrato? O que surpreende, é a escassez de obras deixadas pelas precursoras do ensino de artes no Paraná.

Foi no Colégio Particular Feminino James que estudaram Iria Cândida Correia, considerada a primeira pintora paranaense, e também a poetisa Júlia Maria da Costa, pois eram contemporâneas. Iria iniciou sua vida artística utilizando várias técnicas de pintura: crayon (lápis de cera de várias cores), depois pastel (giz a seco ou oleoso), aquarela e tinta a óleo, para pintar temas de ícones sacros, imagens de santos, legendas bíblicas, paisagens, naturezas-mortas e miniaturas. O destaque especial fica por conta dos vários retratos que Iria pintou da mãe, do pai, de outros familiares, bem como de homens e mulheres da elite, uma vez que sua família era de posses e fazia parte do círculo político e artístico da capital.

No acervo online do Museu Paranaense²³ há uma dezena de pinturas da artista que podem ser acessados, todavia, é um número pequeno diante do que ela teria produzido ao longo de sua vida artística. Uma das dificuldades na atribuição de autoria das obras está justamente na ausência de assinatura, pois nem sempre assinavam suas produções. A maior parte de suas obras não chegou aos dias atuais, mas pode ser que algumas estejam em acervos particulares, e que possivelmente desconheçam a autoria, uma vez que as obras eram encomendadas ou recebidas de presente por familiares e pessoas conhecidas.

Iria Cândida Correia é considerada a primeira mulher pintora da arte paranaense:

Nasceu em Paranaguá, em 20 de outubro de 1839. Faleceu na mesma cidade em 14 de março de 1887. Iria Correia, filha do Cel. Joaquim Cândido Correia e de D. Damiana Vieira do Nascimento, família de posses, teve assim como seus nove irmãos, uma educação aprimorada

23 Museu Paranaense – Acervo online – Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/>. Acesso em: 03 de outubro de 2015.

para a época. Quando as professoras norte-americanas Jessica James e sua filha Willie, se estabeleceram em Paranaguá, em 1849, com o Colégio de Meninas, Iria Correia foi uma das jovens que a ele logo acorreram. Sua vocação para as artes revelou-se desde cedo. Apesar do ambiente cultural acanhado em que vivia e dos limitados conhecimentos pictóricos que a professora Jessica James possuía (alguns afirmam ter sido razoável desenhista e pintora), dela procurou extrair o máximo de ensinamentos. Mais tarde, aperfeiçoou-se com a Sra. Zoé Toulouis – esposa do engenheiro Paulo Toulouis – que fundou o Colégio Paranaense, em 1856. Na obra de Iria Correia encontram-se retratos, naturezas mortas, paisagens e composições. Seu primeiro trabalho assinado data de 1857. Em 1866, participou da Exposição Provincial do Paraná, realizada em Curitiba, com mais de uma dezena de obras em diferentes técnicas: óleo, aquarela, pastel, sépia e crayon. Iria Correia, contava nessa época 27 anos. O número de obras expostas faz supor grande produtividade. Tendo pintado até sua morte, aos 48 anos de idade, é estranhável que tão poucas obras tenham chegado até nossos dias²⁴.

Algumas obras atribuídas à pintora Iria Correia, e que estão catalogadas no acervo online do Museu Paranaense são: a) Retrato de Manuel F. Correia Jr. – óleo sobre cartão; b) Natureza morta – desenho – obra assinada pela artista - coleção David Carneiro; c) Retrato da mãe da artista – coleção David Carneiro; d) Retrato do pai da artista – coleção David Carneiro; e) Aquarela – coleção Milton Macedo Munhoz, entre outras pinturas. Em exposição no Museu Paranaense, podemos apreciar alguns objetos da artista: a) Paleta de Porcelana – coleção David Carneiro; b) Leque – coleção Milton Macedo Munhoz.

É importante destacar que as obras citadas são acervos particulares que foram integrados a esse espaço institucional, ou

24 BADEP, *Panorama da Arte no Paraná*. I – Dos precursores à escola Andersen. Curitiba, 1975, p. 8.

então, mediante doações dos familiares. Em relação às pinturas feitas por mulheres, e que estão nos acervos dos museus, é uma forma de reconhecimento - por esse instrumento cultural - da produção artística feminina. Todavia, é bem menor esse reconhecimento se comparado ao da produção masculina. E as outras mulheres artistas - aquelas que sua arte não está nos museus - que lugares elas ocupavam?

A capital paranaense, no fim do século XIX e começo do século XX, teve duas importantes escolas de artes, a primeira foi de Antônio Mariano de Lima, e a outra de Alfred Andersen, mais conhecido como Alfredo Andersen. Espaços responsáveis pela formação profissional de homens e mulheres, deixando cada um desses mestres em pintura um razoável discipulado.

No ano de 1884, havia chegado à província o jovem pintor português, Antônio Mariano de Lima, contratado pelo governo, para decorar o Theatro São Theodoro – que se tornou depois, o Teatro Guayra - em Curitiba, tarefa concluída em 1885. No ano seguinte, na capital, o pintor fundou a primeira escola de ensino de artes²⁵, oferecendo aulas de pintura, escultura e desenho.

Segundo Adalice Araújo,

Assim é que, a 22 de julho de 1886, o Executivo Paranaense autoriza Mariano de Lima a inaugurar em uma das salas do Instituto Paranaense sua *Aula de Desenho e Pintura*, que, três anos após (graças ao Decreto Estadual nº 1 de 29 de novembro de 1889) seria transformada em Escola de Artes e Indústrias²⁶.

Autorizada pelo governo da província, a criação da “Escola de Desenho e Pintura” por Antônio Mariano de Lima, na realidade se tratava de uma sala de aula no Instituto Paranaense, onde se ensinava

25 Curitiba foi a terceira cidade no Brasil, a ter uma escola de artes. As primeiras foram: a Imperial Academia de Belas Artes (1816) no Rio de Janeiro, e a segunda, em Salvador. Cf. PROSSER, Elisabeth Seraphim. Arte em todo lugar: os caminhos do cotidiano e a história das artes visuais no Paraná. In: ANDREOLI, Cleverson V; TORRES, Patrícia, Lupion (orgs.). *Complexidade: rede e conexões do ser sustentável*. Curitiba, SENAR, 2014 (Coleção Agrinho).

26 ARAÚJO, Adalice. *Dicionário das Artes Plásticas no Paraná*, 2006, p.41.

desenho e pintura. A partir de 1889, com sede própria, ampliação das artes oferecidas e sob a direção do pintor português, passa a ser chamada de “Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná”, com várias salas de aulas frequentadas por crianças, mulheres e homens, de diferentes faixas etárias e de distintas condições sociais.

No campo das “belas artes” se oferecia cursos de pintura, desenho artístico, escultura, música, gravura e arquitetura; no setor das “artes industriais”, estudava tipografia, desenho aplicado, mecânica, litografia, fotografia, marcenaria, funilaria, encadernação e prendas domésticas. Nota-se, nesse último quesito, questões de gênero e classe explícitas, primeiro porque as “artes industriais” estavam voltadas para a preparação profissionalizante das classes trabalhadoras, tendo em vista o desenvolvimento urbano e industrial da capital, e segundo, porque os cursos de prendas domésticas eram oferecidos às mulheres pobres, de baixa renda, ao contrário das mulheres da aristocracia que tinham acesso às “belas artes”.

A partir de 1894, os cursos do setor das “artes industriais” foram ofertados no período noturno, para estimular as pessoas que trabalhavam durante o dia tivessem acesso ao ensino profissionalizante. Nessa escola, no começo do século XX, o médico, educador e político, Vítor Ferreira do Amaral e o pintor norueguês, Alfredo Andersen, foram professores dos cursos noturnos. Além deles, Georgina Leonard Mongruel e Agostinho Ermelino de Leão também ensinaram no estabelecimento²⁷.

Uma das perspectivas do pintor Antônio Mariano de Lima era implementar o projeto da “Casa da Cultura” na capital, tanto que numa exposição realizada em Chicago no ano 1900, o pintor intitulou-a de “Casa da Cultura” e foi premiado pela iniciativa. Para essa exposição foi enviado um conjunto de obras, que antes de serem remetidas para Chicago, foram expostas na própria escola e dentre os quadros estavam o de Maria da Conceição Aguiar Lima, pintora, discípula e esposa de Antônio Mariano de Lima.

Devido ao não cumprimento das promessas do governo de investir na escola subvencionando-a, o estabelecimento escolar e o

27 OSINSKI, Dulce Regina Baggio. Os pioneiros do ensino da arte no Paraná. *Revista da Academia Paranaense de Letras*. Curitiba, maio de 2000, ano 63, número 41, p. 143-152.

pintor enfrentaram uma grave crise econômica, o que o fez migrar para Manaus em 1901. A partir disso, em 1902, a escola ficou sob a responsabilidade de sua esposa e ex-aluna Maria da Conceição Aguiar Lima.

Com a saída de Mariano de Lima em 1902, sua esposa, Maria da Conceição Aguiar Lima, assumiu a direção da escola, que então teve sua orientação alterada para dar maior ênfase à educação de artes e ofícios para mulheres – tanto que, a partir de 1917, ganhou a denominação de “Escola Profissional Feminina”. Em 1933 foi rebatizada como “Escola Profissional República Argentina”, tendo funcionado até 1992 sob os auspícios da Secretaria de Estado da Educação. A partir deste ano foi rebatizada como “Centro de Artes Guido Viaro”, funcionando até hoje nas dependências do Colégio Estadual do Paraná²⁸.

A pintora Maria da Conceição Aguiar Lima é mencionada no livro “Panorama da arte no Paraná”, publicado em 1975, e aparece atribuída a ela a pintura de uma natureza-morta, porém, não consta a imagem de sua obra e nem conseguimos localizar, por ora, maiores informações sobre sua produção artística, o que demonstra como a presença das mulheres na história da arte paranaense ainda é oculta, e carece de pesquisas.

Francisca Cândida Munhoz (1869-1942), pintora, também foi aluna de Antônio Mariano de Lima a partir de 1886, quando se matricula na “Escola de Desenho e Pintura”. A artista consegue, de certa forma, se destacar no cenário cultural e expor ao público – pelo menos daquele que frequentava a escola - suas pinturas a crayon e a óleo, em que pintava retratos, paisagens e cenas como a “Despedida de Romeu”, quadro que retratava a tão conhecida história de amor de Romeu e Julieta.

28 SANTANA, Luciana Wolff Apolloni. *Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná: o projeto de ensino de artes e ofícios de Antônio Mariano Lima – Curitiba, 1886-1902*. (Dissertação de Mestrado em Educação). Curitiba: UFPR, 2004, p.9.

Entre os anos de 1884 a 1887, Francisca Cândida de Munhoz é mencionada por diversas vezes no jornal *Dezenove de Dezembro*²⁹, por sua presença e participação na sociedade, êxito nos estudos, frequência nas aulas de pintura com o professor Antônio Mariano de Lima, pelo talento expresso nas suas pinturas e também por seu matrimônio com Carlos Cavalcanti de Albuquerque em meados de 1887.

É notável que o destaque dado à Francisca Cândida de Munhoz e outras mulheres da aristocracia se devia à condição social e política que suas famílias ocupavam na sociedade curitibana do fim do século XIX. Nascida em família rica, ela frequentou o Externato Santa Tereza que oferecia ensino primário e secundário e também o Colégio Curitibano que oferecia ensino primário, secundário e normal (magistério), curso no qual a pintora se formou. De boa formação, ela foi uma das poucas, em meados de 1880, a se inscrever em exames preparatórios para o ensino superior, como exames de inglês, francês, aritmética e geografia, nos quais foi aprovada com êxito.

Porém, Francisca não saiu da capital para cursar o ensino superior, não era comum as moças deixarem suas famílias para estudar fora - ao contrário do que acontecia com os rapazes da elite - e como na capital da província não havia cursos superiores, a pintora não vivenciou a experiência universitária, embora tivesse sido aprovada nos “exames preparatórios”.

A pintora Francisca Cândida de Munhoz casou-se em 1887 com o alferes Carlos Cavalcanti de Albuquerque, o qual foi presidente do estado entre os anos de 1912 e 1916. Segundo Negrão, Francisca era “senhora possuidora de esmerada educação artística; pintora e pianista”³⁰.

O matrimônio exerceu assim, na vida de Francisca, o que a sociedade esperava das mulheres, o desempenho do papel de esposa e mãe. Enquanto os rapazes da capital se dirigiam ao Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e também a Portugal para estudarem – geralmente Direito, Medicina, Engenharia, Humanidades –, Francisca

29 *Jornal Dezenove de Dezembro*, 1884 a 1887 – Acervo Biblioteca Romário Martins-Museu Paranaense.

30 NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: Impressora Paranaense, 1926, vol. I e II.

por pertencer ao gênero feminino via sua vida se limitando à família e ao espaço doméstico.

Francisca, assim como outras pintoras, cedeu ao magistério se tornando professora, profissão naquele momento que não demandava de ensino superior. Muitas mulheres paranaenses que poderiam ter se tornado reconhecidas artistas, se ofuscaram no ensino. O talento de Francisca Cândida de Munhoz para a pintura foi abafado pelo choro das crianças, cuidado da casa e da família. Sua arte ficaria reclusa aos espaços privados, nas paredes de casas de familiares e pessoas conhecidas.

A segunda escola de pintura e desenho a ser inaugurada no Paraná foi instalada no começo do século XX e pertencia ao pintor norueguês Alfredo Andersen. Depois de viver um período em Paranaguá, Andersen se muda para Curitiba em 1903, onde em seguida abre uma escola particular, um ateliê de artes (desenho e pintura). O pintor também lecionava desenho na Escola Alemã e no Colégio Paranaense, bem como na Escola de Belas Artes e Indústria do Paraná – dirigida nessa época por Maria da Conceição Aguiar Lima - nos cursos noturnos de “artes industriais”.

Como pintor e desenhista, dedicou-se, principalmente à paisagem e ao retrato. Alfredo Andersen é considerado o “pai da pintura paranaense”, um dos grandes formadores das artes plásticas no Paraná, influenciando artistas que frequentaram sua escola. Dentre tantos (as), podemos destacar a pintora, desenhista e professora de arte, Maria Amélia D’Assumpção.

A artista teve uma educação esmerada, apaixonada por leituras, aprendeu diversas línguas, inclusive o alemão. O nome de Maria Amélia D’Assumpção surge na relação docente ao começar a frequentar o Conservatório de Belas Artes³¹ - criado e dirigido por Paulo Ildefonso D’Assumpção – a partir de 1894. Aos poucos ela foi se destacando no campo da pintura, e em 1917, torna-se a primeira mulher do Paraná a expor suas obras, individualmente, no Rio de Janeiro. Obtém calorosa acolhida por parte da crítica especializada

31 O Conservatório de Belas Artes teve sua abertura em 1894, em Curitiba, que mais tarde passa a se chamar Escola de Aprendizes e Artífices. Havia vários professores e professoras. Os cursos noturnos eram ofertados exclusivamente ao sexo masculino. Já as mulheres, só podiam frequentar os cursos no turno diurno.

que elogiou suas naturezas-mortas, comparando às de pintores reconhecidos, como Pedro Alexandrino, especialista nesse gênero de pintura.

A comparação de sua produção artística com a de um artista masculino nos aponta, ao menos, dois aspectos: o primeiro, ao comparar suas obras com a de Pedro Alexandrino, a crítica reforça que para ser respeitada e considerada uma boa artista, sua arte precisava se assemelhar à obra de um artista homem, como se a qualidade da criação artística fosse apenas de competência deles; o segundo aspecto, é que embora tivéssemos outras mulheres artistas como Anita Malfatti, Georgina de Albuquerque, Tarsila do Amaral, Berthe Worms, que estavam se destacando na arte brasileira – inclusive produzindo naturezas-mortas – às quais a obra de Maria Amélia D'Assumpção poderia ter sido comparada, a crítica escolheu compará-la a um artista homem, não reconhecendo nas outras artistas parâmetros de comparação, ou seja, não exaltando suas competências e expressões artísticas. Isso denota mais uma vez como a profissão artista para as mulheres custa a ser vista e aceita no mundo das artes.

Viúva desde muito cedo, Maria Amélia de Barros Mota, casa-se em 1920 com o advogado e jurista Pamphilo D'Assumpção³², de quem assume o sobrenome. Pamphilo era um admirador das artes, especialmente música e literatura, e viria a apoiar a carreira de Maria Amélia D'Assumpção. A relação afetiva com o jurista, que também publicava em jornais e revistas sobre questões jurídicas e temas relacionados às artes, abriu espaço para maior inserção da artista na sociedade e cultura paranaense.

Em Curitiba, Maria Amélia D'Assumpção lecionava pintura e desenho no Colégio Santa Júlia, do Professor Francisco Guimarães; na Escola Profissional Feminina³³ e, também ministrava aulas

32 GRUNER, Clóvis. Um nome, muitas falas: Pamphilo de Assumpção e os discursos jurídicos na Curitiba da Belle Époque. *Revista de História Regional*, 14(1), 76-104, verão 2009.

33 A Escola Profissional Feminina, em Curitiba, nasce com o propósito de oferecer às mulheres uma profissionalização diversa daquela ensinada na Escola Normal (preparação de meninas para o magistério, para serem professoras). A Escola Profissional Feminina no fim do século XIX e início do século XX direcionava seu ensino para as artes (desenho, pintura), economia doméstica e prendas manuais (datilografia, costura, bordados), ou seja, as artes aplicadas. O ensino estava voltado para jovens de classe desfavorecidas, que buscavam profissionalização, e era também procurada por jovens da classe média que buscavam aprendizados de economia doméstica e prendas manuais para administrar seus lares. Essa escola era oriunda da Escola de Artes de Antônio Mariano de Lima. Cf.

particulares, além de participar ativamente do movimento artístico da cidade. Dedicar-se à pintura até seu falecimento, ocorrido em 1955.

Maria Amélia D'Assumpção,

Nasceu em Joinville, Santa Catarina, em 1883. Faleceu em Curitiba, em 03 de setembro de 1955. Desde cedo Maria Amélia demonstrou tendência para a pintura. Seu pai, o cearense Bento Fernandes de Barros, advogado, escritor e jornalista, iniciou carreira no Paraná. Residiu durante breve período em Joinville, onde nasceu Maria Amélia, retornando em seguida a Curitiba. Aqui, aos 17 anos, Maria Amélia, casou-se com um primo, que faleceu logo depois. Viúva, com um filho, volta a residir com seu pai, que se transferira para o Rio de Janeiro. Com o falecimento do pai, em 1908, Maria Amélia, escolhe a pintura como meio de sobrevivência e passa a tomar lições com Alfredo Andersen. Seu desenvolvimento é rápido, e já em 1917 expõe no Rio de Janeiro, recebendo calorosa acolhida da crítica. Suas naturezas mortas são comparadas às do mestre Pedro Alexandrino. Em 1920, Maria Amélia de Barros Mota, como assinava até então, casa-se com o Dr. Pamphilo D'Assunção, conhecido jornalista e aficcionado das artes. Falecendo aos 72 anos de idade, a artista deixou vasta obra, onde a técnica apurada e a grande sensibilidade estiveram sempre presentes³⁴.

Um retrato da própria artista - Retrato de Maria Amélia D'Assumpção - foi pintado por seu mestre Alfredo Andersen e está disponível no acervo do Museu Paranaense. Na obra "Panorama da arte no Paraná"³⁵ consta uma foto de Maria Amélia D'Assumpção acompanhada de um menino, seu filho.

FREITAS, Daniele Gross de. *A educação das mulheres e a proposta da Escola Profissional Feminina de Curitiba*. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/.../1303.doc. Acesso em: 01 de novembro de 2015.

34 BADEP, *Panorama da Arte no Paraná*. Curitiba, 1975, p. 8.

35 Idem, *Ibidem*, 1975, p.15.

Algumas pinturas produzidas por Maria Amélia são: a) Amor-perfeito - coleção Herculano de Macedo Souza; b) Natureza-morta - coleção Simeão Pedroso; c) Natureza-morta - coleção Albano Ewaldo Wendler; d) Natureza- morta - coleção Associação Comercial do Paraná; e) Rosas - coleção Carlos Heller; f) Flores - coleção Maria Francisca Meder Velloso; g) Dális - coleção Oscar Martins Gomes. Obras de coleções particulares que foram doadas e integradas ao acervo do Museu Paranaense.

As escolas de artes plásticas de Alfredo Andersen e Antônio Mariano de Lima contribuíram para que o objetivismo visual e a tendência realista de suas expressões artísticas influenciassem as primeiras gerações da pintura paranaense.

Todavia, na capital do Paraná, até a década de 1920, o mercado artístico era muito pequeno, difícil para artistas sobreviverem das artes, tanto homens quanto mulheres. Mas certamente muito mais complicado para elas. Pois enquanto os jovens pintores, intelectuais e jornalistas se reuniam em espaços públicos, ateliês e ruas para conversarem sobre arte, culminando num movimento de arte moderna no estado - início do paranismo ou “estilo paranista” - impulsionado pela imprensa, as mulheres naquele contexto histórico não tinham tanta liberdade para isso, o que demonstra como a condição de ser mulher, naquela época, é um dos fatores que dificultaram o acesso ao mundo das artes. A elas, alguns espaços e comportamentos eram restritos, negados.

Nos primeiros anos do século XX, algumas artistas se destacaram no campo da pintura, e a grande maioria delas teve aulas na escola/ateliê de Alfredo Andersen, as quais podemos citar: Maria Amélia D’Assumpção, Isolde Hotte, Inocência Falce, Silvina Bertagnolli, uma vez que Andersen foi grande formador das primeiras gerações de pintores e pintoras do estado³⁶.

No Dicionário das Artes Plásticas do Paraná, de Adalice de Araújo³⁷, encontramos referências da presença e atuação dessas mulheres pintoras, como Isolde Hötte Johann (1902-1994), nascida

36 Mulheres pintoras, discípulas de Alfredo Andersen. Ver: Museu Alfredo Andersen, disponível em: <http://www.maa.pr.gov.br/modules/conteudo>. Acesso em: 14 de outubro de 2015. ARAÚJO, Adalice. *Op. Cit.*, 2006.

37 ARAÚJO, Adalice. *Op. Cit.*, 2006.

em Curitiba, filha de imigrantes alemães, foi aluna de Alfredo Andersen durante sua adolescência e depois dessa fase de estudo com o pintor, a artista morou dois anos na Alemanha onde aperfeiçoou suas técnicas. De retorno ao Brasil foi aluna de Lange de Morretes e também da ceramista e professora Adelaide Knauer, encontrando na cerâmica novas formas de se expressar. A artista teve uma extensiva produção.

Inocência Falce (1899-1984), nasceu em Curitiba e estudou pintura entre os anos de 1930 e 1935 com Alfredo Andersen. A produção da artista representava flores e motivos da natureza, e devido a um incêndio que teria destruído grande parte de suas obras, ficou difícil alcançar reconhecimento do público. A artista também se dedicou ao ensino das artes.

Também nascida em Curitiba, a artista Silvina Bertagnoli (1912-1975), após a conclusão do curso normal (magistério) ingressou na Escola de Alfredo Andersen, de quem também foi discípula, se especializando na pintura de naturezas-mortas e paisagens paranaenses³⁸. Teve participação em várias exposições coletivas, e no ano de 1944 participou do I Salão Paranaense de Belas Artes. A artista também havia estudado música na Academia de Música do Paraná e foi professora de piano.

Além delas, temos que destacar ainda, Sinhazinha Rebello (1891-1973), nasceu em Curitiba e estudou pintura com Alfredo Andersen, entre os anos de 1930 e 1935. A artista pintava tachos, louças, cristais e flores com muito realismo. Na maioria das vezes distribuía suas obras para as pessoas amigas, raramente as vendia. Teve grande produção artística, embora não as expusesse com frequência.

Nascida em Palmeira, Lydia de Marco (1914-1993), ainda na sua infância foi aluna de Alfredo Andersen, o que demonstra o grande discipulado que o artista teve, tanto de mulheres quanto de homens artistas. A artista pintava retratos e trabalhava como colorista para fotógrafos.

Maria Sylvia Senff Palú, nascida em 1917 em Curitiba, foi aluna de Lange de Morretes, e também de Alfredo Andersen e

38 CARNEIRO JUNIOR, Renato Augusto. *Op. Cit.*, 2014, p. 173.

Inocência Falce, o que mostra a inserção das primeiras alunas de Andersen no ensino das artes. Se por um lado, isso demonstra os conhecimentos e habilidades técnicas adquiridas, por outro revela como o campo da educação e a profissão de professora de artes se tornou a única oportunidade de muitas das prováveis promissoras artistas, ofuscando a profissionalização e talento artístico. Anos mais tarde, Palú daria aulas na Escola Profissional República Argentina, onde havia estudado e seria colega de trabalho de Maria Amélia D'Assumpção.

Ainda no campo da pintura, é importante lembrarmos de Gene Woiski, que além de pintora, era decoradora. Nascida nos Estados Unidos, a artista radicou-se no Paraná e foi casada com o pintor e escultor João Woiski. A artista especializou-se como retratista, bem como na pintura em móveis, sobretudo com temas orientais, chegando a participar juntamente com vários (as) artistas da primeira exposição itinerante de arte do Paraná, em 1948, promovida pelo Departamento de Cultura e Divulgação da Secretaria de Educação, realizada nos salões da sede social do "Club Litterario", uma grandiosa exposição de pintura e desenho. A artista permaneceu no Paraná até 1950.

Apesar das dificuldades encontradas, a inserção e presença das mulheres artistas revela o protagonismo feminino no campo da arte, da cultura e do ensino no Paraná, na transição do século XIX para o século XX.

Considerações finais

Abordar o contexto artístico paranaense, de fins do século XIX e começo do século XX, no que se refere à relação entre arte e gênero nos aponta que a realidade de inserção das mulheres nas artes e na profissão de artista não foi muito diferente do que acontecia nacional e internacionalmente. As mulheres artistas vivenciaram um processo de marginalidade da história, do processo criativo, dos

espaços públicos, lugares e posições sociais delimitadas por códigos de uma sociedade patriarcal.

As desigualdades de gênero impostas e apregoadas pelo patriarcalismo é um dos fatores responsáveis, até pouco tempo atrás, por grande parte das mulheres não terem acesso à alfabetização e aos espaços das artes; e as que tiveram acesso, sobraram poucos registros, o que faz com que sejam menos reconhecidas. Isso revela como a arte produzida por mulheres, nas suas mais diversas expressões, e também a profissão de artista, enfrentou diversas dificuldades para serem aceitas e valorizadas num ambiente cultural e artístico predominantemente ocupado por homens.

Sabemos que até a contemporaneidade os registros da produção artística de mulheres são relativamente menores em comparação aos de homens artistas. Isto se dá devido a vários fatores predominantes na cultura brasileira e paranaense que atribuem papéis diferenciados de gênero, e que por muito tempo direcionou as mulheres ao papel de donas de casa, mães, impedindo-as de estudar, se profissionalizar e alcançar uma carreira, acarretando assim, dificuldades para a inclusão no mercado de trabalho, e igualmente no mundo das artes, o que é muito recente.

Com este trabalho constatamos que paulatinamente as mulheres foram se inserindo no mundo das artes no cenário paranaense. No fim do século XIX sua presença aconteceu com bastante modéstia, devido às limitações sociais impostas a elas, que as impediam de ocupar vários lugares, especialmente os espaços públicos. Já nas primeiras décadas do século XX, impulsionadas pelo modernismo e pelas lutas femininas por emancipação, as artistas alcançaram maior destaque e conseguiram se expressar ocupando lugares antes não permitidos, se inserindo e se manifestando no campo das artes, que embora pintoras, literatas, musicistas, poetisas, atrizes de teatro, escultoras, encontrassem dificuldades para alcançar espaço na sociedade - assim como nas demais profissões - elas existiam e cada vez se proliferavam mais, participando do processo criativo, da produção e composição do mundo, rompendo com estereótipos e marcações de gênero.

RECEBIDO EM: 11/05/2016
APROVADO EM: 22/05/2017

O LIVREIRO QUE PREFACIAVA (E OS LIVROS ROUBADOS); OS PREFÁCIOS DE FRANCISCO ROLLAND E A CIRCULAÇÃO DE LIVROS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS AO FIM DO SÉCULO XVIII¹

The bookseller who wrote prefaces (and the stolen books); the prefaces of Francisco Rolland and book circulation in the Portuguese Empire at the end of the 18th Century

Claudio DeNipoti*

RESUMO

Este artigo percorre os escritos do livreiro e impressor francês radicado em Lisboa, Francisco Rolland, que escrevia paratextos para suas edições, na forma de prefácio, avisos ao leitor e notícias, nas quais elabora padrões discursivos relativos às questões fundamentais do mercado de livros português do fim do século XVIII: a utilidade, a necessidade, a instrução e o serviço ao império. Simultaneamente, Rolland era um comerciante hábil e perceptivo, que sabia circular entre os letrados portugueses, buscando antecipar gostos e demandas livreiras, ao mesmo tempo que se via às voltas com os mecanismos de censura para publicar e circular seus livros. Este estudo tenta compreender a atuação deste agente do livro, no contexto mais complexo da ilustração lusitana.

Palavras chave: Francisco Rolland, História do Livro, Império Português, Real Mesa Censória

ABSTRACT

This article browses the writings of French bookseller and printer established in Lisbon, Francisco Rolland, who wrote paratexts in

¹ Pesquisa realizada com recursos da CAPES e CNPq.

* Doutor em História (1998) pela Universidade Federal do Paraná. Professor associado da Universidade Estadual de Ponta Grossa e bolsista produtividade da Fundação Araucária.

his editions, such as prefaces, introductions, warnings to the reader and newsletters, in which he makes discursive patterns relating to the fundamental questions around the Portuguese book trade in the 18th Century: utility, need, instruction, and service to the Empire. At the same time, Rolland was an apt merchant, who knew how to foresee the changes in taste and the demands of the book trade, while dealing with the censorship machinery in order to publish and market his books. This work tries to understand how this agent of the book acted in the wider context of the Portuguese Enlightenment.

Keywords: Francisco Rolland, Book History, Portuguese Empire; portuguese censorship

Corria o ano de 1779 quando um francês residente em Lisboa terminava a coleção de provérbios que pretendia publicar, escrevendo um longo prólogo que sumarizava suas atividades no mercado editorial português.² Escritor habitual de paratextos nas obras que editava, seus prólogos, advertências, avisos, discursos e prefações acompanharam grande parte dos livros publicados em sua empresa, a Typografia Rollandiana, ao longo das três últimas décadas do século XVIII e na primeira década do século XIX.

Como em todos os seus paratextos, este foi bastante enfático sobre a importância dos livros em geral e daquele livro em particular, ao mesmo tempo que não media esforços para criar uma imagem de cooperação e integração completa do editor/livreiro com o Antigo Regime português e suas estruturas de poder. O prefaciador era Francisco Rolland, impressor e livreiro, com loja, até 1790, no Largo de Nossa Senhora do Loreto, e depois desta data, na Rua Nova dos Mártires, número 15, em Lisboa.³

Neste prólogo, Francisco Rolland, escondendo-se timidamente no acrônimo F.R.I.L.E.L. (Francisco Rolland, Impressor e Livreiro em Lisboa),⁴ informava, antes de mais nada, ao leitor sua *raison d'être*: fazer livros “puros, e desabusados” para que o Estado

2 ROLLAND, Francisco. *ADÁGIOS, Provérbios, Rifões e anexins da língua portuguesa*; tirados dos melhores Autores Nacionais e recopilados por ordem Alfabética. Lisboa: na Typografia Rollandiana, 1780.

3 CURTO, Diogo Ramada, et al. *As gentes do livro*. Lisboa, século XVIII. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, p. 100.

4 ANDRADE, Adriano da Guerra. *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional Portugal, 1999, p. 96.

cumprisse sua necessidade indispensável de obter a “verdadeira instrução”.⁵ Vindo da França, da região próxima à Suíça de onde se originou a maioria dos livreiros franceses em Portugal na segunda metade do século XVIII,⁶ Rolland chegou em Lisboa em 1765, aos 22 anos. Originalmente sócio da empresa Borel & Rolland, reforçando a tendência do grupo de imigrantes franceses de estabelecerem “formas associativas de gerência [que] permitem que os sócios se especializem”,⁷ Rolland desfez esta sociedade para abrir sua própria casa comercial por volta de 1771, quando foi descrito, na documentação comercial portuguesa, como “comerciante de nasção francesa e morador na rua direita do Loureto”, casou-se em 18 de junho de 1775 com Maria Catarina Van Bockstael.⁸

Ao iniciar os negócios tipográficos, Rolland inverteu parcialmente a lógica da trajetória de seus conterrâneos - Bertrand, Borel, e outros - que se dedicaram quase exclusivamente ao comércio de livros, ao passo que ele enfatizou a impressão em suas atividades comerciais. Isto é compreensível à luz da importância (e rentabilidade financeira) que a impressão adquirira àquela época, em que o livro era percebido como produto comercial e como bem cultural, simultaneamente. O negócio tipográfico significava também um empreendimento mais estável, dada “a natureza técnica da atividade [e] a demorada e difícil aprendizagem das artes gráficas”.⁹

Desta forma, e investindo sistemática e constantemente na reedição de obras clássicas portuguesas, e na tradução de obras clássicas francesas e inglesas, frequentemente reeditadas ao longo das quatro décadas em que esteve à frente da Rollandiana, Francisco foi provavelmente um dos primeiros editores de Portugal - na acepção que o termo assume ao longo do século XIX, como alguém que atua para além da indicação do seu nome na folha de rosto, agindo

5 ROLLAND, op. cit. p. 4.

6 GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal*; subsídios para a sua história - séculos XVIII e XIX. Lisboa: Verbo, 1987, p. 15, ss; GUEDES, Fernando. *Livreiros Franceses em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. 1998.

7 CAEIRO, Francisco da Gama. Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de setecentos e no primeiro quartel do século XIX. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 35, 1980, p. 139-168.

8 CURTO, op. cit. p. 483; 499.

9 CAEIRO, op. cit. p. 149.

diretamente nos processos criativos.¹⁰ O prefácio dos *Adágios* também apresenta uma inversão, na qual o impressor/editor se torna autor:

Digno de nota é o facto de o tipógrafo ter assumido a iniciativa de elaborar ele próprio a colectânea dos textos proverbiais. Francisco Rolland acede ao estatuto de autor, e de autor em língua portuguesa. Esse estatuto, discretamente consignado pela abreviatura F.R.I.L.E.I., era uma iniciativa prestigiante, já então partilhada por outros raros impressores, seus contemporâneos, como Francisco Luis Ameno.¹¹

A autoria da obra aponta para “aspectos importantes da personalidade e actuação culturais” de Francisco Rolland, que eram “o seu gosto pelas edições apuradas”, particularmente de obras clássicas; “o interesse pelas tradições populares” e seu empenho por reedições e traduções de obras literárias.¹² O prefácio continuava, reafirmando as ideias de Rolland sobre o universo dos livros, como fundamento “solido, e puro das Sciencias”, reforçando noções de pátria vinculadas à monarquia absoluta ilustrada, já que “os Monarcas mais illuminados da Europa culta, e civilizada tem dado franca passagem áquelles bons Livros, que nos patenteão a primitiva Antiguidade, ou das Sciencias, ou dos Factos Historicos Seculares, ou Ecclesiasticos”. O livros “sãos” levam os homens a serem “bons Christãos, e Sabios”. Vale ressaltar que isto acontecia dentro do amplo processo de ilustração portuguesa, caracterizada, em diversos momentos, como utilitarista, e definida como um “triumfo esmagador do empirismo britânico numa extensão inigualada em qualquer outro

10 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*; leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora UNB, 1998, p.47.

11 BAGÃO, Maria Teresa Sousa. *Adagios, proverbios, rifões e anexins*, de Francisco Rolland: edição e estudo. Dissertação, Mestrado em Estudos Portugueses. Universidade de Aveiro, Aveiro, 2006, p. 20.

12 CAEIRO, op. cit. p. 155.

lugar”¹³, uma vez que o empirismo foi, de fato, a ferramenta utilizada para superar a dominação escolástica.

Esta é a razão, alegada por Rolland, de sua atuação: ser útil a Portugal, levando às pessoas conhecimentos que permitam a educação dos portugueses tanto pela via escolar quanto em seus lares e círculos socioculturais. Por isso ele tinha “tido o animo de reimprimir Obras antigas; imprimir outras de novo, mandar traduzir outras” que auxiliassem os homens a reformar “seus corruptos costumes, ou das suas mal vigorizadas Sciencias”. Segundo ele, sua tipografia visava sanar uma deficiência no mercado editorial português, que podia ser visualizada em outras partes:

As Sciencias profanas enfermão do mesmo mal. A falta de Livros, onde as Sciencias, ou Artes estejam tratadas methodica e encantadoramente, cria ou pedantes, ou ignorantes. Soterraõ-se as antigas Composições; esquece-se de ataviar, e tecer outras de novo. Não se traduzem na Lingua vulgar aquelles livros, dos quaes os Homens tirem cohecimentos [sic.] precisos, para pulirem os talentos, utilizarem os outros Homens, e formarem os Cidadãos zelosos, e amantes da Patria; e juntamente despertar briosos ciumes de Humanidade, de Religião e de utilidade. Perder-se muitas vezes o amor ás Artes liberaes, ás Manufacturas, ao Commercio, e á Agricultura por não andarem nas mãos de todos, ou Livros originaes, ou Traducções, onde gostem, e se enamorem os Homens da sua utilidade e necessidade.

Neste prefácio, Rolland se dizia agradecido pela acolhida recebida na nova pátria, indicada principalmente pela aceitação de seu trabalho editorial pelos leitores e compradores de livros na capital lusitana. Isto o levou a acreditar também na boa recepção de sua própria obra – uma compilação de provérbios tirados em grande parte

13 ISRAEL, J. I. The intellectual drama in Spain and Portugal. In: _____. *Radical Enlightenment: philosophy and the making of modernity. 1650-1750*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p.528-540.

do dicionário de Bluteau¹⁴ – pois Portugal reunia aquilo que ele considerava reiteradamente em seus textos, como as condições ideais para o comércio de livros, pois em Portugal, “o corpo dos Sabios, que conduz as Sciencias, estão cheios daquella illuminação, e talentos, com que desejão que os mais as tenhaõ”.

Esta é a tônica dos seus diversos avisos, prólogos, advertências e prefácios do editor, bem como de suas (raras) dedicatórias. Foram cerca de trinta paratextos, publicados entre 1770 e 1800, introduzindo os diversos empreendimentos editoriais de Rolland. Estes foram relacionados à reedição de obras de escritores portugueses, como a reedição de 1781 das *Obras poeticas de Domingos dos Reis Quita*, que o próprio Rolland publicara originalmente em 1766, em sua associação com José Agostinho Borel,¹⁵ ou ainda a reedição das *Reflexoens sobre a vaidade dos homens* de Mathias Aires Ramos da Silva de Eça, cuja edição original foi feita em 1752 por Luis Ameno, e que Rolland relançou, em terceira e quarta edições em 1778 e 1781 respectivamente (a segunda edição tendo sido feita por Antonio Vicente da Silva em 1761).¹⁶ Ele também prefaciou diversas traduções que publicou, como aquela que Francisco Pujol de Padrell fez do primeiro volume da *Medicina domestica* de Willian Bucham em 1788, ou da *Noticia da mythologia* de Francisco Xavier Rigord, que Rolland publicou em 1780.¹⁷ Porém, ele só assumiu a autoria dos *Adágios* e da tradução, que ele mesmo imprimiu em 1782, da *Peregrinação de um christão ou viagem para a cidade celeste*¹⁸ de John Bunyan (que não é citado pelo tradutor/impressor). Em todos os outros livros, mesmo quando há a

14 BLUTEAU, D. Raphael. *Dicionário Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Colégio de Artes da Companhia de Jesus, 1712.

15 MICENIO, Alcino. *Obras poeticas de Domingos dos Reis Quita*.... Lisboa: Borel & Rolland, 1766; MICENIO, Alcino. *Obras poeticas de Domingos dos Reis Quita*....Nova edição com um prólogo do editor. Lisboa: Na Typografia Rollandiana, 1781.

16 RAMOS, Mathias Aires. *Reflexoens sobre a vaidade dos homens*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1778. 3a edição.

17 BUCHAN, Guilerme. *Medicina domestica* ou tratado completo dos meios de conservar a saúde. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1788. [Trad. Francisco Pujol de Padrell]; RIGORD, Francisco Xavier. *Noticia da mythologia*; onde se contem em fórma de dialogo a historia do paganismo, para a inteligencia dos antigos poetas. Lisboa: na Typografia Rollandiana, 1780. [trad. de A. J. T.].

18 BUNYAN, John. *Peregrinação de um christão ou viagem para a cidade celeste*. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1782. [Trad. F.R.I.L.E.L.].

ausência de referências aos autores, Rolland assinou somente os prefácios, sempre como “editor”. Cumpre esclarecer que estes cerca de trinta paratextos acompanham uma pequena parcela dos livros efetivamente impressos por Francisco Rolland, o que pode ser verificado em um estudo quantitativo da sua profícua atividade editorial. Porém, eles são suficientes para buscarmos algumas pistas sobre o funcionamento do comércio de livros e o papel deste livreiro na sociabilidade letrada portuguesa do século XVIII.

É bom apontarmos também que Rolland abria mão de diversas estratégias comerciais comuns aos livreiros e impressores europeus, que indicavam seu bom conhecimento do mercado de livros. Além de recursos herdados do passado da história do comércio de livros, ele utilizou novidades como os anúncios na *Gazeta de Lisboa* “que se torna[ram] um veículo normal, cada vez mais difundido[s], de comunicação com o público”,¹⁹ como foi o anúncio sobre o lançamento da tradução portuguesa do *D. Quixote*:

Sahio a luz o Engenhoso Fidalgo *D. Quixote de la Mancha*, por Miguel de Cervantes Saavedra, traduzido em português, em 8.o, 6. vols. Vende-se por 2880 reis em casa de Francisco Rolland, no largo e nas casas novas de N. Senhora do Loreto. Esta obra, vertida em todas as línguas das nações cultas da Europa, de justiça aparece agora na nossa, para recreio e instrução dos Portugueses: ela é a primeira entre todos os Romances Cômicos, já pelo gosto, simplicidade e graça, já pela pureza e natural do estilo, já pela verdade dos retratos, já pela arte de narrar e misturar as aventuras sem nada estragar, e já, sobretudo, pelo talento de instruir divertindo; achando-se a cada página cômicos quadros, judiciosas reflexões, e tanta arte que todos os Sábios lhe tributam o merecimento da originalidade.²⁰

¹⁹ CAEIRO, op. cit. p. 163.

²⁰ ALMEIDA, Manuel Lopes de. *Notícias históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)*. Coimbra: Coimbra Editôra Ltda. 1964, p. 285-6.

De modo similar, os catálogos dos livros à venda – gênero de divulgação comercial que ganhou destaque no cenário editorial português na segunda metade do século XVIII,²¹ e no qual ele foi um dos pioneiros em Lisboa²² –, sempre traziam os títulos que desde a década de 1770, oferecia para venda e leitura, entre importações diretas dos países de edição (principalmente entre esta data e a década de 1780) e impressões próprias, mais frequentes nos catálogos do início do século XIX, como os 160 títulos listados no *Catálogo dos livros impressos á custa de Francisco Rolland*, de 1812,²³ ou os 149 listados na edição de 1814 do mesmo catálogo. Sua carreira como comerciante de livros – como a de diversos outros livreiros do período, que compartilhavam a origem francesa – foi permeada por uma série de eventos e processos (como a impressão de catálogos) em que ficam manifestas as estratégias de comércio utilizadas por eles. Em seus catálogos da década de 1770, Francisco Rolland incluiu “Avisos ao público” que deixavam claras as intenções da publicação do catálogo: “Quem quizer alguns livros do dito catalogo, poderá com toda a brevidade alcançallos, escrevendo ao dito Contratador de Livros.”²⁴ Publicando diversos suplementos ao catálogo ao longo da década (ainda que não semestralmente, como desejava) Rolland ampliou a explicação de seu modo de negociar:

AVISO AO PUBLICO

O mesmo Francisco Rolland não duvida trocar os seus livros por outros de qualquer qualidade que sejaõ ou por outro qualquer genero de fazenda; e tambem se encarrega de apromptar as encomendas de livros, que se lhe fizerem, ou seja para o Reino, ou para fóra delle; advertindo que as pessoas que lhas fizerem por cartas, terão a bondade de notar o lugar das impressoens, e a data dos annos, como se achão no presente Catalogo. De

21 GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura ...* p. 82-96.

22 CAEIRO, op. cit., p. 149.

23 *CATALOGO dos livros impressos á custa de Francisco Rolland*, impressor, Livreiro em Lisboa, e que se achão a venda no seu armazem, na Rua Nova dos Martires, numero 15, com seus justos preços, encadernados. Lisboa: Na Typografia Rollandiana, 1812.

24 ROLLAND, Francisco. *Supplementum Ad Catalogum Librorum Omnium Facultatum*, & variis linguis qui venales prostant apud Franciscum Rolland. Lisboa: na Officina Patriarcal, 1773.

tempo em tempo se publicará hum supplemento a este Catalogo, para que as pessoas de letras tenhaõ noticia dos livros novos que chegarem de fóra. [...] ²⁵

Entre suas estratégias editoriais, Rolland recorria às respostas dos leitores, que serviram para definir publicações de popularização, como o anuário (com sete volumes) *Miscellanea Curiosa e Proveitosa*...²⁶ De fato, ainda que o primeiro volume, de 1779, contenha o Prefácio do Editor, os volumes 3 e 4 (1781 e 1782, respectivamente) trazem, como prefácios, longas cartas de leitores (Marcos José de Barros, de Braga no volume 3 e J. A. de V. M. e M. de Coimbra, no volume 4). Nestas, os leitores agradeceram a iniciativa, elogiando Rolland: “Na verdade teve v. m. boa idéa em ajuntar todas aquellas notícias, para muitos novas, e para todos necessarias”.²⁷ Ao mesmo tempo, fizeram pedidos de inclusões e traduções específicas, e recomendaram percursos editoriais a serem seguidos, enquanto criticam o mercado editorial português por não conter mais obras semelhantes, já que “[n]ão há dúvida, que nós temos muitos Livros, em que nenhuma outra cousa se acha senão puerilidades, quimeras, e falsidades”.²⁸

Este conhecimento acumulado sobre o comércio de livros em Portugal foi adquirido tanto ao importar livros para Portugal (em particular, vindos da Suíça, nas vizinhanças de sua terra natal no Delfinado), quanto ao comercializar livros dentro do império, com especial ênfase no trato com as cidades brasileiras,²⁹ e informou as escolhas editoriais de Francisco Rolland, que expressou com frequência em seus prefácios sua expectativa de como os livros

25 ROLLAND, Francisco. *Suplementum Ad Catalogum Librorum Omnium Facultatum, & variis linguis qui venales prostant apud Franciscum Rolland*. Lisboa: na Officina Patriarcal, 1777.

26 ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 79.

27 BARROS, Marcos José de. CARTA ESCRITA ao EDITOR. In *MISCELLANEA curiosa, e proveitosa ou compilação tirada das melhores obras das nações estrangeiras*. Lisboa: Na Typografia Rollandiana, tomo III, 1781.

28 J. A. de V. M. e M. CARTA ao EDITOR Senhor Francisco Rolland. In *MISCELLANEA curiosa, e proveitosa ou compilação tirada das melhores obras das nações estrangeiras*. Lisboa: Na Typografia Rollandiana, tomo IV, 1782.

29 CAEIRO, op. cit, p. 164.

seriam recebidos pelos leitores, ao mesmo tempo que reiterava sua disposição em acatar a participação desses mesmos leitores no processo de decisões editoriais. Na *Miscellanea curiosa e proveitoza*, ele esperava bom acolhimento “pois como não estamos obrigados ao publico com vinculo algum, que nos prenda, o recebimento que lhe fizerem nos servirá de regra, para nos regularmos, se havemos proseguir, ou abrir mão da empreza”.³⁰ Introduzindo o *Naufragio e lastimoso sucesso da perdição de Manoel de Sousa de Sepulveda*, Rolland reiterava estas disposições:

Porém, se o Publico se dignar em attender a este nosso desvelo, talvez nas futuras edições e seguintes Tomos, se ajunte a cada hum dos Autores as suas vidas assim como se contém na sobredita Bibliotheca, bem que não recusaremos de ajuntar em Notas algumas novas descubertas, e noticias, que os Sabios tenhaõ achado modernamente, e que não chegassem ao conhecimento do Sabio Barbosa, que nem por isso merece se desacredite.³¹

Mais do que esperar um retorno financeiro adequado aos seus investimentos, Rolland esperava mesmo que os leitores interferissem e apontassem suas “faltas, e descuidos”, avisando o editor “sinceramente delles para os emendarmos nas futuras edições”.³² Ele estabelecia um diálogo constante com os leitores, construindo um discurso desejante (e normatizador) sobre as formas como os livros que publicava deviam ser recebidos. Assim, o livro de poesias de Manoel da Veiga, *Laura de Anfriso*³³ (cuja primeira edição fora feita em 1628) parecia ser objeto de boa recepção pelos leitores que não se desagradariam da reimpressão colocada a público. Ele se expressava

30 MISCELLANEA curiosa, e proveitoza ...,Tomo I.

31 REAL, Jeronimo Corte. *Naufragio e lastimoso sucesso da perdição de Manoel de Sousa de Sepulveda...* Lisboa: Na Typografia Rollandiana, 1783.

32 LIAO, Duarte Nuno. *Origem e orthographia da língua portugueza*. Lisboa: Na typographia Rollandiana, 1784.

33 VEIGA, Manoel. *Laura de Anfriso; poesias*. Lisboa: na Typografia Rollandiana, 1788.

em termos semelhantes no prefácio às *Obras poeticas de Domingos dos Reis Quita*, dizendo crer “que o Público acolherá benignamente este meu desejo, e vontade, a qual ainda que pareça tem por mira a minha utilidade, com tudo he maior o gosto, que tenho de fazer mais conhecidos aquelles Authores, que o merecem, e de que se possa tirar utilidade.”³⁴ Estas expectativas diziam respeito às traduções, tanto quanto às reimpressões ou edições originais. Ao prefaciá-la a tradução que Antonio José Teixeira fez da *Noticia da mythologia*, Rolland se perguntava, retoricamente, se a tradução portuguesa teria um acolhimento igual àquele que os franceses deram à obra original, para responder: “Creio que os Portugueses a acceitarão com bom grado, pois a Nação cada vez mais se vai illuminando, e procurando os bons Livros já nos seus mesmos Originaes, já nas Traducções que delles tão louvavel e utilmente se fazem.”³⁵ Sobre a tradução de José Amaro da Silva de *O Paraíso perdido*, Rolland acreditava na boa aceitação da “lembrança, que tive com a Traducção deste Poeta” porque ele achava ser “justo que esta Nação tenha na sua Lingua tudo quanto nas outras houver, porque nem só os Sábios devem lêr, mas todos os outros, para que ou o seião, ou se instruaõ.”³⁶

Portanto, segundo ele, seu esforço coincidia com a vontade geral de instrução segundo preceitos claros, e objetivos definidos. Sobre os *Elogios históricos dos reis de portugal*, ele escreveu:

Creio que terá toda a aceitação, lembrando-se o Público de que em nada mais cuido, do que em lhe fazer vulgares todos aquelles Livros em que se possão instruir, e desabusar. Pois da frequente lição he que os Homens podem adquirir conhecimentos proveitosos, emenda dos vícios, obediencia aos Soberanos e superiores; respeito á Religião, união e amor aos outros seus concidadãos,

34 MICENIO, op. cit.

35 RIGORD, op. cit.

36 MILTON, J. *O paraíso perdido*. Lisboa: Na typografia Rollandiana, 1789. [Trad. José Amaro da Silva].

mórmente da Historia, que he a Escóla do Mundo, a Mestra da vida, e a Testemunha dos tempos.³⁷

Ele expressava assim a função que a leitura assumia, face aos discursos modernizantes típicos de seus contemporâneos portugueses devotados às “Luzes” um caráter redentor, ao qual ele associava a fruição pura e simples. Este foi o caso de *O viajante universal*, de Laporte, cuja tradução (anônima) portuguesa Rolland publicou em 1798 com dois objetivos em mente: “a instrução e o recreio”.³⁸ Em suma, ele tinha certeza que suas “empresas typographicas”, ou seja, os “Livros antigos, e raros, que reimprimo, ou das Traducções dos melhores Authores Francezes, que vou publicando”, seriam bem-aceitas pelo público de língua portuguesa, principalmente porque ao longo de sua trajetória, cujo sucesso ele debita à “[n]ação: aos Sábios della, e até ao mesmo Povo”,³⁹ ele se tornou um bom conhecedor das demandas e necessidades da república das letras em Portugal.

Ao vermos os motivos que ele alegava em seus paratextos para ter empreendido tal ou qual edição, tradução ou reimpressão, nos damos conta desse conhecimento, expresso nas estratégias editoriais, associadas às motivações tradicionalmente ligadas à palavra impressa, como era a necessidade de preservar obras reconhecidas e em alta demanda pelos leitores. Na primeira edição das *Obras poéticas de Domingos dos Reis Quita* (quando ainda era sócio de José Agostinho Borel) ambos afirmavam, na dedicatória (provavelmente para o conde de Oeiras) que o que os motivou a imprimir a obra foi “[o] temor de que o tempo, que tudo estraga, perdesse, e consumisse para sempre as Obras Poeticas de Domingos dos Reis”.⁴⁰ Uma década e meia mais tarde, quando ofereceu a público a segunda edição, Rolland disse que sua resolução devia-se ao fato da raridade da obra, e da vontade de “lhe dar nova vida, imortalizando mais o seu nome [...] e assim darei

37 BRITO, Fr. Bernardo. *Elogios historicos dos reis de Portugal*. Lisboa: Rollandiana, 1786.

38 LA PORTE. *O viajante universal* ou noticia do mundo antigo e moderno. Tomo I. Lisboa: Na Typografia Rollandiana. 1798, p. vi.

39 ANDRADE, Jacinto Freire de. *Vida de dom João de Castro*, quarto vice-rei da Índia. Lisboa: Na tipografia rollandiana, 1786.

40 MICENIO, op. cit.

ao Público todas as Obras de hum Author nosso, e moderno”.⁴¹ Na mesma lógica, ele reimprimiu as *Reflexões sobre a vaidade dos homens* de Matias Aires Ramos, para “tiralla do escuro esquecimento em que jazia, e de quanta utilidade he para os homens [pois] Mal continuado, necessita continuado remedio.”⁴² Ele tinha, de fato, um grande projeto editorial: o de “dar á luz huma completa Collecção dos mais esclarecidos Poetas, de que se compoem o Parnasso Lusitano”⁴³

No outro extremo da oferta editorial, clássicos greco-romanos eram necessários “em volume portatil por preço muito mais accommodado” pois em tais livros convinha “não haver coisa que perturbe a quem aprende, nem tambem se venderem por preços que desanimem a quem quizer valer-se delles”. Foi este espírito que Rolland alegou para publicar a *Arte Poética* de Horácio em tradução portuguesa de Candido Lusitano.⁴⁴ Além das qualidades intrínsecas de livros de autores estabelecidos, o uso prático que se podia fazer da obra também foi motivo para sua ação editorial:

[...] em huma palavra, para se conseguir huma razoavel intelligencia, e explicação das Fabulas, dos antigos Authores Gregos, e Romanos; para se suscitar o pensamento allegorico das Estatuas, dos Baixos-relevos, e outros muitos Monumentos, que se encontrão nos gabinetes dos Antiquarios, offereço ao publico a presente Traducção assaz admiravel, e interessante, porque o Author no Original intentou formar um resumo do conhecimento da Mythologia, por perguntas, e respostas, e muito abbreviado sem faltar ao necessario, nem amontoar o superfluo.⁴⁵

Junto às alegações de memória coletiva, Rolland enfatizava processos educacionais proporcionados por suas edições. No prefácio

41 Idem.

42 RAMOS, op. cit.

43 REAL, op. cit.

44 FLACCO, Horacio. *Arte poetica ou epistola aos pisões*. Lisboa: Na Officina Rollandiana, 1778. [Trad. de Candido Lusitano].

45 RIGORD, op. cit.

das *Regras da versificação portugueza, por hum anonimo*, que publicou em 1777, ele reafirmava ter impresso o livro para auxiliar “os que principiaõ neste estudo” evitar as “monstruosidades, rusticidades, aspereza, e hum ar de proza, que quasi sempre se encontra na maior parte dos versejadores” que agrediam os olhos e ouvidos dos leitores/ouvintes.⁴⁶ A oratória também era alvo de suas investidas comerciais, como foi o caso dos discursos traduzidos do francês “porque he justo que os Oradores, depois de lerem, e pensarem nos Oradores Originaes da sua própria Nação, vejam também os que nas outras mereceraõ credito, e estimação”.⁴⁷

Ele atuou abrangendo todo o espectro da cultura escrita, desde o domínio da República das Letras, com obras clássicas, reimpressões e compilações, às escritas formais e escritas de cotidiano expressas em manuais e métodos de escrita. Na “advertencia do editor sobre a utilidade desta nova edição” de 1787, do *Secretário portuguez* de José Francisco Freire, Rolland explicitava suas motivações:

Conhecida he de todos a precisão de hum modelo para as cartas familiares, politicas, mercantís, e d'outros generos: e por isso, sem olhar as despesas, e empates de lucros, me resolvi reimprimir o Secretario Portuguez, Obra que tem tido grandes applausos, e boa acceitação, não só porque até agora não sahio á lus outra neste genero, mas tambem pelo nome de seu respeitavel Author, bem conhecido entre os Literatos, por seus escritos, que tanto hornarõ a nossa Naçaõ, como a doutissima, e Religiosa Sociedadade, de que foi membro, e a que tanto lustre deo com seus avultados talentos, e consummado desabuso.⁴⁸

46 ANÔNIMO. *Regras da versificação portugueza*. Lisboa: na Typographia Rollandiana, 1777.

47 ANÔNIMO. *Panegyricos e Discursos Evangelicos recompilados e traduzidos dos melhores Oradores Francezes e Italianos*. Lisboa : Typ. Rollandiana, 1784.

48 FREIRE, Jozé Francisco. *Secretario Portuguez ou Methodo de escrever cartas*. Lisboa: Na Typografia Rollandiana, 1787.

Embora as ciências em geral não tivessem sido enfatizadas por Rolland em sua ação editorial (mesmo nas traduções), a honrosa exceção foi a medicina, em especial com o lançamento dos dez volumes da *Medicina Doméstica* de Guilherme Buchan, publicados entre 1788 e 1803. Ao prefaciар o primeiro volume da obra, influenciado pelo sucesso da obra original, afirmou que “não podendo concorrer, como desejára, para a saúde dos Póvos, ao menos me canso por mostrar que tenho este ardente desejo, para resolver-me a acceitar, e dar ao prélo esta Traducção.”⁴⁹ Este empreendimento foi sucedido pela publicação de um *Vade Mecum*, em 1804, “aprovado já por hum celebre Prático” uma vez que “[a] concisaõ, com que o Author anonymo tratou as principaes maximas da Medicina Pratica, o faz digno de recommendar-se aos que occupados em cuidar de hum grande numero de doentes, não tem vagar para buscallas em Obras volumosas”.⁵⁰

Outra questão a ser vista é a ênfase dada na “utilidade” das obras publicadas. Um estudo sobre os paratextos dos tradutores portugueses no período revelou ser este um tema recorrente e que assumia, com frequência, a noção de que as traduções (e, por extensão, os livros em geral) eram instrumentais no processo de “instrução”, que, à época, relacionava-se “ao cultivo de habilidades e conhecimentos bem plantados na preparação mais sólida realizada pela educação moral e voltada para o desenvolvimento da civilidade”.⁵¹ Foi no sentido de instruir os portugueses menos afeitos às lides intelectuais, ou menos familiarizados com outros idiomas (outro *topos* recorrente), que o vice-reitor do Colégio dos Nobres, José Dias Pereira, apresentou sua *Traducção da defeza de Cecilia Faragó*, em 1775:

49 BUCHAN, op. cit

50 ANÔNIMO. *O Vade Mecum do medico ou breve resumo de medicina pratica*. Extrahido das Obras dos mais celebres Medicos; Traduzido do Inglez em Francez e deste em Portuguez. Lisboa: Na Typografia Rollandiana. 1804.

51 DENIPOTI, Cláudio & FONSECA, Thais Nivea de Lima e. Censura e mercê – os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-154, jul | dez 2011, p. 150.

Recebe o homem apenas começa a ouvir, e entender, grandes, e infinitas preocupações. As Amas, ordinariamente grosseiras e supersticiosas ora entretem as crianças com a medonha narração dos Lobishomens, e das Fantasma, que appareceram nos escuros lugares (com se receasse o demonio até a luz de huma vela) ora com os extraordinarios e maravilhosos casos dos Magicos, e das Feiticeiras. Livram-se desses nocivos erros os Sabios, examinando, e pezando com criterio as opiniões dos seus primeiros annos. Destes abusos pertendemos salvar os nossos Compatriotas, (que forem menos instruidos, e ainda os conservarem) pelo meio da presente Traducção.⁵²

O mesmo tradutor, envolvido com o processo mais amplo, iniciado pelo Marquês de Pombal, de combate às ideias jesuíticas, em um segundo trabalho sobre o tema da feitiçaria – a *Arte mágica aniquilada*, de Scipione Maffei, publicada em 1783 –, reiterou a ideia da utilidade da tradução em promover a instrução, na medida que pretendia empreender “somente a instrucção daquellas pessoas, que a penas lem, e entendem a nossa língua vulgar”, uma vez que ele considerava haver, entre os “Portugueses eruditos” um conhecimento suficiente da língua italiana para dispensar a leitura da tradução.⁵³

O “ser útil” passava também por processos educativos da língua portuguesa, uma vez que as traduções poderiam ensinar sobre uma certa ortodoxia gramatical, além de ajudar a desenvolver estilos. João Rosado de Villalobos e Vasconcelos, em sua tradução de *Os costumes dos israelitas*,⁵⁴ afirmou ter traduzido para que os leitores portugueses tivessem “importantes lições sobre a pureza da frase, castidade da dicção, & simplicidade de estilo, mui differente da affectação de alguns puritanos”. Foi neste mesmo sentido que a

52 PEREIRA, José Dias. *Traducção da defeza de Cecilia Faragó*, accusada do crime de feitiçaria : ... Lisboa: Off. Manuel Coelho Amado, 1775.

53 DENIPOTI, Cláudio; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Feitiçaria e iluminismo: traduções e estratégias editoriais em Portugal no Século XVIII. *Revista Maracanan*, v. 10, n. 10, p. 48-63, 2014.

54 FLEURY. *Os costumes dos israelitas*. Lisboa: Na Tipografia Rollandiana, 1778. [Trad. João Rosado de Villalobos e Vasconcellos.]

tradução que João Guilherme Christiano Muller, secretário da Academia de Ciências de Lisboa, fez da *Memoria sobre a literatura portugueza* de Robert Southey teve por objetivo mostrar aos seus leitores lusitanos o quanto sua literatura era conhecida fora das terras do Império:

Se publicamos pois a traducção deste Ensaio não hé por que estejamos em todos os pontos de accordo com o seu Author, nem tão pouco porque o julgemos completo; senão para fornecer aos Portuguezes eruditos occasião de saberem o conceito que novissimamente se forma em outros Payses cultos, do merecimento literario desta Nação, e para [l]hes dar igualmente azo de accressentarem, e corrigirem os juizos de hum Estrangeiro, que achou nossas produções litterarias dignas de seu assiduo estudo e applicação.⁵⁵

Este era outro aspecto da ideia de utilidade presente nas justificativas dos tradutores: a maneira como Portugal poderia ser visto, ou interpretado, por si próprio e pelas demais potências europeias, em uma época de enormes agitações políticas e diplomáticas. Custodio José de Oliveira em sua tradução de *Sobre o modo de escrever a história* de Luciano, afirmou esperar que sua tradução servisse para que os “feitos clarissimos, e dignos de immortal memoria” da Nação Portuguesa sejam eternizados em “monumentos dignos das suas illustres acções”.⁵⁶

Uma última série discursiva relativa à ideia de utilidade verificada nestas fontes refere-se às obras mais fortemente identificadas com a imagem “utilitarista” criada sobre o Iluminismo lusitano, e diz respeito às traduções de obras científicas – ou de disciplinas que começaram a se firmar como tal na segunda parte do século XVIII. Também associadas à ideia de instrução discutida

55 SOUTHEY, Robert. *Memoria sobre a literatura portugueza*, traduzida do inglez; Com notas illustradoras por J.G.C.M. [Hamburg : s.n. 1809.][trad. João Guilherme Christiano Muller].

56 LUCIANO. *Sobre o modo de escrever a história*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1771. [Trad. Custodio José de Oliveira].

acima, estas justificações buscam inserir os textos traduzidos em contextos de “progresso” técnico e debate científico: Antonio Martins Vidigal, cirurgião da câmara real, por exemplo, apresentou sua tradução da *Descrição das enfermidades dos exercitos* de Van-Switen, nestes termos:

As traducções dos bons livros forão em todos os tempos tão favoravelmente admittidas na Republica das letras, quanto se julgavam estimaveis, e uteis. Igualmente, depois de averiguadas as suas grandes vantagens, se estabeleceo o seu distincto merecimento; e não era muito lhe conferirem a estimação, que he naturalmente inseparavel de tudo, o que instrue com suavidade e gosto.⁵⁷

Neste mesmo sentido, o tradutor anônimo do *Tratado da pratica da Manobras dos Navio* associou seus motivos ao “interesse público”, uma vez que a obra deveria trazer “significante benefício” a uma atividade necessária.⁵⁸ Ainda, José Joaquim da Silva Peres traduziu o *Guia de negociantes e de guarda-livros* de La Porte em 1794 porque sentia “a sensível falta, que fazia a [lição] deste Livro, e a utilidade, que della resulta” para os negócios em geral.⁵⁹

Assim, não devem “causar espécie” as alusões constantes de Francisco Rolland à utilidade dos livros que publicou, adotando diversas combinações destes significados. As *Obras poéticas de Domingos dos Reis Quita* pretendia tornar ainda mais conhecido um autor merecedor, que honrava a nação e cujas obras estavam “enterradas em hum vergonhoso silêncio”,⁶⁰ ao passo que a *Noticia da mythologia* “[m]errecia andar nas mãos de todos”, porque Rolland

57 VAN-SWITEN. *Descrição das enfermidades dos exercitos*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1786. 4a ed. [trad. Antonio Martins Vidigal].

58 FERNANDES, Antonio Gabriell. *Tratado da pratica da Manobras dos Navios*. 1789 [ANTT. Manuscritos da livraria n.89]

59 LA PORTE. *Guia de negociantes e de guarda-livros*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1794. [Trad. José Joaquim da Silva Perez].

60 MICENIO, op. cit.

julgou que tratava-se de uma obra “tão útil para o adiantamento, e perfeição de muitas artes uteis, e necessárias”.⁶¹

Porém, na pena [e na prensa] de Francisco Rolland, a utilidade buscada dizia respeito aos projetos gestados em torno das ideias de ciência e arte como índices de civilização e poder nacional. Ao prefaciá-lo *Naufragio e lastimoso successo da perdição de Manoel de Sousa de Sepulveda* Rolland afirmava que seu objetivo, ao editar uma tal obra, era “cooperar, quanto em mim está, ao ennobrecimento de huma nação, que não he inferior as outras, que tanto se jactaão de illustradas, em os conhecimentos das bellas Artes, e Sciencias”⁶² pois a “notícia dos seus escritores” tem utilidade clara para o “homem de juízo são, e puro”:

por quanto nelles se bebem doutrinas solidas; fartam-se os Litteratos de antiguidades; estes aprendem os costumes dos passados tempos; estudão expressões; enchem-se de conceitos sublimes, e delicados, e aproveitam-se da frase verdadeira; fazem senhores do idiotismo proprio, e particular da nossa linguagem; e assim se escusa mendigar das outras linguas as locuções, os modos genuinos de fallar, em que a nossa tanto abunda; mostrando-se que pela falta da lição dos Autores Portugueses.⁶³

Seus esforços editoriais se relacionavam à utilidade que poderiam ter os livros editados, reimpressos ou traduzidos. No Caso dos *Elogios historicos dos reis de Portugal*, esta utilidade residia no fato do livro conter “em resumo quasi toda a nossa Historia Portuguesa” sem ser necessário recorrer aos muitos volumes de outros livros semelhantes.⁶⁴ Ao passo que a leitura da *Vida de dom João de*

61 RIGORD, op. cit.

62 REAL, op. cit.

63 MIRANDA, Francisco de Sá de. *Obras do doctor Francisco de Sá de Miranda*. Lisboa: Na Typografia Rollandiana, 1784.

64 BRITO, op. cit.

Castro podia “criar nos honrados peitos Portuguezes sentimentos briosos de imitar aos seus Maiores”.⁶⁵

Em geral, expressando o quão útil seus livros poderiam ser, Rolland demonstrava um conhecimento refinado das estruturas de poder que permitiam sua existência como livreiro, pois para que os livros atingissem o objetivo do editor de auxiliar a caminhada para a glória, dentro e fora do Império, as condições portuguesas eram propícias: “hum Ministerio Cuidadosissimo, hum Tribunal desabusado, e sabio, huma Soberana e Principes illuminadissimos, e desvelados pelo bem da Nação, hum Povo applicado.”⁶⁶ Ao editor, competia manter o discurso normativo que pregava o contínuo e crescente uso de “bons livros” para o bem comum, pois “[a]quelle Estado que he mais culto, e sabio, nelle são os Monarcas mais temidos, e obedecidos. Aonde ha despotismo, e ignorancia, ahi são todos os dias as sublewaçoens.”⁶⁷ E ainda:

Hum Sabio Governo (como o nosso) deve ter summo cuidado em que ainda o mesmo povo lêia por livros em que os homens se pulem, não por aquelles que lhes embotem os sentidos, que lhes enchão a cabeça de immensas Superstições, de doutrinas subtis, corruptas, e extravagantes, nas quaes a verdade está mascarada, envolta em superfluidade, e enovelada com tantas difficuldades e systemas que passao até fazer a nossa Religião pezada e insorportavel [...]⁶⁸

No prefácio de sua tradução da *Peregrinação de um christão* Rolland reforçava essas ideias, com uma observação perspicaz sobre as mudanças sociais que ele mesmo pode ter presenciado, pois “[e]stamos no Seculo XVIII. As nações vão sacudindo os máos methods, com que até agora se vião opprimidas”. Segundo ele a situação portuguesa era propícia à disseminação dos “bons livros” que

65 ANDRADE, op. cit.

66 VEIGA, op. cit.

67 FLACCO, op. cit.

68 RAMOS, op cit.

editava por vários fatores. Em primeiro lugar, a “polícia tem subido ao mais alto ponto de delicadeza”, enquanto “[a] soberana, dotada de abalizados talentos, e desabuso ampara e protege as letras, e o bom gosto, ama ao Público, estima a polícia, e quer que o seu Reino seja semelhante ao bom Seculo de Ouro”. Para isso, a existência abundante de “eclesiásticos eruditos e desabuzados”, uma Academia mantida por homens aplicados a executarem projetos em prol da “utilidade do Estado”.⁶⁹

Se julgarmos somente por seus próprios paratextos editoriais, podemos ter uma ideia de como Rolland agia e se imaginava no tocante às sociabilidades letradas, atuando nos limites do seu papel de agente dos esforços ilustrados, tanto das diversas gerações de escritores portugueses, quanto como editor propriamente dito. Fica assim mais fácil compreender seus esforços textuais no *jubilatio* da estrutura censória e acadêmica. Porém, sua situação na estrutura social portuguesa fica distorcida por essas fontes. Como eram as suas relações com as estruturas de controle da atividade livreira (e com toda a estrutura de poder)?

Como todos os livreiros portugueses do período, Rolland tinha que lidar com o aparato censório em uma base cotidiana e nem sempre harmoniosa, fosse pedindo as licenças necessárias para imprimir um livro qualquer, fosse enviando os livros que vendia para as diversas partes do reino. Como, principalmente após a criação da Real Mesa Censória em 1768, qualquer transporte de livros necessitava ser autorizado, foram vários os seus pedidos para remeter livros para outras cidades do reino, ou para o Rio de Janeiro, como fez em 1796, acompanhando a solicitação da respectiva lista de livros enviados, para que os censores pudessem verificar não haver nada proibido ali.⁷⁰ Noutro exemplo, cerca de duas décadas antes, ele obteve a mesma licença para enviar para América “um lote de livros, cujos títulos e quantidades se discriminavam em relação anexa ao requerimento. A licença concedida abrangia, entre outros, *De l'esprit des lois* de Montesquieu”.⁷¹

69 BUNYAN, op. cit.

70 A.N.T.T. Real Mesa Censória, cx 153.

71 MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 427; ANTT, RMC. Cx. 164.

No tocante aos pedidos para comercializar livros em Portugal, já encontramos referências a sua ação junto às estruturas de censura em 1767, quando ele e seu sócio José Agostinho Borel negociaram a liberação da obra completa do Padre Croiset (traduções francesas de textos bíblicos) junto ao Tribunal do Santo Ofício.⁷² Porém, os embates entre Rolland e a Real Mesa Censória giraram em torno das obras proibidas, como foi o caso do *Belisário* de Jean-François Marmontel. Rolland publicara, clandestinamente, uma tradução portuguesa desta obra em 1778 e 1779 “seguindo a via clandestina”,⁷³ e pediu licença, em 1784, para “imprimir a tradução do Cap. 15 do Belisario de Marmontel, a diz estar reimprimindo.” O censor, Antonio de Santa Marta Lobo, depois de analisar detalhadamente o conteúdo do capítulo em apreço, foi de parecer que “aquelle papel ficasse suprimido, e repreendido o tradutor por intentar fazer público um discurso que tinha proibição daquela Mesa, o que foi sancionado pelo Tribunal”,⁷⁴ marcando a “firmeza da Real Mesa Censória em não permitir a divulgação desta obra de Marmontel”.⁷⁵ Já a censura, feita em 1776, da tradução das *Fábulas* de Esopo feita por Manoel Mendes da Vidigueira opunha-se à tradução, uma vez que a obra já era suficientemente reputada na Europa, com ao menos uma edição portuguesa no século XVI. O censor, frei Mathias da Conceição, pediu que a licença de impressão não fosse dada sem que antes “se reforme a gramatica, a locução e ortografia delle”, pois o estilo do tradutor pareceu, ao censor “insipido e fastidioso pela falha de gramatica Portugueza, ou pela multidão de orações implexas, em que humas vezes falta o verbo, outras o Nominatio, que o Reja, outras finalmente vem estes no singular e aquelle no plural, ou vice versa”.⁷⁶ Apparently as ressalvas do censor foram resolvidas e a obra,

72 Idem, p. 185.

73 RODRIGUES, A. A. G. *A tradução em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, vol. I. p. 164, n. 1256 e p. 167, n. 1295; MARMONTEL, Jean-François. *Belizário*. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1779, [trad. Meneses, José de Nápoles Teles de]

74 ANTT. Real Mesa Censória, cx 13.

75 MARTINS, op. cit., p. 258.

76 ANTT. Real Mesa Censória, cx 9, 1776, n. 30.

publicada com as devidas aprovações e licenças, com duas edições feitas por Rolland, em 1777 e 1791.⁷⁷

Não obstante, como regra, os censores liam os trabalhos enviados para análise, com olhares parecidos àquele de Rolland na redação de seus prefácios. Já no século XIX, o Tribunal do Santo Ofício aprovou a tradução do *Viajante Universal* de La Porte porque o censor não achou “coiza nenhuma contraria a Nossa Sta Fé, ou bons costumes, nem que se deva censurar”.⁷⁸ Duas décadas antes, a censura dos *Adagios, Proverbios, Rifaos e Anexins*, mencionados acima, demonstrava este encontro de interesses:

Senhora

Os Adagios, Proverbios, Rifaos e Anexins da Lingoa Portugueza tirados dos melhores Autores Nacionaes q Francisco Rolland pretende imprimir estão dispostos com bom methodo seguindo exactamente a ordem alfabetica: a sua lição não deixa de ter utilidade e nada contem q se opponha aos bons costumes, ous as Leys do Estado e por isso o Supplicante he digno da licença q pretende. Fôram do mesmo parecer os Senhores Deputados Adjuntos.

Meza 2 de Março de 1780

Fr. Franciso X.,er d Sta Anna e Fon. ca

Fr. Joaquim de Sta Anna

Fr. Luis de St.a Clara e Povia⁷⁹

Também como todos os outros livreiros portugueses, Rolland foi alvo da ação repressora da censura, que inspecionava estoques nas livrarias para coibir o comércio de livros defesos. Em especial, uma inspeção geral de seu estoque em julho de 1779. Atendendo a uma ordem real, inspecionaram o “Loge do Referido e na sua Oficina, e em dois Armazens” um Juiz de crime acompanhado de seu escrivão e dois “reverendissimos padres Mestres [...] procedendo no exame de todos os livros” guardados naqueles locais, sem encontrar nenhum

77 ESOPO. *Fabulas de Esopo* traduzidas da lingua grega com applicações moraes a cada fabula por Manuel Mendes Da Vidigueira. Lisboa: na Typografia Rollandiana, 1791.

78 ANTT. Tribunal do Santo Ofício, mç 57.

79 ANTT. Real Mesa Censória, cx 12, 1780, n. 9

livro proibido, exceto dois jogos em espanhol da *Historia do povo de Deos*, que o próprio Francisco Rolland apressou-se a entregar aos inspetores. A reação de Rolland veio na forma de carta à Rainha, na qual ele não reclamava da inspeção em si, mas do excesso de rigor e do número de pessoas:

Representa a Vossa Magestade Francisco Rolland que no dia 9 do presente mês de julho, por ordem de Vossa Magestade lhe foi [assaltado?] a sua Casa com tal aparato de justiça, que com o maior aperto lhe tomaraõ portas, e devaçaraõ o mais interior das casas; Não fez isto soçobro no animo do Suppte, tranquillo na boa fe da sua innocente consciência, mas não puderaõ deixar de fazer effeito alvorotos em sua mulher pejada de muitos mezes, circunstancias em que taes apparatus costumam fazer maiores impressões.⁸⁰

A seguir ele explicava a origem dos livros que entregou aos inspetores, que haviam sido remetidos de Coimbra por Pedro Borel em 1774, e que já haviam sido submetidos à Real Mesa no momento da retirada das obras na alfândega. Ainda que a provisão estivesse vencida, ele afirmou ter esquecido de pedir sua renovação, primeiramente porque ele afirmava não estar mais no negócio de “livros vindos do estrangeiro”, e “maiormente quando o [suplicante] fazia tão pouca conta com os ditos jogos de livros, que se depositamente lhe Mal fallassem nelles, não devia ter os onde os tinha pois estavaõ de mistura com livros velhos a que bem se pode dar o titulo de Alfarrabios”.⁸¹

Ao menos em uma situação Rolland diferenciou-se dos demais livreiros, quando viu-se roubado dos livros apreendidos pela Real Mesa Censória.⁸² Em 1777, ele denunciou o secretário da Real Mesa, Alexandre Ferreira de Faria Manoel, por se recusar a entregar

80 ANTT. Real Mesa Censória, caixa 177.

81 ANTT. Real Mesa Censória, caixa 177.

82 MAXWELL, Kenneth. *Pombal. Paradox of the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 108.

um conjunto de livros apreendidos e que Rolland obtivera licença para devolver ao vendedor original, “somente por elle [o secretário] querer servir-se d’elles, como se prova que procurando-se na dita meza por elles, lá não existem”.⁸³ Segundo Rolland, a “cavilação” do secretário necessitava ser sanada para livrar o tribunal das “manchas e nós” que só começaram a existir com ele. A denúncia foi reforçada por outra semelhante, de Francisco Luiz Ameno, outro impressor lisboeta particularmente ativo no período. Ameno informava à Rainha que exemplares de uma obra (*Horas da semana santa*) que ele imprimira em 1762, e fora recolhida alguns anos mais tarde pela censura, estavam sendo vendidos “já por alguns livreiros, e já por Negociantes volantes, como a elle [suplicante] constou sendo ainda por encadernar”, pelo que ele solicitava saber se a proibição fora levantada, e pedia indenização “como a [justiça] ordena com semelhante cazo”.⁸⁴

As diversas investigações feitas pelos juizes de Lisboa chegaram à conclusão que Faria Manoel se apropriava dos livros retidos pela Real Mesa Censória e os repassava a Vicente Pedro de Lacerda, livreiro na cidade do Porto, e seu sócio Francisco José Fernandes. Estes revendiam os livros na cidade do Porto e na feira de Viseu, com a participação de um terceiro livreiro, Francisco Clamorin Durand. Na prisão e investigação sobre Lacerda, o interrogatório do juiz resumiu o processo de roubo e receptação dos livros:

Interrogatórios:

Donde, como e por que meios houve as Horas do Officio de Nossa Senhora em Portugues, impressas a custa de Luis de Moraes e vendidas por elle Vicente Pedro de Lacerda a seu compadre Francisco Clamopin Durand, e a outras pessoas, na cidade do Porto e na feira de Vizeu, desde o anno de 1775?

Porque preço vendeo as ditas Horas e quantos foram os exemplares que teve dellas?

Donde, como e porque meios houve a avultada porção de Livros antigos, e pertencentes as livrarias que forão dos

83 ANTT. Real Mesa Censória, caixa 177.

84 ANTT. Real Mesa Censória, caixa 177.

extintos jesuitas, que vendeo per si, e por seus correspondentes nas cidades de Coimbra, Vizeu e Porto? Quantos foram os caixotes dos ditos Livros que desta corte lhe forão remettidos a Coimbra pela [??] e a que tempo?⁸⁵

Rolland participou ativamente do processo, denunciando ou desmentindo os envolvidos, cuja punição foi a prisão e a proibição de voltar a comercializar livros. Tempos depois da denúncia original, ele apressou-se em desmentir o livreiro Lacerda, que afirmou em juízo ter cartas do secretário da Real Mesa Censória “nas quaes se dizia que podia comprar as partidas de livros que lhe remetia, porque o Estrangeiro Rolland/ que he o supp.te/ havia já comprado outras maiores porções.” Segundo Rolland, a afirmação era “falcíssima” e criada somente para convencer o livreiro a fazer a compra, e que o secretário queria “fazer laço àquele comprador”.⁸⁶

Não sabemos se Rolland ou Francisco Ameno receberam seus livros ou algum valor indenizatório sobre eles, como queriam. Dos diversos livros que Rolland citou no rol que acompanhava sua denúncia original e que chegavam, segundo ele, a um total de 103\$400, ele somente afirmou ter recebido 19\$200 diretamente de dom Manoel do Cenáculo, o Bispo de Beja, presidente da Real Mesa Censória, que “se obrigou a me pagar” por cinco volumes da obra de Bocage (que ficamos sem saber se é o poeta português, ou a obra em cinco volumes de Madame du Bocage, impressa em Lion em 1770).

O que toda esta documentação evidencia sobre a atuação de Rolland no universo letrado português da segunda metade do século XVIII e início do século XIX?

Em primeiro lugar, que ele estava integrado a uma determinada racionalidade do escrito presente no circuito de comunicação do livro, que priorizava simultaneamente o convencimento dos leitores sobre as obras publicadas, a erudição dos autores e tradutores e a superação das barreiras impostas pelos mecanismos de censura e polícia do Estado, ainda que agindo, na

85 ANTT. Real Mesa Censória, caixa 177.

86 ANTT. Real Mesa Censória, caixa 178.

maior parte do tempo, dentro dessas barreiras. Este três pontos permitem uma melhor compreensão das recorrências discursivas de seus paratextos, em particular sobre as expectativas de recepção das obras publicadas e a descrição laudativa do aparato estatal.

Em segundo lugar, estas recorrências encontram eco em diversos outros escritos – de autores, tradutores, censores e leitores – que enfatizaram pontos comuns com relação às ideias em torno do livro e da leitura. A visão do texto impresso como parte essencial da constituição de identidades “nacionais” – especialmente em torno da ideia de utilidade que acompanha o esforço editorial de Rolland e de outros impressores e autores – é parte constituinte do Iluminismo lusitano. O livro como processo de redenção é, de fato, uma constante em textos, paratextos editoriais e manuscritos relacionados ao mundo do livro, e sua circulação por diversas partes do império garantia que os súditos portugueses que pertenciam ou ansiavam pertencer às redes de patronato ligadas à República das Letras, incorporassem gradativamente este valor.

Em sua historicidade, o mundo do livro e seus processos de sociabilidade letrada têm na *Tipographia Rollandiana* uma expressão do tipo de discurso predominante e do tipo de uso e prática da palavra escrita que marcou a segunda metade do século XVIII no Império Português. Ele era parte integral da República das Letras, sobre a qual era simultaneamente necessário lançar um olhar vigilante e amparar para que florescesse.

RECEBIDO EM: 06/06/2016
APROVADO EM: 01/05/2017

MELANCOLIA E ALTERIDADE NOS TRISTES TRÓPICOS BRASILEIROS: CLAUDE LÉVI- STRAUSS LEITOR DE JEAN DE LÉRY¹

*Melancholy and alterity in brazilian Tristes Tropiques:
Claude Lévi-Strauss reader of Jean de Léry*

*Amílcar Torrão Filho**

RESUMO

Em 1955 Claude Lévi-Strauss publica seu *Tristes Tropiques*, um livro de “anti-viagem”, que, entretanto, segue os passos do relato de Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, de 1578, seu breviário do etnógrafo. Considerado por ele o primeiro, senão também o último etnógrafo, o que viu a um Paraíso em seus últimos momentos antes da destruição, Lévi-Strauss herda de Léry a visão melancólica do encontro entre culturas.

Palavras chave: Jean de Léry; Lévi-Strauss; Viajantes; Literatura de Viagem

ABSTRACT

In 1955, Claude Levi-Strauss published his *Tristes Tropiques*, a book of “anti travel” which, however, follow the steps in the story of Jean de Lery, *Histoire d'un voyage fait in the terre du Brésil*, published on 1578, its ethnographer's breviary. Considered by him the first, but also the last, ethnographer, who saw a

¹ Este texto é resultado de estágio pós-doutoral realizado na Universitat Politècnica de Catalunya, em Barcelona (2013/2014) que contou com financiamento da Fapesp (Processo 13/06954-6). Realizado também no marco do projeto PAPIIT IG400113 da Universidad Nacional Autónoma de México.

* Professor do PEPG em História da PUC-SP. Líder do Grupo de Pesquisas Núcleo de Estudos da Alteridade.

Paradise in his last moments before the destruction, Lévi-Strauss inherits from Léry his melancholic vision of the encounter between cultures.

Keywords: Jean de Léry; Lévi-Strauss; Travellers; Travel Literature.

Inútil Paisagem de um Paraíso Perdido

*Mas pra quê
Pra que tanto céu
Pra que tanto mar, pra quê
De que serve esta onda que quebra
E o vento da tarde
De que serve a tarde
Inútil paisagem*

Antonio Carlos Jobim, Aloysio de Oliveira, Inútil Paisagem.

Entre 1555 e 1560 os franceses ocuparam a baía da Guanabara na pequena ilha e forte de Coligny, homenagem ao almirante Gaspar de Coligny, marechal de França, que patrocinou a empresa francesa, e que hoje leva o nome de Villegagnon, seu controvertido governador. O cavaleiro de Malta Nicolas de Villegagnon, inicialmente simpático à Reforma, liderou essa incipiente colônia francesa, chamada França Antártica, a partir de uma efêmera utopia religiosa, na qual conviveriam católicos e protestantes em paz no espaço edênico e paradisíaco do Novo Mundo. Jean de Léry foi um dos missionários huguenotes enviados em 1557 por Calvino a pedido de Villegagnon. A convivência não poderia ter sido mais desastrosa, e os calvinistas foram expulsos depois de uma disputa teológico-política sobre a eucaristia, na qual o líder da colônia defende a transubstanciação contra os reformados. Léry nasceu em 1534, em La Margelle, Borgonha, ele era um sapateiro refugiado em Genebra e publica nessa cidade seu relato de viagem, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, em 1578, resultado de sua estada na

Guanabara entre 1556 e 1558, sobretudo dos três meses passados com os selvagens em terra firme. Para ele o Novo Mundo supunha um refúgio contra as guerras religiosas, assim como a possibilidade de conversão dos indígenas. Se por um lado se desfaz a utopia de convivência pacífica entre as duas religiões, Léry experimenta a hospitalidade dos indígenas, quando a imagem do paraíso terrestre ainda prometia uma utopia regeneradora na América ainda não totalmente tocada pelos europeus. A partir dessa utopia perdida e da tristeza por sua perda na narrativa de Léry, Lévi-Strauss propõe uma reflexão sobre a natureza da alteridade, do encontro de culturas e do trabalho do antropólogo estabelecendo uma relação de sua vida e sua obra com a vida e obra de Léry². Desta construção de si pela narrativa de viagem e da leitura que o etnólogo contemporâneo faz do viajante moderno é do que desejo tratar neste artigo³.

A natureza edênica é um índice da promessa de felicidade que estimula a construção dessa colônia na baía do Rio de Janeiro. Inicialmente Villegagnon se inspira na “beleza e na fertilidade da parte da América chamada terra do Brasil” para chamar aos reformados, a quem dizia admirar, a participar de seu serviço de Deus nos trópicos⁴. Léry sente um misto de simpatia e pesar pelos indígenas brasileiros; ele segue a tradição de ver na América esse espaço edênico de promessa, no qual vive um povo inocente, o bom

2 Evidentemente há inúmeras diferenças entre Léry e Lévi-Strauss, de como pensam a alteridade, como veem os indígenas, da natureza da melancolia em cada um deles, da historicidade dessas duas experiências. Além disso, é importante ressaltar que entre Léry e Lévi-Strauss há uma imensa tradição de pensamento que terá como tema a melancolia, a relação com a alteridade, que passa por Montaigne, Rousseau, entre outros. Entretanto, nesse artigo pretendo tratar de suas semelhanças, ou seja, de como Lévi-Strauss constrói uma similitude com Léry estabelecendo uma continuidade literária com sua obra. Meu objeto, portanto, é apenas o livro de viagem *Tristes Tropiques*, escrito com referência direta a Léry, e não a obra de Lévi-Strauss. Para acompanhar essa leitura e suas nuances e distinções, remeto a LESTRINGANT, Frank. De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss: por uma arqueologia de Tristes Trópicos. Trad. Port. Beatriz Perrone-Moisés. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 43(2): 81-103, 2000. E do mesmo autor, Léry-Strauss: Jean de Léry's *History of a Voyage to the Land of Brazil* and Claude Lévi-Strauss's *Tristes Tropiques*. *Viator. Medieval and Renaissance Studies*, 32: 417-430, 2001.

3 São inúmeras as possibilidades de interpretação destes dois textos tão multifacetados. Minha proposta é ler Léry através da leitura de Lévi-Strauss. Para uma interpretação também comparativa de *Tristes Trópicos*, neste caso com Michel Leiris, remeto a MASSI, Fernanda Peixoto. O Nativo e o Narrativo. Os Trópicos de Lévi-Strauss e a África de Michel Leiris. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 33, jul. 1992: 187-198.

4 LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*. 2. ed. [1580]. Ed. de Frank Lestringant. Paris: Le Livre de Poche, 2008, p. 107.

selvagem de tão grande repercussão nos séculos vindouros. Além da frescura dos ares e da boa temperatura, nunca gélidos nem muito frios, que identificam a baía com o Paraíso, “as matas, ervas e campos são sempre verdejantes”, assim como seus habitantes parece que beberam da fonte da juventude, “tal é o pouco cuidado que eles têm das coisas desse mundo”⁵. Ao mesmo tempo esse aparente Éden tropical alberga um feudo do Diabo na Terra: Léry agradece a Deus ter sido enviado a este país “entre ignorantes de Seu nome e Sua grandeza, mas possuídos de Satã como sua herança”, tendo podido manter-se preservado das malícias do Demônio e fiel à fé reformada⁶. Se a comparação e a analogia são estruturas narrativas que dão sentido ao Novo Mundo, o selvagem também constitui para Léry uma comparação com seu mundo dividido pela intolerância religiosa. Se a crueldade e barbárie dos selvagens tupis é evidente, e sua antropofagia é apenas um exemplo, isso faz pensar a Léry no que se passa entre os civilizados europeus, como os usurários que “chupando o sangue e a medula e, por consequência, comendo-lhes todos em vida, tanto viúvas como órfãos e outras pessoas às quais valeria mais lhes cortar o pescoço de uma vez”; fazendo desses desalmados, assim, mais cruéis ainda que os selvagens⁷.

Léry vê nessa ignorância da palavra de Deus, embora acompanhada de aparente inocência e mesmo de bondade, a confirmação de que sua salvação é impossível, uma vez que o Diabo já se apoderou de seu território. Ao final, sua vida nobre lhes faz melhores que os papistas de Villegagnon ou os “Epicuristas e outros apóstatas” que se satisfazem nos prazeres carnavais, o seja, os franceses que viviam entre os selvagens mesclando-se com suas práticas bárbaras e fetichistas, dominados pelas necessidades da carne⁸. Ideia já bastante conhecida, para Léry a nudez das índias nunca incita a lubricidade; sua nudez edênica é identificada com a inocência e o desconhecimento do pecado, muito menos perigosa que as pinturas, perucas, roupas “e um sem fim de outras infinitas bagatelas que as mulheres e jovens daqui, imitando-se umas às outras, não se

5 *Id.*, *ibid.*, pp. 211-212.

6 *Id.*, *ibid.*, p. 169.

7 *Id.*, *ibid.*, pp. 374-375.

8 *Id.*, *ibid.*, p. 170.

contentam jamais”, e que são causas de muitos e piores males⁹. O indígena revela a Léry um mundo além das aparências, ele dá a dimensão da superficialidade da cultura europeia, de sua corrupção e degradação; o índio da Guanabara é um espelho que enfrenta ao europeu a sua face mais deturpada e maléfica. Nesse espelho Léry vê refletida não apenas a impossibilidade de utopia multi-religiosa da França Antártica, ele se defronta com a impossibilidade de expansão da Graça divina sobre a Terra. Esse espelho é parte da montagem do que Certeau define como hermenêutica do Outro realizada por Léry. O mundo *par-delà*, o mundo do selvagem, é o mundo da oralidade que por meio da escritura é reconvertido ao mundo *par-deçà*, quando, então, o “outro retorna ao mesmo”¹⁰.

Apesar de utilizar o selvagem como índice da barbárie encontrada na Europa dividida pelas guerras de religião, Léry não vê na hospitalidade sincera dos ameríndios uma possibilidade de sua salvação. Uma hospitalidade que mesmo desde sua Genebra querida, ao escrever sua *Histoire*, ainda recorda e anseia: diante das deslealdades de seus compatriotas, a má influência italiana na França, representada por Catarina de Médici, ele afirma que frequentemente “se arrepende de não estar mais entre os selvagens”, os mesmos que lhe demonstraram “mais lealdade que muitos dos de aqui, os quais, para sua condenação, portam o título de cristãos”¹¹. Sua melancolia é que no mundo *par-deçà*, iluminado pela Graça divina, os cristãos estão divididos e imersos na exploração do homem pelo homem, em guerras fratricidas, no mundo das aparências e das sedução; já o mundo *par-delà*, ainda que apresentando sentimentos mais nobres, está irremissivelmente condenado à danação eterna: “De maneira que tudo o que concerne à beatitude e felicidade eterna (aquela que cremos e esperamos em um só Jesus Cristo) apesar da aparência e o sentimento que afirmei que eles têm: é um povo maldito e abandonado por Deus”¹². Sua melancólica conclusão é que estes homens, ainda que bons, são descendentes da raça maldita de Cam; além disso não conhecem nenhum tipo de escrita, não tendo acesso,

9 *Id.*, *ibid.*, p. 234.

10 CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris, 2002, p. 259.

11 LÉRY, Jean de, *op. cit.*, p. 508.

12 *Id.*, *ibid.*, p. 420.

portanto, às Escrituras Sagradas e à mensagem do Evangelho, além de não praticarem a piedade, já que não perdoam nunca as ofensas, tal como recomenda a doutrina cristã. Sendo assim, a sua entrada no reino dos céus é impossível, já que foram abandonados por Deus e não foram iluminados pelos raios da Graça, pelo Espírito Santo e pelo Evangelho, abandonados a seus sentidos e à sua cegueira das verdades de Deus¹³. Dessa forma, Léry “concebe a alteridade (*otherness*) como uma categoria moveável e instável”¹⁴, ser cristão ou selvagem não significa estar colocados automaticamente no campo da civilização ou da barbárie respectivamente. É possível oscilar de um campo ao outro de acordo com os atos e as ações; portanto, engajados nas guerras de religião e na perseguição aos compatriotas ou vizinhos, os cristãos se colocam no lugar da barbárie, uma barbárie muito maior do que a dos supostos selvagens.

A Guanabara e seus habitantes representam no relato de Léry o exagero da natureza e da criação divina, um jardim de delícias e uma promessa de Paraíso na Terra que, no entanto, pode esconder um verdadeiro inferno em suas entranhas. Em sua descoberta pelos europeus, o Brasil constituiu uma importante mitologia edênica, muito bem descrita por Sérgio Buarque de Holanda em seu *Visão do Paraíso*; a Ilha Brasil, ou o mito céltico de Hy Bressail ou O’Brasil, que significavam as ilhas afortunadas (1985: 167-168), mescla de concepções bíblicas e pagãs, que ganha corpo em um hemisfério inexplorado, “que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho”¹⁵, nesse “bricabraque de maravilhas” resultante das “bodas místicas entre o humanismo antigo e o novo mundo” de que trata Lestringant¹⁶. Promessas de um Paraíso disponível na Terra confirmadas por uma primavera perene, uma temperatura sem grandes variações, frutos saborosos, campos férteis, eternamente verdes ou salpicadas de “flores multicoloridas e olorosas cortadas de

13 *Id.*, *ibid.*, pp. 422-423.

14 JUALL, Scott D. “Beaucoup plus barbares que les Sauvages memes”: Cannibalism, Savagery, and Religious Alterity in Jean de Léry’s *Histoire d’un Voyage fait en la terre du Brésil* (1599-1600). *L’Esprit Créateur*. 48(1), 2008, p. 69.

15 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, p. 178.

16 LESTRINGANT, Frank. *Sous la leçon des vents*. Le monde d’André Thevet, cosmographe à la Renaissance. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2003, pp. 195-197.

copiosas águas (usualmente quatro rios, segundo o padrão bíblico), ora em lugar elevado e íngreme, ora numa ilha encoberta em que mal se conhece a morte ou a enfermidade ou mal algum”¹⁷. Terra sem males que prefigura todas as Utopias; recordemos que a ilustração de Holbein da ilha de Utopus para o livro de Morus teve como modelo a baía de Guanabara, baseada na carta do cartógrafo real Luís Teixeira; e que essa Utopia está também influenciada pelos relatos que fez Vespúcio de sua expedição de reconhecimento da costa americana pertencente a Portugal¹⁸. A baía faz, assim, uma viagem conceitual deste espaço cada vez mais mitificado, de uma natureza edênica e paradisíaca a uma utopia social, religiosa e colonial, onde a riqueza, a beleza natural, a bondade do clima, a inocência de seus indígenas, prometem a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa, uma terra de promessa, algo que marcou profundamente a Jean de Léry e, como veremos, ressoa ainda na tristeza dos Trópicos de Lévi-Strauss.

Argumentos que confirmam o caráter divino do Novo Mundo para louvar as suas qualidades sagradas e atrair fiéis e missionários, seja para o desfrute das benesses desse jardim de delícias e liberdade, seja como um chamado para lutar contra as forças maléficas em nome da expansão da verdadeira fé. Entretanto, a visão mítica da América tinha a contrapartida de ver nesse Paraíso terrenal um engano satânico: o Novo Mundo seria um feudo do Diabo, um falso Paraíso, ou uma terra inculta que deveria ser transformada em um Jardim do Éden na Terra por meio da conquista. A América era um feudo do Demônio no qual ele dominava os indígenas nativos como um tirano; portanto, a colonização era uma luta épica contra Satanás¹⁹. Assim as imagens conceituais sobre a América oscilarão entre essa visão do Paraíso redescoberto, onde o milagre “parecia novamente incorporado à natureza; uma natureza ainda cheia de graça matinal, em perfeita harmonia e correspondência com o Criador”²⁰, e o engano maléfico

17 HOLANDA, Sérgio Buarque de, *op. cit.*, p. 170.

18 CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. A Baía de Guanabara. Os itinerários da memória. *Revista USP*. São Paulo: CCS/USP, 30, jun./ago., 1996, pp. 159-180.

19 CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Católicos y puritanos en la colonización de América*. Trad. esp. Pablo Sánchez León. Madri: Fundación Jorge Juan, Marcial Pons, 2008, p. 22.

20 HOLANDA, Sérgio Buarque de, *op. cit.*, pp. 203-204.

de uma beleza que esconde a obra de Satã, horto delicioso e lugar da Queda em um mesmo espaço imaginário. As duas posições podem ser vistas ao mesmo tempo em um mesmo autor, como será em Jean de Léry, por exemplo, que em sua “antropologia teológica” terá uma leitura apocalíptica do descobrimento do Brasil²¹.

O Ex-voto da Escritura

A tristeza de Léry é não poder pagar a hospitalidade de que foi objeto na Guanabara com a possibilidade da salvação de suas almas; e de que os cristãos da Europa perdessem suas almas nas divisões políticas e religiosas. Esse espírito de tolerância, esse aparente relativismo cultural apresentado por Léry repousa sobre uma ambiguidade, segundo Lestringant, um “profundo pessimismo” ou pelo menos, uma “indiferença diante das esperanças de conversão do selvagem”²². Não se trata de nenhuma maneira de indiferença, tal como defende o historiador francês, mas uma desesperança, uma melancolia e tristeza pela incapacidade de salvação desse Bom Selvagem destinado a ser destruído pelo contato com o europeu sem que sua alma possa alcançar a remissão. Se Léry não está tomado totalmente por uma acédia que lhe impeça crer na possibilidade da salvação da alma, que lhe faça pensar na inutilidade da teologia, ele descobre na sua experiência entre os selvagens que o homem tocado pela fé, ainda assim, é capaz dos piores crimes, assim como o homem inocente e bom não tem garantido seu caminho de salvação. Se Deus e seu caminho de salvação estão preservados na experiência americana do huguenote, ela lhe provoca um pessimismo em relação à conduta humana e à capacidade de determinados grupos, com ou

21 PASCHOUD, Adrien. Les sacralités amérindiennes au prisme de l'écriture pré-ethnographique: l'exemple de Jean de Léry. *Travaux de Littérature*. Genebra: Droz, XXIV, 2011, pp. 13-14.

22 LESTRINGANT, Frank. *Le Huguenot et le Sauvage*. L'Amérique et la controverse coloniale, en France, au temps des guerres de Religion (1555-1589). 3. ed. Genebra: Droz, 2004, p. 360.

sem valores morais elevados, em terem acesso a este caminho de salvação.

A narrativa de Léry se constrói a partir de uma ausência: ausência do selvagem e da vida edênica da Guanabara, ausência da Graça como elemento de salvação deste Paraíso Perdido, ausência da palavra do indígena, como recorda Certeau: qual ex-voto, pergunta ele, “meu escrito endereça, então, à palavra ausente?”²³. O ex-voto do discurso de Léry se dirige a uma promessa impossível de ser cumprida, uma salvação sem horizonte, uma tristeza nostálgica de um tempo passado feliz, porém totalmente infrutífero. Uma saudade inconclusa de um passado incompleto, para o qual Léry erige um monumento em seu texto de combate. Se a *Histoire d'un Voyage* pode ser lida como resultado direto da publicação da *Cosmographie Universelle* e das *Singularitez de la France Antarctique*, de André Thevet, e de um debate em torno da verdade histórica e teológica da experiência francesa na América, em disputa entre católicos e protestantes²⁴, ou como diz Léry uma disputa entre os que amam a “verdade dita simplesmente” contra os que preferem a “mentira ornada e maquiada de bela linguagem”²⁵, ela é também um monumento fúnebre às inúmeras virtudes que Léry vê no selvagem mas que, entretanto, apesar de sua crença nos demônios que infestam o mundo atormentando os homens e na imortalidade da alma, esta “semente de religião”²⁶, indicando a presença de um sentimento religioso no selvagem, isso não será capaz de impedir a sua queda e a sua destruição, na medida em que não podem, como afirma Léry, fingir ignorância das coisas divinas, tornando sua recusa ao verdadeiro Deus e seus crimes contra a natureza ainda mais imperdoáveis.

E, se como observa Certeau, o relato da *Histoire d'un Voyage* opera “um retorno de si a si pela mediação do outro”²⁷, Léry retrata a tristeza e a melancolia da perdição do selvagem para reconhecer nele mesmo a incapacidade de salvar-lhe, a inevitabilidade da divisão e do

23 CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, p. 249.

24 LESTRINGANT, Frank. Le Huguenot et le Sauvage... *op. cit.*, p. 96.

25 LÉRY, Jean de, *op. cit.*, p. 98.

26 *Id.*, *ibid.*, p. 395.

27 CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, p. 250.

ódio entre os cristãos, os limites da Graça divina. Chama a atenção também que Léry opera uma separação entre o selvagem como homem, digno de admiração e respeito por suas qualidades naturais, e o selvagem inconvertível, aferrado a seus costumes diabólicos, cuja salvação é impossível. Nesses “dois indígenas” antagônicos, Léry elabora uma visão dual do homem, ao mesmo tempo criatura divina, resultante do amor do Criador pelo mundo e de Sua Providência, e um pecado original que o mantém aferrado à transgressão, ao vício e ao erro, fazendo do mundo uma sucessão de horrores. Por isso esse pêndulo moral no qual se balança o homem na “teologia” de Léry, indo da virtude ao pecado negando até mesmo o poder da Graça em redimir o cristão totalmente. No mundo *par-deçà*, o cristão sofre da mesma dualidade que o selvagem de *par-delà*, ao ter acesso à Palavra da verdadeira fé, ao ser abençoado pela Graça, ao mesmo tempo em que é incapaz de viver em paz com seus semelhantes, “comendo-se” uns aos outros de maneira ainda mais vil e selvagem do que os indígenas.

A Melancolia dos Tristes Trópicos

A identificação do indígena e do Brasil com a melancolia e a tristeza retorna com a publicação em 1929 do então célebre *Retrato do Brasil. Ensaio Sobre a Tristeza Brasileira*, de Paulo Prado. Outra vez uma terra paradisíaca revela um devir de perdição: em uma terra radiosa, diz o autor, vive um povo triste, com uma melancolia legada pelos descobridores que a revelaram ao mundo, os portugueses, gente rude que obedecia a dois impulsos, a ambição do ouro e a sensualidade livre, com a qual se combinará a natureza libidinosa e despudorada do indígena, esse “animal lascivo”²⁸. Diferentemente de Léry, em Prado o retorno ao paganismo da Renascença libera o

28 PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. Ensaio sobre a tristeza brasileira. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo, 2012, p. 52.

homem às “ambições de poderio, de saber e de gozo”²⁹. Neste falso Paraíso só restam a luxúria e a degradação para o intelectual paulista: “Paraíso ou realidade, nele se soltara, exaltado pela ardência do clima, o sensualismo dos aventureiros e conquistadores. Aí vinham esgotar a exuberância da mocidade e força e satisfazer os apetites de homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade europeia”³⁰. E ao contrário do teólogo calvinista, para Prado a nudez indígena não tinha nada de inocente, o “clima, o homem livre na solidão, o índio sensual, encorajavam e multiplicavam as uniões de pura animalidade. A impressão edênica que assaltava a imaginação dos recém-chegados exaltava-se pelo encanto da nudez total das mulheres indígenas”³¹. A tristeza, junto à luxúria e a cobiça, seriam os traços de formação do Brasil, criado por um povo sem ideais ou preocupação política nem religiosa, mesclado com outras raças por sua luxúria, resultando dessa equação maléfica uma raça triste, saída da “melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na ideia fixa do enriquecimento”, uma melancolia legada pelo indígena, esse “animal lascivo” e sua propensão diabólica a satisfazer seus apetites carnisais. Paixões e tristeza que formavam nossa melancolia racial, na “ausência de sentimentos afetivos de ordem superior”, resultante do que o autor identifica a uma tristeza pós-coito, um decaimento físico e moral que se desenvolve nos povos muito sensuais uma propensão à melancolia³².

Uma vez mais, a imagem edênica do Brasil tropical, a Visão do Paraíso, se transmuta em um inferno de perdição: não se trata mais da alma do indígena para o cristianismo reformado, mas a alma nacional diante de uma incapacidade de construir uma civilização já que estávamos tomados pela inação da tristeza melancólica. Algo parecido ao que Sérgio Buarque de Holanda apontou como traço que caracteriza o português que nos colonizou, “esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’ – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como ‘saudade’ e que, no seu entender, implica menos a falta de energia que uma

29 *Id.*, *ibid.*, p. 39.

30 *Id.*, *ibid.*, p. 47.

31 *Id.*, *ibid.*, p. 51.

32 *Id.*, *ibid.*, p. 97.

íntima convicção de que ‘não vale a pena’...”³³. Lévi-Strauss em seu período como professor da Universidade de São Paulo nos anos 1930 possivelmente teve contato com essas ideias melancólicas dos intelectuais modernistas brasileiros, lembrando que a primeira edição de *Raízes do Brasil* é de 1936, quando ainda era professor em São Paulo. Fernanda Peixoto recorda que Lévi-Strauss publicou a maior parte de seus artigos em sua fase brasileira na *Revista do Arquivo Municipal* e no *Boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore*, que eram órgãos do Departamento de Cultura dirigido por Mário de Andrade, de quem Claude e Dinah Lévi-Strauss eram muito próximos³⁴. Entretanto, para ele, não se trata de um ressentimento com uma identidade nacional fracassada, com raízes culturais mal plantadas, como é para seus contemporâneos modernistas, mas uma melancolia que funciona como um procedimento epistemológico que dá sentido ao trabalho do etnólogo diante de dois mundos que desaparecem: o do indígena destruído pelo contato deletério do encontro colonial, do qual o etnólogo em alguma medida faz parte, e do europeu culto, diante da barbárie da guerra mundial e da ascensão do Novo Mundo, ao qual não se sente de todo integrado. Um procedimento metodológico que ele emula claramente da visão melancólica de Jean de Léry diante do Paraíso perdido dos Tupinambá na Guanabara.

Em 1955 Claude Lévi-Strauss publica seu celebrado *Tristes Tropiques*, um livro de “anti-viagem” segundo o próprio autor, que, no entanto, segue os passos do relato de Jean de Léry, de quem sempre se sentiu próximo, literária e pessoalmente, já que foram os dois em algum momento de suas vidas exilados pela perseguição religiosa e política. Em realidade, esse livro não pode ser lido sem se ter em conta a leitura que ele faz da obra de Léry. Para Lestringant a *Histoire d'un voyage* “atravessa em filigrana *Tristes Trópicos*, legível de ponta a ponta nessa viagem em palimpsesto”³⁵. Apesar dessa filiação a Léry, ou mesmo por causa dela, o autor inicia seu livro com a conhecida frase “Odeio as viagens e os exploradores”, pela qual se

33 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro, 1988, p. 76.

34 PEIXOTO, Fernanda. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. *Mana*, 4(1), 1998, p. 92.

35 De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 84.

separa da aventura, que não tem cabimento no trabalho do antropólogo, ou melhor dizendo é um agregado indesejável, um mal necessário. Tampouco lhe interessa essa “escória da memória”, as descrições das pobres recordações do itinerário³⁶, os pequenos acontecimentos e fatos pitorescos que são parte importante dos relatos de viagem. A aventura e a paisagem jogam um papel depreciativo em Lévi-Strauss; é o que ele critica nos livros de viagem, uma “preocupação pelo efeito” que quer dar o sentido do valor do testemunho do autor do relato, quase sempre não mais do que lugares comuns e banalidades “milagrosamente transmutadas em revelações” pelo simples fato de terem sido “santificadas por um percurso de vinte mil quilômetros”³⁷. Lévi-Strauss se insurge contra a descrição dos acontecimentos do itinerário, as dificuldades do caminho que aproximam a narrativa do viajante etnógrafo da aventura, aquilo que nos relatos faz com que o leitor “possa apreciar o valor do testemunho que eles trazem”³⁸, negando assim o papel da anedota em seu relato, que é um recurso central da literatura de viagem. A anedota é aquilo que produz um efeito de verdade por meio de um testemunho do mundo em primeira pessoa, produzindo uma evidência pessoal de verdade. No entanto, Lévi-Strauss considera essa interferência do pessoal e do aventureiro como um desvio de rota, uma traição descritiva que impede um olhar reflexivo diante do mundo do selvagem³⁹. A anedota é um micro relato, uma interrupção temporal no relato espacial do itinerário que insere a subjetividade do narrador

36 LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris, 2005, pp. 9-10.

37 *Id.*, *ibid.*, p. 10.

38 *Ibid.*

39 Jean Maugué, professor de Psicologia na USP e companheiro de Lévi-Strauss, comenta a sua postura reflexiva a analítica diante do indígena às margens do Araguaia, entre os Karajá: “Lévi-Strauss logo começou a trabalhar, sentado sobre o mesmo solo que os indígenas, procurando se fazer entender, lançando perguntas, tomando notas. Eu me maravilhava vendo que ele podia decifrar gestos dos quais Courtin e eu não podíamos pegar senão o pitoresco”. *Les Dents Agacées*. Paris: Buchet-Chastel, 1982, pp. 118-121. *Apud* PEIXOTO, Fernanda, *op. cit.*, p. 93, tradução da autora. A insurgência de Lévi-Strauss contra o anedótico e o pitoresco no contato com o indígena corresponde a esse esforço de decifração de sua alteridade descrito nesse depoimento de Maugué, para quem a compreensão do mundo do indígena não ia além do efeito anedótico e superficial.

viajante⁴⁰, sua utilização é uma maneira de dar uma “impressão de verdade” à narrativa, ao mesmo tempo em que o coloca na “via da literatura de ficção”⁴¹. Ela implica uma porosidade do relato de viagem bem como uma inversão da posição do observador, tornado protagonista de uma narrativa na qual o observado torna-se secundário na construção de uma trama que exige a performatividade do exotismo para produzir sentido. Ao insurgir-se contra o exotismo, que coloca o selvagem no âmbito do pitoresco, Lévi-Strauss não pode conceder um *droit de cité* ao anedótico. Sendo assim, seu relato de viagem descompõe o gênero da viagem, não apenas pela sua proposição inicial irônica e provocadora de seu ódio à viagem, mas pelo questionamento de seus procedimentos narrativos.

Por outro lado, a anedota não deixa de estar presente nas deambulações de Lévi-Strauss pela baía de Guanabara, pela cidade do Rio de Janeiro, por sua “não” descrição de uma paisagem já por demais narrada, tópica frequente na literatura de viagem desde o século XIX. Sua aversão à viagem tampouco é novidade no gênero, já que outra tópica frequente era a separação entre o verdadeiro viajante e o turista ingênuo e ignorante⁴², sensível apenas ao pitoresco e ao exotismo dos mundos visitados. Ao definir-se como não viajante, como aquele que odeia a vulgaridade da viagem sem propósito filosófico, tal como apregoavam os viajantes filósofos da Ilustração setecentista, e muitos filósofos sedentários, Lévi-Strauss se coloca ao lado da verdadeira viagem, representada por sua filiação a Léry, um verdadeiro, e talvez último, viajante, aquele que viajou com um propósito epistemológico, promover a convivência pacífica das religiões e salvar o selvagem, ele também vindicador de uma verdade viajora em relação às deturpações e mentiras de papistas como André Thevet. A filiação é em relação a Léry e não mais a nenhum outro viajante, nem mesmo Montaigne, pois para Lévi-Strauss Léry foi a a

40 LINON-CHIPON, Sophie. *Certifiquta Loquor*. Le rôle de l'anedocte dans les récits de voyage (1658-1722). In: GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine, ANTOINE, Philippe (dirs.). *Roman et récit de voyage*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2001, p. 201.

41 *Id.*, *ibid.*, p. 193.

42 URBAIN, Jean-Didier. *L'idiot du Voyage*. Histoires de touristes. 2. ed. Paris: Payot, 2007, pp. 32-33. Cf. KUBICA, Grazyna. Lévi-Strauss as a protagonist in his ethnographic prose: a cosmopolitan view of Tristes tropiques and its contemporary interpretations. *Etnográfica*. 18(3), 2014, p. 609.

primeira e última testemunha do Paraíso, o iniciador involuntário de um procedimento de reconhecimento da alteridade praticamente morto no momento mesmo de sua criação. Não por acaso Certeau vê na narrativa Léry a construção de uma figura da modernidade, um dispositivo que define um regime de verdade moderno que se relaciona com novas experiências do mundo, uma “*mise en scène* científica”, ou uma “ciência de sonhos” que formam um discurso sobre o outro, a circunscrição de uma das regras do sistema ocidental e moderno: “a operação escriturária, que produz, preserva, cultiva ‘verdades’ não perecíveis, se articula sobre um rumor de palavras evanescentes no momento mesmo que são enunciadas, perdidas, assim, para sempre”⁴³. A filiação a Léry, portanto, não é apenas literária ou biográfica, mas também conceitual, por uma filiação a uma concepção de mundo que deseja ir além das aparências e da aventura para a compreensão da alteridade do Novo Mundo. Por isso Kubica pode definir *Tristes Tropiques* como um “livro de viagem antropológico”, ou como um exemplo de prosa etnográfica⁴⁴.

A viagem também lhe causa outro tipo de melancolia, a de encontrar por todo o mundo os “subprodutos maléficos” do Ocidente que infectam a terra: “O que primeiro nos mostras, viagens, é o nosso lixo atirado na cara da humanidade”⁴⁵. A viagem recorda ao etnógrafo o caráter entrópico de sua cultura e seu potencial destrutivo, o que lhe faz afirmar que em lugar de antropologia deveríamos chamar a essa disciplina “entropologia”, dedicada a estudar em suas manifestações mais altas esse processo de desintegração que é a vida humana⁴⁶. A etnografia coloca o europeu diante da própria presença de “uma vertigem da melancolia” que faz ressurgir “desse horizonte da morte” a “presença efêmera e fascinante do outro”⁴⁷, mediada pela tristeza saudosa do primeiro cronista desta “variante degradada do Éden”⁴⁸ que é o Brasil. Para Lestringant, tanto em Léry quanto em Lévi-Strauss há uma “beleza do morto”⁴⁹, uma consciência do

43 CERTEAU, Michel de, *op. cit.*, pp. 248-249.

44 KUBICA, Grazyna, *op. cit.*, p. 601; p. 604.

45 LÉVI-STRAUSS, Claude, *op. cit.*, p. 36.

46 *Id.*, *ibid.*, p. 496.

47 LESTRINGANT, Frank. De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 98.

48 *Id.*, *ibid.*, p. 93.

49 *Id.*, *ibid.*, p. 100.

desaparecido. A literatura de viagem, pelo menos aquela representada pelo brevíário de Léry, funciona na construção de *Tristes Tropiques* como um memorial, um recordatório do mundo desaparecido, o ex-voto de que trata Certeau, ou um epitáfio do selvagem. O selvagem real é apenas aquele descrito pelo narrador do Paraíso, enquanto os Cadiueu, os Bororo, os Nambiquara ou os Tupi-Cavaíba descritos pelo etnógrafo não são mais do que ruínas de povos remanescentes, fósseis degradados pela civilização predatória de homens outrora livres e bons. Lévi-Strauss e, de certa forma, Léry, se defrontam nessa destruição com a obra de sua própria civilização; cada qual à sua maneira chorará o luto de uma morte: teológica para o huguenote, ou cultural para o antropólogo, bem como as exéquias de uma civilização ocidental que pouco a pouco se descompõe.

Daí que sua memória etnográfica utilize como efeito para a importância de seu relato o testemunho primordial desse primeiro observador do Paraíso que foi Léry, que viveu o momento “das verdadeiras viagens” e foi, portanto, um *verdadeiro* viajante, que viu um mundo que ainda não estava “contaminado e maldito”⁵⁰, sobrando ao viajante contemporâneo buscar os restos, os “vestígios de uma realidade desaparecida”⁵¹. Embora sua melancolia seja justamente ser ele, o etnógrafo moderno, o observador de um mundo que desapareceu e ao qual só se pode aceder por meio do relato do huguenote calvinista e do qual não nos resta muito mais do que o efeito da paisagem, essas “imagens inelutavelmente falsas que nos dão as viagens por fatalidade”⁵². Um pessimismo lucreciano diante do mundo, segundo Susan Sontag, que entende o conhecimento como “consolidação e imprescindível desencanto”. Para Lévi-Strauss o demônio é a história, diz Sontag, pois o passado, “com suas estruturas misteriosamente harmoniosas, se quebra e desmorona diante de nossos olhos. Daí que os trópicos sejam *tristes*”⁵³ ou como afirma em seguida, não só são tristes, como agonizam⁵⁴. A história é o que leva o

50 LÉVI-STRAUSS, Claude, *op. cit.*, p. 42.

51 *Id.*, *ibid.*, p. 43.

52 *Id.*, *ibid.*, pp. 10-11.

53 SONTAG, Susan. El antropólogo como héroe. In: *Contra la interpretación y otros ensayos*. Trad. esp. Horacio Vázquez Rial. Barcelona, 1984, p. 89.

54 *Id.*, *ibid.*, p. 97.

selvagem ao caminho da destruição e da extinção, portanto, a “antropologia é necrologia” em Lévi-Strauss segundo Sontag: temos que estudar aos primitivos antes que desapareçam⁵⁵. Para essa autora, ele e seus discípulos se rendem ao “melancólico espetáculo do desmoronamento do passado pré-histórico”⁵⁶.

A Viagem como Viático

Desse espetáculo melancólico do desmoronamento de um passado resulta que Viveiros de Castro defina *Tristes Tropiques* como o “relato de um trabalho de campo malogrado”, livro pós-moderno antes do tempo⁵⁷, que também afronta a nostalgia de um mundo que caminha para o desaparecimento, um “impasse biológico, planetário, cosmológico”; a consciência de que talvez sejamos a única espécie que se vai se extinguir sabendo-o, ainda que não queira acreditar⁵⁸. A nostalgia, ou a tão lusitana saudade, é uma das afecções que une no tempo a *Histoire d'un voyage* e os *Tristes Tropiques*; Léry lamenta não estar mais entre os selvagens, mais civilizados que os assim chamados cristãos, enquanto Lévi-Strauss lamenta as saudades de um mundo que desapareceu antes mesmo de poder conhecê-lo. Não por acaso titulará a seus dois livros de fotos *Saudades do Brasil*, publicado na França com o título em português, e *Saudades de São Paulo*, publicado unicamente no Brasil; as *saudades* não são exatamente do espaço brasileiro percorrido em seus anos de formação, mas têm relação com o sentimento de perda, o aperto no coração ao recordar um determinado lugar, quando somos “penetrados pela evidência de que não há nada no mundo de

55 *Id.*, *ibid.*, p. 89.

56 *Id.*, *ibid.*, pp. 89-90.

57 CASTRO, Eduardo Viveiros de. Claude Lévi-Strauss por Eduardo Viveiros de Castro (entrevista). *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA, 23(67), set./dez, 2009, p. 194.

58 *Id.*, *ibid.*, p. 200.

permanente e estável em que apoiar-se”⁵⁹. Saudades dos Brasis, não exatamente as diversas paisagens brasileiras visitadas pelo etnógrafo, mas os indígenas, chamados os *Brasis* pelos cronistas e viajantes entre os séculos XVI e XVIII. Esses indígenas caracterizados por sua abertura ao outro, cujo pensamento ameríndio transformado se transmutou em seu estruturalismo, de quem seriam também autores os Brasis⁶⁰.

Entre Léry e Lévi-Strauss lhes une um sentimento de perda e de luto por um mundo dividido pelas guerras e pela intolerância, o desencaixe de ambos, fugidos das perseguições religiosas e políticas, e um deslocamento em relação a sua própria época. Lévi-Strauss confessa que a leitura de Léry lhe ajudou, “a escapar de meu século, a ter contato com o que posso chamar uma surrealidade”, não aquela dos surrealistas, mas “uma realidade ainda mais real que aquela da qual fui testemunha”, porque vista pela primeira vez⁶¹, pouco tempo depois de iniciada a sua destruição⁶². Em Léry já está colocada também essa distância de sua própria civilização, por aquilo que define o trabalho do etnógrafo para Lévi-Strauss: por suas condições de vida e de trabalho que lhe retiram fisicamente de seu grupo por longos períodos, pela brutalidade de mudanças às quais se expõe, ele “adquire uma espécie de desarraigo crônico: nunca jamais ele se sentirá em casa em nenhuma parte, ele permanecerá psicologicamente mutilado”⁶³. A surrealidade, essa realidade impressa no relato fundador de Léry, ainda que fundador de uma tradição natimorta, substitui a realidade em estado bruto, da violência e da destruição, da qual ambos, Léry e Lévi-Strauss, procuram fugir por meio de sua operação de escritura, de fixar no relato aquilo que interessa à etnologia, o que não está escrito, “as condições inconscientes da vida social”, diz Lévi-Strauss, essa escritura que percorre a oralidade e sabe o que ela diz, segundo Certeau⁶⁴, diferentemente da história que

59 Saudades de São Paulo. Apud PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Os Brasis em Lévi-Strauss. *Diacrítica, Filosofia e Cultura*. Braga: Universidade do Minho, 23(2): 57-73, 2009, p. 63

60 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *op. cit.*, p. 67.

61 LÉVI-STRAUSS, Claude. *op. cit.*, p. 13.

62 *Id.*, *ibid.*, p. 63.

63 *Id.*, *ibid.*, p. 57.

64 CERTEAU, Michel de. *op. cit.*, p. 246.

se ocupa do que está registrado, do mundo consciente do homem⁶⁵. Esta meta-realidade é produzida, em *Tristes Tropiques*, a partir da leitura de Léry, cujo livro será, para Lévi-Strauss, o seu “breviário do etnógrafo”⁶⁶.

A que breviário se refere o etnógrafo? Ao guia de trajeto, ao modelo, tão comum na literatura de viagem à qual não quer se filiar o autor, uma instrução viática que educa o olhar do viajante? Ao livro preferido, ao livro de doutrina? Ou ao livro de preces contendo o essencial de uma liturgia? Léry funciona como guia e roteiro de viagem a Lévi-Strauss tanto pelo espaço da Guanabara, na qual simbolicamente se iniciou o processo de destruição do Paraíso e pelo qual, deambulando, Lévi-Strauss reflete sobre o fim melancólico do mundo do selvagem, como no tempo, evadindo o etnógrafo do presente ao passado, no qual ele pode ser testemunha do momento exato antes da Queda, uma promessa de felicidade retrospectiva. Tal como o anjo de Benjamin, Lévi-Strauss volta o rosto para o passado coberto de ruínas, mas vislumbrando um lampejo de felicidade perdida na vida selvagem anterior ao encontro, ou ainda em seus momentos iniciais. Não deixa de ser, portanto, um ofício fúnebre, o viático dos viajantes e o viático que é o sacramento dos mortos, daqueles que já morreram com Léry e daqueles que morrerão sem remissão, juntamente com Lévi-Strauss. Apesar de seu “ódio” pela viagem, é por meio dos relatos de viajantes, de Bougainville, de Léry, que ele pode desafiar o tempo histórico e ter acesso a esse mundo no momento do encontro. “Cada lustro para trás”, diz o antropólogo, “me permite salvar um costume, ganhar uma festa, compartilhar uma crença suplementar”. Não lhe resta outra alternativa que ser um viajante moderno “correndo atrás de vestígios de uma realidade desaparecida”⁶⁷. Curiosamente é pela História, que ele tantas vezes opôs aos interesses e métodos da antropologia, que Lévi-Strauss recupera o mundo do indígena, na medida em que a maior parte dele

65 LÉVI-STRAUSS, Claude, História e Etnologia. In: *Antropologia Estrutural*. Trad. port. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac & Naify, 2008, p. 32: “A história organiza seus dados em relação às expressões conscientes, e a etnologia, em relação às condições inconscientes da vida social.

66 LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Tropiques*, p. 87.

67 *Id.*, *ibid.*, p. 59.

está irremediavelmente perdida e só temos acesso a ele por meio de documentos e vestígios do passado. É pela viagem, que ele renega, ou por Léry instituído como documento, que ele pode recompor a alteridade do selvagem, ao mesmo tempo cultura viva apreensível pela observação direta, fóssil de uma era geológica desaparecida e documento de barbárie do encontro de culturas. Ex-voto ao qual se dirige, por meio do breviário do etnógrafo, o seu discurso, o seu relato de viagem.

Triste Guanabara

Confrontado com o espaço americano, o mesmo visitado e descrito por Léry no século XVI, a paisagem americana jogará um papel ambíguo no texto do etnógrafo: ela é definida por ele como uma “imensa desordem, que dá liberdade de escolher o sentido que queiramos lhe dar”⁶⁸. Como descrever uma paisagem como a Guanabara depois de definir de forma tão ambígua e complexa o papel da paisagem na percepção de um espaço e de uma realidade social? Lévi-Strauss é consciente desse problema e se questiona sobre ele. A América lhe dá uma impressão de enormidade que lhe define um sentimento de deslocamento, de desorientação, de incongruência do tamanho do homem em relação às coisas. Assim, a cidade do Rio de Janeiro lhe propõe um problema, na medida em que ela lhe “rechaça apesar de sua beleza tantas vezes celebrada”, pois lhe parece que sua paisagem “não está à escala de suas próprias dimensões”. Seus pontos de referência mais conhecidos, o Corcovado, o Pão de Açúcar “parecem ao viajante que penetra a baía como restos de dentes perdidos nos quatro cantos de uma boca banguela”. Perdidos nas brumas tropicais esses acidentes geográficos não chegam, afirma, a “mobiliar um horizonte demasiado grande para ser contado”⁶⁹. O Novo Mundo, se em algum momento lhe inspirou, como a Léry, uma

68 *Id.*, *ibid.*

69 *Id.*, *ibid.*, pp. 84-85.

esperança de renovação e refúgio, se torna subitamente em profunda incompreensão e deslocamento. Mesmo tentando fugir da viagem e de suas escórias, Lévi-Strauss reproduz a experiência de estranhamento e repulsa de toda uma tradição de narrativas de viagem⁷⁰. Seu *Tristes Tropiques* recompõe os elementos fundadores presentes no livro de Léry, a nostalgia e o remorso, emoções inseparáveis do trabalho etnológico, segundo Lestringant⁷¹.

Para Lévi-Strauss a baía é uma sinédoque da cidade, ela a representa em sua impossibilidade de compreensão, de abarcá-la com o olhar e com os conceitos de que dispõe o viajante moderno e europeu. Ao contrário de Nova Iorque, que lhe serviu de exemplo de como os conceitos europeus de cidade não servem para apreciar as cidades americanas, o Rio deveria ser olhado das alturas por uma “ilusão inversa àquela de Nova Iorque”, quando seria a natureza quem daria “o aspecto de um canteiro” que se tem na cidade estadunidense desde o alto de seus arranha-céus⁷². Ao contrário das descrições clássicas da baía, da chegada dos navios a seu porto, da percepção dos acidentes geográficos que lhe definem um contorno, essa escória da memória que já havia criticado, Lévi-Strauss para apreciar a cidade do Rio deve dar-lhe as costas e olhá-la desde o espelho da Guanabara. E se a baía representa a cidade, a paisagem que tanto esforço cobra do etnógrafo para ser decifrada revela também outra substância, a de um continente que se impõe, que lhe “envolve e esmaga”; para além da diversidade das coisas e dos seres, o que se impõe é “uma só e formidável entidade: o Novo Mundo”⁷³. Novo Mundo como entidade geográfica, a América que se impõe, e como entidade temporal e histórica, o futuro que este América prepara e representa, que

70 Cf. TORRÃO FILHO, Amílcar. Inútil Paisagem: Memória e Utopia na Baía de Guanabara, de Jean de Léry a Lévi-Strauss. In: FAU/USP. *Espaços Narrados: a construção dos múltiplos territórios da língua portuguesa*. São Paulo, 2012. E TORRÃO FILHO, Amílcar. Memoria y utopía en la bahía de Guanabara. De Jean de Léry a Lévi-Strauss. In: DEPETIS, Carolina, CURIEL RIVERA, Adrián (orgs.). *Geografías literarias de América*. Mérida: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015, pp. 49-88.

71 LESTRINGANT, Frank. The Philosopher's Breviary: Jean de Léry in the Enlightenment. Trad. ingl. Katharine Stripe. *Representations*. 33:200-211, 1991, p. 202.

72 LÉVI-STRAUSS, Claude, *op. cit.*, p. 85.

73 *Id.*, *ibid.*, pp. 85-86.

substituirá o mundo tal qual o etnólogo conhece, ainda que caminhe, como ele próprio demonstra, para a sua melancólica superação⁷⁴.

Seu capítulo IX está dedicado à baía e se intitula Guanabara. A cidade do Rio é “mordida por sua baía até o coração”. Cidade e baía quase se canibalizam, como os Tupinambá de Léry e seus inimigos. Aqui também a memória de seus antepassados viajantes se imiscui no texto, pois a primeira fundação da baía, recorda, leva ainda o nome de seu fundador, Villegagnon. A cidade propriamente dita, a Avenida Rio Branco, é o espaço onde antes “se elevavam as tribos tupinambá”, desaparecidas do espaço mas presentes em seu bolso, no relato de Léry. O que poderia indicar uma descrição da baía, que em realidade está feita no capítulo anterior, é um resumo do livro de Léry e de suas “aventuras”. Se a baía era uma sinédoque da cidade, aqui também o relato de Léry é uma sinédoque da baía e da própria experiência do etnólogo neste Éden decaído que é a Guanabara. Pois o que deseja o etnógrafo na cidade do Rio, diz ele, é justamente recuperar “o sabor dessa história que eu busco compreender”. Ele participa de uma excursão arqueológica organizada pelo Museu Nacional, a uma praia pantanosa donde se oxidava um velho navio encalhado, que não datava certamente do século XVI, da época de Léry, mas era capaz de introduzir “uma dimensão histórica nesses espaços onde nada mais ilustrava a passagem do tempo”⁷⁵.

A Guanabara aqui se transforma outra vez em uma sinédoque do Novo Mundo, e do Brasil, promovendo uma melancolia pelo desaparecimento daquele mundo visto por primeira vez por Léry que ele tinha vindo buscar no Brasil, mas que já não podia mais que ver seus restos e compará-los com seu brevíário guardado em seu bolso. O encontro com uns pedaços de cerâmica tupi, num local que ele próprio define como “um lugar melancólico”, onde Léry talvez tenha “matado o tempo” diante dos objetos feitos pela “mão morena” do indígena, “cujo enigma hoje eu interrogo no reverso de um fragmento empapado”⁷⁶, se transforma no que Susan Silver chama de um

74 Apointamos rapidamente a semelhança de sua interpretação da América com a de Tocqueville em seu *A Democracia na América*, igualmente melancólico, por motivos diferentes, com a ascensão dos Estados Unidos.

75 *Id.*, *ibid.*, p. 91.

76 *Id.*, *ibid.*, pp. 92-92.

“momento Proustiano” que une o século XX ao XVI, além de fechar a brecha “entre a expedição de Léry e a chegada de Lévi-Strauss ao mesmo lugar 400 anos depois”⁷⁷. Esse encontro constitui uma união entre esses dois mundos definida pela melancolia da perda, à qual a história ou a paisagem não servem de consolo. Para Silver, Lévi-Strauss pensa a antropologia como “uma prática inerentemente melancólica”, na qual “a realidade constantemente retrocede e é impossível de capturar”⁷⁸. Essa realidade só existe no texto de Léry, a realidade material da Guanabara, do Rio de Janeiro, dos indígenas do interior do Brasil não tem substância nem existência concreta no relato dos Tristes Trópicos de Lévi-Strauss. A única realidade possível é aquela entesourada na visão primeva do huguenote borgonhês.

A paisagem aqui é uma atmosfera, e a Guanabara uma representação de uma sociedade e de uma distância histórica entre dois mundos, não mais separados pelo exotismo, que morreu com o desaparecimento da verdadeira viagem, mas por uma separação social que tende a desaparecer, e uma distância temporal, representada pela decadência da civilizada Europa e a ascensão de um Novo Mundo na América, à custa do desaparecimento do mundo Tupinambá descrito por Léry, resultado do encontro destrutivo de duas culturas. Mas representa também a melancolia de uma natureza que se sobrepõe ao homem e que prescinde totalmente dele e de sua cultura, uma decadência rousseauiana que nos prepara para a queda e o nada. Na Guanabara Lévi-Strauss descobre na paisagem triste a nostalgia de um paraíso perdido, destruído pelo contato deletério das culturas, de uma civilização europeia que se desmonta sobre os escombros de sua autodestruição, substituída pela promessa de um Trópico que se levanta até as cimas do mundo civilizado, não mais um Éden na terra, mas um jardim de uma ensolarada tristeza.

77 SILVER, Susan. Cannibalism, nudity, and nostalgia: Léry and Lévi-Strauss revisit Brazil. *Studies on Travel Writing*. 15(2), jun., 2011, p. 125.

78 *Id.*, *ibid.*, p. 125.

O Breviário de um Epílogo

A *Histoire d'un Voyage* já tinha funcionado antes como um breviário do Bom Selvagem ilustrado, servindo de inspiração, ou mesmo sendo plagiado, pelo pseudo-Coréal, pelo abade Raynal ou por Prévost, breviário do filósofo, como define Lestringant⁷⁹. Léry é um “guia, iniciador e quase um irmão mais velho para o viajante moderno”⁸⁰, o etnógrafo que não deseja ser viajante. Em que pesem as imensas diferenças entre os dois momentos históricos, entre a natureza da tristeza e do pessimismo de ambos, da tradição de descrição da alteridade e do selvagem que existe entre Léry e Lévi-Strauss, o etnólogo francês constrói uma identidade comum, uma relação direta com o huguenote de Genebra que transcende o tempo histórico. Lévi-Strauss estabelece uma ponte entre a tristeza e o pessimismo de Léry e a melancolia do antropólogo moderno, construindo uma genealogia dos Tristes Trópicos que vem da oportunidade perdida da criação de uma verdadeira etnografia, quando o mundo era jovem e fresco, o selvagem ainda não havia sido tocado pela mão destrutiva do homem branco e da civilização, iniciando o trabalho fúnebre do antropólogo, de fornecer o viático ao moribundo indígena, de recordar ao mundo e às civilizações que, ao contrário do que pensava Léry, eles não são nem eternos nem haverá nenhuma redenção mística. Tendo um “acentuado gosto pelos inícios”, como declara na entrevista que abre a edição moderna da *Histoire d'un Voyage*⁸¹, Lévi-Strauss constrói essa correspondência cronológica e histórica entre a obra de Léry e a sua, montando a partir daí uma genealogia da antropologia, ou uma genealogia do encontro das culturas e da alteridade que supõe o campo conceitual da antropologia. Aqui começa “a juventude de uma disciplina”⁸², com tantas promessas não cumpridas, tão poucos ex-votos oferecidos.

79 LESTRINGANT, Frank. The Philosopher's Breviary... *op. cit.*, p. 209.

80 *Id.*, De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss... *op. cit.*, p. 86.

81 LÉVI-STRAUSS, Claude, Sur Jean de Léry. Entretien avec Claude Lévi-Strauss. In: LÉRY, Jean de. *Histoire d'un Voyage*... *op. cit.*, p. 6.

82 LESTRINGANT, Frank. Léry-Strauss: Jean de Léry's *History of a Voyage to the Land of Brazil* and Claude Lévi-Strauss's *Tristes Tropiques*. *Viator. Medieval and Renaissance Studies*. Los Angeles: University of California, Los Angeles, 32, 2001, p. 417.

Como recorda Lestringant, o pessimismo de Léry leva-o a ler anúncios apocalípticos nos mitos cosmogônicos dos indígenas, enquanto o pessimismo de Lévi-Strauss leva-o a vislumbrar “a sombria serenidade de uma Terra desabitada”⁸³. Seu relato de viagem representa, assim, “a decepção do viajante consigo próprio e com sua civilização”⁸⁴. O mesmo pensava Léry de seus compatriotas; ele se pergunta se podemos condenar totalmente a crueldade dos selvagens antropófagos quando entre os cristãos há criaturas tão abomináveis e mais condenáveis, pois os selvagens só guerreiam as nações inimigas, enquanto os europeus “mergulham no sangue de seus parentes, vizinhos e compatriotas. Não é preciso sair de nosso país nem ir à América, para ver coisas tão monstruosas e prodigiosas”⁸⁵. No espelho colocado diante do viajante huguenote e do etnógrafo francês, a imagem que reflete à do indígena é a de uma sociedade europeia destrutiva e impiedosa, cada um dos dois vê a sua própria face distorcida, uma autoimagem violenta e terrível. Na ensolarada Guanabara, Lévi-Strauss se defronta com esse espaço onde o tempo histórico não deixou suas marcas, onde só são visíveis as marcas geológicas, as pedras e montanhas que põem o homem em uma escala que não lhe reconhece, na qual ele se perde em sua dimensão diminuta, o que constitui essa constatação melancólica de que o mundo “começou sem o homem e acabará sem ele”, e todas as instituições e costumes que Lévi-Strauss passou a vida a inventariar e compreender “são uma eflorescência passageira”⁸⁶, assim como sua vida e sua própria cultura.

Nem Léry nem Lévi-Strauss escapam à sua própria historicidade, nenhum deles deixa de ser homem de seu tempo, com suas contradições e limites, ambos se defrontam com a alteridade marcados pelas fronteiras de sua religião, de seu eurocentrismo, de sua classe, de seu sexo. No entanto, ambos compartilham, e não por acaso Lévi-Strauss enxergou em Léry um próximo e um guia, visões de mundo que colocam em questão elementos de seu tempo, que problematizam e dão complexidade à literatura de viagem e à

83 *Id.*, *ibid.*, p. 428.

84 MASSI, Fernanda Peixoto, *op. cit.*, p. 193.

85 LÉRY, Jean de, *op. cit.*, p. 377.

86 LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Tropiques...op. cit.*, p. 495.

etnografia naquilo que elas compartilham: o confronto do mundo e do Outro que provoca um questionamento das diferenças, dos limites e do valimento da própria cultura e da própria identidade. Ou dito de outra forma, a necessidade de distanciamento e deslocação em relação à própria cultura para compreender a alteridade. Ambos se apresentam como insubmissos às ideias correntes de seu tempo, o que constitui a sua excepcionalidade, ao ultrapassar determinadas medidas de seu tempo: Léry em contra das mentiras e ideias feitas de viajantes que não descreviam o mundo pela observação, enquanto ele, como afirma em seu Prefácio, contava as suas memórias escritas com a tinta do Brasil na própria América, “*escrits d’ancree du Brésil*”⁸⁷, bela metáfora de uma escrita que resulta da experiência concreta e referencial do espaço de uma testemunha ocular, uma escritura feita com a tinta da madeira que representa a América, o pau-brasil; feita na terra com matéria da terra. Também pela defesa que faz da humanidade do indígena, sua visão contrária da colonização e da conquista, ainda que não acredite na salvação de sua alma. Da mesma forma, Lévi-Strauss, em sua opção pela etnografia rejeita uma filosofia voltada para si mesma, para a sua coerência interna e sem relações com o mundo exterior⁸⁸, além de sua defesa do selvagem e de seu pensamento. Por outro lado, a autoconstrução como testemunha e texto competente sobre a América realizada por Léry é transformada em uma autoridade etnográfica que transcende seu momento histórico e, portanto, a noção de experiência física, que é fundamental, recorda Andrea Frisch, para “as pretensões científicas da subsequente etnografia europeia”. Portanto, a cultura dos nativos brasileiros é mais autenticamente presente em Lévi-Strauss não na experiência do Brasil propriamente, mas no testemunho de Léry⁸⁹.

Ambos retornam transformados da experiência da viagem e da alteridade; Léry sente nostalgia pelos selvagens com os quais não partilhará, no entanto, a salvação da alma, enquanto seus irmãos em Cristo se perdem nas guerras de religião e nas divisões sectárias.

87 LÉRY, Jean de, *op. cit.*, p. 61.

88 DONATO. Eugenio. Tristes Tropiques. The Endless Journey. *Modern Language Notes*, 81(3), maio, 1966, p. 275.

89 FRISCH, Andrea. In a sacramental mode: Jean de Léry's Calvinist Ethnography. *Representations*. 77(1), p. 96

Lévi-Strauss não reconhece mais em seu mundo de origem um lar, uma condição resultante da experiência da viagem prolongada e do ofício do antropólogo, que jamais pode ser neutro em relação a sua própria sociedade. Tendo escolhido esse caminho da etnologia, ele assume que buscou um modo prático de “conciliar seu pertencimento a um grupo com a reserva que ele nutre a seu respeito”, marcado por um sentimento inicial de distanciamento, que lhe permite, assim, se aproximar com vantagem de sociedades diferentes da sua⁹⁰. Para chegar ao outro, é preciso afastar-se dos seus, adquirir distanciamento em relação à própria cultura, exercer a crítica em relação a ela. O trabalho do luto aqui também se refere à morte e à perda, a uma arte de si mesmos ao buscar no Outro uma conexão com aquilo que lhes faltava em sua própria identidade; um reencontro consigo mesmos pela melancólica mediação do moribundo selvagem, viático da própria consciência.

RECEBIDO EM: 12/06/2016
APROVADO EM: 01/12/2016

90 LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Tropiques...op. cit.*, p. 458.

Resenha

GERWARTH, ROBERT. *O CARRASCO DE HITLER. A VIDA DE REINHARD HEYDRICH*. SÃO PAULO: CULTRIX, 2015, 456 P.

*João Fábio Bertonha**

Vários personagens poderiam ser elencados como os rostos vivos do III Reich. Adolf Hitler, obviamente, seria a primeira opção, mas é provável que Heydrich fosse a escolha seguinte. Seu olhar frio e maligno, sua postura sempre ereta e desafiadora frente às câmeras e, simplesmente, suas ações durante a guerra o habilitariam para tal posto. Tendo recebido apelidos como “O Carrasco de Hitler” por Thomas Mann ou “O Açougueiro de Praga” por sua atuação naquela cidade, ele era uma figura aterradora enquanto viveu, atraindo medo e desconfiança até mesmo dentro da elite nazista.

Explicar Heydrich é, normalmente, bastante simples se acompanharmos livros, revistas e outros materiais disponíveis na Internet. Ele seria, simplesmente, a encarnação do mal. Ele já teria nascido antissemita e violento e só teria esperado uma posição de poder adequada para agir. Já nos seus genes e na sua educação, o “nazista perfeito” estaria encubado, à espera do momento correto para espalhar seu ódio e sua violência pelo mundo.

Outra variante bastante comum, ainda pensando nas explicações tradicionais para a sua determinação em levar adiante a “solução final da questão judaica”. seria a sua suposta ancestralidade judaica. Tendo ele próprio sangue judeu, ele teria desenvolvido uma espécie de “ódio de si próprio” e uma determinação para se auto purificar através da destruição do povo judeu. Citações apócrifas do próprio Heydrich ou de outros líderes nazistas indicando isso são frequentes quando se pensa no senso comum relacionado ao tema.

* Professor da Universidade Estadual de Maringá

A pesquisa histórica levada a cabo por Robert Gerwarth desmonta esses mitos e suposições. Heydrich não deixou diários e nem um arquivo pessoal a ser explorado, mas o autor consegue utilizar as inúmeras fontes indiretas disponíveis para reconstruir o homem e o mito Heydrich. A figura que emerge dessa reconstrução é muito mais complexa e nuançada do que o senso comum parece indicar.

Em primeiro lugar, ele explora a suposta ascendência judaica de Heydrich e identifica com precisão a origem desse mito e explica a sua difusão e perpetuação na memória coletiva. Em 1877, a avó de Heydrich, viúva, se casou novamente, com um serralheiro protestante de nome Gustav Robert Suss. O sobrenome parecia judeu e isso alimentou suspeitas sobre a origem judaica de Bruno Heydrich, pai de Reinhard, e do próprio. Bruno Heydrich, contudo, nem era filho de Gustav Robert e nem ele era judeu. Em 1916, por sua vez, a mais importante Enciclopédia alemã de música publicou um verbete sobre Bruno Heydrich em que se afirmava que ele era judeu, mas ficou provado que essa afirmação tinha sido incluída por um desafeto de Bruno Heydrich para prejudica-lo na sua cidade natal, tendo sido removida posteriormente.

A partir dessa origem, o mito da origem judaica de Heydrich acabou sendo desenvolvido e perpetuado em memórias de ex-oficiais da SS publicadas nos anos 1950 e 1960 e nas primeiras biografias sobre ele, também publicadas nesse período, como a de Charles Wighton, de 1962. Apresentar um dos maiores carrascos do Holocausto como judeu era uma excelente forma de vender livros e a imagem era tão sedutora que, a partir daí, tanto historiadores como o público em geral continuaram a reproduzi-la. Na realidade, contudo, essa origem judaica nunca existiu, ainda que os rumores a respeito incomodassem Heydrich. Não teria sido o “ódio a si próprio” que teria levado Heydrich ao Holocausto.

Gerwarth também desmonta a ideia de que traumas familiares ou pessoais o tivessem convertido num monstro desde cedo. Reinhard Heydrich vinha de uma família de músicos, em boa condição financeira na maior parte do tempo, e era um músico e esportista de destaque. Nada, na sua história pessoal, indicaria um carrasco em potencial já na infância e na juventude.

Por fim, Heydrich não era um simples burocrata, um frio e insensível cumpridor de ordens sentado na sua escrivaninha, como na imagem do burocrata insensível e medíocre apresentada por Hannah Arendt a respeito de Adolf Eichmann. Heydrich foi apresentado dessa forma a partir dos anos 1970, numa reversão da abordagem psicológica que dominou o período anterior. Nessa nova versão, Heydrich era simplesmente um carreirista, alguém interessado simplesmente em cumprir sua missão com o máximo de eficiência possível para garantir cada vez mais poder. Nessa perspectiva, a ideologia nazista era algo que Heydrich não levava realmente a sério, a não ser quando lhe convinha.

Essa interpretação foi sendo descartada ao longo dos últimos anos, quando foi ficando evidente que os agentes do Holocausto e os oficiais da SS efetivamente acreditavam na ideologia nazista e que ela foi um motivador essencial para as suas ações. Os líderes da SS - Heydrich incluído - eram mais instruídos e de uma extração social superior do que a média dos alemães. Eram jovens graduados na Universidade, ambiciosos e que vinham, na maioria das vezes, de famílias socialmente ajustadas. Não eram nem uma minoria desajustada vinda das margens da sociedade nem meros carreiristas interessados em ascender na máquina em que estavam inseridos. Eles efetivamente acreditavam, em diferentes níveis, no que estavam a fazer e que suas ações eram corretas e necessárias.

Se Heydrich não era um masoquista que desejava a autopunição, nem um mero burocrata e muito menos um monstro com profundos traumas psicológicos, como explica-lo e a tantos outros que participaram ativamente do Holocausto e de outros processos de purificação racial e violência no III Reich? O autor, para dar conta dessa questão, procura explicar historicamente como o homem Reinhard Heydrich se tornou Heydrich, o carrasco de Hitler.

Para tanto, ele procura, antes de tudo, explicar o contexto histórico em que ele viveu, ou seja, o da Alemanha da primeira metade do século XX. Heydrich seria um representante típico de uma geração que viveu a Primeira Guerra Mundial (ainda que ele, nascido em 1904, fosse jovem demais para combater), a agitação revolucionária pós-guerra, a hiperinflação e o declínio social de inúmeras famílias alemãs, a recuperação nos anos 1920 e o grande colapso a partir de 1929. Esse contexto teria tornado Heydrich, como

tantos outros, mais suscetível ao apelo do nacionalismo radical e de soluções violentas para os problemas alemães.

O contexto, contudo, não explica as decisões individuais. Durante toda a década de 1920, por exemplo, Heydrich, oficial da Marinha, era praticamente apolítico e não tinha quase nenhum interesse pelos judeus e por questões semelhantes. Em 1931, contudo, sua vida foi abalada por um acontecimento fortuito: a sua dispensa da Marinha por uma promessa de noivado quebrada e pelo seu comportamento arrogante frente ao Tribunal Militar que o julgou. Pouco depois, ele se casou com Lina von Osten, uma nazista engajada e que o convenceu a, desempregado, procurar uma nova colocação na SS, então em formação. Aqui também o acaso teve seu papel, pois Himmler o contratou por acreditar que ele tinha experiência na inteligência naval, quando, na verdade, a sua especialização era em comunicações.

O contexto e o acaso o levaram para as fileiras da SS e foi ali que ele se radicalizou politicamente. Ele entrou em um ambiente de homens jovens e ambiciosos e que baseava a sua existência numa visão de purificação violenta da Alemanha de seus inimigos internos e externos. E, nesse ambiente, ele fez o possível e o impossível para se tornar o mais nazista dos nazistas, o mais SS dos SS. Masculinidade, intrepidez no esporte, valorização da cultura clássica alemã, postura militar e total frieza no cumprimento das missões necessárias para a grandeza alemã eram os ideais almejados e Heydrich procurou se esmerar em todos. Ele continuou a ser um músico e esportista de talento e trabalhou incansavelmente para ser mais implacável do que qualquer um frente aos inimigos, reais ou imaginários, da Alemanha.

Uma explicação interessante oferecida pelo autor para explicar a determinação de Heydrich em se tornar o melhor dos melhores dentro da SS é que ele procurava compensar justamente a sua falta de credenciais anteriores. Além dos rumores de ascendência judaica, ele não tinha lutado na Primeira Guerra Mundial e nem tido militância em grupos antisemitas ou no Partido Nazista. Essa falta de bons antecedentes e seu desejo de ascensão o fizeram aderir com ainda mais determinação às ideias nazistas de eliminação dos indesejáveis e de purificação do mal dentro e fora da Alemanha.

O autor também demonstra como os meios e os instrumentos para a limpeza dos indesejáveis não foram os mesmos desde o início. Eles se alteraram dramaticamente conforme as circunstâncias, as disputas com outras esferas de poder nazista e com a fantasia de onipotência que teria se apoderado de muitos na Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial: a ideia de que havia surgido uma oportunidade histórica para reorganizar racialmente toda a Europa e para eliminar, de uma vez, tudo o que impedia a Comunidade Nacional do Povo alemão de se desenvolver e prosperar.

Nessa perspectiva, a ideia de eliminação física de todos os judeus não estava na mente de Heydrich desde 1933 e, mesmo em 1939, ela seria considerada absurda. Em pouco tempo, contudo, com o embrutecimento geral do tempo de guerra, a pressão de administradores e outros órgãos do Estado nazista, o fracasso das políticas de expulsão ou segregação e a determinação ideológica de resolver o “problema judaico” a qualquer custo, o homicídio em massa passou a ser exequível e desejável. O próprio assassinato de Heydrich, em 1942, teria, segundo o autor, levado a uma maior determinação do regime nazista em exterminar os judeus.

Ao mesmo tempo, é interessante observar como a competição por prerrogativas e espaços dentro da estrutura do poder nazista continuou a influenciar a política de extermínio e as ações da SS, de Himmler e de Heydrich por todo o período. O autor apresenta a hipótese de que, após a vitória na guerra, um projeto que seria levado a cabo seria o extermínio de cerca de 30 milhões de eslavos para abrir espaço para a raça conquistadora germânica. O descaso com milhões de prisioneiros de guerra soviéticos, que morreram de fome, e a ação violenta dos nazistas na Europa oriental são sinais claros do que viria, mas exterminar tantas pessoas em plena guerra seria difícil, em termos práticos.

Os judeus, contudo, eram menos numerosos e mais facilmente identificáveis, pelo que as dificuldades logísticas para sua eliminação seriam menores. Conseguir levar a cabo a “solução final do problema judeu” em plena guerra demonstraria as capacidades da SS e credenciariam a ela, a Himmler e a Heydrich, como os mais capacitados para, depois da guerra, levar a cabo o processo de germanização e reorganização racial da Europa que viria depois.

O autor subestima, nesse caso, o antissemitismo nazista, o qual levou o regime a procurar o extermínio físico dos judeus da Europa mesmo antes da conclusão da guerra. Os judeus, na visão de mundo nazista, eram inimigos tão perigosos que sua eliminação física era quase um pré-requisito para a vitória na guerra. Os eslavos, mesmo inferiores e perigosos pelo seu número, eram um problema com o qual o Reich poderia se defrontar depois, já que não eram inimigos tão imponentes como os judeus

Mesmo assim, ele tem razão ao ressaltar como a competição entre os vários órgãos do Partido Nazista era um elemento que ampliava a radicalização da SS e do próprio Heydrich. Já nos anos 1930, depois que os comunistas e os socialistas tinham sido removidos da vida política alemã, setores do Ministério do Interior consideraram que a hora de remover os poderes excepcionais conferidos à SS havia chegado. Como resposta e em defesa de um Estado policial cada vez mais abrangente e permanente, a SS amplificou a imagem dos seus inimigos. Judeus, maçons e católicos estariam por trás da agitação da esquerda e a batalha contra eles exigia ainda mais repressão e vigilância. Ao final, o Estado policial da SS triunfou e, durante a guerra, sua radicalização era também um instrumento para, nos territórios ocupados, garantir mais espaço e poder frente à administração civil, ao Exército, etc.

O Holocausto, portanto, também foi instrumentalizado dentro de uma grande batalha de poder, ainda que seja inexplicável apenas a partir dessa ótica. A questão ideológica, contudo, era a realmente fundamental. Os nazistas acabaram concluindo que eliminar os judeus era uma tarefa necessária e Heydrich agia conforme convicções ideológicas relativamente recentes, mas que ele abraçou com total devoção.

O autor ressalta, além disso, algo importante, ou seja, que o Holocausto era parte de um projeto muito maior de reorganização racial do continente europeu e, no limite, do mundo. Através da expulsão, reinstalação e extermínio de milhões de pessoas, a constituição étnica da Europa seria recriada segundo os cânones da ideologia nazista, indicando, mais uma vez, que ele não pode ser ignorada na tarefa de compreender o nazismo.

A atuação de Heydrich como Protetor do Reich para a Boêmia e Morávia seria um bom indicador dessa situação. Nos dez

meses em que exerceu a função, Heydrich não apenas reprimiu a resistência tcheca, mas começou a estruturar, como num laboratório, os próximos passos da reorganização racial do continente. Os judeus remanescentes seriam eliminados, a economia tcheca seria ainda mais integrada à alemã e seria iniciado o processo de seleção racial entre os tchecos. Os considerados assimiláveis racial e culturalmente seriam forçados a se tornarem alemães, enquanto os outros seriam expulsos ou assassinados.

O objetivo final era de uma Boêmia e Moravia étnica e culturalmente alemã e totalmente integrada ao Reich. O mesmo seria feito na Alsácia-Lorena e em outros territórios ocupados germanizáveis, enquanto os eslavos do resto da Europa oriental seriam reduzidos à escravidão e, provavelmente, também eliminados. Heydrich, por exemplo, advogava essa hipótese e se propunha a liderar o processo, assim que Hitler desse a ordem e a guerra terminasse. Tivesse a Alemanha vencido a guerra e Heydrich sobrevivido, ele teria continuado o seu trabalho e outros milhões de assassinatos estariam no seu currículo.

Por fim, Robert Gerwarth apresenta uma reflexão interessante sobre a escrita biográfica. Ele ressalta como escrever o relato de uma vida implica em certo grau de empatia com o biografado, mesmo que ele seja Reinhard Heydrich, e que isso nem sempre é fácil e possível. Para ele, a única maneira de lidar com isso é a “empatia fria”, ou seja, reconstruir a vida do biografado com distância crítica, mas sem sucumbir ao risco de confundir o papel do historiador com o de um promotor no julgamento de um criminoso de guerra. Os historiadores devem estar voltados à explicação e à contextualização, e não à condenação. As ações do biografado fariam por si só e, no caso de Heydrich, ainda mais. Não poderia estar mais de acordo.

RECEBIDA EM: 16/08/2016
APROVADA EM: 03/05/2017

A Universidade Federal do Paraná instituiu o Sistema Eletrônico de Revistas (**SER**), abrindo um importante canal de interação entre usuários e a comunidade científica. Neste espaço estão listadas as Revistas Técnico-Científicas publicadas com recursos próprios ou com recursos do programa de apoio à publicação instituído pela UFPR.

O **SER** utiliza-se do *Open Journal System*, software livre e com protocolo internacional que permite a submissão de artigos e o acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Nesse sistema já estão cadastradas 42 revistas da UFPR, abrangendo diversas áreas de conhecimento. O sistema pode ser acessado por **AUTORES**, para a submissão de trabalhos, **CONSULTORES**, para a avaliação dos trabalhos, **EDITORES**, para o gerenciamento do processo editorial e **USUÁRIOS**, interessados em acessar e obter **CÓPIAS** de artigos já publicados nas revistas.

A **SUBMISSÃO** de artigos é feita por meio eletrônico e o autor poderá fazer o **ACOMPANHAMENTO** do processo de **AVALIAÇÃO** por parte dos consultores até a editoração final do artigo. As **NORMAS** de publicação e demais instruções, bem como os endereços dos editores são encontrados nas páginas de cada revista.

Findo o processo de editoração, uma cópia (pdf) dos artigos é disponibilizada em meio digital, dentro do Sistema SER, enquanto outra segue para impressão nas gráficas determinadas para cada publicação.

Para submeter um trabalho pela primeira vez será, antes, necessário entrar em **CADASTRO**. Uma vez cadastrado, abre-se uma caixa de diálogo indicando os passos a serem seguidos para o processo de submissão do artigo. Desejando apenas consultar

trabalhos já publicados, basta acessar **ARQUIVOS** e obter o artigo desejado.

O **SER** oferece ainda o **Public Knowledge Project**, poderosa ferramenta de pesquisa, com acessibilidade global. Para fazer a busca por um tema de seu interesse utilizando essa ferramenta basta clicar em PKP e, em seguida, digitar uma palavra-chave na caixa de diálogo. Com isso você acessará artigos sobre o tema de seu interesse publicados em diversas partes do mundo.

Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
Rua Dr. Faivre, 405, Ed. D. Pedro II, 1º andar, Centro
80060-140 – Curitiba – Paraná – Brasil
Tel.: (41) 3360-5405/ Fax: (41) 3360-5113
prppg@ufpr.br
ser@ufpr.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *História: Questões & Debates* é uma publicação da Associação Paranaense de História (APAH) e do Programa de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de uma publicação voltada para a História como conhecimento, pesquisa e instrumento de educação. A revista preocupa-se também com as relações da História com as demais ciências e com o valor que a sociedade lhe atribui. É organizada a partir de dossiês temáticos e sessões de tema livre no campo da História, Historiografia e afins, e aceita trabalhos sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros e transcrições comentadas de fontes.

Todos os trabalhos submetidos são encaminhados a dois avaliadores *ad hoc*; havendo conflito entre os pareceres, o trabalho é encaminhado a um terceiro avaliador. Os editores, com a aprovação do Conselho Editorial da Revista, reservam-se o direito de convidar autores ou de traduzir artigos considerados relevantes.

1. Para submeter um trabalho ao Conselho Editorial da Revista, deverá fazê-lo por intermédio do Sistema Eletrônico de Revistas da UFPR (SER). Caso ainda não esteja cadastrado, precisará criar login e senha de usuário. Acesse a página da Revista (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/index>) e clique em “ACESSO”, na barra de menu superior. Uma nova página será aberta, na qual está localizado um *link* para cadastrar-se. Preencha os campos conforme solicitado e clique em “CADASTRAR”. Em seguida, receberá no e-mail informado uma mensagem com uma senha de acesso (que poderá ser alterada). Para o envio do artigo, ingresse como AUTOR e obterá todas as informações necessárias.
2. Os trabalhos não devem ser identificados: nome do autor, titulação, filiação institucional e endereço são inseridos diretamente no sistema.

3. Formato e extensão: os textos devem ser apresentados em “doc”, ou formato compatível; os artigos devem ter entre 15 e 20 páginas (formato A4, com margens iguais a 2 cm) e as resenhas, entre 3 e 5 páginas.

4. Fonte e espaçamento: utilizar a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com entrelinhas 1,5. As citações no texto devem estar entre aspas e as maiores que 3 (três) linhas devem ser destacadas em bloco, sem aspas, com recuo à esquerda de 2 cm, fonte *Times New Roman*, tamanho 10, com entrelinhas 1.

5. Resumo e palavras-chave: na página inicial, os artigos também devem apresentar um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em inglês (*Abstract*) e de três palavras-chave, com tradução para o inglês (*keywords*). Abaixo do título original, apresentar sua versão em inglês.

6. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada em nota de rodapé inicial, identificada por asterisco (*).

7. As traduções devem vir acompanhadas da devida autorização do autor, cópia do original e referência bibliográfica completa (anexe os documentos por intermédio do sistema).

8. Não informe bibliografia ao final do texto. As referências bibliográficas e notas explicativas devem vir no rodapé, com numeração contínua.

a. Para livros e monografias no todo: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. *Título em itálico*: subtítulo (se houver). Local de publicação: Editora, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.

b. Capítulos em coletâneas: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do capítulo. In: SOBRENOME DO ORGANIZADOR, Prenome do organizador (Org.). *Título da coletânea em itálico*. Local de publicação: Editora, data, números das páginas inicial e final do capítulo, número de página(s) citada(s), se for o caso.

c. Para artigos em periódicos: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do artigo. *Título do*

periódico em itálico. Local de publicação, volume, número do fascículo, páginas inicial e final, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.

9. Gráficos, tabelas e/ou ilustrações devem ser encaminhados em arquivos à parte, devidamente identificados, com títulos e legendas (anexe os arquivos por intermédio do sistema). No texto, devem ser indicados os locais das respectivas inserções.

10. Os originais não publicados não serão devolvidos. Os trabalhos deverão, obrigatoriamente, observar todos os itens acima, caso contrário, não terão a submissão aceita pelos Editores.

Endereço postal:

História: Questões & Debates

Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar

80060-150, Curitiba/PR

Tel.: +55 (41) 3360 5105

E-mail: hqd.ufpr@gmail.com